JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Porto Estrela 4
Camara Municipal de Várzea Grande 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Médio Norte Matogrossense 5
Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região do Vale do Guaporé 8
Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso – Coress/MT 9
Prefeitura Municipal de Acorizal 9
Prefeitura Municipal de Água Boa 10
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 14
Prefeitura Municipal de Apiacás 15
Prefeitura Municipal de Araguaiana 26
Prefeitura Municipal de Araputanga 26
Prefeitura Municipal de Aripuanã 27
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 28
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 29
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 30
Prefeitura Municipal de Cáceres 31
Prefeitura Municipal de Campinápolis 39
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 41
Prefeitura Municipal de Campo Verde 53
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 59
Prefeitura Municipal de Canarana 68
Prefeitura Municipal de Carlinda 69
Prefeitura Municipal de Castanheira 95
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 98
Prefeitura Municipal de Cláudia 99
Prefeitura Municipal de Cocalinho 99
Prefeitura Municipal de Colíder 100
Prefeitura Municipal de Colniza 102
Prefeitura Municipal de Comodoro 102
Prefeitura Municipal de Confresa 104
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 107
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 107
Prefeitura Municipal de Curvelândia 116
Prefeitura Municipal de Diamantino 120
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 121
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 123
Prefeitura Municipal de Glória d´Oeste 125
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 126
Prefeitura Municipal de Indiavaí 126
Prefeitura Municipal de Itanhangá 131
Prefeitura Municipal de Itiquira 131
Prefeitura Municipal de Jaciara 131
Prefeitura Municipal de Jangada 132
Prefeitura Municipal de Jauru 132
Prefeitura Municipal de Juara 133
Prefeitura Municipal de Marcelândia 142
Prefeitura Municipal de Matupá 142
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 143
Prefeitura Municipal de Nobres 145
Prefeitura Municipal de Nortelândia 145
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 148

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 187
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 233
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 240
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 240
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 241
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 242
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 243
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 244
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 257
Prefeitura Municipal de Novo Santo Antônio 262
Prefeitura Municipal de Paranatinga 263
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 266
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 271
Prefeitura Municipal de Poconé 272
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 272
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 273
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 276
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 277
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 281
Prefeitura Municipal de Rio Branco 281
Prefeitura Municipal de Rondolândia 289
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 291
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 292
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 293
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 293
Prefeitura Municipal de Santa Terezinha 297
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 298
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 302
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 303
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 304
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 304
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 304
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 306
Prefeitura Municipal de Tabaporã 327
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 329
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 329
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 330
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 333

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2017/2018

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini, Nininho

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Mauro Rosa da Silva - Água Boa

Segundo Vice-Presidente: Luciane Borba Azóia Bezerra - Juara

Terceiro Vice-Presidente: Thelma Pimentel Figueiredo - Chapada dos Guimarães

Quarto Vice-Presidente: Josair Geremias Lopes - Dom Aquino

Quinto Vice-Presidente: Arnóbio Vieira de Andrade - Marcelândia

Secretário Geral: Adalto José Zago - Apiacás

Primeiro Secretário: Altir Antônio Peruzzo - Juína

Segundo Secretário: Atail Marques do Amaral - Poconé

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Silvio José de Morais Filho - Araguainha

Segundo Tesoureiro: Beatriz de Fátima S. Lemes - Nova Monte Verde

CONSELHO FISCAL

1. Juvenal Alexandre da Silva - Nova Marilândia
2. Mauriza Augusta de Oliveira - Nova Brasilândia
3. José Mauro Figueiredo - Arenápolis

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Jossimar José Fernandes - Nortelândia
2. Leocir Hanel - Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo atendimento
Noides Cenio da Silva

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
EXTRATO DE CONTRATOS E ADITIVOS - 2018

EXTRATO DE ADITAMENTO DE CONTRATO Nº: 004/2018

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES – MT

CONTRATADA: CONSTRUTORA PROVIDÊNCIA EIRELI-ME

OBJETO: PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DO CONTRATO 019/2018, QUE VERSA SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, SOB REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, COMPREENDENDO, MATERIAL, MÃO-DE-OBRA E EQUIPAMENTOS, EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIO PARA A CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT, POR MAIS 60 (SESSENTA) DIAS.

VIGÊNCIA: 60 (SESSENTA) DIAS **INÍCIO:** 01/09/2018 **TÉRMINO:** 01/11/2018

Cáceres-MT., 30 de Agosto de 2018

DOMINGOS OLIVEIRA DOS SANTOS

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

FIRMADA ENTRE AS PARTES ABAIXO DESCRITAS DIANTE DOS FATOS ABAIXO DISCRIMINADOS

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de agosto de 2018 (dois mil e dezoito), **CLAUDIO ARVELINO SONAQUE**, brasileiro, funcionário público municipal, auxiliar administrativo da Câmara Municipal de Cáceres/MT, com endereço de trabalho sito na Rua Costa Marques, n° 594, Bairro Centro, em Cáceres/MT, CEP: 78.200-000, doravante denominado PRIMEIRO ACORDANTE (DEVEDOR), e do outro lado, **CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES**, órgão do Poder Legislativo Municipal, regularmente inscrita no CNPJ/MF sob o n° 03.960.333/0001-50, situada provisoriamente à Rua Costa Marques, nº 891, Bairro Centro, em Cáceres, CEP: 78.200-000, telefone para contato: (65)3223-1707 e com sede definitiva à Rua General Osório, s/n°, Esquina Com Rua Coronel José Dulce, Bairro Centro, em Cáceres, MT, CEP 78.200-000, telefone para contato: (65)3223-1707,neste ato representado pelo seu Representante Legal **Domingos Oliveira dos Santos**, Vereador, Presidente da Câmara Municipal, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº. 0616576-1 SSP/MT, inscrito no CPF nº. 429.831.501-00, podendo ser encontrado na sede da Câmara Municipal de Cáceres, sito no endereço supra descrito, doravante denominado SEGUNDO ACORDANTE (CREDOR), resolvem celebrar o presente **TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA** nas condições e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - (DO OBJETO E VALOR DEVIDO): O presente Termo de Reconhecimento de Dívida, tem por objeto o RECONHECIMENTO de uma dívida que o PRIMEIRO ACORDANTE (DEVEDOR) reconhece neste ato como devido ao SEGUNDO ACORDANTE (CREDOR) no valor de **R$ 2.101,59 (dois mil cento em um reais e cinquenta e nove centavos)**, que vence na data de **20 de cada mês**.

PARÁGRAFO ÚNICO: Com a assinatura deste Termo de Reconhecimento de Dívida, o PRIMEIRO ACORDANTE (CREDOR), acima mencionado, concorda e autoriza o parcelamento do valor descrito na cláusula primeira, em 12 (doze) vezes iguais, a serem descontadas em sua folha de pagamento, sendo que cada prestação ficará em R$ 175,13 (cento e setenta e cinco reais e treze centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA - (DOS VALORES ORIGINÁRIOS DA DÍVIDA): O valor referente ao Termo de Reconhecimento de Dívida, mencionado na cláusula primeira do presente Termo, é originário de diárias pagas aos motoristas desta Câmara Municipal, que fizeram uma viagem para realização de um curso, em outro estado da federação, porém, o curso havia sido adiado, e, tal informação só chegou ao seu conhecimento do PRIMEIRO ACORDANTE, posteriormente a viagem, e, a resposta teria sido encaminhada pela empresa contratada, por e-mail.

CLÁUSULA TERCEIRA - (DO FORO): Fica eleito o Foro da Cidade de Cáceres/MT para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios decorrentes do presente Termo. E, por estarem as partes acordadas, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Cáceres, MT, 28 de agosto de 2018.

CLAUDIO ARVELINO SONAQUE

PRIMEIRO ACORDANTE (DEVEDOR)

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

SEGUNDO ACORDANTE (CREDOR)

Domingos Oliveira dos Santos

Representante Legal

Emerson Pinheiro Leite

Advogado da Câmara Municipal de Cáceres/MT

OAB/MT 19.744/O

1ª Testemunha

ULISSES ALVES SOUZA

RG n°: 6083104759

CPF n°:012.182.370-90

2ª Testemunha

DANIEL VISCOVINI DA SILVA

RG n°: 26305720

CPF n°: 052.887.661-93

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO.

Tomada de Preço nº 002/2018.

A CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, por intermédio da sua Comissão Permanente de Licitação, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO do tipo MENOR PREÇO, sob forma de EXECUÇÃO INDIRETA, em regime de EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, **objetivando a contratação de pessoa jurídica do ramo para execução de obras e serviços na construção de um Plenário da Câmara Municipal, totalizando 300 m² neste Município de Porto Estrela,** a abertura está marcada para o **dia 13/09/2018**, às 09h00 horas do horário local, no Departamento de Licitação da Câmara Municipal de Porto Estrela - MT, o edital e seus anexos estarão à disposição dos interessados no *Site* Oficial (www.camaraportoestrela.com.br) e na sede da Câmara, na Avenida Jose Antônio de Faria nº 2550, centro, horário de atendimento das 07h às 13h.

Porto Estrela – MT, 28 de Agosto de 2018.

VERA LUCIA ONOFRE DE JESUS

Presidente Comissão Permanente de Licitações

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 67/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder as servidoras abaixo relacionado 30 dias de férias regulamentares, aos quais tem direito, no período de 03/09/2018 a 02/10/2018, conforme disposições expressas no artigo 85 da Lei 1.164/91.

Angela Ferreira - Coordenador Geral de Gabinete - período aquisitivo: 2017/2018;

Kennedy Kesley Souza Silva – Auxiliar de Gabinete - peródo aquisitivo: 2017/2018;

Cleia Marcia Silva Jacuboski –Coord. Geral de Gabinete – período aquisitivo:2017/2018;

Lucia Pereira dos Santos – Coord. Geral de Gabinete – período aquisitivo: 2017/2018;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 28 de agosto de 2018.

BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 65/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder as servidoras abaixo relacionado 30 dias de férias regulamentares, aos quais tem direito, no período de 03/09/2018 a 02/10/2018, conforme disposições expressas no artigo 85 da Lei 1.164/91.

Bernadete T. da Silva Campos - Técnico Legislativo – período aquisitivo: 2014/2015;

Selmo Dimas de Barros Rosa - Técnico Legislativo - período aquisitivo: 2017/2018;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 17 de agosto de 2018.

BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA N.º 66/2018

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder a servidora Elionete Dias Dourado, Auxilar Legislativo, 30 dias de férias a que tem direito, nos períodos de 05/09/18 a 24/09/18, e, de 05/11/18 a 14/11/18 referente ao exercício de 2015/2016, conforme disposições expressas no Artigo 85 da Lei 1.164/91.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

REGISTRA-SE CUMPRA-SE

Gabinete da Presidência, 21 de agosto de 2018.

BENEDITO FRANCISCO CURVO

Presidente

JOÃO TERTULIANO DE BARROS FILHO

1º Secretário

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO MÉDIO NORTE MATOGROSSENSE

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 023/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 023/2018

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 018/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 035/2018

Sr. Rafael Machado, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, situado à Rua 7A, 127-N, Bairro Jardim do Amor, Tangará da Serra-MT, CEP: 78.300-000, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o julgamento e valores adjudicados:

HOMOLOGA o processo licitatório na modalidade de Adesão (carona) à Ata de Registro de Preços 018/2018 do Pregão Presencial 011/2018 **Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,"**realizado pela Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT,conforme especificações e condições constantes na Ata de Registro de Preços, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde, através da empresa **LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA – EPP, CNPJ Nº 10.832.896/0001-29.,** adesão aos itens abaixo relacionados:

		LP COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - EPP					
SEQ.	CÓD. ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA	UN.	QTDE	VALOR UNIT.	V. TOTAL
11	9580	ALMOTOLIA ESCURA 250ML	JPROLAB	UNIDADE	200	3,20	640,00
23	690897	BACIA INOX HOSPITALAR 180X180	FORTINOX	UNIDADE	15	85,94	1.289,10
24	690896	BACIA INOX HOSPITALAR 210X210	FORTINOX	UNIDADE	15	90,00	1.350,00
59	46015	COLETOR DE MATERIAL PARA EXAME 80 ML ESTERIL C/500	JPROLAB	CAIXA	30	255,00	7.650,00

63	690596	CONJUNTO DE UMIDIFICAÇÃO TAMPA DE NYLON PORCA METAL FRASCO PVC OXIGÊNIO 250ML C/ MASCARA ADULTO	PROTEC	UNIDADE	20	38,20	764,00
64	46664	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	DARU	UNIDADE	30	8,00	240,00
65	46667	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO ADULTO EM LINHA DE OXIGENIO CONECTOR VERDE 9/16-18 UNF	DARU	UNIDADE	15	8,00	120,00
66	46666	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE AR COMPRIMIDO CONECTOR AMARELO 3/4-16 UNF	DARU	UNIDADE	30	8,00	240,00
67	46668	CONJUNTO PARA NEBULIZACAO INFANTIL EM LINHA DE OXIGENIO CONECTOR VERDE 9/16-18 UNF	DARU	UNIDADE	15	8,00	120,00
68	684531	CUBA ASSEPCIA INOX 9X5,5CM	FORTINOX	UNIDADE	30	14,90	447,00
69	693739	DRENO DE PENROSE ESTERIL E INDIVIDUAL Nº 01	WALTEX	UNIDADE	120	2,00	240,00
70	693740	DRENO DE PENROSE ESTERIL E INDIVIDUAL Nº 02	WALTEX	UNIDADE	120	2,50	300,00
73	10759	ESFIGNOMANOMETRO APARELHO PARA AFERIR PRECAO ARTERIAL C/ BRAÇADEIRA, MANGUITO E PERA.RESITENTE DE BOA QUALIDADE.	PREMIUN	UNIDADE	150	97,20	14.580,00
78	38328	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESC. TAMANHO P	ADLIN	UNIDADE	1.000	1,30	1.300,00
79	690424	ESTANTE EM ARAME REVESTIDA EM PVC PARA TUBO 100 MM C/36 FUROS	CRAL	UNIDADE	100	36,00	3.600,00
80	690425	ESTANTE EM ARAME REVESTIDA EM PVC PARA TUBO 75MM C/ 36 FUROS	CRAL	UNIDADE	100	36,00	3.600,00
81	52413	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 18 X 24 CM C/100	IBF	CAIXA	50	136,50	6.825,00
83	52444	FIO ALGODAO/POLIESTER 2.0 S/AG 1.5 MT C/24 RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	49,00	980,00
84	59171	FIO CAT GUT CROMADO 0 SEM AGULHA C/ 24 ENV 1,50 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	10	109,00	1.090,00
85	52440	FIO CAT GUT CROMADO 2.0 S/AG C/24 ENV.1.5 MT RESISTENTE DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO	CAIXA	20	109,00	2.180,00
87	52428	FIO MONO NYLON 0 C/AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	20	48,46	969,20
89	671333	FIO MONO NYLON 4.0 C/ AG 3 CORTANTE C/24 45 CM	TECHNOFIO	CAIXA	50	44,10	2.205,00
91	7718	FIXADOR PARA RAIO X MANUAL CX 4x2.08 P/ FAZER 4x9.5	IBF	CAIXA	40	277,00	11.080,00
108	671329	FRALDA DESC. GERIATRICA TAM GG C/ 07	DESCARPACK	PACOTE	100	11,60	1.160,00
109	19339	FRALDA DESC. GERIATRICA TAM G C/ 07	DESCARPACK	PACOTE	100	11,60	1.160,00
110	693973	FRALDA DESC. GERIATRICA TAM M C/ 07	DESCARPACK	PACOTE	100	11,60	1.160,00
111	7867	GEL ELETROCONDUTOR P/ ULTRASSONOGRAFIA, GALAO C/ 5KG	ADLIN	UNIDADE	10	29,20	292,00
124	22531	PAPAGAIO DE INOX	FORTINOX	UNIDADE	15	91,20	1.368,00
125	693994	PAPEL 216 X 30 (BOBINA PARA ELETROCARDIOGRAMA)	DARU	UNIDADE	50	48,30	2.415,00
130	48898	PINCA ANATOMICA DENTE DE RATO 14CM.	GOLGRAN	UNIDADE	30	14,55	436,50
131	48846	PINCA CLINICA PARA ALGODAO N. 02.	GOLGRAN	UNIDADE	30	17,48	524,40
132	48895	PINCA KELLY CURVA 14CM.	GOLGRAN	UNIDADE	30	33,94	1.018,20
133	691610	PINCA KELLY RETA 14CM	GOLGRAN	UNIDADE	60	33,94	2.036,40
139	24790	PULSEIRA P/ RECEM NASCIDO,CORES VARIADAS	ADLIN	UNIDADE	800	0,57	456,00
140	693966	REVELADOR PARA RAIO X MANUAL, CX C/ 4X2.08 LTRS. PARA FAZER 4X9.5 LTRS	IBF	CAIXA	40	563,50	22.540,00
141	24791	SACO PLASTICO BRANCO REFORCADO P/ LIXO HOSP. 100L C/100	RAVA	PACOTE	200	43,90	8.780,00
142	20503	SACO PLASTICO BRANCO REFORCADO P/ LIXO HOSP. 40L C/100	RAVA	PACOTE	200	28,00	5.600,00
148	12243	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,78	78,00
149	10789	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	300	0,84	252,00
150	12244	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,88	88,00
151	19288	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 10	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,90	90,00
152	10790	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 12	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,92	92,00
153	10791	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 14	MEDSONDA	UNIDADE	100	0,96	96,00
154	10792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,10	110,00
155	10794	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,14	114,00
156	12245	SONDA NASOGASTRICA LONGA N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,16	116,00
159	15847	SONDA URETRAL N. 04	MEDSONDA	UNIDADE	300	0,80	240,00
160	681553	SONDA URETRAL N. 06	MEDSONDA	UNIDADE	1.500	0,86	1.290,00
161	681554	SONDA URETRAL N. 08	MEDSONDA	UNIDADE	1.200	0,88	1.056,00
164	10804	SONDA URETRAL N. 16	MEDSONDA	UNIDADE	300	1,08	324,00
165	10805	SONDA URETRAL N. 18	MEDSONDA	UNIDADE	300	1,20	360,00
166	10806	SONDA URETRAL N. 20	MEDSONDA	UNIDADE	200	1,30	260,00
169	671358	SUPORTE PARA PERFURO CORTANTE 13 LTS	DESCARPACK	UNIDADE	100	37,00	3.700,00
177	53089	TESOURA RETA 12 CM	GOLGRAN	UNIDADE	30	24,30	729,00
		TOTAL.....					**119.750,80**

TOTAL GERAL DA ATA.....**R$ 119.750,80**

As quantidades descritas acima conforme mostra tabela serão adquiridas de forma parcelada, sendo essa quantidade prevista para 12 meses, o órgão Gestor da Ata, quanto à empresa detentora, concordou com o fornecimento dos itens através da adesão à mesma.

Tangará da Serra/MT, 29 de Agosto de 2018.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 022/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 022/2018

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2018

Sr. Rafael Machado, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO M ÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, situado à Rua 7A, 127-N, Bairro Jardim do Amor, Tangará da Serra-MT, CEP: 78.300-000, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o julgamento e valores adjudicados:

HOMOLOGA o processo licitatório na modalidade de Adesão (carona) à Ata de Registro de Preços 018/2018 do Pregão Presencial 011/2018 **Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,"**realizado pela Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT,conforme especificações e condições constantes na Ata de Registro de Preços, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde, através da empresa **HIPERDENTAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS E MEDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP, CNPJ Nº 13.994.852/0001-93,** adesão aos itens abaixo relacionados:

	HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO-HOSPITALAR LTDA-EPP						
SEQ.	**CÓD. ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNIDADE**	**QTDE**	**VALOR UN.**	**VALOR TOTAL**
23	693781	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 20 X 10 X 05 C/FUROS	FAMI	UNIDADE	5	53,00	265,00
24	693778	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 26 X 14 X 06 C/FUROS	FAMI	UNIDADE	5	56,00	280,00
36	671310	COMPRESSA DE GAZE PCT. C/ 500 DE 7,5 CM C/ 8 DOBRAS 5 CAMADAS DE 11 FIOS	MEDIPLUS	PACOTE	1.800	16,00	28.800,00
56	34738	ESTETOSCOPIO DUPLO ADULTO ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUN	UNIDADE	50	20,00	1.000,00
57	33210	ESTETOSCOPIO DUPLO INFANTIL ANGULO DE ALUMINIO	PREMIUN	UNIDADE	10	20,00	200,00
58	51536	FAIXA DE SMARCH 2MT X 10CM	MEDK	UNIDADE	10	10,00	100,00
59	51537	FAIXA DE SMARCH 2MT X 15CM	MEDK	UNIDADE	10	12,00	120,00
60	51538	FAIXA DE SMARCH 2MT X 20 CM	MEDK	UNIDADE	10	12,00	120,00
61	52415	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 35 X 35 CM C/100	FUJI	CAIXA	35	395,00	13.825,00
72	690516	FIO POLIVECRIL 3.0 C/ AGULHA	SHALON	UNIDADE	10	380,00	3.800,00
73	691879	FORMOL 37% FRASCO 1000ML	ALPHATEC	LITRO	48	46,00	2.208,00
81	684546	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.0	MAXITEX	PAR	1.800	1,70	3.060,00
87	684500	MASCARA CIRURGIA DESC. ATOXICA ANT-ALERGICA BRANCA, TRIPLA, C/ ELASTICO C/50	TALGE	CAIXA	750	7,25	5.437,50
92	12237	PORTA AGULHA MAYO INOX 14CM	COOPERFLEX	UNIDADE	30	31,00	930,00
100	52456	SONDA FOLEY N.10 2 VIAS	ADVANTIVE	UNIDADE	100	4,00	400,00
109	47947	SONDA URETRAL N. 22	MEDSONDA	UNIDADE	100	1,30	130,00
111	671359	SUPORTE PARA PAPEL TOALHA INTERFOLHAS	PREMISSE	UNIDADE	100	32,00	3.200,00
113	53090	TESOURA CURVA 12 CM	COOPERFLEX	UNIDADE	30	23,00	690,00
114	693797	TESOURA PONTA FINA CURVA INOX PARA RETIRADO DE PONTOS 12 CM	COOPERFLEX	UNIDADE	30	30,00	900,00
115	693798	TESOURA PONTA FINA RETA INOX PARA RETIRADO DE PONTOS 12 CM	COOPERFLEX	UNIDADE	30	30,00	900,00
		TOTAL.....					**66.365,50**

TOTAL GERAL DA ATA.....R$ 66.365,50

As quantidades descritas acima conforme mostra tabela serão adquiridas de forma parcelada, sendo essa quantidade prevista para 12 meses, o órgão Gestor da Ata, quanto à empresa detentora, concordou com o fornecimento dos itens através da adesão à mesma.

Tangará da Serra/MT, 29 de Agosto de 2018.

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 021/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 021/2018

ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2018

Sr. Rafael Machado, Presidente do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO MÉDIO NORTE MATO-GROSSENSE, situado à Rua 7A, 127-N, Bairro Jardim do Amor, Tangará da Serra-MT, CEP: 78.300-000, pessoa jurídica de direito público, torna público para conhecimento de todos os interessados que em conformidade com o julgamento e valores adjudicados:

HOMOLOGA o processo licitatório na modalidade de Adesão (carona) à Ata de Registro de Preços 018/2018 do Pregão Presencial 011/2018 **Objeto: "REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES, LABORATORIAIS, ODONTOLÓGICOS E EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL, DESTINADOS A ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO,"**realizado pela Prefeitura Municipal de Aripuanã-MT,conforme especificações e condições constantes na Ata de Registro de Preços, para o Consórcio Intermunicipal de Saúde, através da empresa **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME CNPJ: 03. 250.803/0001-92,** adesão aos itens abaixo relacionados:

		FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI - ME					
SEQ.	**CÓD. ITEM**	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UNIDADE**	**QTDE**	**VALOR UN.**	**V. TOTAL**
16	684518	ALMOTOLIA TRANSPARENTE CLARA 250ML	TAYLOR	UNIDADE	200	2,62	524,00
29	53016	BANDEJA CLINICA DE INOX 22X12X01 CM	AÇONOX	UNIDADE	15	26,00	390,00
30	693780	CAIXA PARA ESTERILIZACAO EM INOX 18 X 08 X 03 C/FUROS	FLEXINOX	UNIDADE	5	49,30	246,50
32	684525	BENZINA RETIFICADA 1000ML	CROMOLINE	UNIDADE	60	32,00	1.920,00
82	693755	DOLOSAL (CLORID. DE PETIDINA) 50MG/ML 2 ML INJ.	U.QUIMICA	UNIDADE	1.000	3,55	3.550,00
87	684541	EQUIPO MULTIVIAS COM CLAMP.	WILTEX	UNIDADE	4.000	1,00	4.000,00
89	15845	ESPECULO VAGINAL ESTERIL DESCARTAVEL TAMANHO G	CRAL	UNIDADE	6.000	1,70	10.200,00
92	52416	FILME PARA RAIO X DE BOA QUALIDADE PARA REVELACAO MANUAL 24 X 30 CM C/100	FUJI	CAIXA	35	196,97	6.893,95
96	671335	FIO CAT GUT CROMADO 3.0 C/ AG. 3 C/ 24 ENV. 1,5 MT RESISTENTE, DE BOA QUALIDADE FIO DE PRIMEIRA LINHA	TECHNOFIO TAM.75CM	CAIXA	5	109,20	546,00
109	671349	FRASCO PARA ALIMENTACAO ENTERAL	EQUIPLEX	UNIDADE	300	1,18	354,00
133	684547	LUVA CIRURGICA ESTERIL 6.5	MEDIX	PAR	400	1,65	660,00
134	690604	LUVA CIRURGICA ESTERIL 7.0	MEDIX	PAR	2.000	1,65	3.300,00
135	684602	LUVA CIRURGICA ESTERIL 8.5	MEDIX	PAR	1.800	1,65	2.970,00
136	693976	LUVA CIRURGICA ESTERIL N.7.5	MEDIX	PAR	2.000	1,65	3.300,00
138	684559	MASCARA N -95 PFF2 C/20	KSN	CAIXA	100	55,00	5.500,00
150	684564	OCULOS DE SEGURANCA LENTE TRANSPARENTE C/ ARMACAO E HASTES REGULAVEIS E CORDAO	SSPLUS	UNIDADE	50	6,58	329,00
153	15011	OTOSCOPIO C/ 5 ESPECULO AURICULAR	TK LED	UNIDADE	10	378,17	3.781,70
154	684501	OTOSCOPIO C/5 ESPECULO AURICULAR	TK LED	UNIDADE	10	378,17	3.781,70
189	10793	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 18	FOYOMED	UNIDADE	100	1,20	120,00
190	19289	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 20	FOYOMED	UNIDADE	100	1,20	120,00
191	24792	SONDA NASOGASTRICA CURTA N. 22	FOYOMED	UNIDADE	100	1,20	120,00
193	10803	SONDA URETRAL N. 14	FOYOMED	UNIDADE	1.200	0,95	1.140,00
	TOTAL.....						**53.746,85**

TOTAL GERAL DA ATA.....R$ 53.746,85

As quantidades descritas acima conforme mostra tabela serão adquiridas de forma parcelada, sendo essa quantidade prevista para 12 meses, o órgão Gestor da Ata, quanto à empresa detentora, concordou com o fornecimento dos itens através da adesão à mesma.

Tangará da Serra/MT, 29 de Agosto de 2018

RAFAEL MACHADO

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ

AVISO DE RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2017/ PROCESSO Nº 005/2017 (PRORROGADO PARA 2018).

AVISO DE RESULTADO DO CREDENCIAMENTO Nº 001/2017/ PROCESSO Nº 005/2017 (PRORROGADO PARA 2018).

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ-CISVAG

CREDENCIAMENTO 001/2017/CISVAG - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2017/PROCESSO 005/2017 (PRORROGADO PARA 2018).

A Comissão Permanente de Licitação, torna público, o resultado do Credenciamento nº 001/2017, prorrogado por 12 meses, permissivo pela Lei 8.666/93, cujo objeto é o CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS ESPECIALIZADAS NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÉDICO: REALIZAÇÃO DE CONSULTAS E EXAMES E PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS PARA O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DO VALE DO GUAPORÉ, CONFORME PLANO DE AÇÕES, foi Credenciada a Empresa**: HOSPITAL OTORRINO LTDA,** inscrita no CNPJ nº. 14.347.727/0001-54**, nos**Itens**: 08, 09, 11, 12, 13, 14, 15, E 16,com valor total de: R$ 194.500,00** (cento e noventa e quatro mil e quinhentos reais)**;** Maiores informações fone 65 3266-5690 ou site www.cisvag.com.br.

Pontes e Lacerda/MT, 30 de agosto de 2018.

Patrícia Barbosa de Carvalho

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT

CONSÓRCIO REGIONAL DE SAÚDE SUL DE MATO GROSSO – CORESS/MT
AVISO DE CANCELAMENTO

EXTRATO DO VI TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE N.° 007/2016

CONTRATANTE: Consórcio Regional de Saúde Sul de Mato Grosso **CNPJ:** 05.238.413/0001-22

CONTRATADA: RK LOGIC INFORMÁTICA - COMÉRCIO E SERVICOS LTDA - ME **CNPJ:** 11.175.604/0001-95O **CONTRATANTE** torna público o cancelamento da publicação do Extrato de Termo Aditivo supracitado, publicado no D.O. do TCE/MT nº 1430, cuja divulgação se deu na quarta-feira, 29 de agosto do corrente ano e a publicação na quinta-feira, 30 de agosto de 2018, cujo o objeto é o Aditamento de prazo ao Contrato nº 007/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL

PORTARIA Nº. 038/2018

PORTARIA Nº. 038/2018

O Prefeito Municipal de Acorizal, **CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando o Contrato de Doação de Bem Móvel nº. 180/2018/SETAS-SEGES – Processo nº. 261163/2018, firmado entre o Estado de Mato Grosso, através da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social com o Município de Acorizal, por meio da Prefeitura Municipal, para a doação de um veículo para o uso exclusivo do Conselho Tutelar;

Considerando a necessidade de designação de um servidor para ser responsável pelo referido bem recebido em doação;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica designado o servidor **LUCIO RAMOS DA SILVA**, auxiliar de serviços gerais, lotado na Secretaria Municipal de Promoção e Bem-Estar Social, Conselho Tutelar, como responsável pelo Veículo Uno Drive 1.0 Flex 4P – Marca Fiat – Ano 2018 – Modelo 2019, Nota Fiscal nº. 4127066 e Chassi nº. 9BD195B4NK0840948.

Parágrafo único. O servidor é responsável pela manutenção, guarda, zelo e exclusividade no atendimento ao Conselho Tutelar, sendo que o mesmo poderá ser responsabilizado em caso de desvio de finalidade.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Acorizal-MT, 30 de agosto de 2018.

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

DECRETO MUNICIPAL Nº 24 DE 2018.

Decreto Nº 24 de 30 de Agosto de 2018.

Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte nos processos de licitações públicas no âmbito do Município de Acorizal.

Clodoaldo Monteiro da Silva, Prefeito Municipal de Acorizal, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município em especial o inciso VI do Art. 69;

Considerando o disposto nos arts 47, 48 e 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 4 de dezembro de 2006;

Considerando o disposto no art. 1º do Decreto Federal nº 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015;

Considerando a necessidade de fomentar o comércio local e regional;

Considerando o quedispõe o art. 6º também do Decreto Federal nº 8.538/2015, de 06 de outubro de 2015 que determina que aos órgãos e as entidades contratantes deverão realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresa de pequeno porte nos itens ou lotes de licitação cujo valor seja **de até R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais);**

Considerando a necessidade de melhorar a qualidade dos produtos e serviços ofertados ao Município de Acorizal.

DECRETA:

Art. 1º - Nos processos de licitações públicas do Município de Acorizal, para aquisição de bens, serviços e obras, nos itens ou lotes de licitação cujo valor estimado seja **de até R$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** deverá ser exclusivo e ser concedido tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado as microempresas e empresas de pequeno porte, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional;

Art. 2º - Para atender os objetivos da promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, previstos no artigo 1º desta lei e no artigo 47 da Lei Complementar nº 123/2006, os benefícios referidos neste Decreto deverão, priorizar a contratação com microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido, observando o seguinte:

I. - A prioridade será para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas no Município de Acorizal – MT;

II. - Não tendo microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais sediadas no Município de Acorizal – MT, cuja proposta esteja no limite de 10% (dez por cento) previsto neste parágrafo, a prioridade poderá ser dada para as microempresas e empresas de pequeno porte regionais, assim entendidas como aquelas sediadas nos municípios distantes até 100km do Município de Acorizal**.**

§ 1º A prioridade de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individuais sediadas local ou regionalmente a que se refere o “caput”, tem como justificativa:

I. - O desenvolvimento econômico promovido pela variação positiva da capacidade produtiva da economia com elevação do produto interno bruto, aliadas às variações positivas relacionadas com ascensão da qualidade de vida, educação, saúde, infraestrutura e mudanças da estrutura socioeconômica do município e da região, com melhoras dos indicadores sociais relacionados ao índice de desenvolvimento humano – IDH;

II. - Materializar uma política pública onde o poder de compra governamental seja utilizado para gerar renda, emprego e melhor distribuição das riquezas do município e da região;

III. - Materializar as atividades finalísticas do Município e dar retorno ao cidadão contribuinte, oportunizando prover o Poder Público com suas demandas sem exportar recursos locais, promovendo a sustentabilidade econômica e social;

IV. - Priorizar as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedor individuais sediadas local ou regionalmente, aumentando a competitividade delas, contribuindo para que possam suportar a elevação na concorrência proporcionada principalmente pelo comércio, que na maioria das vezes incrementa a chamada evasão de recursos locais.

Art. 3º - Os certames atendidos por este Decreto deverão especificar a condição de tratamento favorecido, diferenciado, simplificado e regionalizado para as microempresas e empresas de pequeno porte no respectivo edital, sem prejuízo as demais normas vigentes de favorecimento de microempresas e empresas de pequeno porte no Município de Acorizal – MT.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Acorizal, 30 de Agosto de 2018.

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

TERMO DE CANCELAMENTO DAS ATAS DO PR/04/2018

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2018.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL**, com sede na Avenida Nossa Senhora de Brotas, S/N – Bairro Nova Acorizal, Inscrita no CNPJ sob o Nº 03.507.571/0001-05, neste ato representada pelo Sr. **CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, com fundamentação no inciso I do art. 2 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, **RESOLVE** CANCELAR os registros de preços constantes da Ata de registro de Preços nº 02/2018.

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2018.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL**, com sede na Avenida Nossa Senhora de Brotas, S/N – Bairro Nova Acorizal, Inscrita no CNPJ sob o Nº 03.507.571/0001-05, neste ato representada pelo Sr. **CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, com fundamentação no inciso I do art. 21 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, **RESOLVE** CANCELAR os registros de preços constantes da Ata de registro de Preços nº 03/2018.

TERMO DE CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 04/2018.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE ACORIZAL**, com sede na Avenida Nossa Senhora de Brotas, S/N – Bairro Nova Acorizal, Inscrita no CNPJ sob o Nº 03.507.571/0001-05, neste ato representada pelo Sr. **CLODOALDO MONTEIRO DA SILVA**, com fundamentação no inciso I do art. 21 do Decreto Federal nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, **RESOLVE** CANCELAR os registros de preços constantes da Ata de registro de Preços nº 04/2018.

Acorizal, 30 de Agosto de 2018.

_____

Clodoaldo Monteiro da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO ADITIVO Nº. 003/2018

CONTRATO Nº. 053/2016.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA

CONTRATADA: BRASIL CARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA.

OBJETO: Prorrogação da vigência do contrato originário; fica prorrogado a vigência do contrato até 31 de Dezembro de 2018.

VALOR: R$ 552.000,00 (Quinhentos e cinquenta e dois mil reais);

DATA: Água Boa, 01 de Agosto 2.018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 128/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: AUTO POSTO MARTINI LTDA

OBJETO: LAVAGEM EM VEÍCULOS.

VALOR: 10.616,00

DATA: 15.08.2018

VIGÊNCIA: 31.12.2018

LICITAÇÃO: DL 032/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO 127/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: EXTRA MÁQUINAS SA

OBJETO: SERVIÇOS DE REVISÃO DURANTE O PERIODO DE GARANTIA DO CAMINHÃO QCW 4794

VALOR: 11.141,83

DATA: 15.08.2018

VIGÊNCIA: 31.12.2018

LICITAÇÃO: DL 031/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PLANEJAMENTO E FINANCAS
PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 079/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº. 079/2018

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 3.161/2018 comunica aos interessados que está aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial, que será regida pelo Decreto nº. 2455/2013 e pela Lei nº. 10.520 de 17 de julho de 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preço nº. 079/2018.

OBJETO: Futura e Eventual Aquisição de Gás e Água Mineral para todas as Secretarias Municipais.

REALIZAÇÃO: 17/09/2018.

INICIO RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: 08h00min, horário local.

INICIO DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min, horário local.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas, no site da prefeitura, www.aguaboa.mt.gov.br e no email licitacao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa - MT, 30 de agosto de 2018.

Marcos da SilvaPregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2018

Contrato nº. 127/2018.

CONTRATANTE: O Município de Água Boa.

CONTRATADA: EXTRA MÁQUINAS S/A.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 158/2018, referente a Dispensa de Licitação nº. 031/2018.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de revisão durante o período de garantia do caminhão placa QCW 4797 da Secretaria de Educação, com aquisições de peças originais.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2018, cujo objetivo é a alteração do Disposto na CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

R$ 4.257,03

Órgão: Secretaria de Educação

Projeto/Atividade: 20023

Código Reduzido: 4006

Elemento da Despesa: 3.3.90.30

DOTAÇÃO 1º APOSTILAMENTO

R$ 4.257,03

Órgão: Secretaria de Educação

Projeto/Atividade: 20024

Código Reduzido: 4015

Elemento da Despesa: 3.3.90.30

Água Boa, 21 de Agosto de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2018

Contrato nº. **006/2018**.

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa.**

CONTRATADA: CONSTRUTORA REZENDE LTDA.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 119/2017, referente a Tomada de Preço nº. 007/2017.

OBJETO: Contratação de empresa para a Construção da Ciclovia na Avenida Araguaia no município de Água Boa – MT.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2018, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Unidade Orçamentária: Serviços Urbanos

Elemento de Despesa: 9102 – 4.4.90.51 Obras e Instalações

DOTAÇÃO 1º APOSTILAMENTO

R$ 682.785,95

Órgão: Secretaria de Infraestrutura.

Unidade: Infraestrutura

Projeto/Atividade: 10.080 – Construção da Ciclovia

Elemento da Despesa: 9151 – 4.4.90.51 Obras e Instalações

Água Boa, 01 de Agosto de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2018

Contrato nº. **126/2018**.

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa.**

CONTRATADA: ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 157/2018, referente a Dispensa de Licitação nº. 030/2018.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de revisão durante o período de garantia da retroescavadeira modelo B95B, com aquisições de peças originais.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2018, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

R$ 22.765,00

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Projeto/Atividade: 20093

Código Reduzido: 8016

Elemento da Despesa: 3.3.90.30

DOTAÇÃO 1º APOSTILAMENTO

R$ 22.765,00

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Projeto/Atividade: 20089

Código Reduzido: 8008

Elemento da Despesa: 3.3.90.30

Água Boa, 21 de Agosto de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº. 001/2018

Contrato nº. **125/2018**.

CONTRATANTE: **O Município de Água Boa.**

CONTRATADA: SOTREQ S/A.

INSTRUMENTO VINCULANTE: Processo nº. 153/2018, referente a Inexigibilidade nº. 008/2018.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na execução de serviços referente a manutenção mecânica para reparo e conserto do sistema de transmissão da Motoniveladora Caterpillar 120K, com aquisições de peças originais.

FUNDAMENTO: Com base no art. 65 § 8º da Lei Federal nº. 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº. 001/2018, cujo objetivo é a alteração do Disposto na **CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**, prevista no instrumento inicial, transferindo valores entre dotações orçamentárias, conforme o orçamento fiscal vigente:

DOTAÇÃO CONTRATUAL

R$ 34.409,75

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Projeto/Atividade: 20093

Código Reduzido: 8019

Elemento da Despesa: 3.3.90.39

DOTAÇÃO 1º APOSTILAMENTO

R$ 34.409,75

Órgão: Secretaria de Infraestrutura

Projeto/Atividade: 20089

Código Reduzido: 8008

Elemento da Despesa: 3.3.90.39

Água Boa, 21 de Agosto de 2018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
ERRATA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 122/2018.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°. 098/2018.

PREGÃO ELETRÔNICO N°. 015/2018.

OBJETO: Aquisição de materiais/insumos diversos para a manutenção das atividades da Unidade de Coleta e Transfusão de Sangue - UCT, conforme descrito no Termo de Referência, anexo I do Edital.

ONDE SÊ LÊ:

Nº	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	20476	320879	ADAPTADOR P/ TUBO DE COLETA A VACUO – VACUPLAST	UND	400	0,08	32,00
14	24915	400309	CAIXA TERMICA 45 LTS.	UND	2	176,35	352,70
16	20887	400309	CAIXA TERMICA 08 LTS COR VERMELHA/AZUL	UND	12	122,53	1.470,36
17	30926	400309	CAIXA TERMICA 26,5 LTS.	UND	6	149,85	899,10
18	28534	363483	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 03 LTS. CAIXA C/ 10 UNID – FLEXPEEL	CONJ	15	20,50	307,50
54	28538	435765	PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME AJUSTAVEL 200 A 1000 MICROLITROS – PEQUEPET	UND	2	172,00	344,00
60	6071	372637	REAGENTE ALBUMINA BOVINA 22% 10ML - FRESENIUS	UND	45	36,80	1.656,00
62	32849	280352	REAGENTE IMUNOHEMATOLOGIA CONTROCEL FRC 10ML.	UND	18	110,98	1.997,64
68	32847	436734	REAGENTE DE IMUNOHEMATOLIGIA A1 E B FRASCO 10ML	UND	9	120,50	1.084,50
69	4726	225728	SABONETE LIQ. ANTISSEPTICO 05 LTS – PREMISSE	UND	6	25,95	155,70
78	6260	386479	TERMOMETRO DIGITAL – G TECH	UND	1	130,00	130,00
81	32848	436734	TRIACEL I E II FRC 10ML REAGENTE IMUNOHEMATOLOGIA.	UND	9	119,98	1.079,82

Total R$ 9.509,32 (Nove mil quinhentos e nove reais e trinta e dois centavos).

LEIA-SÊ:

Nº	ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR	TOTAL
1	20476	320879	ADAPTADOR P/ TUBO DE COLETA A VACUO – VACUPLAST	UND	400	0,08	32,00
14	24915	400309	CAIXA TERMICA 45 LTS.	UND	2	176,35	352,70
16	20887	400309	CAIXA TERMICA 08 LTS COR VERMELHA/AZUL	UND	12	122,53	1.470,36
17	30926	400309	CAIXA TERMICA 26,5 LTS.	UND	6	149,85	899,10
18	28534	363483	COLETOR DE MATERIAL PERFURO CORTANTE 03 LTS. CAIXA C/ 10 UNID – FLEXPEEL	CONJ	15	20,50	307,50
30	6755	419963	ESTANTE PARA 100 TUBOS (12 X 75MM) - ESTANTE PARA TUBO DE ENSAIO, EM ARAME RE-VESTIDO DE PVC.	UND	6	29,40	176,40
54	28538	435765	PIPETA AUTOMATICA DE VOLUME AJUSTAVEL 200 A 1000 MICROLITROS – PEQUEPET	UND	2	172,00	344,00
60	6071	372637	REAGENTE ALBUMINA BOVINA 22% 10ML - FRESENIUS	UND	45	36,80	1.656,00
62	32849	280352	REAGENTE IMUNOHEMATOLOGIA CONTROCEL FRC 10ML.	UND	18	110,98	1.997,64
68	32847	436734	REAGENTE DE IMUNOHEMATOLIGIA A1 E B FRASCO 10ML	UND	9	120,50	1.084,50
69	4726	225728	SABONETE LIQ. ANTISSEPTICO 05 LTS – PREMISSE	UND	6	25,95	155,70
74	6466	337327	SORO COOMBS MONOESPECIFICA COM 10ML - COMPATIVEL COM O APARELHO FRESENIUS KABI.	UND	45	36,80	1.656,00
78	6260	386479	TERMOMETRO DIGITAL – G TECH	UND	1	130,00	130,00
81	32848	436734	TRIACEL I E II FRC 10ML REAGENTE IMUNOHEMATOLOGIA.	UND	9	119,98	1.079,82

Total R$ 11.413,72 (Onze mil, quatrocentos e treze reais e setenta e dois centavos).

Água Boa, 23 de agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO ADITIVO Nº. 001/2018

CONTRATO Nº. 005/2018.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL.

CONTRATADA: CARLOS DA SILVA BELFORT VIEIRA ME.

OBJETO: Acréscimo de até 25% ao contrato original, ficando ACRESCIDO ao contrato originário o valor de R$ 2.476,00 (Dois mil quatrocentos e setenta e seis reais).

DATA: Água Boa, 01 de Agosto 2.018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO ADITIVO Nº. 003/2018

CONTRATO Nº. 052/2017.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL .

CONTRATADA: SBRUSSI E SBRUSSI LTDA - ME.

OBJETO: Prorrogação do Contrato nº. 052/2017, ficando sua vigência prorrogada por 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 312.008,88 (trezentos e doze mil oito reais e oitenta e oito centavos). Sendo o valor mensal de R$ 26.000,74 (Vinte e seis mil e setenta e quatro centavos).

DATA: Água Boa, 28 de Agosto 2.018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
TERMO ADITIVO Nº. 005/2018

CONTRATO Nº. 138/2014.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA/PREFEITURA MUNICIPAL

CONTRATADA: INOVATUS SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: Prorrogação do Contrato nº. 138/2014; ficando sua vigência prorrogada por 12 (doze) meses.

VALOR: R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais). Sendo o valor mensal é de R$ 4.000,00 (quatro mil reais).

DATA: Água Boa, 03 de Agosto 2.018.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 120/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: JORNAL A GAZETA LTDA.

OBJETO: PUBLICAÇÃO EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO NO ESTADO DE MATO GROSSO.

Lote	Descrição	Jornal	Qtde (col X cm)	Valor (R$)	
				Unitário	Total
1	Publicação em jornal de grande circulação no Estado de Mato grosso de editais, avisos de processos licitatórios, avisos de resultados de processos licitatórios, dispensas, inexigibilidade de licitações, extratos de contratos e outros exigidos por lei.	Jornal a Gazeta	3.125	R$ 8.000,00	R$ 25.000,00

VALOR: 25.000,00

DATA: 06.08.2018

VIGÊNCIA: 31.12.2018

LICITAÇÃO: DL 023/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 121/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: LOPES E LOPES PILOTO LTDA

OBJETO: IMPLANTES ODONTOLÓGICOS E PRÓTESES SOBRE IMPLANTES COM FORNECIMENTO DE MATERIAL

2018:

Item	Descrição	QTD	Valor Unitário	Valor Total.
01	Prótese dentária sobre implante.	400	R$ 300,00	R$ 120.000,00
02	Implante dentário osteointegrado.	700	R$ 260,10	R$ 182.070,00

2019:

Item	Descrição	QTD	Valor Unitário	Valor Total.
01	Prótese dentária sobre implante.	2.600	R$ 300,00	R$ 780.000,00
02	Implante dentário osteointegrado.	2.300	R$ 260,10	R$ 598.230,00

VALOR: 1.680.300,00

DATA: 06.08.2018

VIGÊNCIA: 12 MESES

LICITAÇÃO: IN 002/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 122/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: S.C COMERCIO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA EM APARELHOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS LTDA.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT.	UNID	VALOR UNITARIO	TOTAL

1	Contratação de Empresa para serviços com fornecimento e substituição de peças para manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos, laboratoriais, UCT, médicos das UBS – Unidades Básicas de Saúde, da Secretaria de Saúde.	11	Meses	7.305,00	80.355,00

VALOR: 80.335,00

DATA: 10.08.2018

VIGÊNCIA: 10.07.2019

LICITAÇÃO: PR 046/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 123/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: BKP CONSTRUTORA LTDA

OBJETO: CONSTRUÇÃO DA ORLA LACUSTRE NA LAGOA DOS BURITIS.

VALOR: 303.224,13

DATA: 13.08.2018

VIGÊNCIA: 09.02.2019

LICITAÇÃO: TP 011/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 124/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: KIST E SEIBEL LTDA.

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE DE VAZÃO EM POÇOS ARTESIANOS

VALOR: 88.088,00

DATA: 14.08.2018

VIGÊNCIA: 31.12.2018

LICITAÇÃO: PR 047/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 125/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: SOTREQ S.A

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E MECANICA PARA REPARO E CONSERTO DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO.

VALOR: 42.016,06

DATA: 15.08.2018

VIGÊNCIA: 31.12.2018

LICITAÇÃO: IN 008/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL AGUA BOA
CONTRATO Nº 126/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

CONTRATADO: ROETH MAQUINAS E EQUIPAMENTOS

OBJETO: SERVIÇOS DE REVISÃO DURANTE O PERIDO DE GARANTIA DA RETROESCAVADEIRA MODELO B95B.

VALOR: 33.763,00

DATA: 15.08.2018

VIGÊNCIA: 31.12.2018

LICITAÇÃO: DL 030/2018

MAURO ROSA DA SILVA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

LEI N.º 974/2018

LEI n.º 974/2018

"Dispõe sobre recomposição de perdas salariais e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faço saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a conceder recomposição das perdas salariais referente ao período de 01/05/2017 a 30/04/2018, no percentual de 2% (dois por cento), para os Servidores Públicos Municipais de Alto Taquari.

Art. 2º - As despesas previstas na presente Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias: 31.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens fixas; 31.90.04.00.00 – Contratação por tempo determinado; 31.90.13.00.00 – Obrigações patronais.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de maio de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Alto Taquari-MT, 24 de agosto de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PORTARIA 300/2018 DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

"Altera Portaria nº. 251/2018, para substituição de membro."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, Fábio Mauri Gabugio,

CONSIDERANDO a solicitação da presidente do Processo de Sindicância instaurado pela Portaria nº. 251/2018, autorizado pela Secretária Municipal de Saúde, com a respectiva nomeação de servidora para referida substituição;

RESOLVE:

1. Designar a servidora Nair Braga de Souza para substituir Marcela Bernardes Conde, nomeada como Secretária da Comissão de Investigação Disciplinar, instaurada pela Portaria nº 251/2018.

2. A Comissão Disciplinar acima deverá observar os parágrafos 1º e 2º, do artigo 148 do Estatuto do Servidor Público;

Após, deve ser tipificada a infração disciplinar, onde será formulada a indicação do servidor em processo administrativo disciplinar, especificando os fatos contra ele imputados e as respectivas provas, obedecendo-se, em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal.

Em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve cumprir o determinado no artigo 143 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 30(sessenta) dias o prazo de conclusão da sindicância, o qual poderá ser prorrogado por igual período, desde que previamente solicitado e justificado.

3. Esta Portaria altera a Portaria 251/2018.

4. Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

FÁBIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 304/2018

"Prorroga prazo de vigência da Portaria 262/2018 que determinou o afastamento do servidor Adriano Johann.

O Prefeito do Município de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Fábio Mauri Garbugio, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a não conclusão do processo administrativo instaurado em face do servidor Adriano Johann;

Considerando a necessidade de manutenção do afastamento do servidor, a fim de que este venha a tumultuar o bom andamento do processo em questão;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 30 (trinta) dias o prazo de afastamento do servidor Adriano Johann, autorizado pela Portaria 262/2018.

Parágrafo Único – a prorrogação não poderá exceder 30 (trinta) dias, independentemente da conclusão do processo administrativo, devendo o servidor retornar às suas funções ao término do prazo.

Art. 2º. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Alto Taquari-MT, em 30 de agosto de 2018.

FÁBIO MAURI GARBÚGIO

Prefeito Municipal

ERRATA À LEI Nº 972/2018

O Prefeito Municipal de Alto Taquari-MT informa que o presente serve para retificar a publicação da Lei Municipal nº 972/2018, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, nº. 3051, na data de 27/08/2018, página 8. A presente retificação tem por objeto correção de erro material constante no caput do artigo 24, onde se lê "25% (vinte cinco por cento)" passa a ter a seguinte redação: "5%" (cinco por cento), ratificando-se as demais informações nela contidas. **PUBLIQUE-SE.**

Alto Taquari, 30 de agosto de 2018.

Fabio Mauri Garbugio

Prefeito Municipal

PORTARIA 299/2018 DE 27 DE AGOSTO DE 2018.

O EXCELENTISSIMO SENHOR PREFEITO

MUNICIPAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES

LEGAIS, NA FORMA DA LEI ORGANICA

MUNICIPAL

CONSIDERANDO o disposto no artigo 148 do Estatuto do Servidor Publico, bem como a necessidade de criar Comissão Processante, a fim de instruir os processos administrativos disciplinares do município de Alto Taquari-MT, que visam garantir o bom andamento dos serviços públicos;

RESOLVE:

1. Fica criada a Comissão Processante com os seguintes membros:

I- Leandro Gonçalves Rodrigues Cunha - Presidente

II- Olívio da Silva- Secretário

III- Carlos Eduardo de Paulo – Membro

2. A Comissão Processante acima deverá observar os parágrafos 1º e 2º, do artigo 148 do Estatuto do Servidor Público;

Deverá ser obedecido em todo o possível, ao disposto no art. 41 do Código de Processo Penal, em seguida, o processo terá que seguir o rito especificado no artigo 151 do Estatuto do servidor Público Municipal.

A Comissão deve cumprir o determinado no artigo 152 do Estatuto do Servidor Publico, ou seja, não exceder a 60(sessenta) dias o prazo de conclusão do processo administrativo, observando inclusive, os parágrafos 1º e 2º do referido artigo.

3. Revogam-se todas as disposições em contrário, especialmente a Portaria 179/2018.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

FÁBIO MAURI GARBUGIO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 040/2018 – PROCESSO LICITATÓRIO 061/2018

FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS.

TENDO COMO VENCEDOR AS EMPRESAS:

Empresa: DEL REY NOVA BANDEIRANTES EIRELI

Vencedora nos itens: 01, 02, 06, 09, 14, 16, 18 e 19, conforme tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDADE	V. UNIT	V. TOTAL
1	15-01-0058	ADITIVO PARA COMBUSTIVEL, ARLA 32 ANTIPOLUICAO, ADICIONADO AO DIESEL. BALDE COM 20 LITROS. UNIDADE	CLARIAN	50,00	73,00	3.650,00
2	15-01-0057	ADITIVO QUIMICO AGUA ANTI CONGELANTE PARA RADIADOR, BALDE COM 20 LITROS. UNIDADE.	PETRONAS	60,00	560,00	33.600,00
6	15-01-0040	OLEO LUBRIFICANTE 10W40, MOTOR MAN, BALDE COM 20 LITROS, UND	PETRONAS	70,00	624,00	43.680,00
9	15-01-0052	OLEO LUBRIFICANTE HIDRAULICO ATF, SAE BALDE 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	73,00	408,00	29.784,00
14	15-01-0050	OLEO LUBRIFICANTE SAE 50, DIESEL, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE	PETRONAS	70,00	337,00	23.590,00
16	15-01-0054	OLEO LUBRIFICANTE SAE 80 W DIESEL, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	95,00	435,00	41.325,00
18	15-01-0041	OLEO LUBRIFICANTE TRM SAE 140, DIESEL, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	80,00	318,00	25.440,00
19	15-01-0045	OLEO LUBRIFICANTE, PARA MOTOR 2 TEMPOS, SAE 30, TCW III, FRASCO COM 500 ML, UNIDADE.	STHILL	120,00	20,90	2.508,00
						203.577,00

Valor total da empresa R$ 203.577,00 (duzentos e três mil quinhentos e setenta e sete reais).

Empresa : TRÊS E TRÊS LTDA-ME

Vencedora nos itens: 03, 04, 05, 07, 08, 10, 11, 12, 13, 15, 17, 21, 22 e 23 conforme tabela abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDADE	V. UNIT	V. TOTAL
3	15-01-0055	FLUIDO DE FREIO OLEO SAE DOT 03 FRASCO DE 500 ML, UNIDADE.	VARGAS	140,00	14,50	2.030,00
4	15-01-0056	FLUIDO DE FREIO OLEO SAE DOT 04, FRASCO 500 ML, UNIDADE.	VARGAS	170,00	20,50	3.485,00
5	15-01-0039	GRAXA PARA LUBRIFICACAO DE ROLAMENTO, BALDE COM 20 KG, UNIDADE.	GBR	90,00	510,00	45.900,00
7	15-01-0064	OLEO LUBRIFICANTE 85 W 140, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	50,00	390,00	19.500,00
8	15-01-0065	OLEO LUBRIFICANTE 85W 90, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE	PETRONAS	50,00	403,00	20.150,00
10	15-01-0048	OLEO LUBRIFICANTE SAE 10W, BALDE COM 20 LITROS. UNIDADE.	PETRONAS	115,00	362,00	41.630,00
11	15-01-0043	OLEO LUBRIFICANTE SAE 15W 40 API SEMI SINTETICO PARA MOTOR GASOLINA/ALCOOL. FRASCO COM 1 LITRO.UNIDADE.	PETRONAS	140,00	81,00	11.340,00
12	15-01-0046	OLEO LUBRIFICANTE SAE 20W30, BALDE 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	40,00	358,00	14.320,00
13	15-01-0053	OLEO LUBRIFICANTE SAE 40 DIESEL, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	40,00	288,00	11.520,00
15	15-01-0059	OLEO LUBRIFICANTE SAE 68, BALDE COM 20 LITROS	PETRONAS	70,00	229,00	16.030,00
17	15-01-0051	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90, DIESEL, BALDE 20 LITROS. UNIDADE	PETRONAS	95,00	315,00	29.925,00
20	15-01-0042	OLEO LUBRIFICANTE, SAE 15W 40 DIESEL, BALDE 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	155,00	335,00	51.925,00
21	15-01-0047	OLEO LUBRIFICANTE, SAE 30, DIESEL, BALDE COM 20 LITROS. UNIDADE.	PETRONAS	40,00	369,00	14.760,00
22	15-01-0038	OLEO SAE 10 W 30, BALDE COM 20 LITROS. UNIDADE.	PETRONAS	65,00	409,00	26.585,00
23	15-01-0049	OLEO SAE 5W30, MOTOR FLEX, FRASCO COM 1 LITRO. UNIDADE.	PETRONAS	128,00	27,50	3.520,00
						312.620,00

Valor total da empresa R$ 312.620,00 (trezentos e doze mil seiscentos e vinte reais).

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 204/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE AGOSTO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares aos Servidores:

Nome: (1671) INGRID LUIZA MORAIS

Contratada Cargo: (218) Auxiliar de Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 02/01/2017 à 01/01/2018.

Nome: (1196) LUIZ CARLOS VIEIRA

Cargo Efetivo: (223) Vigia

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 17/12/2016 à 16/12/2017.

Nome: (1581) SILMARA RIBEIRO DE OLIVEIRA

Cargo Comissionado: (402) Supervisora III

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 17/06/2016 à 16/06/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 01 de Agosto 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 200/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE AGOSTO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares ao Servidor:

Nome: (1130) UENDEL DE SOUZA DE CASTRO

Cargo Efetivo: (234) Agente Sanitarista

Lotação: Secretaria Municipal de Administração

Período Aquisitivo: 01/07/2017 à 30/06/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 01 de Agosto 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 203/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE AGOSTO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares às Servidoras:

Nome: (1429) CLEOMA DA SILVA DA CONCEIÇÃO

Cargo Efetivo: (85) Agente Comunitário de Saúde

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 04/06/2017 à 03/06/2018.

Nome: (299) IRAENE REIS SANTOS

Cargo Efetivo: (85) Agente Comunitário de Saúde

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 02/01/2015 à 01/01/2016.

Nome: (1346) MARIA ALICE BARBOSA GARCIA

Cargo Efetivo: (85) Agente Comunitário de Saúde

Lotação: Secretaria Municipal de Saúde

Período Aquisitivo: 12/07/2017 à 11/07/2018.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 01 de Agosto 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 202/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE AGOSTO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares ao Servidor:

Nome: (1155) ANEGINIER FRANCIEL COENCA

Cargo Efetivo: (268) Serviços Gerais

Lotação: Secretaria Municipal de Urbanismo

Período Aquisitivo: 06/07/2016 à 05/07/2017.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 01 de Agosto 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 201/2018

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE FÉRIAS REGULAMENTARES NO MÊS DE AGOSTO/2018 À SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Férias regulamentares ao Servidor:

Nome: (389) LUIZ MARTINS

Cargo Efetivo: (223) Vigia

Lotação: Secretaria Municipal de Educação

Período Aquisitivo: 01/03/2013 à 28/02/2014.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se

Apiacás-MT. 01 de Agosto 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2018– REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) TRES E TRES LTDA -ME, CNPJ- 05.074.701/0001-99, situada à Av. Jonas Pinheiro s/n/, Centro, Apiacás-MT, nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 040/2018e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 040/2018.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR:TRES E TRES LTDA -ME

CNPJ- 05.074.701/00001-99

ITENS:

item	código	Nome do Material	UN	Marca	quant.	Vlr Unitário	Vlr.Total
6	15-01-0052	OLEO HIDRAULICO ATF, BALDE 20 LITROS	Bd	PETRONAS	52,00	384,00	19.968,00
9	15-01-0045	OLEO LUBRIFICANTE, PARA MOTOR 2 TEMPOS, SAE 30, TCW III, ACONDICIONADO EM RECIPIENTE APROPRIADO, FRASCO COM 500 ML	Fr	PETRONAS	100,00	19,00	1.900,00
17	15-01-0043	OLEO LUBRIFICANTE SAE 15W40 SJ SEMI SINTETICO - PARA MOTOR, PARA COMBUSTIVEL GASOLINA/ALCOOL. FRASCO COM 1 LITRO.	Fr	PETRONAS	90,00	21,00	1.890,00
18	15-01-0040	OLEO LUBRIFICANTE 10W40, PARA LUBRIFICACAO DO MOTOR. BALDE COM 20 LITROS.	UN	PETRONAS	150,00	465,00	69.750,00
22	15-01-0041	OLEO LUBRIFICANTE-TRM SAE 140, PARA VEICULOS, MAQUINAS E EQUIPAMENTOS, MOVIDO ADIESEL. BALDE COM 20 LITROS.	Bd	PETRONAS	80,00	280,00	22.400,00

Valor total do fornecedor R$ 115.908,00 (cento e quinze mil cento novecentos e oito reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega e aceite dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA.

2022- MANUTENÇÃO E ADM DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM

339030.00000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

001.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO ENCARGOS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

339030.000000-1002-0159 -MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2010.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS - TRANSPORTE ESCOLAR

339030.000000- 0079 - MATERIAL DE CONSUMO-

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO

339030.000000- 0089 - MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. GERAL SEC. MUN. ASSITENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO/ ATIVIDADES DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL

339030.00000-0329- MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

002. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

2025- MANUTENÇÃO/ ATENDIMENTO AÇÕES DO CREAS

339030.00000-370- MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2096- CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS

339030.000000-0517- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURS REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000-0514- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 040/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 30 de agosto de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

TRES E TRES LTDA -ME

CNPJ- 05.074.701/00001-99

CONTRATADA

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 031/2018

PREGÃO PRESENCIAL N° 040/2018– REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 061/2018

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) DEL REY NOVA BANDEIRANTES LTDA-ME, CNPJ n° 06.063.181/0001-81, situada a Av. José Francisco Otenio, n° 160, Centro, Nova Bandeirantes, MT., CEP- 78.565-000, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 040/2018, e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10. 520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE OLEOS LUBRIFICANTES PARA VEICULOS DA FROTA MUNICIPAL COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICIPIO DE APIACÁS**, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 040/2018.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: DEL REY NOVA BANDEIRANTES LTDA-ME

CNPJ n° 06063181/0001-81

ITENS:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	MARCA	QTDADE	V. UNIT	V. TOTAL
1	15-01-0058	ADITIVO PARA COMBUSTIVEL, ARLA 32 ANTIPOLUICAO, ADICIONADO AO DIESEL. BALDE COM 20 LITROS. UNIDADE	CLARIAN	50,00	73,00	3.650,00
2	15-01-0057	ADITIVO QUIMICO AGUA ANTI CONGELANTE PARA RADIADOR, BALDE COM 20 LITROS. UNIDADE.	PETRONAS	60,00	560,00	33.600,00
6	15-01-0040	OLEO LUBRIFICANTE 10W40, MOTOR MAN, BALDE COM 20 LITROS, UND	PETRONAS	70,00	624,00	43.680,00
9	15-01-0052	OLEO LUBRIFICANTE HIDRAULICO ATF, SAE BALDE 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	73,00	408,00	29.784,00
14	15-01-0050	OLEO LUBRIFICANTE SAE 50, DIESEL, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE	PETRONAS	70,00	337,00	23.590,00
16	15-01-0054	OLEO LUBRIFICANTE SAE 80 W DIESEL, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	95,00	435,00	41.325,00
18	15-01-0041	OLEO LUBRIFICANTE TRM SAE 140, DIESEL, BALDE COM 20 LITROS, UNIDADE.	PETRONAS	80,00	318,00	25.440,00
19	15-01-0045	OLEO LUBRIFICANTE, PARA MOTOR 2 TEMPOS, SAE 30, TCW III, FRASCO COM 500 ML, UNIDADE.	STHILL	120,00	20,90	2.508,00
						203.577,00

Valor total do fornecedor R$ 203.577,00 (duzentos e três mil quinhentos e setenta e sete reais).

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.12. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega e aceite dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03. - SECRETARIA DE MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001. – ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA.

2022- MANUTENÇÃO E ADM DA SECRETARIA DE FINANÇAS E ADM

339030.00000-1000-MATERIAL DE CONSUMO

06.- SECRETARIA DE SAÚDE

001.- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2063. – MANUTENÇÃO ENCARGOS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE

339030.000000-1002-0159 -MATERIAL DE CONSUMO

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2010.- MANUTENÇÃO E ENCARGOS - TRANSPORTE ESCOLAR

339030.000000- 0079 - MATERIAL DE CONSUMO-

04.- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

002.- ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS PROPRIOS

2014.- MANUTENÇÃO E ADMINISTRAÇÃO EDUCAÇÃO

339030.000000- 0089 - MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

001. - ADM. GERAL SEC. MUN. ASSITENCIA SOCIAL

2035- MANUTENÇÃO/ ATIVIDADES DA SEC. DE AÇÃO SOCIAL

339030.00000-0329- MATERIAL DE CONSUMO

07. - SECRETARIA MUN. DE ASSITENCIA SOCIAL

002. - FUNDO MUNICIPAL DE ASSITENCIA SOCIAL

2025- MANUTENÇÃO/ ATENDIMENTO AÇÕES DO CREAS

339030.00000-370- MATERIAL DE CONSUMO

09. - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

001. – ADM GERAL SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

2027- MANUTENÇÃO E ADM SEC. DE AGRICULTURA E DES. ECONOMICO

339030.00000-0465- MATERIAL DE CONSUMO

10- SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO

001- ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE URBANISMO

2100- RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE RUAS E AVENIDAS

339030.000000- 0481 – MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2037- MANUTENÇÃO E ATIVIDADES. SEC. DE OBRAS

339030.000000-0504- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2096- CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PONTES E BUEIROS

339030.000000-0517- MATERIAL DE CONSUMO

11.- SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA ESTRUTURA

001- . ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SEC INFRA ESTRUTURA

2095- ABERTURS REABERTURA E MANUTENÇÃO DE ESTRADAS

339030.000000-0514- MATERIAL DE CONSUMO

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 040/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 30 de agosto de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

DEL REY NOVA BANDEIRANTES LTDA-ME

CNPJ N° 06063181/0001-81

CONTRATADA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 232/2018.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RESCISÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE

Artigo 1º - Rescindir o Contrato de Prestação de Serviço nº 010/2017, do Servidor Público Municipal **RODRIGO AUGUSTO DOS SANTOS,** portador da cédula de identidade 42.045.415-9 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 328.474.348-01,do Cargo de **Técnico em Enfermagem**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se

Cumpra-se

Pública-se

Apiacás-MT, 31 de Agosto de 2018.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 2º ADITIVO DO CONTRATO 13/2017

2º ADITIVO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINA-MT

CONTRATADO : RAFAELA FERREIRA RIBEIRO-ME

OBJETO : SUPRESSÃO 25% (VINTE E CINCO POR CENTO)

DATA: 07/08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 256/2018

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018, CUJO OBJETO É A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA E MADEIRA TIPO PALANQUE PARA MANUTENÇÃO EM PONTES, EM ATENDIMENTO À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços oriundas do PREGÃO PRESENCIAL Nº 021/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 044/2018 – empresa J A DA SILVA LIMA, CNPJ nº 04.134.366/0001-04.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 045/2018 – empresa RIO VERDE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ nº 24.140.838/0001-49.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÕES
PORTARIA N.º 255/2018

DESIGNAR O SERVIDOR PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018, CUJO OBJETO É A FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PLACAS DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, PARA ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pela Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1.993, em especial em seu Art. 67.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar e nomear o servidor da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT, Sr. Francisco Tiburcio de Carvalho, para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização das Atas de Registro de Preços oriundas do PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2018.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 042/2018 – empresa ART FINAL COMUNICAÇÃO VISUAL LTDA, CNPJ nº 05.292.804/0001-25.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 043/2018 – empresa M. C. PEREIRA RIBEIRO, CNPJ nº 06.911.966/0001-67.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e oito (28) dias do mês de agosto (08) do ano de dois mil e dezoito (2018).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2018

ORIGEM: PREGÃO PRESENCIAL/REGISTRO DE PREÇOS N° 052/2018

VALIDADE: 12 (doze) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto 1. 729/2010.

Aos **trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezoito**, o Município de Aripuanã/MT, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o N. º 03.507.498/0001-71 com sede na Praça São Francisco de Assis n° 128, Centro, na cidade de Aripuanã, neste ato denominada simplesmente **CONTRATANTE,** neste ato representado pelo **PREFEITO MUNICIPAL, Sr. JONAS RODRIGUES DA SILVA**, no exercício de suas atribuições legais e regulamentares, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da empresa: **LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA- ME,** inscrita no **CNPJ (MF) Nº. 08.371. 036/0001-93**, Inscrição Estadual Nº **13.327.534-5**, com sede na Rua Barrão de Melgaço ,nº. 2333- Bairro: Centro Sul, município de Cuiabá, Estado de Mato Grosso - CEP Nº. 78020-800 Telefone: (065) 3023-9060 representada por seu sócio administrador **Sr.Luiz Afonso da Silva** portador do **RG nº 08563927-4 SESP/MT** e **CPF nº 537.721.131-68,** nas quantidades e especificações estimadas, de acordo com a classificação por item do lote único, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Minuta de Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei 10.520/2002, Decreto 3.931/2001, dos Decretos Municipais 1.392/2008, Decreto nº. 1.729/2010, Decreto nº. 7.892/2013, e Decreto nº 8.250/ 2014 e subsidiariamente, á Lei8.666/93 e alterações posteriores, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO MATERIAL – PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS.

1.1. O preço, as especificações do objeto, a quantidadeencontram-se indicados na tabela abaixo:

SEQ.	ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	671073	PAPEL SULFITE FORMATO A4 (2010 X 297 MM), GRAMATURA 75 G/M², COM BOM DESEMPENHO PARA IMPRESSAO EM IMPRESSORA A LAZER, A JATO DE TINTA, FOTO COPIADORA, FAX E OF-SET, RESMAS EM PAPEL IMPERMEAVEL, CONTENDO 500 FOLHAS CADA, CAIXA COM 10 RESMAS. EMBALAGEM COM IDENTIFICACAO DO PRODUTO E MARCA DO FABRICANTE.	CAIXA	970	ONE	158,82	154. 055,40
02	690583	BOBINA PARA RELOGIO DE PONTO- PAPEL TERMICO, ATENDER AS EXIGENCIAS LEGAIS, O PAPEL DEVERA TER DURABILIDADE DA IMAGEM DE NO MINIMO 5 ANOS. OS MODELOS DE PAPEL INDICADOS DEVEM ATENDER AOS REQUISITOS DA LEI VIGENTE DESDE QUE AS CONDICOES DE ARMAZENAMEN TO ESPECIFICOS PELO FABRICANTE SEJAM RESPEITADAS, O PAPEL DEVE SER ARMAZENADO EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL; A TEMPERATURA AMBIENTE NAO DEVE EXCEDER 20°, A UMIDADE RELATIVA NAO DEVE ULTRAPASSAR 60% DEVE SER TOTALMENTE COMPATIVEL COM O RELOGIO DESCRITO NO ITEM 1 DESTE LOTE. COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS FISICAS: 57MM DE LARGURA; 360M DE COMPRIMENTO; 115 DE DIAMETRO MAXIMO; 12MM TUBETE, TIPO DE PAPEL: TERMO BANC.	UN	751	MAXPRINT	35,45	26. 622,95
03	695558	BOBINA PARA RELOGIO DE PONTO- PAPEL TERMICO, ATENDER AS EXIGENCIAS LEGAIS, O PAPEL DEVERA TER DURABILIDADE DA IMAGEM DE NO MINIMO 5 ANOS. OS MODELOS DE PAPEL INDICADOS DEVEM ATENDER AOS REQUISITOS DA LEI VIGENTE DESDE QUE AS CONDICOES DE ARMAZENAMEN TO ESPECIFICOS PELO FABRICANTE SEJAM RESPEITADAS, O PAPEL DEVE SER ARMAZENADO EM SUA EMBALAGEM ORIGINAL; A TEMPERATURA AMBIENTE NAO DEVE EXCEDER 20°, A UMIDADE RELATIVA NAO DEVE ULTRAPASSAR 60% DEVE SER TOTALMENTE COMPATIVEL COM O RELOGIO DESCRITO NO ITEM 1 DESTE LOTE. COM AS SEGUINTES CARACTERISTICAS FISICAS: 57MM DE LARGURA; 40M DE COMPRIMENTO. CAIXA COM 30 UNIDADES.	CAIXA	179	MAXPRINT	180,00	32. 220,00
04	678890	BOBINA DE PAPEL A1 ROLO DE 50 METROS.	UN	12	USA	65,99	791,88

2. DA VIGÊNCIA DA ATA

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá validade de **12 (doze) meses,** contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios, conforme dispõe o Artigo 4° do Decreto nº 1.729/2010 e, prorrogável no caso de haver interesse da Administração Pública, para obtenção de preço ou condições mais vantajosas.

3. DO REAJUSTE DE PREÇOS:

3.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida à revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

4. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o CONTRATADO/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e nestaAta;

b) quando o CONTRATADO/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente desta Ata, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente desta Ata;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e o fornecedor não aceitar reduzir o seu preço registrado;

e) por razões de interesse públicos devidamente demonstrados e justificados;

5. DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

5.1. Correrão por conta exclusivas da Ata de Registro de Preço:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência da presente da ata e do objeto do Edital; e,

II) qualquer tipo de análise ou emissão de laudo para comprovação da qualidade dos produtos fornecidos durante todo o prazo da presente Ata, ou qualquer outra necessidade que o Município considere imprescindível.

6. DOS ILÍCITOS PENAIS

6.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

7. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

7.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos recursos específicos consignados no **orçamento vigente** do Município de Aripuanã.

8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata;

II **-** é vedado caucionar ou utilizar a Ata decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem previa autorização do Municipio de Aripuanã.

9. DO FORO

9.1 Para dirimir quaisquer questões decorrentes desta Ata Registro de Preço, não resolvidos na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca de Aripuanã-MT.

10. CONDIÇÕES GERAIS:

10.1. As condições gerais do fornecimento do objeto, tais como os prazos para a entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Edital e Termo de Referência (Anexo I), assim como a proposta vencedora, que são partes integrantes desta Ata, independentemente de transcrição.

E, por estarem às partes justas e CONTRATADAS, foi lavrado o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma que, lido e achado conforme pelas PARTES, vai por elas assinado para que produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas.

Aripuanã-MT, 30 de agosto de 2018.

Jonas Rodrigues da Silva

Prefeito Municipal

LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA

CNPJ (MF) Nº. 08.371.036/0001-93

Luiz Afonso da Silva

CPF nº 537.721.131-68

LICITACAO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO Nº. 052/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial/Sistema Registro de Preço que trata o Edital nº. 052/2018, levado a efeito às **08h00min** do dia **22/08/2018** a empresa **LUASI PAPEIS E LIVROS LTDA- ME - CNPJ Nº: 08.371.036/0001-93** sagrou-se vencedora no valor total de **R$ 213.69,23.** Maiores informações poderão ser adquiridas pelo site http://www.aripuana.mt.gov.br, pelo e-mail licitacao@aripuana.mt.gov.br, ou pelo telefone (066) 3565-3900.

Aripuanã–MT,30 de agosto de 2018.

Daniel Botoni

Pregoeiro

LICITACAO
RESULTADO DA TOMADA DE PREÇO Nº. 003/2018

A Prefeitura Municipal de Aripuanã - MT torna público para conhecimento dos interessados que na Tomada de Preços de que trata o Edital nº. 003/2018, levado a efeito às 08h00min (Oito horas) do dia 27/08/2018, sagrou-se vencedora a empresa **POLI ENGENHARIA E COMERCIO LTDA**

Aripuanã-MT, 30 de Agosto de 2018.

Daniel Botoni Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 21/2018

b) Licitação Nr.: 3/2018-CV

c) Modalidade: Convites p/ Compras e Serviços

d) Data Homologação: 30/08/2018

e) Data da Adjudicação: Sequência: 0

f) Objeto da Licitação: Contratação de empresa para prestação de serviços contábeis no levantamento patrimonial, elaboração de inventário físico financeiro e alimentação do sistema de gerenciamento de dados da Prefeitura municipal de Barão de Melgaço, em especial atender a secretaria municipal de administração, por um período de 04(quatro) meses.

(em Reais R$)

g) Fornecedores e Itens Vencedores: Unid. Qtdade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

ROGERIO GONCALVES DE JESUS (7041) UN 4,00 0,0000 16.250,00 65.000,00

1 prestação de serviços contábeis no levantamento patrimonial, elaboração de inventário físico financeiro e alimentação do sistema de gerenciamento de dados da Prefeitura municipal de Barão de Melgaço, em especial atender a secretaria municipal de administração, por um período de 04(quatro)

Total do Fornecedor: 65.000,00

Total Geral: 65.000,00

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.002.3.3.90.39.00.00.00.00 (371) Saldo: 35.166,64

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 016/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº006/2018 – SRP

Pelo presente instrumento o **MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT**, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, situada à Praça Ângelo Masson nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representado pelo Prefeito Municipal **Sr. Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N°006/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, publicada no diário oficial, bem como a classificação da proposta e sua respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **COMPACTA ENGENHARIA EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 19.698.698/0001-99, situada na Av. Inacio Bittencourt, nº4752, Setor E, Chacara, município de Tangara da Serra/MT, Cep:78.300-000, neste ato representado pelo seu Proprietário, o Sr. **GILMAR GONÇALVES DA SILVA**, portador do RG nº 50323 TEM/MT e CPF 570.711.951-53, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em

conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (HORAS TRABALHADAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS**, de acordo com as especificações e quantidades descriminadas no Anexo I do Edital.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	5.280	H	PRESTACAO DE MAO-DE-OBRA - DO TIPO AUXILIAR DE COZINHA	8,30	R$ 43.824,00
TOTAL GERAL					**43.824,00**
VALOR POR EXTENSO:					

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o **valor global de R$ 43.824,00 (Quarenta e Três Mil e Oitocentos e Vinte e Quatro Reais ..)** de acordo com a proposta.

Validade: 12 (doze) meses.

Barra do Bugres – MT, 30 de Julho de 2018

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Contratante

COMPACTA ENGENHARIA EIRELI – ME

Gilmar Gonçalves da Silva

Contratada

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 015/2018

- PREGÃO PRESENCIAL Nº15/2017- SRP

Pelo presente instrumento o MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES – MT, através da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres - MT, situada à Praça Ângelo Masson nº.:1000 – Centro – Barra do Bugres – MT, inscrita no CNPJ sob nº.:03.507.522/0001-72, nesse ato representada pelo Prefeito Municipal Sr. Raimundo Nonato de Abreu Sobrinho, considerando o julgamento da licitação na modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL N° 06/2018 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS**, publicada no diário oficial, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços da empresa **ETS ENGENHARIA LTDA ME** inscrita no CNPJ/MF, sob n.º21.264.069/0001-00, situada na Av. Dr. Helio Ribeiro, nº487, Ed. Com. Concorde, Andar 16, sala 1605, Bairro Paiaguas, município de Cuiabá/MT, Cep:78.048-250, neste ato representada pela seu Proprietário, o Sr. **RILIS EVANGELISTA DE OLIVEIRA JUNIOR**, portador do RG nº23465000 SEJSP/MT e CPF 004.999.911-76, bem como a classificação das propostas e sua respectiva homologação, RESOLVE registrar os preços das empresas, nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes

às normas constantes da Lei n° 8.666/93 de 21.06.93 e suas alterações, Lei 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto N° 3.931 de 19 de setembro de 2001, Lei complementar 123/2006, Decretos Municipais Nº 004/2007 e 060/2011 e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO- A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA (HORAS TRABALHADAS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PUBLICOS, de acordo com as especificações e quantidades descriminadas no Anexo I do Edital.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2	42.240,00	H	OFICIAL DE SERVIÇOS GERAIS	6,75	285.120,00
4	10.560,00	H	SERVICO DE PROFISSIONAL TEMPORARIO - DO TIPO SEGURANCA DIURNO	6,75	71.280,00
5	34.320,00	H	COLETOR DE DETRITOS	6,57	225.482,40
6	10.560,00	H	INSTALACAO ELETRICA PARA ILUMINACAO PUBLICA - ILUMINAÇÃO PUBLICA	13,05	137.808,00
7	5.280,00	H	SERVICO FUNERARIO - DO TIPO SEPULTAMENTO DOS RESTOS MORTAIS ADMINISTRADOR E SEPULTADOR	10,30	54.384,00
8	2.640,00	H	PRESTACAO DE MAO-DE-OBRA - ENCARREGADO SUPERVISOR ADMINISTRATIVO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO,COM JORNADA DE TRABALHO DE 40 HORAS SEMANAIS	11,50	30.360,00
TOTAL GERAL					**804.434,40**

CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, o **valor global de R$ 804.434,40 (Oitocentos e Quatro Mil Quatrocentos e Trinta e Quatro Reias e Quarenta Centavos)** de acordo com a proposta.

Validade: 12 (doze) meses.

Barra do Bugres – MT, 30 de Julho de 2018

RAIMUNDO NONATO DE ABREU SOBRINHO

Prefeito Municipal

Contratante

ETS ENGENHARIA LTDA ME

Rilis Evangelista de Oliveira Junior

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

CONTRATO N° 093/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **CLÉBERSON TAVARES BARBOSA, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 112.050,000. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 097/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **JULYANNA MARTINS OLIVEIRA, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 82.500,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 105/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **JULYANE RESENDE DE FREITAS, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 81.250,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 098/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **N. R. DOS SANTOS CORBELINO, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 82.800,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

EXTRATO 4º ADITIVO AO CONTRATO Nº 077/2017 – TP 009/2017

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA NETO SANTOS LTDA,** que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do contrato original até a data de **31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

EXTRATO 5º ADITIVO AO CONTRATO Nº 059/2017 – CC 003/2017

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **WEVERTON DIEGO SOUZA SILVA - ME,** que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do contrato original até a data de **30 de Agosto de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 095/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **CONSULTÓRIO MALINOWSKI, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 143.650,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 099/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **CAMILA CARLA CAMPOS DE OLIVEIRA, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 82.800,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 100/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **RAYANNY MADHAY DOS SANTOS, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 110.300,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 101/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **PEDRO FERRAZ DA COSTA FILHO, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 137.800,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 102/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **NATHÁLYA GONÇALVES SIQUEIRA, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 110.300,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

PORTARIA Nº 13.970 DE 09 DE AGOSTO DE 2.018.

"Dispõe sobre concessão de 03 (três) meses de licença-prêmio à servidora que menciona."

O Prefeito Municipal de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, Sr. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS, no uso de atribuições legais,

Considerando os termos do Art. 102 da Lei Complementar 03/1991, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e Art. 93, § 1º, alínea "b", da Lei Orgânica Municipal;

R e s o l v e:

Art. 1º – Conceder, a pedido, 03 (três) meses de licença-prêmio, **a ser gozada de acordo com o cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde**, referente ao quinquênio Jan2013/Dez2017, à servidora **MARIA SIRLENE PEREIRA DE SOUSA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no cargo de Agente de Combate à Endemias.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

Barra do Garças/MT, 09 de agosto de 2.018.

ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS

Prefeito Municipal

(*) Republicada por conter no documento público no Diário Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso (AMM/MT) n° 3.046, de 20/08/2018, p. 34, erro material (digitação), divergindo do documento assinado.

CONTRATO N° 092/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **CLÍNICA MEDIC – LIFE EIRELI, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 82.500,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 103/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **HERMES ROJAS ZAYAS, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 109. 050,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

EXTRATO 8º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA,** em virtude de realinhar as metas previstas no contrato original, constando a necessidade de **aditar, fica o valor aditado em R$ 24.109,38** (Vinte e quatro mil cento e nove reais e trinta e oito centavos). Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 104/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **FÁBIO TADEU DA SILVA FILHO, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 109.050,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

EXTRATO 9º ADITIVO AO CONTRATO Nº 050/2018 – TP 004/2018

O Município de Barra do Garças – MT, torna público a celebração do Termo Aditivo em epígrafe, contratada, **CONSTRUTORA CHAPADENSE LTDA,** que tem por objetivo **prorrogar o prazo de execução** do contrato original até a data de **30 de Outubro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 094/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **MEDICINA ANDRAOS, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 115. 950,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

CONTRATO N° 096/2018 INEXIGIBILIDADE° 007/2018

O Município de Barra do Garças/ MT, torna pública a celebração de contrato conforme abaixo: Contratado: **UNISAÚDE TRATAMENTO MÉDICOS LTDA, Objeto:** Credenciamento para prestação de serviços médicos. **Valor Global: R$ 114.650,00. Validade: 03 de Agosto 2018. Vigência: 31 de Dezembro de 2018**. Barra do Garças - MT, 30 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 14 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO 2018/SME EMENTA:ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2015; 006/2017 E 001/2018

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **423**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214. 145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor(a) **EVANIL SALES DE CARVALHO,** denominado(a) contratado(a), no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais**, para exercer sua função na Escola Municipal Buscando o Saber, em substituição a servidora Lindinalva Dias Bonfim que está de atestado médico por 120 dias a partir 27/08/2018, que se regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 27/08/2018 até 21/12/2018 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 28 de Agosto de 2018

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
ASSESSORIA TÉCNICA I

ASSESSORIA TECNICA I

Extrato do 2° Termo Aditivo de Prazo do Contrato Administrativo n.º 068/2018-PGM

Contratante: Prefeitura Municipal de Cáceres-MT

Contratada: WP CONSTRUTORA LTDA – ME

Objeto: Aditar o **PRAZO DA EXECUÇÃO E VIGÊNCIA** do Contrato Administrativo n° 068/2018-PGM para mais **60 (sessenta) dias**, contrato esse celebrado entre o município de Cáceres através da **Secretaria Municipal de Saúde** e a empresa **WP CONSTRUTORA LTDA – ME**.

Cáceres – MT, 30 de agosto de 2018.

Antonio Carlos de Jesus Mendes

Secretaria Mun. de Saúde

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO - ERRATA

ERRATA

TERMO ADITIVO Nº 017/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **BÁRBARA KLEIN BISINELLA DIAS**, Brasileira, Casada, Residente e Domiciliado na Rua Galáxias, N° 209, Bairro Estrela D'Oeste, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 1117359-9 e CPF nº 707.891.851-72, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 180 dias, o processo seletivo 001/2016, até a finalização do processo seletivo edital 005/2018.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na dilação/prorrogação e automaticamente contratação da **BÁRBARA KLEIN BISINELLA DIAS** no cargo de Médico-Dermatologista, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Referencial de Saúde no Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 23 de Maio 2018 e término em 16 de novembro 2018.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Agosto de 2018.

_____

BÁRBARA KLEIN BISINELLA DIAS

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

Afixado em: 30.08.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO - ERRATA

ERRATA

TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO Nº 005/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **VANDERLEIA PLAQUI MALDONADO**, Brasileira, Casada, Residente e Domiciliado na Rua D, S/N°, Bairro Vila Irene, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 2088590-3 SSP/MT e CPF nº 034.979.891-50, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 1 (um) ano, do processo seletivo 001/2016, com inicio em 22/05/2017.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da, **VANDERLEIA PLAQUI MALDONADO** no cargo de Atendente Consultório Dentário, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Especializado Odontológico – CEO do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 22 de Maio 2018 e término em 23 de Maio 2019.**

Cláusula 3ª – Todas as demais claúsulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Agosto de 2018.

_____

VANDERLEIA PLAQUI MALDONADO

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

Afixado em: 30.08.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO ERRATA

ERRATA

TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO Nº 004/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/ 0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **FLÁVIA MALDONADO FERREIRA PLAQUI**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua Pedro Alexandrino de Lacerda, N° 378, Bairro Vila Irene, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 1472491-0 SSP/MT e CPF nº 003.178.201-92, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 1 (um) ano, do processo seletivo 001/2016, com inicio em 22/05/2017.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da, **FLÁVIA MALDONADO FERREIRA PLAQUI** no cargo de Atendente Consultório Dentário, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Especializado Odontológico – CEO do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 22 de Maio 2018 e término em 22 de Maio 2019.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de Agosto de 2018.

_____

FLÁVIA MALDONADO FERREIRA PLAQUI

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

Afixado em: 30.08.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 413 DE 28 DE AGOSTO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº. 36561, de 27 de agosto de 2018;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar o servidor **HELBER RENATO DE FIGUEIREDO FIALHO**, para responder pela Gerência de Unidades Esportivas e Lazer da Secretaria de Esporte e Lazer, em substituição a titular **Ester Ferreira Campos** que se encontra em gozo de férias, no período de 31 de agosto a 29 de setembro de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 28 de agosto de 2018.

MARCOS ANTÔNIO DO NASCIMENTO

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Afixado em: 28.08.18

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PORTARIA Nº. 417 DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere **a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010,** o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011 e o Decreto nº 153 de 01 de abril de 2013,

CONSIDERANDO o que consta no processo sob Protocolo Geral nº 37136 de 30 de agosto de 2018,

RESOLVE:

Art.1º Nomear as servidoras relacionadas abaixo para compor membro representante da **Comissão Permanente de Sindicância Administrativa**, destinada a apurar as irregularidades narradas em processos e documentos da Prefeitura Municipal de Cáceres, com efeitos a partir desta data.

PRESIDENTE

ANILCE RIBEIRO DA SILVA

MEMBROS TITULARES

CIEILY LOPES FERREIRA

INAILZA PEDRAÇA SILVA

Art.2º Fica a cargo do Secretário Municipal que solicitou a abertura do Processo Administrativo, o envio à Comissão, de todo e qualquer processo,

por ato específico, para que a mesma faça a necessária e adequada apuração em cada caso.

Art.3º A Comissão deverá iniciar seus trabalhos a partir da publicação da Portaria, e concluí-los no prazo de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Único. Antes de dar início aos trabalhos, a Comissão deverá consultar a Procuradoria Geral do Município, para orientação quanto ao procedimento a ser adotado na apuração de cada irregularidade.

Art.4º Caso o prazo citado seja insuficiente, a Comissão deverá comunicar por escrito ao Secretário Municipal de Administração, que autorizará mediante despacho, a prorrogação para mais 30 (trinta) dias, a contar do vencimento.

Art.5º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando a Portaria Nº 403 de 22 de agosto de 2018.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de agosto de 2018.

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA

Secretário Municipal de Administração

Afixado em: 30.08.18

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº. 25 DE 16 DE AGOSTO DE 2018.

Convoca conselheira suplente para tomar posse do cargo de Conselheiro Tutelar.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Cáceres/MT – CMDCA, no uso de suas atribuições que lhes conferem a Lei Federal nº. 8.069, de 13 de julho de 1990 - ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Municipal nº. 2.473 de 29 de abril de 2015 que estabelece regras para composição e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, do Conselho Tutelar e do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e revoga as Leis 1862/2003 e 67/2006 e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências, em Reunião Extraordinária realizada no dia 16 de agosto de 2018, com registro em Ata nº. 170 e,

Considerando o Oficio nº 651/2018 – CT, de 08/08/2018, solicitação da disponibilização de Conselheiro Suplente para suprir férias dos Conselheiros Titulares do Conselho Tutelar da Infância e Juventude de Cáceres;

RESOLVE:

Art. 1º - Convocar o 4º. Conselheira Suplente **LEIDAIANE MUNIZ NOBREGA**, que deverá apresentar-se no prazo máximo de 3 (três) dias, contados a partir deste ato de convocação, na Sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizado na Avenida Brasil nº 119, Jardim Celeste - COC, no horário das 07h30m às 11h30m ou das 13h30m à 17h30min, portando os documentos exigidos em lei, para o exercício da função, em substituição aos Conselheiros (as) Titulares, Cleomar Ribeiro da Silva, mês de setembro, Ana Rosa de Moraes Rodrigues, mês de outubro e Maria José Pouso Gomes, mês de novembro, que estarão em período de férias, sob pena de ser considerada desistente, dando ensejo ao chamamento do próximo na ordem de classificação.

Art. 2º - A presente Resolução será publicada na imprensa oficial do Município (Diário Oficial), e afixada na Sede do CMDCA e do Conselho Tutelar.

Art. 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Cáceres, 16 de agosto de 2018.

Gimerson Ferreira de Souza

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 62,63,64,65,66- 2018 PREGÃO ELETRÔNICO 38-2018 - REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Objeto: Registro de preço visando aquisição de **MATERIAIS DE INFORMATICA**, para atender às necessidades da Prefeitura Municipal de Cáceres, nas quantidades e especificações detalhadas no Anexo I, do Termo de Referência.

EMPRESAS VENCEDORAS:

GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA ME – CNPJ: 04.911.902/0001-30, perfazendo um valor total de R$ 159.124,00 (Cento e cinquenta e nove mil e cento e vinte e quatro reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR UM.	VALOR TOTAL
1	**IMPRESSORA TERMICA NÃO FISCAL** COM VELOCIDADE DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 250 MM/S COM VELOCIDADE DE AVANÇO DE PAPEL 52 LPS COM Nº DE CARACTERES POR LINHA 24, 32, 48 ,64, OU 21,28, 42, 56 NO MÍNIMO GUILHOTINA COM VIDA ÚTIL: 2 MILHÕES DE CORTES INTERFACE DE COMUNICAÇÃO INTERFACE PADRÃO: USBSEGUNDA INTERFACE: SERIAL RS-232, ETHERNET OU WI-FI. ALIMENTAÇÃO 100 A 240 VAC (EXTERNA) @ 50 A 60 HZ QUE FUNCIONE COM TABELA DE CARACTERES CODE 437, CODE 850, CODE 858, CODE 860, CODE 862, CODE 864, CODE 866, QR CODE. COM MÉTODO DE IMPRESSÃO TÉRMICO MODO DE IMPRESSÃO NORMAL, EXPANDIDO NA HORIZONTAL, EXPANDIDO NA VERTICAL, EXPANDIDO NA VERTICAL E HORIZONTAL, ENFATIZADO, ITÁLICO, INVERTIDO, NEGRITO, SUBLINHADO, SOBRESCRITO, SUBSCRITO.Á COM 100 BOBINAS INCLUSAR NO APARELHO, O DRIVERS E SOFTWARES DEVE SUPORTAR WINDOWS 95 / 98 / ME™, NT 4.0™, WINDOWS2000™, WINDOWS XP / VISTA / 7 / 8 / 10, JAVAPOS, OPOS, DLL (WINDOWS) / SO (LINUX) / DRIVER DE SPOOLER. COM SENSORES FIM DE PAPEL, PRÓXIMO DO FIM DE PAPEL, TAMPA ABERTA, TEMPERATURA DA CABEÇA DE IMPRESSÃO. VIDA ÚTIL DO MECANISMO DE IMPRESSÃO DE NO MÍNIMO 200KM. ACIONAMENTO DE GAVETA, 1 CONECTOR RJ-12 COM CAPACIDADE DE CONEXÃO DE 2 GAVETAS, SUPORTE TROCA DE BOBINA.COM NO MINIMO 2 ANOS DE GARANTIA	UNI	40	BEMATECH	R$ 1.218,00	R$ 48.720,00
4	**HD EXTERNO 4TB:** VELOCIDADE DE ROTAÇÃO 7200 RPM TECNOLOGIA DISCO RÍGIDO DIMENSÃO DO HD 2.5" CACHE 16 MB CAPACIDADE 4 TB TIPO DE DRIVE EXTERNO INTERFACE USB DESCRIÇÃO – MODELO: EXPANSION – BUFFER: 16 MB – DIMENSÕES: 17.8 X 11.8 X 3.5 CM – HD: 4TB 2.5" – INTERFACE: USB 3.0 – VELOCIDADE: 7200 RPM ACESSÓRIOS: - CABO USB – FONTE EXTERNA: BIVOLT 100/240 50/60 HZ – MANUAL CONECTORES: - USB.	UNI	20	SEAGATE	R$ 802,20	R$ 16.044,00
10	**RACK** - DE PAREDE, PINTURA EPOXI, ESTRUTURA EM AÇO SAE 1,5 MM, PORTA FRONTAL COM ESTRUTURA EM AÇO SAE 1010, ESPESSURA 1,2 MM E VISOR EM CHAPA DE POLIESTIRENO NA COR FUME, LATERAIS REMOVIVEIS EM AÇO SAE 1010 COM ESPESSURA DE 0,75 MM FIXADAS ATRAVES DE PARAFUSOS,PADRAO 19 POLEGADAS, PLANO DE FIXACAO EM AÇO, PERFURADO PARA PORCA GAIOLA, AJUSTE DE PROFUNDIDADE DO PLANO DE MONTAGEM,ALTURA UTIL 12U,VENEZIANAS DE VENTILACAO NAS LATERAIS,COM FECHADURA E CHAVES,ACOMPANHA O PRODUTO UM KIT DE PARAFUSOS PARA FIXACAO NA PAREDE	UNI	30	FIBRACEM	R$ 395,00	R$ 11.850,00

12	**MEMORIA RAM** - TECNOLOGIA DDR-3, PC3-1333MHZ, CAPACIDADE: 4 GB, PARA NOTEBOOK. GARANTIA: 01 ANO.	UNI	20	KINGSTON	R$ 221,00	R$ 4.420,00
14	**RELÓGIO DE PONTO PORTÁTIL BIOMÉTRICO -** HOMOLOGADO DE ACORDO COM A PORTARIA N° 1.510/2009 MTE E CERTIFICADO PELO INMETRO; POSSUI SISTEMA DE IMPRESSÃO COM VELOCIDADE DE 80 MM/S; A IMPRESSÃO TEM DURABILIDADE DE NO MÍNIMO 5 ANOS; OS DADOS SÃO GRAVADOS EM MEMÓRIA NÃO VOLÁTIL TANTO PARA A MEMÓRIA DE TRABALHO (MT) COMO PARA A MEMÓRIA DE REGISTRO PERMANENTE (MRP); PERMITE O CADASTRO DAS INFORMAÇÕES DO EMPREGADOR, LOCAL DE TRABALHO E COLABORADORES; ARMAZENA NA MRP OS EVENTOS: REGISTRO DO EMPREGADOR, MARCAÇÃO DE PONTO, ALTERAÇÃO DE DATA E HORA, CADASTRO E ALTERAÇÃO DE COLABORADORES E EVENTOS SENSÍVEIS; CAPACIDADE DE GERENCIAMENTO DE ATÉ 15.000 COLABORADORES NA MEMÓRIA DE TRABALHO (MT) CAPACIDADE PARA ARMAZENAMENTO DE REGISTROS EM MEMÓRIA (MRP): 8.800.000 TRABALHA COM VÁRIOS TIPOS DE COMUNICAÇÃO, TORNANDO-SE UM EQUIPAMENTO MOLDÁVEL À NECESSIDADE DO CLIENTE E ADAPTÁVEL AO AMBIENTE; CALENDÁRIO PERPÉTUO, COM OPÇÃO DE AJUSTE DA DATA E HORA E CONFIGURAÇÃO DO HORÁRIO DE VERÃO; O EQUIPAMENTO TRABALHA COM LEITURA AUTOMÁTICA DA QUANTIDADE DE DÍGITOS DOS CARTÕES (3 A 20 DÍGITOS); POSSUI BOTÃO NA COR VERMELHA IDENTIFICADO COMO RIM, QUE TEM A FUNÇÃO DE EXTRAIR A RELAÇÃO IMPRESSA DAS MARCAÇÕES DE PONTO REALIZADAS NAS 24 HORAS PRECEDENTES; POSSUI PORTA FISCAL USB PARA COLETA DO ARQUIVO AFD PARA AUDITORIA DOS DADOS DO EQUIPAMENTO PELO FISCAL DO TRABALHO; PARA MAIOR CONTROLE DO ACESSO AO EQUIPAMENTO, POSSUI SUPORTE PARA CADASTRAR UM USUÁRIO E SENHA DE ACESSO PARA CONTROLE DAS CONFIGURAÇÕES; OPERA COM AUTO ON (BIOMETRIA COM RECURSO DE TOQUE ÚNICO), FUNÇÃO QUE PERMITE REALIZAR A IDENTIFICAÇÃO DA DIGITAL APENAS COLOCANDO O DEDO SOBRE O SENSOR, SEM A NECESSIDADE DE DIGITAR A MATRÍCULA, UTILIZAR O CRACHÁ OU A TECLA DE VERIFICAÇÃO DISPONÍVEL NO TECLADO; POSSUI PORTA FISCAL USB PARA COLETA DO ARQUIVO AFD PARA AUDITORIA DOS DADOS DO EQUIPAMENTO PELO FISCAL DO TRABALHO; SISTEMA DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE DADOS VIA SEGUNDA PORTA USB. ATRAVÉS DESTA PORTA PODEM SER REALIZADAS AS CONFIGURAÇÕES DO EQUIPAMENTO, DO EMPREGADOR, DE COLABORADORES, DE BIOMETRIAS E COLETA DE EVENTOS; SISTEMA DE IDENTIFICAÇÃO DE STATUS E EVENTOS NO EQUIPAMENTO: PELO PRÓPRIO EQUIPAMENTO, APLICATIVO EMBARCADO OU SOFTWARE GERENCIADOR; POSSUI SISTEMA DE GERENCIAMENTO INTELIGENTE. VALIDA AS INFORMAÇÕES RECEBIDAS E AS SALVAS APENAS SE FOR NECESSÁRIO, OTIMIZANDO A UTILIZAÇÃO DA MEMÓRIA; POSSUI SENSOR PARA GARANTIR A IMPRESSÃO DO COMPROVANTE DE PONTO DO TRABALHADOR; SUPORTA BOBINAS DE ATÉ 30 METROS DE COMPRIMENTO. ACOMPANHA A BATERIA INTERNA COM AUTONOMIA PARA MAIS DE 300 TICKETS. 12 MESES DE GARANTIA.	UNI	30	HENRY	R$ 1.050,00	R$ 31.500,00
15	**CONECTORES -** PARA CONFECCAO DE CABOS, MODELO RJ45, MACHO	UNI	10.000	CHIPSCE	R$ 0,16	R$ 1.600,00
16	**FILTRO DE LINHA -** CONTRA SURTOS DE TENSAO E RUIDOS, ENTRADA 110 OU 220 VCA, COM POTENCIA DE MAXIMA 1500 W, COM 05 TOMADAS E 3 PINOS	UNI	100	KAIROS	R$ 19,90	R$ 1.990,00
19	**PROJETOR MULTIMIDIA** - APARELHO PARA PROJECAO (DATASHOW) - DIMENSAO DO LCD: 0.53 - METODO DE PROJECAO: FRONTAL / TRASEIRA / MONTADA NO TETO / SOB A MESA - RESOLUCAO NATIVA: SVGA (800 X 600 PIXELS) - RESOLUCAO COMPATIVEL: UXGA (1600 X 1200) - CONTRASTE: ATE 22.000:1 - REPRODUCAO DE CORES: ATE 1,07 BILHAO DE CORES - LUMINOSIDADE / BRILHO: 3500 ANSI LUMENS - RELACAO DE PROPORCAO: 4:3 (NATIVO) - DISTANCIA FOCAL: 21.85 - 24 MM - TAMANHO DA IMAGEM: 27.7? - 304.4? - ENTRADAS/SAIDAS: 1X HDMI 1.4V, -1X ENTRADA VGA, 1X VIDEO COMPOSTO, 1X ENTRADA DE AUDIO (3.5MM), 1X ENTRADA USB DE SERVICO, 1X RS232C, 1X SAIDA VGA, 1X SAIDA DE AUDIO (3.5MM) - DIMENSOES (L X A X P): 29,8 X 9,6 X 23 CM - PESO: 2,20 KG OBS: TODAS AS MEDIDAS SAO APROXIMADAS.	UNI	20	BENQ	R$ 2.150,00	R$ 43.000,00

SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA EPP – CNPJ: 08.784.976/0001-04, perfazendo um valor total de R$ 392.812,50 (trezentos e noventa e dois mil e oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR UN.	VALOR TOTAL
2	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL LASER** TECNOLOGIA DE IMPRESSÃO LASER / MONOCROMÁTICA VISOR LCD VELOCIDADE MÁXIMA EM COLOR (PPM) N/A RESOLUÇÃO (MÁXIMA) EM DPI 1200X1200DPI TEMPO DE IMPRESSÃO DA PRIMEIRA PÁGINA MENOR QUE 8,5 SEGUNDOS VELOCIDADE DO PROCESSADOR 400 MHZ, INTERFACES ETHERNET/ USB 2.0/ WIRELLES 802.11, MEMÓRIA PADRÃO 64 MB MEMÓRIA OPCIONAL 320 MB, EMULAÇÃO PC L6/BR-SCRIPT 3/ IBM PROPRINTER/EPSON FX FONTES RESIDENTES 66 FONTES ESCALÁVEIS, 12 FONTES EM BITMAP, 13 CÓDIGOS DE BARRA DUPLEX VOLUME MÁXIMO DE CICLO MENSAL50.000 PG MANUSEIO DO PAPEL, CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL 250 FOLHAS, CAPACIDADE DE BANDEJA ADICIONAL 50 FOLHAS, CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL 150 FOLHAS, TAMANHOS DO PAPEL CARTA, A6, B5, A4 (ISSO/ JIS), A5, A5 (EDGE LONG), B6 (IS0), EXECUTIVE TIPOS DE PAPEL COMUM, PAPEL FINO, PAPEL RECICLADO GRAMATURA DE PAPEL 60 A 163 GM2 ADF 50 FOLHAS, COPIA VELOCIDADE DA COPIA EM PRETO 40, AMPLIAÇÃO/ REDUÇÃO 25%- 400% TAMANHO DO VIDRO DE EXPOSIÇÃO OFICIA COPIA SEM USO DO PC, AGRUPAMENTO DE COPIAS (2 EM 1), COPIA DUPLEX AUTOMÁTICA, DIGITALIZAÇÃO COLOR E MONO.VELOCIDADE DE DIGITALIZAÇÃO 2,52, COLOR E 1,68, MONOS CAPACIDADE MÁXIMA DO ADF 50 DIGITALIZAÇÃO DUPLEX AUTOMÁTICA RESOLUÇÃO INTERPOLADA 19.200 X 19.200 DPI DIGITALIZA PARA E-MAIL (SOFTWARE), FTP COMPATIVEL COM LINUX E WINDOWS, IMG, OCR, ARQUIVO, REDE, PENDRIVE, COMPATIBILIDADE DE REDE ETHERNET 10/100 BASE TX SOFTWARES DRIVES COMPATÍVEIS WINDOWS /MAC OS VISUALIZAÇÃO E SOFTWARE OCR FERRAMENTA DE GERENCIAMENTO SECURE FUNCION LOCK AMBIENTE CONSUMO DE ENERGIA:PRINTING/STANDY-BY/SLEET702/8.1/1.4W CERTIFICAÇÃO ENERGY STAR, OUTROS MODO TONER SAVE N/I, GARANTIA 12 MESES, COM TONNER NOVO E TODOS OS SUPORTE PARA IMPRESSÃ	UNI	150	OKI DATA	R$ 2.618,75	R$ 392.812,50

LS SERVIÇOS DE INFORMATICA E ELETRÔNICA LTDA-EPP – CNPJ: 10.793.812/0001-95, perfazendo um valor total de R$ 526.520,00 (quinhentos e vinte e seis mil e quinhentos e vinte reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
3	**IMPRESSORA LASER ELETROFOTOGRÁFICO**, VELOCIDADE MÁXIMA 52/50PPM, RESOLUÇÃO MÁXIMA 1200 X 1200 DPI, MEMÓRIA PADRÃO 1 GB, MEMÓRIA, PROCESSADOR 800 MHZ INTERFACES ETHERNET/ USB 2.0/ WIRELLES 802.11, EMULAÇÃO PCL6 /BR-SCRIPT3 / IBM PROPRINTER DUPLEX, VOLUME MÁXIMO DE CICLO MENSAL 150.000PG, CAPACIDADE DA BANDEJA DE PAPEL 520 FOLHAS, CAPACIDADE DE BANDEJA ADICIONAL 4X520 FOLHAS, CAPACIDADE DE SAÍDA DO PAPEL 150 FOLHAS, COMPATIBILIDADE COM REDES TCP/IP (IPV4/IPV6), COMPATÍVEL COM WINDOWS, MAC OS E LINUX, GARANTIA 12 MESES, COM TONNER NOVO E TODOS OS SUPORTE PARA IMPRESSÃO.	UNI	150	BROTHER	R$ 2.500,00	R$ 375.000,00
13	**COMPUTADOR DE MAO -** TABLET; COR PRETA; PESO MAXIMO DE 600G; 3 ESPESSURA MAXIMA DE 9MM; TAMANHO DE TELA MINIMA DE 9,7" (NOVE VIRGULA SETE POLEGADAS); TELA DO TIPO TOUCH SCREEN (SENSIVEL AO TOQUE); RESOLUCAO MINIMA DE 1200 X 1920 PIXELS COM PROFUNDIDADE DE 16 MILHOES DE CORES; PROCESSADOR OCTA-CORE COM CADA NUCLEO	UNI	80	SAMSUNG	R$ 1.894,00	R$ 151.520,00

	OPERANDO A PELO MENOS 1.5 GHZ, OU PROCESSADOR COM CHIP A9 OU SUPERIOR; MEMORIA RAM DE 3 GB; MEMORIA DE ARMAZENAMENTO INTERNA DE 16 GB.					

OLMI INFORMATICA LTDA – EPP – CNPJ: 00.789.321/0001-17, perfazendo um valor total de R$ 87.775,00 (oitenta e sete mil e setecentos e setenta e cinco reais)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
6	**ANTENA AIR GRID M5 HP** DE 27 DBI HP AG-HP-5G27 DA MARCA UBIQUITI, COM FONTE POE, COM RESET PELA FONTE MAIS MATERIAIS DE FIXAÇÃO E ISOLAMENTO.	UNI.	50	UBIQUITI	R$ 599,00	R$ 29. 950,00
7	**RADIO ROCKET M5 HP** COM FONTE, DA MARCA UBIQUITI, FREQUÊNCIA 5470MHZ - 5825MHZ, PROCESSADOR ATHEROS 400MHZ, MEMÓRIA 64MB SDRAM, FLASH DE 8MB, POTÊNCIA DE TRANSMISSÃO DE ATÉ 27 DBM (500MW), SENSIBILIDADE INICIAL DE -75 ATÉ -97, PORTAS LAN1 X 10/100, CONECTORES EXTERNOS 2 X SMA, DIMENSÕES 17CM X 8CM X 3CM, PESO 0.5 KG, CONSUMO MÁXIMO DE POTÊNCIA 6.5 WATTS. ALIMENTAÇÃO DE ENERGIA 24V 1A, MÉTODO.DE ALIMENTAÇÃO POE PASSIVO (PARES 4,5+; 7,8), RETORNO. TEMPERATURA DE OPERAÇÃO-30° ATÉ 75°, UMIDADE 5 ATÉ 95% CONDENSADO, VIBRAÇÃO E CHOQUE ETSI300-019-1.4.	UNI.	50	UBIQUITI	R$ 701,50	R$ 35. 075,00
8	**PAINEL SETORIAL** BASESTATION 17DBI AM-5G17-90 DA MARCA UBIQUITI, - GANHO: 16.1-17.1DBI, TOLERÂNCIA AO VENTO: 120 MPH, POLARIZAÇÃO: DUPLA LINEAR, ISOLAMENTO CRUZADO: 22DB MIN, FREQUENCIA DE OPERAÇÃO: 4.90-5.90 GHZ, ETSI SPECIFICATION: EN 302 326 DN2, DIMENSÕES: 367X63X41MM.	UNI.	20	UBIQUITI	674	R$ 13. 480,00
9	**ROTEADOR -** ROUTERBOARD MIKROTIK RB750GL 64MB RAM-05 PORTAS.	UNI.	5	MIKROTIK	778	R$ 3. 890,00
11	**DISCO RIGIDO -** HD INTERNO, SATA II, PARA NOTEBOOK, CAPACIDADE DE 500GB. 2,5 POLEGADAS, VELOCIDADE MINIMA DE 7.200RPM, GARANTIA MINIMA DE 12 MESES.	UNI.	20	WESTERN DIGITAL	269	R$ 5. 380,00

I.L MENDES JUNIOR – MENDES & PARS –ME – CNPJ: 17.184.211/0001-24, perfazendo um valor total de R$ 119.342,50 (cento e dezenove mil e trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT	MARCA	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
21	**IMPRESSORA MULTIFUNCIONAL - MONOCROMATICA COLORIDA:** CONFIGURACOES MINIMAS: - VELOCIDADE DE 40 PAGINAS/MINUTO NO FORMATO A4: CICLO MENSAL ATE 80.000 PAGINAS; VELOCIDADE DO PROCESSADOR 1200MHZ ;CONEXAO; IMPRESSAO MOVEL: EPRINT, APPLE AIR PRINT, WIRELESS DIRECT PRINTING, CERTIFICACAO MOPRIA, GOOGLE CLOUD PRINT 2.0, APLICATIVOS MOVEIS, PADRAO; USB 2.0, 1 HOST USB, 1 GIGABIT ETHERNET 10/100/1000T, 802.11B/G/N WI-FI; MEMORIA 256MB;IMPRESSAO FRENTE E VERSO AUTOMATICA;RESOLUCAO DE DIGITALIZACAO ATE1200X1200DPI;DIGITALIZACAO DIGITALIZA PARA E-MAIL, PASTA DE REDE E NUVEM; RESOLUCAO COPIA PRETO: 600X600 DPI CORES: 600 X 600 DPI;VOLTAGEM 110/220V.	UNI.	50	HP	R$ 2. 386,85	R$ 119. 342,50

VALOR TOTAL DO PROCESSO É DE: R$ 1.285.574,00 (UM MILHÃO E DUZENTOS E OITENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS E SETENTA E QUATRO REAIS)

Prefeitura Municipal de Cáceres, 31 de agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Secretário Municipal de Administração

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA,

RG nº. 1415782-9 e do CPF nº. 024.943.031-25

CONTRATADA:

Empresa:

GUERREIRO FILHO & CHAVES LTDA ME

CNPJ: 04.911.902/0001-30

SEVENTEC TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA EPP

CNPJ: 08.784.976/0001-04

LS SERVIÇOS DE INFORMATICA E ELETRÔNICA LTDA-EPP

CNPJ: 10.793.812/0001-95

OLMI INFORMATICA LTDA – EPP

CNPJ: 00.789.321/0001-17

I.L MENDES JUNIOR – MENDES & PARS –ME

CNPJ: 17.184.211/0001-24

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO

ERRATA

TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO Nº 002/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **KELLY CRISTINA DELUQUE DA SILVA**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua A, N° 26, Bairro Vitória Régia, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 1847159-5 SSP/MT e CPF nº 012.211.761-10, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com

fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 1 (um) ano, do processo seletivo 001/2016, com inicio em 22/05/2017.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da, **KELLY CRISTINA DELUQUE DA SILVA** no cargo de Atendente Consultório Dentário, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Especializado Odontológico – CEO do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 22 de Maio 2018 e término em 22 de Maio 2019.**

Cláusula 3ª – Todas as demais cláusulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de agosto de 2018.

_____

KELLY CRISTINA DELUQUE DA SILVA

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____
CPF:_____

Afixado em: 30.08.18

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2018

O MUNICÍPIO DE CÁCERES – MT, doravante denominado **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83, representado pelo **Secretário Municipal de Saúde** Senhor **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, portador do RG nº 1300800-5 SSP/MT e do CPF nº 886.839.901-68, residente e domiciliado na Rua das Seriemas, n° 690, Bairro Vila Mariana, no Município de Cáceres-MT, CEP 78.200-000, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e, de outro lado o senhor **SEBASTIÃO PEDRO DE SOUZA**, brasileiro, casado, militar reformado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral nº 870.924 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Mato Grosso e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda nº 111.631.271-91, residente e domiciliado na Rua dos Professores, nº. 23, Distrito do Caramujo, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **LOCADOR**, resolvem de comum acordo firmar o presente **Termo de Rescisão Contratual Consensual**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDOo disposto no pedido realizado através do Memorando nº 2528/2018 – COMPRAS-SMS (protocolo nº 28497/2018 em 29/06/2018) que versa acerca do cancelamento do contrato n° 38/2018 – PGM.

CONSIDERANDO o PARECER JURÍDICO – PGM - N. º 266/2018, exarado pelo Procurador Geral do Município, Sr. º BRUNO CORDOVA FRANÇA, que opina pela possibilidade da rescisão amigável do contrato administrativo, desde que devidamente justificada a conveniência da Administração Pública, demonstrando ausência de prejuízos ao erário público, nos moldes do artigo 79, II da Lei Federal 8.666/93.

CONSIDERANDO a justificativa do Secretário Municipal de Saúde, Srº Antônio Carlos de Jesus Mendes que versa sobre a necessidade de rescindir o contrato de nº 38/2018-PGM referente à locação do imóvel localizado na Avenida Principal, s/nº, que tem por motivo a construção da nova Unidade Básica de Saúde do Caramujo, cujo o funcionamento passará a ser realizado na Rua Francisco Manço Pereira no Distrito Santo Antônio do Caramujo - Município de Cáceres-MT.

Sendo assim, o presente Termo de Rescisão Contratual Consensual pactuado entre as partes está fundamentado nos termos do Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, de comum acordo resolvem:

CLÁUSULA 1ª. Rescindir, a partir de 06 de julho de 2018, o Contrato Administrativo nº 38/2018-PGM, celebrado em 23 de fevereiro de 2018, com fulcro do respectivo contrato e Art.79, inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA 2ª. Declaram as partes que assinam o presente pacto sem nenhuma espécie de vício de consentimento, tais como coação, erro, dolo, simulação ou fraude, não restando, destarte, qualquer reclamação quanto à liberdade de suas manifestações de vontade, ora aduzidas nestes termos.

CLÁUSULA 3ª. O Município de Cáceres-MT se compromete a mandar publicar a súmula do presente Termo de Rescisão Contratual Consensual na Imprensa Oficial e encaminhá-la ao Tribunal de Contas, por exigência de disposições da Lei Orgânica daquela Corte.

E por estar certo, justo e acordado o presente Termo de Rescisão Contratual Amigável que vai devidamente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, tudo em conformidade com a Legislação em vigor.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 16 de julho de 2018.

ANTÔNIO CARLOS DE JESUS MENDES

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

LOCATÁRIO

SEBASTIÃO PEDRO DE SOUZA

LOCADOR

TERMO DE RESCISÃO CONTRATUAL CONSENSUAL CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2018

O MUNICÍPIO DE CÁCERES – MT, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 03.214.145/0001-83 com sede no COC – Centro Operacional de Cáceres, que compreende complexo administrativo da Prefeitura Municipal, sito a Avenida Brasil, nº 119, bairro Jardim Celeste, neste ato **representado pela Secretária Municipal de Educação, Sr.ª ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS, portadora do RG nº 1287547-3 SSP/MT e do CPF nº 566.957.564-49, residente e domiciliada na Rua Porto Carrero, nº 768, Bairro Cohab Velha no Município de Cáceres-MT, CEP: 78.200-000,** doravante denominado **CONTRATANTE,** e de outro lado, a empresa **RT DE RAMOS AUTO CENTER EIRELI-ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 23.304.952/0001-62, com sede na Rua General Osorio, nº1167, BRCAO B, Centro, nesta cidade de Cáceres-MT, CEP 78200-000, neste ato representado pelo seu proprietário o senhor RIVALDINO TIBURCIO DE RAMOS, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral nº 281066 SSP/MT, e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o nº 177.865.761-34, residente e domiciliado na Avenida General Osório, nº1165, Centro - Cáceres-MT,** doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, resolvem de comum acordo firmar o presente **Termo de Rescisão Contratual Consensual**, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CONSIDERANDOo disposto no pedido realizado através do Memorando nº 557/2018 – C.C/SME (protocolo nº 26041/2018 em 14/06/2018) que versa acerca do cancelamento do contrato n° 82/2018 – PGM.

CONSIDERANDO o PARECER JURÍDICO – PGM - N. º 257/2018, exarado pelo Procurador Geral do Município, Sr. º BRUNO CORDOVA FRANÇA, que opina pela possibilidade da rescisão amigável do contrato administrativo, desde que devidamente justificada a conveniência da Administração Pública, demonstrando ausência de prejuízos ao erário público, nos moldes do artigo 79, II da Lei Federal 8.666/93.

Sendo assim, o presente Termo de Rescisão Contratual Consensual pactuado entre as partes está fundamentado nos termos do Art. 79, inciso II da Lei nº 8.666/93, de comum acordo resolvem:

CLÁUSULA 1ª. Rescindir, a partir de 13 de julho de 2018, o Contrato Administrativo nº 82/2018-PGM, celebrado em 09 de maio de 2018, com fulcro do respectivo contrato e Art.79, inciso II da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA 2ª. Declaram as partes que assinam o presente pacto sem nenhuma espécie de vício de consentimento, tais como coação, erro, dolo, simulação ou fraude, não restando, destarte, qualquer reclamação quanto à liberdade de suas manifestações de vontade, ora aduzidas nestes termos.

CLÁUSULA 3ª. O Município de Cáceres-MT se compromete a mandar publicar a súmula do presente Termo de Rescisão Contratual Consensual na Imprensa Oficial e encaminhá-la ao Tribunal de Contas, por exigência de disposições da Lei Orgânica daquela Corte.

E por estar certo, justo e acordado o presente Termo de Rescisão Contratual Amigável que vai devidamente assinado pelas partes em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, tudo em conformidade com a Legislação em vigor.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 13 de julho de 2018.

ANTÔNIA ELIENE LIBERATO DIAS

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CONTRATANTE

RIVALDINO TIBURCIO DE RAMOS

RT DE RAMOS AUTO CENTER EIRELLI - ME

CONTRATADA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 61-2018 PREGÃO PRESENCIAL N° 54-2018 -REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Secretarias do Município de Cáceres.

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Interessado: Todas as Secretarias desta Prefeitura.

Objeto: Registro de preço para contratação de Empresa Especializada em Prestação de Serviços para Eventos Institucionais e Culturais para cumprir o calendário e atender a demanda das Secretarias: **Assistência Social; Assuntos Estratégicos, Turismo e Cultura; Planejamento; Educação e Saúde.**

EMRESAS VENCEDORAS: **DAINA LIMA DE ALMEIDA CNPJ Nº04.433.214/0001-02, perfazendo um valor total de R$202.710,00 (duzentos e dois mil setecentos e dez reais)**

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
01	5.825	FORNECIMENTO DE **ALMOÇO/JANTAR**, ENTRADA: PRATOS FRIOS (MAIONESE DE LEGUMES, SALADA DE VEGETAIS FOLHOSOS, VEGETAIS CRUS E COZIDOS, 2 (DUAS) OPÇOES; PRATO PRINCIPAL: 02 (DOIS) TIPOS DE CARNES (VERMELHA E BRANCA E/OU PESCADO), COM NO MINIMO 120G (CENTO E VINTE GRAMAS) DE CADA TIPO DE CARNE, COM BEBIDAS; SOBREMESA: 02 (DOIS) TIPOS DE DOCES, FRUTAS DA ESTAÇAO. BEBIDAS: 01 COPO DE 300 ML DE SUCO DE FRUTA OU REFRIGERANTE OU AGUA COM GAS OU AGUA SEM GAS. POR PESSOAS.	R$34,80	R$202.710,00

BARROS & ZILLO LTDA CNJ N°11.518556/0001-90, PERFAZENDO UM VALOR TOTAL DE R$220.049,40 (DUZENTOS E VINTE MIL QUARENTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS

ITEM	QUANT.	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
02	13.385	FORNECIMENTO DE **COFEE BREAK**: COM SALADA DE FRUTAS VARIADAS, 08 (OITO) TIPOS DE MINI SANDUICHES VARIADOS E/OU SALGADINHOS, 01 (UMA) MASSA DOCE (BOLO OU ROCAMBOLE), 02 (DOIS) TIPOS DE SUCO, 02 (DOIS) TIPOS DE REFRIGERANTE (01 DIETÉTICO), 03 (TRES) TIPOS DE BISCOITOS FINOS, CAFE, AGUA, CHÁ. POR PESSOAS.	R$16,44	R$220.049,40

Perfazendo o valor total do processo de R$422.759,40 (quatrocentos e vinte e dois mil setecentos e cinquenta e nove reais e quarenta centavos)

Prefeitura Municipal de Cáceres, 30 de Agosto de 2018.

MUNICÍPIO DE CÁCERES/MT

Secretário Municipal de Administração

LUIZ FERNANDO BERTAGLIA DA SILVA,

RG nº. 1415782-9 e do CPF nº. 024.943.031-25

CONTRATADA:

_____

Empresa:

DAINA LIMA DE ALMEIDA

CNPJ Nº04.433.214/0001-02

Representante:

Priscila Analu da Silva Reviato,

CPF: 384.256.518-67

RG: nº 46.283.716-6 SSP/PP

_____

Empresa;

BARROS & ZILLO LTDA

CNJ N°11.518.556/0001-90,

Representante:

ADRIANA BARBOSA BARROS,

RG n°356.302 SSP/MT

CPF n°486.944.601-49

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/TERMO ADITIVO - PRORROGAÇÃO ERRATA

ERRATA

TERMO ADITIVO PRORROGAÇÃO Nº 001/2018 – SMS

POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO

O Município de Cáceres – MT, inscrito no CNPJ sob n.º 03. 214. 145/0001-83, neste ato, representado pelo Secretário Municipal de Saúde Interino, **ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES**, de ora em diante denominado simplesmente Contratante, e a senhora **ANACLÉIA DE ARRUDA SOUZA**, Brasileira, Solteira, Residente e Domiciliado na Rua Bom Jesus, S/N°, Bairro Jardim Paraiso, em CÁCERES-MT, portadora do RG n° 1935459-2 SSP/MT e CPF nº 018.555.271-46, daqui por diante denominado Contratado, pelo presente Termo Aditivo por Prazo Determinado, com fulcro no artigo 37, IX da Constituição Federal, Inciso VIII Artigo 96 da Lei Orgânica Municipal e Lei n.º 1.931, de 15 de abril de 2005. Este termo tem por objetivo prorrogar pelo prazo de 1 ano, do processo seletivo 001/2016.

Cláusula 1ª - O Objeto do presente Termo aditivo por prazo determinado consiste na prorrogação da, **ANACLÉIA DE ARRUDA SOUZA** no cargo de Atendente Consultório Dentário, em caráter de excepcional interesse público, para exercer suas funções no Centro Especializado Odontológico – CEO do Município de Cáceres da Secretaria Municipal de Saúde.

Cláusula 2ª – A referida Contratação tem **início em 22 de Maio 2018 e término em 22 de Maio 2019.**

Cláusula 3ª – Todas as demais claúsulas do Contrato principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Para constar e como prova de haverem assim pactuado, foi lavrado o presente Contrato por Prazo Determinado, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, que vão assinadas e rubricadas pelas partes.

Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, 30 de agosto de 2018.

_____

ANACLÉIA DE ARRUDA SOUZA

Contratado

_____

ANTONIO CARLOS MENDES DE JESUS

Contratante

Testemunhas:

Nome:_____ Nome:_____

CPF:_____

CPF:_____

Afixado em: 30.08.18

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 49 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 206** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Marlene Rosalia de Paula,** Licenciada em Pedagogia da EM Frei Grignion, acréscimo de 20 horas no período de 27/08/2018 a 10/09/2018, em substituição a Virginia dos Anjos Silva que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 30 de agosto de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

GESTÃO DE PESSOAS -SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 48 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE AGOSTO 2018/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2018

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 385** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS e Regime Jurídico Estatutário – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97, de **Sinézia Aparecida Tavares Silva Cruz,** Licenciada em Pedagogia da EM FAZENDO ARTE, acréscimo de 20 horas no período de 28/08/2018 a 31/08/2018, em substituição a professora Alessandra Pedrosa Ferreira que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 30 de agosto de 2018

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - HOMOLOGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 52-2018 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Todas as Secretarias

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual, contratação de empresa especializada para prestação de serviço de limpeza, conservação, higienização e lavagem de veículos visando atender todas as Secretarias do Município de Cáceres –MT.

Empresa Vencedora: LUIZ ENERSTO GOMEZ CARRASCO – ME – CNPJ: 29.532.536/0001-30 Valor Total R$ 62.245,00 (sessenta e dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais)

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 30 de agosto de 2018.

Ronaldo de Lima

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 286/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2018/GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 051/2018/GPM

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 Decreto nº 2.696/2017.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Ofício nº 0144/SEMEC/2018;

Considerando o Pedido de Licença Prêmio da Servidora que atua como AAE – Educação Infantil;

Considerando a Carta de desistência da candidata DIVINA AFONSO RIBEIRO.

RESOLVE

1.**CONVOCAR** candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 elencado no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 04/09/2018, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2016 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos Humanos atestar a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. O candidato convocado por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados neste Edital, deverão se apresentar na Diretoria do Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal no período improrrogável de 30/08/2018 a 04/09/2018 até as 17:00h

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no memento da entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de agosto de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 051/2018/GPM

Quadro 1. Relação de Candidatos Convocados

AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL/SEDE DO MUNICÍPIO PSS Nº 004/2016	
01	ADOLFO SI'RUIPI SIMISUTE DATA NASC: 04/06/1998

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2018/GPM

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 052/2018/GPM

Dispõe sobre a convocação de candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado que menciona e dá outras providências.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 Decreto nº 2.696/2017.

Considerando que o provimento das funções da Administração Pública Municipal são prerrogativas do Poder Executivo conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal;

Considerando o Ofício nº 0158/SEMEC/2018;

RESOLVE

1.**CONVOCAR** candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016 elencado no Anexo I deste Edital para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. Os candidatos convocados por meio deste Edital deverão apresentar junto a Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 17:00h do dia 04/09/2018, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor (fotocópia e original).

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral (cópia).

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional/Atestado Médico (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. Certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino (fotocópia e original).

3. Além das exigências previstas neste edital, os candidatos convocados deverão preencher todos os requisitos contidos no edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado nº004/2016 e suas alterações.

4. Após o cumprimento de todas as exigências dispostas neste Edital e Editais que regulamentaram o Processo Seletivo Simplificado nº 004/2016, por parte do candidato, deverão, a Diretoria de Recursos Humanos atestar

a entrega de documentos, para fins de apresentação junto a Secretaria de Lotação.

5. O candidato convocado por meio deste Edital, de posse do atestado de entrega dos documentos referenciados neste Edital, deverão se apresentar na Diretoria do Setor de Recursos Humanos na Prefeitura Municipal no período improrrogável de 30/08/2018 a 04/09/2018 até as 17:00h

6. A inobservância aos prazos e condições estabelecidos neste Edital implicará **na eliminação** do candidato ora convocado.

7. A declaração de bens, Declaração de acúmulo ou não de Cargo, Emprego ou Função pública (modelo a ser fornecido), será preenchida junto a Diretoria de Recursos Humanos no memento da entrega dos demais documentos.

Publique-se.

Registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de agosto de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 052/2018/GPM

Quadro 1. Relação de Candidatos Convocados

AAE/EDUCAÇÃO INFANTIL/SEDE DO MUNICÍPIO PSS Nº 004/2016	
01	LOYS LAYNE LUZIA ARCANJO DATA NASC: 16/12/1998

SETOR DE LICITAÇÕES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 05/2018

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

PROCESSO Nº 3110/2018

INEXIGIBILIDADE Nº 005/2018.

OBJETO: Contratação da empresa LUCIENE ALVES SILVA 00630424101, CNPJ nº 21.372.980/0001-23, especializada em produção e promoção de eventos, para a realização de show com a BANDA SCALLA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Prefeito Municipal de Campinápolis, Estado de Mato Grosso, usando de atribuições de seu cargo, acolhendo conclusão do Pregoeiro Oficial e parecer jurídico competente e tudo mais que consta dos autos,

R E S O L V E:

HOMOLOGAR o Processo de Inexigibilidade nº 05/2018 para contratação da empresa LUCIENE ALVES SILVA 00630424101, CNPJ nº 21.372.980/0001-23, especializada em produção e promoção de eventos, para a realização de show com a BANDA SCALLA, no dia 08 de setembro de 2018, na Festa do Peixe 2018 do Distrito de São José do Couto, em Campinápolis – MT.; em favor da empresa:

LUCIENE ALVES SILVA 00630424101, CNPJ nº 21.372.980/0001-23	
Descrição	**PROPOSTA VENCEDORA**
Contratação da empresa LUCIENE ALVES SILVA 00630424101, CNPJ nº 21.372.980/0001-23, especializada em produção e promoção de eventos, para a realização de show com a BANDA SCALLA, no dia 08 de setembro de 2018, na Festa do Peixe 2018 do Distrito de São José do Couto, em Campinápolis – MT.	18.000,00
TOTAL	**R$ 18.000,00**

Devendoser pago mediante a execução dos serviços, com a fatura em documento válido, após o atesto de seu recebimento.

Gabinete do Prefeito Municipal, em Campinápolis, Estado de Mato Grosso, 30 de agosto de 2018.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 179/2018

PORTARIA Nº 179/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. MARIA DAS MERCES DE SOUZA HENKES".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. MARIA DAS MERCES DE SOUZA HENKES**, efetiva no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 28/08/2018 e término em 25/11/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.09425R7 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **28 de Agosto 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 183/2018

PORTARIA Nº 183/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. APARECIDA MARIA DE GODOY".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. APARECIDA MARIA DE GODOY**, efetiva no Cargo de SERVENTE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 21/08/2018 e término em 18/11/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.16663R2 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **21 de agosto 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 181/2018

PORTARIA Nº 181/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. JAMILE ALVES CRESTANI".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. JAMILE ALVES CRESTANI**, efetiva no Cargo de AGENTE EDUCACIONAL, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 27/08/2018 e término em 25/09/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.02323R15 **- FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **27 de agosto de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 180/2018

PORTARIA Nº 180/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sr. MARCELO TAVARES UREL".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. MARCELO TAVARES UREL**, efetivo no Cargo de AGENTE ADMINISTRATIVO, lotado no CENTRO DE REABILITAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 03/09/2018 e término em 01/12/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.12488R7 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **03 de setembro de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 178/2018

PORTARIA Nº 178/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. SANDRA MARIA GONCALVES DA SILVA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo dos Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. SANDRA MARIA GONCALVES DA SILVA**, efetiva no Cargo de PROFESSORA, lotada na SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais.

Art. 2º A Beneficiarias está em gozo de auxilio doença desde **17/08/2018** *e término em* **15/10/2018**, sendo que o benefício será pago pelo Funsem a partir **01/09/2018** ***a*** **15/10/2018***, conforme preceitua o art. 15 da Lei Municipal nº 1.170/2007*, até posterior deliberação.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 17 de Agosto de 2018, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 177/2018

PORTARIA Nº 177/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor do Sr. JULIO CESAR FERREIRA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. JULIO CESAR FERREIRA**, efetivo no Cargo de AGENTE DE FISCALIZACAO, lotado na SECRET. MUN. DE INFRAESTRUTURA, com vencimentos integrais, a parti de 16/07/2018 e término em 13/10/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.16625R2 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **16 de julho de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
BALANCETE DE VERIFICAÇÃO 07/2018

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle
Julho / 2018

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1	ATIVO								
1.1	ATIVO CIRCULANTE								
1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA								
1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL								
1.1.1.1.1	CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDACAO								
1.1.1.1.1.01	CAIXA (F)			181.575,05	1.109.110,58	181.575,05	1.109.110,58		
1.1.1.1.1.06	CONTA UNICA RPPS								
1.1.1.1.1.06.01	BANCOS CONTA MOVIMENTO - RPPS (F)	89.539,95		1.532.326,52	10.604.710,38	1.511.250,55	11.007.002,92	110.615,92	
1.1.1.1.1.50	APLICACOES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA								
1.1.1.1.1.50.01	TITULOS PUBLICOS (F)	160.061.793,50		11.973.794,00	25.871.723,02	9.296.133,42	15.876.107,13	162.739.454,08	
1.1.2	CREDITOS A CURTO PRAZO								
1.1.2.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER								
1.1.2.1.1	CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER - CONSOLIDACAO								
1.1.2.1.1.05	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS A RECEBER								
1.1.2.1.1.05.99	OUTRAS CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS A RECEBER (P)			621.786,97	3.716.825,60	621.786,97	4.248.187,22		
1.1.2.3	CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER								
1.1.2.3.3	CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER - INTER OFSS - UNIAO								
1.1.2.3.3.09	CREDITOS DECORRENTES DE OUTRAS TRANSFERENCIAS (P)			420.404,91	2.513.033,91	420.404,91	2.620.180,86		
1.1.3	DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO								
1.1.3.8	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO								
1.1.3.8.1	OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO - CONSOLIDAC								
1.1.3.8.1.09	CREDITOS A RECEBER POR REEMBOLSO DE SALARIO MATERNIDADE PAGO (						415,19		
1.1.4	INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO								
1.1.4.9	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS								
1.1.4.9.1	(-) AJUSTE DE PERDAS DE INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS - (								
1.1.4.9.1.01	(-) AJUSTE DE PERDAS COM TITULOS E VALORES MOBILIARIOS (P)				1.062.022,11		1.062.022,11		
1.1.5	ESTOQUES								
1.1.5.6	ALMOXARIFADO								
1.1.5.6.1	ALMOXARIFADO - CONSOLIDACAO								
1.1.5.6.1.01	MATERIAL DE CONSUMO (P)	470,55		2.655,13	23.232,98	3.049,88	24.142,58	75,80	
1.2	ATIVO NAO CIRCULANTE								
1.2.3	IMOBILIZADO								
1.2.3.1	BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1	BENS MOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.1.1.02	BENS DE INFORMATICA (P)	29.814,00			8.859,00			29.814,00	
1.2.3.1.1.03	MOVEIS E UTENSILIOS (P)	55.510,00			13.600,00		1.530,00	55.510,00	

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
1.2.3.1.1.99	DEMAIS BENS MOVEIS								
1.2.3.1.1.99.99	OUTROS BENS MOVEIS (P)	18.378,10			2.727,00			18.378,10	
1.2.3.2	BENS IMOVEIS								
1.2.3.2.1	BENS IMOVEIS - CONSOLIDACAO								
1.2.3.2.1.01	BENS DE USO ESPECIAL (P)	179.872,25						179.872,25	
1.2.3.2.1.04	BENS DOMINICAIS (P)	1.168.377,00						1.168.377,00	
1.2.3.8	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS								
1.2.3.8.1	(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS - CONSOLIDAC								
1.2.3.8.1.01	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS MOVEIS (P)		31.939,80		593,47	1.044,17	6.428,27		32.983,97
1.2.3.8.1.02	(-) DEPRECIACAO ACUMULADA - BENS IMOVEIS (P)		47.612,88			1.133,64	7.935,48		48.746,52
2	PASSIVO E PATRIMONIO LIQUIDO								
2.1	PASSIVO CIRCULANTE								
2.1.1	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR								
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1	PESSOAL A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.1.1.01	PESSOAL A PAGAR								
2.1.1.1.1.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS								
2.1.1.1.1.01.01.01	SALARIOS, REMUNERACOES E BENEFICIOS (F)			37.393,15	284.422,46	37.393,15	284.422,46		
2.1.1.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.2.1.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR								
2.1.1.2.1.01.01	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS A PAGAR (F)		2.402,36	679.052,72	4.360.223,95	679.052,72	4.228.284,86		2.402,36
2.1.1.4	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR								
2.1.1.4.1	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR - CONSOLIDACAO								
2.1.1.4.1.01	CONTRIBUICOES AO RGPS A PAGAR								
2.1.1.4.1.01.03	CONTRIBUICOES AO RGPS - SERVICOS DE TERCEIROS OU CONTRIBUINTES /			4.702,10	4.702,10	4.702,10	4.702,10		
2.1.3	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO								
2.1.3.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO								
2.1.3.1.1	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO - CONSOL								
2.1.3.1.1.01	FORNECEDORES NACIONAIS								
2.1.3.1.1.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR								
2.1.3.1.1.01.01.01	FORNECEDORES NAO PARCELADOS A PAGAR (F)			34.816,69	183.536,62	34.816,69	183.536,62		
2.1.4	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO								
2.1.4.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO								
2.1.4.1.1	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO COM A UNIAO - CONSOLIDACAO								
2.1.4.1.1.11	PIS/PASEP A RECOLHER								
2.1.4.1.1.11.01	PIS/PASEP A RECOLHER (F)			20.254,74	146.656,37	20.254,74	121.421,78		
2.1.8	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.1.8.1	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES								
2.1.8.1.1	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES - CONSOLIDACAO								
2.1.8.1.1.01	ADIANTAMENTOS DE CLIENTES (F)		4.020,16	7.440,33	7.440,33	3.420,17	7.440,33		
2.1.8.8	VALORES RESTITUIVEIS								
2.1.8.8.2	VALORES RESTITUIVEIS - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01	CONSIGNACOES - INTRA OFSS								
2.1.8.8.2.01.01	RPPS - RETENCOES - INTRA OFSS (F)			8.466,78	54.114,02	8.466,78	54.114,02		
2.1.8.8.2.01.03	ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES - INTRA OFSS (F)		1.258,37	1.258,37	9.265,27	1.258,37	9.287,64		1.258,37
2.1.8.8.2.01.04	IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF - INTRA OFSS (F)		50.855,77	51.007,84	279.649,50	51.909,38	331.240,24		51.757,31
2.1.8.8.2.01.99	OUTROS CONSIGNATARIOS - INTRA OFSS (F)		77,46	63.509,89	678.649,56	99.670,80	680.619,10		36.238,37
2.1.8.9	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO								
2.1.8.9.1	OUTRAS OBRIGACOES A CURTO PRAZO - CONSOLIDACAO								
2.1.8.9.1.01	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
2.1.8.9.1.01.04	RESTITUICOES DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS								
2.1.8.9.1.01.04.01	RESTITUICOES DE CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS (F)				556,14		556,14		
2.1.8.9.1.02	DIARIAS A PAGAR								
2.1.8.9.1.02.01	DIARIAS A PAGAR (F)			600,00	3.885,00	600,00	3.885,00		
2.2	PASSIVO NAO-CIRCULANTE								
2.2.7	PROVISOES A LONGO PRAZO								
2.2.7.2	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO								
2.2.7.2.1	PROVISOES MATEMATICAS PREVIDENCIARIAS A LONGO PRAZO - CONSOLID/								
2.2.7.2.1.03	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS CONCEDIDOS								
2.2.7.2.1.03.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS CONCEDIDOS DO PLANO		39.314.728,35						39.314.728,35
2.2.7.2.1.04	PLANO PREVIDENCIARIO - PROVISOES DE BENEFICIOS A CONCEDER								
2.2.7.2.1.04.01	APOSENTADORIAS/PENSOES/OUTROS BENEFICIOS A CONCEDER DO PLANO		141.191.007,34						141.191.007,34
2.2.7.2.1.05	PLANO PREVIDENCIARIO - PLANO DE AMORTIZACAO								
2.2.7.2.1.05.98	(-) OUTROS CREDITOS DO PLANO DE AMORTIZACAO (P)	47.226.287,83						47.226.287,83	
2.3	PATRIMONIO LIQUIDO								
2.3.7	RESULTADOS ACUMULADOS								
2.3.7.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS								
2.3.7.1.1	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - CONSOLIDACAO								
2.3.7.1.1.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO						1.762.363,32		
2.3.7.1.1.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		21.302.862,11		1.762.363,32				21.302.862,11
2.3.7.1.2	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTRA OFSS								
2.3.7.1.2.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES		607.391,71						607.391,71
2.3.7.1.3	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - UNIAO								
2.3.7.1.3.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	126.840,29						126.840,29	
2.3.7.1.5	SUPERAVITS OU DEFICITS ACUMULADOS - INTER OFSS - MUNICIPIO								

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 3

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
2.3.7.1.5.01	SUPERAVITS OU DEFICITS DO EXERCICIO						1.117,88		
2.3.7.1.5.02	SUPERAVITS OU DEFICITS DE EXERCICIOS ANTERIORES	1.117,88			1.117,88			1.117,88	
3	VARIACAO PATRIMONIAL DIMINUTIVA								
3.1	PESSOAL E ENCARGOS								
3.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL								
3.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS								
3.1.1.1.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RPPS - CONSC								
3.1.1.1.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RPPS								
3.1.1.1.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	120.286,35		25.953,26	146.239,61			146.239,61	
3.1.1.1.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	52.120,88			52.120,88			52.120,88	
3.1.1.2	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS								
3.1.1.2.1	REMUNERACAO A PESSOAL ATIVO CIVIL - ABRANGIDOS PELO RGPS - CONSC								
3.1.1.2.1.01	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL - RGPS								
3.1.1.2.1.01.01	VENCIMENTOS E SALARIOS	55.846,95		11.439,89	67.286,84			67.286,84	
3.1.1.2.1.01.21	FERIAS VENCIDAS E PROPORCIONAIS	18.775,13			18.775,13			18.775,13	
3.1.2	ENCARGOS PATRONAIS								
3.1.2.2	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS								
3.1.2.2.1	ENCARGOS PATRONAIS - RGPS - CONSOLIDACAO								
3.1.2.2.1.01	CONTRIBUICOES PREVIDENCIARIAS - RGPS	15.544,28		2.402,36	17.946,64			17.946,64	
3.2	BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.1	APOSENTADORIAS E REFORMAS								
3.2.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS								
3.2.1.1.1	APOSENTADORIAS - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.1.1.1.99	OUTRAS APOSENTADORIAS	2.259.732,76		416.477,86	2.676.210,62			2.676.210,62	
3.2.2	PENSOES								
3.2.2.1	PENSOES - RPPS								
3.2.2.1.1	PENSOES - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.2.1.1.01	PROVENTOS DE PENSOES	526.964,40		87.064,23	614.028,63			614.028,63	
3.2.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS								
3.2.9.1.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS - RPPS - CONSOLIDACAO								
3.2.9.1.1.10	AUXILIO-DOENCA	670.743,38		157.946,57	828.689,95			828.689,95	
3.2.9.1.1.11	SALARIO MATERNIDADE	52.927,53		11.495,88	64.423,41			64.423,41	
3.2.9.9	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS								
3.2.9.9.1	OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS - CONSOLIDACAO	23.319,79		3.665,82	26.985,61			26.985,61	
3.3	USO DE BENS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO								
3.3.1	USO DE MATERIAL DE CONSUMO								
3.3.1.1	CONSUMO DE MATERIAL								

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 4

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.3.1.1.1	CONSUMO DE MATERIAL - CONSOLIDACAO								
3.3.1.1.1.16	MATERIAL DE EXPEDIENTE	4.454,66		94,75	4.549,41			4.549,41	
3.3.1.1.1.20	MATERIAL DE CAMA, MESA E BANHO	430,00			430,00			430,00	
3.3.1.1.1.21	MATERIAL DE COPA E COZINHA	2.059,40		738,13	2.797,53			2.797,53	
3.3.1.1.1.23	UNIFORMES, TECIDOS E AVIAMENTOS			1.917,00	1.917,00			1.917,00	
3.3.1.1.1.24	MATERIAL P/MANUT. E BENS IMOVEIS/INSTALACOES	12.917,15			12.917,15			12.917,15	
3.3.1.1.1.25	MATERIAL PARA MANUTENCAO DE BENS	550,00		45,00	595,00			595,00	
3.3.1.1.1.26	MATERIAL ELETRICO E ELETRONICO	621,49			621,49			621,49	
3.3.2	SERVICOS								
3.3.2.1	DIARIAS								
3.3.2.1.1	DIARIAS - CONSOLIDACAO								
3.3.2.1.1.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL								
3.3.2.1.1.01.01	DIARIAS PESSOAL CIVIL - NO PAIS	3.285,00		600,00	3.885,00			3.885,00	
3.3.2.2	SERVICOS TERCEIROS - PF								
3.3.2.2.1	SERVICOS TERCEIROS - PF - CONSOLIDACAO								
3.3.2.2.1.08	LIMPEZA E CONSERVACAO	4.034,64		786,52	4.821,16			4.821,16	
3.3.2.2.1.38	DESPESAS COM LOCOMOCAO	885,00			885,00			885,00	
3.3.2.3	SERVICOS TERCEIROS - PJ								
3.3.2.3.1	SERVICOS TERCEIROS - PJ - CONSOLIDACAO								
3.3.2.3.1.01	CONSULTORIA E ASSESSORIA	10.713,26		16.530,61	27.243,87			27.243,87	
3.3.2.3.1.02	PERICIAS	11.250,00		2.850,00	14.100,00			14.100,00	
3.3.2.3.1.06	MANUTENCAO E CONSERVACAO	18.740,00			18.740,00			18.740,00	
3.3.2.3.1.08	SERVICOS DE AGUA E ESGOTO, ENERGIA ELETRICA, GAS E OUTROS.	4.503,50		1.418,49	5.921,99			5.921,99	
3.3.2.3.1.11	SERVICOS RELACIONADOS A TECNOLOGIA DA INFORMACAO	39.736,34		7.996,23	47.732,57			47.732,57	
3.3.2.3.1.12	SERVICOS DE TRANSPORTE	201,99		450,00	805,00		153,01	651,99	
3.3.2.3.1.22	EXPOSICOES, CONGRESSOS, CONFERENCIAS E OUTROS	1.740,00			1.740,00			1.740,00	
3.3.2.3.1.46	SERVICOS GRAFICOS E EDITORIAIS	1.450,00			1.450,00			1.450,00	
3.3.2.3.1.51	SERVICOS TECNICOS PROFISSIONAIS	1.860,71		305,43	2.166,14			2.166,14	
3.3.2.3.1.99	OUTROS SERVICOS TERCEIROS - PJ	7.192,46		1.253,01	8.445,47			8.445,47	
3.3.3	DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO								
3.3.3.1	DEPRECIACAO								
3.3.3.1.1	DEPRECIACAO - CONSOLIDACAO								
3.3.3.1.1.01	DEPRECIACAO DE IMOBILIZADO								
3.3.3.1.1.01.01	DEPRECIACAO DE BENS MOVEIS	5.384,10		1.044,17	6.428,27			6.428,27	
3.3.3.1.1.01.02	DEPRECIACAO DE BENS IMOVEIS	6.801,84		1.133,64	7.935,48			7.935,48	
3.4	VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS								
3.4.1	JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS								
3.4.1.1	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA								

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 5

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
3.4.1.1.5	JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA CONTRATUAL INTERNA - INTER OFSS - MUNI								
3.4.1.1.5.02	ENCARGOS DA DIVIDA CONTR.INTERNA INTER OFSS - MUNICIPIO	622,80		316,27	1.046,45		107,38	939,07	
3.5	TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS								
3.5.1	TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS								
3.5.1.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAME								
3.5.1.2.2	TRANSFERENCIAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE EXECUCAO ORCAME								
3.5.1.2.2.02	TRANSFERENCIAS NAO FINANCEIRAS CONCEDIDAS - INDEPENDENTES DE E								
3.5.1.2.2.02.04	DOACOES CONCEDIDAS DE BENS MOVEIS	936,53			936,53			936,53	
3.7	TRIBUTARIAS								
3.7.2	CONTRIBUICOES								
3.7.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
3.7.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - CONSOLIDACAO								
3.7.2.1.1.02	PIS/PASEP	101.167,04		20.254,74	121.421,78			121.421,78	
3.9	OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS								
3.9.7	VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES								
3.9.7.9	VPD DE OUTRAS PROVISOES								
3.9.7.9.1	VPD DE OUTRAS PROVISOES - CONSOLIDACAO	1.062.022,11			1.062.022,11			1.062.022,11	
3.9.9	DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS								
3.9.9.1	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS								
3.9.9.1.4	COMPENSACAO FINANCEIRA ENTRE RGPS/RPPS - INTER OFSS - ESTADO			4.702,10	4.702,10			4.702,10	
3.9.9.6	INDENIZACOES E RESTITUICOES								
3.9.9.6.1	INDENIZACOES E RESTITUICOES - CONSOLIDACAO	556,14			556,14			556,14	
4	VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA								
4.2	CONTRIBUICOES								
4.2.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS								
4.2.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS								
4.2.1.1.1	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - CONSOLIDACAO								
4.2.1.1.1.02	CONTRIBUICAO DO SEGURADO AO RPPS								
4.2.1.1.1.02.01	CONTRIBUICAO DO SERVIDOR - RPPS		1.607.987,90			294.554,95	1.902.542,85		1.902.542,85
4.2.1.1.1.02.02	CONTRIBUICAO DO APOSENTADO - RPPS		34.575,40			6.718,54	41.293,94		41.293,94
4.2.1.1.1.02.03	CONTRIBUICAO DE PENSIONISTA - RPPS		819,42			136,57	955,99		955,99
4.2.1.1.2	CONTRIBUICOES SOCIAIS - RPPS - INTRA OFSS								
4.2.1.1.2.01	CONTRIBUICOES PATRONAIS AO RPPS								
4.2.1.1.2.01.01	CONTRIBUICAO PATRONAL DE SERVIDOR ATIVO - RPPS		3.141.452,43			630.125,44	3.771.577,87		3.771.577,87
4.2.1.1.2.03	CONTRIBUICAO PREVIDENCIARIA PARA AMORTIZACAO DO DEFICIT ATUARIAL		516.022,66			131.487,84	647.510,50		647.510,50
4.4	VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS								
4.4.5	REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS								
4.4.5.2	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS								

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 6

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
4.4.5.2.1	REMUNERACAO DE APLICACOES FINANCEIRAS - CONSOLIDACAO		6.202.809,44			2.378.980,32	8.581.789,76		8.581.789,76
4.6	VALORIZACAO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCORPORACAO DE PASSIVOS								
4.6.1	REAVALIACAO DE ATIVOS								
4.6.1.9	REAVALIACAO DE OUTROS ATIVOS								
4.6.1.9.1	REAVALIACAO DE OUTROS ATIVOS - CONSOLIDACAO		555,40				555,40		555,40
5	CONTROLES DA APROVACAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
5.1	PLANEJAMENTO APROVADO								
5.1.1	PPA - APROVADO								
5.1.1.1	APROVACAO INICIAL DO PPA	115.141.202,11						115.141.202,11	
5.2	ORCAMENTO APROVADO								
5.2.1	PREVISAO DA RECEITA								
5.2.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA								
5.2.1.1.1	PREVISAO INICIAL DA RECEITA BRUTA	23.600.000,00			23.600.000,00			23.600.000,00	
5.2.2	FIXACAO DA DESPESA								
5.2.2.1	DOTACAO ORCAMENTARIA								
5.2.2.1.1	DOTACAO INICIAL								
5.2.2.1.1.01	CREDITO INICIAL	23.600.000,00			23.600.000,00			23.600.000,00	
5.3	INSCRICAO DE RESTOS A PAGAR								
5.3.1	INSCRICAO DE RP NAO PROCESSADOS								
5.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS INSCRITOS	46.533,48			46.533,48			46.533,48	
5.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS - EXERCICIOS ANTERIORES	2.202,97						2.202,97	
5.3.1.7	RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO						46.533,48		
5.3.2	INSCRICAO DE RP PROCESSADOS								
5.3.2.1	RP PROCESSADOS - INSCRITOS	159.576,04			159.576,04			159.576,04	
5.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO						159.576,04		
6	CONTROLES DA EXECUCAO DO PLANEJAMENTO E ORCAMENTO								
6.1	EXECUCAO DO PLANEJAMENTO								
6.1.1	EXECUCAO DO PPA								
6.1.1.1	PPA A ALOCAR EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		91.541.202,11		23.600.000,00				91.541.202,11
6.1.1.2	PPA ALOCADO EM LEIS ORCAMENTARIAS ANUAIS		17.929.860,49	582.294,34	6.252.754,24	255,00	23.600.575,39		17.347.821,15
6.1.1.3	PPA EXECUTADO		5.670.139,51	255,00	575,39	582.294,34	6.252.754,24		6.252.178,85
6.2	EXECUCAO DO ORCAMENTO								
6.2.1	EXECUCAO DA RECEITA								
6.2.1.1	RECEITA A REALIZAR		11.457.824,18	3.442.003,66	15.584.179,48		23.600.000,00		8.015.820,52
6.2.1.2	RECEITA REALIZADA		12.142.175,82			3.442.003,66	15.584.179,48		15.584.179,48
6.2.2	EXECUCAO DA DESPESA								
6.2.2.1	DISPONIBILIDADES DE CREDITO								
6.2.2.1.1	CREDITO DISPONIVEL		17.929.860,49	582.294,34	6.252.754,24	255,00	23.600.575,39		17.347.821,15

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 7

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
6.2.2.1.3	CREDITO UTILIZADO								
6.2.2.1.3.01	CREDITO EMPENHADO A LIQUIDAR		1.638.718,79	761.072,65	4.793.134,15	582.549,34	6.253.329,63		1.460.195,48
6.2.2.1.3.02	CREDITO EMPENHADO EM LIQUIDACAO			19.069,94	149.861,81	19.069,94	149.861,81		
6.2.2.1.3.03	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR		2.402,36	761.072,65	4.790.731,79	761.072,65	4.793.134,15		2.402,36
6.2.2.1.3.04	CREDITO EMPENHADO LIQUIDADO PAGO		4.029.018,36	255,00	575,39	760.817,65	4.790.156,40		4.789.581,01
6.3	EXECUCAO DE RESTOS A PAGAR								
6.3.1	EXECUCAO DE RP NAO PROCESSADOS								
6.3.1.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR		30.808,39	15.746,75	33.674,81		46.533,48		15.061,64
6.3.1.2	RP NAO PROCESSADOS EM LIQUIDACAO			15.746,75	33.674,81	15.746,75	33.674,81		
6.3.1.3	RP NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS A PAGAR		1.273,00	14.473,75	31.128,81	15.746,75	33.674,81		2.546,00
6.3.1.4	RP NAO PROCESSADOS PAGOS		16.655,06			14.473,75	31.128,81		31.128,81
6.3.1.7	RP NAO PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO								
6.3.1.7.1	RP NAO PROCESSADOS A LIQUIDAR- INSCRICAO NO EXERCICIO				46.533,48				
6.3.2	EXECUCAO DE RP PROCESSADOS								
6.3.2.1	RP PROCESSADOS A PAGAR	1.273,00		1.273,00	162.122,04		159.576,04	2.546,00	
6.3.2.2	RP PROCESSADOS PAGOS		160.849,04			1.273,00	162.122,04		162.122,04
6.3.2.7	RP PROCESSADOS - INSCRICAO NO EXERCICIO				159.576,04				
7	CONTROLES DEVEDORES								
7.1	ATOS POTENCIAIS								
7.1.2	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
7.1.2.3	OBRIGACOES CONTRATUAIS								
7.1.2.3.1	OBRIGACOES CONTRATUAIS - CONSOLIDACAO								
7.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS	321.401,55			267.569,02		39.699,40	321.401,55	
7.2	ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
7.2.1	DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
7.2.1.1	CONTROLE DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
7.2.1.1.1	RECURSOS ORDINARIOS	104.079.048,27					24.926,06	104.079.048,27	
7.2.1.1.2	RECURSOS VINCULADOS	60.257.852,09		13.687.440,57	37.584.968,59	10.245.436,91	23.037.885,16	63.699.855,75	
7.2.1.1.3	RECURSOS EXTRAORCAMENTARIOS	415,19						415,19	
7.9	OUTROS CONTROLES								
7.9.1	RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS								
7.9.1.2	RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS E BENS								
7.9.1.2.1	CONTROLE DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS	1.655,00		700,00	2.355,00		215,16	2.355,00	
8	CONTROLES CREDORES								
8.1	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS								
8.1.2	EXECUCAO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS								
8.1.2.3	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS								
8.1.2.3.1	EXECUCAO DE OBRIGACOES -CONSOLIDACAO								

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 8

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

Código	Contas	Saldos Anteriores		Movimento à Débito		Movimento à Crédito		Saldos Atuais	
		Débito	Crédito	No Mês	Até o Mês	No Mês	Até o Mês	Débitos	Créditos
8.1.2.3.1.02	CONTRATOS DE SERVICOS								
8.1.2.3.1.02.01	A EXECUTAR		281.295,73	9.938,31	89.743,53		267.569,02		271.357,42
8.1.2.3.1.02.02	EXECUTADOS		40.105,82			9.938,31	50.044,13		50.044,13
8.2	EXECUCAO DA ADMINISTRACAO FINANCEIRA								
8.2.1	EXECUCAO DAS DISPONIBILIDADES POR DESTINACAO								
8.2.1.1	EXECUCAO DA DISPONIBILIDADE DE RECURSOS								
8.2.1.1.1	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS								
8.2.1.1.1.01	RECURSOS DISPONIVEIS PARA O EXERCICIO		158.423.192,15	10.827.731,25	29.315.565,46	13.687.695,57	37.585.959,17		161.283.156,47
8.2.1.1.1.02	RECURSOS DE EXERCICIOS ANTERIORES				415,19				
8.2.1.1.2	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI								
8.2.1.1.2.01	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI		1.669.527,18	776.819,40	4.826.808,96	582.549,34	6.253.329,63		1.475.257,12
8.2.1.1.2.02	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR EI			34.816,69	183.536,62	34.816,69	183.536,62		
8.2.1.1.3	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS COMPROMETIDA POR L								
8.2.1.1.3.01	COMPROMETIDA POR LIQUIDACAO		2.402,36	776.819,40	4.983.982,64	776.819,40	4.826.808,96		2.402,36
8.2.1.1.3.02	COMPROMETIDA POR CONSIGNACOES/RETENCOES		56.211,76	131.683,21	1.029.118,68	164.725,50	1.082.701,33		89.254,05
8.2.1.1.4	DISPONIBILIDADE POR DESTINACAO DE RECURSOS UTILIZADA		4.185.982,10	255,00	575,39	743.522,11	4.929.824,60		4.929.249,21
8.9	OUTROS CONTROLES								
8.9.1	EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE POR VALORES, TITULOS E BENS								
8.9.1.2	EXECUCAO DE RESPONSABILIDADE DE TERCEIROS POR VALORES, TITULOS								
8.9.1.2.1	EXECUCAO DE ADIANTAMENTOS/SUPRIMENTOS DE FUNDOS CONCEDIDOS								
8.9.1.2.1.01	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A COMPROVAR		300,00	300,00	1.822,73	700,00	2.508,57		700,00
8.9.1.2.1.02	ADIANTAMENTOS A APROVAR			45,00	1.079,61	45,00	1.079,61		
8.9.1.2.1.03	ADIANTAMENTOS APROVADOS		1.034,61			45,00	1.079,61		1.079,61
8.9.1.2.1.05	ADIANTAMENTOS EM INDADIMPLENCIA				354,57		153,57		
8.9.1.2.1.06	ADIANTAMENTOS CANCELADOS		320,39			255,00	575,39		575,39
	Total de Grupo:	**541.269.538,66**	**541.269.538,66**	**48.862.033,81**	**246.167.822,52**	**48.862.033,81**	**246.167.822,52**	**548.190.739,08**	**548.190.739,08**
	Total Geral:	**541.269.538,66**	**541.269.538,66**	**48.862.033,81**	**246.167.822,52**	**48.862.033,81**	**246.167.822,52**	**548.190.739,08**	**548.190.739,08**

Emissão: 29/08/2018 09:11:10 Página 9

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
FUNDO DE PREV DOS SERVIDORES MUN DE PARECIS
CNPJ: 24.734.238/0001.09
AV MATO GROSSO - 0000384 - CENTRO
Telefone (065)3382-1168
funsem@gmail.com

Balancete De Verificação
Plano PCASP-MT
Sistema: Patrimonial, Orçamentário e Controle

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 185/2018

PORTARIA Nº 185/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE em favor da Sra. GISELY CONCEIÇÃO AGNELO DE CARVALHO".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 23, da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **SALÁRIO-MATERNIDADE** em favor da servidora **GISELY CONCEIÇÃO AGNELO DE CARVALHO**, efetiva no Cargo NUTRICIONISTA, lotada SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 10/08/2018 e término em 07/12/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.08.18799P **- FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **10 de Agosto de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 184/2018

PORTARIA Nº 184/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sra. TANIA MORINIGO SAMUEL ANTUNES".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor da servidora **Sra. TANIA MORINIGO SAMUEL ANTUNES**, efetiva no Cargo de AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na SECRET. MUN. DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 27/08/2018 e término em 24/11/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.17738R1 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **27 de agosto 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 182/2018

PORTARIA Nº 182/2018 "Dispõe sobre a concessão do benefício de AUXÍLIO-DOENÇA em favor da Sr. EDGAR ODAKURA".

O Diretor Executivo do FUNSEM - Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 14 e 15, §2º, ambos da Lei Municipal n° 1.170/2007, de 09 de maio de 2007.

Resolve:

Art. 1º Conceder prorrogação do benefício de **AUXÍLIO-DOENÇA** em favor do servidor **Sr. EDGAR ODAKURA**, efetivo no Cargo de AGENTE DE FISCALIZACAO, lotada na SECRETARIA DE FISCALIZAÇÃO, com vencimentos integrais, a parti de 19/08/2018 e término em 16/11/2018, conforme processo administrativo **nº** 2018.05.17697R2 **-FUNSEM**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir de **19 de agosto de 2018**, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 30 de Agosto de 2018.

WILSON LEAL MIRANDA

Diretor Executivo/Gestor Financeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 064/2018.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: MARIA JOSE DE ALMEIDA

Objeto: Concessão onerosa de uso para exploração comercial de espaço público no quiosque 01 da Praça São Miguel.

Valor: R$ 288,00 (duzentos e oitenta e oito reais) mensais.

Vigência: até 16 de Agosto de 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 070/2017, CUJO OBJETO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REPROGRAFIA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODOS OS ORGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: ANDRE PHELIPE PAGANOTTI - ME

Objeto: Fica prorrogado a vigência do contrato até 30 de setembro de 2018.

Data de assinatura: 29 de Agosto de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 065/2018.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: YTALLO CICERO OLIVEIRA DA SILVA

Objeto: Concessão onerosa de uso para exploração comercial de espaço público no quiosque 01 da Praça IV de Julho.

Valor: R$ 480,00 (quatrocentos e oitenta reais) mensais.

Vigência: até 16 de Agosto de 2019.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DAS PORTARIAS 485 A 537 DE 2018

EXTRATO DA PORTARIA N°485/2018

PORTARIA Nº 485, DE 30 DE JULHO DE 2018.

EXONERA O SENHOR IGOR HENRIQUE VIEIRA REIS DO CARGO DE MÉDICO VETERINÁRIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA E MEIO AMBIENTE.

EXTRATO DA PORTARIA N°498/2018

PORTARIA Nº 498, DE 06 DE AGOSTO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA CINTIA FARIAS DO NASCIMENTO PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°499/2018

PORTARIA Nº 499, DE 06 DE AGOSTO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA MARIA ESTHER CERQUEIRA JUNG PARA EXERCER O CARGO DE ARQUITETO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°500/2018

PORTARIA Nº 500, DE 06 DE AGOSTO 2018.

CONCEDE LICENÇA MATERNIDADE À SERVIDORA MUNICIPAL INES SIMONE BARBIERI PELO PERÍODO DE CENTO E VINTE DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N°501/2018

PORTARIA Nº 501, DE 06 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA CLAUDETE INEZ MONTAGNER DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N°502/2018

PORTARIA Nº 502, DE 08 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR ADILSON JOSÉ ASSUNÇÃO DALVES DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA PORTARIA N°503/2018

PORTARIA Nº 503, DE 08 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR HUGO VINICIUS SANTOS MESQUINI DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N°504/2018

PORTARIA Nº 504, DE 08 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR PABLO DANIEL SANTOS CAMPAGNOLO DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE MONITORAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N°505/2018

PORTARIA Nº 505, DE 08 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE READAPTAÇÃO FUNCIONAL DEFINITIVA A SERVIDORA MUNICIPAL ELIANE SANTOS DE ALMEIDA.

EXTRATO DA PORTARIA N°506/2018

PORTARIA Nº 506, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA/AFASTAMENTO, SEM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL SIMONE REGINA DE ALMEIDA PELO PERÍODO DE DOIS ANOS.

EXTRATO DA PORTARIA N°507/2018

PORTARIA Nº 507, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR RAFAEL JOSE ZANGEROLAMI DO CARGO DE CHEFE DA DIVISÃO DE LAVAGEM E LUBRIFICAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS.

EXTRATO DA PORTARIA N°508/2018

PORTARIA Nº 508, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA MARIA LUIZA REFATI LAVEZZO DO CARGO DE CHEFE DO SETOR DE APOIO DO SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

EXTRATO DA PORTARIA N°509/2018

PORTARIA Nº 509, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR ANTONIO LARI LIPPESTAIN DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DO GINÁSIO MUNICIPAL JOUBERT ISAIAS ROMANCINI DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°510/2018

PORTARIA Nº 510, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR ANTONIO DE OLIVEIRA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DO MINI ESTÁDIO MONTEIRO LOBATO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°511/2018

PORTARIA Nº 511, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR CARLITO DOS SANTOS DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA ÁREA DE LAZER RECANTO DO SOL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°512/2018

PORTARIA Nº 512, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR JOAO GERMANO DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DO MINI ESTÁDIO IVO RAUBER DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°513/2018

PORTARIA Nº 513, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR JOSCELINO CARDOSO DE OLIVEIRA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DO ESTÁDIO MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER.

EXTRATO DA PORTARIA N°514/2018

PORTARIA Nº 514, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA LUZIA ROSA GOMES PARA EXERCER O CARGO DE ENFERMEIRA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°515/2018

PORTARIA Nº 515, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA YARA CLEIDE DE SOUZA PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°517/2018

PORTARIA Nº 517, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO A SERVIDORA MUNICIPAL VANESSA GOMES DIAS ECKERT MORARI PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°518/2018

PORTARIA Nº 518, DE 09 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE AUTORIZAÇÃO AO SERVIDOR MUNICIPAL KELLYTON ATOS DE CARVALHO SANTOS PARA DIRIGIR VEÍCULO OFICIAL DESTE MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°519/2018

PORTARIA Nº 519, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA ROSE MAGNA GARCIA PEREIRA DO CARGO DE CHEFE DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA N°520/2018

PORTARIA Nº 520, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

NOMEIA A SENHORA CARRIE DE LIMA MACHADO PARA EXERCER O CARGO DE CHEFE DO NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO TURISTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA N°521/2018

PORTARIA Nº 521, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

CEDE A SERVIDORA MUNICIPAL DEUZÉLIA ALVES DE SOUSA AO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 23ª REGIÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO.

EXTRATO DA PORTARIA N°526/2018

PORTARIA Nº 526, DE 17 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA O SENHOR JHONYS AUGUSTO DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE SETOR DE TRANSPORTE ESCOLAR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N°527/2018

PORTARIA Nº 527, DE 20 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, COM REMUNERAÇÃO, A SERVIDORA MUNICIPAL SELMA ALVES PENTEADO PELO PERÍODO DE 90 (NOVENTA) DIAS.

EXTRATO DA PORTARIA N°528/2018

PORTARIA N. º 528, DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

SUBSTITUI MEMBROS DO COMITÊ DE GESTÃO MUNICIPAL DO PROGRAMA PRÓ-FAMÍLIA.

EXTRATO DA PORTARIA N°529/2018

PORTARIA Nº 529, DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA PATRICIA LIMA DE SOUZA DO CARGO DE PROFESSORA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA.

EXTRATO DA PORTARIA N°530/2018

PORTARIA Nº 530, DE 21 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA TAYNARA SANTANA DE JESUS DO CARGO DE CHEFE DE NUCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°531/2018

PORTARIA Nº 531, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA VERIDIANA BUSSULARO PARA EXERCER O CARGO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°532/2018

PORTARIA Nº 532, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO A SENHORA ALINE MANOELA LAVEZZO PARA EXERCER O CARGO DE PROFESSORA, JUNTO A PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT.

EXTRATO DA PORTARIA N°533/2018

PORTARIA Nº 533, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA ISABELLE BERTOTTI DA COSTA DO CARGO DE COORDENADORIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E OUVIDORIA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°534/2018

PORTARIA Nº 534, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA NALVA DO PRADO COSTA NOGUEIRA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DE ATENDIMENTO AO PÚBLICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO.

EXTRATO DA PORTARIA N°535/2018

PORTARIA Nº 535, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA ANA CRISTINA MARCHIORO DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

EXTRATO DA PORTARIA N°536/2018

PORTARIA Nº 536, DE 23 DE AGOSTO DE 2018.

EXONERA A SENHORA TELMA CRUZ DE FIGUEIREDO DA SILVA DO CARGO DE CHEFE DE NÚCLEO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

EXTRATO DA PORTARIA N°537/2018

PORTARIA Nº 537, DE 27 DE AGOSTO DE 2018.

CONCEDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL SANDRA ZENI CORREA PEREIRA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DO CARGO DE PROFESSORA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DA PORTARIA 539 DE 2018

EXTRATO DA PORTARIA N°539/2018

PORTARIA Nº 539, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

DETERMINA A INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO COM A FINALIDADE DE APURAR OS FATOS NOTICIADOS NO OFÍCIO N. º 102/2018 –CONTROLE INTERNO, EM RELAÇÃO AO SERVIDOR CLAUDINEY DE ALMEIDA NASCIMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO CONTRATUAL REFERENTE AO CONTRATO Nº. 025/2018, CUJO OBJETO É A AMPLIAÇÃO E REFORMA DE EDIFICIO, ONDE SE ENCONTRA INSTALADO A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO CAPIM BRANCO.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: PRESTADORA DE SEVIÇOS J.S CONSTRUTORA LTDA EPP

Objeto: Fica acrescido o valor de 10.043,00 (dez mil e quarenta e três reais).

Data de assinatura: 13 de Agosto de 2018.

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº 2382/2018, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE TRAVESSA E RUAS, LOCALIZADAS NO LOTEAMENTO GREENVILLE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FABIO SCHOROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Dispõe sobre a denominação das Ruas localizadas no Loteamento Greenville, conforme segue:

LOTEAMENTO GREENVILLE	
SITUAÇÃO ATUAL	SITUAÇÃO DA PROPOSTA
Travessa 01	Travessa Arquimedes Pereira Borges
Rua M	Rua Abrelino Capelari
Rua L	Rua Pedro Elemar Butzen (Lapacho)
Rua K	Rua Noemia Baum
Rua J	Rua Élio Jose Cocco
Rua I	Rua Maximo Barbieri
Rua H	Rua Waldevar Ferreira Ramos
Rua G	Rua Sargento Balcaçar
Rua F	Rua Pedro Scain
Rua E	Rua Lidio Bussularo
Rua D	Rua Sebastião Eustáquio do Nascimento (Bebé)
Rua C	Rua Silvio Maccari

Art. 2º - Ficam oficializadas as denominações do Loteamento Greenville, Município de Campo Verde, Estado de Mato Grosso da seguinte forma:

a) Travessa Arquimedes Pereira Borges para a Travessa 01; b) Rua Abrelino Capelari para a Rua M; c) Rua Pedro Elemar Butzen (Lapacho) para a Rua L; d) Rua Noemia Baum para a Rua K; e) Rua Élio Jose Cocco para a Rua J; f) Rua Maximo Barbieri para a Rua I; g) Rua Waldevar Ferreira Ramos para a Rua H; h) Rua Sargento Balcaçar para a Rua G; i) Rua Pedro Scain para a Rua F; j) Rua Lidio Bussularo para a Rua E; k) Rua Sebastião Eustáquio do Nascimento (Bebé) para a Rua D; l) Rua Silvio Maccari para a Rua C.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 29 de Agosto de 2018.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2381/2018, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica estabelecida, em cumprimento ao disposto no art.165, § 2°, da Constituição Federal, Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1964, e na Lei Complementar n°. 101, de 4 de maio de 2000, as diretrizes para a elaboração do Orçamento do Município de Campo Verde para o exercício de 2019, compreendendo:

I - as metas e prioridades da administração municipal;

II - a estrutura e organização do orçamento;

III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução orçamentária.

Parágrafo único. Integram, ainda, esta lei, o Anexo de Metas e Prioridades (Anexo I), Anexo de Metas Fiscais (Anexo II) e o Anexo de Riscos Fis-

cais (Anexo III), em conformidade com o que dispõem os §§ 1°, 2° e 3°, do Art. 4°, da Lei Complementar Federal n° 101/ 2000.

Capítulo I

DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2°. As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2019 estão especificadas no Anexo de Metas e Prioridades para o Exercício Financeiro, integrante desta Lei, definidas em perfeita compatibilidade com o Plano Plurianual e suas readequações para o exercício financeiros de 2019 e obedecerão aos seguintes critérios:

I - promover o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - promover o desenvolvimento econômico e social integral do Município;

III - contribuir para a consolidação de uma consciência de gestão fiscal responsável e permanente;

IV - evidenciar a manutenção das atividades primárias da administração municipal.

Parágrafo único. A execução das ações vinculadas às metas e às prioridades estará condicionada ao equilíbrio entre receitas e despesas, de conformidade com os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos fiscais.

Art. 3°. A proposta orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo obedecerá às seguintes diretrizes:

I — as obras em execução terão prioridade sobre novos projetos;

II — as despesas com o pagamento da dívida pública e de pessoal e encargos sociais terão prioridade sobre as ações de expansão dos serviços públicos.

Capítulo II

DA ESTRUTURA E DA ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4°. A LOA — Lei Orçamentária Anual compor-se-á de:

I - Orçamento Fiscal;

II - Orçamento da Seguridade Social.

Art. 5°. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando os grupos de despesa, com suas respectivas dotações, conforme a seguir discriminados, indicando, para cada categoria, a esfera orçamentária e a modalidade de aplicação:

1 - pessoal e encargos sociais;

2 - juros e encargos da dívida;

3 - outras despesas correntes;

4 - investimentos;

5 - inversões financeiras;

6 - amortização da dívida;

7 - outras despesas de capital.

Art. 6°. A Lei Orçamentária Anual apresentará, conjuntamente, a programação do orçamento fiscal e da seguridade social, na qual a discriminação da despesa far-se-á de acordo com a Portaria n°. 42, de 14 de abril de 1999, do Ministério de Orçamento e Gestão, bem como da Portaria Interministerial n°. 163, de 04 de maio de 2001 e alterações posteriores.

Art. 7°. O Projeto da Lei Orçamentária Anual será constituído de:

I - mensagem;

II - texto da Lei;

III — tabelas explicativas da receita e da despesa referente aos três últimos exercícios.

§ 1°. A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária Anual conterá:

I - situação econômica e financeira do Município;

II - demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos exigíveis;

III - exposição da receita e da despesa.

§ 2°. Integrarão a Lei Orçamentária Anual, os seguintes demonstrativos:

I — Quadro Demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I, da Lei n°. 4.320/64;

II — Quadros Demonstrativos da Receita e Despesa, segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo II da Lei n°. 4.320/64;

III - Quadro Demonstrativo por Programa de Trabalho, das Dotações por Órgãos do Governo e da administração, Anexo VI da Lei n°. 4.320/64;

IV - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, por Projetos, Atividades e Operações Especiais, Anexo VII da Lei n°. 4.320/64;

V - Quadro Demonstrativo de Função, Subfunção e Programa, conforme vínculo com os recursos, Anexo VIII da Lei n°. 4.320/64;

VI - Quadro Demonstrativo por Órgão e Função, Anexo IX da Lei n°. 4.320/64;

VII - Quadro Demonstrativo de Realização de Obras e Prestação de Serviços;

VIII — Tabela Explicativa da Evolução da Receita e Despesa, art. 22, III, da Lei n°. 4.320/64;

IX — Quadro Demonstrativo da Receita por Fontes e respectiva legislação;

X - Sumário Geral da Receita por Fontes e da Despesa por Funções de Governo;

XI — Quadro de Detalhamento de Despesas.

Capítulo III

DAS DIRETRIZES GERAIS PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

Art. 8°. A lei orçamentária deve obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa.

Art. 9°. A lei orçamentária deve primar pela responsabilidade na gestão fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção dos riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

Art. **10.** A Lei Orçamentária Anual deverá ser elaborada de forma compatível com o PPA — Plano Plurianual, com a LDO — Lei de Diretrizes Orçamentárias e com as normas estabelecidas pela Lei Complementar n° 101/ 2000 — Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. **11.** A lei orçamentária priorizará, na estimativa da receita e na fixação da despesa, os seguintes princípios:

I — prioridade de investimentos para as áreas sociais;

II — modernização da ação governamental;

III - equilíbrio entre receitas e despesas;

IV — austeridade na gestão dos recursos públicos.

Art. 12. A lei orçamentária conterá, no âmbito do orçamento fiscal, dotação consignada à Reserva de Contingência, constituída por valor equivalente em até 1% (um cento) da Receita Corrente Liquida (RCL), prevista para a Administração Direta do Poder Executivo, e se destinará ao atendimento de passivos contingentes e de outros riscos e eventos fiscais não previstos.

Art. 13. No projeto de lei orçamentária para 2019, receitas e despesas serão orçadas conforme consta no Plano Plurianual 2018-2021.

Seção I

DA INSTITUIÇÃO, DA PREVISÃO E DA EFETIVAÇÃO DA RECEITA.

Art. 14. As receitas serão estimadas tomando-se por base o comportamento da arrecadação conforme determina o art. 12 da Lei Complementar n° 101/2000 e as despesas serão fixadas de acordo com as metas e prioridades da administração, compatível com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias, observando-se o art. 3° desta Lei.

§ 1°. Na estimativa da receita serão considerados as modificações da legislação tributária e ainda, o seguinte:

I - atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;

II - atualização da planta genérica de valores;

III - a expansão do número de contribuintes.

§ 2°. As taxas pelo exercício do poder de polícia e de prestação de serviços deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 15. Caso seja verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o excesso de despesa, o Executivo Municipal promoverá, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, a limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1°. A limitação do empenho, nos termos do caput deste artigo, será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de "outras despesas correntes", "investimentos" e "inversões financeiras" de cada Poder.

§ 2°. Na hipótese da ocorrência do disposto no parágrafo anterior, o Poder Executivo comunicará o fato ao Poder Legislativo do montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3°. O Chefe de cada Poder, com base na comunicação de que trata o parágrafo anterior, publicará ato estabelecendo os montantes que cada unidade do respectivo Poder terá como limite de movimentação e empenho.

Art. 16. Não serão objetos de limitações de despesas:

I - das obrigações constitucionais e legais do ente (despesas com pessoal e fundos);

II - destinadas ao pagamento do serviço da dívida;

III - assinaladas na programação financeira e no cronograma de execução mensal de desembolso.

Art. 17. Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 18. O Poder Executivo disponibilizará para a Câmara de Vereadores, no mínimo 30 (trinta) dias antes do prazo final para encaminhamento de suas propostas orçamentárias, os estudos, as estimativas e as memórias de cálculo das receitas para o exercício subseqüente.

Art. 19. Até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2019, o Poder Executivo Municipal desdobrará as receitas previstas em metas bimestrais de arrecadação, de modo a atender ao disposto no art. 13, da Lei Complementar n°. 101/2000.

Art. 20. Os casos de renúncia de receita a qualquer título dependerão de lei específica, devendo ser cumprido o disposto no art. 14 da Lei Complementar n°. 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 21. O Poder Executivo poderá conceder descontos, anistias, isenções e alternativas para o pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano — IPTU, Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISSQN, Contribuição de Melhoria e Taxas, como forma de incremento da arrecadação e redução da sonegação, na forma da legislação específica, bem como a concessão de incentivos fiscais na forma da Lei.

Seção II

DA GERAÇÃO DE DESPESA

Art. 22. Na execução da despesa, nenhum compromisso será assumido sem que exista dotação orçamentária e recursos financeiros.

Art. 23. A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares e, mediante lei específica, poderão ser realizadas transposições, remanejamentos ou transferências de recursos de uma categoria de programação para outra, ou de um órgão para outro.

Parágrafo único - Na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, somente se incluirão novos projetos após adequadamente atendidos os em andamento, ou justificada a prioridade, bem como contempladas as despesas de conservação do patrimônio público.

Art. 24. O Município aplicará, no mínimo, os percentuais constitucionais na manutenção e no desenvolvimento do ensino, bem como nas ações e serviços de saúde, nos termos dos arts. 198, § 2° e 212, da Constituição Federal.

Art. 25. A lei orçamentária assegurará a aplicação dos recursos reservados para PASEP, nos termos do art. 8°, III, da Lei 9.715, de 25 de novembro de 1998.

Art. 26. As despesas de aperfeiçoamento de ação governamental deverão ser classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Entendem-se por despesas relevantes aquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93, e irrelevantes, aquelas que não ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação da citada lei.

Art. 27. Fica o Executivo Municipal autorizado a realizar operações de crédito nos limites e condições estabelecidos em resoluções do Senado Federal, não podendo ser superior ao montante das despesas de capital, assim como operações de crédito por antecipação de receita na forma da Lei.

Art. 28. Para efeito do disposto no art. 42 da Lei Complementar n°. 101, de 2000:

I - considera-se contraída a obrigação no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere;

II - no caso de despesas relativas à prestação de serviços já existentes e destinados à manutenção da administração pública, considera-se como compromissadas apenas as prestações cujo pagamento deva se verificar no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 29. É vedada a concessão de subvenções, auxílios ou contribuições para pessoas físicas e entidades privadas, ressalvadas entidades sem fins lucrativos, através de convênios, bem como às pessoas físicas que sejam atendidas por programas sociais e pela saúde.

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino, esporte e cultura ou representativas da comunidade escolar;

II - voltadas para as ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público;

III — voltadas para as ações de assistência social;

IV — consórcios intermunicipais, constituídos exclusivamente por entes públicos que participem da execução de programas nacionais, estaduais ou regionais;

V - instituições de apoio ao desenvolvimento da pesquisa científica e tecnológica;

VI — instituições de apoio ao desenvolvimento social e econômico do Município.

VII — instituições de caráter cultural, social, religiosa, de apoio ao menor e ao idoso, de atendimento ao deficiente físico, de apoio a dependentes químicos.

VIII — instituição de Caráter assistencial ao menor e ao adolescente - Conselho Tutelar conforme art.131 da Lei 8.069/90- ECA

IX— outras instituições assim reconhecida, por Lei Municipal ou Estadual, de utilidade pública.

Parágrafo único. As entidades sem fins lucrativos beneficiadas deverão cumprir o disposto no art. 26, da Lei Complementar n° 101/2000 e as exigências contidas na Instrução Normativa n° 001/97-STN, e alterações posteriores, atendendo-se ainda o disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal.

Art. 30. Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência Estado de Mato Grosso, quando no interesse do Município, nos termos e limites do art. 62 da Lei Complementar n°. 101/2000.

Art. 31. As despesas de publicidade da Administração Municipal deverão ser objeto de dotação orçamentária específica com denominação publicidade e marketing.

§1º. Entende-se como publicidade às ações relativas à divulgação do trabalho do órgão, ou seja, propaganda ou marketing.

§ 2°. As despesas referentes à publicidade legal, ou seja, publicação de licitações, portarias, atos, prestações de contas e demais atos administrativos, classificar-se-ão na atividade de custeio.

Art. 32. O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, compreendendo o conjunto de atividades relacionadas com o acompanhamento das ações de governo, da gestão do patrimônio municipal e dos recursos públicos, através do controle de custos e da avaliação dos resultados dos programas instituídos será realizado na forma regulamentada em normatização específica.

Art. 33. O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal de que trata o artigo anterior, serão desenvolvidos de forma a apurar os custos dos programas, bem como, dos respectivos projetos e atividades, conforme determina o art. 4°, **I,** "e" da Lei Complementar n°. 101/2000.

Parágrafo único. Os custos serão apurados através das operações orçamentárias, tomando-se por base as metas físicas previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício de modo a atender o disposto no art. 4°, I, "e" da Lei Complementar n°. 101/2000.

Art. 34. Os Poderes Legislativo e Executivo observarão, na fixação das despesas de pessoal, as limitações estabelecidas na Lei Complementar n°. 101/2000, e ainda ao seguinte:

I - as despesas serão calculadas com base no quadro de servidores;

II - As despesas com treinamento, desenvolvimento, capacitação, aperfeiçoamento, reciclagem, provas e concurso, tendo em vista as disposições legais relativas à promoção e acesso, farão parte das despesas de custeio e manutenção dos órgãos da administração municipal;

§ 1°. Os Poderes Executivo e Legislativo poderão realizar concurso público de provas e títulos visando ao preenchimento dos cargos e funções e também poderá, mediante autorização legislativa, realizar processo seletivo simplificado para contratações temporárias, promover a alteração na estrutura organizacional e de cargos e carreiras da Prefeitura, extinguindo, transformando ou criando novos cargos.

§ 2°. No exercício financeiro de 2019, os Poderes Executivo e Legislativo poderão conceder vantagem, aumento, reajuste ou adequar a remuneração dos servidores, criar cargos, empregos e funções, e admitir pessoal, na forma da lei, observados os limites e as regras da Lei Complementar n°. 101/2000, de 04/05/2000.

§ 3°. Na execução orçamentária de 2019, caso a despesa de pessoal extrapolar noventa e cinco por cento do limite permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedado ao Município:

I — concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição;

II — criação de cargo, emprego ou função;

III — alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;

IV — provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V - contratação de horas extras, salvo no âmbito dos setores da educação e da saúde, ou quando destinadas ao atendimento de situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a coletividade.

Art. 35. Para os fins previstos no art. 168 da Constituição Federal, combinado com o art. 20, §5° da LRF, a entrega dos recursos financeiros correspondente a despesas total com pessoal por Poder e órgão será a resultante da aplicação dos percentuais definidos neste artigo, a seguir discriminados:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo;

b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o executivo.

Capítulo IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 36. A proposta orçamentária do Poder Legislativo deverá ser encaminhada ao Poder Executivo no prazo estipulado na Lei Orgânica do Município ou em legislação especial, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual.

Art. 37. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária de 2019, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a abrangência necessária à obtenção das metas fiscais.

§ 1°. O Poder Executivo publicará, até 30 (trinta) dias após o encerramento do bimestre, os anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária e até 30 (trinta) dias após o encerramento do semestre, os demais anexos do Relatório Resumido da Execução Orçamentária.

§ 2° . O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3°. Até o final dos meses de maio e setembro de 2019, e de janeiro de 2020, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Comissão Permanente de finanças e Orçamento da Câmara Municipal.

Art. 38. A transparência da gestão fiscal será assegurada mediante incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão do PPA, LDO e LOA.

Art. 39. As contas apresentadas pelo Prefeito Municipal ficarão disponíveis, durante todo o exercício na Câmara de Vereadores e na Prefeitura, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Art. 40. Os instrumentos de transparência da gestão fiscal deverão receber ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público.

Art. 41. O Município fica autorizado a buscar junto à União e Estado, assistência técnica e cooperação financeira para a modernização das respectivas administrações tributária, financeira, patrimonial e previdenciária, com vistas ao cumprimento das normas estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Parágrafo único. A assistência técnica referida neste artigo consistirá no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos e na transferência

de tecnologia, bem como no apoio à divulgação, em meio eletrônico de amplo acesso público, dos instrumentos de transparência da gestão fiscal.

Art. 42. Na ocorrência de calamidade pública reconhecida, estarão suspensas a contagem dos prazos e as disposições estabelecidas, enquanto perdurar a situação, para a recondução da dívida e das despesas com pessoal ao limite exigido.

Art. 43. O Projeto de Lei Orçamentária anual será enviado ao Poder Legislativo para aprovação e devolvido ao Poder Executivo para sanção, nos prazos estabelecidos na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo único: Na hipótese do Projeto de Lei Orçamentária Anual não haver sido sancionado até 31 de dezembro de 2018, fica autorizada a execução da proposta orçamentária, originalmente encaminhada a Câmara de Vereadores, nos seguintes limites:

I- No montante necessário para cobertura das despesas com pessoal e encargos sociais e com serviços da dívida; II- 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Art. 44 – A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 29 de Agosto de 2018.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emenda e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 066/2018.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

Contratado: M. DIESEL CAMINHÕES E ONIBUS LTDA

Objeto: Aquisição de 01 (um) caminhão basculante 0km.

Valor: R$ 270.000,00 (duzentos e setenta mil reais).

Vigência: até 19 de Agosto de 2019.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO DE ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 073/2018

Pregão nº. 028/2018

Processo nº. 552/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE -MT

CONTRATADO: ESTRELÃO COMÉRCIO DE GÁS LTDA – ME, inscrita no CNPJ sob nº 26.574.916/0001-49

CLÁUSULA PRIMEIRA

Conforme disposto no artigo 18 do Decreto Federal 7.892/2013, fica reduzido o valor registrado no lote 01, item 01, conforme abaixo:

LOTE 01

Item	Descrição	Valor unit. adjudicado (R$)	Valor unitário adjudicado pregão 088/2018 – Ata 232/18
01	**CARGA DE GÁS** P-13	107,00	104,50

CLÁUSULA SEGUNDA

Para atender às despesas oriundas do presente aditivo o Município de Campo Verde valer-se-á de dotação orçamentária específica, indicada no momento de utilização da Ata.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam mantidas as demais cláusulas da Ata de Registro de Preço originária.

Campo Verde – MT, 07 de agosto de 2018.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

JÚLIO SANDRO EBERT

Fornecedor

CLAUDINEI LOPES DA SILVA

Fornecedor

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
CONCORRÊNCIA Nº 001/2018

CONCORRÊNCIA Nº 001/2018

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão Permanente de Licitação, torna públicoa seguinte ordem de classificação para a fase de Habilitação (Envelope E), assim abre-se o prazo recursal de cinco dias úteis para apresentar recurso. Informamos que o processo encontra-se disponível no Setor de Licitações para vistas das licitantes interessadas.

Lista de classificação:

1 - CARANDÁ PROPAGANDA LTDA ME (IGUAL A SAÚDE EM CAMPO VERDE) nota final 90,40; 2 - CASA D'IDEIAS MARKETING E PROPAGANDA (ALEGRIA É O INDICADOR DA SAÚDE) nota final 80,47; 3 – RENCA AGÊNCIA DE COMUNICAÇÃO LTDA ME (SAÚDE EM ALTA CAMPO VERDE MAIS FELIZ), nota final 79,58; 4 – FCS COMUNICAÇÃO S/A (NÃO TRATAMOS PESSOAS COMO NÚMEROS), nota final 74,35; 5 – N. F. N. PUBLICIDADE E PROMOÇÃO EIRELI EPP (A SAÚDE EM CAMPO VERDE VAI BEM, OBRIGADO), nota final 72,75; 6 – AGÊNCIA TRADICIONAL E DIGITAL EIRELI ME (CAMPO VERDE TEM MUITO A DIZER) nota final 61,95; 7 – E. A. DA SILVA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA EIRELI (SAÚDE E COISA SÉRIA), nota final 60,18.

Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244.

Campo Verde, 30 de agosto de 2018.

Ana Carolina S. Braga Blume

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 295/2018, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

PORTARIA N. 295/2018, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

DETERMINA A REALIZAÇÃO DE SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA E DESIGNA OS SERVIDORES PARA CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO DE SINDICÂNCIA.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei nº 252/2012 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Canabrava do Norte); e

Considerando a reunião realizada na Escola Municipal Nova Canaã no dia 28 de Agosto de 2018, para tratar de assunto de interesse dos profissionais da Educação;

Considerando o direito constitucional de reunião, associação e de liberdade de expressão.

Considerando que a Administração Municipal sempre apoiou, incentivou e respeitou o direito de cada categoria de se reunir e apresentar sua pauta de reunião, todavia, é dever da gestão municipal vedar a utilização de prédios públicos para fins políticos eleitorais, em respeito ao caput do Art. 37 da CF (legalidade, moralidade e impessoalidade) combinado com o Art. 73, I da Lei 9504/97, dentre outros dispositivos legais;

Considerando que, segundo relatos de presentes, houve um nítido desvirtuamento da reunião realizada na Escola Municipal Nova Canaã, com pessoas utilizando a reunião para distribuir em prédio público material de campanha e fazer pedido expresso de votos;

Considerando que os atos perpetrados configuram grave desvirtuamento quando exploram tema sensível e se apresentam como solucionadores do problema.

RESOLVE:

Art. 1º. DETERMINAR, a realização de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA, para apurar se reunião do dia 28 de Agosto de 2018, na Escola Municipal Nova Canaã, houve:

I- Distribuição de Material de campanha de Candidato nas Eleições de 2018?

II- De qual candidato?

III- Houve pedido de voto?

IV- Em favor de que candidato/candidatos?

V- O candidato beneficiário estava presente? Quem estava?

VI- Quem distribuiu material e pediu voto na Escola Municipal?

VII- Foi dito que se votasse para o mesmo ele resolveria a pretensão dos profissionais da Educação?

VIII- Quando os servidores foram convidados para reunião, tinham conhecimento que o objetivo era político-partidário? Foi dito a pauta da reunião?

Art. 2º. DESIGNAR, os servidores Delcimar Vieira Lima, matrícula funcional n. 678, Túlio Cesar de Souza Freitas, matrícula funcional n. 1837 e Valmeci Paiva de amorim, matrícula funcional n. 513, para, sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO DE SINDICÂNCIA DISCIPLINAR destinada a apurar os fatos no artigo 1º, devendo apresentar relatório no prazo máximo de 10 dias úteis depois de reunidos todas as provas que forem produzidas no procedimento.

Parágrafo Único. As provas coletas na Sindicância deverão ser encaminhadas ao Ministério Público da Comarca de Porto Alegre do Norte.

Art. 3º. Os servidores ora designados ficam dispensados de suas atividades normais nos dias de coleta de provas em geral, bem como para elaboração do relatório final.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 293/2018, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

PORTARIA N. 293/2018, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

ALTERA FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO que a Servidora Pública Municipal Sr.ª **DAIANE SIRQUEIRA DIAS**, anteriormente nomeada pela Portaria n. 331/2017, de 11 de Outubro de 2017, para exercer a função Coordenadora de Arrecadação e Fiscalização, e foi exonerada do cargo o qual exercia pela portaria N. 198/2018, de 04 de Junho de 2018.

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Sr.**WESLEY FERREIRA MARTINS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682185-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 004.764.571-73, para substituir **DAIANE SIRQUEIRA DIAS**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2099640-3, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 018.574.831-70, como fiscal de contrato como fiscal de **CLP 063/2017**, tem por objeto, contratação de empresa de engenharia para o atendimento da demanda da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria N. 249/2017, de 06 de Julho de 2017 e as disposições em contrário, e retroagindo seus efeitos legais e Financeiros a 05 de junho de 2018.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte MT, em 29 de Agosto de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N. 294/2018, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

PORTARIA N. 294/2018, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

ALTERA FISCAL DE CONTRATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III E XXX, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais, e,

CONSIDERANDO que a Servidora Pública Municipal Sr.ª **DAIANE SIRQUEIRA DIAS**, anteriormente nomeada pela Portaria n. 331/2017, de 11 de Outubro de 2017, para exercer a função Coordenadora de Arrecadação e Fiscalização, e foi exonerada do cargo o qual exercia pela portaria N. 198/2018, de 04 de Junho de 2018.

RESOLVE

Art. 1º. Nomear o Sr.**WESLEY FERREIRA MARTINS**, brasileiro, solteiro, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 1682185-8, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 004.764.571-73, para substituir **DAIANE SIRQUEIRA DIAS**, brasileira, solteira, portador da Carteira de Identidade – CI/RG n. 2099640-3, emitido por SSP/MT, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda – CPF/MF n. 018.574.831-70, como fiscal de contrato como fiscal da **ATA 030/2017**, Referente a Registro de preços visando futuras e eventuais Aquisição parcelada de “GAS”, para o atendimento da demanda da Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte-MT, para consumo Previsto durante 12 (doze) meses.

Art. 2°. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria N. 258/2017, de 13 de Julho de 2017.e as disposições em contrário, e retroagindo seus efeitos legais e Financeiros a 05 de junho de 2018.

Registra-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Canabrava do Norte MT, em 29 de Agosto de 2018.

_____

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 030/2018

Aos quatorze dias do mês de agosto de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Pessoa Jurídica a seguir descrita e qualificada: **Rafaela Castro Camelo Lobo - Eireli**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.936.378/0001-43 sediada na Avenida João Sacerdote de Souza, Centro, Canabrava do Norte/MT, CEP: 78.658-000, neste ato representada pela Senhora **Rafaela Castro Camelo Lobo,** brasileira, comerciante, portadora do RG nº 4971710 DGPC/GO e do CPF nº 015.162.601-47, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de cimento, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Pregão Presencial n° 036/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual aquisição de cimento para ser utilizado pelas seguintes secretarias: Secretaria Municipal de Administração; Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer; Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos e Urbanismo, Secretaria Municipal de Habitação Trabalho e Desenvolvimento Social; Secretaria Municipal de Finanças; pelo período de 12 meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a

assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretario Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quant.	R$ Unit.	R$ Total
177894	Cimento Portland - Composto com Pozolana - CP II-Z, com Resistência e 32MPA, Conforme Norma NBR-11578, EB-208, MB-1153, Saco com 50Kg	Tocantins	Saco	1500	R$ 33,28	R$ 49. 920,00
					Total	**R$ 49. 920,00**

Classificação Final

EMPRESA: RAFAELA CASTRO CAMELO LOBO EIRELI.

CNPJ: 13.936.378/0001-43;

ENDEREÇO: AVENIDA JOÃO SACERDOTE DE SOUZA, S/Nº, CENTRO, CANABRAVA DO NORTE, CEP: 78.658-000;

TELEFONE: (66) 3577-1193;

VALOR GLOBAL: R$ 49.500,00 (QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REAIS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 14 de Agosto de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS RAFAELA CASTRO CAMELO LOBO

Prefeito Municipal **RAFAELA CASTRO CAMELO LOBO - EIRELI**.

Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Iranizo Matos Rodrigues Zenilton Augusto da Silva

CPF: 983.429.751-34 CPF: 030.767.051-13

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 031/2018

Aos vinte e oito dias do mês de agosto de 2018, na sede do Município de Canabrava do Norte - MT, situada na Avenida Áurea de Amorim, s/nº, Setor São João, Canabrava do Norte - MT, representada neste ato pelo Prefeito Municipal **João Cleiton Araújo de Medeiros,** brasileiro, casado, portador do

RG n° 15638073 SEJSP/MT e CPF nº. 011.173.691-96, residente e domiciliado nesta cidade de Canabrava do Norte; e do outro lado a Pessoa Jurídica a seguir descrita e qualificada: **Batista de Souza e Cia Ltda.**, inscrita no CNPJ sob o nº 13.062.376/0001-72 sediada na Avenida Senador Jonas Pinheiro da Silva, Setor Oeste, Vila Rica/MT, CEP: 78.645-000, neste ato representada pelo Senhor **Flávio Batista de Souza,** brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 1173067-6 SJ/MT e do CPF nº 826.354.801-25, nos termos da Lei nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei nº. 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), Lei Complementar n° 123 de 14 de Dezembro de 1996, e Decretos Municipais, subsidiariamente, pela Lei Federal nº. 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento nos autos, resolvem registrar os preços para possível e eventual aquisição de peças para manutenção de Motoniveladora CASE 845, Manotoniveladora 120G e Cartepillar 120K, onde Pública e **HOMOLOGADA** nos autos, referente ao Pregão Presencial n° 037/2018, consoante as seguintes cláusulas e condições:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto da presente Ata é o Registro de Preços para possível e eventual possível e eventual aquisição de peças para manutenção da motoniveladora case 845, motoniveladora 120g e cartepillar 120k para atender a demanda da secretaria municipal de infraestutura, serviços públicos e urbanismo; pelo período de 12 meses.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro é o documento vinculativo obrigacional de fornecimento, onde constarão os preços a serem praticados, com características de compromisso da licitante vencedora, se convocadas, vierem celebrar contrato para fornecimento dos produtos nas condições definidas neste edital e seus anexos e, se for o caso, com as demais classificadas que aceitarem fornecer os produtos pelo preço do primeiro menor preço, obedecida a ordem de classificação e os quantitativos propostos.

2.2.O Pregoeiro convocará formalmente as fornecedoras, com antecedência mínima de 03 dias úteis, informando o local, dia e hora para a reunião e assinatura da Ata de Registro de Preços.

2.2.1. O prazo acima citado poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando, durante o seu transcurso, for solicitado pela fornecedora convocada, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Pregoeiro.

2.3. Colhidas as assinaturas, o Grupo Executivo de Licitações, Contratos e Controle de Almoxarifado providenciará a imediata publicação no Diário Oficial dos Municípios.

2.4. As empresas com preços registrados passarão a ser denominadas Detentoras da Ata de Registro de Preços, após a respectiva assinatura da Ata.

2.5. Caso a fornecedora primeira classificada, após convocação, não comparecer ou recusar assinar a Ata de Registro de Preços, sem prejuízo das cominações a ele previstas neste edital, o Pregoeiro convocará as demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço da primeira classificada na licitação.

2.6. Decorridos 60 (sessenta) dias da data de entrega das propostas, sem que haja convocação para a assinatura de Ata de Registro de Preços e Fornecimento, as licitantes estarão liberadas dos compromissos assumidos.

2.7. A Ata de Registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação de seu extrato.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada por todas as Secretarias e ou Órgãos do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

3.2. Caberá a Secretaria Municipal de Administração deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3. Caberá ainda ao Setor Administrativo informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

3.4. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade de outros municípios que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços deste Município.

3.5. O Registro de Preços será formalizado por intermédio da Ata de Registro de Preços, na forma do Anexo VI, nas condições previstas no Edital de Convocação.

3.6. O Município de Canabrava do Norte não se obriga a firmar contratações oriundas do Sistema Registro de Preços, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO FORNECIMENTO, LOCAL DE ENTREGA, ACEITE E RECEBIMENTO.

4.1. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizada pela Secretária de Administração, Contratos e Controle de Almoxarifado, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável, sendo efetuado diretamente a empresa contratada, devidamente autorizada pela autoridade superior, contendo o número de referência da Ata.

4.2. A fornecedora classificada ficará obrigada a entregar os produtos dentro do prazo estipulado no edital, bem como, quando solicitado, realizar a substituição dos mesmos dentro do mesmo prazo conforme regra editalícia.

4.3. O local da entrega dos produtos será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, conforme o ITEM, podendo ser na sede da unidade requisitante ou em local em que esta indicar, sempre dentro do Município de Canabrava do Norte.

4.3.1. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão/entidade requisitante, não podendo ultrapassar a 03 (três) dias da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

4.3.2. O recebimento dos produtos se efetivará, em conformidade com os arts. 73 a 76 da Lei 8.666/93, mediante recibo, nos seguintes termos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação das especificações, mediante “Termo de Aceite Provisório”;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade, quantidade, características, especificações dos produtos, e conseqüente aceitação pela equipe responsável, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, mediante “Termo de Aceite Definitivo”.

4.3.3. Serão recusados os produtos que não esteja em perfeito estado e que não atendam as especificações constantes neste edital e/ou que não estejam adequados para consumo.

4.4. Caso a fornecedora classificada em primeiro lugar não receber ou não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a Administração convocará a segunda classificada para efetuar o fornecimento, e assim sucessivamente quanto as demais classificadas, aplicadas aos faltosos as penalidades cabíveis.

4.5. A segunda classificada só poderá fornecer à Administração quando a primeira classificada tiver seu registro junta a Ata cancelada.

4.6. Os produtos, objeto desta Ata, deverão ser entregues acompanhados de notas fiscais distintas, ou seja, de acordo com a ordem de utilização, dela devendo constar o número da Ata de Registro de Preços, o produto, o valor unitário, a quantidade, o valor total e o local da entrega, além das demais exigências legais.

4.7. Relativamente ao disposto no presente tópico, aplicam-se, subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei n° 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

4.8. As despesas relativas à entrega dos produtos correrão por conta exclusiva da detentora da ata.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA CONTRATAÇÃO

5.1. As obrigações decorrentes do fornecimento dos produtos constantes do Registro de Preços será firmado com o Município de Canabrava do Norte, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei Federal nº. 8.666/93, e será formalizada através de:

a) Nota de empenho ou documento equivalente, quando a entrega não envolver obrigações futuras;

b) Nota de empenho ou documento equivalente e contrato de fornecimento, quando presentes obrigações futuras.

5.1.1. A Ata de Registro de Preços (Anexo VI) é parte integrante do Edital de Convocação, cujas condições deverão ser mantidas na sua integralidade.

5.2. O prazo para a retirada da nota de empenho e/ou assinatura da Ata será de 05 (cinco) dias úteis, contados da convocação.

5.3. Os quantitativos de fornecimento serão os fixados em nota de empenho e/ou contrato e, observarão obrigatoriamente os valores registrados em Ata de Registro de Preços.

5.4. A licitante vencedora não poderá subcontratar, sub-empreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

6. CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO E REVISÃO

6.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

6.2. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Comissão de Licitação notificará a fornecedora com o primeiro menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

6.3. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

6.4. Simultaneamente procederá a convocação das demais fornecedoras, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

6.5. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Setor de Administração solicitar nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo dos produtos, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea “a”, combinado com o art. 73, inciso II, alínea “b”, da Lei n° 8.666/93 e alterações.

7.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela fornecedora, de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

7.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que a fornecedora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

7.4. Caso se constate erro ou irregularidade na nota fiscal/fatura, a Secretaria Municipal de Finanças, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções, ou aceitá-la.

7.5. Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

7.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

7.7. A Administração Municipal não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

7.8. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela Fornecedora de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

7.9. Fica estabelecido o percentual de juros de 6% (seis por cento) ao ano, na hipótese de mora por parte da contratante.

7.10. O **Contratado** somente poderá deixar de atender a **Contratante** quando os atrasos de pagamento forem superior a 90 (noventa) dias;

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa da fornecedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente fora do prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos, ficará a fornecedora, a juízo do Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, sujeito às seguintes penalidades:

I - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor constante da nota de empenho e/ou contrato;

II - Cancelamento do preço registrado;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos.

8.2. As sanções previstas nos incisos anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente.

8.3. Por atraso injustificado na execução do objeto:

I - Multa moratória de 1% (um por cento), por dia útil, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

II - Rescisão unilateral do contrato se for o caso, após o décimo dia de atraso e,

III - Cancelamento do preço registrado.

8.4. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

I - Advertência, por escrito, nas faltas leves;

II - Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento não executado pela fornecedora;

III - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração por prazo de até 05 (cinco) anos;

IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

8.5. A penalidade de multa, estabelecida no inciso II, poderá ser aplicada juntamente com as sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem acima, sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos art. 77 a 80 da Lei n. 8.666/93.

8.6. Apresentação de documentação falsa, não manutenção da proposta e cometimento de fraude fiscal, acarretará sem prejuízo das demais cominações legais:

I - suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração de até 05 (cinco) anos e descredenciamento do Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.7. A empresa que não recolher as multas tratadas nos incisos anteriores no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados da notificação ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a Administração Pública deste Município, enquanto não adimplida a obrigação.

8.8. Fica garantido à fornecedora o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação do ato.

8.9. As penalidades somente poderão ser relevadas ou atenuadas pela autoridade competente, mediante aplicação do princípio da proporcionalidade, em razão de circunstâncias fundamentadas em fatos reais e comprovadas, desde que requeridas por escrito e no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data em que for notificada da pretensão da Administração Pública deste Município da aplicação da pena.

8.10. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Registro Cadastral deste Município.

8.11. Competirá a Secretaria Municipal de Administração, na qualidade de detentor da Ata de Registro de Preços a aplicação das penalidades previstas no subitem 8.1 e seus incisos, e no inciso III, subitem 8.3.

8.12. A penalidade estabelecida no inciso III do subitem 8.4 será de competência exclusiva da autoridade máxima do Secretario Municipal de Administração, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no subitem 8.8, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e depois de decorridos o prazo de sanção mínima de 02 (dois) anos.

8.13. O Órgão Gerenciador do Sistema de Registros de Preços, na qualidade de responsável pelo controle do cumprimento das obrigações relativas ao fornecimento caberá a aplicação das demais penalidades previstas no instrumento de convocação.

8.14. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município de Canabrava do Norte, Estado do Mato Grosso.

9. CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

9.1. A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedoras registradas e, por iniciativa do Setor de Administração deste Município quando:

9.1.1. A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

9.1.2. Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;

9.1.3. Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;

9.1.4. Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei Federal nº. 8. 666/93;

9.1.5. Por razão de interesse público, devidamente motivado.

9.2. Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação da fornecedora com classificação imediatamente subseqüente.

9.3. Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes das aquisições da presente Ata correrão a cargo da Secretaria requisitante, usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei Federal n° 8.666/93 e alterações.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PREÇO REGISTRADO

11.1. Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Presencial, tipo menor preço, **HOMOLOGADO** a classificação da empresa conforme abaixo especificada, a empresa vencedora ficam assim registrado:

ITEM	UNID	Cód. PUG	DESCRIÇÃO	MARCA	QUANT.	Unit.	Total
1	Par	136144-9	Borda Cortante Pag. 642 Item 01 Nº de Peça 9J-3657 - 13 Furos 3/4 - 120k	RTB	10	R$ 450,67	R$ 4.506,70
2	Par	136144-9	Borda Cortante Pág. 9-20 Item 9 nº de Peça 75266776 CASE 845	RTB	20	R$ 475,33	R$ 9.506,60
3	Unid.	12974	Parafusos com porcas para lâminas	RTB	26	R$ 4,99	R$ 129,74
4	Unid.	135590-2	Parafusos de Roda com Arruelas Lisa	RTB	26	R$ 6,99	R$ 181,74
7	Unid.	0004087	Filtros de ar nº 245-6375	RTB	5	R$ 199,00	R$ 995,00
9	Unid.	0000501	Filtros de Transmissão nº 3E-15521	RTB	5	R$ 223,20	R$ 1.116,00
10	Unid.	0000497	Filtros de Óleo Lubrificante nº 1R-1807	RTB	5	R$ 59,00	R$ 295,00
							R$ 16.730,78

Classificação Final

EMPRESA: BATISTA DE SOUZA E CIA LTDA.;

CNPJ Nº 13.062.376/0001-72;

ENDEREÇO: AVENIDA JONAS PINHEIRO DA SILVA, S/Nº, SETOR OESTE, VILA RICA – MT, CEP: 78.645-000;

TELEFONE: (66) 3554-1380 – (66) 3554-1015

E-MAIL: SOUSAAUTO@TERRA.COM.BR

VALOR: R$ 16.730,78 (DEZESSEIS MIL SETECENTOS E TRINTA REAIS E SETENTA E OITO CENTAVOS);

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. A presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei Federal n.º8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1. Fica eleito o foro da cidade de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

Canabrava do Norte, 28 de Agosto de 2018.

JOÃO CLEITON ARAUJO DE MEDEIROS FLÁVIO BATISTA DE SOUZA

Prefeito Municipal **BATISTA DE SOUZA E CIA LTDA**.

Contratante Contratada

TESTEMUNHAS:

Iranizo Matos Rodrigues Zenilton Augusto da Silva

CPF: 983.429.751-34 CPF: 030.767.051-13

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

GABINETE
DECRETO Nº 2909/2018

De 28 de agosto de 2018

Altera integrantes da Comissão Municipal de Habitação e Saneamento e dá providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício n. º 026/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social, recebido em 27 de agosto de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Municipal de Habitação e Saneamento - CMHS nomeada pelo Decreto n. º 2792/2017, em substituição aos **Representante Sociedade Civil** como segue:

I- Representante Sociedade Civil:

a) Representante da OASE – Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas:

- Josiane de Oliveira Machado Porsch.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 28 de agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº 2908/2018

De 28 de agosto de 2018

Altera integrantes do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Considerando o Ofício n. º 027/2018 da Secretaria Municipal de Assistência Social, recebido em 27 de agosto de 2018;

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente nomeada pelo Decreto n. º 2793/2017, em substituição aos **Representante Não Governamental** (titular e suplente), **Conselho Municipal de Educação** (titular e suplente) como segue:

I- Representante Não Governamental:

c) Grupo Escoteiro Canarana- GECAN

Titular: Ana Paula Dalpizzol;

Suplente: Priscila Fátima Ignacio;

d) – Conselho Municipal de Educação:

Titular: Angelina Bigaton Ferla;

Suplente: Elaine Noeli Elsenbach.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, em 28 de agosto de 2018.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 033/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/ nº., na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **C. ALBERTO RODRIGUES BARROS – ME CNPJ 29.666.835/0001-67**com sede na Avenida Perimetral Rogério Silva, sn°, Quadra 8, Lote 18, Loteamento Camélia, no município de Alta Floresta/MT CEP 78.580-000, sendo representada pelo Sr. Eder Dellani portador do RG n° 1163602-5 SJ/MT e CPF n° 830.016.621-15, doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 035/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MADEIRA SERRADA (MADEIRA DE LEI), PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, e detalhado no quadro abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	2	R$ 950,00	R$ 1.900,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 900,00	R$ 2.700,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 900,00	R$ 2.700,00
10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
VALOR TOTAL						**R$ 24.400,00**

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL – SEMAS

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00

10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
VALOR TOTAL						**R$8.450,00**

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	4	R$ 950,00	R$ 3.800,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	5	R$ 950,00	R$ 4.750,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	5	R$ 900,00	R$ 4.500,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	5	R$ 900,00	R$ 4.500,00
10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	6	R$ 950,00	R$ 5.700,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	6	R$ 950,00	R$ 5.700,00
12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	6	R$ 950,00	R$ 5.700,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	6	R$ 950,00	R$ 5.700,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	6	R$ 950,00	R$ 5.700,00
VALOR TOTAL						**R$46.050,00**

SECRETARIA DE SAUDE - SEMSA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	2	R$ 950,00	R$ 1.900,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	2	R$ 950,00	R$ 1.900,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	2	R$ 900,00	R$ 1.800,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	2	R$ 900,00	R$ 1.800,00
10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	4	R$ 950,00	R$ 3.800,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	4	R$ 950,00	R$ 3.800,00
12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	4	R$ 950,00	R$ 3.800,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	3	R$ 950,00	R$ 2.850,00
VALOR TOTAL						**R$24.500,00**

SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOSP

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
4	52905	PRANCHA 6X20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	80	R$ 950,00	R$ 76.000,00
5	52906	QUADRADO 12X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	10	R$ 950,00	R$ 9.500,00
6	52907	QUADRADO 25X25M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	80	R$ 950,00	R$ 76.000,00
7	52908	QUADRADO 25X30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	80	R$ 950,00	R$ 76.000,00
8	52909	QUADRADO 30X30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	80	R$ 950,00	R$ 76.000,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	2	R$ 950,00	R$ 1.900,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	2	R$ 950,00	R$ 1.900,00
VALOR TOTAL						**R$323.850,00**

SECRETARIA DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMERCIO – SEMAPIC

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
VALOR TOTAL						**R$8.450,00**

SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAT

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00

12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
VALOR TOTAL						**R$8.450,00**

SECRETARIA DA CIDADE - SEMCID

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	UNID	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	52902	CAIBRO 5X6 M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
2	52903	CAIBRO 5X11 M³ 6M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
3	52904	MADEIRA/CAIXARIA 2,5X10,15,20,25,30M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
9	52910	SARRAFO N 2,5X5M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 900,00	R$ 900,00
10	52911	VIGA 5X11M³ 3,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
11	52912	VIGA 5X11M³ 4,5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
12	52913	VIGA 5X15M³ 5M (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
13	52914	VIGA 6X12M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
14	52915	VIGA 6X15M³ (MADEIRA CAMBARA)	METRO CUBICO	1	R$ 950,00	R$ 950,00
VALOR TOTAL						**R$8.450,00**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **03/08/2018 até 03/08/2019.**

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 035/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias, contados da data da Solicitação e independente da quantidade de produto solicitados.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente. Todas as despesas relativa à entrega, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora.

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.3 Os produtos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 Os produtos fornecidos em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados.

6.6 Quanto a problemas de qualidade dos produtos ou das condições, a licitante notificada pela PREFEITURA será responsável pela troca do produto.

6.7 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos produtos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, aces-

sória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 035/2018** a proposta da empresa **C. ALBERTO RODRIGUES BARROS – ME CNPJ 29.666.835/0001-67**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 03 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

C. ALBERTO RODRIGUES BARROS – ME CNPJ 29.666.835/0001-67

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº.

, na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA – EPP CNPJ 14.888.303/0001-05** com sede na Avenida Beira Rio n° 1.700, Bairro Praeiro, no município de Cuiabá/MT CEP: 78.070-500, sendo representada pelo Sr. Maxson Evangelista Ribeiro portador do RG 2027829-2 SSP/MT e CPF 045.080.581-67 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, e detalhado no quadro abaixo:

GABINETE DA PREFEITA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
13	42148	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ALUMASSA	UNID	1	R$ 20,50	R$ 20,50
21	47655	BOCAL PLAFON BRANCO	ILUMI	UNID	3	R$ 3,50	R$ 10,50
30	42099	CADEADO 30MM	PADO	UNID	2	R$ 15,00	R$ 30,00
31	46425	CADEADO 35MM	PADO	UNID	2	R$ 18,50	R$ 37,00
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
68	42147	CX DESCARGA 09L BRANCA C9/G	ALUMASSA	UNID	1	R$ 23,50	R$ 23,50
79	42143	ESPUDE DE BORRACHA P/ VASO	KRONA	UNID	1	R$ 4,00	R$ 4,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
84	42098	FECHADURA EXTERNA INOX 803/03	SOPRANO	UNID	5	R$ 42,00	R$ 210,00
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1.320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1.920,00
108	47589	INTERRUPTOR SIMPLES	ILUMI	UNID	5	R$ 9,00	R$ 45,00
126	47681	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W	FCC	UNID	5	R$ 17,00	R$ 85,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3" POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
221	42094	TINNER 5L	GOL	UNID	1	R$ 56,00	R$ 56,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
234	42118	TORNEIRA PIA GIRAT INOX C33	LIEGE	UNID	2	R$ 69,80	R$ 139,60
239	42119	TUBO DE DESC EMBUTIR 04 40MM 1.60M	KRONA	UNID	3	R$ 9,50	R$ 28,50
245	42125	VÁLVULA P/ PIA E TANQUE N° 08	KRONA	UNID	2	R$ 5,00	R$ 10,00
246	42126	VASO SANIT BRANCO CONVENCIONAL	LOGASA	UNID	1	R$ 109,00	R$ 109,00
VALOR TOTAL							**R$ 14.757,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
2	42150	ADESIVO PLASTICO PVC 75G	FCC	UNID	5	R$ 2,90	R$ 14,50
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
5	42105	ARALDITE DE 16G 10 MINUTOS	HENKEL	UNID	2	R$ 18,50	R$ 37,00
13	42148	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ALUMASSA	UNID	3	R$ 20,50	R$ 61,50
21	47655	BOCAL PLAFON BRANCO	ILUMI	UNID	5	R$ 3,50	R$ 17,50
23	13387	BOIA P/ CAIXA D'AGUA	LIEGE	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
30	42099	CADEADO 30MM	PADO	UNID	5	R$ 15,00	R$ 75,00
31	46425	CADEADO 35MM	PADO	UNID	3	R$ 18,50	R$ 55,50
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
44	47607	CANALETA VENTILADA 20MMX20MMX2000MM	DUTOPLAST	UNID	6	R$ 8,50	R$ 51,00
45	47608	CANALETA VENTILADA 50X50	DUTOPLAST	UNID	6	R$ 26,00	R$ 156,00
61	47590	CONJ. COM DOIS INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	3	R$ 10,00	R$ 30,00
62	47593	CONJ. COM DOIS INTERRUP+TOMADA	ILUMI	UNID	3	R$ 15,50	R$ 46,50

63	47596	CONJ. COM DUAS TOMADAS	ILUMI	UNID	3	R$ 11,30	R$ 33,90
64	47592	CONJ. COM TRES INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	3	R$ 15,00	R$ 45,00
65	47594	CONJ. COM TRES TOMADAS	ILUMI	UNID	3	R$ 21,50	R$ 64,50
66	47591	CONJ. INTERRUPTOR+TOMADA	ILUMI	UNID	3	R$ 9,50	R$ 28,50
68	42147	CX DESCARGA 09L BRANCA C9/G	ALUMASSA	UNID	5	R$ 23,50	R$ 117,50
76	42061	DOBRADIÇA P PORTA 3.1/2 CARTELA COM 3 UNIDADES	MERKEL	UNID	5	R$ 7,00	R$ 35,00
79	42143	ESPUDE DE BORRACHA P/ VASO	KRONA	UNID	5	R$ 4,00	R$ 20,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	10	R$ 18,00	R$ 180,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
84	42098	FECHADURA EXTERNA INOX 803/03	SOPRANO	UNID	20	R$ 42,00	R$ 840,00
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
88	47665	FIO 04MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 1,90	R$ 38,00
89	47664	FIO 06MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 2,30	R$ 46,00
91	47663	FIO 10MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 8,00	R$ 160,00
92	47669	FIO 2,5MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 1,00	R$ 20,00
94	19322	FIO PARALELO 2,5MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 1,90	R$ 38,00
95	323	FIO PARALELO 2X2,5MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 2,50	R$ 50,00
96	47486	FIO PARALELO 4MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 3,50	R$ 70,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
102	42141	FITA VEDA ROSCA 18MM/25M	GOL	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
104	42062	FORRO PVC 6M 20CMX8MM	CUIABA PVC	UNID	20	R$ 15,49	R$ 309,80
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1.320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1.920,00
111	42139	JOELHO DE SOLD 50 MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 3,15	R$ 31,50
112	42137	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 100MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 4,80	R$ 48,00
113	42138	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 1,90	R$ 19,00
118	42135	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 25MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 0,60	R$ 6,00
125	47680	LÂMPADA FLUORESCENTE 20W	FCC	UNID	40	R$ 9,70	R$ 388,00
126	47681	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W	FCC	UNID	38	R$ 17,00	R$ 646,00
130	52783	LIXA PARA FERRO N° 150	TATU	UNID	20	R$ 1,70	R$ 34,00
131	52784	LIXA PARA FERRO N° 180	TATU	UNID	20	R$ 1,70	R$ 34,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
135	42132	LUVA DE ESG 100MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 4,00	R$ 40,00
136	42134	LUVA DE ESG 40MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 0,67	R$ 6,70
137	42133	LUVA DE ESG 50MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 1,86	R$ 18,60
139	42131	LUVA SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UND	10	R$ 0,60	R$ 6,00
140	42130	LUVA SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 1,00	R$ 10,00
143	42153	MANGUEIRA 1/2 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	30	R$ 2,47	R$ 74,10
144	42154	MANGUEIRA 3/8 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	30	R$ 2,25	R$ 67,50
146	52717	MANGUEIRA CRISTAL 1/2X2MM	MANTAC	METRO	50	R$ 1,85	R$ 92,50
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
155	42095	PALHA DE AÇO COM 8 UNIDADES	VE GA	UNID	15	R$ 1,00	R$ 15,00
156	42100	PARAFUSO P/ VASO 08MM	JOMARCA	UNID	2	R$ 1,50	R$ 3,00
157	42101	PARAFUSO P/ VASO 10MM	JOMARCA	UNID	8	R$ 1,50	R$ 12,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
178	42071	PREGO 12X12 C/ CABEÇA	MORLAN	KG	1	R$ 12,50	R$ 12,50
179	42074	PREGO 18 X 27	MORLAN	KG	5	R$ 9,89	R$ 49,45
181	42077	PREGO 20X42	MORLAN	KG	10	R$ 9,88	R$ 98,80
191	47458	REGISTRO PARA CAIXA D’AGUA	KRONA	UNID	3	R$ 14,50	R$ 43,50
197	42081	RODA FORRO PVC 6M	CUIABA PVC	UNID	30	R$ 15,80	R$ 474,00
198	42082	ROLO PINTURA LÃ SEM CABO EXTRA 18CM	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00
202	42140	SIFÃO DUPLO	PLASBOHN	UNID	5	R$ 15,00	R$ 75,00
203	42104	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL SIMPLES	PLASBOHN	UNID	5	R$ 4,50	R$ 22,50
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
206	42111	T ESGOTO 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 2,00	R$ 10,00
207	42108	T ESGOTO 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 5,45	R$ 27,25
208	42107	T SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 0,70	R$ 7,00
209	42110	T SOLDAVEL 40MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
210	42109	T SOLDAVEL 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 6,00	R$ 30,00
211	42112	TE ESGOTO 100X100MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 8,00	R$ 40,00
212	42115	TE SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	10	R$ 1,00	R$ 10,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
221	42094	TINNER 5L	GOL	UNID	22	R$ 56,00	R$ 1.232,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
227	50696	TINTA SPRAY ESMALTE SINTETICO BRANCA 360ML	USE	UNID	50	R$ 13,00	R$ 650,00
231	47588	TOMADA SIMPLES	ILUMI	UNID	11	R$ 4,00	R$ 44,00
232	42117	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICO	GERPLAST	UNID	10	R$ 17,00	R$ 170,00

234	42118	TORNEIRA PIA GIRAT INOX C33	LIEGE	UNID	5	R$ 69,80	R$ 349,00
235	42116	TORNEIRA PLASTICA 1/2 LONGA	GERPLAST	UNID	5	R$ 17,00	R$ 85,00
237	52800	TRENA 100MTS	KALA	UNID	2	R$ 84,00	R$ 168,00
238	42191	TRENA 5MTS	THOMPSON	UNID	2	R$ 12,00	R$ 24,00
245	42125	VÁLVULA P/ PIA E TANQUE N° 08	KRONA	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
VALOR TOTAL							**R$ 21.944,00**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – SEMAS

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
2	42150	ADESIVO PLASTICO PVC 75G	FCC	UNID	2	R$ 2,90	R$ 5,80
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
5	42105	ARALDITE DE 16G 10 MINUTOS	HENKEL	UNID	2	R$ 18,50	R$ 37,00
6	42045	ARAME RECOZIDO 18	MULTILIT	KG	10	R$ 9,00	R$ 90,00
13	42148	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ALUMASSA	UNID	2	R$ 20,50	R$ 41,00
16	40800	BALDE DE PLASTICO 12LT	WORKER	UNID	2	R$ 10,00	R$ 20,00
21	47655	BOCAL PLAFON BRANCO	ILUMI	UNID	10	R$ 3,50	R$ 35,00
23	13387	BOIA P/ CAIXA D'AGUA	LIEGE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
26	47487	CABO FLEXIVEL 2,5MM ROLO C 100MT	TECNOFIOS	ROLO	1	R$ 100,00	R$ 100,00
27	5172	CABO FLEXIVEL 4MM ROLO C 100MT	TECNOFIOS	ROLO	1	R$ 168,00	R$ 168,00
30	42099	CADEADO 30MM	PADO	UNID	2	R$ 15,00	R$ 30,00
31	46425	CADEADO 35MM	PADO	UNID	2	R$ 18,50	R$ 37,00
34	47610	CAIXA DE EMBUTIR QUADRADA 4X4	KRONA	UNID	5	R$ 1,80	R$ 9,00
35	47611	CAIXA DE EMBUTIR RETANGULAR 4X2	KRONA	UNID	5	R$ 1,40	R$ 7,00
36	47609	CAIXA DE PASSAGEM EMBUTIR 4X4	KRONA	UNID	2	R$ 21,00	R$ 42,00
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
44	47607	CANALETA VENTILADA 20MMX20MMX2000MM	DUTOPLAST	UNID	10	R$ 8,50	R$ 85,00
45	47608	CANALETA VENTILADA 50X50	DUTOPLAST	UNID	10	R$ 26,00	R$ 260,00
47	42056	CANO DE ESG 100MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	5	R$ 47,50	R$ 237,50
48	42057	CANO SOLDAVEL DE 25MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	5	R$ 12,40	R$ 62,00
49	42058	CANO SOLDAVEL DE 50MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	5	R$ 43,50	R$ 217,50
54	47515	CHUVEIRO FRIO SIMPLES DE PLASTICO 1/2	HERC	UNID	4	R$ 6,00	R$ 24,00
55	47516	CHUVEIRO FRIO SIMPLES DE PLASTICO 3/4	HERC	UNID	4	R$ 4,70	R$ 18,80
61	47590	CONJ. COM DOIS INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	5	R$ 10,00	R$ 50,00
62	47593	CONJ. COM DOIS INTERRUP+TOMADA	ILUMI	UNID	5	R$ 15,50	R$ 77,50
63	47596	CONJ. COM DUAS TOMADAS	ILUMI	UNID	5	R$ 11,30	R$ 56,50
64	47592	CONJ. COM TRES INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	5	R$ 15,00	R$ 75,00
65	47594	CONJ. COM TRES TOMADAS	ILUMI	UNID	5	R$ 21,50	R$ 107,50
66	47591	CONJ. INTERRUPTOR+TOMADA	ILUMI	UNID	5	R$ 9,50	R$ 47,50
68	42147	CX DESCARGA 09L BRANCA C9/G	ALUMASSA	UNID	2	R$ 23,50	R$ 47,00
76	42061	DOBRADIÇA P PORTA 3.1/2 CARTELA COM 3 UNIDADES	MERKEL	UNID	5	R$ 7,00	R$ 35,00
79	42143	ESPUDE DE BORRACHA P/ VASO	KRONA	UNID	2	R$ 4,00	R$ 8,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	10	R$ 18,00	R$ 180,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
84	42098	FECHADURA EXTERNA INOX 803/03	SOPRANO	UNID	10	R$ 42,00	R$ 420,00
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
94	19322	FIO PARALELO 2,5MM	TECNOFIOS	METRO	30	R$ 1,90	R$ 57,00
95	323	FIO PARALELO 2X2,5MM	TECNOFIOS	METRO	30	R$ 2,50	R$ 75,00
96	47486	FIO PARALELO 4MM	TECNOFIOS	METRO	30	R$ 3,50	R$ 105,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
102	42141	FITA VEDA ROSCA 18MM/25M	GOL	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
104	42062	FORRO PVC 6M 20CMX8MM	CUIABA PVC	UNID	500	R$ 15,49	R$ 7.745,00
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1.320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1.920,00
108	47589	INTERRUPTOR SIMPLES	ILUMI	UNID	5	R$ 9,00	R$ 45,00
111	42139	JOELHO DE SOLD 50 MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 3,15	R$ 15,75
112	42137	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 100MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 4,80	R$ 24,00
113	42138	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,90	R$ 9,50
114	47622	JOELHO LR 90° 20MMX1/2	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 3,50	R$ 17,50
115	17525	JOELHO LR 90° 25MMX1/2	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 3,00	R$ 15,00
116	47624	JOELHO LR 90° 25MMX3/4	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 3,50	R$ 17,50
118	42135	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 25MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 0,60	R$ 3,00
123	47517	KIT REPARO P/VASO SANIT UNIVERSAL	BLUKIT	UNID	4	R$ 85,00	R$ 340,00
126	47681	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W	FCC	UNID	20	R$ 17,00	R$ 340,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
135	42132	LUVA DE ESG 100MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 4,00	R$ 20,00
136	42134	LUVA DE ESG 40MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 0,67	R$ 3,35
137	42133	LUVA DE ESG 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,86	R$ 9,30
139	42131	LUVA SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UND	5	R$ 0,60	R$ 3,00
140	42130	LUVA SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,00	R$ 5,00
143	42153	MANGUEIRA 1/2 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	50	R$ 2,47	R$ 123,50
144	42154	MANGUEIRA 3/8 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	50	R$ 2,25	R$ 112,50
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00

149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
155	42095	PALHA DE AÇO COM 8 UNIDADES	VE GA	UNID	5	R$ 1,00	R$ 5,00
156	42100	PARAFUSO P/ VASO 08MM	JOMARCA	UNID	10	R$ 1,50	R$ 15,00
157	42101	PARAFUSO P/ VASO 10MM	JOMARCA	UNID	4	R$ 1,50	R$ 6,00
162	47490	PINCEL PARA PINTURA 1,5 POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 4,00	R$ 40,00
163	47489	PINCEL PARA PINTURA 1” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 2,20	R$ 22,00
164	47492	PINCEL PARA PINTURA 2,5 POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 5,80	R$ 58,00
165	47491	PINCEL PARA PINTURA 2” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 3,75	R$ 37,50
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
167	47495	PINCEL PARA PINTURA 4” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 9,10	R$ 91,00
179	42074	PREGO 18 X 27	MORLAN	KG	5	R$ 9,89	R$ 49,45
184	20828	PREGO TELHEIRO 18X30 500G	MORLAN	KG	5	R$ 10,39	R$ 51,95
191	47458	REGISTRO PARA CAIXA D'AGUA	KRONA	UNID	2	R$ 14,50	R$ 29,00
192	47513	REGISTRO PARA CHUVEIRO 1/2	IMPERATRIZ	UNID	4	R$ 12,00	R$ 48,00
193	47514	REGISTRO PARA CHUVEIRO 3/4	IMPERATRIZ	UNID	4	R$ 32,00	R$ 128,00
195	42079	REJUNTE 1 KG	PIRAJÁ	KG	10	R$ 4,90	R$ 49,00
197	42081	RODA FORRO PVC 6M	CUIABA PVC	UNID	100	R$ 15,80	R$ 1.580,00
198	42082	ROLO PINTURA LÃ SEM CABO EXTRA 18CM	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00
202	42140	SIFÃO DUPLO	PLASBOHN	UNID	5	R$ 15,00	R$ 75,00
203	42104	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL SIMPLES	PLASBOHN	UNID	2	R$ 4,50	R$ 9,00
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
206	42111	T ESGOTO 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 2,00	R$ 10,00
207	42108	T ESGOTO 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 5,45	R$ 27,25
208	42107	T SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 0,70	R$ 3,50
209	42110	T SOLDAVEL 40MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
210	42109	T SOLDAVEL 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 6,00	R$ 30,00
211	42112	TE ESGOTO 100X100MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 8,00	R$ 40,00
212	42115	TE SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,00	R$ 5,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
221	42094	TINNER 5L	GOL	UNID	8	R$ 56,00	R$ 448,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
231	47588	TOMADA SIMPLES	ILUMI	UNID	12	R$ 4,00	R$ 48,00
232	42117	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICO	GERPLAST	UNID	2	R$ 17,00	R$ 34,00
234	42118	TORNEIRA PIA GIRAT INOX C33	LIEGE	UNID	2	R$ 69,80	R$ 139,60
235	42116	TORNEIRA PLASTICA 1/2 LONGA	GERPLAST	UNID	2	R$ 17,00	R$ 34,00
239	42119	TUBO DE DESC EMBUTIR 04 40MM 1.60M	KRONA	UNID	2	R$ 9,50	R$ 19,00
240	42121	TUBO ESGOTO 6M X 100MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 47,90	R$ 239,50
241	42120	TUBO ESGOTO 6M X 40MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 32,80	R$ 164,00
242	42122	TUBO SOLDAVEL 6M X 25MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 12,50	R$ 62,50
243	42123	TUBO SOLDAVEL 6M X20MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 10,50	R$ 52,50
244	42124	TUBO SOLDAVEL 6MX50MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 41,00	R$ 205,00
245	42125	VÁLVULA P/ PIA E TANQUE N° 08	KRONA	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
246	42126	VASO SANIT BRANCO CONVENCIONAL	LOGASA	UNID	2	R$ 109,00	R$ 218,00
249	47488	VERNIZ LATA COM 3,6LT	EUCATEX	UNID	5	R$ 62,80	R$ 314,00
251	47587	ZARCÃO PARA FERRO 3,6LT	MAZA	UNID	10	R$ 41,00	R$ 410,00
VALOR TOTAL							**R$ 30.635,65**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
2	42150	ADESIVO PLASTICO PVC 75G	FCC	UNID	14	R$ 2,90	R$ 40,60
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	10	R$ 43,00	R$ 430,00
5	42105	ARALDITE DE 16G 10 MINUTOS	HENKEL	UNID	10	R$ 18,50	R$ 185,00
6	42045	ARAME RECOZIDO 18	MULTILIT	KG	5	R$ 9,00	R$ 45,00
13	42148	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ALUMASSA	UNID	17	R$ 20,50	R$ 348,50
21	47655	BOCAL PLAFON BRANCO	ILUMI	UNID	20	R$ 3,50	R$ 70,00
23	13387	BOIA P/ CAIXA D'AGUA	LIEGE	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
34	47610	CAIXA DE EMBUTIR QUADRADA 4X4	KRONA	UNID	5	R$ 1,80	R$ 9,00
35	47611	CAIXA DE EMBUTIR RETANGULAR 4X2	KRONA	UNID	5	R$ 1,40	R$ 7,00
36	47609	CAIXA DE PASSAGEM EMBUTIR 4X4	KRONA	UNID	4	R$ 21,00	R$ 84,00
37	47706	CAIXA DE SOBREPOR PARA ELETRICA	ILUMI	UNID	10	R$ 25,00	R$ 250,00
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	40	R$ 4,70	R$ 188,00
44	47607	CANALETA VENTILADA 20MMX20MMX2000MM	DUTOPLAST	UNID	47	R$ 8,50	R$ 399,50
45	47608	CANALETA VENTILADA 50X50	DUTOPLAST	UNID	47	R$ 26,00	R$ 1.222,00
47	42056	CANO DE ESG 100MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	10	R$ 47,50	R$ 475,00
48	42057	CANO SOLDAVEL DE 25MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	20	R$ 12,40	R$ 248,00
49	42058	CANO SOLDAVEL DE 50MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	20	R$ 43,50	R$ 870,00
54	47515	CHUVEIRO FRIO SIMPLES DE PLASTICO 1/2	HERC	UNID	5	R$ 6,00	R$ 30,00
55	47516	CHUVEIRO FRIO SIMPLES DE PLASTICO 3/4	HERC	UNID	5	R$ 4,70	R$ 23,50
61	47590	CONJ. COM DOIS INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	20	R$ 10,00	R$ 200,00
62	47593	CONJ. COM DOIS INTERRUP+TOMADA	ILUMI	UNID	20	R$ 15,50	R$ 310,00
63	47596	CONJ. COM DUAS TOMADAS	ILUMI	UNID	20	R$ 11,30	R$ 226,00

64	47592	CONJ. COM TRES INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	20	R$ 15,00	R$ 300,00
65	47594	CONJ. COM TRES TOMADAS	ILUMI	UNID	20	R$ 21,50	R$ 430,00
66	47591	CONJ. INTERRUPTOR+TOMADA	ILUMI	UNID	20	R$ 9,50	R$ 190,00
68	42147	CX DESCARGA 09L BRANCA C9/G	ALUMASSA	UNID	30	R$ 23,50	R$ 705,00
76	42061	DOBRADIÇA P PORTA 3.1/2 CARTELA COM 3 UNIDADES	MERKEL	UNID	60	R$ 7,00	R$ 420,00
79	42143	ESPUDE DE BORRACHA P/ VASO	KRONA	UNID	15	R$ 4,00	R$ 60,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	25	R$ 18,00	R$ 450,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	4	R$ 12,50	R$ 50,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	4	R$ 12,70	R$ 50,80
84	42098	FECHADURA EXTERNA INOX 803/03	SOPRANO	UNID	45	R$ 42,00	R$ 1.890,00
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	4	R$ 30,00	R$ 120,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	4	R$ 26,50	R$ 106,00
94	19322	FIO PARALELO 2,5MM	TECNOFIOS	METRO	400	R$ 1,90	R$ 760,00
95	323	FIO PARALELO 2X2,5MM	TECNOFIOS	METRO	400	R$ 2,50	R$ 1.000,00
96	47486	FIO PARALELO 4MM	TECNOFIOS	METRO	200	R$ 3,50	R$ 700,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	60	R$ 3,50	R$ 210,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	4	R$ 8,00	R$ 32,00
102	42141	FITA VEDA ROSCA 18MM/25M	GOL	UNID	20	R$ 5,00	R$ 100,00
104	42062	FORRO PVC 6M 20CMX8MM	CUIABA PVC	UNID	200	R$ 15,49	R$ 3.098,00
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 132,00	R$ 2.640,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	40	R$ 96,00	R$ 3.840,00
108	47589	INTERRUPTOR SIMPLES	ILUMI	UNID	20	R$ 9,00	R$ 180,00
109	52781	JANELA VENEZIANA AÇO 1,00X1,20	AÇOFER	UNID	5	R$ 220,49	R$ 1.102,45
110	52782	JANELA VENEZIANA AÇO 1,20X1,50	AÇOFER	UNID	5	R$ 292,00	R$ 1.460,00
111	42139	JOELHO DE SOLD 50 MM	CORRPLASTIK	UNID	15	R$ 3,15	R$ 47,25
112	42137	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 100MM	CORRPLASTIK	UNID	13	R$ 4,80	R$ 62,40
113	42138	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	15	R$ 1,90	R$ 28,50
118	42135	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 25MM	CORRPLASTIK	UNID	15	R$ 0,60	R$ 9,00
123	47517	KIT REPARO P/VASO SANIT UNIVERSAL	BLUKIT	UNID	5	R$ 85,00	R$ 425,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	20	R$ 32,00	R$ 640,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	20	R$ 24,50	R$ 490,00
135	42132	LUVA DE ESG 100MM	CORRPLASTIK	UNID	18	R$ 4,00	R$ 72,00
136	42134	LUVA DE ESG 40MM	CORRPLASTIK	UNID	18	R$ 0,67	R$ 12,06
137	42133	LUVA DE ESG 50MM	CORRPLASTIK	UNID	18	R$ 1,86	R$ 33,48
139	42131	LUVA SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UND	18	R$ 0,60	R$ 10,80
140	42130	LUVA SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	20	R$ 1,00	R$ 20,00
143	42153	MANGUEIRA 1/2 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	70	R$ 2,47	R$ 172,90
144	42154	MANGUEIRA 3/8 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	70	R$ 2,25	R$ 157,50
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 61,00	R$ 1.220,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 48,00	R$ 960,00
155	42095	PALHA DE AÇO COM 8 UNIDADES	VE GA	UNID	25	R$ 1,00	R$ 25,00
156	42100	PARAFUSO P/ VASO 08MM	JOMARCA	UNID	24	R$ 1,50	R$ 36,00
157	42101	PARAFUSO P/ VASO 10MM	JOMARCA	UNID	20	R$ 1,50	R$ 30,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	20	R$ 6,90	R$ 138,00
173	47454	PORTA EM MADEIRA 0,70 X 2,10	MT MADEIRAS	UNID	13	R$ 137,00	R$ 1.781,00
175	47452	PORTA EM MADEIRA 0,80 X 2,10	MT MADEIRAS	UNID	34	R$ 136,00	R$ 4.624,00
178	42071	PREGO 12X12 C/ CABEÇA	MORLAN	KG	15	R$ 12,50	R$ 187,50
179	42074	PREGO 18 X 27	MORLAN	KG	15	R$ 9,89	R$ 148,35
180	42076	PREGO 19 X36	MORLAN	KG	18	R$ 10,39	R$ 187,02
181	42077	PREGO 20X42	MORLAN	KG	15	R$ 9,88	R$ 148,20
184	20828	PREGO TELHEIRO 18X30 500G	MORLAN	KG	5	R$ 10,39	R$ 51,95
191	47458	REGISTRO PARA CAIXA D’AGUA	KRONA	UNID	9	R$ 14,50	R$ 130,50
192	47513	REGISTRO PARA CHUVEIRO 1/2	IMPERATRIZ	UNID	10	R$ 12,00	R$ 120,00
193	47514	REGISTRO PARA CHUVEIRO 3/4	IMPERATRIZ	UNID	5	R$ 32,00	R$ 160,00
195	42079	REJUNTE 1 KG	PIRAJÁ	KG	30	R$ 4,90	R$ 147,00
197	42081	RODA FORRO PVC 6M	CUIABA PVC	UNID	225	R$ 15,80	R$ 3.555,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	20	R$ 9,00	R$ 180,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	10	R$ 18,00	R$ 180,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	40	R$ 74,00	R$ 2.960,00
202	42140	SIFÃO DUPLO	PLASBOHN	UNID	12	R$ 15,00	R$ 180,00
203	42104	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL SIMPLES	PLASBOHN	UNID	21	R$ 4,50	R$ 94,50
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
206	42111	T ESGOTO 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	11	R$ 2,00	R$ 22,00
207	42108	T ESGOTO 50MM	CORRPLASTIK	UNID	13	R$ 5,45	R$ 70,85
208	42107	T SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UNID	13	R$ 0,70	R$ 9,10
209	42110	T SOLDAVEL 40MM	CORRPLASTIK	UNID	11	R$ 5,00	R$ 55,00
210	42109	T SOLDAVEL 50MM	CORRPLASTIK	UNID	11	R$ 6,00	R$ 66,00
211	42112	TE ESGOTO 100X100MM	CORRPLASTIK	UNID	11	R$ 8,00	R$ 88,00
212	42115	TE SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	13	R$ 1,00	R$ 13,00
214	52794	TELA MOSQUITEIRO EM NYLON COR VERDE	NORTENE	METRO	200	R$ 6,00	R$ 1.200,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	40	R$ 70,00	R$ 2.800,00
221	42094	TINNER 5L	GOL	UNID	13	R$ 56,00	R$ 728,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 250,90	R$ 5.018,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 250,90	R$ 5.018,00
227	50696	TINTA SPRAY ESMALTE SINTETICO BRANCA 360ML	USE	UNID	50	R$ 13,00	R$ 650,00
228	50697	TINTA SPRAY ESMALTE SINTETICO PRETO 360ML	USE	UNID	25	R$ 13,00	R$ 325,00

231	47588	TOMADA SIMPLES	ILUMI	UNID	14	R$ 4,00	R$ 56,00
232	42117	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICO	GERPLAST	UNID	25	R$ 17,00	R$ 425,00
234	42118	TORNEIRA PIA GIRAT INOX C33	LIEGE	UNID	12	R$ 69,80	R$ 837,60
235	42116	TORNEIRA PLASTICA 1/2 LONGA	GERPLAST	UNID	34	R$ 17,00	R$ 578,00
239	42119	TUBO DE DESC EMBUTIR 04 40MM 1.60M	KRONA	UNID	12	R$ 9,50	R$ 114,00
240	42121	TUBO ESGOTO 6M X 100MM	MAIS PVC	UNID	25	R$ 47,90	R$ 1.197,50
241	42120	TUBO ESGOTO 6M X 40MM	MAIS PVC	UNID	12	R$ 32,80	R$ 393,60
242	42122	TUBO SOLDAVEL 6M X 25MM	MAIS PVC	UNID	20	R$ 12,50	R$ 250,00
243	42123	TUBO SOLDAVEL 6M X20MM	MAIS PVC	UNID	12	R$ 10,50	R$ 126,00
244	42124	TUBO SOLDAVEL 6MX50MM	MAIS PVC	UNID	12	R$ 41,00	R$ 492,00
245	42125	VÁLVULA P/ PIA E TANQUE N° 08	KRONA	UNID	20	R$ 5,00	R$ 100,00
246	42126	VASO SANIT BRANCO CONVENCIONAL	LOGASA	UNID	12	R$ 109,00	R$ 1.308,00
248	48317	VEDA CALHA DE NO MINIMO 300ML	POWER VED	UNID	100	R$ 16,00	R$ 1.600,00
VALOR TOTAL							**R$ 69.162,91**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE – SEMSA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
1	47704	ACABAMENTO PARA VALVULA DE DESCARGA EM INOX	DOCOL	UNID	5	R$ 51,00	R$ 255,00
2	42150	ADESIVO PLASTICO PVC 75G	FCC	UNID	10	R$ 2,90	R$ 29,00
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
4	47693	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITARIO	USE	UNID	5	R$ 5,89	R$ 29,45
5	42105	ARALDITE DE 16G 10 MINUTOS	HENKEL	UNID	5	R$ 18,50	R$ 92,50
6	42045	ARAME RECOZIDO 18	MULTILIT	KG	5	R$ 9,00	R$ 45,00
13	42148	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ALUMASSA	UNID	5	R$ 20,50	R$ 102,50
21	47655	BOCAL PLAFON BRANCO	ILUMI	UNID	60	R$ 3,50	R$ 210,00
22	47672	BOIA ELETRICA BIVOLT PARA BOMBA DE AGUA	MARGIRIUS	UNID	5	R$ 31,00	R$ 155,00
23	13387	BOIA P/ CAIXA D'AGUA	LIEGE	UNID	5	R$ 8,00	R$ 40,00
29	42446	CABO PP 2X2,5 ROLO 100MTS	TECNOFIOS	ROLO	1	R$ 336,00	R$ 336,00
30	42099	CADEADO 30MM	PADO	UNID	2	R$ 15,00	R$ 30,00
31	46425	CADEADO 35MM	PADO	UNID	5	R$ 18,50	R$ 92,50
34	47610	CAIXA DE EMBUTIR QUADRADA 4X4	KRONA	UNID	2	R$ 1,80	R$ 3,60
35	47611	CAIXA DE EMBUTIR RETANGULAR 4X2	KRONA	UNID	2	R$ 1,40	R$ 2,80
36	47609	CAIXA DE PASSAGEM EMBUTIR 4X4	KRONA	UNID	2	R$ 21,00	R$ 42,00
37	47706	CAIXA DE SOBREPOR PARA ELETRICA	ILUMI	UNID	9	R$ 25,00	R$ 225,00
38	47699	CAIXA SIFONADA (RALO) 15X15CM	KRONA	UNID	5	R$ 14,00	R$ 70,00
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
44	47607	CANALETA VENTILADA 20MMX20MMX2000MM	DUTOPLAST	UNID	10	R$ 8,50	R$ 85,00
45	47608	CANALETA VENTILADA 50X50	DUTOPLAST	UNID	10	R$ 26,00	R$ 260,00
47	42056	CANO DE ESG 100MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	2	R$ 47,50	R$ 95,00
48	42057	CANO SOLDAVEL DE 25MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	5	R$ 12,40	R$ 62,00
49	42058	CANO SOLDAVEL DE 50MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	2	R$ 43,50	R$ 87,00
54	47515	CHUVEIRO FRIO SIMPLES DE PLASTICO 1/2	HERC	UNID	3	R$ 6,00	R$ 18,00
55	47516	CHUVEIRO FRIO SIMPLES DE PLASTICO 3/4	HERC	UNID	3	R$ 4,70	R$ 14,10
61	47590	CONJ. COM DOIS INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	5	R$ 10,00	R$ 50,00
62	47593	CONJ. COM DOIS INTERRUP+TOMADA	ILUMI	UNID	3	R$ 15,50	R$ 46,50
63	47596	CONJ. COM DUAS TOMADAS	ILUMI	UNID	5	R$ 11,30	R$ 56,50
64	47592	CONJ. COM TRES INTERRUPTORES	ILUMI	UNID	3	R$ 15,00	R$ 45,00
65	47594	CONJ. COM TRES TOMADAS	ILUMI	UNID	5	R$ 21,50	R$ 107,50
66	47591	CONJ. INTERRUPTOR+TOMADA	ILUMI	UNID	3	R$ 9,50	R$ 28,50
68	42147	CX DESCARGA 09L BRANCA C9/G	ALUMASSA	UNID	5	R$ 23,50	R$ 117,50
69	47686	DISJUNTOR DIM, 20 AMPERES MONOPOLAR	SOPRANO	UNID	5	R$ 5,90	R$ 29,50
70	13386	DISJUNTOR DIM 20 AMPERES BIPOLAR	SOPRANO	UNID	5	R$ 30,00	R$ 150,00
71	47687	DISJUNTOR DIM, 30 AMPERES BIPOLAR	SOPRANO	UNID	5	R$ 14,89	R$ 74,45
72	47690	DISJUNTOR DIM, 40 AMPERES BIPOLAR	SOPRANO	UNID	5	R$ 26,00	R$ 130,00
73	47688	DISJUNTOR DIM, 63 AMPERES BIPOLAR	SOPRANO	UNID	5	R$ 32,00	R$ 160,00
74	47691	DISJUNTOR DIM, 90 AMPERES TRIPOLAR	SOPRANO	UNID	8	R$ 60,00	R$ 480,00
76	42061	DOBRADIÇA P PORTA 3.1/2 CARTELA COM 3 UNIDADES	MERKEL	UNID	5	R$ 7,00	R$ 35,00
77	18943	ENGATE FLEXIVEL 40CM	MANTAC	UNID	5	R$ 3,50	R$ 17,50
79	42143	ESPUDE DE BORRACHA P/ VASO	KRONA	UNID	10	R$ 4,00	R$ 40,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
84	42098	FECHADURA EXTERNA INOX 803/03	SOPRANO	UNID	10	R$ 42,00	R$ 420,00
85	47709	FECHADURA INTERNA INOX	SOPRANO	UNID	10	R$ 29,00	R$ 290,00
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
88	47665	FIO 04MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	100	R$ 1,90	R$ 190,00
89	47664	FIO 06MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 2,30	R$ 46,00
91	47663	FIO 10MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	80	R$ 8,00	R$ 640,00
92	47669	FIO 2,5MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	120	R$ 1,00	R$ 120,00
94	19322	FIO PARALELO 2,5MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 1,90	R$ 38,00
95	323	FIO PARALELO 2X2,5MM	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 2,50	R$ 25,00
96	47486	FIO PARALELO 4MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 3,50	R$ 70,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
102	42141	FITA VEDA ROSCA 18MM/25M	GOL	UNID	15	R$ 5,00	R$ 75,00

104	42062	FORRO PVC 6M 20CMX8MM	CUIABA PVC	UNID	50	R$ 15,49	R$ 774,50
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1.320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1.920,00
108	47589	INTERRUPTOR SIMPLES	ILUMI	UNID	2	R$ 9,00	R$ 18,00
111	42139	JOELHO DE SOLD 50 MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 3,15	R$ 15,75
112	42137	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 100MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 4,80	R$ 24,00
113	42138	JOELHO ESGOTO 90 GRAU 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,90	R$ 9,50
118	42135	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 25MM	CORRPLASTIK	UNID	20	R$ 0,60	R$ 12,00
123	47517	KIT REPARO P/VASO SANIT UNIVERSAL	BLUKIT	UNID	5	R$ 85,00	R$ 425,00
126	47681	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W	FCC	UNID	20	R$ 17,00	R$ 340,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
135	42132	LUVA DE ESG 100MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 4,00	R$ 20,00
136	42134	LUVA DE ESG 40MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 0,67	R$ 3,35
137	42133	LUVA DE ESG 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,86	R$ 9,30
139	42131	LUVA SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UND	5	R$ 0,60	R$ 3,00
140	42130	LUVA SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,00	R$ 5,00
141	47673	LUVA UNIÃO DE 32 MM	CORRPLASTIK	UNID	2	R$ 4,00	R$ 8,00
142	47662	LUVA UNIÃO DE 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	2	R$ 15,00	R$ 30,00
143	42153	MANGUEIRA 1/2 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	20	R$ 2,47	R$ 49,40
144	42154	MANGUEIRA 3/8 PSI 500 TRANÇADA	MANTAC	METRO	20	R$ 2,25	R$ 45,00
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
151	47708	MIOLO DE FECHADURA	ALIANÇA	UNID	5	R$ 20,00	R$ 100,00
155	42095	PALHA DE AÇO COM 8 UNIDADES	VE GA	UNID	5	R$ 1,00	R$ 5,00
156	42100	PARAFUSO P/ VASO 08MM	JOMARCA	UNID	5	R$ 1,50	R$ 7,50
157	42101	PARAFUSO P/ VASO 10MM	JOMARCA	UNID	10	R$ 1,50	R$ 15,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
168	47668	PINO FEMEA DE 10 AMPERES	ILUMI	UNID	5	R$ 4,20	R$ 21,00
169	47667	PINO MACHO DE 10 AMPERES	ILUMI	UNID	5	R$ 3,35	R$ 16,75
170	47576	PLUG ROSCAVEL 1/2	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 0,50	R$ 2,50
171	47575	PLUG ROSCAVEL 3/4	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 0,60	R$ 3,00
173	47454	PORTA EM MADEIRA 0,70 X 2,10	MT MADEIRAS	UNID	5	R$ 137,00	R$ 685,00
175	47452	PORTA EM MADEIRA 0,80 X 2,10	MT MADEIRAS	UNID	5	R$ 136,00	R$ 680,00
179	42074	PREGO 18 X 27	MORLAN	KG	12	R$ 9,89	R$ 118,68
180	42076	PREGO 19 X36	MORLAN	KG	15	R$ 10,39	R$ 155,85
184	20828	PREGO TELHEIRO 18X30 500G	MORLAN	KG	5	R$ 10,39	R$ 51,95
189	47670	REGISTRO DE METAL DE ESFERA DE 3/4	IMPERATRIZ	UNID	5	R$ 23,00	R$ 115,00
190	47698	REGISTRO DE PRESSAO METAL 3/4	IMPERATRIZ	UNID	5	R$ 29,00	R$ 145,00
191	47458	REGISTRO PARA CAIXA D’AGUA	KRONA	UNID	5	R$ 14,50	R$ 72,50
192	47513	REGISTRO PARA CHUVEIRO 1/2	IMPERATRIZ	UNID	5	R$ 12,00	R$ 60,00
193	47514	REGISTRO PARA CHUVEIRO 3/4	IMPERATRIZ	UNID	5	R$ 32,00	R$ 160,00
195	42079	REJUNTE 1 KG	PIRAJÁ	KG	60	R$ 4,90	R$ 294,00
196	47694	REPARO DE VALVULA PARA DESCARGA	BLUKIT	UNID	3	R$ 25,00	R$ 75,00
197	42081	RODA FORRO PVC 6M	CUIABA PVC	UNID	15	R$ 15,80	R$ 237,00
198	42082	ROLO PINTURA LÃ SEM CABO EXTRA 18CM	COMPEL	UNID	10	R$ 18,00	R$ 180,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00
202	42140	SIFÃO DUPLO	PLASBOHN	UNID	5	R$ 15,00	R$ 75,00
203	42104	SIFAO SANFONADO UNIVERSAL SIMPLES	PLASBOHN	UNID	10	R$ 4,50	R$ 45,00
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
206	42111	T ESGOTO 40 MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 2,00	R$ 10,00
207	42108	T ESGOTO 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 5,45	R$ 27,25
208	42107	T SOLDAVEL 20MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 0,70	R$ 3,50
209	42110	T SOLDAVEL 40MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
210	42109	T SOLDAVEL 50MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 6,00	R$ 30,00
211	42112	TE ESGOTO 100X100MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 8,00	R$ 40,00
212	42115	TE SOLDAVEL 25MM	CORRPLASTIK	UNID	5	R$ 1,00	R$ 5,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
221	42094	TINNER 5L	GOL	UNID	5	R$ 56,00	R$ 280,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
227	50696	TINTA SPRAY ESMALTE SINTETICO BRANCA 360ML	USE	UNID	50	R$ 13,00	R$ 650,00
228	50697	TINTA SPRAY ESMALTE SINTETICO PRETO 360ML	USE	UNID	25	R$ 13,00	R$ 325,00
231	47588	TOMADA SIMPLES	ILUMI	UNID	20	R$ 4,00	R$ 80,00
232	42117	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICO	GERPLAST	UNID	5	R$ 17,00	R$ 85,00
233	47700	TORNEIRA PARA BEBEDOURO	GERPLAST	UNID	5	R$ 6,00	R$ 30,00
234	42118	TORNEIRA PIA GIRAT INOX C33	LIEGE	UNID	10	R$ 69,80	R$ 698,00
235	42116	TORNEIRA PLASTICA 1/2 LONGA	GERPLAST	UNID	5	R$ 17,00	R$ 85,00
239	42119	TUBO DE DESC EMBUTIR 04 40MM 1.60M	KRONA	UNID	5	R$ 9,50	R$ 47,50
240	42121	TUBO ESGOTO 6M X 100MM	MAIS PVC	UNID	3	R$ 47,90	R$ 143,70
241	42120	TUBO ESGOTO 6M X 40MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 32,80	R$ 164,00
242	42122	TUBO SOLDAVEL 6M X 25MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 12,50	R$ 62,50
243	42123	TUBO SOLDAVEL 6M X20MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 10,50	R$ 52,50
244	42124	TUBO SOLDAVEL 6MX50MM	MAIS PVC	UNID	5	R$ 41,00	R$ 205,00

245	42125	VÁLVULA P/ PIA E TANQUE N° 08	KRONA	UNID	5	R$ 5,00	R$ 25,00
246	42126	VASO SANIT BRANCO CONVENCIONAL	LOGASA	UNID	2	R$ 109,00	R$ 218,00
248	48317	VEDA CALHA DE NO MINIMO 300ML	POWER VED	UNID	60	R$ 16,00	R$ 960,00
VALOR TOTAL							**R$ 29.266,28**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOSP

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
2	42150	ADESIVO PLASTICO PVC 75G	FCC	UNID	10	R$ 2,90	R$ 29,00
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
5	42105	ARALDITE DE 16G 10 MINUTOS	HENKEL	UNID	5	R$ 18,50	R$ 92,50
6	42045	ARAME RECOZIDO 18	MULTILIT	KG	15	R$ 9,00	R$ 135,00
7	781	ARCO DE SERRA 12” POLEGADAS FIXO	THOMPSON	UNID	10	R$ 23,00	R$ 230,00
13	42148	ASSENTO SANITARIO BRANCO	ALUMASSA	UNID	1	R$ 20,50	R$ 20,50
21	47655	BOCAL PLAFON BRANCO	ILUMI	UNID	2	R$ 3,50	R$ 7,00
23	13387	BOIA P/ CAIXA D'AGUA	LIEGE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
26	47487	CABO FLEXIVEL 2,5MM ROLO C 100MT	TECNOFIOS	ROLO	1	R$ 100,00	R$ 100,00
27	5172	CABO FLEXIVEL 4MM ROLO C 100MT	TECNOFIOS	ROLO	1	R$ 168,00	R$ 168,00
30	42099	CADEADO 30MM	PADO	UNID	2	R$ 15,00	R$ 30,00
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
47	42056	CANO DE ESG 100MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	5	R$ 47,50	R$ 237,50
48	42057	CANO SOLDAVEL DE 25MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	5	R$ 12,40	R$ 62,00
49	42058	CANO SOLDAVEL DE 50MM BARRA 6 MT	MAIS PVC	UNID	5	R$ 43,50	R$ 217,50
68	42147	CX DESCARGA 09L BRANCA C9/G	ALUMASSA	UNID	1	R$ 23,50	R$ 23,50
74	47691	DISJUNTOR DIM, 90 AMPERES TRIPOLAR	SOPRANO	UNID	2	R$ 60,00	R$ 120,00
79	42143	ESPUDE DE BORRACHA P/ VASO	KRONA	UNID	1	R$ 4,00	R$ 4,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
89	47664	FIO 06MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 2,30	R$ 46,00
91	47663	FIO 10MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 8,00	R$ 160,00
92	47669	FIO 2,5MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 1,00	R$ 20,00
94	19322	FIO PARALELO 2,5MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 1,90	R$ 38,00
95	323	FIO PARALELO 2X2,5MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 2,50	R$ 50,00
96	47486	FIO PARALELO 4MM	TECNOFIOS	METRO	20	R$ 3,50	R$ 70,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1.320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1.920,00
124	47512	LAMINA DE SERRA 12" 300MM	LENOX	UNID	60	R$ 5,00	R$ 300,00
126	47681	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W	FCC	UNID	5	R$ 17,00	R$ 85,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
134	26507	LONA CARRETEIRO 6X4M AMARELA	UTIL	UNID	5	R$ 121,00	R$ 605,00
138	47652	LUVA RASPA CANO CURTO	LUMA	PAR	5	R$ 9,50	R$ 47,50
145	47525	MANGUEIRA CORRUGADA 1"	KRONA	METRO	10	R$ 2,10	R$ 21,00
147	42160	MARTELO 29 MM COB FIBRA 51-072	THOMPSON	UNID	5	R$ 34,00	R$ 170,00
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
152	47653	ÓCULOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	SUPERSAFETY	UNID	10	R$ 5,00	R$ 50,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
179	42074	PREGO 18 X 27	MORLAN	KG	10	R$ 9,89	R$ 98,90
180	42076	PREGO 19 X36	MORLAN	KG	30	R$ 10,39	R$ 311,70
182	4867	PREGO 25X75	MORLAN	KG	200	R$ 11,71	R$ 2.342,00
183	329	PREGO 26X78	MORLAN	KG	100	R$ 11,98	R$ 1.198,00
198	42082	ROLO PINTURA LÃ SEM CABO EXTRA 18CM	COMPEL	UNID	10	R$ 18,00	R$ 180,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
221	42094	TINNER 5L	GOL	UNID	15	R$ 56,00	R$ 840,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
231	47588	TOMADA SIMPLES	ILUMI	UNID	5	R$ 4,00	R$ 20,00
232	42117	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICO	GERPLAST	UNID	1	R$ 17,00	R$ 17,00
234	42118	TORNEIRA PIA GIRAT INOX C33	LIEGE	UNID	1	R$ 69,80	R$ 69,80
235	42116	TORNEIRA PLASTICA 1/2 LONGA	GERPLAST	UNID	5	R$ 17,00	R$ 85,00
239	42119	TUBO DE DESC EMBUTIR 04 40MM 1.60M	KRONA	UNID	1	R$ 9,50	R$ 9,50
245	42125	VÁLVULA P/ PIA E TANQUE N° 08	KRONA	UNID	2	R$ 5,00	R$ 10,00
246	42126	VASO SANIT BRANCO CONVENCIONAL	LOGASA	UNID	1	R$ 109,00	R$ 109,00
VALOR TOTAL							**R$ 22.476,30**

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMERCIO – SEMAPIC

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
21	47655	BOCAL PLAFON BRANCO	ILUMI	UNID	5	R$ 3,50	R$ 17,50
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
78	47443	ENXADA - EM AÇO, COM TAMANHO 3 LIBRAS, COM CABO DE MADEIRA	PARABONI	UNID	2	R$ 44,00	R$ 88,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	2	R$ 18,00	R$ 36,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
88	47665	FIO 04MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 1,90	R$ 19,00
89	47664	FIO 06MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 2,30	R$ 23,00
91	47663	FIO 10MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 8,00	R$ 80,00
92	47669	FIO 2,5MM FLEXIVEL	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 1,00	R$ 10,00
94	19322	FIO PARALELO 2,5MM	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 1,90	R$ 19,00
95	323	FIO PARALELO 2X2,5MM	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 2,50	R$ 25,00
96	47486	FIO PARALELO 4MM	TECNOFIOS	METRO	10	R$ 3,50	R$ 35,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
104	42062	FORRO PVC 6M 20CMX8MM	CUIABA PVC	UNID	100	R$ 15,49	R$ 1. 549,00
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1. 320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1. 920,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
153	47449	PÁ EM AÇO DE BICO ARREDONDADO TAMANHO LARGO COM CABO EM MADEIRA	PARABONI	UNID	2	R$ 35,00	R$ 70,00
154	42158	PÁ QUADRADA 71CM CONM CABO DE MADEIRA E TERMINAL EM METAL	PARABONI	UNID	2	R$ 28,00	R$ 56,00
161	47451	PENEIRA DE CAFÉ ARO 80 DE MADEIRA E TELA DE ARAME GALVANIZADO	MM TELAS	UNID	2	R$ 24,00	R$ 48,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1. 480,00
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1. 400,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2. 509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2. 509,00
VALOR TOTAL							**R$ 16. 023,90**

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAT

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
6	42045	ARAME RECOZIDO 18	MULTILIT	KG	5	R$ 9,00	R$ 45,00
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
51	52778	CARRINHO DE MÃO DE AÇO COM CAÇAMBA DE 50 A 60 LITROS, PNEU E CÂMARA	ESFERA	UNID	3	R$ 164,00	R$ 492,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	2	R$ 18,00	R$ 36,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1. 320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1. 920,00
122	47476	KIT ACESSORIO PARA BANHEIRO DE INOX	LIEGE	UNID	1	R$ 55,00	R$ 55,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
179	42074	PREGO 18 X 27	MORLAN	KG	5	R$ 9,89	R$ 49,45
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1. 480,00
205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00

217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1.400,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2.509,00
232	42117	TORNEIRA LAVATORIO PLASTICO	GERPLAST	UNID	1	R$ 17,00	R$ 17,00
234	42118	TORNEIRA PIA GIRAT INOX C33	LIEGE	UNID	1	R$ 69,80	R$ 69,80
VALOR TOTAL							**R$ 14.712,65**

SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE - SEMCID

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
3	42093	ÁGUA RAZ SOLVENTE LATA 5L	GOL	UNID	5	R$ 43,00	R$ 215,00
15	47432	BALAIO DE BAMBU OU PLASTICO	ARTESANAL	UNID	5	R$ 58,00	R$ 290,00
17	47433	BALDE DE PLASTICO 15 LITROS	WORKER	UNID	3	R$ 10,49	R$ 31,47
24	47436	BROXA PARA PINTURA RETANGULAR DE NO MINIMO 18X8CM	USE	UNID	30	R$ 5,00	R$ 150,00
25	47498	BROXA PINTURA REDONDA	USE	UNID	5	R$ 4,80	R$ 24,00
31	46425	CADEADO 35MM	PADO	UNID	2	R$ 18,50	R$ 37,00
43	47606	CANALETA 20MMX10MMX2M	DUTOPLAST	UNID	20	R$ 4,70	R$ 94,00
50	47651	CAPACETE PLASTICOO PARA OBRAS	PLASTICOR	UNID	10	R$ 10,00	R$ 100,00
51	52778	CARRINHO DE MÃO DE AÇO COM CAÇAMBA DE 50 A 60 LITROS, PNEU E CÂMARA	ESFERA	UNID	2	R$ 164,00	R$ 328,00
57	47440	COLA FIXADORA PARA PINTURA A BASE DE CAL 150ML	GLOBOFIX	UNID	400	R$ 1,40	R$ 560,00
58	52776	CONDUÍTE CORRUGADO 1/2	KRONA	METRO	500	R$ 1,30	R$ 650,00
59	14327	CONDUÍTE CORRUGADO 3/4	KRONA	METRO	500	R$ 1,25	R$ 625,00
60	38656	CONDUÍTE CORRUGADO 1"	KRONA	METRO	500	R$ 2,60	R$ 1.300,00
75	8127	DISJUNTOR TRIPOLAR, 100 AMPERES	SOPRANO	UNID	5	R$ 83,50	R$ 417,50
78	47443	ENXADA - EM AÇO, COM TAMANHO 3 LIBRAS, COM CABO DE MADEIRA	PARABONI	UNID	5	R$ 44,00	R$ 220,00
80	47705	ESPUMA ESPANSIVA PARA PORTAL	WORKER	UNID	2	R$ 18,00	R$ 36,00
81	52772	EXTENSÃO 2X0,75MM, 3 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,50	R$ 25,00
82	52773	EXTENSÃO 2X0,75MM, 5 MTS	DANEVA	UNID	2	R$ 12,70	R$ 25,40
83	46708	FACÃO NO MINIMO 14 POLEGADAS - COM FIO LISO, COM CABO	PARABONI	UNID	3	R$ 19,50	R$ 58,50
86	52779	FILTRO DE LINHA COM 4 TOMADAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 30,00	R$ 60,00
87	52780	FILTRO DE LINHA COM 5 TOMAS BIVOLT	ILUMI	UNID	2	R$ 26,50	R$ 53,00
99	49405	FITA ADESIVA CREPE BRANCA 50 MTS	AFA	UNID	30	R$ 3,50	R$ 105,00
100	52777	FITA DUPLA FACE 3 MTS, 19MMX30MT	AFA	UNID	2	R$ 8,00	R$ 16,00
103	23841	FITA ZEBRADA PARA ISOLAMENTO, 200 MTS	PLASTICOR	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
105	48472	FUNDO PREPARADOR LATA 18L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 132,00	R$ 1.320,00
107	47586	IMPERMEABILIZANTE LATA 18L	VIAPOL	UNID	20	R$ 96,00	R$ 1.920,00
128	42156	LIMA CHATA PARA ENXADA 8"	BELOTA	UNID	30	R$ 13,50	R$ 405,00
129	47447	LIMA PARA MOTOSSERRA REDONDA	KF	UNID	30	R$ 6,90	R$ 207,00
132	52785	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 80, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 32,00	R$ 320,00
133	52786	LIXA PARA MASSA CORRIDA ACRILICA N° 120, PACOTE C/ 50 UNIDADES	TATU	PACOTE	10	R$ 24,50	R$ 245,00
138	47652	LUVA RASPA CANO CURTO	LUMA	PAR	10	R$ 9,50	R$ 95,00
148	52788	MASSA CORRIDA ACRÍLICA EXTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 61,00	R$ 610,00
149	52789	MASSA CORRIDA P.V.A INTERNA LATA 25 KG	NEOVINIL	UNID	10	R$ 48,00	R$ 480,00
152	47653	ÓCULOS DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA	SUPERSAFETY	UNID	10	R$ 5,00	R$ 50,00
154	42158	PÁ QUADRADA 71CM CONM CABO DE MADEIRA E TERMINAL EM METAL	PARABONI	UNID	5	R$ 28,00	R$ 140,00
166	47493	PINCEL PARA PINTURA 3” POLEGADA	COMPEL	UNID	10	R$ 6,90	R$ 69,00
179	42074	PREGO 18 X 27	MORLAN	KG	5	R$ 9,89	R$ 49,45
180	42076	PREGO 19 X36	MORLAN	KG	5	R$ 10,39	R$ 51,95
185	47457	RASTELO DE FERRO, MINIMO 22 DENTES, COM CABO DE MADEIRA DE NO MINIMO 1,20M	PARABONI	UNID	10	R$ 19,00	R$ 190,00
199	19130	ROLO DE LÃ PARA PINTURA 23CM 228/22	COMPEL	UNID	10	R$ 9,00	R$ 90,00
200	52792	ROLO PARA TEXTURA	COMPEL	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
201	47518	SELADOR ACRILICO LATA 18L	NEOVINIL	UNID	20	R$ 74,00	R$ 1.480,00

205	52793	SUPORTE PARA ROLO SIMPLES 23CM 330/23	USE	UNID	1	R$ 8,00	R$ 8,00
217	52795	TEXTURA ACRILICA LATA 25KG	NEOVINIL	UNID	20	R$ 70,00	R$ 1. 400,00
221	42094	TINNER 5L	GOL	UNID	10	R$ 56,00	R$ 560,00
222	52796	TINTA BASE SEMI BRILHO CLARA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2. 509,00
223	10996	TINTA ESMALTE LATA 3,6L	RIZIERI	UNID	5	R$ 61,00	R$ 305,00
226	52797	TINTA SEMI BRILHO ESCURA LATA 16L	NEOVINIL	UNID	10	R$ 250,90	R$ 2. 509,00
VALOR TOTAL							**R$ 20. 614,27**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **06/08/2018 até 06/08/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias, contados da data da Solicitação e independente da quantidade de produto solicitados.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente. Todas as despesas relativa à entrega, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora.

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.3 Os produtos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 Os produtos fornecidos em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados.

6.6 Quanto a problemas de qualidade dos produtos ou das condições, a licitante notificada pela PREFEITURA será responsável pela troca do produto.

6.7 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos produtos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo “PROMITENTE FORNECEDORA”, sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2018** a proposta da empresa **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA – EPP CNPJ 14.888.303/0001-05**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 06 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO FERRAMENTAS E EPI'S LTDA – EPP CNPJ 14.888.303/0001-05

EMPRESA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO SEXTO TERMO DE CONVENIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

Extrato Sexto Termo de Convenio - Município de Carlinda / Município de Alta Floresta.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Municipal n.º 1.084/2018

OBJETO: Constitui objeto do presente Convênio o Transporte de Alunos do Município de Carlinda-MT, sendo viagem de ida para o Município de Rondonópolis-MT e viagem de retorno do Município de Rondonópolis-MT para o Município de Carlinda-MT, que participarão dos Jogos Escolares da Juventude 2018 a serem realizados no Município de Rondonópolis/MT.

VALOR TOTAL: R$ 1.000,00(um mil reais).

VIGÊNCIA: 28/08/2018 a 15/09/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 031/2018

Pelo presente instrumento particular, nesta cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, na sede da Prefeitura Municipal de Carlinda, de um lado o **MUNICÍPIO DE CARLINDA, ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.617.905/0001-78, com sede na Av. Tancredo Neves, s/nº. , na cidade de Carlinda, Estado de Mato Grosso, neste ato representada pela Prefeita Municipal **CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO,** brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade nº 1165982-3 SSP/MT, inscrita no CPF sob o nº 854.225.171-72, residente e domiciliada na Estrada F, Comunidade São Francisco, zona rural, Município de Carlinda, Estado de Mato Grosso, doravante denominado **"MUNICÍPIO"**, e do outro lado a empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇOES EIRELI CNPJ 29.516.527/0001-55** com sede na Avenida Frei Coimbra n° 500, Loteamento Jardim Novo Horizonte Qd. 67 Lote 13 Sala 04, Bairro Bom Jardim Ikaray, no município de Várzea Grande/MT CEP 78.130-386, sendo representada pelo Sr. Gedy Pompeo Albuquerque portador do RG 0928802-3 SSP/MT e CPF 708.709.931-00 doravante denominada **"PROMITENTE FORNECEDORA"**, nos termos do artigo 15 da Lei Federal 8.666 de 21 de junho de 1993, Lei Federal nº 10.520/2002, que regulamenta o Pregão Presencial e Registro de Preços e das demais normas legais aplicáveis e, considerando o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2018**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, firmam a presente Ata de Registro de Preços, obedecidas as disposições da Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações posteriores e as condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO

1.1 REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA – MT, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA, e detalhado no quadro abaixo:

GABINETE DA PREFEITA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77
127	47682	LAMPADA FLUORESCENTE 45W	AVANT	UNID	5	R$ 28,86	R$ 144,30
VALOR TOTAL							**R$ 573,27**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS- SEMAD/SEFIN

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
90	47666	FIO 1,5MM FLEXIVEL	SILFLEX	METRO	20	R$ 0,71	R$ 14,20
93	19321	FIO PARALELO 1,5MM	SILFLEX	METRO	20	R$ 1,72	R$ 34,40
97	47484	FIO RIGIDO 10MM	IBERICA	METRO	20	R$ 4,85	R$ 97,00
98	27788	FIO RIGIDO 6MM	IBERICA	METRO	20	R$ 2,63	R$ 52,60
101	42142	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 20M	ALDEBRAS	UNID	3	R$ 13,86	R$ 41,58
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77
117	42136	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 20MM	KRONA	UNID	10	R$ 0,55	R$ 5,50
121	41885	JOGO DE VISTA		UNID	2	R$ 41,75	R$ 83,50
127	47682	LAMPADA FLUORESCENTE 45W	AVANT	UNID	40	R$ 28,86	R$ 1.154,40
VALOR TOTAL							**R$ 1.912,15**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – SEMAS

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
14	47431	ASSENTO SANITARIO BRANCO COM REDUTOR INFANTIL	FIORI	UNID	1	R$ 79,50	R$ 79,50
28	47483	CABO FLEXIVEL 6MM ROLO C 100MT	SILFLEX	ROLO	1	R$ 195,00	R$ 195,00
46	42059	CANO DE ESG 40MM BARRA 6 MT	TRAVESSONI	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
93	19321	FIO PARALELO 1,5MM	SILFLEX	METRO	10	R$ 1,72	R$ 17,20
97	47484	FIO RIGIDO 10MM	IBERICA	METRO	50	R$ 4,85	R$ 242,50
98	27788	FIO RIGIDO 6MM	IBERICA	METRO	50	R$ 2,63	R$ 131,50
101	42142	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 20M	ALDEBRAS	UNID	5	R$ 13,86	R$ 69,30
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77
117	42136	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 20MM	KRONA	UNID	5	R$ 0,55	R$ 2,75
121	41885	JOGO DE VISTA		UNID	5	R$ 41,75	R$ 208,75
127	47682	LAMPADA FLUORESCENTE 45W	AVANT	UNID	30	R$ 28,86	R$ 865,80
230	47604	TOMADA PARA TELEFONE	PLUZIE	UNID	10	R$ 8,89	R$ 88,90
VALOR TOTAL							**R$ 2. 420,17**

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER – SEMEC

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
14	47431	ASSENTO SANITARIO BRANCO COM REDUTOR INFANTIL	FIORI	UNID	5	R$ 79,50	R$ 397,50
46	42059	CANO DE ESG 40MM BARRA 6 MT	TRAVESSONI	UNID	20	R$ 18,00	R$ 360,00

67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	20	R$ 37,92	R$ 758,40
90	47666	FIO 1,5MM FLEXIVEL	SILFLEX	METRO	20	R$ 0,71	R$ 14,20
93	19321	FIO PARALELO 1,5MM	SILFLEX	METRO	100	R$ 1,72	R$ 172,00
97	47484	FIO RIGIDO 10MM	IBERICA	METRO	200	R$ 4,85	R$ 970,00
98	27788	FIO RIGIDO 6MM	IBERICA	METRO	200	R$ 2,63	R$ 526,00
101	42142	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 20M	ALDEBRAS	UNID	20	R$ 13,86	R$ 277,20
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	6	R$ 16,59	R$ 99,54
117	42136	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 20MM	KRONA	UNID	13	R$ 0,55	R$ 7,15
121	41885	JOGO DE VISTA		UNID	27	R$ 41,75	R$ 1.127,25
127	47682	LAMPADA FLUORESCENTE 45W	AVANT	UNID	55	R$ 28,86	R$ 1.587,30
186	48304	REATOR 1X40W	ECP	UNID	5	R$ 24,50	R$ 122,50
187	21713	REATOR 2X40W	ECP	UNID	20	R$ 24,94	R$ 498,80
204	5473	SOQUETE DE PLASTICO PARA LAMPADA	DECORLUX	UNID	30	R$ 2,82	R$ 84,60
230	47604	TOMADA PARA TELEFONE	PLUZIE	UNID	5	R$ 8,89	R$ 44,45
VALOR TOTAL							**R$ 7.046,89**

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE – SEMSA

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
14	47431	ASSENTO SANITARIO BRANCO COM REDUTOR INFANTIL	FIORI	UNID	2	R$ 79,50	R$ 159,00
46	42059	CANO DE ESG 40MM BARRA 6 MT	TRAVESSONI	UNID	5	R$ 18,00	R$ 90,00
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
90	47666	FIO 1,5MM FLEXIVEL	SILFLEX	METRO	20	R$ 0,71	R$ 14,20
93	19321	FIO PARALELO 1,5MM	SILFLEX	METRO	100	R$ 1,72	R$ 172,00
97	47484	FIO RIGIDO 10MM	IBERICA	METRO	20	R$ 4,85	R$ 97,00
98	27788	FIO RIGIDO 6MM	IBERICA	METRO	20	R$ 2,63	R$ 52,60
101	42142	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 20M	ALDEBRAS	UNID	15	R$ 13,86	R$ 207,90
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77
117	42136	JOELHO SOLDAVEL 90 GRAU 20MM	KRONA	UNID	5	R$ 0,55	R$ 2,75
121	41885	JOGO DE VISTA		UNID	5	R$ 41,75	R$ 208,75
127	47682	LAMPADA FLUORESCENTE 45W	AVANT	UNID	50	R$ 28,86	R$ 1.443,00
186	48304	REATOR 1X40W	ECP	UNID	15	R$ 24,50	R$ 367,50
187	21713	REATOR 2X40W	ECP	UNID	5	R$ 24,94	R$ 124,70
204	5473	SOQUETE DE PLASTICO PARA LAMPADA	DECORLUX	UNID	20	R$ 2,82	R$ 56,40
229	47676	TOMADA REDONDA PARA PAREDE DE MADEIRA	PLUZIE	UNID	5	R$ 5,92	R$ 29,60
230	47604	TOMADA PARA TELEFONE	PLUZIE	UNID	5	R$ 8,89	R$ 44,45
VALOR TOTAL							**R$ 3.498,82**

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS – SEMOSP

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
28	47483	CABO FLEXIVEL 6MM ROLO C 100MT	SILFLEX	ROLO	1	R$ 195,00	R$ 195,00
46	42059	CANO DE ESG 40MM BARRA 6 MT	TRAVESSONI	UNID	2	R$ 18,00	R$ 36,00
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
90	47666	FIO 1,5MM FLEXIVEL	SILFLEX	METRO	20	R$ 0,71	R$ 14,20
93	19321	FIO PARALELO 1,5MM	SILFLEX	METRO	20	R$ 1,72	R$ 34,40
97	47484	FIO RIGIDO 10MM	IBERICA	METRO	280	R$ 4,85	R$ 1.358,00
98	27788	FIO RIGIDO 6MM	IBERICA	METRO	20	R$ 2,63	R$ 52,60
101	42142	FITA ISOLANTE ANTI-CHAMA 20M	ALDEBRAS	UNID	10	R$ 13,86	R$ 138,60
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77
127	47682	LAMPADA FLUORESCENTE 45W	AVANT	UNID	5	R$ 28,86	R$ 144,30
VALOR TOTAL							**R$ 2.402,07**

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUARIA, INDUS. E COMERCIO – SEMAPIC

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QUANT	V. UNIT.	V. TOTAL
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
90	47666	FIO 1,5MM FLEXIVEL	SILFLEX	METRO	10	R$ 0,71	R$ 7,10
93	19321	FIO PARALELO 1,5MM	SILFLEX	METRO	10	R$ 1,72	R$ 17,20
97	47484	FIO RIGIDO 10MM	IBERICA	METRO	10	R$ 4,85	R$ 48,50
98	27788	FIO RIGIDO 6MM	IBERICA	METRO	10	R$ 2,63	R$ 26,30
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77

127	47682	LAMPADA FLUORESCENTE 45W	AVANT	UNID	5	R$ 28,86	R$ 144,30
188	7747	REGADOR - EM PLASTICO, CAPACIDADE PARA 10 LITROS		UNID	2	R$ 17,10	R$ 34,20
VALOR TOTAL							**R$ 706,57**

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO – SEMAT

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77
188	7747	REGADOR - EM PLASTICO, CAPACIDADE PARA 10 LITROS		UNID	5	R$ 17,10	R$ 85,50
VALOR TOTAL							**R$ 514,47**

SECRETARIA MUNICIPAL DA CIDADE - SEMCID

ITEM	COD	DESCRIÇÃO	MARCA	UNID	QNT	V. UNIT.	V. TOTAL
67	47612	CORANTE LÍQUIDO BISNAGA 50ML CORES VARIADAS, CAIXA COM 12 UNIDADES	XADREZ	CAIXA	10	R$ 37,92	R$ 379,20
106	301	HASTE TERRA COBREADA 1/2X2,40M	INTELLI	UNID	3	R$ 16,59	R$ 49,77
204	5473	SOQUETE DE PLASTICO PARA LAMPADA	DECORLUX	UNID	10	R$ 2,82	R$ 28,20
VALOR TOTAL							**R$ 457,17**

1.2.Os itens registrados serão eventualmente adquiridos, de acordo com a necessidade do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA

DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1 – A presente ata de registro de preços terá vigência de 12 (dose) meses, a partir da data de **06/08/2018 até 06/08/2019**.

2.2 - Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Carlinda não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3 - Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2018**, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independente de transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DO PAGAMENTO

3.1-Os pagamentos serão efetuados no prazo mínimo de 15 (quinze) e máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega dos produtos solicitados e emissão da referida Nota Fiscal, devidamente atestada pelo fiscal responsável.

3.2- A nota fiscal somente será liberada quando o cumprimento do Empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo MUNICÍPIO.

3.3- Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com parcela vinculada ao evento cujo descumprimento der origem à aplicação da penalidade.

3.4- As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.5- O CNPJ da detentora da Ata constante da nota fiscal e fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6- Nenhum pagamento será efetuado a detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe foram impostas, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

CLÁUSULA QUARTA

DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1 Os produtos deverão ser entregues em até 03 (três) dias, contados da data da Solicitação e independente da quantidade de produto solicitados.

4.1.1 A empresa vencedora deverá entregar os produtos na quantidade, especificação e local indicado na solicitação pela Secretaria competente. Todas as despesas relativa à entrega, correrão às custas exclusivamente da licitante vencedora.

4.2 A ata de registro de preços terá validade 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

4.2.1 As vigências da Ata de Registro de Preços e dos contratos administrativos dela derivados são autônomas e independentes entre si. O contrato administrativo celebrado em decorrência e durante a vigência do Registro de Preços rege-se pelas normas estampadas na Lei de Licitações, podendo ter seu prazo prorrogado, desde que as situações fáticas de prorrogação se enquadrem nos permissivos delineados no artigo 57, da Lei 8.666/1993.

4.3 Os produtos licitados somente serão adquiridos se houver eventual necessidade de aquisição/contratação da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA QUINTA

DAS OBRIGAÇÕES

5.1 - Do Município:

5.1.1- Atestar nas notas fiscais e/ou faturas a efetiva realização do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela nota de empenho;

5.1.2- Aplicar à detentora da Ata penalidades, quando for o caso;

5.1.3- Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por estas solicitadas, necessárias à perfeita execução da nota de empenho;

5.1.4- Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da nota fiscal, devidamente atestada, no setor competente;

5.1.5- Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção.

5.1.6- Conferir e Fiscalizar a execução ou aquisição do objeto licitado.

5.2 - Da Detentora da Ata:

5.2.1- Executar as entregas dos produtos nas especificações e com a qualidade exigida;

5.2.2- Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos;

5.2.3- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

5.2.4- Fornecer o objeto nos termos estipulados na proposta de preços e edital de licitação.

CLÁUSULA SEXTA

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1 - Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa pela detentora.

6.2 - A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3 - Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de nota de empenho ou Nota de Autorização de Despesa.

6.4 - A empresa fornecedora, quando do recebimento da nota de empenho, deverá colocar, na cópia que necessariamente a acompanhar, a data e hora em que a tiver recebido, além da identificação de quem procedeu ao recebimento.

6.5 Os produtos fornecidos em desacordo com o estipulado neste instrumento convocatório e na proposta do adjudicatário serão rejeitados.

6.6 Quanto a problemas de qualidade dos produtos ou das condições, a licitante notificada pela PREFEITURA será responsável pela troca do produto.

6.7 As marcas dos produtos cotados não poderão ser substituídas no decorrer do contrato, sem a solicitação prévia da contratada e autorização desta prefeitura, mesmo que sejam por produtos de qualidades equivalentes.

CLÁUSULA SÉTIMA

DAS PENALIDADES

7.1- O atraso injustificado na prestação dos serviços ou entrega dos produtos/materiais após o prazo preestabelecido no Edital sujeitará o contratado a multa no valor da requisição de compra, na forma estabelecida a seguir:

a) 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, até o máximo de 15 (quinze) dias;

b) 2% (dois por cento) a partir do 16º (décimo sexto) dia, até o 30º (trigésimo) dia de atraso, configurando-se após esse prazo a inexecução do contrato, descontadas dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.2- Pela inexecução total ou parcial de cada ajuste (objeto de contrato ou nota de empenho), a Contratante poderá aplicar às empresas, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

a) advertência;

b) 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor contratual, por dia de atraso no fornecimento dos produtos;

c) 1% (um por cento) sobre o valor contratual, por infração a quaisquer das cláusulas do contrato;

d) 10% (dois por cento) do valor contratual, na hipótese de rescisão do contrato nos casos previstos em Lei, por culpa da CONTRATADA, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de ressarcir das perdas e danos que der causa;

e) suspensão temporária de participar em licitações e impedimentos de contratar com a Prefeitura Municipal de Carlinda - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

f) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com as Administrações Públicas Federal, Estaduais ou Municipais, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação do infrator, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

7.3 - Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração.

7.4 - Da aplicação das penas definidas nas alíneas "a" à "f", do item 7.1, caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.5 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas será dirigido ao Secretário da unidade requisitante, o qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

CLÁUSULA OITAVA

DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços;

8.1.1 - Considera-se Preço registrado aquele atribuido aos produtos, incluindo todas as despesas e custos até a entrega no local indicado, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), transporte, embalagens, seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, aces-

sória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2 - Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea "d" do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área econômica extraordinária e extracontratual).

8.2.1. O índice a ser utilizado como base para eventuais reajustes será o IGPM/FGV.

8.3 - O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de dez dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4 - No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido, o Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

8.5 **- Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.**

8.6 **- Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.**

8.7 - Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8 **- Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado, e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento de seu registro.**

8.8.1 - A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9 - A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido;

8.10 - Preliminarmente o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originariamente registrados, dando-se preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11 - Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidade.

8.12 - Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder à nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

CLÁUSULA NONA

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1 – A presente ata poderá ser cancelada pelo MUNICÍPIO, de comum acordo, sem ônus, que deverá ser feito mediante notificação extrajudicial com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, no caso de descumprimento de quaisquer das cláusulas do documento pelo "PROMITENTE FORNECEDORA", sendo reconhecido o direito de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei Federal n.º 8.666/93 e ainda, unilateralmente pelo MUNICÍPIO.

9.2. A presente Ata de Registro de Preços poderá será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata quando:

9.2.1 - a detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.2.2 - a detentora não retirar qualquer nota de empenho, no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.2.3 - a detentora der causa a rescisão administrativa de contrato decorrente de registro de preços, a critério do MUNICÍPIO; observada a legislação em vigor;

9.2.4 - em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato decorrente de registro de preços, se assim for decidido pelo MUNICÍPIO, com observância das disposições legais;

9.2.5 - os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.2.6 - por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.3 - A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo de administração da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Órgão Oficial do Estado, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço e registrado a partir da última publicação.

9.4 - Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do MUNICÍPIO, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, incisos XIII a XVI, da Lei Federal nº 8. 666/93.

9.4.1 - A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência de 30 (trinta) dias, facultada á Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA

DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

10.1 - As aquisições dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar ao Departamento de Compras do Município, os quantitativos das aquisições.

10.1.1 - A emissão das notas de empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade, ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA DO

ORÇAMENTO

11.1 As despesas decorrentes da presente Ata correrão por conta de recursos previstos no Orçamento da Prefeitura Municipal de Carlinda.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

VINCULAÇÃO AO EDITAL

12.1 Farão parte da presente ata, além de suas expressas cláusulas, independentemente de transcrição no corpo do presente, as instruções contidas no Edital de **PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018**, bem como os documentos a ele referentes, além da proposta apresentada pela **PROMITENTE FORNECEDORA**, no certame licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

DAS COMUNICAÇÕES

13.1 - As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 - Integram esta Ata, o edital da **PREGÃO PRESENCIAL nº 034/2018** a proposta da empresa **3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇOES EIRELI CNPJ 29.516.527/0001-55**, classificada em 1º lugar no certame supranumerado.

14.2 - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e 10.520/02. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA

DO FORO

15.1 - As partes elegem o foro da Comarca de Alta Floresta – MT, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Carlinda – MT, 06 de Agosto de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUÇOES EIRELI

CNPJ 29.516.527/0001-55

EMPRESA

PROMITENTE FORNECEDORA

Testemunhas:

_____

NOME: DEISE DIONE MUTSCHALL

CPF: 041.380.781-93

_____

NOME: FRANCIANE KETHLEN RIBEIRO NOGUEIRA

CPF: 057.481.681-03

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - CONTRATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **042/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **DELREY NOVA BANDEIRANTES EIRELI CNPJ 06.063.181/0001-81**

OBJETO: **Registro de Preço para Futura e eventual aquisição de peças originais e assessórios de primeira linha e sem uso, Independentemente de Marcas e Categorias destinadas aos reparos de veículos**

leves e utilitários, motocicletas, pesados, agrícolas e maquinários da Frota Municipal de Carlinda – MT.

VALOR TOTAL: **R$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).**

14 de Agosto de 2018 até o dia 31 de Agosto de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **043/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **CECILIA PINTO DA SILVA EIRELI ME CNPJ 15.593. 959/0001-55**

OBJETO: **Registro de Preço para Futura e eventual aquisição de peças originais e assessórios de primeira linha e sem uso, Independentemente de Marcas e Categorias destinadas aos reparos de veículos leves e utilitários, motocicletas, pesados, agrícolas e maquinários da Frota Municipal de Carlinda – MT.**

VALOR TOTAL: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

14 de Agosto de 2018 até o dia 31 de Agosto de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **044/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **PAULINO GOMES E PEREIRA LTDA-ME CNPJ 05.743. 219/0001-02**

OBJETO: **Registro de Preço para Futura e eventual aquisição de peças originais e assessórios de primeira linha e sem uso, Independentemente de Marcas e Categorias destinadas aos reparos de veículos leves e utilitários, motocicletas, pesados, agrícolas e maquinários da Frota Municipal de Carlinda – MT.**

VALOR TOTAL: R$ 3.500,00 (três mil quinhentos reais).

14 de Agosto de 2018 até o dia 31 de Agosto de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **045/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **FABRICIO VIEIRA COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS –ME CNPJ 27.232.930/0001-27**

OBJETO: **Registro de Preço para Futura e eventual aquisição de peças originais e assessórios de primeira linha e sem uso, Independentemente de Marcas e Categorias destinadas aos reparos de veículos leves e utilitários, motocicletas, pesados, agrícolas e maquinários da Frota Municipal de Carlinda – MT.**

VALOR TOTAL: R$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais).

14 de Agosto de 2018 até o dia 31 de Agosto de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **046/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **BIELMAQ COMERCIO DE PEÇAS PARA MAQUINAS LTDA-EPP CNPJ 17.274.687/0001-56**

OBJETO: **Registro de Preço para Futura e eventual aquisição de peças originais e assessórios de primeira linha e sem uso, Independentemente de Marcas e Categorias destinadas aos reparos de veículos leves e utilitários, motocicletas, pesados, agrícolas e maquinários da Frota Municipal de Carlinda – MT.**

VALOR TOTAL: R$1.000,00 (hum mil reais)

14 de Agosto de 2018 até o dia 31 de Agosto de 2018.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

CONTRATO N°: **047/2018**

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

CONTRATADA: **MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A sob CNPJ: 61.074. 175/0001-38**

OBJETO: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO DE VEICULO.**

VALOR TOTAL: **R$ 8.000,00 (oito mil reais).**

21 de Agosto de 2018 até o dia 21 de Agosto de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 27/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 27/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): 3E TERRAPLANAGEM E CONSTRUCOES EIRELI ,CNPJ/MF: 29.516.527/0001-55

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE SUPER POSTES CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, SUPRINDO A NECESSIDADE DO DEPARTAMENTO DE VIAÇÃO E URBANISMO DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT.

VALOR: - R$ 102.000,00(cento e dois mil reais)

VIGÊNCIA: 11.07.2018 a 11.07.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 11/07/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 035/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 035/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):PNEUS VIA NOBRE LTDA inscrita no CNPJ/MF N°01.976.860/0048-91

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS DENTRO DAS NORMAS DA ABNT/NBR E COM SELO DO INMETRO GARANTIA DE (05) ANOS CONTRA DEFEITOS DE FÁBRICA, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT.

VALOR R$ 572.205,00(QUINHENTOS E SETENTE E DOIS MIL E DUZENTOS E CINCO REAIS)

VIGÊNCIA: 16.08.2018 a 16.08.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 28/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 28/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): GUILHERME LUIZ AIMI ME ,CNPJ/MF N°15.469. 819/0001-70.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE DRENAGEM E DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA COM ACOMPANHAMENTO TECNICO DOS SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS E ENGENHARIA COM LOCAÇÃO DE MAQUINÁRIO E FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA NA EXECUÇÃO DO MEIO FIO NAS VIAS URBANAS CONF. PROJETO BÁSICO, NO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA –MT

VALOR R$ 562.500,00(quinhentos e sessenta e dois mil e quinhentos reais)

VIGÊNCIA: 18.07.2018 a 18.07.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 18/07/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 026/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 26/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): FERRARI CELL LTDA, inscrita no **CNPJ/MF sob o n.º 11.350.664/0001-05.**

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICO, ELETRO ELETRONICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT

VALOR: - R$ 206.079,00(duzentos e seis mil e setenta e nove reais)

VIGÊNCIA: 19.06.2018 a 19.06.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 19/06/2018

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE RESULTADO DO PP N.º 049/2018

RITIFICAÇÃO DO

AVISO DE RESULTADO DE LICITACAO

O Pregoeiro torna público o resultado do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 49//2018**, do tipo **"MENOR PREÇO POR ITEM"** objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE, ARMARINHOS E OUTROS PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT.** e sagraram-se vencedora as empresas: **ONDESE-LÊ: R G DA PAZ EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.058.617/0001-38** valor total de **R$ 116.848,00 (Cento e dezesseis mil oitocentos e quarenta e oito reais)**,**LEIA-SE: R G DA PAZ EIRELI - EPP, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.058.617/0001-38** valor total de **R$ 112.848,00 (Cento e doze mil oitocentos e quarenta e oito reais)**

Castanheira - MT, **31** de **Agosto** de **2018.**

Wilson Vieira

Pregoeiro

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 29/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 29/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):IBRESP- Instituto Brasileiro de Estudos e Pesquisas,inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07. 369.003/0001-46.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS DE RESTITUIÇÃO DE CRÉDITOS, REVISÃO DE DÉBITOS, DE ANÁLISE DAS DÍVIDAS EXISTENTES DE RESPONSABILIDADE DO MUNICÍPIO, JUNTAMENTE COM O SOBRESTAMENTO JUDICIAL DA COTA PATRONAL SOBRE A FOLHA DE PAGAMENTO, DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL E DO REGIME GERAL DE PREVIDENCIA SOCIAL E A RECUPERAÇÃO E REDUÇÃO DO SAT/RAT.

VALOR: R$ 0,20 (vinte centavos de reais) sobre cada R$ 1,00 (Um real) compensado, reduzido e/ou suspenso aos cofres públicos

VIGÊNCIA: 20.07.2018 a 20.07.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 20/07/2018

EXTRATO DA ATA N.º 024/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 24/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): OLMI INFORMÁTICA LTDA inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 00.789.321/0001-17

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMESTICO, ELETRO ELETRONICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT

VALOR: - R$ 327.990,00 (Trezentos e vinte e sete mil novecentos e noventa reais)

VIGÊNCIA: 19.06.2018 a 19.06.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 19/06/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 030/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 30/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): CVA SERVICOS DE VENDA DE PASSAGENS LTDA ME inscrita no CNPJ/MF N°14.445.492/0001-33.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS E FRETES PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

VALOR R$ 109.150,00(CENTO E NOVE MIL CENTO E CINQUENTA REAIS)

VIGÊNCIA: 20.07.2018 a 20.07.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 20/07/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 031/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 31/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):G. DE M. LOPES E CIA LTDA ME inscrita no CNPJ/MF N°16.422.680/0001-71

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS E FRETES PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT

VALOR R$116.692,00 (CENTO E DEZESSEIS MIL SEICENTOS E NOVENTA E DOIS REAIS

VIGÊNCIA: 20.07.2018 a 20.07.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 20/07/2018

DECRETO Nº 04 DE 16 DE AGOSTO DE 2018.

DECRETO Nº 04 DE 16 DE AGOSTO DE 2018.

"*Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar*".

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial a Lei nº 850/2017, de 05 de dezembro de 2017;

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no orçamento vigente, o Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para atender as seguintes dotações orçamentárias:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – CASTPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0272 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0007 – REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

2.011 – ASSIST. A SERV. LICENCIADOS INATIVOS E PENSIONISTA

3.1.90.01.00.00 – APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS.....R$ 25.000,00

TOTAL .....R$ 25.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1° deste decreto, se dará por anulação total das seguintes dotações orçamentárias:

0003 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

0002 – CASTPREV

0009 – PREVIDÊNCIA SOCIAL

0122 – ADMINISTRAÇÃO GERAL

0007 – REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA

0150 - RECURSOS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)

1.008 – REEQUIPAMENTO DO SERVIÇO DE PREVIDÊNCIA

4.4.90.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE .....R$ 20.000,00

2.009 – SERVIÇOS DA PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

3.1.90.13.00.00 – OBRIGAÇÕES PATRONAIS.....R$ 200,00

3.3.90.14.00.00 – DIÁRIAS – CIVIL.....R$ 500,00

3.3.90.30.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 1.100,00

3.3.90.33.00.00 – PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO.....R$ 500,00

3.3.90.36.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA.....R$ 500,00

3.3.90.91.00.00 – SENTENÇAS JUDICIAIS.....R$ 500,00

3.3.90.92.00.00 – DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....R$ 500,00

3.3.90.93.00.00 – INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES.....R$ 500,00

3.3.90.98.00.00 – COMPENSAÇÃO AO RGPS.....R$ 700,00

TOTAL.....R$ 25.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 16 de Agosto de 2018.

MABEL DE FÁTIMA MELANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 032/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 32/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):GILMAR POLO PNEUS-ME inscrita no CNPJ/MF N°06.956.846/0001-86,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS DENTRO DAS NORMAS DA ABNT/NBR E COM SELO DO INMETRO GARANTIA DE (05) ANOS CONTRA DEFEITOS DE FÁBRICA, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT.

VALOR R$ 20.008,00(vinte mil e oito reais)

VIGÊNCIA: 16.08.2018 a 16.08.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 033/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 033/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):PNEUAR COMERCIO DE PNEUS LTDA EPP inscrita no CNPJ/MF N°03.532.991/0001-41

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS DENTRO DAS NORMAS DA ABNT/NBR E COM SELO DO INMETRO GARANTIA DE (05) ANOS CONTRA DEFEITOS DE FÁBRICA, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT.

VALOR R$ 520.200,00(Quinhentos e vinte mil e duzentos reais)

VIGÊNCIA: 16.08.2018 a 16.08.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 034/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 034/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A):MAYCON F REQUENA PECAS ME inscrita no **CNPJ/MF N°08.490.833/0001-90**,

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS DENTRO DAS NORMAS DA ABNT/NBR E COM SELO DO INMETRO GARANTIA DE (05) ANOS CONTRA DEFEITOS DE FÁBRICA, CÂMARAS E PROTETORES PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA - MT.

VALOR R$ 110.685,00 (cento e dez mil seiscentos e oitenta e cinco reais)

VIGÊNCIA: 16.08.2018 a 16.08.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 16/08/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 025/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 25/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Castanheira

CONTRATADO (A): WANDA COMÉRCIO DE MOVEIS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 12.358. 170/0001-21

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICO, ELETRO ELETRÔNICO E MATERIAL DE CONSUMO PARA ATENDER A NECESSIDADE DOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE CASTANHEIRA – MT.

VALOR: - R$ 185.405,00(cento e oitenta e cinco mil e quatrocentos e cinco reais)

VIGÊNCIA: 19.06.2018 a 19.06.2019

FORMA DE PAGAMENTO: Conf. NF

DATA DE ASSINATURA: 19/06/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE
RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO Nº001/ 2018

RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS DO PROCESSO SELETIVO Nº001/ 2018

CARGO: PSICÓLOGO(A)

NOME	PONTUAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO GERAL	SITUAÇÃO
Eliamara de Souza Pereira	35 pontos	1º lugar	APROVADA
Lucas Augusto Ciol	34 pontos	2º lugar	APROVADO
Gabrielle Santos Freitas	34 pontos	3º lugar	CADASTRO RESERVA
Tabitha Suellen Gouveia Alves de Lima	33 pontos	4º lugar	CADASTRO RESERVA
Anessa Maria das Chagas Alves	33 pontos	5º lugar	CADASTRO RESERVA
Geise da Silva Ferreira	31 pontos	6º lugar	CADASTRO RESERVA
Fabrício Freitas França	28 pontos	7º lugar	CADASTRO RESERVA
Rosane Cavalcante Bezerra Silva	27 Pontos	8º lugar	CADASTRO RESERVA
Kamilla Braz de Campos	27 pontos	9º lugar	CLASSIFICADA
Kênia Santana da Cruz	27 pontos	10º lugar	CLASSIFICADA
Fernanda Caloi Vasconcelos	27 pontos	11º lugar	CLASSIFICADA
Osmar José do Carmo Cabral Junior	25 pontos	13º lugar	CLASSIFICADO
Ana Paula Carvalho	25 pontos	14º lugar	CLASSIFICADA
Tuany Barbosa Takimoto	25 pontos	12º lugar	CLASSIFICADA
Christian Braga Queiroz	24 pontos	15º lugar	CLASSIFICADO
Maria Jaria Alves	23 pontos	16º lugar	CLASSIFICADA
Adriely da Cruz e Silva Rompate	21 pontos	17º lugar	CLASSIFICADA
Rita Cassia Dorileo de Arruda	20 pontos	18º lugar	CLASSIFICADA
Marcio Meireles de Souza	19 pontos	19º lugar	DESCLASSIFICADO
Kamila Yasmim R. de Souza Wonsoscky	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE
Jisley Eunis de Magalhães	AUSENTE	AUSENTE	AUSENTE

PORTARIA N.º 013/2018/GAB/PAD

PORTARIA N.º 013/2018/GAB/PAD

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 002/2018/ GAB/PAD.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a impossibilidade do cumprimento do primeiro prazo determinado para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 002/2018/GAB/PAD, justificada pelo Oficio nº 014/ 2018/PAD;

RESOLVE:

Art. 1. Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 26 de agosto de 2018, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 002/2018/GAB/PAD.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 26 de agosto de 2018, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 30 de agosto de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

DECRETO MUNICIPAL N.º 050/2018

DECRETO MUNICIPAL N.º 050/2018

REGULAMENTA A CONCESSÃO DE BOLSA ATLETA CRIADO PELA LEI MUNICIPAL Nº 1.418/2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de CHAPADA DOS GUIMARÃES, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas na Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto no § único do art. 6º da Lei Municipal nº 1. 418/2010;

DECRETA:

Art. 1º. A Bolsa-Atleta, instituída pela Lei 1.418/2010, será implementada pela Secretaria Municipal de Esporte, após análise da Comissão do Programa Bolsa-Atleta, com base na dotação orçamentária específica.

Art. 2º. Para pleitear o benefício da bolsa, o atleta deverá preencher os seguintes requisitos:

I – Residir no Município de Chapada dos Guimarães/MT há pelo menos 03 (três) anos;

II – Ser brasileiro nato ou naturalizado;

III – Ter idade mínima de 12 (doze) anos;

IV – Ser atleta federado;

V – Comprovar desempenho regular em competições a nível Estadual, Nacional ou Internacional;

Art. 3º. Além da comprovação dos requisitos estabelecidos no art. 2º, o Atleta interessado deverá apresentar os seguintes documentos:

I – Certidão Negativa de Débitos de Tributos do Município de Chapada dos Guimarães/MT;

II – Plano anual de participação em competições da modalidade e de preparação ou treinamento;

III – Termo de Compromisso em representar o Município de Chapada dos Guimarães/MT em competições, com a logomarca da Prefeitura;

IV – Comprovação dos custos médios da inscrição e despesas com as competições;

Art. 4º. Até o final do exercício de 2018 será disponibilizada a quantia de R$ 12.000,00 (doze mil reais) a ser dividida entre os atletas inscritos no programa e que cumpram os requisitos estabelecidos na lei nº 1418/2010 e no presente Decreto, de acordo com a necessidade de cada atleta, a ser pago em parcelas mensais.

Parágrafo Único. O valor mínimo da bolsa atleta será de R$ 150,00 e o máximo de R$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) por atleta.

Art. 5º. No exercício de 2018 serão disponibilizadas até 07 (sete) inscrições no Programa Bolsa Atleta.

Art. 6º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Reindel em Chapada dos Guimarães, 21 de agosto de 2018.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães

GABINETE
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 001/2018 - SMAS

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO Nº. 001/2018 - SMAS

CARGO – PSICÓLOGO

DECISÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO QUANTO AO RECURSO INTERPOSTO CONTRA A 25ª QUESTÃO DA PROVA PARA PSICOLÓGO E RETIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS.

A Comissão Organizadora do Processo Seletivo para Contratação por Tempo Determinado de Pessoal para integrar o quadro da Secretaria Municipal de Assistência Social, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 001 de 12 de julho de 2018, torna **PÚBLICO:**

Em virtude da constatação de um equívoco na digitação de uma palavra em uma das alternativas da questão 25 da prova para o **CARGO DE PSICÓLOGO** (**onde se lê**: "Serviços para pessoas com deficiência, idosos e suas famílias" **deveria constar:** "Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos (as) e suas Famílias;"), a Comissão Organizadora deste Processo Seletivo decide por:

1. ANULAR A QUESTÃO, pois reconhece a ambiguidade da resposta;

2. Ficando ajustado que os candidatos que marcaram alternativa B como correta, permanecem com seus pontos e aos candidatos que não marcaram a alternativa B serão acrescentados 2 (dois) pontos devido a anulação da questão.

Chapada dos Guimarães/MT, 30 de agosto de 2018.

Comissão Organizadora

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE CLÁUDIA– MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu através do **PROCESSO ADMINISTRATIVO DE ADESÃO n° 008/2018** à Ata de Registro de Preços nº 073/2018 – Pregão Presencial nº 039/2018/Registro de Preços da Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte/MT, visando a "AQUISIÇÃO DE UMA MOTONIVELADORA NOVA, ANO DE FABRICAÇÃO CORRENTE, MOTOR DIESEL, COM REDUÇÃO DE POLUENTES NO MÍNIMO TIER III, POTÊNCIA MÁXIMA DE NO MINIMO DE 180 HP, PESO OPERACIONAL MÍNIMO DE 17.800 KG, CABINE FECHADA, COM 02 PORTAS LATERAIS EQUIPADA COM AR CONDICIONADO, ESTRUTURA PROTETORA ROPS/FOPS CONTRA ESMAGAMENTO, TRANSMISSÃO COM MINÍMO DE 06 MARCHAS A FRENTE E 04 A RÉ, LUZ DE FREIO E LANTERNA TRASEIRA, ALARME SONORO DE MARCHA RÉ, DIREÇÃO HIDRAÚLICA, PNEUS COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 17.5X25 12 LONAS OU SUPERIOR, LAMINA CENTRAL COM MEDIDAS MÍNIMAS DE 3.800 MM (COMPRIMENTO), EQUIPADO COM EQUIPAMENTO RIPPER TRASEIRO COM NO MINIMO 05 DENTES INSTALADOS DE FABRICA, FREIOS A DISCO BANHADOS A ÓLEO, EQUIPADA COM SISTEMA DE MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO POR SATÉLITE INSTALADO DE FÁBRICA COM SERVIÇO DE MONITORAMENTO E GERENCIAMENTO COM FORNECIMENTO DE RELATÓRIOS DE CONSUMO, FALHAS, LOCALIZAÇÃO, conforme **ITEM 01** da referida Ata de Registro de Preços*".*

EMPRESA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ALFA – COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA ME, CNPJ: 13.731.784/0001-70, estabelecida à Avenida da FEB. Nº 2233, Ponte Nova, na Cidade de Várzea Grande/MT.

Valor e Especificação do Item:

Item	Cód.TCE	Descrição	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
01	0009643	"UMA MOTONIVELADORA NOVA, ANO DE FABRICAÇÃO CORRENTE, MOTOR DIESEL.	01	685. 000,00

Cláudia – MT, 30 de Agosto de 2018.

_____

ALTAMIR KÜRTEN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 021/2018

Convoca aprovado no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E PROCESSO SELETIVO PUBLICO **de Provas e Provas de Títulos do Município de Cocalinho, e dá outras providências.**

Convoca candidatos Aprovados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018 E PROCESSO SELETIVO PUBLICO Nº 002/2018, de Provas e Provas de Títulos do Município de Cocalinho, e dá outras providências. Publicado dia 04 de abril de 2018 Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso ANO XVIII | edição N° 2.957 diariomunicipal.org/mt/amm, www.amm.org.br. Assinado Digitalmente A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE COCALINHO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições, legais, tendo em vista o disposto nas Leis Municipal 815,816,818,819,822 e 830 de 2018, em conformidade com o resultado do Processo Seletivo Simplificado nº. 001/2018 e Processo Seletivo Publico Nº 002/2018, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS CONSTANTE DO ANEXO I DESTE EDITAL, PARA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS, NOMEAÇÃO E POSSE. A convocação segue a ordem de classificação, conforme resultado final homologado através dos Decretos nº 1561 e 1562/2018, da lavra da Ilustre Prefeita Municipal, devidamente publicado, no jornal oficial: www.amm.org.br, no átrio da Prefeitura Municipal de Cocalinho.

1. DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS

1.1. Os candidatos deveram comparecer no prazo de até 15 (quinze) dias ininterruptos, contados da data da publicação da presente convocação, ao Departamento de Recursos Humanos localizada no Prédio Sede da Prefeitura Municipal de Cocalinho, situado a Avenida Araguaia nº 676, Centro Cocalinho - MT, devendo portar consigo os documentos constantes nos Anexos deste Edital.

1.2. A falta de qualquer documento constante nos anexos deste Edital acarretará o não cumprimento da exigência do item 1.1.;

1.3. O não comparecimento nos termos do item 1.1. do presente edital, implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado, sendo considerado o candidato desistente.

2. DA NOMEAÇÃO E DA POSSE

2.1. O candidato que apresentar toda a documentação e os exames com a consequente aprovação pela Junta Médica já fica convocado para tomar posse.

3.0. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, revogando se as disposições em contrario.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE COCALINHO, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E DOIS DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

ANEXO I

001 - APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL - NUTRIÇÃO (SEDE URBANA) - COCALINHO

ORDEM	NOME	CLASSIFICAÇÃO
02	MARCILENE PEREIRA DE OLIVEIRA	02

Cocalinho-MT, em 28 de AGOSTO de 2018.

Dalva Maria de Lima Peres

Prefeita Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

A Prefeitura Municipal de Cocalinho, através de seu Pregoeiro, torna Publico aos interessados que a Licitação na Modalidade Pregão Presencial nº 010/2018, para contratação de 01(um) caminhão Pipa, para molhar ruas e avenidas tornou - se deserta, por não comparecer nenhum Licitante.

Cocalinho - mt, 29 de Agosto de 2018

ELDES RIBEIRO DE SOUZA

Pregoeiro

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

A Prefeitura Municipal de Cocalinho através da Prefeita Municipal, torna publico aos interessados que homologou a Licitação na modalidade de Pregão Presencial pelo Sistema de Registro de Preços Nº 009/2018, para aquisição de Combustíveis, e sagrou - se vencedora a empresa: Auto Posto Karajás Ltda.

Cocalinho 30 de Agosto de 2018

DALVA MARIA DE LIMA PERES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

LICITAÇÃO
EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 80/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: M. G. DA SILVA ME,

Objeto: Prestação de serviços de organização de cerimoniais, contratação de horas de sonorização volante e locação de equipamentos de sonorização de eventos para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Colider/MT.

Acréscimo de Valor: Fica acrescentado na Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 39.444,00(trinta e nove mil quatrocentos e quarenta e quatro reais), conforme planilha dos serviços descrita abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNID.	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	211548	Serviço de Cerimonial para organização para palestras, reuniões, seminários, lançamentos e inaugurações de obras e demais solenidades da Prefeitura;	Sç.	33	342,00	11.286,00
2	211549	Contratação de Horas de Sonorização Volante, para Divulgação de Eventos e Campanhas da Prefeitura em Ruas, Avenidas e Estradas, abrangendo assim as zonas rural e urbana do Município;	Sç.	104	38,00	3.952,00
3	211550	Locação de Equipamentos para Sonorização de Eventos (Cada locação deverá ter duração de no mínimo 3 horas)	Sç.	49	494,00	24.206,00
		TOTAL GERAL (R$)				**39.444,00**

Data de Assinatura:17/08/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 096/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: N.T. LUIZE – EPP

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos para a Secretária Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colider/MT, destinados ao atendimento do Programa Brasil Carinhoso.

Prorroga o Prazo de Vigência: Por 30(trinta) dias, terminando o prazo de vigência em 26/09/2018

Data de Assinatura: 27/08/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – NONO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 100/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: N.T. LUIZE – EPP

Objeto: Aquisição de brinquedos pedagógicos para a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Colider/MT, destinados ao atendimento do Programa Brasil Carinhoso.

Prorroga o Prazo de Vigência: Por 30 (trinta) dias, terminando o prazo de vigência em 26/09/2018

Data de Assinatura: 27/08/2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: TECHNOINF COMÉRCIO ELETRÔNICOS EIRELI – EPP

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição equipamentos, peças e acessórios de informática para manutenção de diversas secretarias do município de Colider/MT.

Realinhamento de Preço: Ficam realinhados os preços dos itens de nº 44, 55 e 58, descritos na Cláusula Quarta da Ata de Registro de Preços nº 034/2017, em virtude do aumento dos preços praticados junto ao distribuidor/fabricante dos produtos, passando os novos preços a serem praticados os descritos na planilha abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO	MARCA	UNIDADE	NOVO PREÇO UNITÁRIO A SER PRATICADO
44	265135	**Impressora Multifuncional Laser Monocromática -** Especificações Técnicas Mínimas: Velocidade de impressão de 40ppm, capacidade para toner de 12.000 páginas, cilindro de impressão com rendimento de 50.000 páginas, resolução de impressão 1200x1200 DPI, interface wireless 802.11B/g, USB 2.0, bandeja de papel com capacidade de 250 páginas, ciclo mensal de 50.000, bivolt, resolução máxima de digitalização 1200x1200 DPI, cabo de força, plugue de alimentação padrão NBR-14136	Brother / MFC - L5902DW	UNIDADE	2.816,14
55	265142	**Microcomputador -** Especificações Técnicas Mínimas: Gabinete de 04 baias, cor preto, fonte de alimentação 200W real, compatível com tensão de 110/220v, padrão ATX 24 pinos, frequência de 60Hz, cabo de força, plugue de alimentação padrão NBR-14.136, processador mínimo 02 núcleos, barramento 1.150mhz, cache de 3Mb ou superior, clock 3.0Ghz ou superior, placa mãe com suporte dual channel, 2 Slot PCI-Express 1X, rede on board 10/100/1000, saída de vídeo VGA e HDMI, memória 4Gb, DDR3, 1.333Mhz (PC3-10600) ou superior, HD 1500Gb SATA III (6Gbit/s), 7. 200Rpm, 3.5' polegadas, teclado nas normas ABNT e mouse ótico USB	Technoinf / Pentium G4400	UNIDADE	1.326,50
58	265145	**Monitor 21.5' -** Especificações Técnicas Mínimas: 21.5' polegadas, cor preto, widescreem 16:9, tempo de resposta 5ms, led, resolução mínima 1920x1080, entradas padrão VGA (15 pinos), HDMI, ajuste de altura, adaptado para suporte de mesa, bivolt, frequência de 60Hz, cabo de força, plugue de alimentação padrão NBR-14.136	Pctop / MLP215HDMI	UNIDADE	661,01

Data de Assinatura:21/08 /2018

LICITAÇÃO
EXTRATO – SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 103/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Colíder – MT

Contratada: J. C. MINGARELLI – ME

Objeto: Prestação de serviços de veiculação de mídia eletrônica de material publicitário para divulgação dos eventos e matérias de interesse do município de Colider.

Acréscimo de Valor: Fica acrescentado na Cláusula Segunda do contrato original, o valor de R$ 8.370,00 (oito mil trezentos e setenta reais), c*onforme planilha* dos serviços descrita abaixo:

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE	QTDE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
2	505855	**INTERNET** - Banner em site local e regional no formato de 440x090px, veiculação por um período de 24 horas	UNIDADE	72	100,00	7.200,00
3	505856	**INTERNET** - Vídeo de campanhas publicitárias, 30 segundos de duração, veiculação por um período de 24 horas	UNIDADE	26	45,00	1.170,00
		TOTAL GERAL (R$)				**8.370,00**

Data de Assinatura:15 /08/2018

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DE COLIDER
PORTARIA Nº 003/2018

PORTARIA Nº 003/2018

EXCELENTÍSSIMO PRESIDENTE DO CONSELHO DIRETOR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATOGROSSENSE, O SR. NOBORU TOMIYOSHI, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E

ART. 1º. NOMEAR a partir do dia 29 de agosto de 2018, a Sr. **ADALBERTO CESAR PEREIRA MARTINS JUNIOR,** portadora do CPF: 228.830. 818 e RG: 44.090.024-4 SSP/SPpara o cargo de **ASSESSOR JURÍDICO** do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense, onde deverá desempenhar as atribuições do cargo, objeto da presente nomeação.

ART 2º. As despesas decorrentes da presente nomeação correrão à conta do elemento 31.90.11.000000 – Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

01.001.10.122.0009.2.001 – Manutenção do CISRNM, do orçamento vigente, sujeitando-se o servidor aos descontos determinados pela legislação pertinente.

ART 3º. O Cargo de Assessor Jurídico receberá o vencimento mensal no valor de R$ 3.572,10 (Três mil quinhentos e setenta e dois reais e dez centavos).

ART 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e/ou através de afixação no mural da unidade gestora, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Presidente, dia 29 de agosto de 2018.

Registre-se

Publique-se,

Cientifique-se

CUMPRE-SE.

NOBORU TOMIYOSHI

Presidente do CISRNM

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DESPACHO

DESPACHO

Assunto: pedido de reclassificação.

Candidata: Josivânia Késia da Silva .

Candidata ao Cargo de Agente Administrativo - Sede.

Defiro o pedido de reclassificação ao final da fila de aprovados, protocolado pela candidata Josivânia Késia da Silva, sob nº. 25.813, ficando a mesma reclassificada em 211º. lugar no Concurso Público nº. 001/2017, no Cargo de Agente Administrativo-Sede, 40 horas.

Colniza/MT, 29 de agosto de 2018.

Silvana de Oliveira Rezer

Sec. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 004/2018

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 004/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA – MT.

CONTRATADO: CARTORIO DO PRIMEIRO OFICIO, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.880.022/0001-03, situada na Avenida Mato Grosso, nº 122, CEP 78.335- 000, Centro, Colniza/MT.

OBJETO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: PRORROGAÇÃO da vigência do Contrato firmado entre as partes em 08/02/2018, nos termos previstos em sua cláusula décima segunda, item 12.1.

DATA EMISSÃO: 02/08/2018

DATA INICIO DA VIGÊNCIA: 09/08/2018

DATA VENCIMENTO: 31/12/2018

TIPO LICITAÇÃO: Processo de Inexigibilidade nº 001/2018, Procedimento Administrativo nº 22.202/2017

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE POSSE Nº 186/2018

TERMO DE POSSE Nº 186/2018

TERMO DE NOMEAÇÃO E POSSE EM CARGO PÚBLICO

(Concurso Público nº 001/2017)

Aos 20 (vinte) dias do mês de Março do ano de 2018 (dois mil e dezoito), o **MUNICÍPIO DE COLNIZA**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av Tarumã, nº 116, na Cidade de Colniza- MT, inscrita no CNPJ sob o nº 04.213.687/0001-02, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal Sr. **CELSO LEITE GARCIA**, brasileiro, casado, agente político, residente e domiciliado neste município, portador da Carteira de Identidade RG nº 22.571.065-1 SSP/SP e CPF/MF nº 113.284.058.93, em conformidade com a classificação final do Concurso Público 2017 e Edital de Convocação nº 008, com fundamento no DECRETO Nº 092/GP/2017, DE 26 DE OUTUBRO DE 2017 que homologou o concurso nº 001/2017, e, ainda, com fundamento no art. 23, 24 da Lei 499/2011, Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município De Colniza – MT que dispõe sobre o regime jurídico único dos servidores públicos municipais c/c inciso X, do art. 80 da Lei Orgânica do Município e inciso II do Art. 37 da CF/88 resolve **NOMEAR ALEX SANDRO MASCENO,** Brasileiro(a), Solteiro(a), residente e domiciliado(a) na Rua das Palmeiras, nº 573, Bairro: Centro – CEP: 78335-000, Colniza/MT, portador(a) do CPF nº 528.022.052-34, RG nº 833722 SSP/RO, para a investidura no cargo efetivo de **MOTORISTA DE VEICULO PESADO- SEDE** pela aprovação no concurso público nº 001/2017, classificado(a) em 12º lugar, **MOTORISTA DE VEICULO PESADO- SEDE** 40 horas semanais, com a pontuação 78,75 pts; concurso Homologado pelo Ato Administrativo - Decreto nº 092/GP/2017, de 26 de outubro de 2017 e disponibilizado no Diário Oficial dos Municípios de 27 de Outubro de 2017. Tendo sido prestado o compromisso de exatidão no cumprimento dos deveres, bem como estrita observância a Lei Municipal nº. 499/2011, em especial Arts. 138, 139 e 140, às normas vigentes e a entrega de toda documentação exigida no Edital e na atual legislação.

Inicio do efetivo exercício funcional: **22/03/2018.**

CELSO LEITE GARCIA

PREFEITO MUNICIPAL

ALEX SANDRO MASCENO

CPF Nº 528.022.052-34

Registrado e publicado por afixação em local público de costume, conforme autorização Lei Municipal n.º 012/2001 de 26/01/2001.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO ADITIVO Nº. 155/2018

DÉCIMO TERCEIRO TERMO ADITIVO Nº. 155/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 016/2014 E ADITIVOS Nº. 110, 286/2014, 048, 265/2015, 082 E 202, 304/2016, 005, 087, 207/2017, 008 E 103/2018

DATA: 28/08/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. Cuoghi dos Santos

OBJETO: Alteração de razão social da empresa sendo que a mesma passará a denominar-se: **CUOGHI DOS SANTOS & CIA LTDA** de acordo com o Contrato Social

EXTRATO ADITIVO Nº. 156/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº. 156/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 027/2018

DATA: 28/08/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. Cuoghi dos Santos

OBJETO: Alteração de razão social da empresa sendo que a mesma passará a denominar-se: **CUOGHI DOS SANTOS & CIA LTDA** de acordo com o Contrato Social

EXTRATO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 017/2018

PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 017/2018 Contrato nº 122/2018

DATA: 29/08/2018

GERENCIADORA: Prefeitura Municipal de Comodoro.

FORNECEDORA: ANTONIO MACHADO DA VEIGA ME

OBJETO: Alteração de dotação orçamentária prevista inicialmente, no Contrato nº 122/2018 – Pregão Presencial nº. 059/2018 – Processo Administrativo nº. 091/2018, que tem como objeto fornecimento de refeições Fundamento legal: Art. 65, II, da Lei 8.666/93, considerando que a dotação prevista inicialmente foi para prestação de serviços e no entanto de acordo com a Lei Complementar nº 87/96 Artigo 2º o fornecimento de refeições se refere a material de consumo.

EXTRATO ADITIVO Nº 154/2018

DÉCIMO NONO TERMO ADITIVO Nº 154/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 129/2013 E ADITIVOS NºS 038, 112, 187/2014, 051, 156 e 224/2015, 017, 125, 212, 297/2016, 003, 077, 158 e 118, 158, 216/2017, 006 E 071/2018

DATA: 28/08/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: R. DE ANDRADE KELM SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI - ME

OBJETO: Prorrogação de prazo e de valor do Contrato de Prestação de Serviços nº 129/2013 e Aditivos nºs 038, 112, 187/2014, 051, 156 e 224/2015, 017, 125, 212, 297/2016, 003, 077, 158 e 118, 158, 216/2017, 006 e 071/2018, pelo período de 04 (quatro) meses, vigorando de 30/08/2018 à 30/12/2018, no valor de R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

DOTAÇÃO: 07.06.2.275.3.3.90.39 (406)

EXTRATO ADITIVO Nº 153/2018

SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº 153/2018 AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 055/2018 E ADITIVO Nº 104/2018

DATA: 28/08/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: ACPI- ASSESSORIA, CONSULTORIA, PLANEJAMENTO & INFORMATICA LTDA

OBJETO: Prorrogação de prazo do Contrato de Prestação de Serviços nº. 055/2018 e Aditivo nº 104/2018, referente à contratação de empresa para prestação de serviços técnicos de elaboração de processo de concessão de Exploração de Terminal Rodoviário Municipal, pelo período de 60 (sessenta) dias, vigorando de 29/08/2018 à 29/10/2018.

EXTRATO DE LICITAÇÃO DESERTA PREGÃO 068/2018

DECLARAÇÃO DE LICITAÇÃO DESERTA

Processo Administrativo: 102/2018 Interessado: Prefeitura Municipal de Comodoro. Assunto: Pregão Presencial nº 068/2018 Objeto: AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEICULO NOVO (ZERO QUILOMETRO) TIPO FURGÃO AMBULÂNCIA TIPO A, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, CONFORME TERMO DE COMPROMISSO Nº 510330171231528883. Em face do não comparecimento de interessados na licitação em epígrafe, restou a esta Comissão DECLARAR DESERTA a licitação.

Comodoro – MT, 27 de Agosto de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

EXTRATO TERMO DE ERRATA ADITIVO 149/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO/MT

TERMO DE ERRATA

Foi publicado no dia 24 de Agosto 2018, na página 109, do Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, o extrato de aditivo nº. 149/2018

Onde se lê:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 149/2018 AO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 091/2018

DATA: 22/08/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: CIRURGICA GONÇALVES LTDA

OBJETO: prorrogação de prazo do contrato nº 092/2018 que tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde para o pronto atendimento municipal, proposta nº 13925.505000/1170-05, pelo período de mais 90 (noventa dias) dias, vigorando de 23/08/2018 à 23/11/2018.

Leia-se:

PRIMEIRO TERMO ADITIVO Nº 149/2018 AO CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS Nº 092/2018

DATA: 22/08/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

CONTRATADA: CIRURGICA GONÇALVES LTDA

OBJETO: prorrogação de prazo do contrato nº 092/2018 que tem como objeto a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para unidade de atenção especializada em saúde para o pronto atendimento municipal, proposta nº 13925.505000/1170-05, pelo período de mais 90 (noventa dias) dias, vigorando de 23/08/2018 à 23/11/2018.

EXTRATO PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PRORROGAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 069/2018

O Município de Comodoro, Estado de Mato Grosso, através da pregoeira Aryadne Guilherme da Silva, torna público aos interessados que PRORROGARÁ o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E MATERIAIS ELÉTRICOS PARA PROJETO DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DAS SALAS ADMINISTRATIVAS DA PREFEITURA MUNICIPAL,** com abertura prevista para o dia 03/09/2018 às 08:00 horas, fica prorrogada para o dia 13/09/2018 às 08:00 horas. Prefeitura Municipal, situada à Rua Espírito Santo nº 199 E – Centro – CEP: 78.310-000 - Comodoro – MT. O Edital completo encontra-se à disposição dos interessados na sala de Licitações e no site www.comodoro.mt.gov.br. Qualquer informação poderá ser obtida pelo telefone (0xx65) 3283-2404 com a Comissão Permanente de licitação das 8:30 às 12:00 horas.

Comodoro – MT, 30 de Agosto de 2018.

Aryadne Guilherme da Silva

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL ATA DE REGISTRO DE PREÇO 14/2018

Termo de rescisão amigável ao contrato de Serviços Médicos ARP nº 14/2018, firmado pela prefeitura municipal de Confresa-MT e a empresa **ANNA LETICIA MELLO EIRELI.**

O **Município de Confresa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Centro Oeste, 286, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **Rônio Condão Barros Milhomem,** Portador do RG nº 0875190-0 SSP/MT e inscrito no CPF. SOB O Nº 535.561.191-53 doravante denominado simplesmente de Contratante, e por outro lado a empresa **ANNA LETICIA MELLO EIRELI,** empresa de direito privado, inscrita no CNPJ sob o n. 29.875.566/0001-49, com sede na RUA 13 DE MAIO, Nº 159, Confresa-MT, representada por sua proprietária **Dra. Anna Leticia Mello**, CPF: **024.693.221-03** RG: **1805919-8**, considerando o constante no **Processo Licitatório nº 008/2018** na modalidade **Pregão Presencial nº 006/2018** da Prefeitura Municipal de Confresa, cujo refere-se à eventual e futura contratação da prestação de **serviços médicos**, para uso da Secretaria Municipal de Saúde deste Município de Confresa - MT, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Municipal nº26 e 27/2009, de 29 de Maio de 2009 , segundo as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para possível e eventual contratação de **serviços médicos** para uso pela Secretaria Municipal de Saúde junto ao Município de Confresa – MT

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	V. UNIT.	V. TOTAL
01	Prestação de serviços médicos clinico geral e ou especialista para responder tecnicamente pelo serviço médico e terapêutico aos pacientes portadores de HIV/AIDS e Hepatites Virais.	MÊS	12	R$ 8.000,00	R$ 96.000,00
10	Prestação de serviços médicos (plantões) realização de até 30 (trinta) plantões mês no pronto atendimento no hospital municipal das 19h00 às 07h00 do dia seguinte.	PLANTÕES	360	R$ 900,00	R$ 156.000,00

1.2 Nos termos da Lei 8.666/93, ficando rescindida a partir de **02/07/2018**.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

2.1 A presente rescisão, se realiza em comum acordo entre as partes, sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 – Fica eleito o Foro da Comarca do Município de Porto Alegre do Norte. – MT, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e contratados, CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente instrumento contratual, em 3 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais.

Confresa – MT, 02 de Julho de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

Contratante

_____

ANNA LETICIA MELLO EIRELI

Contratado

ADMINISTRAÇÃO / LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1793/2017
PREGÃO PRESENCIAL - SRP Nº 117/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA/MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 117/2017

PROCESSO Nº 1793/2017

A Prefeitura Municipal de Confresa/MT torna público, para o conhecimento dos interessados, o resultado do processo licitatório na modalidade Pregão Presencial SRP Nº 117/2018 conforme segue:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO SENDO, PISO TIPO CERAMICA 'A" PEI 5, PARA SER UTILIZADO E ASSENTADO NO PISO NO PREDIO ONDE SERA INSTALADO AS REPARTIÇÕES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, E SEUS DEPARTAMENTOS VINCULADOS, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

ADJUDICADO para as empresas:

S. O. MATOS E CIA LTDA

CNPJ 28.665.128/0001-93

Vencedora dos itens nº 01no valor global de R$ 26.130,00 (vinte e seis mil e cento e trinta reais), para retro de preços por um período de 12 meses, visto que a empresa atendeu todos os requisitos do Edital e seus Anexos.

_____

Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira

Pregoeiro

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 060/2018 ADM DE 27 DE AGOSTO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
05-SEC. DE EDUCAÇÃO (ENS.FUNDAMENTAL)	JALIS ALVES DE OLIVEIRA
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (SCFV/AÇÃO SOCIAL)	ISMÊNIA MEIRE DA S.ALVES
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CRAS)	GRAZIELE MENDES
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (PAEFI - CREAS)	DENILSON ALVES FARIAS
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (CONSELHO TUTELAR)	ROSICLEIDE GOMES DE OLIVEIRA
09-SEC. AÇÃO SOCIAL (IGD/PBF)	DOUGLAS AUGUSTO VIEIRA
07-SEC. OBRAS	DIRCEU RODRIGUES FONSECA
02-GABINETE DO PREFEITO	LUCIA HELENA O. GONSALVES
03-SEC. ADMINISTRAÇÃO	MÁRCIA APARECIDA COSTA
08-SEC. AGRICULTURA	RAFAEL SCHIO
10- SEC. CULTURA	MEYRE ROSA R.CARVALHO
11-SEC. PLANEJAMENTO	APARECIDO DA SILVA AGUIAR
06- SEC. SAÚDE – ATENÇÃO BÁSICA	CLEYTON GEOVANI KREMER
06- SEC. SAÚDE – HOSPITAL	ELPILUNDES C.DA COSTA
06- SEC. SAÚDE – VIGILÂNCIA SANITÁRIA	LEIDIANE FERREIRA GOMES
06- SEC. SAÚDE – VIGILÂNCIA AMBIENTAL	SILVIO FERREIRA DOS SANTOS
06- SEC. SAÚDE – CAPS	MARIA AUXILIADORA COSTA

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATAS DE REGISTRO	83 / 84 / 85 E 86/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
	R.G. DA PAZ EIRELI -EPP	21.058.617/0001-38	R$ 100.181,15
EMPRESA	LUASI PAPÉIS E LIVROS LTDA	08.371.036/0001-93	R$ 157.603,60
	COMPATÍVEL COMÉRCIO MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO E INFORMÁTICA EIRELI - ME	28.372.398/0001-06	R$ 55.736,17
	CYAN PAPELARIA E MATERIAIS DE INFORMÁTICA EIRELI - EPP	20.357.366/0001-20	R$ 238.302,29
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIAS DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL, JUNTO AO MUNICÍPIO DE CONFRESA-MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 28/08/2018 A 28/08/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Agosto de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
ERRATA DE PUBLICAÇÃO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CPL N°40/2018

A Comissão Permanente de Licitações Torna Público que na Publicação realizada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso, ANO XIII, Nº 3.054 Páginas 98, 99.100 e 101, do dia 30 de Agosto de 2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 074/2018

DO OBJETO DO CONTRATO: **Prestação de serviços de Apoio Administrativos para Recuperação de Valor adicionado e Recuperação de Créditos Tributários** para atender a demanda do departamento de tributos, junto ao Município de Confresa-MT.

Contratante: Prefeitura Municipal de Confresa –

Contratado: RODRIGO ROSA PAES PARREIRA - ME **CNPJ: 08.954.873/0001-45**

Onde lê se:

DATA: Confresa-MT, 23 de Julho de 2018.

Ler -se:

DATA: Confresa-MT, 23 de Agosto de 2018.

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 061/2018 ADM DE 28 DE AGOSTO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal qualificados abaixo como **FISCAL DE CONTRATO** de **ATA DE REGISTRO DE PRECOS**.

SECRETARIA	SERVIDOR
SECRETÁRIA DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES

Art. 2º - Os servidores designados ficam responsáveis pelos contratos respectivos a vossa secretaria, departamento e/ou unidade gestora.

ATAS DE REGISTRO	87/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	BRITASA MINERADORA CONFRESA LTDA	02.943.563/0001-49	288.000,00
OBJETO	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, SENDO, EMULSÃO ASFALTICA - COMPOSTO DE ASFALTO DE PETROLEO, EMULSAO ASFALTICA CATIONICA, DE RUPTURA MEDIA, E PRE MISTURA A FRIO- PMF, PARA ATENDER A SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS NA RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS URBANA. PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E VIAÇÃO, DO MUNICÍPIO DE CONFRESA – MT.		
VIGENCIA	12 MESES – 29/08/2018 A 29/08/2019		

Art. 3º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 6º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Agosto de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
PORTARIA 57/2018 ADM DE 02 DE JULHO 2018.

DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA FISCALIZAR A EXECUÇÃO DO TERMO DE PARCEIRA FIRMADOS POR INTERMÉDIO DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: o disposto na Instrução Normativa do Sistema de Licitações, Compras e Contratos, a qual dispõe sobre os procedimentos e normas para a celebração e acompanhamento da execução de contratos, aditivos e instrumentos congêneres no Poder Executivo Municipal, e no art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93 Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

CONSIDERANDO:a necessidade de padronizar, otimizar a fiscalização e o acompanhamento da execução dos contratos de prestação de serviços e fornecedores da Prefeitura Municipal de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os servidores públicos municipal, como **FISCAIS DE TERMO DE PARCEIRA** abaixo descriminado..

SECRETARIA	SERVIDOR
06- SEC.DE SAÚDE (HOSPITAL)	ELPIDILUNDES C.DA COSTA
06- SEC.DE SAÚDE (VISA/ AT.BÁSICA/ GESTÃO EM SAÚDE)	CLEYTON GEOVANI KREMER
07-SEC.DE OBRAS	WALTER RAMOS TELES
04- SEC.DE FINANÇAS	MARCIA APARECIDA COSTA
03- SEC.DE ADMINISTRAÇÃO	MILENA PEREIRA LUZ OLIVEIRA
11-SEC.DE PLANEJAMENTO	JOSÉ CARNEIRO DA SILVA
09- SEC. DE ASSITENCIA SOCIAL (F.DE ASSISTÊNCIA / SCFV / IGD E PBF)	ISMÊNIA MEIRE DA SILVA ALVES
02- GABINETE DO PREFEITO	LÚCIA HELENA DE O. GONSALVES
08-SEC.DE AGRICULTURA	LUCAS LOPES BEZERRA

TERMO DE PARCERIA	001/2018	CNPJ	VALOR TOTAL
EMPRESA	INSTITUTO DE PESQUISAS E GESTÃO DE POLITICAS PÚBLICAS - IPGP / (ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERESSE PÚBLICO) - OSCIP	09.540.390/0001-67	2.202.561,34
OBJETO	SELEÇÃO DE ENTIDADE DE DIREITO PRIVADO, SEM FINS LUCRATIVOS, QUALIFICADA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL DE INTERSSE PUBLICO – OSCIP, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL N° 9.790/99, PARA CELEBRAR **TERMO DE PARCERIA** PARA FORMAÇÃO DE VINCULO DE COOERAÇÃO, VISANDO O FOMENTO E REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE INTERESSE PÚBLICO NO DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS DE GOVERNO, ATRAVÉS DO FORNECIMENTO DE BENS E SERVIÇOS, REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES, EVENTOS, COOPERAÇÃO TÉCNICA E ASSESSORIA.		
VIGENCIA	12 MESES – 02/07/2018 A 02/07/2019		

Art. 2º - O Departamento de Compras e CPL - Comissão Permanente de Licitações disponibilizará ao Fiscal designado, logo após a sua nomeação, em cumprimento ao disposto no contrato, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessários ao exercício da fiscalização.

Art. 3º - Os documentos mencionados no art. 2º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta compartilhada na rede denominada “Pública” e em pastas e subpastas específicas com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.

Art. 4º - Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob fiscalização.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 02 de Julho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL AO CONTRATO CPL Nº 04/2016

Termo de rescisão amigável do quartotermo Aditivo ao contrato CPL Nº 04/2016 Locação de um imóvel para instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura, firmado pela prefeitura municipal de Confresa-MT e a Pessoa Física Srº **Gilson Luiz Sfredo.**

O **Município de Confresa**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Centro Oeste, 286, CEP: 78.652-000 - Confresa – MT, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 37.464.716/0001-50, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Sr. **Ronio Condão Barros Milhomen** Portador do RG nº 0875190-0 SSP/MT e inscrito no CPF. SOB O Nº 535. 561.191-53 doravante denominado simplesmente de **LOCATÁRIA**, e por outro lado o Srº **Gilson Luiz Sfredo**, com endereço na Rua Nova, nº 19, setor Vila Nova, inscrito no CPF sob o n° 307.860.370-91 e RG nº 700. 915 SSP/MT, na cidade de Confresa-MT, Cep.78.652-000, doravante denominado simplesmente **LOCADOR**, acordam e ajustam firmar o presente termo de rescisão, tendo em vista resultado do processo licitatório nº 08/2016, realizado na modalidade dispensa nº 02/2016, homologado em 05/02/2016, nos termos da Lei 8.666/93, e legislação pertinente.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste instrumento, a rescisão amigável do contrato de Locação de um imóvel para instalação e funcionamento da Secretaria Municipal de Agricultura. Nos termos da Lei 8.666/93, artigo 79 incisos II, ficando rescindida a partir de **12/06/2018**.

CLAUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE RESCISÃO

2.1 A presente rescisão, se realiza em comum acordo entre as partes, sem indenização ou multa, seja a que título for, a qualquer das partes.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

3.1 – Fica rescindido o contrato a partir da data de assinatura deste termo de rescisão contratual, passando a ter eficácia após publicação.

E, assim sendo, assina o presente Instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Confresa – MT, 12 de Junho de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Ronio Condão Barros Milhomem

Contratante

_____

GILSON LUIZ SFREDO

CPF: 307.860.370-91

Locador

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

PROCURADORIA DO MUNICIPIO
PORTARIA Nº 151/2018

"Cria Comissão Especial de Avaliação de Imóvel que específica e da outras providências".

MARIA LÚCIA DE OLIVERA PORTO, Prefeita Municipal de Conquista D' Oeste, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições definidas no artigo 63, inciso IX, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 24 inciso X, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear os servidores **FELIPE PEREIRA MUNHOZ, MARIA CONCEIÇÃO DE FREITAS e EMERSON RODRIGUES** para, sob a presidência do primeiro, compor a Comissão Especial de Avaliação de partes dos Imóveis onde serão instaladas a estação de captação de água destinada ao abastecimento da população do município, bem como dos imóveis onde serão instalados os dutos para canalização até a sede do município.

Art. 2º A Comissão de que trata o artigo anterior fará a avaliação dos direitos e benfeitorias incidentes sobre os imóveis, objeto de intervenção, presentes as áreas de indenização, tudo em conformidade com os mapas acostados, de acordo com os preços praticados na região, presentes circunstâncias de localização, topografia, via de acesso e demais características que vinculam à finalidade exclusiva de construção de estação de captação de água e adutoras, para abastecimento público de água do município, tudo mediante laudo circunstanciado.

Parágrafo Único. A Comissão deverá elaborar laudo de avaliação, conforme modelo (anexo I) desta Portaria.

Art.3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Prefeita, em 27 de agosto de 2018.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA PORTO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

RESULTADO DO PREGÃO 114/2018 PROCESSO 169/2018

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu/MT, torna público o resultado da Licitação, para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial - SRP nº 114/2018 obteve os seguintes resultados:

A empresa **A M B MEDEIROS EIRELI,** CNPJ 30.710.509/0001-99, foi vencedora dos itens **2, 3, 5, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 16, 17, 19, 21, 23, 24, 25, 27, 28, 29, 31, 33, 35, 38, 40, 42, 44, 46,** com valor global de **R$ 70.551,10** (SETENTA MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E DEZ CENTAVOS).

A empresa **KIKO AUTO PECAS EIRELI,** CNPJ 02.823.829/0001-10, foi vencedora dos itens **1, 4, 7, 11, 13, 15, 18, 20, 22, 26, 30, 32, 34, 36, 37, 39, 41, 43, 45,** com valor global de **R$ 81.020,00** (OITENTA E UM MIL E VINTE REAIS).

O Processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na av. 20 de Dezembro, nº 725, Centro, neste município de Cotriguaçu/MT, 28 de Agosto de 2018.

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE RETIFICAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL - Nº 121/2018 PROCESSO 179/2018 ERRATA

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU MT, torna público a ERRATA do PREGÃO PRESENCIAL Nº 121/2018 PROCESSO Nº 179/2018, a correção se dá nas CONDIÇÕES **PARA PARTICIPAÇÃO.**

OBJETO: "FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BATERIAS AUTOMOTIVAS, PARA ATENDER A FROTA DE VEÍCULOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE COTRIGUAÇU/MT"

ONDE LÊ-SE:

4.1. **A presente licitação é destinada** exclusivamente para as Microempresas- ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP, **nos termos do artigo 48, inciso I da lei complementar 123/2006,** todavia as demais empresas do ramo de atividade poderão fazerem-se presentes na sessão de licitação, eis que caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte apta ou interessada no certame, admitir-se-á, a participação das demais

interessadas, **nos termos do artigo 49, inciso I da lei complementar 123/2006.**

4.2**. Nesta licitação adotar-se-á o benefício de item no valor de até R$ 80.000,00 e (oitenta mil reais) exclusivos para MPEs sediadas no município de Cotriguaçu e mesorregião, tais itens selecionados entre todos os itens do pregão. Essa condição de** d**isputa está identificada no anexo no Termo de Referência com as descrições dos benefícios. Esta exigência se fundamenta no artigo 2º § 1º, da lei 1.029/2018 que dispõe sobre tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Cotriguaçu, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal e da outras providências, ainda a no artigo 48 I e III da Lei Complementar 123/2006.**

4.2.1 São Exclusivos para MPEs sediada no município o item 03 , observando o disposto no artigo 2º § 1º, da lei 1.029/2018, artigo 3º incisos I e II da lei municipal 1.029/2018 de 24 de abril de 2018.

LEIA - SÊ:

4.1**. Nesta licitação adotar-se-á o benefício de item no valor de até R$ 80.000,00 e (oitenta mil reais) exclusivos para MPEs sediadas no município de Cotriguaçu e mesorregião, tais itens selecionados entre todos os itens do pregão. Essa condição de** d**isputa está identificada no anexo no Termo de Referência com as descrições dos benefícios. Esta exigência se fundamenta no artigo 2º § 1º, da lei 1.029/2018 que dispõe sobre tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas no município de Cotriguaçu, nas contratações públicas de bens, serviços e obras no âmbito da administração pública municipal e da outras providências, ainda a no artigo 48 I e III da Lei Complementar 123/2006.**

4.2. São Exclusivos para MPEs sediada no município o item 03, observando o disposto no artigo 2º § 1º, da lei 1.029/2018, artigo 3º incisos I e II da lei municipal 1.029/2018 de 24 de abril de 2018. Os itens 4 e 5 são exclusivamente para DEMAIS Microempresas- ME e Empresas de Pequeno Porte-EPP que comparecer nos termos do artigo 48, inciso I da lei complementar 123/2006, todavia as demais empresas do ramo de atividade poderão fazerem-se presentes na sessão de licitação, eis que caso não haja Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte apta ou interessada no certame, admitir-se-á, a participação das demais interessadas **nos termos do artigo 48, inciso I da lei complementar 123/2006**. Os itens **1 e 2 é destinado a AMPLA PARTICIPAÇÃO.**

EDILSON VARGAS CHARNESKI

PREGOEIRO

SEC. GOVERNO
LEI COMPLEMENTAR Nº 038/2009

Dispõe sobre a alteração, criação, estruturação e atribuições dos órgãos do Poder Executivo do Município de Cotriguaçu, bem como criação de cargos comissionados e suas remunerações, fixa princípios e diretrizes de gestão e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Cotriguaçu, tendo em vista o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, aprova e o Prefeito Municipal DAMIÃO CARLOS DE LIMA, sanciona a seguinte lei.

Título I Dos Princípios e Finalidades da Administração Pública Municipal

Art. 1º. O Poder Executivo Municipal, por meio das ações diretas e indiretas, tem como objetivos o desenvolvimento social e sustentável do Município, bem como a geração de emprego e renda e o aprimoramento dos serviços prestados à Comunidade, mediante o planejamento integrado de suas atividades, buscando consolidar o Município como um centro de excelência, de inclusão social e pólo regional.

Art. 2º. O planejamento integrado da gestão municipal obedecerá às diretrizes estabelecidas pelo Executivo Municipal e será traçado através da elaboração e manutenção dos seguintes instrumentos:

I. Plano Diretor;

II. Plano Plurianual de Investimentos;

III. Diretrizes Orçamentárias;

IV. Orçamento Anual.

Art. 3º. A elaboração e execução do planejamento das atividades municipais guardarão inteira consonância com os Planos e Programas do Governo do Estado e dos Órgãos da Administração Federal.

Art. 4º. A Administração Pública do Município de Cotriguaçu pautar-se-á pelos princípios fundamentais previstos no art. 37 da Constituição Federal e:

I. Liderança Regional;

II. Espaço Territorial Prazeroso;

III. Educação formadora da cidadania;

IV. Parceria do Poder Público com a Iniciativa Privada;

V. Desenvolvimento econômico com responsabilidade social.

Art. 5º. O Poder Executivo será dirigido pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Vice-Prefeito, pelas Secretarias Municipais e demais órgãos enumerados nos art. 10 e art. 11, com a estrutura hierárquica estabelecida no art. 12 desta Lei.

Parágrafo único. As ações da Administração Pública Municipal serão desenvolvidas prioritariamente mediante projetos, cuja implementação será de competência de cada Secretaria responsável pela gestão.

Art. 6º. Para realizar investimentos, realizar serviços públicos e desenvolver os meios indispensáveis ao cumprimento eficiente de suas finalidades, a organização do Poder Executivo deverá:

I. adotar o planejamento estratégico e sistêmico, democratizando a ação administrativa, através da participação da sociedade civil, de forma a contemplar as aspirações dos diversos segmentos sociais;

II. valorizar os servidores por meio da execução de políticas de permanente desenvolvimento de competências e técnicas apropriadas, criando satisfação pessoal e profissional apoiada por processos competitivos de seleção, promoção e remuneração.

III. investir na melhoria da qualidade dos serviços públicos, motivando o servidor público para atender o povo, destinatário final de suas ações, de forma ética e humana;

IV. promover a modernização permanente dos órgãos, entidades, instrumentos e procedimentos da Administração Pública Municipal com vistas a redução de custos, minimização dos desperdícios e a obtenção de serviços de qualidade.

V. estabelecer formas de comunicação governo-sociedade, que permitam a adoção e participação da perspectiva do cidadão-usuário nas ações de melhoria contínua da qualidade dos serviços públicos;

VI. estimular a gestão descentralizada, quer territorial, funcional ou social, a fim de aproximar a ação governamental dos cidadãos-usuários e promover o desenvolvimento local, funcionando como agente de mobilização e integração dos recursos sociais;

VII. realizar investimentos públicos indispensáveis à criação de Infraestrutura e Trânsito Rodoviário que proporcione o desenvolvimento sustentável do Município e a elevação da qualidade de vida da população;

VIII. preservar o equilíbrio das contas municipais e aumentar a capacidade de investimento do Município.

Título II Da Administração do Município Capítulo I Da Estrutura do Poder Executivo

Art. 7º. O Poder Executivo Municipal, cuja personalidade jurídica se intitula Município de Cotriguaçu, representado pelo Prefeito Municipal, é constituído pelos Órgãos da Administração Direta e Indireta. Art. 8º. A Administração Direta compreende os órgãos municipais encarregados da formulação da política de gestão pública e do ordenamento operacional das atividades da Administração Municipal, visando cumprir suas finalidades, bem como a prestação de assessoramento direto ao Prefeito Municipal no exercício das funções institucionais. Art. 9º. A Administração Indireta compreende entidades instituídas em Lei específica para ampliar a administração direta ou aperfeiçoar sua ação executiva no desempenho de atividades de interesse público, de cunho econômico, ambiental, tecnológico ou social. Art. 10. São órgãos diretamente subordinados ao Prefeito Municipal:

A. Órgãos de Assessoramento:

I. Gabinete do Prefeito Municipal;

II. Controladoria do Município;

III. Procuradoria Geral do Município;

IV. Assessoria Jurídica.

B. Órgãos Auxiliares:

I. Secretaria Municipal de Finanças;

II. Secretaria Municipal de Administração;

III. Secretaria Municipal de Governo;

C. Órgãos de Administração Específica:

I. Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

II. Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer;

II. Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento;

III. Secretaria Municipal de Assistência, Gestão Social e Trabalho;

IV. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários;

V. Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Trânsito Rodoviário;

E. Órgãos Consultivos.

I. Conselhos Municipais constituídos em Lei. Art. 11. São órgãos técnicos vinculados ao nível hierárquico a que ele se subordina:

I. Diretorias;

II. Assessorias;

III. Assistências;

IV. Departamentos;

V. Coordenadorias;

VI. Divisões;

VII. Equipe Operacional;

VIII. Turma;

IX. Representante.

Art. 12. São as vinculações da titularidade dos cargos em comissão em relação aos Órgãos da Administração bem como seu nível hierárquico:

Órgãos da Administração Direta	Cargo do Titular	Nível Hierárquico
I. Gabinete do Prefeito Municipal	Prefeito Municipal	1° escalão
II. Chefia de Gabinete	Chefe	2° escalão
III. Secretaria Municipal	Secretário (a)	2° escalão
IV. Controladoria do Município	Controlador Municipal	2° escalão
V. Procuradoria Geral do Município	Procurador Geral do Município	2° escalão
VI. Assessoria Jurídica	Assessor (a) Jurídico (a)	2° escalão
VII. Assessoria Administrativa	Assessor (a) Administrativo (a)	2° escalão
VIII. Assessoria Desenvolvimento	Assessor (a) Desenvolvimento (a)	2° escalão
IX. Diretoria	Diretor (a)	3° escalão
X. Assessoria	Assessor (a)	3° escalão
XI. Representante	Representante	3° escalão
XII. Coordenadoria	Coordenador	4° escalão
XIII. Departamento	Chefe	4° escalão
XIV. Divisão	Chefe	5° escalão
XV. Turma	Chefe	6° escalão
XVI. Equipe Operacional	Chefe	6° escalão

Parágrafo Único. Na elaboração do organograma, da nomenclatura dos órgãos e as das competências específicas de cada órgão, o nível hierárquico de menor escalão estará diretamente subordinado ao de nível imediatamente superior a ele vinculado.

Art. 13. O Poder Executivo especificará em Decreto o organograma, a nomenclatura dos órgãos segundo as suas competências específicas, nível hierárquico a que se subordina bem como as atribuições dos cargos em comissões. Art. 14. A Controladoria do Município, o Procurador Geral do Município, o Chefe de Gabinete e a Assessoria Jurídica do Município estão no mesmo nível hierárquico das Secretarias Municipais. Art. 15. Os Secretários Municipais, o Controlador Municipal e o Procurador Geral do Município poderão ser ordenadores de despesas conforme vier a ser autorizado em Decreto. Art. 16. As Secretarias são órgãos da administração direta, dirigidas por Secretários, estruturadas com a finalidade de, na forma da Lei Orgânica do Município de Cotriguaçu, assistir o Prefeito Municipal em seu campo de atuação. Art. 17. As Secretarias definirão, no seu campo de atuação, as diretrizes políticas e os programas relativos à sua área e estabelecerão as diretrizes técnicas para a execução de suas atividades.

Parágrafo Único. As Secretarias articular-se-ão, para o atendimento de suas finalidades, com órgãos e entidades federais, estaduais e de outros Municípios.

Art. 18. Portaria do Prefeito Municipal disporá sobre a substituição do Secretário em suas ausências e impedimentos legais.

Capítulo II

Das Secretarias Municipais e Órgãos Equivalentes

Seção I

Do Gabinete do Prefeito Municipal

Art. 19. O Gabinete do Prefeito, órgão dotado de autonomia funcional, tem por finalidade prestar Gestão e assessoramento direto e imediato ao Prefeito.

Art. 20. Compete ao Gabinete do Prefeito Municipal:

I. coordenar, supervisionar, controlar e gerenciar as atividades de apoio direto ao Prefeito Municipal;

II. dar Gestão direta e imediata ao Prefeito Municipal na sua representação institucional e social e o apoio de protocolo nos atos públicos que ele participar.

III. desempenhar missões específicas, expressamente atribuídas por meio de atos próprios, despachos e ordens verbais.

IV. desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção II

Da Controladoria do Município

Art. 21. A Controladoria do Município, órgão dotado de autonomia funcional, tem por finalidade executar a auditoria interna preventiva e de controle dos órgãos e entidades do Poder Executivo.

Art. 22. Compete à Controladoria do Município:

I. dirigir, supervisionar e executar os serviços de auditoria nas áreas administrativa, contábil, financeira, orçamentária, operacional, patrimonial e de custos dos órgãos e entidades do Poder Executivo;

II. avaliar o cumprimento das metas previstas nas leis orçamentárias ou em outros atos legislativos ou administrativos;

III. aferir a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;

IV. exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias bem como os direitos e haveres do município;

V. apoiar a participação pública e os controles externos no exercício da sua missão institucional;

VI. desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção III

Da Procuradoria Geral do Município

Art. 23. A Procuradoria-Geral do Município tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e executar as atividades jurídicas e correlatas de interesse do Município.

Art. 24. Compete a Procuradoria Geral do Município:

I. defender, em juízo ou fora dele, os direitos e interesses do Município;

II. promover a cobrança judicial da Divida Ativa do Município ou de quaisquer outra dívidas que não forem liquidadas nos prazos legais;

III. assessorar o Prefeito Municipal nos atos executivos relativos a desapropriação, alienação e aquisição de imóveis pelo Município e nos contratos em geral;

IV. proporcionar assessoramento jurídico aos órgãos do Município e em processos administrativos.

Parágrafo único. O provimento do cargo de Procurador Geral do Município será definido em Lei Complementar Municipal específica.

Seção IV

Da Assessoria Jurídica do Município

Art. 25. A Assessoria Jurídica do Município tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e executar as atividades de assessoria jurídicas e correlatas de interesse do Município.

Art. 26. Compete à Assessoria Jurídica do Município:

I. prestar consultoria e assessoramento jurídico ao Poder Executivo Municipal, incluída a Gestão ao Prefeito nos assuntos relativos a Municipalidade;

II. representar o Município em qualquer juízo ou tribunal, atuando nos feitos em que tenha interesse, inclusive em matéria tributária e fiscal;

III. representar, em regime de colaboração, interesse de entidade da Administração em qualquer juízo ou tribunal, mediante solicitação da entidade e autorização do Prefeito Municipal;

IV. desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

V. exercer as competências do Procurador Geral do Município na falta deste.

Seção V

Da Secretaria Municipal de Governo

Art. 27. A Secretaria Municipal de Governo tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as ações políticas e de comunicação social do Poder Executivo Municipal, visando à integração das políticas públicas e das atividades dos órgãos e das entidades da Administração Pública.

Art. 28. Compete à Secretaria Municipal de Governo:

I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades quanto à orientação das ações políticas do Governo Municipal na execução do programa de governo e nas relações com a sociedade;

II. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar, com a participação dos órgãos e entidades da Administração Pública, as políticas de mobilização social;

III. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de eventos, campanhas e promoções de caráter público, de interesse social, bem como, a divulgação das realizações da Administração Municipal em todas as áreas e níveis;

IV. efetivar a comunicação dos programas, projetos e ações governamentais e a promoção da veiculação da publicidade obrigatória, bem como, a manutenção e alimentação de dados e informações do site oficial da Internet;

V. executar as atividades de cerimonial público e da condução da organização de eventos e solenidades do Poder Executivo Municipal, garantindo a qualidade e o cumprimento do protocolo oficial;

VI. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais, bem como, entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

VII. desenvolver outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção VI

Da Secretaria Municipal de Finanças

Art. 29. A Secretaria Municipal de Finanças tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades contábeis, financeiras, fazendária municipal e fiscal, visando fortalecer a capacidade gerencial, normativa e garantir o pleno funcionamento do Poder Executivo Municipal, promovendo seu constante aprimoramento organizacional.

Art. 30. Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

II. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades relativas a lançamento, arrecadação, cobrança e fiscalização dos tributos, mantendo atualizado os respectivos cadastros;

III. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a inscrição da dívida ativa, a cobrança dos créditos tributários e fiscais do Município;

IV. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a contabilização financeira, patrimonial e orçamentária do Município, nos termos da legislação em vigor;

V. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar o recebimento das rendas municipais, os pagamentos dos compromissos do Município e as operações relativas a financiamentos e repasses;

VI. promover estudos e fixar critérios para a concessão de incentivos fiscais e financeiros, tendo em vista o desenvolvimento econômico e social do Município.

VII. planejar, coordenar e avaliar o planejamento das atividades, programas e política de desenvolvimento do Município e do programa de governo;

VIII. articular, coordenar e elaborar o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do Município mediante orientação normativa, metodológica e executiva do processo de

programação governamental, em articulação com as os demais órgãos e entidades da Administração Pública;

IX. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução orçamentária da administração direta e indireta e dos fundos municipais;

X. coordenar, em articulação com as demais Secretarias Municipais e demais órgãos e entidades da Administração Pública, a captação e negociação de recursos junto a órgãos e instituições nacionais e internacionais e monitoramento da aplicação;

XI. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência bem como cadastrar, acompanhar e controlar a execução dos convênios dos demais órgãos, entidades e fundos;

XII. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção VII

Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 31. A Secretaria Municipal de Administração tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de desenvolvimento de recursos humanos e planejamento, visando fortalecer a capacidade gerencial, normativa, operacional e tecnológica da gestão pública e garantir o pleno funcionamento do Poder Executivo Municipal e promovendo seu constante aprimoramento organizacional.

Art. 32. Compete à Secretaria Municipal de Administração:

I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades administrativas, de recursos humanos, de segurança e medicina do trabalho, de patrimônio e de serviços gerais;

II. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de organização, informática e sistema de informações;

III. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

IV. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de planejamento urbano e de implementação do Plano Diretor do Município, em integração com as demais secretarias;

V. planejar, coordenar e avaliar o planejamento das atividades, programas e política de desenvolvimento do Município e do programa de governo;

VI. articular, coordenar e elaborar o Plano Plurianual de Investimentos, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual do Município mediante orientação normativa, metodológica e executiva do processo de programação governamental, em articulação com as os demais órgãos e entidades da Administração Pública;

VII. coordenar, em articulação com as demais Secretarias Municipais e demais órgãos e entidades da Administração Pública, a captação e negociação de recursos junto a órgãos e instituições nacionais e internacionais e monitoramento da aplicação;

VIII. coordenar as atividades relacionadas com o sistema de informação da Administração Direta do Poder Executivo;

IX. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência bem como cadastrar, acompanhar e controlar a execução dos convênios dos demais órgãos, entidades e fundos;

X. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção VIII

Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Art. 33. A Secretaria Municipal de Educação e Cultura tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades educacionais, culturais e esportivos do Município, visando à formação escolar e de cidadania, bem como o a preservação e a revitalização de seu patrimônio histórico, artístico e cultura.

Art. 34. Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura:

I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a atividade da política educacional e da organização escolar nos aspectos pedagógico, administrativo e legal, como atuação prioritária no ensino infantil e fundamental e preservação dos valores regionais e locais;

II. integração das ações do Município visando a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade de ensino e a valorização dos profissionais da educação;

III. promover e incentivar à qualidade e capacitação dos profissionais que atuam nos ambientes educacionais do Município;

IV. acompanhar e controlar a aplicação dos recursos financeiros de custeio e investimento no sistema e no processo educacional do Município, para fins de avaliação e verificação do cumprimento das obrigações constitucionais;

V. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar programas, projetos e atividades que visem ao desenvolvimento cultural e à preservação e à revitalização do patrimônio histórico, artístico e cultural do Município.

VI. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

VII. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção IX

Da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer

Art. 35. A Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer, tem por tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município visando promover atividades relacionadas com esporte, desenvolvimento físico esportivo o turismo e lazer e do turismo e lazer.

Art. 36. Compete à Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer:

I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de práticas esportivas, recreativas e de educação física;

II. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de planejamento, implantação e controle de equipamentos de lazer e turísticos no Município;

III. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades de planejamento, implantação e controle de equipamentos esportivos no Município;

IV. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades relativas ao turismo e lazer;

V. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

VI. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção X

Da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Art. 37. A Secretaria Municipal de Saúde, tem por tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município visando promover o atendimento integral à saúde e saneamento básico da população do Município.

Art. 38. Compete à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento:

I. formular, em articulação com o Conselho Municipal de Saúde, a política de saúde do Município e sua execução, mediante promoção da integração,

disseminando e hierarquizando os serviços de saúde, em conformidade com as normas do Sistema Único de Saúde;

II. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades no âmbito da saúde, bem como elaborar normas sobre estas atividades;

III. coordenar, supervisionar e executar os programas, projetos, atividades e ações vinculadas ao Sistema Único de Saúde, em articulação com a Secretaria de Estado e com o Ministério da Saúde;

IV. coordenar e executar, direta ou indiretamente, serviços de limpeza pública, coleta e destinação final do lixo, de capina, varrição e limpeza das vias e logradouros públicos, mercados e feiras livres;

V. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os planos, programas, projetos e atividades do Saneamento Urbano Básico;

VI. coordenar, fiscalizar e executar ações de vigilância sanitária e a aplicação do ordenamento normativo da defesa sanitária vegetal e animal, no território do Município;

VII. promover medidas preventivas de proteção à saúde, em especial, as de caráter imunológico e educativo, concernentes ao perfil epidemiológico do Município e as ações de prevenção da saúde bucal;

VIII. executar serviços de vigilância epidemiológica e de saúde do trabalhador e colaboração na fiscalização das agressões ao meio ambiente que tenham repercussão sobre a saúde humana;

IX. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

X. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção XI

Da Secretaria Municipal de Assistência, Gestão Social e Trabalho

Art. 39. A Secretaria Municipal de Assistência, Gestão Social e Trabalho tem por tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município vinculado à ação social, habitacional e do trabalho, visando melhorar a qualidade de vida e garantir o bem-estar da população.

Art. 40. Compete à Secretaria Municipal de Assistência, Gestão Social e Trabalho:

I. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades de ação social;

II. formular e executar políticas públicas de gestão social, mediante o desenvolvimento de ações de proteção e amparo à família, maternidade, infância, adolescente, portadores de necessidades especiais e melhor idade;

III. desenvolver e implementar programas destinados às crianças e aos adolescentes em situação de risco, com orientação familiar, além do programa de atendimento aos moradores de rua;

IV. coordenar, supervisionar e executar atividades de gestão social ao carente, à criança e ao adolescente, ao idoso, visando garantir condições de bem estar físico, mental e social;

V. executar política municipal de gestão social no atendimento ao carente, à criança e ao adolescente, ao idoso, visando garantir condições de bem estar físico, mental e social;

VI. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas e projetos habitacionais no Município;

VII. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas e projetos que oportunize a capacitação, formação e qualificação profissional para permitir a melhoria de renda e das oportunidades de ocupação das pessoas;

VIII. incentivar e apoiar o cidadão em todas as formas de exercício da cidadania e o fomento às atividades da sociedade civil na efetivação e fortalecimento dos direitos e deveres sociais;

IX. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

X. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção XII

Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários

Art. 41. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários, tem por tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município visando o seu desenvolvimento econômico, da agricultura, pecuária, meio ambiente e à regularização fundiária.

Art. 42. Compete à Secretaria Municipal Desenvolvimento Econômico, Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários:

I. o planejamento, o gerenciamento e a execução das políticas voltadas para:

a) o fomento das atividades e pesquisas da agricultura, pecuária, silvicultura, apicultura, aqüicultura, fruticultura e abastecimento, abrangendo a pesquisa, experimentação, produção, armazenagem e comercialização, a vigilância e a defesa sanitária animal e vegetal, a padronização e a inspeção de produtos vegetais e animais e dos insumos agropecuários, o cooperativismo e o associativismo rural, a assistência técnica e a extensão rural, o apoio ao empresário ou investidor rural, os assuntos fundiários no Município;

II. a captação e a difusão tecnológicas nas áreas da agropecuária e de armazenagem;

III. a normatização e o controle de qualidade dos produtos agropecuários;

IV. a informação agrícola;

V. a fiscalização dos insumos utilizados nas atividades agropecuárias e da prestação de serviços no setor;

VI. a classificação e a inspeção de produtos e derivados animais e vegetais;

VII. a proteção, conservação e manejo do solo, voltados ao processo produtivo agrícola e pecuário;

VIII. articular-se com as demais Secretarias para compatibilização da Política Fundiária e do uso do solo rural, com as ações da Política Agrícola, e com a Política Ambiental estabelecendo diretrizes e organização rural;

IX. adotar medidas que visam á regularização Fundiária;

X. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

XI. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as políticas, projetos e programas de atuação do Município nos setores de indústria, comércio, serviços e empreendedorismo;

XII. diagnosticar e difundir as potencialidades do Município buscando a atração de capital de investimento, procurando incrementar o desenvolvimento econômico e social nos diversos setores econômicos;

XIII. fomentar apoiando a produção e a comercialização de produtos gerados no município, buscando rotas alternativas que produza menor impacto de mercado versos custo da produção;

XIV. fomentar e gerenciar programas de incentivo ao desenvolvimento econômico através de programas de apoio e incentivo às ações comunitárias;

XV. diagnosticar e planejar as ações de qualificação profissional, segurança e saúde do trabalhador, a geração de emprego e renda, e a intermediação de emprego;

XVI. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

XXII. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção XIII

Da Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Trânsito Rodoviário

Art. 43. A Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Trânsito Rodoviário tem por finalidade planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas, projetos e atividades do Município vinculados a estruturação urbana e rural, visando ao ordenamento socialmente justo e ecologicamente equilibrado do Município.

Art. 44. Compete à Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Trânsito Rodoviário:

I. cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas de trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II. planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, pedestres e animais, e promover o desenvolvimento da circulação e segurança de ciclistas;

III. implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e equipamentos de controle viário;

IV. coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsitos e suas causas;

V. estabelecer, em conjunto com órgão de polícia de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI. executar a fiscalização de trânsito, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis por infração de circulação, estacionamentos e paradas, previstas no Código de Trânsito Brasileiro, no exercício regular do Poder de Polícia de Trânsito;

VII. aplicar as penalidades de advertência por escrito, autuar e multar por infrações de circulação, estacionamento e paradas previstas no Código de Trânsito Brasileiro, notificando os infratores e arrecadando as multas aplicadas;

VIII. fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis, relativas as infrações por excesso de peso, dimensão e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas aplicadas;

IX. fiscalizar o cumprimento do disposto no art. 95, da Lei Federal n.º 9. 503/1997, aplicando as penalidades e arrecadando as multas previstas;

X. implantar, manter, operar e fiscalizar, o sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI. arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII. credenciar os serviços de escoltas, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos escoltas, e transportes de carga indivisível;

XIII. integrar-se a outros órgãos e entidades do sistema nacional de trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas a unificação do licenciamento, à simplificação e a celeridade das transferências de veículos e de proprietários dos condutores, de uma para outra unidade da federação;

XIV. implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV. promover e participar de projetos e programas de Educação e Segurança de Trânsito, de acordo com as diretrizes estabelecida pelo CONTRAN;

XVI. planejar e implantar medidas para a redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII. registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando as multas decorrentes de infrações;

XVIII. conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e tração animal;

XIX. articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XX. fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruídos produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, da Lei Federal nº 9.503/1997, além de dar apoio às específicas de órgão ambiental, quando solicitado;

XXI. vistoriar veículos que necessitem de autorização especial por transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para sua circulação;

XXII. coordenar e fiscalizar os trabalhos na área de Educação de Trânsito no Município;

XXIII. executar, fiscalizar e manter em perfeitas condições de uso a sinalização semafórica;

XXIV. realizar estatística no que tange a todas as peculiaridades dos sistemas de tráfego.

XXV. normatizar, monitorar, fiscalizar e avaliar a elaboração de projetos e obras de intervenção urbana e rural, do parcelamento, ocupação e valorização do solo urbano;

XXVI. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a administração das obras e/ou serviços de execução direta e indireta do município em integração com as demais secretarias municipais;

XXVII. gerir, com a colaboração com as demais secretarias municipais os bens públicos originários de parcelamento e desmembramento do solo e de operações urbanas e afins, bem assim os caracterizados como áreas institucionais;

XXVIII. normatizar, monitorar e avaliar a fiscalização de obras e posturas do Município;

XXIX. coordenar a elaboração da política e legislação de proteção do patrimônio histórico urbano, articulando-a com a política de estruturação urbana do Município;

XXX. coordenar as ações de concessionárias de serviço público;

XXXI. gerenciar e executar ações para captação de recursos para programas e projetos de interesse do Município;

XXXII. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

XXXIII. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar os programas de iluminação pública;

XXXIV. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar as atividades relativas a movimentação e controle de veículos, máquinas e equipamentos de uso geral da Administração;

XXXV. promover a construção, pavimentação e conservação de estradas municipais e vias urbanas, bem como do sistema de drenagem;

XXXVI. monitorar e avaliar a implementação dos planos, programas e ações decorrentes de transporte;

XXXVII. planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar a execução de convênios firmados com órgãos federais e estaduais bem como entidades governamentais e não governamentais nas áreas de sua competência;

XXXVIII. exercer outras atividades destinadas à consecução de seus objetivos.

Seção XIV

Dos Órgãos Técnicos

Art. 45. São as atribuições dos órgãos técnicos:

I. Coordenadoria: agregam e implementam as atividades inerentes a campos específicos de suas atribuições promovendo a integração das atividades desenvolvidas sob sua coordenação;

II. Assessorias: exercem o assessoramento direto aos órgãos a que se subordina, dentro das competências que lhe são atribuídas;

III. Departamentos: agregam e implementam as atividades inerentes a campos funcionais específicos de suas atribuições, promovendo a direção e o controle das atividades e ações sob sua responsabilidade;

IV. Gestão: executam atividades específicas dentro do campo de atribuição própria do nível hierárquico que está integrado;

V. Divisão: executam atividades específicas dentro do campo de atribuição própria do nível hierárquico que está integrado;

VI. Equipe Operacional: executam atividades específicas dentro do campo de atribuição de chefia de equipe operacional;

VII. Turma: executam atividades específicas dentro do campo de atribuição de chefia de turma de serviço.

Seção XV

Dos Conselhos Consultivos

Art. 46. Os Conselhos Consultivos são formados pelos Conselhos Municipais constituídos em Lei específica.

Seção XVI

Das Juntas Administrativas de Recursos - Jarí

Art. 47. Fica criada no Município de Cotriguaçu uma Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI, responsável pelo julgamento de recursos interpostos contra a penalidade imposta pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, de trânsito e rodoviário criado nos termos desta lei, e na esfera de sua competência.

Art. 48. A JARI será composta pelos seguintes membros:

I. 1 (um) representante do órgão que impôs a penalidade;

II. 1 (um) representante indicado pela entidade representativa da sociedade ligada à área de trânsito.

III. 1 (um) representante com conhecimento na área de trânsito com no mínimo nível médio;

§1º. A nomeação dos três titulares e dos respectivos suplentes será efetivada pelo Prefeito do respectivo município;

§2º. O mandato dos membros da JARI terá duração de 2 (dois anos), permitida recondução por mais dois anos.

Art. 49. A JARI deverá informar ao Conselho Estadual de Trânsito (CETRAN) a sua composição e encaminhará o seu regimento interno, observada a Resolução 147/2003, que estabelece as diretrizes para elaboração do regimento interno da JARI.

Capítulo III Da Organização da Administração Indireta

Art. 50. A Administração Indireta é composta pelo PREVI – COTRI – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cotriguaçu e por outros órgãos que vierem a ser instituídos em Lei.

Título III Das Diretrizes da Gestão Pública Municipal Art. 51. As ações da Administração Pública Municipal obedecerão aos seguintes princípios de gestão:

I. planejamento;

II. coordenação;

III. controle;

Parágrafo Único. Para a coordenação eficaz dos programas, projetos e atividades no âmbito da Administração Pública Municipal definidas as prioridades de governo. Capitulo I Do Planejamento Art. 52. As ações do Poder Executivo Municipal deverão ser objeto de planejamento, que compreenderá a elaboração, acompanhamento, integração e avaliação dos seguintes instrumentos:

I. Plano Plurianual;

II. Leis de Diretrizes Orçamentárias;

III. Leis Orçamentárias Anuais;

IV. Plano Diretor do Município;

§1º. As ações de planejamento serão executadas pelas Secretarias dentro de sua esfera de competência, observadas as diretrizes técnicas.

§2º. Para a elaboração dos orçamentos anuais serão devidamente consideradas as demandas da comunidade, expressas nas audiências públicas.

Art. 53. O planejamento implicará no estabelecimento de prioridades, na análise da viabilidade técnico-administrativa dos planos, programas e projetos, acompanhamento e avaliação de sua execução e a verificação dos ajustes necessários à realização das metas previstas nos instrumentos acima mencionados.

Art. 54. Constará dos planos e programas governamentais a especificação dos órgãos ou entidades responsáveis pela sua execução.

Capítulo II Da Coordenação Art. 55. As atividades da mesma natureza, comuns a diversos órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, serão agrupadas funcionalmente e submetidas à mesma coordenação central, a cargo da Secretaria Municipal de Administração e Finanças. Art. 56. Os órgãos e entidades com atividades e ações na mesma área geográfica deverão atuar de forma articulada e coordenada, com o objetivo de assegurar e otimizar a programação e execução integrada dos serviços municipais. Art. 57. As ações, os planos e projetos do Poder Executivo Municipal serão articulados e coordenados visando à otimização dos recursos disponíveis, sem prejuízo da posição hierárquica, dos vínculos de subordinação e controle e das relações de orientação técnica, considerando-se entre si articulados todos os órgãos do Poder Executivo Municipal, com o objetivo de racionalizar esforços e evitar a duplicidade de atividades. Capítulo III Do Controle

Art. 58. O controle das atividades da Administração Pública Municipal terá como objetivo acompanhar a execução dos programas de trabalho e do orçamento, avaliar a sua legalidade e conformidade com o Direito, aferir os resultados alcançados e verificar se os contratos e convênios foram fielmente adimplidos. Art. 59. O controle das atividades da Administração Municipal deverá estar estruturado em sistemas informatizados que possibilitem:

I. apoiar a realização dos processos internos da administração;

II. aumentar a eficiência da máquina administrativa;

III. aumentar a velocidade de introdução de métodos modernos de gestão;

IV. disponibilizar informações relevantes de forma rápida e pró-ativa;

V. permitir e fomentar o controle público sobre as despesas públicas.

Art. 60. Os órgãos e entidades da Administração Municipal submetem-se ao controle externo e interno, na forma da Constituição Federal, da Constituição do Estado de Mato Grosso, da Lei Orgânica do Município de Cotriguaçu e demais diplomas aplicáveis.

Art. 61. O controle externo do Poder Executivo, compreendendo a administração direta e indireta, será exercido, entre outros, pela Câmara Municipal e pelo Tribunal de Contas do Estado. Art. 62. O controle interno do Poder Executivo é exercido pela Controladoria Municipal. Art. 63. Compete às Secretárias, dentro da esfera de competência de cada uma delas, controlar a execução dos programas de trabalho, assim como observar as normas que regem a atividade específica de cada órgão ou entidade subordinada ou vinculada da administração direta ou indireta, ressalvadas as competências dos órgãos institucionais de controle, especialmente a Procuradoria Geral do Município, Assessoria Jurídica do Município, Controladoria do Município e Comissão Permanente de Licitação. Art. 64. A Administração Pública propiciará o acesso à informação sobre os seus atos e ações através de meio eletrônico, especialmente sobre os gastos, receitas e indicadores de desempenho.

Parágrafo único. A providência prevista no caput do presente artigo não ilide o direito líquido e certo de qualquer cidadão ter acesso a documentos públicos, ressalvadas as hipóteses de impedimentos legais.

Título IV Da Descentralização Capítulo I Da Autonomia Art. 65. O Poder Executivo Municipal poderá atribuir autonomia relativa a órgãos ou entidades para a execução de obras, atividades ou serviços, desde que definidos os mecanismos de execução e controle regulamentados por decretos, atendida a legislação vigente e os princípios fixados na presente Lei. Capítulo II Da Delegação de Competência

Art. 66. Ressalvados os casos de competência privativa previstos em Lei, é facultado ao Chefe do Executivo e aos ocupantes de cargos de direção superior delegar competências que lhes tenham sido deferidas ou avocar as que tenham sido atribuídas, para a prática de atos administrativos, a órgãos ou agentes públicos.

§1º. A delegação de competência tem por finalidade assegurar eficácia e eficiência às ações administrativas e será feita através de Decreto ou Portaria, devendo a autoridade delegante indicar as atribuições e fixar a sua duração.

§2º. O ato de avocação indicará a autoridade avocada, as atribuições que constituem o objeto e o prazo de sua duração.

§3º. A faculdade prevista neste artigo considerar-se-á implícita em todas as Leis e regulamentos que definam competências e atribuições.

§4º. A subdelegação só é admissível se tiver sido expressamente autorizada no ato de delegação.

Título V Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 67. A remuneração mensal básica dos cargos bem como a quantidade de Órgãos e Cargos previstos nesta Lei será o constante no Anexo I desta Lei. Parágrafo único. O provimento de cargos será gradativo, de acordo com o processo de implantação da nova estrutura administrativa e de gradual extinção de cargos.

Art. 68. Compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo a solução de conflitos positivos ou negativos entre órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal Direta ou Indireta.

Art. 69. Serão transferidos para as Secretarias estabelecidas por esta Lei os bens patrimoniais, móveis, direitos, obrigações, equipamentos, instalações, projetos, cargos, documentos e serviços existentes nas Secretarias Municipais criadas.

Art. 70. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder aos ajustes no Plano Plurianual de Investimentos, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária, mediante remanejamento para atendimento a estrutura administrativa instituída pela presente lei até o limite dos saldos orçamentários apurados nas unidades extintas, transformadas ou incorporadas para implementação das disposições desta Lei.

Art. 71. Fica o Poder Executivo autorizado a redistribuir, mediante Decreto, os cargos remanescentes dos órgãos extintos de acordo com a estrutura instituída pela presente Lei.

Art. 72. Os cargos comissionados e funções de confiança serão providos na forma do Estatuto dos Servidores Públicos do Município.

Art. 73. Fica criada as Funções Gratificadas, constante do anexo II, desta Lei, a ser exercidas obrigatoriamente, por servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo para Auditor Interno, a ser ocupado por profissionais graduados em Administração, Contabilidade ou Economia, devendo ter conhecimento na área de controle interno e administração pública, para suporte na controladoria.

§1o. A Função Gratificada é a vantagem acessória ao salário do Servidor, não constitui emprego, é atribuído pelo exercício temporário, ocupado por servidor público do quadro efetivo;

§2o. O servidor em função de confiança submete-se a regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.

Art. 74. Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a conceder gratificação, a título de Função Gratificada, por acumulação de tarefas, a ocupantes de cargos em comissão de até 100% (cem por cento) do vencimento básico.

Art. 75. Fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios com a União, Estados, Municípios, órgãos e demais entidades públicas e privadas, objetivando a perfeita aplicação desta lei.

Art. 76. Ficam extintos todos os cargos comissionados e funções de confiança não previstas nos anexos I e II desta lei.

Parágrafo Único. O processo de extinção de cargos terá estrita correlação com as providências de implantação do novo modelo de gestão em cada área funcional.

Art. 77. Ficam mantidos todos Fundos Municipais com as respectivas atribuições e vinculações legais, constituídos em lei.

Art. 78. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial as Leis Municipais nº 033, de 09 de Junho de 2008.

Gabinete do Prefeito Municipal, aos 09 de março de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA

Prefeito Municipal

Anexo I

Quadro Geral dos Cargos em Comissão da Estrutura Administrativa

GRUPO DE DIREÇÃO SUPERIOR E ASSESSORAMENTO

Cargos	Quantidade	Remuneração
Assessor Desenvolvimento	001	2.500,00
Assessor Administrativo	002	3.000,00
Assessor Jurídico (a)	001	6.300,00
Chefe de Turma	006	**600,00**
Controlador Interno	001	**2.132,00**
Coordenador	002	1.000,00
Chefe de Departamento	023	1.000,00
Chefe de Divisão	020	650,00
Representante e Assistente Município em Cuiabá	001	1.800,00
Chefe de Equipe Operacional	006	**750,00**
Prefeito Municipal	001	Lei Específica
Secretário	009	Lei Específica
Vice-Prefeito Municipal	001	Lei Específica
Total	**074**	

Anexo II

Quadro de Valores das Funções Gratificadas

Função	Sigla	Valor – R$.
Auditor Interno	FG-1	600,00

Índice Título I - Dos Princípios e Finalidades da Administração Pública Municipal Título II - Da Administração do Município Capítulo I - Da Estrutura do Poder Executivo

Capítulo II - Das Secretarias Municipais e Órgãos Equivalentes

Seção I - Do Gabinete do Prefeito Municipal

Seção II - Da Controladoria do Município

Seção III - Da Procuradoria Geral do Município

Seção IV - Da Assessoria Jurídica do Município

Seção V - Da Secretaria Municipal de Governo

Seção VI - Da Secretaria Municipal de Finanças

Seção VII - Da Secretaria Municipal de Administração

Seção VIII - Da Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Seção IX - Da Secretaria Municipal de Esporte, Turismo e Lazer

Seção X - Da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento

Seção XI - Da Secretaria Municipal de Assistência, Gestão Social e Trabalho

Seção XII - Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Seção XIII - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Assuntos Fundiários

Seção XIV - Da Secretaria Municipal de Infra-estrutura e Trânsito Rodoviário

Seção XV - Dos Órgãos Técnicos

Seção XVI - Dos Conselhos Consultivos

Seção XVII - Das Juntas Administrativas de Recursos - Jarí

Capítulo III - Da Organização da Administração Indireta Título III - Das Diretrizes da Gestão Pública Municipal Capitulo I - Do Planejamento Capítulo II - Da Coordenação Capítulo III - Do Controle Título IV - Da Descentralização Capítulo I - Da Autonomia Capítulo II - Da Delegação de Competência Título V - Das Disposições Gerais e Transitórias

ANEXO I

RELATÓRIO DE ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

(Inciso I, art. 16, Lei Complementar nº. 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Reestruturação da Estrutura Administrativa do Município.

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais consignadas.

Cotriguaçu, 09 de março de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA - KIKO

Prefeito Municipal

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRO

(Inciso II, art. 16, Lei Complementar nº. 101/2000)

OBJETO DA DESPESA:

- Reestruturação da Estrutura Administrativa do Município.

FONTE DE CUSTEIO:

- Dotações orçamentárias anuais, consignadas.

- Na qualidade de ordenador de "despesas" da Cotriguaçu - MT, declaro, para os efeitos do inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº. 101 - Lei de Responsabilidade Fiscal, que a despesa acima especificada possui adequação Orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, não afetando ao equilíbrio das contas públicas.

Cotriguaçu, 09 de março de 2009.

DAMIÃO CARLOS DE LIMA - KIKO

Prefeito Municipal

TERMO HOMOLOGAÇÃO PROCESSO 169/2018 - PREGÃO PRESENCIAL 114/2018

O Prefeito Municipal, JAIR KLASNER, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Processo Nr.: 169/2018

b) Licitação Nr.: 114/2018-PR

c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

d) Data Homologação: 28/08/2018

e) Objeto da Licitação: **"FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS AUTOMOTIVAS PARA ATENDER A DEMANDA DA FROTA DE CAMINHÕES E MÁQUINAS PESADAS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA".**

f) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

012823 – A M B MEDEIROS EIRELI (27 ITENS) totalizando (27) itens no valor global de R$ 70.551,10 (SETENTA MIL QUINHENTOS E CINQUENTA E UM REAIS E DEZ CENTAVOS).

000199 – KIKO AUTO PECAS EIRELI (19 ITENS) totalizando (19) itens no valor global de R$ 81.020,00 (OITENTA E UM MIL E VINTE REAIS).

JAIR KLASNER

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018 - PROCESSO Nº 047/2018

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 011/2018 – PROCESSO Nº 047/2018

OBJETO: Locação de bem imóvel comercial, localizado na Avenida Mariana, S/Nº – centro de Curvelândia - MT, sendo que o mesmo será utilizado para o funcionamento de depósito de arquivos e materiais das secretarias deste Município, pelo período de 05 (cinco) meses.

Tendo em vista o que consta dos autos do processo de Dispensa de Licitação n° 011/2018, e diante do resultado apresentado pela Comissão Permanente de Licitação, resolvo HOMOLOGAR o presente certame, nesta data, para que produza todos os efeitos legais.

HOMOLOGO, o objeto do presente processo a locadora: LOCADORA: TEREZA RODRIGUES DE MOURA SANTOS, CPF N° 630.193.961-15

DETERMINO que sejam tomadas as providencias necessárias para locação do referido imóvel. Curvelândia-MT, 30 de Agosto de 2018. **SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA - Prefeito Municipal.**

LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 001/ 2018 - INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2018 – INEXIGIBILIDADE Nº 003/2018

A prefeitura Municipal de Curvelândia - MT, através do Presidente da Comissão da Licitação, nomeado pela portaria nº 098/2018, torna público para os interessados o resultado da Chamada Pública Nº 001/2018 – Inexigibilidade Nº 003/2018, cujo objeto é Aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Rural, destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar, em atendimento a Lei nº 11.947 de 16 de Junho de 2009 e Resolução/CDFNDE Nº 038 DE 16 DE Julho de 2009, no Município de Curvelândia - MT. Embora tenha sido devidamente afixado em alguns órgãos públicos do Município, tais como a EMPAER, BANCO SICREDI, INDEA, CAMARA MUNICIPAL DOS VEREADORES E SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, e publicado no Mural e Site da Prefeitura Municipal de Curvelândia – MT, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado do Mato Grosso – AMM Nº 3. 040 página 81, e no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas de Mato Grosso Nº 1.417 página 55, marcado respectivamente para o dia 30 de Agosto de 2018, verificou-se que nenhum produtor interessado se fez presente na sessão, resultando assim como Licitação **DESERTA.** Curvelândia - MT, 30 de Agosto de 2018. CLÁUDIO NASCIMENTO LOPES - Presidente da CPL.

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 036/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2018

O Município de Curvelândia do Estado de Mato Grosso, RESOLVE Registrar os Preços da Empresa: COMERCIAL MARK ATACADISTA LTDA-ME, inscrita no CNPJ: 09.315.996/0001-07.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição parcelada de materiais e equipamentos hospitalares, para atender as necessidades da secretaria municipal de saúde.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO / MARCA	UND	QUANT.	R$ UNIT.	R$ TOTAL
1	065.428.414	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTAVEL (PARA INSULINA), MEDINDO 13 X 4,5 CM, CAIXA COM 100 UND Marca: labor import	CX	225	8,95	2.013,75
2	065.428.403	AGULHA DESCARTAVEL MEDINDO 25 X 0,6, 23GX, COR DO CANHAO AZUL, PAREDE ULTRAFINA, CAIXA COM 100 UNIDADES Marca: labor import	UN	225	12,95	2.913,75
3	065.728.995	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL - CANHAO PLASTICO ATOXICO EM POLIPROPILENO SEM REBARBAS, HASTE EM ACO INOX, COM BISEL TRIFACETADO E PONTA AFIADA TRIANGULAR-OCARETA, COM PERFEITA ADAPTACAO AO CANHAO, PROTETOR PLASTICO EM POLIPROPILENO, NAS DIMENSOES DE 20 X 5,5, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA ESTERILIDADE INDIVIDUAL, ESTERIL, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO ANALITICO ART.31 L.8078/90 PORT. CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE, CAIXA COM 100 UNIDADES Marca: labor import	UN	375	7,50	2.812,50
6	065.528.299	ATADURA DE CREPE - EM CREPE EM ALGODAO 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, COM DIMENSAO DE 10,0CM X 1,80M, COM BORDAS DELIMITADAS SEM DESFIAMENTO, ELASTICIDADE LONGITUDINAL E TRANSVERSALMENTE, ENROLADA UNIFORMEMENTE, EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO EM PLASTICO ATOXICO OU PAPEL APROPRIADO, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE CUMPRIMENTO DA NBR 14056, PACOTE COM 12 UNIDADES Marca: erimar	UN	375	8,99	3.371,25
9	076.010.406	CATETER INTRAVASCULAR PERIFERICO SOBRE AGULHA, DESCARTAVEL, ESTERIL, CANULA DE TEFLON OU POLIURETANO, TRANSPARENTE, FLAXIVEL, RADIOPACO, ATOXICO E APIROGENICO, COM CAMARA DE REFLUXO TRANSPARENTE, AGULHA ATRAUMATICA COM BISEL TRIFACETADO E SILICONIZADO, CONECTOR LUER E PROTETOR DE ENCAIXE. N 24 Marca: labor import	UN	4500	1,94	8.730,00
10	065.528.217	CATETER INTRAVASCULAR PERIFERICO SOBRE AGULHA, DESCARTAVEL, ESTERIL, CANULA DE TEFLON OU POLIURETANO, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, RADIOPACO, ATOXICO E APIROGENICO, COM CAMARA DE REFLUXO TRANSPARENTE, AGULHA ATRAUMATICA COM BISEL TRIFACETADO E SOLOCONIZADO, CONECTOR LUER E PROTETOR DE ENCAIXE. N 22 Marca: labor import	UN	3750	1,22	4.575,00
11	065.728.927	CLAMP PARA CORDAO UMBILICAL, DESCARTAVEL, SISTEMA TIPO PINÇA EM V COM VEDACAO DEFINITIVA, EM PVC ATOXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. Marca: medsonda	UN	8	1,40	11,20
12	065.828.591	COLETOR DE URINA-SISTEMA ABERTO - ADULTO,TIPO GARRAFA,GRADUACAO A PARTIR DE 100ML, COM TUBO DE DRENAGEM,CONECTOR P/DISPOSITIVO DE INCONTINENCIA,AMPOLA(RESERVATORIO) 1200ML EM PVC, APRESENTACAO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO Marca: medsonda	UN	375	5,25	1.968,75
13	065.138.399	COMPRESSA CIRURGICA - EM TECIDO ALGODAO, COM 4 CAMADAS DE GASE, RADIOPACO, MEDINDO (45 X 50)CM, 35G, DESCARTAVEL, ESTERIL, APRESENTACAO CONFORME LEGISLACAO VIGENTE, ROTULAGEM RESPEITANDO LEGISLACAO VIGENTE, PCT COM 50 UNIDADES Marca: erimar	UN	75	73,49	5.511,75
14	065.628.209	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA - DE FIOS DE ALGODAO PURO E BRANCO, SEM FALHAS OU FIAPOS SOLTOS COM 09 (NOVE) FIOS, DOBRAS UNIFORMES E PERFEITAS VARIANDO DE COM 08 (OITO) DOBRAS, MEDINDO 7,5 X 7,5 CM, COM FORMATO QUADRADO, NAO ESTERIL, EMBALADO PLASTICO ATOXICO COM 500 COMPRESSAS Marca: erimar	UN	75	19,63	1.472,25
15	065.138.549	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, TAMANHO NORMAL DE 91X91, COM 4 DOBRAS, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, QUE EVITEM SOLTURA DE FIOS, ISENTA DE QUAISQUER DEFEITOS PREJUDICIAIS A SUA PERFEITA UTILIZACAO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PACOTE PLASTICO, REEMBALADA EM CAIXA COM 10 ROLOS. Marca: erimar	UN	150	520,42	78.063,00
16	065.628.314	CURATIVO ADESIVO - COM MICROADERENCIA, CURATIVO REDONDO PEQUENO PARA COLETA DE SANGUE, COM MIOLO BRANCO BLOOD STOP, INVOLUCRO INDIVIDUAL EMBALADO EM CAIXA COM 400, ROTULAGEM CONFORME MINISTERIO DA SAUDE. Marca: proinlab	UN	1500	26,01	39.015,00
27	065.428.434	EQUIPO MICROGOTAS INJETOR LATERAL EM Y COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE. Marca: labor import	UN	1875	2,34	4.387,50
29	065.039.514	ESTESIOMETRO - EM NYLON, METAL E ELASTICO, LARGURA AJUSTAVEL, EM FIO DE NYLON, DO TIPO 02 PONTOS, PARA AVALIAR DISCRIMINACAO DE DOIS PONTOS ESTATICOS Marca: sorri	UN	8	317,00	2.536,00

31	065.628.091	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO G, NAO ESTERIL, EM LATEX, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, CAIXA COM 50 PARES. Marca: talge	UN	450	22,93	10.318,50
32	065.628.045	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO M, EM LATEX, NAO ESTERIL, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, CAIXA COM 50 PARES. Marca: talge	UN	375	32,56	12.210,00
33	065.628.047	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P, NAO ESTERIL, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, COM PO, CAIXA COM 50 PARES Marca: talge	UN	525	23,75	12.468,75
34	065.628.050	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PP, NAO ESTERIL, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, COM PO, CAIXA COM 50 PARES Marca: talge	UN	750	26,18	19.635,00
35	065.128.203	LUVA PLASTICA MULTIUSO ESTERIL, PACOTE COM 100 UNIDADES Marca: descarpack	UN	75	14,75	1.106,25
36	065.021.283	SERINGA DESCARTAVEL - CONFECCIONADO EM PVC, 20ML, COMPATIVEL COM SERINGA INJETORA DE CONTRASTE, ESTERIL, EMBALAGEM: INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICACAO E VALIDADE. Marca: sr	UN	375	0,58	217,50
37	065.132.057	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 100ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO Marca: equiplex	UN	4500	2,50	11.250,00
38	065.132.290	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 250ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO Marca: equiplex	UN	7500	2,18	16.350,00
39	065.132.293	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 500ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. Marca: equiplex	UN	7500	3,35	25.125,00
40	065.128.693	SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL ATOXICA FLEXIVEL TRANSPARENTE, PARA URETRAL, NUMERO 14, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90 Marca: biosani	UN	150	1,01	151,50
41	065.128.694	SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL, ATOXICA, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, PARA SONDAGEM URETRAL, NUMERO 12, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEI N.8078/90 ART.31 Marca: biosani	UN	150	0,74	111,00
42	042.040.059	TALA DE IMOBILIZACAO DE MEMBROS - PARA IMOBILIZACAO COMPLETA E PROVISORIA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES CONFFECCIONADA EM TELA ARMADA,COBERTA POR EMBORRACHADO, MALEAVEL, PODENDO SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE,DISPONIVEIS NOS TAMANHOS PP, P, M E G. Marca: mso	UN	75	42,50	3.187,50
46	065.017.089	ESCADA - DE EM ALUMINIO, COM COMPRIMENTO DE COM 2 DEGRAUS, DO TIPO COM TAPETE ANTI DERRAPANTE, ARTICULADA Marca: levita	UN	8	196,94	1.575,52
47	065.028.089	KIT MONITORIZACAO DE PRESSAO - COMPOSTO POR UM TENSIOMETRO /ESFIGMOMANOMETRO E UM ESTETOSCOPIO, A) TENSIOMETRO ANEROIDE PORTATIL PARA USO ADULTO, COM BRACADEIRA FLEXIVEL EM NYLON ANTI-ALERGICO E IMPERMEAVEL COM FECHO EM VELCRO, MANGUITO E PERA SEM EMENDAS, EM PVC ANTIALERGICO DE ALTA RESISTENCIA, MANOMETRO COM BLINDAGEM PROTETORA CONTRA DESREGULAGENS E CHOQUES, COM ESCALA DUPLA DE 0 A 300 MMHG E VALVULA DE METAL EM ACO INOX PERMITINDO A RETENCAO E O ESVAZIAMENTO DO AR, INFLAGEM, DESINFLAGEM E MEDICAO MANUAIS,B) ESTETOSCOPIO COM DIAFRAGMA DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIO-PULMONAR DE ADULTOS, AUSCULTADOR DUPLO EM ACO INOX, FLEXIVEL NA CURVATURA DO TUBO Y COM ANGULO ANATOMICO E TUBO FLEXIVEL EM PVC, OLIVAS MACIAS EM SILICONE,CONJUNTO NA COR PRETA,MATERIAIS NAO ESTEREIS,ACONDICIONADOS EM BOLSA DE COURVIM,APARELHOS COM REGISTRO NA ANVISA E CERTIFICACAO INMETRO Marca: premiun	UN	38	105,00	3.990,00
51	065.929.006	OTOSCOPIO - COM CABECOTE COM REGULADOR DE LUMINOSIDADE, COM VISOR COM LENTE DE AUMENTO 3X, COM LAMPADA 3,5W INCANDESCENTE, COM CABO PARA PILHAS MEDIAS, ACOMPANHA (M) ESPECULO (S) 3,5/4,5 E 6,7MM, COM MALETA Marca: md	UN	3	415,25	1.245,75
53	065.428.414	AGULHA DESCARTAVEL - AGULHA DESCARTAVEL (PARA INSULINA), MEDINDO 13 X 4,5 CM, CAIXA COM 100 UND Marca: labor import	CX	75	8,95	671,25
54	065.428.403	AGULHA DESCARTAVEL MEDINDO 25 X 0,6, 23GX, COR DO CANHAO AZUL, PAREDE ULTRAFINA, CAIXA COM 100 UNIDADES Marca: labor import	UN	75	12,95	971,25
55	065.728.995	AGULHA HIPODERMICA DESCARTAVEL - CANHAO PLASTICO ATOXICO EM POLIPROPILENO SEM REBARBAS, HASTE EM ACO INOX, COM BISEL TRIFACETADO E PONTA AFIADA TRIANGULAR-OCARETA, COM PERFEITA ADAPTACAO AO CANHAO, PROTETOR PLASTICO EM POLIPROPILENO, NAS DIMENSOES DE 20 X 5,5, EMBALADO EM MATERIAL QUE GARANTA ESTERILIDADE INDIVIDUAL, ESTERIL, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO ANALITICO ART.31 L.8078/90 PORT. CONJ.N.1 DE 23/1/96-M.SAUDE, CAIXA COM 100 UNIDADES Marca: labor import	UN	125	7,50	937,50
58	065.528.299	ATADURA DE CREPE - EM CREPE EM ALGODAO 13 FIOS POR CENTIMETRO QUADRADO, COM DIMENSAO DE 10,0CM X 1,80M, COM BORDAS DELIMITADAS SEM DESFIAMENTO, ELASTICIDADE LONGITUDINAL E TRANSVERSALMENTE, ENROLADA UNIFORMEMENTE, EM FORMA CILINDRICA, EMBALADO EM PLASTICO ATOXICO OU PAPEL APROPRIADO, O PRODUTO DEVERA SER ENTREGUE COM LAUDO ANALITICO QUE COMPROVE CUMPRIMENTO DA NBR 14056, PACOTE COM 12 UNIDADES Marca: erimar	UN	125	8,99	1.123,75
61	076.010.406	CATETER INTRAVASCULAR PERIFERICO SOBRE AGULHA, DESCARTAVEL, ESTERIL, CANULA DE TEFLON OU POLIURETANO, TRANSPARENTE, FLAXIVEL, RADIOPACO, ATOXICO E APIROGENICO, COM CAMARA DE REFLUXO TRANSPARENTE, AGULHA ATRAUMATICA COM BISEL TRIFACETADO E SILICONIZADO, CONECTOR LUER E PROTETOR DE ENCAIXE. N 24 Marca: labor import	UN	1500	1,94	2.910,00
62	065.528.217	CATETER INTRAVASCULAR PERIFERICO SOBRE AGULHA, DESCARTAVEL, ESTERIL, CANULA DE TEFLON OU POLIURETANO, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, RADIOPACO, ATOXICO E APIROGENICO, COM CAMARA DE REFLUXO TRANSPARENTE, AGULHA ATRAUMATICA COM BISEL TRIFACETADO E SOLOCONIZADO, CONECTOR LUER E PROTETOR DE ENCAIXE. N 22 Marca: labor import	UN	1250	1,22	1.525,00
63	065.728.927	CLAMP PARA CORDAO UMBILICAL, DESCARTAVEL, SISTEMA TIPO PINÇA EM V COM VEDACAO DEFINITIVA, EM PVC ATOXICO, ESTERIL, EMBALAGEM INDIVIDUAL. Marca: medsonda	UN	2	1,40	2,80
64	065.828.591	COLETOR DE URINA-SISTEMA ABERTO - ADULTO,TIPO GARRAFA,GRADUACAO A PARTIR DE 100ML, COM TUBO DE DRENAGEM,CONECTOR P/DISPOSITIVO DE INCONTINENCIA,AMPOLA(RESERVATORIO) 1200ML EM PVC, APRESENTACAO CONFORME DECRETO LEI 79094/77 COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90, CONTENDO DADOS DE IDENTIFICACAO Marca: medsonda	UN	125	5,25	656,25

65	065.138.399	COMPRESSA CIRURGICA - EM TECIDO ALGODAO, COM 4 CAMADAS DE GASE, RADIOPACO, MEDINDO (45 X 50)CM, 35G, DESCARTAVEL, ESTERIL, APRESENTACAO CONFORME LEGISLACAO VIGENTE, ROTULAGEM RESPEITANDO LEGISLACAO VIGENTE, PCT COM 50 UNIDADES Marca: erimar	UN	25	73,49	1.837,25
66	065.628.209	COMPRESSA DE GAZE HIDROFILA - DE FIOS DE ALGODAO PURO E BRANCO, SEM FALHAS OU FIAPOS SOLTOS COM 09 (NOVE) FIOS, DOBRAS UNIFORMES E PERFEITAS VARIANDO DE COM 08 (OITO) DOBRAS, MEDINDO 7,5 X 7,5 CM, COM FORMATO QUADRADO, NAO ESTERIL, EMBALADO PLASTICO ATOXICO COM 500 COMPRESSAS Marca: erimar	UN	25	19,63	490,75
67	065.138.549	COMPRESSA DE GAZE TIPO QUEIJO, CONFECCIONADA COM 13 FIOS, TAMANHO NORMAL DE 91X91, COM 4 DOBRAS, COR BRANCA, BORDAS DEVIDAMENTE VOLTADAS PARA DENTRO, QUE EVITEM SOLTURA DE FIOS, ISENTA DE QUAISQUER DEFEITOS PREJUDICIAIS A SUA PERFEITA UTILIZACAO. EMBALADA INDIVIDUALMENTE EM PACOTE PLASTICO, REEMBALADA EM CAIXA COM 10 ROLOS. Marca: erimar	UN	50	520,42	26.021,00
79	065.428.434	EQUIPO MICROGOTAS INJETOR LATERAL EM Y COM MEMBRANA AUTOCICATRIZANTE. Marca: labor import	UN	625	2,34	1.462,50
81	065.039.514	ESTESIOMETRO - EM NYLON, METAL E ELASTICO, LARGURA AJUSTAVEL, EM FIO DE NYLON, DO TIPO 02 PONTOS, PARA AVALIAR DISCRIMINACAO DE DOIS PONTOS ESTATICOS Marca: sorri	UN	2	317,00	634,00
83	065.628.091	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO G, NAO ESTERIL, EM LATEX, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, CAIXA COM 50 PARES. Marca: talge	UN	150	22,93	3.439,50
84	065.628.045	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO M, EM LATEX, NAO ESTERIL, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, CAIXA COM 50 PARES. Marca: talge	UN	125	32,56	4.070,00
85	065.628.047	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO P, NAO ESTERIL, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, COM PO, CAIXA COM 50 PARES Marca: talge	UN	175	23,75	4.156,25
86	065.628.050	LUVA PARA PROCEDIMENTO TAMANHO PP, NAO ESTERIL, ACABAMENTO ANTIDERRAPANTE, COM PO, CAIXA COM 50 PARES Marca: talge	UN	250	26,18	6.545,00
87	065.128.203	LUVA PLASTICA MULTIUSO ESTERIL, PACOTE COM 100 UNIDADES Marca: descarpack	UN	25	14,75	368,75
88	065.021.283	SERINGA DESCARTAVEL - CONFECCIONADO EM PVC, 20ML, COMPATIVEL COM SERINGA INJETORA DE CONTRASTE, ESTERIL, EMBALAGEM: INDIVIDUAL, COM DADOS DE IDENTIFICACAO E VALIDADE. Marca: sr	UN	125	0,58	72,50
89	065.132.057	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 100ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO Marca: equiplex	UN	1500	2,50	3.750,00
90	065.132.290	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 250ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO, TRANSLUCIDO E TRANSPARENTE, C/ALCA DE SUSTENCAO RESISTENTE A PRESSAO E TRACAO Marca: equiplex	UN	2500	2,18	5.450,00
91	065.132.293	SOLUCAO FISIOLOGICA - SOLUCAO FISIOLOGICA DE CLORETO DE SODIO A 0,9% , 500ML, P/APLICACAO ENDOVENOSA, ESTERIL, APIROGENCIA, ISOTONICA, ACONDICIONADA EM RECIPIENTE DE PLASTICO FLEXIVEL FECHADO O LOTE, A DATA DE VALIDADE E FABRICACAO ESTAMPADA NA EMBALAGEM. Marca: equiplex	UN	2500	3,35	8.375,00
92	065.128.693	SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL ATOXICA FLEXIVEL TRANSPARENTE, PARA URETRAL, NUMERO 14, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A COMBINADO COM O ART.31 DA LEI 8078/90 Marca: biosani	UN	50	1,01	50,50
93	065.128.694	SONDA DESCARTAVEL - EM POLIVINIL, ATOXICA, TRANSPARENTE, FLEXIVEL, PARA SONDAGEM URETRAL, NUMERO 12, SILICONIZADA, O PRODUTO DEVERA OBEDECER A LEI N.8078/90 ART.31 Marca: biosani	UN	50	0,74	37,00
94	042.040.059	TALA DE IMOBILIZACAO DE MEMBROS - PARA IMOBILIZACAO COMPLETA E PROVISORIA DE MEMBROS SUPERIORES E INFERIORES CONFFECCIONADA EM TELA ARMADA,COBERTA POR EMBORRACHADO, MALEAVEL, PODENDO SER USADA COM FITA CREPE, BANDAGEM OU GAZE,DISPONIVEIS NOS TAMANHOS PP, P, M E G. Marca: mso	UN	25	42,50	1.062,50
97	065.017.089	ESCADA - DE EM ALUMINIO, COM COMPRIMENTO DE COM 2 DEGRAUS, DO TIPO COM TAPETE ANTI DERRAPANTE, ARTICULADA Marca: levita	UN	2	196,94	393,88
98	065.028.089	KIT MONITORIZACAO DE PRESSAO - COMPOSTO POR UM TENSIOMETRO /ESFIGMOMANOMETRO E UM ESTETOSCOPIO,A) TENSIOMETRO ANEROIDE PORTATIL PARA USO ADULTO, COM BRACADEIRA FLEXIVEL EM NYLON ANTI-ALERGICO E IMPERMEAVEL COM FECHO EM VELCRO, MANGUITO E PERA SEM EMENDAS, EM PVC ANTIALERGICO DE ALTA RESISTENCIA, MANOMETRO COM BLINDAGEM PROTETORA CONTRA DESREGULAGENS E CHOQUES, COM ESCALA DUPLA DE 0 A 300 MMHG E VALVULA DE METAL EM ACO INOX PERMITINDO A RETENCAO E O ESVAZIAMENTO DO AR, INFLAGEM, DESINFLAGEM E MEDICAO MANUAIS,B) ESTETOSCOPIO COM DIAFRAGMA DE ALTA SENSIBILIDADE PARA AUSCULTA CARDIO-PULMONAR DE ADULTOS, AUSCULTADOR DUPLO EM ACO INOX, FLEXIVEL NA CURVATURA DO TUBO Y COM ANGULO ANATOMICO E TUBO FLEXIVEL EM PVC, OLIVAS MACIAS EM SILICONE,CONJUNTO NA COR PRETA,MATERIAIS NAO ESTEREIS,ACONDICIONADOS EM BOLSA DE COURVIM,APARELHOS COM REGISTRO NA ANVISA E CERTIFICACAO INMETRO Marca: premiun	UN	12	105,00	1.260,00
102	065.929.006	OTOSCOPIO - COM CABECOTE COM REGULADOR DE LUMINOSIDADE, COM VISOR COM LENTE DE AUMENTO 3X, COM LAMPADA 3,5W INCANDESCENTE, COM CABO PARA PILHAS MEDIAS, ACOMPANHA (M) ESPECULO (S) 3,5/4,5 E 6,7MM, COM MALETA Marca: md	UN	1	415,29	415,29
Valor Total Registrado R$						**355.013,44**

Vigência: A Ata de Registro de Preço terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura e publicação na imprensa oficial do Município.

Data de Assinatura:28 de Agosto de 2018.

Assinam: Pelo Município de Curvelândia o Sr. Sidinei Custódio da Silva, pela Detentora da Ata de Registro de Preços o Sr. Adão da Silva Leite.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018/ SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDUSTRIA COMERCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 08426/2017.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Pregoeiro e Equipe Apoio, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedores as empresas:

ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ nº: 13.731.784/0001-70**, que sagrou-se vencedora do item de nº 3654 com o valor total de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais).**

MAQUIPARTS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ nº: 12.753.213/0003-35**, que sagrou-se vencedora do item de nº 47363 com o valor total de R$ 134.500,00 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais). A ata encontra-se disponível no setor de licitação.**

Diamantino – MT, 30 de Agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
PORTARIA Nº 154/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **NAGILLA KAROLINNY FONTES ARRUDA,** brasileira, solteira,portadora do RG N. º 23575018 SEJSPP/MT e CPF N. º 046.401.881-10 como Fiscal do Contrato nº **035/2018**, cujo OBJETO é: Prestação de Serviços Médicos Clínico Geral, na Especialidades de Psiquiatria e Plantonistas para Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde no Centro de Atenção Psicossocial SAE/CTA no Município de Diamantino/ MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 28 de agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 090/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDUSTRIA COMERCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 08426/2017.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**MAQUIPARTS COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.**

CNPJ nº: **12.753.213/0003-35**

Valor total da ata: **R$ 134.500,00 (cento e trinta e quatro mil e quinhentos reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 31 de Agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 057/2018/SRP

A Prefeitura Municipal de DIAMANTINO /MT torna público que ás 08:00 horas do dia de 14 Setembro de 2018, estará abrindo o pregão presencial, para o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE AGUA MINERAL E GÁS DE COZINHA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.** O Edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitação do Poder Executivo de Diamantino, durante o horário de expediente e também estará disponível no site www.diamantino.mt.gov.br Maiores informações poderão ser solicitadas em horário de expediente através do telefone (65) 3336-6400/6423.

Diamantino /MT, 31 de Agosto de 2018.

NICHOLAS DA COSTA MACHADO

Pregoeiro Oficial

GABINETE
PORTARIA Nº 155/2018

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Senhora **NAGILLA KAROLINNY FONTES ARRUDA,** brasileira, solteira,portadora do RG N. º 23575018 SEJSPP/MT e CPF N. º 046.401.881-10 como Fiscal do Contrato nº **061/2018**, cujo OBJETO é: Prestação de Serviços Médicos Clínico Geral, na Especialidades de Psiquiatria e Plantonistas para Atendimento nas Unidades Básicas de Saúde no Centro de Atenção Psicossocial SAE/CTA no Município de Diamantino/ MT.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino/MT, 28 de agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 089/2018 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2018/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA PARA ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA INDUSTRIA COMERCIO E MEIO AMBIENTE DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT, CONFORME PROPOSTA Nº 08426/2017.**

FORNECEDOR REGISTRADO: **ALFA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS LTDA.**

CNPJ nº: 13.731.784/0001-70

Valor total da ata: **R$ 340.000,00** (trezentos e quarenta mil reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 31 de Agosto de 2018.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
PORTARIA N.º 094/2018

PORTARIA N.º 094/2018

"Dispõe sobre Retificação da Portaria 115/2017 que concedeu o Benefício de Aposentadoria por Idade Proporcional em favor da Servidora Sr.ª NIDELCE MARCONDES DA SILVA".

A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º Retificar a Portaria 115/2017 que Dispõe sobre o Benefício de **Aposentadoria Por Idade,** com Proventos Proporcionais em favor da Servidora **Sr.ª NIDELCE MARCONDES DA SILVA**.

Onde – se lê:

Art. 1º A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso I, da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e ainda combinado com Artigo 12, inciso III, "b", da Lei Municipal nº. 558/2016, de 01 de Setembro de 2016, que rege a Previdência Municipal e Lei Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Leia – se:

Art. 1º A Diretora Executiva do FELIZ PREVI, Fundo Municipal de Previdência Social dos servidores do Município de Feliz Natal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003, e ainda combinado com Artigo 12, inciso III, "b", da Lei Municipal nº. 558/2016, de 01 de Setembro de 2016, que rege a Previdência Municipal e Lei Complementar nº 019/2012, que Dispõe sobre o Plano de Carreiras e Remunerações dos Profissionais da Educação do Município de Feliz Natal.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre, publique e cumpra-se.

Feliz Natal – MT, 30 de Agosto de 2018.

DANIELA DICÉLIA SCARIOT Diretora Executiva HOMOLOGO RAFAEL PAVEI Prefeito Municipal

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 042/2018

DATA ASSINATURA: 28 DE AGOSTO DE 2018

CREDOR: **TIAGO ROBERTO DOS SANTOS DA SILVA 02170136193**

VIGENCIA: 28 DE AGOSTO DE 2018 A 28 DE AGOSTO 2019.

VALOR REGISTRADO: R$: 49.500,00(QUARENTA E NOVE MIL E QUINHENTOS REIAS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018, REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2018

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E FERRAMENTAS VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E DEMAIS BENS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT.**

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 040/2018

DATA ASSINATURA: 28 DE AGOSTO DE 2018

CREDOR: **PEZARICO GIACOMELLI MAT. DE CONSTRUÇÕES LTDA-ME**

VIGENCIA: 28 DE AGOSTO DE 2018 A 28 DE AGOSTO 2019.

VALOR REGISTRADO: R$: 618.600,00(SEISCENTOS E DEZOITO MIL SEISCENTOS REIAS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018, REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2018

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E DEMAIS BENS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT.**

PREFEITURA JURIDICO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 067/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE FELIZ NATAL/MT.

CONTRATO Nº: 067/2017 – 2º TERMO ADITIVO

DATA ASSINATURA: 21 DE AGOSTO DE 2018

CREDOR: **SP SERVIÇOS MÉDICOS EIRELI-ME**

VIGÊNCIA: 01 DE DEZEMBRO DE 2018

OBJETO: A FINALIDADE DO PRESENTE TERMO ADITIVO É **A SUPRESSÃO DE 05 (CINCO) PLANTÕES MÉDICOS CONTRATADOS**

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 043/2018

DATA ASSINATURA: 28 DE AGOSTO DE 2018

CREDOR: **VIVAN & VIVAN LTDA - ME**

VIGENCIA: 28 DE AGOSTO DE 2018 A 28 DE AGOSTO 2019.

VALOR REGISTRADO: R$: 123.000,00(CENTO E VINTE E TRES MIL REIAS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018, REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2018

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA PINTURA VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E DEMAIS BENS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº265/2018

DATA: 20 DE agosto DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 5º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Coordenadores Escolares para o biênio 2017/2018, realizada no dia 15 de Dezembro de 2016;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **MAGALI REGINA ZUGE,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (20 horas),inscrita no CPF sob nº 067.096. 989-39 para exercer a função de **COORDENADORA ESCOLAR** no período Diurno (20 horas) da Instituição de Ensino Escola Municipal Rural Malvina Evaristo Pescinelli, pelo biênio 2017/2018:

Artigo 2.º A Coordenadora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 69 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 20% (vinte por cento) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 044/2018

DATA ASSINATURA: 28 DE AGOSTO DE 2018

CREDOR: **DANUBIO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**

VIGENCIA: 28 DE AGOSTO DE 2018 A 28 DE AGOSTO 2019.

VALOR REGISTRADO: R$: 295.500,00(DUZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL E QUINHENTOS REIAS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018, REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2018

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E DEMAIS BENS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT.**

PREFEITURA JURIDICO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL/MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 041/2018

DATA ASSINATURA: 28 DE AGOSTO DE 2018

CREDOR: **MUDAR COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, FERRAMENTAS E EPI'S LTDA - EPP**,

VIGENCIA: 28 DE AGOSTO DE 2018 A 28 DE AGOSTO 2019.

VALOR REGISTRADO: R$: 47.000,00(QUARENTA E SETE MIL REIAS)

LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2018, REGISTRO DE PREÇO Nº 023/2018

OBJETO: A PRESENTE ATA TEM POR OBJETO O **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO VISANDO A MANUTENÇÃO DOS PRÉDIOS PÚBLICOS, PRAÇAS E DEMAIS BENS DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL-MT.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº266/2018

DATA: 20 DE AGOSTO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei e,

Considerando o disposto no art. 6º, § 5º da Lei Complementar nº 019/2012, de 27 de Março de 2012;

Considerando o resultado das eleições para escolha dos Coordenadores Escolares para o biênio 2017/2018, realizada no dia 15 de Dezembro de 2016;

RESOLVE:

Artigo 1.º Nomear a Sra. **ANDREA JAMARIQUELLI CASTILHO SANGUANINI,** Professora Efetiva da Rede Municipal de Ensino (40 horas),inscrita no CPF sob nº 929.904.871-15 para exercer a função de **COORDENADORA ESCOLAR** no período Diurno (40 horas) da Instituição de Ensino Escola Municipal 25 de Dezembro, pelo biênio 2017/2018 em substituição a Licença Maternidade da servidora Elisangela Bernardino.

Artigo 2.º A Coordenadora nomeada fará jus a remuneração determinada em Legislação Especifica, (Art. 69 da Lei Complementar 019/2012, com acréscimo de 20% (vinte por cento) do seu vencimento padrão.

Artigo 3.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº267/2018

DATA: 20 DE AGOSTO DE 2018.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder FG – 5 (Função Gratificada) a Servidora efetiva Sr.ª **JOCELI OLIVEIRA COSTA,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL I,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **POR SER RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DO TRANSPORTE DE PACIENTES FORA DO MUNICÍPIO DE FELIZ NATAL - MT**.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida no Anexo VI da Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Agosto de 2018.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE DIAS DO MÊS DE AGOSTO DE 2018.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 46/2018.

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 46/2018.

DISPÕE SOBRE O RETORNO DE SERVIDOR EM GOZO DE FÉRIAS E REVOGAÇÃO DE FÉRIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

RESOLVE,

Art. 1º - Estabelecer que a **Sra. PATRICIA FRITSCHI SCHENKEL**, portadora da cédula de identidade Nº329229023, CPF: 074.787.329-43, retornará de sua FERIAS referente ao período de 2014/2015/2016/2017/2018 que foram gozadas do dia à 15/01/201 AO 15/06/2018 no total de 120, para exercer suas funções no cargo efetivo de **Gerente de Departamento** a partir de 12/04/2018.

Art. 2º - As férias da servidora referente ao período de 2016/2017 concedidas com término em 15/06/2018, será revogadas por motivos de força maior.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 12 de Abril de 2018.

_____

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 117 - DISPÕE SOBRE A REMOÇÃO DE QUEBRA MOLAS IRREGULARES

PORTARIA Nº 117, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

"Dispõe sobre a remoção de quebra-molas irregulares construídos no trecho da estrada Berté Km 03 até o Km 05".

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o abaixo-assinado o qual demonstra a inconformidade dos moradores, e a desconformidade ao Código de Transito Brasileiro e as exigências do CONATRAN;

RESOLVE:

Art. 1º. Por intermédio desta portaria fica determinada a remoção das lombadas irregulares no trecho da estrada Berté do quilometro três ao cinco.

Art. 2º. A remoção será realizada pela secretaria municipal de obras.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte- MT, 29 de agosto de 2018.

Gabinete do Prefeito

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº.119/2018

PORTARIA MUNICIPAL Nº.119/2018

DISPÕE SOBRE O AFASTAMENTO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder afastamento por interesse particular a servidora A Sra. SAMILA COMUNELLO,brasileira, filha de ROSALE MARIA SIEVERDT COMUNELLO e IVANOR COMUNELLO, nascida em 07/01/1988, portadora do RG N°. 18559263 SSP/MT e CPF 018.232.391-96 do cargo de enfermeira, lotada na Secretaria Municipal de Saude, no período de 02 (dois) anos, a partir da data de 29/08/2018 A 27/08/2020, sem remuneração conforme o artigo 142 da lei municipal 132/2001

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte - MT, 29 de Agosto de 2018.

_____

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

DECRETO 820/2018 - DESIGNA PONTO LIVRE DE TÁXI

DECRETO N° 820 DE 28 DE AGOSTO DE 2018

"Designa autorização para ponto livre de taxi, e da outras providências."

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e a Lei Municipal nº 386 de 18 de dezembro de 2009.

CONSIDERANDO o que dispõe o artigo 154 do Código Tributário Municipal.

CONSIDERANDO o evidente interesse público na prestação do serviço de transporte de passageiros.

CONSIDERANDO que o autorizado é o único interessado na prestação de tais serviços.

CONSIDERANDO a Lei Municipal 120 de 20 de julho de 2001.

DECRETA:

Art. 1°. Fica autorizado o senhor Valmir Miranda de Oliveira inscrito no CPF nº 468.623.151-53 e Portador do Registro Geral de nº 694923 SSP/MT, a exercer o serviço de transporte de passageiros na modalidade de táxi, em conformidade com o código tributário municipal.

Art. 2º. Fica autorizado a exercer o ponto livre, conforme dispõe a lei 120/2001.

Art. 3º. Este decreto entrara em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 28 de agosto de 2018.

Gabinete do Prefeito

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº.114/2018.

PORTARIA MUNICIPAL Nº.114/2018.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO E CONTRATAÇÃO TEMPORARIA EXCEPCIONAL INTERESSE PUBLICO PARA ATENDER A DEMANDA DE CONTADORA MUNICIPAL E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Nomeada a Sra. LENICE ARAUJO DA SILVA, brasileira, filha de DALGISA VIEIRA DE ARAUJO e JOSE NERES DA SILVA, nascida em 20/01/1979, portadora do RG N° 13096460, SSP/MT e CPF: 938.078. 801-00, no Cargo de **CONTADORA ,** a partir de 20/08/2018.

Art. 2º - A Contração temporária excepcional interesse publica para atender a demanda do município .

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 20 de Agosto de 2018.

_____

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito Municipal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 72/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018

Aos 27 dias do mês de Agosto de 2018, de um lado o(a) **MUNICIPIO DE GAUCHA DO NORTE**, com sede na rua para, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 01.614.539/0001-01, neste ato, representado pelo(a) **Prefeito(a) , Sr(a). VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, portador do R.G. n.º 2477543SSP/GO e inscrito no CPF nº 402.603.301-59, residente e domiciliado na RUA BRASILIA, bairro CENTRO nesta cidade, neste ato denominado simplesmente **ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando a contratação de pessoa jurídica para PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERMUNICIPAL PASSAGENS TERRESTRE , de acordo com as especificações e nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor RIO NOVO TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME		CNPJ 36.909.380/0001-29
Endereço AV GUARANTÃ, S/N		Nº S/N
Bairro CENTRO	Cidade GUARANTA DO NORTE	CEP 78875000
Representante Legal		CPF
Email		Telefone

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UNID.	MARCA	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
1	20660	CUIABA / CANARANA	UN - UNIDADE	RIO NOVO	50,00	208,2800	10.414,0000
2	24363	PASSAGEM A CANARANA A CUIABÁ	UN - UNIDADE	RIO NOVO	50,00	207,0800	10.354,0000

TOTAL 20.768,0000

2 – DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE mediante assinatura de Contrato e/ou retirada da Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial nº 52/2018. **2.1** – O compromisso de entrega e execução só estará caracterizado mediante Contrato e/ou Nota de Empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Presencial nº 52/2018. **2.2** – O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços. **2.3** – A entrega do(s) item(s) deverá ser efetuada conforme Captulo **XVI** do Edital do Pregão Presencial nº 52/2018. **2.4** – Todas as penalidades e as sanções contidas no Edital do Pregão 52/2018 aplicam-se sob a Ata de Registro de Preço.

3 – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: A Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata. **3.1** – Nos termos do art. 15, § 4º da Lei 8.666/93 a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE não está obrigada a adquirir exclusivamente por intermédio desta Ata, durante o seu período de vigência, os produtos cujos preços nela estejam registrados, podendo adotar para tanto, uma licitação especifica, assegurando-se, todavia, a preferência de fornecimento aos registrados, no caso de igualdade de condições. **3.2** – A presente Ata de Registro de Preço poderá ser usada pelo Órgão Gerenciador ou qualquer outro órgão e entidade da Administração que não tenha participado do certame mediante prévia consulta ao órgão gerenciador da Ata, desde que devidamente comprovada a vantagem. **4 – DOS PREÇOS:** A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65, da Lei nº 8.666/93. **4.1** – O preço registrado para cada item poderá ser revisto em face de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados. **4.1.1** – Quando o preço inicialmente registrado para cada item, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará o licitante registrado visando à negociação para redução de preços e sua adequação àquele praticado pelo mercado. **4.1.2** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido.

4.1.2.1 – Na hipótese do subitem anterior, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE convocará os demais fornecedores, na ordem de classificação do processo licitatório para o item em questão, visando igual oportunidade de negociação.

4.2 – Quando o preço de mercado para determinado item tornar-se superior aos preços registrados e, o fornecedor registrado, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura Municipal poderá: **4.2.1** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que o requerimento ocorra antes do pedido de fornecimento. **4.2.2** – Convocar os demais fornecedores classificados para o item, visando igual oportunidade de negociação. **4.3** – Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE procederá à revogação do item em questão, da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa. **4.4** – Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os

preços não serão reajustados ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis a espécie. **4.5** – O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pela Prefeitura Municipal de GAUCHA DO NORTE à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos, serão sempre mantidos. 5 **– DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PAGAMENTO:** A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura. O pagamento será efetuado conforme edital na seguinte dotação orçamentária: 6 **– DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:** A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Diário Oficial de Contas TCE/MT que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura. 7 **– DO FORO:** O Foro para dirimir questões relativas ao presente compromisso de fornecimento será o Foro da Comarca de GAUCHA DO NORTE, com prejuízo a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

VONEY RODRIGUES GOULART

Prefeito(a)

RIO NOVO TRANSPORTE E TURISMO LTDA-ME

Testemunhas

Nome:

CPF:../-

Nome:

CPF:../-

PREFEITURA MUNICIPAL DE GLÓRIA D´OESTE

ERRATA AO CONTRATO ADMINISTRATIVO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO QUE ENTRE SÍ CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GLÓRIA D' OESTE E O SENHOR MATHEUS BERTHOUD OLIVEIRA

CONTRATO N.º 060/2018

ONDE SE LÊ : CONTRATANTE e o senhor **MATHEUS BERTHOUD OLIVERA**, brasileiro, maior, Portador do RG. Sob o N.º MG 43.984.275-X SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 339.826.728-99, MÉDICO inscrito no CRM/MT – 007174, residente e domiciliado no Município de Mirassol D´Oeste - MT, na Rua Nilma Pereira Leite n.º 1444, Jardim Planalto.

LEIA – SE: CONTRATANTE a EMPRESA M.B.O. SAÚDE LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob n.º 21.920.698/0001-33, estabelecida a Rua Juscelino Kubitschek n.º 3461, bairro Centro, Mirassol D´Oeste – MT, CEP 78.293-000, representada neste ato, pelo proprietário o Doutor **MATHEUS BERTHOUD OLIVERA**, brasileiro, maior, Portador do RG. Sob o N.º MG 43.984.275-X SSP/SP, inscrito no CPF sob nº 339.826.728-99, MÉDICO inscrito no CRM/MT – 007174, residente e domiciliado no Município de Mirassol D´Oeste - MT, na Rua Nilma Pereira Leite n.º 1444, Jardim Planalto.

ONDE SE LÊ:

Código: 346

Elemento: 3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

Código: 345

Elemento: 3.3.90.36.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FISICA

LEIA –SE:

Código: 349

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

Código: 348

Elemento: 3.3.90.39.00.00.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

GLORIA D´OESTE, AOS 16 DIAS DE AGOSTO DE 2018.

ATA DE ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº. 02/2018

Aos 30 (Trinta) dias do mês de Agosto do ano de dois mil e dezoito às 8:00 horas, nas dependências da Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste - MT, localizada na Avenida dos Imigrantes, n.º 2.000, centro, reuniu-se a referida Comissão de Licitação os senhores(as): Zélia Francisca Bonfim (Presidente), Everaldo Nunes Da Silva (Secretário), Weliton Zanetti Ribeiro **(**Membro), todos nomeados pela portaria n.º *085/2018 de 13 de Agosto de 2018* com o objetivo de receber, analisar, avaliar e julgar as propostas da Carta Convite n.º 02/2018, que tem por objeto a **contratação de empresa especializada para retomar a Construção da escola de educação infantil - PROINFANCIA tipo B conforme convênio 710172/2008 FNDE.** Foram convidadas as seguintes empresas: M. Das G. Passos Eireli, O. L. Cescon - ME, Ampla Construções e Empreendimentos LTDA - ME e J. Ferreira Lemos Empreendimentos Eireli - EPP, assim após 10 minutos de tolerância, iniciou-se a sessão, verificando que somente duas empresas tiveram interesse, quais são: J. Ferreira Lemos Empreendimentos Eireli - EPP, onde esta realizou o protocolo dos devidos documentos na sede da Prefeitura Municipal sob o número 766/2018 e 767/2018 e compareceu a empresa O. L. Cescon - ME representada pelo seu proprietário o Sr. Orandi Luiz Cescon. Como somente houve duas empresas interessadas, a comissão recolheu os documentos protocolados pela empresa J. Ferreira Lemos Empreendimentos - EPP assim como a documentação apresentada pela empresa O. L. Cescon - ME, ficando sob guarda desta Comissão e deixada em cofre neste setor até a próxima sessão, onde será realizada no dia 10/09/2018 as 08:00 Hs na sala de Licitações desta Prefeitura.

Nada mais a acrescentar eu, Everaldo Nunes Da Silva, (Secretário) da comissão de Licitação, lavrei a presente ata, dando por encerrados os trabalhos da carta convite n. º 02/2018, que vai por mim assinada e pelos demais membros da Comissão.

Zélia Francisca Bonfim Everaldo Nunes Da Silva Weliton Zanetti Ribeiro

Presidente Comissão Secretário Membro

Comissão Nomeada pela Portaria N.º 085/2018 DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2018

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pelo Decreto Municipal Nº 773/2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Pregão Presencial, regido pela Lei 10.

520/02 e Subsidiado pela Lei 8.666/93. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO ESTIMADA PEÇAS E AÇESSÓRIOS, para manutenção de veículos e máquinas da Prefeitura Municipal de Glória D´Oeste - MT, conforme Termo de Referência anexo VIII do edital. Início da Sessão: Dia 13/09/2018, às 08 (Oito) horas, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo email: licitacao@gloriadoeste.mt.gov.br ou no paço municipal no horário de 07h às 11h e das 13h as 16h. Maiores informações pelo telefone (65) 3275-1179.

Glória D'Oeste – MT, 30 de Agosto de 2018.

FETTERMAN FONSECA SEBASTIÃO

Pregoeiro Oficial

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AVISO DE LICITAÇÃO RDC INTEGRADA Nº 01/2018

A Prefeitura Municipal de Glória D'Oeste – MT, através de seu Pregoeiro, nomeado pelo Decreto Municipal Nº 773 de 13 de Agosto de 2018, torna público que estará realizando licitação na Modalidade Regime Diferenciado de Contratação - RDC, regido pela Lei nº 12.983/2014, Lei nº 12.462/2011, Decreto Federal nº 7.581/2011, Decreto Municipal nº 775/2018, Portaria 384/2014 e 624/2017, ambas da Secretaria Nacional de Defesa Civil, e subsidiado pela Lei 8.666/93. Objeto: Contratação de empresa especializada em obras e serviços de engenharia para execução dos serviços necessários à elaboração de Estudos técnicos preliminares, projeto executivo e Construção de Ponte de Concreto Armado Pré-moldado Protendido, contemplando fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e outros serviços afins e correlatos previsto em projeto básico, conforme Termo de Referência anexo do edital. Início da Sessão: Dia 25/09/2018, às 08 (Oito) horas, na sala de licitações desta Prefeitura. O Edital poderá ser adquirido pelo email: prefeitura_gloria@hotmail.com ou no paço municipal no horário de 07h às 11h e das 13h às 16h. Maiores informações pelo telefone (65) 3275-1179.

Glória D'Oeste – MT, 27 de Agosto de 2018.

FETTERMMAN FONSECA SEBASTIÃO

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 062/2018

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. **OBJETO:**Aquisição de peças e mão de obra para revisão de Ambulância RENAULT/MASTER CHASSI 93YMAF4XEJJ147217, placa QCP 7951 de 100.000 km, agora de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal.**CONTRATADA:** MOREL DISTRIBUIDORA DE VEÍCULO LTDA. **VALOR:** R$ 929,34 (novecentos e vinte e nove reais e trinta e quatro centavos). **ENTREGA: Imediata.** FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93. Ratifico o presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao **Processo de Compra nº 2233/2018**. Guarantã do Norte-MT, 30 de agosto de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/Prefeito.**

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2018

Ratificada a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos do artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93, com redação dada pela Lei Federal 8.883/94, conforme parecer favorável da Assessoria Jurídica e parecer da Controladoria Interna. OBJETO**: Aquisição de peças e serviços para revisão de 500 horas da Motoniveladora GR180BR de propriedade do Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal**. CONTRATADA: **COPERMAQUINAS COM. DE PEÇAS E REP. - LTDA**. VALOR: **R$ 9.640,40 (nove mil seiscentos quarenta reais e quarenta centavos)**. ENTREGA: **Imediata**. FUNDAMENTO LEGAL: **Artigo 24, inciso XVII, da Lei Federal 8.666/93**. Ratifico a presente dispensa de licitação nos termos do Art. 26 da Lei nº 8.666/93, e alterações posteriores, e de conformidade com o parecer jurídico e parecer da Controladoria Interna e justificativa anexo ao Processo de Compra nº **2235/2018.** Guarantã do Norte-MT, 30 de agosto de 2018. **Érico Stevan Gonçalves/Prefeito Municipal.**

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018

A Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT torna público que realizará a Licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 073/2018** cujo objetoé **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DE 100% DA FOLHA SALARIAL E OUTRAS INDENIZAÇÕES A SERVIDORES ATIVOS, E QUALQUER PESSOA QUE MANTENHA VÍNCULO DE REMUNERAÇÃO COM O MUNICÍPIO DE GUARANTÃ DO NORTE-MT PELO PRAZO DE 60 MESES**, para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (Anexo I). A abertura do certame está prevista para ***17/09/2018 às 08h00 (horário de Mato Grosso)***, na Prefeitura Municipal, sede na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. O edital encontra se disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 30 de agosto de 2018. ***Gutenberg Xavier Alves Dos Santos/Pregoeiro.***

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAÍ

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 04/2018

Pelo presente instrumento o Município de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Indiavaí, sito à Rua Getúlio Vargas nº 650, Bairro Centro, Indiavaí - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.239.027/0001-20, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Srº. **VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 535.872-SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 384.260.562-72, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do Pregão Presencial SRP nº. 012/2018, RESOLVE **registrar os preços da empresa Jaraguá Mercantil LTDA – ME**, inscrito no CNPJ: 13.390.709/0001-59, localizado a Rua Cerejeira, nº. 63, Jardim Queiroz, CEP: 86.192-220, Cambé – Paraná, tendo como representante o senhor Senildo Medeiros da Silva, RG: 1718990 DGPC/GO, CPF: 340.788.431-15, residente a rua 01, quadra 02, jardim do sol, Cuiabá-MT, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO.

1.1. O presente instrumento tem por objetivo o Registro de Preços para futura e eventual contratação da Empresa **Jaraguá Mercantil LTDA – ME** para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, conforme **TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I** e a proposta apresentada pela empresa.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 012/2018 –

SRP , com fundamento nas Leis nº. 10.520/02, nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa Jaraguá Mercantil LTDA – ME, detentora do registro de preços deverá realizar o fornecimento do objeto, conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I. 3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 012/2018 – SRP e seus anexos, que são parte integrante desta Ata.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. **Jaraguá Mercantil LTDA – ME.**

4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ITEM	EMPRESA	Quant Item	VALOR UNIT. NEGOCIADO	Valor Total Negociado
1	**Jaraguá Mercantil LTDA**	1	770,00	770,00
3	**Jaraguá Mercantil LTDA**	1	740,00	740,00
15	**Jaraguá Mercantil LTDA**	1	140,00	140,00
17	**Jaraguá Mercantil LTDA**	1	1.430,00	1.430,00
18	**Jaraguá Mercantil LTDA**	1	6.250,00	6.250,00
21	**Jaraguá Mercantil LTDA**	2	1.110,00	2.220,00
23	**Jaraguá Mercantil LTDA**	1	2.150,00	2.150,00
28	**Jaraguá Mercantil LTDA**	2	4.150,00	8.300,00
31	**Jaraguá Mercantil LTDA**	4	640,00	2.560,00
32	**Jaraguá Mercantil LTDA**	1	1.499,00	1,499,00
33	**Jaraguá Mercantil LTDA**	4	1.390,00	5.560,00
VALOR TOTAL				R$ 30.120,00

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Comparecer quando convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do Instrumento Contratual, sob pena de multa de 2% ao dia.

5.2. Fornecer os itens do objeto contratados dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Indiavaí - MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Indiavaí - MT, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos serviços.

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços;

5.5. Comunicar imediatamente o Município de Indiavaí - MT qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.6. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços, cabendo lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município.

5.7. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.8. Fornecer os objetos conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.9. Todos os encargos sociais, de frete e impostos da equipe, inclusive os trabalhistas, deverão ser de responsabilidade da empresa contratada;

5.10. A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste edital;

6.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.3. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos serviços;

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

6.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação de seu extrato na imprensa oficial.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Gabinete do Prefeito, deste Município de Indiavaí – MT.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados, através de emissão de cheques nominal, ou através de ordem bancária em favor da Vencedora em número de conta bancária informada, não havendo adiantamento por conta do fornecimento do objeto.

9.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente até o 10º (décimo) dia útil após a emissão das notas fiscais em parcelas mensais, sempre iguais e consecutivas, conforme as notas fiscais devidamente preenchidas e atestadas pela secretaria Municipal de Finanças.

9.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.4. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

9.5. As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente. Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações;

11.1.1. Quando o prestador de serviços não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

11.1.2. Quando o prestador de serviços der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

11.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o prestador de serviços será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial IOMAT, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do prestador de serviços para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Indiavaí - MT, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do prestador de serviços, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso o Município de Indiavaí - MT não utilize da prerrogativa de cancelar está Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o prestador de serviços cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei 8.666/93, incidente sobre os serviços que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação encaminhada pela secretaria.

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Indiavaí - MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.3. Multa Administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Indiavaí - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02.

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Indiavaí - MT, o respectivo valor descontado dos créditos que a contratada possuir com este município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelo Fórum comarca de Araputanga – MT.

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão Publicadas no Diário Oficial do Estado às sanções administrativas deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

13.1. A despesa com o fornecimento ora contratados, correrão à conta do Orçamento para Exercício 2018 proveniente de recursos de emenda parlamentar.

ORGÃO 06 – SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0020.1056 – AQUI. DE BENS MOVEIS, UTENS. E EQUIP. NA ATENÇÃO BÁSICA

4.4.9.0.52.00.0 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CODIGO REDUZIDO: 243

FONTE- 114

13.2. A PREFEITURA suplementará a dotação orçamentária, prevista no item anterior deste instrumento, toda vez que houver necessidade, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições;

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II – Vinculam-se a esta ata de registro de preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2018 - SRP, seus anexos e as propostas da contratada.

III – É vedado caucionar ou utilizar a presente ata de registro de preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Indiavaí - MT.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Indiavaí - MT providenciará a publicação do seu extrato na imprensa oficial, conforme Lei nº 10.520/02.

15.2. A integra dessa Ata será disponibilizada no site Município de Indiavaí - MT. www.indiavai.mt.gov.br

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro da comarca de Araputanga – MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

INDIAVAÍ – MT, 07 de AGOSTO de 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

CNPJ: 03.239.027/0001-20

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Jaraguá Mercantil LTDA – ME

CNPJ: 13.390.709/0001-59

CONTRATADO

FRANCISCO DE ASSIS RAMALHO ARAUJO

Assessor Jurídico

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 005/2018

Pelo presente instrumento o Município de Indiavaí, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Prefeitura Municipal de Indiavaí, sito à Rua Getúlio Vargas nº 650, Bairro Centro, Indiavaí - MT, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.239. 027/0001-20, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal Srº. **VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 535.872-SSP/MT, inscrito no CPF sob nº 384.260.562-72, neste ato denominado simplesmente ORGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS, realizado por meio do Pregão Presencial SRP nº. 012/2018, RESOLVE **registrar os preços da empresa C E Carvalho Comercial – ME (PARANAmed)** , Inscrito no CNPJ: 24.864.422/0001-73, com sede a Av. Duque de Caxias, 185, centro Lunardelli-PR, representado pelo procurador Ramão Zacarias Vilhalva Sorrilha, sob RG: 433395 SSP/MS e CPF: 465.351.521-20, nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 10.520/2002 e Lei nº. 8.666/1993 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. OBJETO DA LICITAÇÃO.

1.1. O presente instrumento tem por objetivo o Registro de Preços para futura e eventual contratação da Empresa **C E Carvalho Comercial – ME (PARANAmed)** para AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS PERMANENTES PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE, conforme **TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I** e a proposta apresentada pela empresa.

2. DA LICITAÇÃO

2.1. Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 012/2018 – SRP , com fundamento nas Leis nº. 10.520/02, nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

3. DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A empresa C E Carvalho Comercial – ME (PARANAmed), detentora do registro de preços deverá realizar o fornecimento do objeto, conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO I. 3.2. O objeto deste registro de preços deverá ser executado em estrita observância ao Edital de Licitação Pregão Presencial nº 012/2018 – SRP e seus anexos, que são parte integrante desta Ata.

4. DA EMPRESA VENCEDORA E DOS PREÇOS REGISTRADOS

4.1. C E Carvalho Comercial – ME (PARANAmed) , Inscrito no CNPJ: 24.864.422/0001-73. 4.2. Descrição, Quantidade e Preços Registrados:

ITEM	EMPRESA	Quant Item	VALOR UNIT. NEGOCIADO	Valor Total Negociado
16	**PARANAmed**	1	3.433,00	3.433,00
19	**PARANAmed**	1	6.270,00	6.270,00
20	**PARANAmed**	2	880,00	1.760,00
22	**PARANAmed**	1	1.766,00	1.766,00
25	**PARANAmed**	4	98,00	392,00
26	**PARANAmed**	4	88,80	355,20
27	**PARANAmed**	4	82,00	328,00
29	**PARANAmed**	1	371,75	371,75
30	**PARANAmed**	1	9.664,00	9.664,00
VALOR TOTAL				R$: 24.339,95

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Comparecer quando convocado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura do Instrumento Contratual, sob pena de multa de 2% ao dia.

5.2. Fornecer os itens do objeto contratados dentro dos padrões estabelecidos pelo Município de Indiavaí - MT, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo Município de Indiavaí - MT, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos serviços.

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade dos serviços;

5.5. Comunicar imediatamente o Município de Indiavaí - MT qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

5.6. Fiscalizar o perfeito cumprimento dos serviços, cabendo lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por este Município.

5.7. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.8. Fornecer os objetos conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

5.9. Todos os encargos sociais, de frete e impostos da equipe, inclusive os trabalhistas, deverão ser de responsabilidade da empresa contratada;

5.10. A contratada fica obrigada a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste edital;

6.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

6.3. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento dos serviços;

6.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação.

6.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de **12 (doze) meses**, contados a partir da publicação de seu extrato na imprensa oficial.

7.2. A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o fornecedor se obriga a cumprir, na integra, todas as condições estabelecidas, ficando sujeito, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de qualquer de suas normas.

8. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. A gerência da Ata de Registro de Preços ficará a cargo do Gabinete do Prefeito, deste Município de Indiavaí – MT.

9. DO PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão efetuados, através de emissão de cheques nominal, ou através de ordem bancária em favor da Vencedora em número de conta bancária informada, não havendo adiantamento por conta do fornecimento do objeto.

9.2. Os pagamentos serão efetuados mensalmente até o 10º (décimo) dia útil após a emissão das notas fiscais em parcelas mensais, sempre iguais e consecutivas, conforme as notas fiscais devidamente preenchidas e atestadas pela secretaria Municipal de Finanças.

9.3. Nenhum pagamento isentará a CONTRATADA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

9.4. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

9.5. As despesas bancárias decorrentes de transferências de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

10. DOS REAJUSTES DE PREÇOS

10.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente. Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

10.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

11. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações;

11.1.1. Quando o prestador de serviços não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

11.1.2. Quando o prestador de serviços der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

11.1.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

11.1.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

11.1.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o prestador de serviços será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial IOMAT, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do prestador de serviços para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Município de Indiavaí - MT, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado cessarão todas as atividades do prestador de serviços, relativas ao fornecimento do Item.

11.6. Caso o Município de Indiavaí - MT não utilize da prerrogativa de cancelar está Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o prestador de serviços cumpra integralmente a condição contratual infringida.

12. DAS PENALIDADES

12.1. Multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei 8.666/93, incidente sobre os serviços que deveria ter sido entregue, contado a partir da solicitação encaminhada pela secretaria.

12.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com o Município de Indiavaí - MT e poderá cumular com as demais sanções administrativas.

12.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar à Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do artigo 87 da Lei nº 8.666/93.

12.2.1. Advertência por escrito;

12.2.3. Multa Administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do Contrato.

12.2.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Indiavaí - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

12.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do art. 87 da Lei nº. 8.666/93, c/c art. 7º da Lei nº 10.520/02.

12.3. Se a contratada não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte do Município de Indiavaí - MT, o respectivo valor descontado dos créditos que a contratada possuir com este município e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pelo Fórum comarca de Araputanga – MT.

12.3.1. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informados para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.4. Serão Publicadas no Diário Oficial do Estado às sanções administrativas deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

13.1. A despesa com o fornecimento ora contratados, correrão à conta do Orçamento para Exercício 2018 proveniente de recursos de emenda parlamentar.

ORGÃO 06 – SECRETARIA DE SAÚDE

UNIDADE 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.301.0020.1056 – AQUI. DE BENS MOVEIS, UTENS. E EQUIP. NA ATENÇÃO BÁSICA

4.4.9.0.52.00.0 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

CODIGO REDUZIDO: 243

FONTE- 114

13.2. A PREFEITURA suplementará a dotação orçamentária, prevista no item anterior deste instrumento, toda vez que houver necessidade, para o fiel cumprimento das obrigações ora assumidas.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições;

I – Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo ou apostilamento ao presente contrato.

II – Vinculam-se a esta ata de registro de preços, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 012/2018 - SRP, seus anexos e as propostas da contratada.

III – É vedado caucionar ou utilizar a presente ata de registro de preços para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do Município de Indiavaí - MT.

15. DA PUBLICAÇÃO

15.1. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Indiavaí - MT providenciará a publicação do seu extrato na imprensa oficial, conforme Lei nº 10.520/02.

15.2. A integra dessa Ata será disponibilizada no site Município de Indiavaí - MT. www.indiavai.mt.gov.br.

16. DO FORO

16.1. As partes contratantes elegem o foro da comarca de Araputanga – MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal.

INDIAVAÍ – MT, 07 de Agosto de 2018.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDIAVAI

CNPJ: 03.239.027/0001-20

VALTEIR QUIRINO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

_____

–

C E Carvalho Comercial – ME (PARANAmed)

CNPJ: 24.864.422/0001-73

CONTRATADO

_____

FRANCISCO DE ASSIS RAMALHO ARAUJO

Assessor Jurídico

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.° 21/2018 FASE DE ASSINATURA DO CONTRATO DE TEMPO DETERMINADO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2018

De ordem do senhor Edu Laudi Pascoski, Prefeito Municipal de Itanhangá tendo em vista o parecer favorável do Departamento de Controle Interno Municipal, referente a entrega da documentação exigida pelo Edital de Convocação 020/2018 da data de 24 de agosto de 2018 publicado na data de 27 de agosto de 2018 Diário Oficial Eletrônico dos Municípios- AMM - https://diariomunicipal.org/mt/amm/ Nº 3.051.

Pelo presente Edital, fica CONVOCADA a candidata, conforme descrição abaixo, para estar se direcionando a Secretaria Municipal de Educação e Cultura – MT, às 07:00 horas, no dia 03 de setembro de 2018, para a assinatura do Contrato Por Tempo Determinado De Pessoal.

Itanhangá - MT, 29 de agosto de 2018.

CARGO		CARGA HORÁRIA
Merendeira - SEDE		*30 Horas*
Candidato	*RG*	*Classificação*
Silvana Martins Azarias	17636183 SSP/MT	6º

Edu Laudi Pascoski

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 010/2018

Data assinatura: 29/08/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: SIMARIA SILVEIRA ALVES RIBEIRO 92623794120, CNPJ nº 30.728.368/0001-31

Objeto: CONCESSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO EXCLUSIVA DE IMÓVEIS NO MUNICIPIO DE ITIQUIRA.

Valor Global: 18.000,00 (dezoito mil reais).

Data da vigência: 29/08/2023

Concorrência nº 005/2018

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO: Nº 009/2018

Data assinatura: 29/08/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA/MT

Contratada: INIVALDO PAULO DOS SANTOS, CNPJ nº 24.048.842/0001-81

Objeto: CONCESSÃO ONEROSA PARA EXPLORAÇÃO EXCLUSIVA DE IMÓVEIS NO MUNICIPIO DE ITIQUIRA.

Valor Global: R$ 21.855,00 (vinte e um mil oitocentos e cinquenta e cinco reais).

Data da vigência: 29/08/2023

Concorrência nº 005/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
REAVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 018/2018

A Prefeitura Municipal de Jaciara-MT, através do Pregoeiro nomeado, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS**, ao **MENOR VALOR POR ITEM**, tendo por objeto **"Registro de Preços para aquisição de equipamentos de áudio e vídeo automação e a sua subseqüente instalação e implantação, bem como fornecimento, instalação e programação dos softwares e formação, capacitação e treinamento de servidores, com vistas à modernização do sistema de áudio e vídeo das instalações físicas do Centro de Eventos Jovelina Maria de Almeida no Município de Jaciara-MT"**, nos termos da Lei 10.520/02, a realizar-se no diade **14 DE SETEMBRO DE 2018 – 14:00 h - MT.** Os interessados poderão obter o Edital completo através do site www.jaciara.mt.gov.br ou na Prefeitura, à Av. Antonio Ferreira Sobrinho, n.º 1075, das 12:00 às 18:00 horas. Informações: tel. (0**66) 3461 7925. Jaciara-MT, 30 de agosto de 2018.

TIAGO RODRIGO ZENKNER

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 027/2018 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Srº EDIANE DE BRITO ARAUJO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, no processo de contratação direta com Pessoa Física: JUNIOR LUIS DE ALMEIDA, objeto:CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO (SHOW) ARTISTICOS NO TRADICIONAL EVENTO 13º FESTIVAL DE PASTEL, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE JANGADA/MT, mediante o pagamento de valor total de R$ 1. 580,00 (Um Mil Quinhentos e Oitenta Reais), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 027/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, e no que couber o Decreto Federal Nº 9. 412/2018, **RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação dos Serviços.**

Jangada/MT, 30 de Agosto de 2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 029/2018 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Srº EDIANE DE BRITO ARAUJO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, no processo de contratação direta com Pessoa Física: **KARINNY CAMPOS DA COSTA, objeto:**CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO (SHOW) ARTISTICOS NO TRADICIONAL EVENTO 13º FESTIVAL DE PASTEL, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE JANGADA/MT, mediante o pagamento de valor total de R$ 2. 850,00 (Dois Mil Oitocentos e Cinquenta Reais), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 029/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93, e no que couber a Lei Municipal Nº 621/2014, **RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação dos Serviços.**

Jangada/MT, 30 de Agosto de 2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES - Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 028/2018 - TERMO DE RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal de Jangada, Estado de Mato Grosso, Sr. EDERZIO DE JESUS MENDES, torna público que, em virtude de haver concordado com a justificativa apresentada pelo Srº EDIANE DE BRITO ARAUJO, SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, no processo de contratação direta com Pessoa Física: **MOACYR PEREIRA ALVES JUNIOR,** objeto:CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DO TIPO (SHOW) ARTISTICOS NO TRADICIONAL EVENTO 13º FESTIVAL DE PASTEL, EM COMEMORAÇÃO AO ANIVERSÁRIO DA CIDADE DE JANGADA/MT**, mediante o pagamento de valor total de R$ 3.500,00 (Tres Mil e Quinhentos Reais), onde formulou-se expediente de dispensa de licitação 028/2018, fulcrada nas disposições do art. 24, inciso II, da Lei Federal 8.666/93,** e no que couber o Decreto Federal Nº 9.412/2018, RATIFICA a justificativa apresentada e autoriza a Prestação dos Serviços.

Jangada/MT, 30 de Agosto de 2018.

EDERZIO DE JESUS MENDES - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA 231/2018

PORTARIA Nº 231 DE 30 AGOSTO DE 2018

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

DESIGNAR, a partir do dia 31 de agosto de 2018, o Sr. GILSON SOUZA ARAUJO, para responder temporariamente pelo cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, sem prejuízo a sua remuneração, e, NOMEAR para exercer o cargo de Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jauru - Previ-Jauru, em conformidade com a Lei Complementar nº 098 de 27 de novembro de 2013.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 30 de agosto de 2018.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2018.

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1476/2018.)

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 022/2018, DO TIPO MENOR PREÇO POR LOTE, Regido pela Lei nº. 10.520, de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto Municipal nº. 067 de 01 de Dezembro 2009, subsidiariamente pela Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

Objeto: Aquisição de Kits de Irrigação por gotejamento e por aspersão para horta comunitária do Município de Jauru, conforme contrato de Repasse nº. 814063/2014/Ministério do Desenvolvimento Agrário/ Caixa/Processo nº. 2628.1021717/2014, sendo 05 (cinco) kits gotejamento e 04 (quatro) Kits por aspersão, conforme especificações no anexo I.

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.

DATA: 13/09/2018 HORARIO 14h00m

Local: Paço Municipal “José Perez” Prefeitura Municipal de Jauru – Situada na Rua do Comercio, 480, Centro – Jauru – MT; CEP 78.255-000.

Pregoeiro – Rafaela Borges da Costa

Site – www.jauru.mt.gov.br

PORTARIA 230/2018

PORTARIA Nº 230 DE 30 AGOSTO DE 2018

PEDRO FERREIRA DE SOUZA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

RESOLVE:

EXONERAR, a partir do dia 31 de agosto de 2018, o Sr. ANDERSON PAVINI portador do RG nº 832378 SSP/MT e do CPF nº 523.323.061-53, do cargo de SECRETARIO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO, E, DE Gestor do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Jauru - Previ-Jauru, nomeado conforme portaria 237/2017 de 03 de abril de2017, portaria nº044/2018 de 20 de fevereiro de 2018 e portaria nº 045/2018 de 20 de fevereiro de 2018.

Gabinete do Prefeito, Paço Municipal José Peres, Jauru-MT, 30 de agosto de 2018.

_____

PEDRO FERREIRA DE SOUZA Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SEC. MUN FINANÇAS/COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
OFÍCIO 666/2018, DE 30/07/2018 - VTN 2018 - ITR - MUNICÍPIO DE JUARA

Ofício nº666/2018-JUARA/MT

Juara, MT, em 30 de julho de 2018.

Ao Senhor Delegado da Receita Federal

OLDESIO SILVA ANHESINI

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ – 1ª R.F

AV. VEREADOR JULIANO DA COSTA MARQUES, 99

Bairro, Bosque da Saúde

CEP78050-600 - Cuiabá – MT

Assunto: **Informação VTN – Instrução Normativa RFB n° 1562/2015**

Senhor Delegado da Receita Federal,

Em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa n° 1562, de 29 de Abril de 2015, envio abaixo as informações sobre o Valor de Terra Nua – VTN do Município de Juara – MT, para o ano de 2018.

Ano	Lavoura Aptidão Boa	Lavoura Aptidão Regular	Lavoura Aptidão Restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna ou Flora
2018	**R$ 4.120,00**	**R$ 3.060,00**	**R$ 2.060,00**	**R$ 2.520,00**	**R$ 1.350,00**	**R$ 820,00**

A seguir segue os dados referentes ao levantamento:

Responsável Técnico: Igor Murilo Bumbieris Nogueira, CPF 014.863.801-58, registro no CREA 018234MS.

Descrição simplificada da metodologia: LAUDO TÉCNICO DE AVALIÇÃO com método comparativo de dados de Mercado, dados apurados mediante informações prestadas por profissionais credenciados junto ao CRECI, e Cartórios elaborado no exercício 2017.

Uso da tabela VTN aplicada em 2017, somada aos valores levantados pelo Laudo técnico elaborado no ano 2017 (corrigido pela inflação apurada pelo INPC no período de 01/01/2017 à 31/12/2017) e aplicado a média sobre o valor apurado.

Atenciosamente

CARLOS AMADEU SIRENA

PREFEITO MUNICIPAL DE JUARA

AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/ 2018

AVISO DE RESULTADO DE INEXIGIBILIDADE

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº. 02/2018

O Município de Juara-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica que em despacho proferido pelo Prefeito Municipal, **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeito Municipal Interino, portador da Cédula de Identidade n.º **2.181.389-3 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **578.160.189-91**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, onde reconheceu ser inexigível licitação para contratar a pessoa jurídica: **EDITORA AMIGOS DA NATUREZA LTDA** inscrita com o CNPJ sob o n.º 04.096.738/0001-55, localizada à Rua Goiás, n.º 765, Centro, CEP 85960-000 no município de Marechal Cândido Rondon/ PR, cujo **OBJETO**: **Aquisição de Materiais Educativos para Desenvolvimento das Ações de Educação em Saúde do Programa Saúde na Escola (PSE)** em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde, no Valor Global *de **R$ 10.750,00 (dez mil setecentos e cinqüenta reais)***, Inexigibilidade de Licitação fundamento legal no Inciso I, do artigo 25 da lei 8666/ 93.

Juara –MT, 30 de agosto de 2018.

SEC. MUN FINANÇAS/COORDENAÇÃO DE FISCALIZAÇÃO
EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL - ITR N° 00002, DE 29 DE AGOSTO DE 2018.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00002, de 29 de Agosto de 2018.

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196 /2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s]. Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Termo de Intimação Fiscal (ITR)
JOSÉ DE LIMA	325.189.439-00	9819/00027/2018
VALMIRO LUIZ DA SILVA	209.358.209-06	9819/00041/2018

RICARDO TADEU OSSANI	701.119.101-10	9819/00021/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: WILSON JACOB Matrícula: 00006622 Cargo/Portaria de Nomeação n° : 403 Assinatura:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 37-A/2018/SECAD PREGÃO: N° 062/2018/SECAD. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS VALIDADE: 12 MESES

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Prefeita Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeita Municipal Interino, portador da Cédula de Identidade n.º **2.181.389-3 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **578.160.189-91**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada **item**, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2018** e anexos, do tipo **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, independentemente de transcrições, constituindo esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	L. COSTA PEÇAS - ME
CNPJ:	18.112.320/0001-07
ENDEREÇO:	Avenida Ayrton Senna, 1923 S - CEP: 78.575-000 - Centro - Juara/MT.
REPRESENTANTE:	Nome: Leandro Costa - Proprietário CPF: 901.163.801-87 RG: 413018817 SSP/MT
CONTATO (TELEFONE)	(66) 3556-3099

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.078/90 (CDC), e legislação pertinente, bem como pelas disposições estabelecidas em Edital e seus anexos**, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui **como** objetivo o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de suspensão de veículos com possíveis troca de peças e acessórios em atendimento a frota municipal**, conforme descrições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 062/2018, para registro de preços e proposta de preços da promitente fornecedora abaixo especificados.

LOTE 01: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molhas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 02: MARCA FIAT – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (16,50%)	

LOTE 07: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (16,00%)	

LOTE 08: MARCA DUCATO – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão	
DESCONTO: (16,00%)	

LOTE 13: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 14: MARCA VOLKSWAGEM – CAMINHOES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 17: MARCA MERCEDES BENZ – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 18: MARCA MERCEDES BENZ – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 23: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,70%)	

LOTE 24: MARCA MITSUBISHI – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,70%)	

LOTE 29: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 30: MARCA TOYOTA – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 31: MARCOPOLO – MICRO ONIBUS VOLARE ESCOLAR.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 32: MARCOPOLO – MICRO ONIBUS VOLARE ESCOLAR.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,60%)	

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas, manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juara, Estado de Mato Grosso, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, de outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do Pregão n. 054/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independentemente de sua transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretarias Municipais Adesas, através de dotações orçamentárias, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, Contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste Edital e ao que dispõe o artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

2.5. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

2.6. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.7. Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar-se até 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste certame.

2.8. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, por período, ao limite registrado na ata de registro de preços decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2.9. A execução da Ata de Registro de Preço será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratada devidamente autorizado através de Portaria, sendo o(a) Sr.(a) Alexandra Rosa da Silva, doravante denominado Fiscal de Contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

Banco:

Agência:

Conta:

3.2. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento cujo descumprimento de origem à aplicação a penalidade.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6. Apresentar nota fiscal constando o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pela Pesquisa de Mercado, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças e o valor final individualizado de cada peça

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Como condições de operação imediata e tendo em vista a celeridade nas aquisições do objeto deste Edital, a empresa vencedora deverá dispor no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço, de estrutura operacional, logística e de pessoal qualificado para o fornecimento das peças ora requisitadas, uma vez que os veículos a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas, sendo em muitos casos, ligados a serviços essenciais como saúde, educação e obras.

4.1.1. **O prazo para a entrega do produto deverá ser em no máximo até 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da emissão da nota de empenho ou documento equivalente**.

4.2. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados para garantir a integridade dos mesmos.

4.3. Quaisquer desconformidades serão rejeitadas no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema de imediato, sob pena de cancelamento da aquisição.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. **Do Município:**

5.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública:

5.2.1. Atestar as Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho.

5.2.2. Aplicar à detentora da Ata penalidade, quando for o caso.

5.2.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução da Nota de Empenho.

5.2.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente.

5.2.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção

5.3. **UTILIZAR A PESQUISA DE MERCADO ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado no momento que necessitar adquirir os bens e, sobre o valor aferido deverá ser aplicado o desconto ofertado pelo licitante vencedor.**

5.3.1. Entende-se por pesquisa de mercado, aqueles valores praticados pelo comércio varejista e/ou distribuidoras de autopeças, preços praticados pela Administração Pública, assim como pesquisas em órgãos e/ou sistema homologados para tal, como Sistema Audatex e Sistema Traz Valor.

5.4. **As cotações de mercado, quando apresentadas, ficarão sujeitas a HOMOLOGAÇÃO ou não do setor de compras do Município**.

5.4.1. Em caso de homologação o procedimento de compra poderá ter prosseguimento normal.

5.4.2. Não sendo homologadas as cotações o Município poderá exigir novas pesquisas de mercados, com outros fornecedores ou optar por fazê-las diretamente por meio do seu setor de compras.

5.3. **Da Detentora da Ata:**

5.3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da licitante vencedora:

5.3.2. Fornecer o objeto nas especificações e com quantidade exigida.

5.3.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos.

5.3.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação.

5.3.5. Fornecer os objetos, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

5.4. **Realizar PESQUISA DE MERCADO a cada aquisição, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6..4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar na cópia que necessariamente acompanhar, a data e hora em que tiver recebido, além da indicação de quem procedeu o recebimento.

6.5. A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado do SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 40 desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02.

7.2. Após o devido processo administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

7.3. Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/02, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

7.3.1. Multa de 0,3% (zero virgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da Ata de Registro de Preços;

7.3.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias da execução do objeto, com consequente rescisão contratual.

7.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso da empresa, injustificada, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

7.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o município por período não superior a 05 (cinco) anos.

7.4. A aplicação da sanção prevista no item 7.3.4, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 7.3.1, 7.3.2 e 7.3.3, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de até 10 (dez) dias.

7.5. As sanções previstas nos itens 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, poderão ser aplicadas conjuntamente com o item 7.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

7.6. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados os pagamentos devidos pela Administração.

7.7. Da aplicação das penas definidas nos itens 7.3.1 e 7.3.4 do item 7. 1, caberá recurso no prazo d 10 (dez) dias, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.8. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas serão dirigidas à Autoridade Competente do município, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas de custos até a entrega dos mesmos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área economia extraordinária e extracontratual), bem como no Decreto nº 7.892 de 23 janeiro de 2013.

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máxima de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido. O Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador, notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para redução dos preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificação.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ou item ou lote e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecer não puder cumprir com o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento de registro, deverá ser feita por meio de documentação

comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa previa no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10. Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originalmente registrados, dando-lhes preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

8.14. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado.

8.15. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzira efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos ou prestação dos serviços, sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Cláusula Sétima.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços a critério do município, observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, se assim for decidido pelo município, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, Inciso XIII a XVI da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO

10.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Divisão de Compras, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÃO

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão n. 054/2017 e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

12.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8666/93, na Lei 10.520/2002 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. O Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços e a Secretaria Municipal de Administração.

12.4. As partes elegem o foro da Comarca de Juara, Estado de Mato Grosso, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata de Registro de Preços com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Juara/MT, em 30 de Agosto 2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município de Juara/MT

L. COSTA PEÇAS - ME

CNPJ: 18.112.320/0001-07

Leandro Costa - Proprietário

CPF: 901.163.801-87 e RG: 413018817 SSP/MT

PROMITENTE FORNECEDOR

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 37/2018/SECAD PREGÃO: N° 062/2018/SECAD. SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS VALIDADE: 12 MESES

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representada pelo Prefeita Municipal o **Sr. Carlos Amadeu Sirena**, brasileiro, casado, empresário, Prefeita Municipal Interi-

no, portador da Cédula de Identidade n.º **2.181.389-3 SSP/MT** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **578.160.189-91**, residente e domiciliado neste município de Juara/MT, **RESOLVE REGISTRAR OS PREÇOS** da(s) empresa(s) abaixo relacionadas, nas quantidades estimadas e indicadas abaixo, de acordo com a classificação obtida em cada **item**, atendendo as condições, as especificações técnicas e as propostas oferecidas na licitação regulamentada pelo edital do **PREGÃO PRESENCIAL nº 062/2018** e anexos, do tipo **MAIOR DESCONTO POR LOTE**, independentemente de transcrições, constituindo esta **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** documento vinculativo e obrigacional às partes.

EMPRESA:	M. DE QUADROS & CIA LTDA - EPP
CNPJ:	08.753.681/0001-70
ENDEREÇO:	Avenida Ayrton Senna, 117 S - CEP: 78.575-000 - Centro - Juara/MT.
REPRESENTANTE:	Nome: Augusto César Guimarães - Procurador CPF: 673.648.616-53 RG: 4.835.738 SSP/MT
CONTATO (TELEFONE)	(66) 3556-1156/3846

Sujeitam-se as partes às normas constantes da Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 8666/93 e suas eventuais alterações, Lei Federal nº 10.520/2002, Lei nº 8.078/90 (CDC), e legislação pertinente, bem como pelas disposições estabelecidas em Edital e seus anexos**, sem prejuízo de outras normas aplicáveis.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Esta Ata possui **como** objetivo o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na **prestação de serviços de suspensão de veículos com possíveis troca de peças e acessórios em atendimento a frota municipal**, conforme descrições constantes do Anexo I – Termo de Referência do Edital de Pregão Presencial nº 062/2018, para registro de preços e proposta de preços da promitente fornecedora abaixo especificados.

LOTE 03: MARCA IVECO – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molhas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (16,60 %)	

LOTE 04: MARCA IVECO – AUTOMÓVEIS LEVES E CAMIONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão	
DESCONTO: (16,60%)	

LOTE 05: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molhas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,50%)	

LOTE 06: MARCA IVECO – MICROONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão	
DESCONTO: (15,70%)	

LOTE 09: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,90%)	

LOTE 10: MARCA CHEVROLET – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,90%)	

LOTE 11: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (16,00%)	

LOTE 12: MARCA VOLKSWAGEM – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (16,00%)	

LOTE 15: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 16: MARCA VOLKSWAGEM – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 19: MARCA MERCEDES BENZ – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 20: MARCA MERCEDES BENZ – ONIBUS.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão	
DESCONTO: (16,50%)	

LOTE 21: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e assessorios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (16,60%)	

LOTE 22: MARCA PEUGEOT – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão	
DESCONTO: (16,60%)	

LOTE 25: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (16,10%)	

LOTE 26: MARCA FORD – AUTOMOVEIS LEVES E CAMINHONETES.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (16,10%)	

LOTE 27: MARCA FORD – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR MOLAS E ACESSÓRIOS PARA SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Fornecimento de **molas e acessórios originais – primeira linha**.	
DESCONTO: (15,60%)	

LOTE 28: MARCA FORD – CAMINHAO.	**MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO LINEAR PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MOLAS E SUSPENSÃO.**
BASE DE PREÇOS PESQUISA DE MERCADO – Prestação de Serviços de Suspensão.	
DESCONTO: (15,60%)	

1.2. O preço unitário de cada item englobará todas as despesas relativas ao objeto compromisso, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, incluindo seguro, tributos, remunerações, despesas

fiscais e financeiras, benefícios e despesas indiretas, manuais, transporte, todas as taxas, impostos e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto deste registro. Nenhuma reivindicação adicional de pagamento ou reajustamento de preços será considerada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua assinatura.

2.2. Nos termos do § 4º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o Município de Juara, Estado de Mato Grosso, não será obrigado a aquisição, exclusivamente por seu intermédio, os produtos referidos na cláusula primeira, podendo utilizar, para tanto, de outros meios, desde que permitidos em lei, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora.

2.3. Em cada aquisição decorrente desta Ata, serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do Pregão n. 054/2017, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, independentemente de sua transcrição, por ser de pleno conhecimento das partes.

2.4. As despesas decorrentes da contratação do objeto da presente licitação correrão a cargo da Secretarias Municipais Adesas, através de dotações orçamentárias, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas Notas de Empenho, Contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste Edital e ao que dispõe o artigo 62 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

2.5. Poderão utilizar-se da Ata de Registro de Preços órgãos ou entidades da Administração que não tenham participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Leis Federais nº 8.666/93 e 10.520/02.

2.6. Caberá ao fornecedor detentor do registro na Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que não seja prejudicial às obrigações anteriormente assumidas.

2.7. Os órgãos ou entidades não participantes poderão utilizar-se até 100% dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços decorrente deste certame.

2.8. Os quantitativos decorrentes das adesões à Ata de Registro de Preços efetuadas por órgãos não participantes, não poderão exceder, por período, ao limite registrado na ata de registro de preços decorrente deste certame, constantes no Termo de Referência – Anexo I do Edital.

2.9. A execução da Ata de Registro de Preço será acompanhada e fiscalizada por representante da Contratada devidamente autorizado através de Portaria, sendo o(a) Sr.(a) Alexandra Rosa da Silva, doravante denominado Fiscal de Contratos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias contados da data da liberação da Nota Fiscal pelo setor competente, mediante depósito na seguinte conta bancária da detentora da ata:

Banco:

Agência:

Conta:

3.2. A Nota Fiscal somente será liberada quando o cumprimento do empenho estiver em total conformidade com as especificações exigidas pelo município.

3.3. Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser liquidadas simultaneamente com a parcela vinculada ao evento cujo descumprimento de origem à aplicação a penalidade.

3.4. As Notas Fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país em 01 (uma) via.

3.5. O CNPJ da detentora da Ata constante da Nota Fiscal e/ou fatura deverá ser o mesmo da documentação apresentada no procedimento licitatório.

3.6. Nenhum pagamento será efetuado à detentora da Ata enquanto pendente de liquidação quaisquer obrigações financeiras que lhe forem impostas, em virtude de penalidades ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

3.6. Apresentar nota fiscal constando o valor da peça registrada na tabela de preços sugerida pela Pesquisa de Mercado, o percentual de desconto registrado no processo licitatório, o valor do desconto por peças e o valor final individualizado de cada peça

CLÁUSULA QUARTA – DA ENTREGA E DO PRAZO

4.1. Como condições de operação imediata e tendo em vista a celeridade nas aquisições do objeto deste Edital, a empresa vencedora deverá dispor no momento da assinatura da Ata de Registro de Preço, de estrutura operacional, logística e de pessoal qualificado para o fornecimento das peças ora requisitadas, uma vez que os veículos a serem atendidos são de uso ininterrupto em diversas atividades administrativas, sendo em muitos casos, ligados a serviços essenciais como saúde, educação e obras.

4.1.1. **O prazo para a entrega do produto deverá ser em no máximo até 24 (vinte e quatro) horas contados a partir da emissão da nota de empenho ou documento equivalente**.

4.2. Os produtos deverão ser entregues devidamente acondicionados para garantir a integridade dos mesmos.

4.3. Quaisquer desconformidades serão rejeitadas no ato da entrega, devendo a empresa sanar o problema de imediato, sob pena de cancelamento da aquisição.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES

5.1. **Do Município:**

5.2. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da Administração Pública:

5.2.1. Atestar as Notas Fiscais e/ou faturas a efetiva entrega do objeto desta Ata, conforme ajuste representado pela Nota de Empenho.

5.2.2. Aplicar à detentora da Ata penalidade, quando for o caso.

5.2.3. Prestar à detentora da Ata toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução da Nota de Empenho.

5.2.4. Efetuar o pagamento à detentora da Ata no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal, devidamente atestada, no setor competente.

5.2.5. Notificar, por escrito, à detentora da Ata da aplicação de qualquer sanção

5.3. **UTILIZAR A PESQUISA DE MERCADO ou outros meios idôneos para realização da verificação do preço de mercado no momento que necessitar adquirir os bens e, sobre o valor aferido deverá ser aplicado o desconto ofertado pelo licitante vencedor.**

5.3.1. Entende-se por pesquisa de mercado, aqueles valores praticados pelo comércio varejista e/ou distribuidoras de autopeças, preços praticados pela Administração Pública, assim como pesquisas em órgãos e/ou sistema homologados para tal, como Sistema Audatex e Sistema Traz Valor.

5.4. **As cotações de mercado, quando apresentadas, ficarão sujeitas a HOMOLOGAÇÃO ou não do setor de compras do Município**.

5.4.1. Em caso de homologação o procedimento de compra poderá ter prosseguimento normal.

5.4.2. Não sendo homologadas as cotações o Município poderá exigir novas pesquisas de mercados, com outros fornecedores ou optar por fazê-las diretamente por meio do seu setor de compras.

5.3. **Da Detentora da Ata:**

5.3.1. Além das obrigações resultantes da observância da Lei 8.666/93, são obrigações da licitante vencedora:

5.3.2. Fornecer o objeto nas especificações e com quantidade exigida.

5.3.3. Pagar todos os tributos, despesas e custos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos fornecidos.

5.3.4. Manter, durante a validade da Ata, as mesmas condições de habilitação.

5.3.5. Fornecer os objetos, no preço, prazo e forma estipulada na proposta.

5.4. **Realizar PESQUISA DE MERCADO a cada aquisição, com pelo menos outros 02 (dois) fornecedores, de modo que sempre haja pelo menos 03 (três) cotações, onde confeccionada a média ponderada, deverá ser aplicado o índice de desconto ofertado pela licitante vencedora no lote correspondente.**

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

6.1. Os contratos de aquisição decorrentes da presente Ata de Registro de Preços serão formalizados pela retirada da Nota de Empenho pela detentora.

6.2. A detentora da presente Ata de Registro de Preços será obrigada a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega deles decorrentes estiver prevista para data posterior à do seu vencimento.

6.3. Toda aquisição deverá ser efetuada mediante solicitação da unidade requisitante, a qual deverá ser feita através de Nota de Empenho.

6..4. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Nota de Empenho, deverá colocar na cópia que necessariamente acompanhar, a data e hora em que tiver recebido, além da indicação de quem procedeu o recebimento.

6.5. A cópia da Nota de Empenho, referida no item anterior deverá ser devolvida, a fim de ser anexada ao processo de administração da ata.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1. O licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciado do SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 40 desta Lei, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste edital e no contrato e das demais cominações legais, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02.

7.2. Após o devido processo administrativo, a penalidade será obrigatoriamente registrada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

7.3. Nos casos previstos no art. 7º da Lei 10.520/02, a Contratada estará sujeita às seguintes penalidades:

7.3.1. Multa de 0,3% (zero virgula três por cento) por dia de atraso na entrega do objeto, até o 30º (trigésimo) dia, calculados sobre o valor da Ata de Registro de Preços;

7.3.2. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias da execução do objeto, com consequente rescisão contratual.

7.3.3. Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata de Registro de Preços, no caso da empresa, injustificada, desistir da Ata ou der causa à sua rescisão, bem como nos demais casos de inadimplemento contratual.

7.3.4. Impedimento de licitar e contratar com o município por período não superior a 05 (cinco) anos.

7.4. A aplicação da sanção prevista no item 7.3.4, não prejudica a incidência cumulativa das penalidades dos itens 7.3.1, 7.3.2 e 7.3.3, principalmente sem prejuízo de outras hipóteses, em caso de reincidência de atraso na entrega do objeto licitado ou caso haja cumulação de inadimplemento, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de até 10 (dez) dias.

7.5. As sanções previstas nos itens 7.3.1, 7.3.2, 7.3.3, poderão ser aplicadas conjuntamente com o item 7.3.4, facultada a defesa prévia do interessado, no prazo de 10 (dez) dias.

7.6. Os valores das multas aplicadas previstas nos subitens acima poderão ser descontados os pagamentos devidos pela Administração.

7.7. Da aplicação das penas definidas nos itens 7.3.1 e 7.3.4 do item 7. 1, caberá recurso no prazo d 10 (dez) dias, contados da intimação, o qual deverá ser apresentado no mesmo local.

7.8. O recurso ou o pedido de reconsideração relativa às penalidades acima dispostas serão dirigidas à Autoridade Competente do município, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias corridos e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias corridos.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.1.1. Considera-se Preço registrado aquele atribuído aos produtos, incluindo todas as despesas de custos até a entrega dos mesmos, tais como: tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições fiscais e parafiscais), seguros, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou complementar e outras não especificadas neste Edital, mas que incidam no cumprimento das obrigações assumidas pela empresa detentora da ata na execução da mesma.

8.2. Os preços poderão ser revistos nas hipóteses de oscilação de preços, para mais ou para menos, devidamente comprovadas, em decorrência de situações previstas na alínea “d” do inciso II e do § 5º do art. 65 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações (situações supervenientes e imprevistas, força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, que configurem área economia extraordinária e extracontratual), bem como no Decreto nº 7.892 de 23 janeiro de 2013.

8.3. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máxima de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo.

8.4. No caso de reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro do preço inicialmente estabelecido. O Órgão Gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade ou determinar a negociação.

8.5. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador, notificará o fornecedor com o primeiro menor preço registrado para o item ou lote visando a negociação para redução dos preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificação.

8.6. Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, o Órgão Gerenciador desonerará o fornecedor em relação ou item ou lote e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

8.7. Simultaneamente procederá a convocação dos demais fornecedores, respeitada a ordem de classificação visando estabelecer igual oportunidade de negociação.

8.8. Quando o preço registrado tornar-se inferior aos praticados no mercado e o fornecer não puder cumprir com o compromisso inicialmente assumido poderá, mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou cancelamento de seu registro.

8.8.1. A comprovação, para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento de registro, deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada de planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos, etc, alusivas à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

8.9. A revisão será precedida de pesquisa previa no mercado fornecedor, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos para fins de graduar a justa remuneração do serviço ou fornecimento e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

8.10. Preliminarmente, o Órgão Gerenciador convocará todos os fornecedores no sentido de estabelecer negociação visando a manutenção dos preços originalmente registrados, dando-lhes preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

8.11. Não havendo êxito nas negociações para definição de novo preço ou as licitantes não aceitarem o preço máximo a ser pago pela Administração, o Órgão Gerenciador revogará a Ata de Registro de Preços, liberando os fornecedores dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades.

8.12. Definido o preço máximo a ser pago pela Administração, o novo preço deverá ser consignado através de apostilamento na Ata de Registro de Preços, ao qual estarão as empresas vinculadas.

8.13. Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item, poderá o Gestor da Ata proceder nova licitação para a aquisição do produto, sem que caiba direito de recurso.

8.14. O Órgão Gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços ou cancelamento do preço registrado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, salvo motivo de força maior devidamente justificado.

8.15. O pedido de reequilíbrio econômico-financeiro por parte da licitante não produzira efeito suspensivo durante o período de análise do pedido, devendo a detentora da Ata de Registro de Preços manter os prazos para entrega dos produtos ou prestação dos serviços, sob pena de aplicação das penalidades dispostas na Cláusula Sétima.

CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

9.1. A presente Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do Gestor da Ata, quando:

9.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes desta Ata;

9.1.2. A detentora não retirar qualquer Nota de Empenho no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

9.1.3. A detentora der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços a critério do município, observada a legislação em vigor;

9.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da Ata de Registro de Preços, se assim for decidido pelo município, com observância das disposições legais;

9.1.5. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado e a detentora não acatar a revisão dos mesmos;

9.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.

9.2. A comunicação do cancelamento do preço registrado, nos casos previstos neste item, será feita por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante ao processo administrativo da presente Ata de Registro de Preços. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da detentora, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, por 01 (uma) vez, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.3. Pela detentora, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços, ou, a juízo do município, quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses previstas no artigo 78, Inciso XIII a XVI da Lei Federal nº 8.666/93.

9.3.1. A solicitação da detentora para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na cláusula sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA AUTORIZAÇÃO PARA A AQUISIÇÃO

10.1. A aquisição dos itens objeto da presente Ata de Registro de Preços serão autorizadas, em cada caso, pelo ordenador de despesa correspondente, sendo obrigatório informar à Divisão de Compras, os quantitativos das aquisições.

10.1.1. A emissão das Notas de Empenho, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial serão, igualmente, autorizados pela mesma autoridade ou a quem esta delegar a competência para tanto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS COMUNICAÇÃO

11.1. As comunicações entre as partes, relacionadas com o acompanhamento e controle da presente Ata, serão feitas sempre por escrito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. Integram esta Ata, o edital de Pregão n. 054/2017 e a proposta da empresa classificada em primeiro lugar no certame supracitado.

12.2. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8666/93, na Lei 10.520/2002 e demais normas estaduais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

12.3. O Órgão Gerenciador da presente Ata de Registro de Preços e a Secretaria Municipal de Administração.

12.4. As partes elegem o foro da Comarca de Juara, Estado de Mato Grosso, como único competente para dirimir quaisquer ações oriundas desta Ata de Registro de Preços com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Juara/MT, em.....de.....2018.

CARLOS AMADEU SIRENA

Prefeito do Município de Juara/MT

M. DE QUADROS & CIA LTDA - EPP

CNPJ: 08.753.681/0001-70

Augusto César Guimarães - Procurador

CPF: 673.648.616-53 e RG: 4.835.738 SSP/MT

PROMITENTE FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2018

O FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE MARCELÂNDIA/MT - PREVILÂNDIA, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 002/2018, cujo objeto é **contratação de empresa especializada para prestação de serviços em fornecimento de sistema de gestão pública municipal nas área de Contabilidade Pública, Orçamento, Tesouraria, Geração de Informações para o APLIC (TCE/MT), Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Gerenciamento de Benefícios, Compras e Licitação, Patrimônio, Almoxarifado, Protocolo e Portal da Transparência, para atender as atividades do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Marcelândia - PREVILÂNDIA,** conforme especificações e condições constantes no Edital e seus anexos. Sagrou-se vencedora a empresa:

EMPRESA	VLR. TOTAL
Ágili Software Brasil Ltda	R$ 30.000,00

Marcelândia/MT, em 30 de Agosto de 2018

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia - MT, através de sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 13 de Setembro de 2018, ás 08:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de material de expediente e papelaria, para manutenção das diversas secretarias do município de Marcelândia/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Marcelândia-MT, Sito a Rua dos Três Poderes, Nº 777, Centro e no site www.marcelandia.mt.gov.br (Ícone: Licitação)

Marcelândia/MT, em 30 de Agosto de 2018

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Pregoeira Oficial

Publique-se

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2018 - SRP

A Prefeitura Municipal de Marcelândia/MT, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna público o RESULTADO do julgamento referente ao Pregão Presencial nº 034/2018, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa, Especializada em Serviços de Cabeamento, Rede, Organizações de Cabo, Instalações de Canaletas, Tubulações e Serviços Internos para atender as necessidades de diversas secretarias do município de Marcelândia/MT. **Sagrou-se vencedora a empresa:**

EMPRESAS	ITEM	VLR. TOTAL
ALINE MESSIAS ME	01	R$ 57.750,00

Marcelândia/MT, em 30 de Agosto de 2018

GEISI GLAUCIA DA SILVEIRA TIRAPELLE

Pregoeira Oficial

Publique-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO DE PARALISAÇÃO DA OBRA DO CONTRATO OBRAS Nº. 037/2014

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

CONTRATADA: REBEQUI & CIA LTDA- ME

OBJETIVO: *Fica devidamente paralisada a execução da Obra referente ao Contrato de Obras nº. 037/2014, cujo objeto é a* ***Contratação de empresa de Engenharia, com comprovada capacidade técnica, administrativa e financeira, para*** **pavimentação asfáltica e drenagem de águas pluviais em vias urbanas do bairro industrial ZI-001, ZI-002 E ZI-003 no município de Matupá/MT com um total de 71.613,63 m².** O prazo de paralisação terá início a partir da assinatura do presente instrumento e seu término em **30 DE ABRIL DE 2019**. A paralisação do presente contrato se justifica em decorrência de atraso no repasse dos recursos pelo órgão concedente.

Assinatura: 30/08/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE OBRAS Nº 111/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA CONSTRUÇÃO DA CALÇADA DO LABORATÓRIO/HOSPITAL MUNICIPAL – CENTRO DE REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ; Contidas nos anexos do Edital 052/2018, TOMADA DE PREÇO 010/2018, com fornecimento pela empresa contratada de todos** os equipamentos, peças e serviços**. LOTE 02**

OBJETIVO: **Fica alterada a Cláusula Sexta que passa a vigorar com a seguinte redação:**

O novo prazo de **execução** do contrato é aditado em **45 (quarenta e cinco)** dias, contados a partir da data de seu vencimento com término em **15 DE OUTUBRO DE 2018,** podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo entre as partes.

Assinatura: 30/08/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº. 021/2018 –

A Prefeitura Municipal de Matupá, através da Comissão Permanente de Licitação comunica a todos os interessados que realizará no próximo dia 20 de setembro de 2018 às 08h00min na sede da Prefeitura Municipal, a TOMADA DE PREÇO para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO DE PONTE DE CONCRETO ARMADO NA ESTRADA W-50 SOBRE O RIO PORCÃO CONFORME NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT. Maiores Informações através do Edital nº. 095/2018, que está disponível no site http://www.matupa.mt.gov.br/Administracao/Portais/ e pode ser solicitado pelo e-mail atendimento@matupa.mt.gov.br ou junto à sede da Prefeitura Municipal localizada da Av. Hermínio Ometto, 101, ZE-022, fones (66) 3595-3100 das 07h00min às 11h00min. Matupá – MT, 30 de agosto de 2018. CRISTIANA PEREIRA SERRA LOPES - Presidente da Comissão Permanente de Licitação -

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ/LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO Nº 124/2018

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT

OBJETO: Constitui objeto deste Contrato **"PREGÃO PRESENCIAL PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS DE PLANTONISTAS, ANESTESISTA PARA ATENDIMENTO NO HOSPITAL MUNICIPAL DE MATUPÁ/MT",** conforme lotes e descrição dos serviços que constam no Termo de Referência e demonstrativo do orçamento que são partes integrantes do Edital 077/2018 do respectivo Pregão Presencial nº 050/2018, conforme LOTES 02, 03 E 04**.**

CONTRATADA: BM SERVIÇOS HOSPITALARES LTDA-ME

Valor/Global: O preço global dos serviços ora contratados, será de **R$ 316.675,00 (Trezentos e dezesseis mil, seiscentos e setenta e cinco reais).**

Assinatura: 16/08/2018 Vigência: 31/12/2018

Da Dotação Orçamentária:

CÓDIGO GERAL - 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL – 3.3.90.34.00 – OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL - FONTE DE RECURSO – 0.1.00.00.00 – R$ 300.000,00

CÓDIGO GERAL - 08.080.0.2.10.302.0013.2.0047 – MANUTENÇÃO HOSPITAL MUNICIPAL – 3.3.90.39.00 – SERVIÇOS PESSOA JURÍDICA – FONTE DE RECURSO – 0.3.02.00.00 – R$ 16.675,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
ATOS ADMINISTRATIVOS

DECRETO Nº 3355 DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

CRIA COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO E SERVIÇOS MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAUDE-CIES, COMO GRUPO CONSDUTOR DAS AÇÕES DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE NO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D' OESTE/MT.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO as Portarias do Ministério da Saúde nº. 198/GM de 13 de fevereiro de 2004, a Portaria nº. 1996 de 20 de agosto de 2007, que instituem e dispõem sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Portaria N° 278/GM/MS de 27/02/2014 que institui as diretrizes para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS), Portaria nº 3.194 de 28 de novembro de 2017 que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS- Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS e demais normas pertinentes a matéria,

D E C R E T A

Artigo 1°- Fica criada a **CIES-Comissão de Integração de Ensino e Serviços Municipal de Educação Permanente em Saúde,** para implantar o plano de trabalho municipal na área da educação permanente em saúde, com ações metas, mecanismos de monitoramento e demais compromissos no que tange a aplicação da legislação pertinente a matéria.

Artigo 2°- A Comissão de Educação Permanente-CIES tem por finalidade:

I - Ser um grupo condutor atuando como espaço do saber interinstitucional de formação, capacitação, habilitação e educação permanente de recursos humanos para a preparação destes para o trabalho em toda a rede municipal na abrangência do município de Mirassol d´Oeste-MT;

II - Atuar em parceria com a **CIES Regional de Cáceres-MT**, as demais Secretarias Municipais de Mirassol d´Oeste, as Escolas Técnicas do SUS e demais Escolas Estaduais e Municipais de Mirassol d´Oeste-MT e ainda órgãos que atuarem nas atividades para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde.

Artigo 3°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 30 de agosto de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 417 DE 30 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA CIES-COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO DE ENSINO E SERVIÇOS DE EDUCAÇAO PERMANENTE DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol d´Oeste Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando as Portarias do Ministério da Saúde nº. 198/GM de 13 de fevereiro de 2004, a Portaria nº. 1996 de 20 de agosto de 2007, que instituem e dispõem sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Portaria N° 278/GM/MS de 27/02/2014 que institui as diretrizes para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no âmbito do Ministério da Saúde (MS), Portaria nº 3.194 de 28 de novembro de 2017 que dispõe sobre o Programa para o Fortalecimento das Práticas de Educação Permanente em Saúde no SUS- Sistema Único de Saúde - PRO EPS-SUS e demais normas pertinentes a matéria;

Considerando a criação da CIES-Comissão de Integração de Ensino e Serviços de Educação Permanente do Município de Mirassol d´Oeste-MT, através do Decreto Municipal nº 3355/2018,

RESOLVE:

Artigo 1° - Ficam nomeados a Coordenação e os membros para constituir a Comissão de Integração de Ensino e Serviços de Educação Permanente Municipal de Mirassol d´Oeste -MT, conforme abaixo:

Coordenadora: Elisângela Vicentini Fazolo da Silva Membros: Lidiana Neves da Silva Lucy Silva de Oliveira Luci Sebaldeli

Rafael Alves Moura

Artigo 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede Provisória do Paço Municipal, em 30 de agosto de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA Nº 418 DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA 330/2018 QUE INSTAURA INQUÉRITO E, NOMEIA COMISSÃO PROCESSANTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas legais atribuições e, considerando as justificativas apresentadas através da CI nº 009/CPIA/ 2018,

R E S O L V E

Art. 1º - Prorrogar até o dia 02 de outubro de 2018, o prazo para conclusão dos trabalhos da comissão nomeada pela Portaria nº 330/2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D Oeste, Sede Provisória do Paço Municipal, Avenida Tancredo Neves 5659 em 30 de agosto de 2018.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PORTARIA N.º 411 DE 28 DE AGOSTO DE 2018

NOMEIA MEMBROS TITULARES E SUPLENTES DO CONSELHO GESTOR DO FUNDO DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL-FHIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com as disposições do art. 4º da Lei Complementar nº 069/2007, considerando término do mandato dos conselheiros nomeados pela Portaria 092/2016;

R E S O L V E

Art. 1.º - Nomear os representantes do Conselho Gestor do Fundo de Habitação de Interesse Social-FHIS do Município de Mirassol D´Oeste-MT, conforme composição que segue:

I - REPRESENTANTES DE ENTIDADES PÚBLICAS

1 - CÂMARA MUNICIPAL DE MIRASSOL D' OESTE-MT

TITULAR - ELIAS LOPES

RG: 10856757 CPF: 850.455.861-49

RUA 15 DE NOVEMBRO, Nº 587, CIDADE TAMANDARE

MIRASSOL D' OESTE-MT

SUPLENTE – CLEONICE ALVES DE OLIVEIRA

RG: 643118 CPF: 411.386.861-15

RUA MARIANO RODRIGUES PAIVA, Nº 3780, CENTRO

MIRASSOL D' OESTE-MT

2 - SECRETARIA DE SAÚDE

TITULAR - LAZARO LUCAS DE SOUZA

RG: 575.759 SSP/MT CPF:411.593.221-04

RUA ANTONIO RODRIGUES DA SILVA, 306, COHAB PARQUE DA SERRA – MIRASSOL D'OESTE – MT

SUPLENTE - ADALBERTO CANDIDO DA SILVA

RG: 809.742 SSP/MT CPF: 522.315.771-00

RUA BENEDITA DA SILVA, 1074, BAIRRO BANDEIRANTE II

MIRASSOL D' OESTE-MT

3 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

TITULAR – ELIANE BARBOSA ALVES

RG:**1046425-5** CPF: 795.589.501-06

RUA: LUIZ BORDONE, 3801 - BAIRRO JARDIM DAS FLORES 3

MIRASSOL D' OESTE-MT

SUPLENTE – FÁBIO ANGELO HORDONHO SILVEIRA

RG: 16914009-0 SSP/MT CPF: 009.621.451-14

RUA PAULINA MOREIRA DE MATOS, Nº 817, JARDIM APARECIDA

MIRASSOL D'OESTE – MT

II - REPRESENTANTES DE ENTIDADES PRIVADAS

1- LIONS CLUBE

TITULAR: MARIA DO CARMO HORA SAVALIO

RG: 544.711 SSP/MT CPF: 395.967.451-15

RUA ANTONIO MARTINS DA COSTA, CENTRO

MIRASSOL D'OESTE – MT

SUPLENTE: PEDRO GIMENEZ FILHO

RG: 7.125.587 SSP/MT CPF: 911.214.641-68

RUA RENATO SILVA

MIRASSOL D'OESTE – MT

2- ENTIDADES RELIGIOSAS

TITULAR - APARECIDA ANDRE

RG:0715179-9 CPF: 594.156.141-53

RUA SÃO JUDAS TADEU,811, CIDADE TAMANDARE

MIRASSOL D'OESTE – MT

SUPLENTE: IZAURA GOMES DE FRANÇPA LEONARDI

RG: 837448 CPF: 914.542.631-72

RUA 15 DE NOVEMBRO, 877, CIDADE TAMANDARE

MIRASSOL D'OESTE – MT

3 -ROTARY CLUBE

TITULAR – PAULO ROBSON CARNEIRO GONDIN

RG: 625.625 SSP/GO CPF: 343.826.666- 00

RUA AV. PRES. TANCREDO NEVES, 3692

MIRASSOL D'OESTE – MT

SUPLENTE – MAXIMILIANO JUSTINO DA COSTA

RG:1154227 CPF:709.011.801-06

RUA FRANCISCO BOTELHO NETO, 51, BAIRRO CENTRO

MIRASSOL D'OESTE – MT

III- REPRESENTANTES DE MOVIMENTOS POPULARES;

1 - ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO SANTA LUZIA

TITULAR:-FRANCISCO ANTONIO DE MATOS

RG: 20191778 SSP/SP CPF: 383.473.771-20

SITIO MATOS FONE: (65) 99614-5648

SUPLENTE: PAULO SILVANO DAS CHAGAS

RG: 882951 SSP/MT CPF: 567.732.931-20

RUA AVENIDA PRESIDENTE TANCREDO NEVES, 7261, CENTRO

MIRASSOL D'OESTE – MT

2- ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES CIDADE TAMANDARÉ

TITULAR: VALDIVINO DA SILVEIRA

RG: 1224433-3 SSP/MT CPF: 868.075.011-53

RUA 15 DE NOVEMBRO, 710, BAIRRO CIDADE TAMANDARE

FONE:(65) 99914-6623

SUPLENTE: ELIANE PEREIRA DE AGUIAR

RG: 1323642-3 SJSP/MT CPF: 697.735.561-15

RUA 15 DE NOVEMBRO,321, BAIRRO CIDADE TAMANDARE

FONE: (65) 99955-0384

Art. 2º - A Presidência do Conselho Gestor do FHIS será exercida pelo(a) Secretário(a) Municipal de Desenvolvimento Social.

Art. 3º - O Conselho Gestor do FHIS exercerá suas atividades em conformidade com a Lei Complementar nº 069/2007 e suas alterações posteriores, sendo a sua competência definida pelo Art. 6º da citada Lei.

Art. 4.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, Sede Provisória do Paço Municipal, em 28 de agosto de 2017.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 76/2018

PORTARIA N.º 76/2018

"Dispõe sobre a concessão do benefício AUXÍLIO-DOENÇA a servidora ZELIA DA SILVA CAMPOS*."*

O(A) Sr(A). NADIR DA SILVA, **Diretor (a) Executivo (a) do PREVI-NOBRES** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de NOBRES, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15, da Lei Municipal n.º 1325, de 22 de Julho de 2014, que rege a previdência municipal, resolve:

Art. 1º Conceder o benefício AUXÍLIO-DOENÇA, a servidora Sra ZELIA DA SILVA CAMPOS, efetiva no cargo de PROFESSOR 30 HORAS, referência "1,20", nível "4", lotado na S. EDUCAÇÃO CULT. ESP. FUNDEB, com vencimentos integrais, a partir de 31/07/2018 e término em 30/10/2018 , conforme processo administrativo do PREVI-NOBRES, n.º **2018.05.01075R2**.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

NOBRES - MT, 30/08/2018.

NADIR DA SILVA

Diretor Executivo do PREVI-NOBRES

Homologo:

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 189/2018

PORTARIA Nº. 189/2018

"Institui Comissão de Sindicância para apurar possíveis irregularidades cometidas, e designa seus membros".

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Leocir Hanel**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Fica determinada a abertura de Sindicância Administrativa e igualmente instituída a Comissãode Sindicância no âmbito da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão, com o objetivo de apurar possíveis irregularidades cometidas, pelo Sr. Deivison Railton da Costa Sales, Servidor efetivo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Os servidores abaixo relacionados comporão a Comissão instituída no *caput:*

Presidente: **AGNALDO SOARES DE CAMPOS** Membro: **FABIANO JOSÉ DA SILVA** Membro: **EDSON FRIEDRICH**

Art. 2º. Os membros da Comissão poderão reportar-se aos Órgãos e Entidades da Administração Pública, bem como a seus dirigentes para solicitar informações e testemunhos necessários à instrução processual.

Art. 3º. A Comissão do Processo Administrativo deverá obedecer ao disposto na Lei 992/2006 respeitando os procedimentos e prazos, devendo apresentar relatório conclusivo da apuração, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria.

Art. 4º. As funções desempenhadas pelos integrantes da Comissão do Processo Administrativo não são remuneradas, sendo consideradas como serviço relevante prestado ao Município.

Art. 5º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 30 de agosto de 2018.

Leocir Hanel **Prefeito Municipal de Nobres**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 004/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Josimeire Gomes de Meira CPF nº 630.685.591-20

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 004/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO - GABINETE
DECRETO Nº 285/2018, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

DECRETO Nº 285/2018, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

Dispõe sobre a Convocação da I Conferência Municipal de Cultura e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, Sr. **JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES,** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e nos termos do artigo 37, II, da Constituição Federal, com fundamento na Lei nº 10.362, de 27 de janeiro de 2016, que institui o Sistema Estadual de Cultura.

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica convocada a Conferência Municipal de Cultura de Nortelândia a ser realizada no dia 28 de setembro de 2018, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer.

Art. 2º - A Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos: I - discutir a cultura Mato- Grossense nas suas dimensões cidadã, simbólica e de desenvolvimento; II - promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões; III - propor estratégias para descentralizar e democratizar o acesso dos cidadãos à produção e à fruição dos bens e serviços culturais; IV - propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura; V - aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil; VI - fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais; VII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura; VIII - propor estratégias para o desenvolvimento econômico e social a partir da cadeia produtiva da cultura.

Art. 3° - A Conferência Municipal de Cultura de Nortelândia terá como tema geral: **"CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO E SOCIAL"**.

§ 1º A Conferência Municipal de Cultura de Nortelândia terá como temas específicos: **EIXO 1 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO -** GT 1 – Gestão e Implantação do CPF – Conselho, Plano e Fundo / GT2 Financiamentos para a Cultura / GT3 - Economia Criativa e Inovação.

EIXO 2 – POLÍTICA CULTURAL E CIDADANIA - GT1 – Democracia, Cidadania e Diversidade / GT2 – Patrimônio, Memória e Biblioteca.

Art. 4° - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto.

Art. 5º - Fica o Secretário Municipal de Educação autorizado a:

I - aprovar e promover a publicação do Regulamento da Conferência Municipal de Cultura de Nortelândia;

II - dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de Agosto de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa. 30/08/2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

FLORINDO DE OLIVEIRA ALMEIDA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 024/2018 - DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

CONVOCA OS APROVADOS E CLASSIFICADOS PARA O CARGO DE **MOTORISTA** DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NORTELÂNDIA – MT, NO ANO LETIVO DE 2018, CONFORME PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2017 E EDITAL N.º 006/2018.

1. O Presente edital dispõe sobre a convocação dos aprovados e classificados do Processo Seletivo Simplificado 001/2017, para os cargos de Professor e Apoio Administrativo Educacional (Limpeza e Infra Estrutura, Merendeira, Vigia, Motorista, Auxiliar de Desenvolvimento Infantil) das Escolas Municipais, para o ano letivo de 2018, conforme o Edital nº 006/2018.

2. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer no uso de suas atribuições legais e em cumprimento com o disposto na Lei Autorizativa Municipal n.º 427 de 13/11/2017, que autorizam a contratação por tempo determinado, na Lei 11.494/07 do FUNDEB, na LDB/96, e considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado - Edital 006/2018, torna público que convoca o aprovado constante abaixo, classificados para o cargo de **Motorista**, para comparecer até o dia 03/09/2018, das 8:00 às 12:00h, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, sito à Av. Nicolau Gomes de Souza, 1551, Bairro Novo Horizonte, Nortelândia – MT, munidos de todos os documentos listados abaixo, para a realização de Contrato por Tempo Determinado, no cargo de **Motorista** das escolas da rede municipal, no período de 06.09.2018 à 03.12.2018.

3. Os candidatos convocados que não comparecerem até a data solicitada, entende-se que os mesmos desistiram do cargo.

CARGO: MOTORISTA

CLASSIFICAÇÃO	N? INSC	CANDIDATO (A)	RG
3º	99	ROBERT RODRIGUES DE SOUZA	20119380

4 - LISTAGEM DE DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

- RG e CPF, Título de Eleitor, Quitação Eleitoral, carteira de reservista, se do sexo masculino, comprovante de endereço, comprovante do grau de escolaridade (Atestado, Histórico ou Diploma), carteira de trabalho, número PIS/PASEP, cartão de vacina atualizado, número de agência e conta bancária e Certidão Negativa de Tributo Municipal, para todos os cargos, carteira de habilitação, curso de transporte escolar e certidão negativa criminal, no caso de motorista, Registro e Certidão Negativa vigente do Conselho Regional dos Profissionais de Educação Física, no caso de professor de Educação Física. Todos os documentos em 02 (duas) vias, 01 para o Departamento de Recursos Humanos e 01 para a escola Municipal em que for lotado.

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Paço Municipal Pedro Coelho Ormond, Município de Nortelândia, Estado de Mato Grosso, ao 30º dia do mês de agosto de 2018, 65º da Emancipação Político-Administrativa.

Nortelândia – MT, 30 de agosto de 2018.

JOSSIMAR JOSÉ FERNANDES

PREFEITO MUNICIPAL

FLORINDO DE OLIVEIRA ALMEIDA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESPORTO E LAZER

MARLENE JULIA DE OLIVEIRA SCARPAT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 011/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Markley Lopes Barreto dos Santos CPF nº 921.559.521-04

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 011/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 016/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Janaina Domingues da Silva CPF nº 020.814.861-21

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 016/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Izaíra Jessie Coelho Portela da Silva CPF nº 035.985.031-64

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 014/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 006/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Ileuza Souza Ribeiro Meira CPF nº 571.721.101-53

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 006/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 009/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Ezandréia Souza Gomes CPF nº 025.055.131-47

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 009/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Eliane de Arruda CPF nº 571.762.301-10

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 030/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 010/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Crisleni Cristian Santos Freitas CPF nº 031.361.311-77

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 010/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 008/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Alessandra Laura Batista CPF nº 019.227.821-57

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 008/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 007/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Adriana de Almeida Branco Sanches CPF nº 017.740.611-98

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 007/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 031/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Adolfo José Dias Junior CPF nº 040.893.261-92

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 031/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Maria Rosa Mendes dos Santos CPF nº 946.126.091-15

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 034/2018, cujo objeto é a "prestação de ser-

viços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 12/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Wesekei Fernanda da Silva CPF nº 036.027.831-03

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 12/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 38/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Suely de França Santana CPF nº 031.377.821-39

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 38/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 13/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Solange Gomes dos Santos CPF nº 948.448.951-68.

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 13/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 03/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Rozany Abreu Ormond CPF nº 350.234.141-91.

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 03/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 35/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Roney Ramon Barreto da Silva CPF nº 024.928.261-55.

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 35/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 15/2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT.

Contratado: Geovania Neris dos Santos CPF nº 012.622.471-44

Objeto: O presente termo aditivo tem por finalidade o acréscimo de valor ao contrato administrativo nº 015/2018, cujo objeto é a "prestação de serviços profissionais na função de **Professor,** na qualidade de servidor temporário conforme Processo Seletivo simplificado".

Fundamento legal: art. 65 da Lei 8.666/93 e Decreto nº 284/2018.

Valor: Fica acrescido o valor R$ 150,00 (cento cinquenta reais) mensais, à remuneração estabelecida no original.

Assinatura: 23/08/2018, com efeito retroativo a 01/01/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

EDITAL N° 01/2018 - "POE A DISPOSIÇÃO DE TODOS OS MUNÍCIPES INTERESSADOS, AS CONTAS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO -MT, EXERCÍCIO 2017"

EDITAL N° 01/2018

"Poe a disposição de todos os Munícipes interessados, as Contas do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento -MT, exercício 2017"

O Diretor Executivo do Instituto de Previdência Social dos Servidores Municipais de Nossa Senhora do Livramento - MT, no uso de suas atribuições legais e atendendo ao disposto no art.n°105 da Lei 237/90 e ao art.n° 49 caput da Lei Complementar n° 101/2000, informa que as contas apresentadas pelo diretor da Autarquia Municipal, ficarão disponíveis durante todo o exercício, no respectivo pode Legislativo e no Órgão Técnico responsável pela sua elaboração, para consulta e apreciação pelos cidadãos e instituições da sociedade.

Gabinete do Prefeito de Nossa Senhora do Livramento -MT, 15 de fevereiro de 2018.

Emanuel Arcanjo da Silva

Diretor Executivo.

PORTARIA Nº. 334/2018

PORTARIA Nº. 334/2018

Rose Mary Miranda de Carvalho, Coordenadora de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT – usando de suas atribuições legais,

Resolve**:**

Art. 1o Conceder Progressão de Nível aos servidores Municipais de carreira que se enquadrar na data base de agosto de 2018, conforme relação anexa, a ser inserida na ficha funcional do servidor com as respectivas alterações das remunerações conforme tabela salarial da categoria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor a partir de 01/08/2018.

Nossa Senhora do Livramento - MT, 28 de agosto de 2018.

Rose Mary Miranda de Carvalho

Coordenadora de Recursos Humanos

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2018

TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 01/2018

TERMO DE COOPERAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A CÂMARA MUNICIOPAL DE VEREADORES DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO COM O OBJETIVO DE REALIZAR EM CONJUNTO CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DOS DOIS PODERES

O **MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida Coronel Botelho º 458, Bairro Centro, CEP 78.170-00 neste ato representado pelo Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento, neste ato representado pelo Sr.. Prefeito Silmar de Souza Gonçalves, portador do RG n.º 279284 SSP/MT e CPF/MF sob o n.º 167.522.791-87, residente e domiciliado(a) Estrada Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael Retiro – Zona Rural neste Município, e a CÃMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO, representada pelo seu Presidente Airton .. Rua Sebastião Pires de Miranda, nº 80, Bairro Cohab Velha, CEP 78.170-000 neste Município, tendo em vista o constante no Processo n. , resolvem celebrar este Termo de Cooperação, será regido pelas cláusulas e condições a seguir expostas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 Constitui objeto deste Termo de Cooperação a conjugação de esforços destinados à realização de CONCURSO PÚLBICO para provimento de cargos nos dois poderes da Administração Pública Municipal de Nossa Senhora do Livramento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA

2.1 O prazo para a execução deste Termo de Cooperação é de 120 (cento e vinte) dias, contados da data da publicação do seu extrato no Diário Oficial, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo.

2.2 O prazo de vigência deste Termo de Cooperação inicia-se na data da publicação do seu extrato no Diário Oficial e encerra-se 90 dias após a conclusão do prazo de execução, podendo ser prorrogado, nos termos da lei, mediante termo aditivo.

2.3 A prorrogação do prazo de execução deverá ser solicitada pela Prefeitura Municipal, no mínimo, 15 dias antes do seu encerramento, com as razões que justifiquem a não execução do objeto no prazo pactuado, desde que aceitas pela Câmara de Vereadores e deverá ser formalizada por termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

3.1 Compete à Prefeitura Municipal licitar e contratar empresa especializada para realizar Concurso Público para provimento de cargos nos dois poderes, atendendo ao quantitativo de cargos previamente informado pelos poderes.

3.2 Compete à Câmara Municipal, após findo o certame, pagar a metade das despesas realizadas pela Prefeitura, descontadas as receitas obtidas pelo recebimento das taxas de inscrições de candidatos, arrecadada pela Prefeitura.

3.3 Competem aos dois poderes constituir uma Comissão de Concurso para definir regras e acompanhar a realização do certame.

3.4 Caso a Câmara Municipal não realize o repasse voluntário dos valores devidos ao final do concurso, fica autorizado ao Poder Executivo realizar o desconto do valor nas parcelas do duodécimo até quitação do montante devido.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICIDADE

4.1 A eficácia deste Termo de Cooperação ou dos aditamentos fica condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial, a qual deverá ser providenciada pela Prefeitura Municipal.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO

5.1 Fica estabelecido o Foro da Comarca de Várzea Grande para dirimir as controvérsias decorrentes da execução deste Termo de Cooperação, com renúncia expressa a outros, por mais privilegiados que sejam, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa.

E, por assim estarem devidamente justos e acordados, os partícipes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Nossa Senhora do Livramento 24 de Agosto de 2018.

.... SILMAR DE SOUZA GONÇALVES Prefeito Municipal	..... AIRTON CONCEIÇÃO DE ARRUDA Presidente da Câmara Municipal de Vereadores I

Testemunhas:	
Nome:.....	Nome:..... .....
CPF:	CPF: ....
Ass.:.....	Ass.: ....

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 27/2017 DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

1º ATO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO 27/2017 DOTAÇÃO ORCAMENTARIA

1.1 Pelo presente instrumento, o Município de Nossa Senhora do Livramento, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 03.507.514/0001-26, com sede na Av. Coronel Botelho, 458– Centro, e denominado de CONTRATANTE, neste ato representada pelo seu Prefeito Municipal, Sr. Silmar de Souza Gonçalves, brasileiro, casado, empresário, portador do RG nº 279284 SSP/MT, e do CPF nº 167.522.791-87 residente e domiciliado na Estrada do Rio dos Peixes S/N Fazenda São Rafael – Zona Rural neste município em pleno exercício de seu mandato e funções, com supedâneo no § 8º do Art. 65 da Lei n.º 8.666/

93, determina o apostilamento no contrato nº 027/2017 **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CAPACITADA PARA INSTALAÇÃO/DESINSTALAÇÃO DE AR CONDICIONADO E MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO E FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DE TODAS AS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO-MT**, especificado por item Termo de Referência, anexo do Processo Administrativo: 241/2017, Modalidade: Pregão Presencial "SRP" Nº.003/2017 e do Processo Administrativo nº1101/2018-1

1.1 O presente instrumento elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 241/2017, MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº.03/2017 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1100/2018-1** e outro lado a **empresa:** Empresa **CS SERVIÇOS ELETRICOS E COMERCIO EIRELI EPP,** pessoa jurídica de direito privado CNPJ nº 26.583.384/0001-06**com sede na Rua das Orquídeas nº 105, Bairro Bosque da Saúde – Cuiabá-MT CEP: 78050-010**, representada pelo Senhor Samuel Germano de Oliveira, Brasileiro, Engenheiro Elétrico, portador do RG: 1511341 SSP/SE e inscrito no CPF: 013.625.065/0001-32, domiciliado a **Rua das Orquídeas nº 106, Apto 41 Bairro Bosque da Saúde – Cuiabá-MT CEP: 78050-010** doravante designada **CONTRATADA**

1.2 **CLAUSULA PRIMEIRA –CLÁUSULA SEXTA - Dos Recursos Orçamentários FUNDAMENTO:** Com base n**o PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2988/2018**e o parecer jurídico municipal nº 328/2018 e no art. 65 §8º da Lei Federal nº 8.666/93, realiza-se o presente Apostilamento nº 002/2018, cujo objetivo no Disposto n**a Clausula Sexta Dos Recursos Orçamentários**, prevista no instrumento contratual inicial, nova dotação orçamentária, conforme o orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Mun. Saúde, despesa que será suportada pela seguinte dotação abaixo descrito:

Secretaria Mun. Saúde

ONDE SE LÊ CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORCAMENTARIOS

Sec. Municipal de Saúde	Próprio	2030 –Manut. Encargos da Saúde	070014	33.90.39.00 Outros serviços de Terc.P.Juridica	0100	R$7.546,00

LEIA-SE CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORCAMENTARIOS

Sec. Municipal de Saúde	FEDERAL	2305 Manut. Da Atenção Basica	070088	33.90.39.00 Outros serviços de Terc.P.Juridica	114	R$7.546,00

Nossa Senhora do Livramento – MT, 21 de Agosto de 2018.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

RREO 3° BIMESTRE

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.745.666,00	38.917.666,00	5.801.250,87	14,91	16.910.043,29	43,45	22.007.622,71
RECEITAS CORRENTES	34.320.666,00	35.570.666,00	5.066.818,87	14,24	16.099.759,29	45,26	19.470.906,71
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	2.553.500,00	2.553.500,00	409.646,64	16,04	1.260.968,24	49,38	1.292.531,76
Impostos	2.107.500,00	2.107.500,00	306.969,71	14,57	871.301,65	41,34	1.236.198,35
Taxas	446.000,00	446.000,00	102.676,93	23,02	389.666,59	87,37	56.333,41
Contribuição de Melhoria		0,00	0,00		0,00		
CONTRIBUIÇÕES	1.172.800,00	1.172.800,00	190.289,75	16,23	622.570,44	53,08	550.229,56
Contribuições Sociais	772.800,00	772.800,00	160.159,49	20,72	463.721,52	60,01	309.078,48
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	400.000,00	400.000,00	30.130,26	7,53	158.848,92	39,71	241.151,08
RECEITA PATRIMONIAL	2.352.500,00	2.352.500,00	-267.998,68	-11,39	518.617,40	22,05	1.833.882,60
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							0,00
Valores Mobiliários	2.352.500,00	2.352.500,00	-267.998,68	-11,39	518.617,40	22,05	1.833.882,60
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	520.000,00	520.000,00	88.110,10	16,94	242.935,01	46,72	277.064,99
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	520.000,00	520.000,00	88.110,10	16,94	242.935,01	46,72	277.064,99
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	27.470.666,00	28.720.666,00	4.643.852,85	16,17	13.414.877,37	46,71	15.305.788,63
Transferências da União e de suas Entidades	12.780.000,00	12.780.000,00	2.122.961,64	16,61	6.134.422,35	48,00	6.645.577,65
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	7.340.400,00	8.590.400,00	1.252.577,06	14,58	3.632.422,21	42,28	4.957.977,79
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	300.000,00	300.000,00		0,00		0,00	300.000,00
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas	7.050.266,00	7.050.266,00	1.268.314,15	17,99	3.648.032,81	51,74	3.402.233,19
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	251.200,00	251.200,00	2.918,21	1,16	39.790,83	15,84	211.409,17
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes	251.200,00	251.200,00	2.918,21	1,16	39.790,83	15,84	211.409,17

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Orçamentárias	Estágios da Receita Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS DE CAPITAL	2.425.000,00	3.347.000,00	734.432,00	21,94	810.284,00	24,21	2.536.716,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00		0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.425.000,00	3.347.000,00	734.432,00	21,94	810.284,00	24,21	2.536.716,00
Transferências da União e de suas Entidades	2.225.000,00	2.882.000,00	580.000,00	20,12	580.000,00	20,12	2.302.000,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	200.000,00	465.000,00	154.432,00	33,21	230.284,00	49,52	234.716,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00		0,00		
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.688.000,00	1.688.000,00	320.223,94	18,97	941.138,56	55,75	746.861,44
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	38.433.666,00	40.605.666,00	6.121.474,81	15,08	17.851.181,85	43,96	22.754.484,15
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00		0,00		
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00		0,00		
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00		0,00		
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	38.433.666,00	40.605.666,00	6.121.474,81	15,08	17.851.181,85	43,96	22.754.484,15
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V + VI)	38.433.666,00	40.605.666,00	6.121.474,81	15,08	17.851.181,85	43,96	22.754.484,15
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS							
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais							
Reabertura de Créditos Adicionais							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Orçamentárias	Estágios da Despesa Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	36.750.366,00	39.065.286,00	8.027.015,59	17.813.439,04	21.251.846,96	5.244.352,78	14.195.669,84	24.869.616,16	13.846.888,34	0,00
DESPESAS CORRENTES	32.516.666,00	34.065.453,95	7.821.459,45	17.218.712,58	16.846.741,37	5.033.075,89	13.708.840,45	20.356.613,50	13.386.382,45	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	15.821.600,00	16.148.515,10	3.102.372,52	8.923.654,90	7.224.860,20	3.102.372,52	8.923.654,90	7.224.860,20	8.872.272,11	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	50.000,00			50.000,00		
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	16.645.066,00	17.866.938,85	4.719.086,93	8.295.057,68	9.571.881,17	1.930.703,37	4.785.185,55	13.081.753,30	4.514.110,34	
DESPESAS DE CAPITAL	4.167.700,00	4.933.832,05	205.556,14	594.726,46	4.339.105,59	211.276,89	486.829,39	4.447.002,66	460.505,89	0,00
INVESTIMENTOS	4.166.500,00	4.932.632,05	205.556,14	594.726,46	4.337.905,59	211.276,89	486.829,39	4.445.802,66	460.505,89	
INVERSÕES FINANCEIRAS					0,00			0,00		
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.200,00	1.200,00			1.200,00			1.200,00		
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	66.000,00	66.000,00			66.000,00			66.000,00		
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	878.205,70	266.446,92	767.806,30	888.893,70	767.806,30	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	38.433.666,00	40.721.986,00	8.284.399,51	18.591.933,34	22.130.052,66	5.510.799,70	14.963.476,14	25.758.509,86	14.614.694,64	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária					0,00			0,00		
Outras Dívidas					0,00			0,00		
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	38.433.666,00	40.721.986,00	8.284.399,51	18.591.933,34	22.130.052,66	5.510.799,70	14.963.476,14	25.758.509,86	14.614.694,64	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			0,00		0,00	
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	38.433.666,00	40.721.986,00	8.284.399,51	18.591.933,34		5.510.799,70	14.963.476,14		14.614.694,64	
RESERVA DO RPPS										

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Receitas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.688.000,00	1.688.000,00	320.223,94	18,97	941.138,56	55,75	746.861,44
RECEITAS CORRENTES	1.688.000,00	1.688.000,00	320.223,94	18,97	941.138,56	55,75	746.861,44
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
CONTRIBUIÇÕES	1.688.000,00	1.688.000,00	320.223,94	18,97	941.138,56	55,75	746.861,44
Contribuições Sociais	1.688.000,00	1.688.000,00	320.223,94	18,97	941.138,56	55,75	746.861,44
Contribuições Econômicas							
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profissional							
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública							
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado							
Valores Mobiliários							
Delegação de Serviços Públicos Mediante Concessão, Permissão, Autorização							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
ou Licença							
Exploração de Recursos Naturais							
Exploração do Patrimônio Intangível							
Cessão de Direitos							
Demais Receitas Patrimoniais							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
RECEITA INDUSTRIAL							
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais							
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte							
Serviços e Atividades Referentes à Saúde							
Serviços e Atividades Financeiras							
Outros Serviços							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais							
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos							
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público							
Demais Receitas Correntes							
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno							
Operações de Crédito - Mercado Externo							
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00		0,00		0,00
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
Alienação de Bens Intangíveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Transferências da União e de suas Entidades							
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades							
Transferências dos Municípios e de suas Entidades							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas Físicas							
Transferências Provenientes de Depósitos Não Identificados							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Receitas Intra Orçamentárias	Estágios da Receita Intra-Orçamentária						
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
Integralização do Capital Social							
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro							
Resgate de Títulos do Tesouro							
Demais Receitas de Capital							

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Despesas Intra Orçamentárias	Estágios da Despesa Intra-Orçamentária									
	DOTAÇÃO INICIAL (d)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (f)	SALDO (g) = (e-f)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (h)	SALDO (i) = (e-h)	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE (j)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (k)
Despesas Intra Orçamentárias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	878.205,70	266.446,92	767.806,30	888.893,70	767.806,30	0,00
DESPESAS CORRENTES	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	878.205,70	266.446,92	767.806,30	888.893,70	767.806,30	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	878.205,70	266.446,92	767.806,30	888.893,70	767.806,30	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA										
OUTRAS DESPESAS CORRENTES										
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INVESTIMENTOS										
INVERSÕES FINANCEIRAS										
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA										

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Balanço Orçamentário

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total das Despesas Exceto Intra-Orçamentárias

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	36.750.366,00	39.065.286,00	8.027.015,59	17.813.439,04	95,81	21.251.846,96	5.244.352,78	14.195.669,84	94,87	24.869.616,16	0,00
Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	195.237,53	587.561,92	3,16	512.438,08	195.237,53	587.561,92	3,93	512.438,08	0,00
Ação Legislativa	1.100.000,00	1.100.000,00	195.237,53	587.561,92	3,16	512.438,08	195.237,53	587.561,92	3,93	512.438,08	
Controle Externo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU01 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU02 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Essencial à Justiça	180.700,00	180.700,00	35.322,73	109.038,71	0,59	71.661,29	35.322,73	109.038,71	0,73	71.661,29	0,00
Defesa da Ordem Jurídica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Representação Judicial e Extrajudicial	180.700,00	180.700,00	35.322,73	109.038,71	0,59	71.661,29	35.322,73	109.038,71	0,73	71.661,29	
FU03 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU03 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração	4.007.000,00	3.973.500,00	785.686,39	2.152.314,37	11,58	1.821.185,63	699.395,12	2.000.121,16	13,37	1.973.378,84	0,00
Planejamento e Orçamento	1.439.400,00	1.379.492,00	363.816,75	886.132,26	4,77	493.359,74	315.638,86	775.476,43	5,18	604.015,57	
FU04 - Administração Geral	831.000,00	831.000,00	125.437,23	435.576,80	2,34	395.423,20	125.437,23	435.576,80	2,91	395.423,20	
Administração Financeira	1.615.400,00	1.641.808,00	270.220,07	738.269,85	3,97	903.538,15	232.106,69	696.732,47	4,66	945.075,53	
Controle Interno	121.200,00	121.200,00	26.212,34	92.335,46	0,50	28.864,54	26.212,34	92.335,46	0,62	28.864,54	
Normatização e Fiscalização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Tecnologia da Informação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ordenamento Territorial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Formação de Recursos Humanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Receitas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Administração de Concessões					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicação Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU04 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Naval					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Terrestre					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU05 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Civil					0,00	0,00			0,00	0,00	
Informação e Inteligência					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU06 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cooperação Internacional					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU07 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Social	1.358.066,00	1.358.066,00	244.972,37	739.718,55	3,98	618.347,45	242.665,19	605.778,31	4,05	752.287,69	0,00
Assistência ao Idoso					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência ao Portador de Deficiência					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência à Criança e ao Adolescente					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência Comunitária					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU08 - Administração Geral	1.358.066,00	1.358.066,00	244.972,37	739.718,55	3,98	618.347,45	242.665,19	605.778,31	4,05	752.287,69	
FU08 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdência Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência do Regime Estatutário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Complementar					0,00	0,00			0,00	0,00	
Previdência Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU09 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saúde	6.254.500,00	6.254.500,00	1.188.254,27	2.991.566,77	16,09	3.262.933,23	1.009.027,96	2.743.300,38	18,33	3.511.199,62	0,00
Atenção Básica	2.173.000,00	2.202.255,00	371.297,22	1.017.029,02	5,47	1.185.225,98	357.063,89	996.830,32	6,66	1.205.424,68	
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.346.000,00	2.188.700,00	423.124,75	1.148.133,89	6,18	1.040.566,11	392.837,46	1.105.080,59	7,39	1.083.619,41	
Suporte Profilático e Terapêutico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Vigilância Sanitária	28.200,00	28.200,00	6.209,40	17.538,02	0,09	10.661,98	6.209,40	17.538,02	0,12	10.661,98	
Vigilância Epidemiológica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Alimentação e Nutrição					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU10 - Administração Geral	680.200,00	722.700,00	173.973,94	418.999,07	2,25	303.700,93	123.600,84	330.051,33	2,21	392.648,67	
FU10 - Demais Subfunções	1.027.100,00	1.112.645,00	213.648,96	389.866,77	2,10	722.778,23	129.316,37	293.800,12	1,96	818.844,88	
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador					0,00	0,00			0,00	0,00	
Relações de Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
Empregabilidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
Fomento ao Trabalho					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU11 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação	12.819.400,00	14.438.370,00	3.445.346,96	7.275.024,55	39,13	7.163.345,45	2.264.142,89	5.726.485,97	38,27	8.711.884,03	0,00
Ensino Fundamental	9.967.400,00	11.590.050,00	2.970.357,37	6.142.991,70	33,04	5.447.058,30	1.812.330,38	4.617.630,20	30,86	6.972.419,80	
Ensino Médio					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Profissional					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ensino Superior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Infantil	2.722.000,00	2.612.020,00	393.456,14	990.086,95	5,33	1.621.933,05	372.411,40	969.042,21	6,48	1.642.977,79	
Educação de Jovens e Adultos	130.000,00	236.300,00	81.533,45	141.945,90	0,76	94.354,10	79.401,11	139.813,56	0,93	96.486,44	
Educação Especial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU12 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Cultura	494.000,00	1.010.500,00	54.330,34	222.993,43	1,20	787.506,57	51.990,34	214.393,43	1,43	796.106,57	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão Cultural	494.000,00	1.010.500,00	54.330,34	222.993,43	1,20	787.506,57	51.990,34	214.393,43	1,43	796.106,57	
FU13 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU13 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social					0,00	0,00			0,00	0,00	
Direitos Individuais Coletivos e Difusos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Assistência aos Povos Indígenas					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU14 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Urbanismo	5.868.800,00	5.944.271,08	1.958.061,84	3.434.607,91	18,47	2.509.663,17	658.741,87	1.990.452,14	13,30	3.953.818,94	0,00
Infra-Estrutura Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Urbanos	5.197.800,00	5.273.271,08	1.843.733,12	3.212.358,29	17,28	2.060.912,79	609.441,79	1.853.192,16	12,38	3.420.078,92	
Transportes Coletivos Urbanos					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU15 - Demais Subfunções	671.000,00	671.000,00	114.328,72	222.249,62	1,20	448.750,38	49.300,08	137.259,98	0,92	533.740,02	
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Habitação Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Habitação Urbana					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU16 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento	1.264.200,00	1.362.728,92	88.969,65	189.117,98	1,02	1.173.610,94	65.615,64	164.263,97	1,10	1.198.464,95	0,00
Saneamento Básico Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Saneamento Básico Urbano	1.264.200,00	1.362.728,92	88.969,65	189.117,98	1,02	1.173.610,94	65.615,64	164.263,97	1,10	1.198.464,95	
FU17 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU17 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Controle Ambiental					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recuperação de Áreas Degradadas					0,00	0,00			0,00	0,00	
Recursos Hídricos					0,00	0,00			0,00	0,00	
Meteorologia					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU18 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desenvolvimento Científico					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU19 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Extensão Rural					0,00	0,00			0,00	0,00	
Irrigação					0,00	0,00			0,00	0,00	
Promoção da Produção Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Defesa Agropecuária					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU20 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforma Agrária					0,00	0,00			0,00	0,00	
Colonização					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU21 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Produção Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Mineração					0,00	0,00			0,00	0,00	
Propriedade Industrial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Normalização e Qualidade					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU22 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Promoção Comercial					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comercialização					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comércio Exterior					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviços Financeiros					0,00	0,00			0,00	0,00	
Turismo					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU23 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicações Postais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Telecomunicações					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU24 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção	Execução da Despesa										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/total b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/total d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU24 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Conservação de Energia					0,00	0,00			0,00	0,00	
Energia Elétrica					0,00	0,00			0,00	0,00	
Combustíveis Minerais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Biocombustíveis					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU25 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transporte Aéreo					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Rodoviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Ferroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transporte Hidroviário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transportes Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Administração Geral					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU26 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto e Lazer	659.700,00	672.050,00	30.833,51	111.493,85	0,60	560.556,15	22.213,51	54.273,85	0,36	617.776,15	0,00
Desporto de Rendimento					0,00	0,00			0,00	0,00	
Desporto Comunitário					0,00	0,00			0,00	0,00	
Lazer					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU27 - Administração Geral	659.700,00	672.050,00	30.833,51	111.493,85	0,60	560.556,15	22.213,51	54.273,85	0,36	617.776,15	
FU27 - Demais Subfunções					0,00	0,00			0,00	0,00	
Encargos Especiais	2.678.000,00	2.704.600,00	0,00	1,00	0,00	2.704.599,00	0,00	0,00	0,00	2.704.600,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Refinanciamento da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Interna					0,00	0,00			0,00	0,00	
Serviço da Dívida Externa					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências					0,00	0,00			0,00	0,00	
Outros Encargos Especiais					0,00	0,00			0,00	0,00	
Transferências para a Educação Básica					0,00	0,00			0,00	0,00	
FU28 - Demais Subfunções	2.678.000,00	2.704.600,00	0,00	1,00	0,00	2.704.599,00	0,00	0,00	0,00	2.704.600,00	
Reserva de Contingência	66.000,00	66.000,00				66.000,00				66.000,00	
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	4,19	878.205,70	266.446,92	767.806,30	5,13	888.893,70	
TOTAL (III) = (I + II)	38.433.666,00	40.721.986,00	8.284.399,51	18.591.933,34	100,00	22.130.052,66	5.510.799,70	14.963.476,14	100,00	25.758.509,86	0,00

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção | Total de Despesas

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/III b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/III d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	4,19	878.205,70	266.446,92	767.806,30	5,13	888.893,70	0,00
Legislativa	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa									0,00		
Controle Externo									0,00		
FU01 - Administração Geral									0,00		
FU01 - Demais Subfunções									0,00		
Judiciária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária									0,00		
Defesa do Interesse Público no Processo Judiciário									0,00		
FU02 - Administração Geral									0,00		
FU02 - Demais Subfunções									0,00		
Essencial à Justiça	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa da Ordem Jurídica									0,00		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Representação Judicial e Extrajudicial									0,00		
FU03 - Administração Geral									0,00		
FU03 - Demais Subfunções									0,00		
Administração	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Planejamento e Orçamento									0,00		
FU04 - Administração Geral									0,00		
Administração Financeira									0,00		
Controle Interno									0,00		
Normatização e Fiscalização									0,00		
Tecnologia da Informação									0,00		
Ordenamento Territorial									0,00		
Formação de Recursos Humanos									0,00		
Administração de Receitas									0,00		
Administração de Concessões									0,00		
Comunicação Social									0,00		
FU04 - Demais Subfunções									0,00		
Defesa Nacional	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Defesa Aérea									0,00		
Defesa Naval									0,00		
Defesa Terrestre									0,00		
FU05 - Administração Geral									0,00		
FU05 - Demais Subfunções									0,00		
Segurança Pública	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Policiamento									0,00		
Defesa Civil									0,00		
Informação e Inteligência									0,00		
FU06 - Administração Geral									0,00		
FU06 - Demais Subfunções									0,00		
Relações Exteriores	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Diplomáticas									0,00		
Cooperação Internacional									0,00		
FU07 - Administração Geral									0,00		
FU07 - Demais Subfunções									0,00		
Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência ao Idoso									0,00		
Assistência ao Portador de Deficiência									0,00		
Assistência à Criança e ao Adolescente									0,00		
Assistência Comunitária									0,00		
FU08 - Administração Geral									0,00		
FU08 - Demais Subfunções									0,00		
Previdência Social	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	4,19	878.205,70	266.446,92	767.806,30	5,13	888.893,70	0,00
Previdência Básica									0,00		
Previdência do Regime Estatutário	1.683.300,00	1.656.700,00	257.383,92	778.494,30	4,19	878.205,70	266.446,92	767.806,30	5,13	888.893,70	
Previdência Complementar									0,00		
Previdência Especial									0,00		
FU09 - Administração Geral											
FU09 - Demais Subfunções											
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Atenção Básica											
Assistência Hospitalar e Ambulatorial											
Suporte Profilático e Terapêutico											
Vigilância Sanitária											
Vigilância Epidemiológica											
Alimentação e Nutrição											
FU10 - Administração Geral											

Documento gerado em 30/08/2018 15:39:17

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∎ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∎ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
FU10 - Demais Subfunções											
Trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Proteção e Benefícios ao Trabalhador											
Relações de Trabalho											
Empregabilidade											
Fomento ao Trabalho											
FU11 - Administração Geral											
FU11 - Demais Subfunções											
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Ensino Fundamental											
Ensino Médio											
Ensino Profissional											
Ensino Superior											
Educação Infantil											
Educação de Jovens e Adultos											
Educação Especial											
Educação Básica											
FU12 - Administração Geral											
FU12 - Demais Subfunções											
Cultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Patrimônio Histórico Artístico e Arqueológico											
Difusão Cultural											
FU13 - Administração Geral											
FU13 - Demais Subfunções											
Direitos da Cidadania	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Custódia e Reintegração Social											
Direitos Individuais Coletivos e Difusos											
Assistência aos Povos Indígenas											
FU14 - Administração Geral											
FU14 - Demais Subfunções											
Urbanismo	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana											
Serviços Urbanos											
Transportes Coletivos Urbanos											
FU15 - Administração Geral											
FU15 - Demais Subfunções											
Habitação	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Habitação Rural											
Habitação Urbana											
FU16 - Administração Geral											
FU16 - Demais Subfunções											
Saneamento	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Saneamento Básico Rural											
Saneamento Básico Urbano											
FU17 - Administração Geral											
FU17 - Demais Subfunções											
Gestão Ambiental	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Preservação e Conservação Ambiental											
Controle Ambiental											
Recuperação de Áreas Degradadas											
Recursos Hídricos											
Meteorologia											
FU18 - Administração Geral											
FU18 - Demais Subfunções											
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/∑ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/∑ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desenvolvimento Científico											
Desenvolvimento Tecnológico e Engenharia											
Difusão do Conhecimento Científico e Tecnológico											
FU19 - Administração Geral											
FU19 - Demais Subfunções											
Agricultura	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Abastecimento											
Extensão Rural											
Irrigação											
Promoção da Produção Agropecuária											
Defesa Agropecuária											
FU20 - Administração Geral											
FU20 - Demais Subfunções											
Organização Agrária	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Reforma Agrária											
Colonização											
FU21 - Administração Geral											
FU21 - Demais Subfunções											
Indústria	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Industrial											
Produção Industrial											
Mineração											
Propriedade Industrial											
Normalização e Qualidade											
FU22 - Administração Geral											
FU22 - Demais Subfunções											
Comércio e Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Promoção Comercial											
Comercialização											
Comércio Exterior											
Serviços Financeiros											
Turismo											
FU23 - Administração Geral											
FU23 - Demais Subfunções											
Comunicações	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Comunicações Postais											
Telecomunicações											
FU24 - Administração Geral											
FU24 - Demais Subfunções											
Energia	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Conservação de Energia											
Energia Elétrica											
Combustíveis Minerais											
Biocombustíveis											
FU25 - Administração Geral											
FU25 - Demais Subfunções											
Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Transporte Aéreo											
Transporte Rodoviário											
Transporte Ferroviário											
Transporte Hidroviário											
Transportes Especiais											
FU26 - Administração Geral											
FU26 - Demais Subfunções											
Desporto e Lazer	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Função/Subfunção - Intra	Execução da Despesa - Intra										
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS NO BIMESTRE	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE (b)	% (b/▮ b)	SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS NO BIMESTRE	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE (d)	% (d/▮ d)	SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
Desporto de Rendimento											
Desporto Comunitário											
Lazer											
FU27 - Administração Geral											
FU27 - Demais Subfunções											
Encargos Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00	0,00
Refinanciamento da Dívida Interna											
Refinanciamento da Dívida Externa											
Serviço da Dívida Interna											
Serviço da Dívida Externa											
Transferências											
Outros Encargos Especiais											
Transferências para a Educação Básica											
FU28 - Demais Subfunções											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 02 | Tabela 2.0 - Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Especificação	Evolução da Receita Corrente Líquida													
	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2018
	<MR-11>	<MR-10>	<MR-9>	<MR-8>	<MR-7>	<MR-6>	<MR-5>	<MR-4>	<MR-3>	<MR-2>	<MR-1>	<MR>		
Especificação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	3.090.885,60	2.775.818,98	2.649.113,21	2.623.322,62	2.671.644,04	5.017.376,75	3.087.000,10	3.145.460,10	2.868.788,53	2.909.080,34	2.252.006,05	2.580.715,07	35.681.211,39	37.276.766,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	146.687,17	242.921,95	114.760,07	164.489,20	93.238,11	214.775,43	193.168,30	268.764,94	282.464,62	106.929,23	107.514,62	141.151,29	2.076.864,93	2.553.500,00
IPTU	60.018,46	22.281,90	16.797,91	19.966,77	7.380,79	8.724,05	13.396,49	12.492,03	6.988,27	10.062,55	15.229,89	11.194,13	204.533,24	353.000,00
ISS	24.413,34	47.689,01	38.593,55	53.186,47	23.041,14	55.333,40	32.831,02	32.685,53	51.107,41	30.775,41	23.101,57	46.514,94	459.272,79	490.500,00
ITBI	20.769,08	110.752,21	7.752,46	21.543,54	20.739,99	80.554,21	4.394,70	7.600,00	142.253,14	3.340,26	2.845,07	41.767,97	464.312,63	710.000,00
IRRF	35.764,68	36.926,48	40.705,12	44.560,81	28.838,49	56.440,21	80.009,15	47.214,62	48.297,96	45.645,00	40.791,90	41.674,25	548.868,67	552.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	5.721,61	23.272,35	10.911,03	25.231,61	13.237,70	13.723,56	62.536,94	168.772,76	33.817,84	17.106,01	25.546,19	0,00	399.877,60	448.000,00
Contribuições	96.664,18	98.546,19	95.224,47	78.936,26	78.429,08	205.612,51	100.615,88	110.658,35	105.831,37	115.175,09	97.063,26	95.766,93	1.278.523,57	1.172.800,00
Receita Patrimonial	496.918,40	229.214,40	255.762,45	79.156,16	55.309,41	164.995,67	377.472,81	128.178,89	213.252,69	83.019,80	-312.164,71	63.666,53	1.834.782,50	1.172.800,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	496.918,40	229.214,40	255.762,45	79.156,16	55.309,41	164.995,67	377.472,81	128.178,89	213.252,69	83.019,80	-312.164,71	63.666,53	1.834.782,50	1.172.800,00
Outras Receitas Patrimoniais													0,00	
Receita Agropecuária													0,00	
Receita Industrial													0,00	
Receita de Serviços	42.610,32	52.804,58	39.644,83	41.510,88	36.513,37	42.921,63	44.496,22	32.135,01	42.361,95	35.831,73	34.223,89	47.777,50	492.831,91	520.000,00
Transferências Correntes	2.291.962,19	2.127.908,26	2.098.406,12	2.245.049,32	2.399.865,66	4.376.300,36	2.365.464,96	2.584.823,79	2.218.087,41	2.564.728,91	2.318.637,70	2.242.336,11	29.833.570,79	31.606.666,00
Cota-Parte do FPM	552.249,87	626.317,26	525.895,55	595.989,77	433.177,83	819.902,19	749.443,13	979.746,19	658.819,03	690.750,29	626.955,36	793.848,01	8.053.094,48	8.360.000,00
Cota-Parte do ICMS	304.597,82	419.780,59	451.082,09	326.620,42	480.060,66	462.868,24	436.382,04	370.487,18	361.376,04	319.304,14	358.533,47	319.063,67	4.610.156,36	4.350.000,00
Cota-Parte do IPVA	43.802,26	31.852,59	25.852,46	18.808,17	16.392,54	9.811,31	31.299,56	43.949,27	47.083,68	44.465,33	58.733,26	40.016,79	411.867,22	370.000,00
Cota-Parte do ITR	8.285,85	15.753,97	27.668,51	284.786,35	111.062,66	68.201,17	43.834,63	9.772,45	7.858,96	9.783,40	9.509,70	17.117,34	613.577,01	610.000,00
Transferências da LC nº 87/1996	1.529,10	1.529,10	1.529,10	1.529,10	1.529,10	1.529,10	1.534,31	1.534,31	1.534,31	1.534,31	1.534,31	1.534,31	18.380,46	25.000,00
Transferências da LC nº 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB	448.948,91	572.994,65	374.558,04	484.149,28	446.324,19	1.451.088,87	647.702,10	634.413,83	567.279,49	530.323,24	555.841,05	544.700,82	7.258.324,47	7.050.266,00
Outras Transferências Correntes	932.548,38	459.680,10	692.000,37	533.164,23	911.318,68	1.562.899,48	455.269,19	544.920,56	574.135,88	968.648,20	707.530,55	526.055,17	8.868.170,79	10.841.400,00
Outras Receitas Correntes	16.043,34	24.423,60	45.315,27	14.180,80	8.288,41	12.771,15	5.781,93	20.899,12	6.790,49	3.395,58	6.731,29	16,71	164.637,69	251.000,00
DEDUÇÕES (II)	248.973,66	287.035,64	271.846,54	314.012,84	312.436,51	407.036,56	319.902,31	358.355,90	290.549,68	295.730,93	291.315,09	316.369,49	3.713.565,15	1.716.800,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	66.880,78	67.989,03	65.477,07	68.465,78	68.024,16	134.574,26	67.405,26	77.258,12	75.215,37	82.579,52	80.568,82	82.131,11	936.569,28	772.800,00
Compensações Financ. entre Regimes Previdência													0,00	
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	182.092,88	219.046,61	206.369,47	245.547,06	244.412,35	272.462,30	252.497,05	281.097,78	215.334,31	213.151,41	210.746,27	234.238,38	2.776.995,87	944.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.841.911,94	2.488.783,34	2.377.266,67	2.309.309,78	2.359.207,53	4.610.340,19	2.767.097,79	2.787.104,20	2.578.238,85	2.613.349,41	1.960.690,96	2.274.345,58	31.967.646,24	35.559.966,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 03 | Tabela 3.2 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	4.361.300,00	4.361.300,00	1.853.632,44	2.397.744,01
Receita de Contribuições dos Segurados	772.800,00	772.800,00	463.721,52	324.165,27
Civil	772.800,00	772.800,00	463.721,52	324.165,27
Ativo	770.000,00	770.000,00	462.131,14	322.041,07
Inativo	2.800,00	2.800,00	1.590,38	2.124,20
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	1.688.000,00	1.688.000,00	941.138,56	631.794,05
Civil	1.688.000,00	1.688.000,00	941.138,56	631.794,05
Ativo	1.688.000,00	1.688.000,00	941.138,56	631.794,05
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos Previdenciário				
Receita Patrimonial	1.900.500,00	1.900.500,00	448.772,36	1.441.784,69
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários	1.900.500,00	1.900.500,00	448.772,36	1.441.784,69
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
Aportes Periódicos para Amortização de Déficit Atuarial do RPPS (II)				
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (IV) = (I + III - II)	4.361.300,00	4.361.300,00	1.853.632,44	2.397.744,01

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Previdenciário	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (V)	3.024.300,00	3.024.300,00	102.099,19	103.811,30	91.410,19	87.119,94	0,00	0,00
Despesas Correntes	3.024.300,00	3.024.300,00	102.099,19	103.811,30		87.119,94		
Despesas de Capital					91.410,19			
PREVIDÊNCIA (VI)	1.337.000,00	1.337.000,00	676.396,11	636.147,04	676.396,11	636.147,04	0,00	0,00
Benefícios - Civil	1.337.000,00	1.337.000,00	676.396,11	636.147,04	676.396,11	636.147,04	0,00	0,00
Aposentadorias	1.028.000,00	1.028.000,00	434.227,70	392.013,52	434.227,70	392.013,52		
Pensões	309.000,00	309.000,00	153.553,00	163.984,65	153.553,00	163.984,65		
Outros Benefícios Previdenciários			88.615,41	80.148,87	88.615,41	80.148,87		
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V + VI)	4.361.300,00	4.361.300,00	778.495,30	739.958,34	767.806,30	723.266,98	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	0,00	0,00	1.075.137,14	1.657.785,67	1.085.826,14	1.674.477,03		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Recursos RPPS Arrecadados em Exercícios Anteriores - Plano Previdenciário	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Reserva Orçamentária do RPPS - Plano Previdenciário	Previsão Orçamentária
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Reserva Orçamentária do RPPS	-
VALOR	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Plano Previdenciário do RPPS	-
Plano de Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	
Plano de Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	
Outros Aportes para o RPPS	
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Bens e Direitos do RPPS - Plano Previdenciário	Período de Referência	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	2018	2017
Bens e Direitos do RPPS	-	-
Caixa e Equivalentes de Caixa		
Investimentos e Aplicações	21.137.152,71	19.969.557,79
Outros Bens e Direitos		

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Receitas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Receita			
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receitas	-	-	-	-
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				
Inativo				
Pensionista				
Em Regime de Parcelamento de Débitos				
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias				
Receitas de Valores Mobiliários				
Outras Receitas Patrimoniais				
Receita de Serviços				
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				
Demais Receitas Correntes				
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				
Amortização de Empréstimos				
Outras Receitas de Capital				
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Despesas Previdenciárias - RPPS - Plano Financeiro	Execução da Despesa							
	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS EMPENHADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2018	DESPESAS LIQUIDADAS ATÉ O BIMESTRE / 2017	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
							Em 2018	Em 2017
Despesas	-	-	-	-	-	-	-	-
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes								
Despesas de Capital								
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios - Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Benefícios - Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas								
Pensões								
Outros Benefícios Previdenciários								
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS								
Demais Despesas Previdenciárias								
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII + XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)								

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Aportes de Recursos para o Plano Financeiro do RPPS	Aportes de Recursos
	APORTES REALIZADOS
Aportes de Recursos para o Regime Próprio de Previdência do Servidor	-
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	
Recursos para Formação de Reserva	

RREO-Anexo 04 | Tabela 4 - Demonstrativo das Receitas e Despesas Previdenciárias do RPPS

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	Receita Orçamentária	
	PREVISÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018
		RECEITAS REALIZADAS (a)
Cálculo Acima da Linha - Receitas Primárias	-	-
RECEITAS CORRENTES (I)	36.666.666,00	18.011.182,08
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	2.533.500,00	1.254.050,84
IPTU	353.000,00	78.929,92
ISS	490.500,00	260.372,66
ITBI	712.000,00	222.233,93
IRRF	552.000,00	302.847,74
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	426.000,00	389.666,59
Contribuições	1.172.800,00	663.625,80
Receita Patrimonial	2.352.500,00	663.954,76
Aplicações Financeiras (II)	2.352.500,00	663.954,76
Outras Receitas Patrimoniais		
Transferências Correntes	30.356.666,00	15.389.759,85
Cota-Parte do FPM	8.360.000,00	4.720.325,08
Cota-Parte do ICMS	4.350.000,00	2.272.542,93
Cota-Parte do IPVA	370.000,00	273.888,36
Cota-Parte do ITR	60.000,00	29.839,75
Transferências da LC 87/1996		
Transferências da LC nº 61/1989		
Transferências do FUNDEB	7.000.000,00	3.648.032,81
Outras Transferências Correntes	10.216.666,00	4.445.130,92
Demais Receitas Correntes	251.200,00	39.790,83
Outras Receitas Financeiras (III)		
Receitas Correntes Restantes	251.200,00	39.790,83
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - II - III)	34.314.166,00	17.347.227,32
RECEITAS DE CAPITAL (V)	2.425.000,00	310.284,00
Operações de Crédito (VI)		
Amortização de Empréstimos (VII)		
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)		
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)		
Outras Alienações de Bens		
Transferências de Capital	2.425.000,00	310.284,00
Convênios		
Outras Transferências de Capital	2.425.000,00	310.284,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)		
Outras Receitas de Capital Primárias		
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VI - VII - VIII - IX - X)	2.425.000,00	310.284,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	36.739.166,00	17.657.511,32

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	Despesa Orçamentária						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre / 2018					
		DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
Cálculo Acima da Linha - Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESAS CORRENTES (XIII)	34.015.453,95	17.218.712,58	13.708.840,45	13.386.382,45	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	16.148.515,10	8.923.654,90	8.923.654,90	8.872.272,11			
Juros e Encargos da Dívida (XIV)							
Outras Despesas Correntes	17.866.938,85	8.295.057,68	4.785.185,55	4.514.110,34			
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	34.015.453,95	17.218.712,58	13.708.840,45	13.386.382,45	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	4.932.632,05	594.726,46	486.829,39	460.505,89	0,00	0,00	0,00
Investimentos	4.932.632,05	594.726,46	486.829,39	460.505,89			
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)							
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XVIII)							
Aquisição de Título de Crédito (XIX)							
Demais Inversões Financeiras							
Amortização da Dívida (XX)							
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	4.932.632,05	594.726,46	486.829,39	460.505,89	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)							
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	38.948.086,00	17.813.439,04	14.195.669,84	13.846.888,34	0,00	0,00	0,00

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Primário - Acima da Linha	-
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV) = (XIIa - (XXIIIa +XXIIIb + XXIIIc))	3.810.622,98

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Primário	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Primário	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Juros Nominais	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Juros Nominais	-
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Acima da Linha	Até o Bimestre / 2018
	VALOR INCORRIDO
Resultado Nominal - Acima da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Meta Fiscal para o Resultado Nominal	Valor Realizado no Período
	VALOR CORRENTE
Meta Fiscal para o Resultado Nominal	-
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	Saldo	
	Em 31/12/2017 (a)	Até o Bimestre (b)
Cálculo Abaixo da Linha - Dívida Consolidada Líquida	-	-
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)		
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa		
Disponibilidade de Caixa Bruta		
(-) Restos a Pagar Processados (XXX)		
Demais Haveres Financeiros		
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Nominal - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Nominal - Abaixo da Linha	-
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Ajuste Metodológico	Até o bimestre 2018
	VALOR INCORRIDO
Ajuste Metodológico	-
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTES (IX)	
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	
OUTROS AJUSTES (XXXV)	
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
Resultado Primário - Abaixo da Linha	-

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Resultado Primário - Abaixo da Linha	Saldo
	Até o Bimestre / 2018
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Informações Adicionais	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
Informações Adicionais	-
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	
Reserva Orçamentária do RPPS	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Receitas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF		
	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre / 2018	Até o Bimestre / 2017
Receita Primárias	-	-	-
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Despesas Primárias	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF						
	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Empenhadas Até o Bimestre / 2017	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2018	Despesas Liquidadas Até o Bimestre / 2017	Em 2018	Em 2017
Despesas Primárias	-	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)							
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)							

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Primário	-
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF	
	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc -VIb)	Até o Bimestre (VIc - VIa)
Resultado Nominal	-	-
RESULTADO NOMINAL		

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Quadro Opcional - Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	Quadro destinado aos entes da federação que estabeleceram as metas fiscais para 2018 com base na metodologia definida na 7ª edição do MDF
	VALOR CORRENTE
Discriminação da Meta Fiscal de Resultado Nominal	-
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	

RREO-Anexo 06 | Tabela 6.3 - Demonstrativo dos Resultados Primário e Nominal - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão	Poder/Órgão											
	Poder/Órgão											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+ b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,19	371.324,45	363.514,97	0,00	7.809,67	0,00	1.962.214,29	677.660,02	677.660,02	0,00	1.284.554,27	1.292.363,94
PODER EXECUTIVO	0,19	371.324,45	363.514,97	0,00	7.809,67	0,00	1.962.214,29	677.660,02	677.660,02	0,00	1.284.554,27	1.292.363,94
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)												
TOTAL (III) = (I + II)	0,19	371.324,45	363.514,97	0,00	7.809,67	0,00	1.962.214,29	677.660,02	677.660,02	0,00	1.284.554,27	1.292.363,94

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Poder/Órgão - Intra	Poder/Órgão - Intra											
	Poder/Órgão Intra											
	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total L = (e + k)
	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a + b) - (c + d)	Inscritos		Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f + g) - (i + j)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro de 2017 (b)				Em Exercícios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro de 2017 (g)					
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PODER EXECUTIVO												
PODER LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Câmara Municipal												
Tribunal de Contas do Município												

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 07 | Tabela 7.0 - Demonstrativo dos Restos à Pagar por Poder e Órgão - Municípios

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Impactos das Contratações de PPP	Especificação de PPP		
	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	REGISTROS EFETUADOS EM 2018	
		No Bimestre	Até o Bimestre
Impactos das Contratações de PPP	-	-	-
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituídos pela SPE			
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE			
Provisões de PPP			
Outros Passivos			
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais			
Riscos não Provisionados			
Garantias Concedidas			
Outros Passivos Contingentes			

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Do Ente Federado, exceto estatais não dependentes (I)

Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas | Das Estatais Não-Dependentes

Despesas de PPP das Estatais Não-dependentes	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Total das Despesas de PPP	Despesas de PPP										
	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE (EC)	<EC + 1>	<EC + 2>	<EC + 3>	<EC + 4>	<EC + 5>	<EC + 6>	<EC + 7>	<EC + 8>	<EC + 9>
Total das Despesas de PPP	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL DAS DESPESAS											
PPP A CONTRATAR (II)											
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL) (III)											
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE (IV = I + II)											
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%) (V) = (IV) / (III)											

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TesouroNacional

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

RREO-Anexo 13 | Tabela 13.0 - Demonstrativo das Parcerias Público-Privadas

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Balanço Orçamentário	Valores
	Até o Bimestre
Balanço Orçamentário	-
RECEITAS	
Previsão Inicial	38.433.666,00
Previsão Atualizada	40.605.666,00
Receitas Realizadas	17.851.181,85
Déficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00
DESPESAS	
Dotação Inicial	38.433.666,00
Créditos Adicionais	2.288.320,00
Dotação Atualizada	40.721.986,00
Despesas Empenhadas	18.591.933,34
Despesas Liquidadas	14.963.476,14
Despesas Pagas	14.614.694,64
Superávit Orçamentário	22.130.052,66

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas por Função/Subfunção	Valores
	Até o Bimestre
Despesas por Função/Subfunção	-
Despesas Empenhadas	18.591.933,34
Despesas Liquidadas	18.591.933,34

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita Corrente Líquida - RCL	Valores
	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida - RCL	-
Receita Corrente Líquida	31.967.646,24

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	Valores
	Até o Bimestre
Receitas e Despesas do Regime Próprio de Previdência dos Servidores	-
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO PREVIDENCIÁRIO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	1.853.632,44
Despesas Previdenciárias Liquidadas	767.806,30
Resultado Previdenciário	1.085.826,14
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - PLANO FINANCEIRO	
Receitas Previdenciárias Realizadas	
Despesas Previdenciárias Liquidadas	
Resultado Previdenciário	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Resultados Nominal e Primário	Verificação das Metas dos Resultados Nominal e Primário		
	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultados Nominal e Primário	-	-	-
Resultado Nominal - Acima da Linha			
Resultado Primário - Acima da Linha			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	-	-	-	-
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	371.324,64	0,00	363.514,97	7.809,67
Poder Executivo	371.324,64	0,00	363.514,97	7.809,67
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro
TESOURONACIONAL

Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
CNPJ:
Exercício: 2018
Período de referência: 3º bimestre

Restos a Pagar por Poder e Ministério Público	Estágios dos Restos a Pagar			
	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
Ministério Público				
Defensoria Pública				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	1.962.214,29	0,00	677.660,02	1.284.554,27
Poder Executivo	1.962.214,29	0,00	677.660,02	1.284.554,27
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
Defensoria Pública				
TOTAL	2.333.538,93	0,00	1.041.174,99	1.292.363,94

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	Apuração das Despesas com Ensino		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	-	-	-
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	2.681.728,43	25,00	31,88
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	2.779.082,29	60,00	75,86
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental			
Complementação da União ao FUNDEB			

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	Apuração das Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receitas de Operações de Crédito e Despesas de Capital	-	-
Receitas de Operações de Crédito		
Despesa de Capital Líquida		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	Exercício de Apuração			
	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Projeção Atuarial dos Regimes de Previdência	-	-	-	-
Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro				
Receitas Previdenciárias				
Despesas Previdenciárias				
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	Apuração da Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	
	Valor Apurado Até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita da Alienação de Ativos e Aplicação dos Recursos	-	-
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	Apuração das Despesas com Saúde		
	Valor Apurado Até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado Até o Bimestre
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde	-	-	-
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde Executadas com Recursos de Impostos	881.551,15	15,00	24,06

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	Valor Realizado no Período
	Valor Apurado no Exercício Corrente
Despesas de Caráter Continuado Derivadas de PPP	-
Total das Despesas/RCL (%)	

RREO-Anexo 14 | Tabela 14.0 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária - Estados, DF e Municípios

siconfi Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro — TesouroNacional	**Relatório Resumido de Execução Orçamentária Simplificado**
	Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT (Poder Executivo)
	CNPJ:
	Exercício: 2018
	Período de referência: 3º bimestre

Notas Explicativas	Valores
	30/06/2018
Notas Explicativas	-
Notas Explicativas	

Lista de Assinaturas

Assinatura: 1
Assinatura: 2
Assinatura: 3
Assinatura: 4
Assinatura: 5

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 42/2018 E 23

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 42/2018

Fica rescindido a partir de 09 de agosto de 2018, o Contrato Temporário nº 42/2018,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **a Srª BENEDITA**

NUNES DA SILVA - Profª do Eja, ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 09 de agosto de 2018

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO TEMPORARIO Nº 23/2017

Fica rescindido a partir de 09 de agosto de 2018, o Contrato Temporário nº 23/2017,

celebrado entreo **Município de Nossa Senhora do Livramento** e **a Srª DANIELLI**

LAURA DE MORAES – Assistente Social- PAIF, ficando quitadas as parcelas até a presente data.

Silmar de Souza Gonçalves - Prefeito Municipal

Vladimir de Lima Brandão – Procurador Municipal

Nossa Senhora do Livramento - MT, 09 de agosto de 2018

ERRATA CONTRATO 068 2018

ERRATA CONTRATO 068 2018

CONTRATO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA, DESENTUPIMENTO DE TUBULAÇÃO E CAIXAS DE GORDURA, ATRAVÉS DE EQUIPAMENTOS/CAMINHÕES APROPRIADOS, HOSPITAL E EM ESCOLAS E DEMAIS EDIFICAÇÕES DE USO DO PODER PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO E A EMPRESA V.M. PEREIRA MEPROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº. 3008/2017 MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 025/2017 SRP PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2934/2018-1 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2762/2018-1 AS CLAUSULAS A SEGUIR.

ONDE SE LÊ

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa de prestação de Serviço de limpeza de fossa séptica, desentupimento de tubulação e caixas de gordura, através de equipamentos/caminhões apropriados, hospital e em escolas e demais edificações de uso do poder público do Município de Nossa Sra. do Livramento, conforme disposições deste instrumento, especificado no Termo de Referência nº086/2017 **Processo Administrativo: Nº. 3008/2017 Modalidade Pregão Eletrônico Nº 025/2017**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2934/2018-1 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2762/2018.**

1.2. LEIA SE

CLAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.3. O instrumento contratual tem por objeto a contratação de empresa de prestação de Serviço de limpeza de fossa séptica, desentupimento de tubulação e caixas de gordura, através de equipamentos/caminhões apropriados, hospital e em escolas e demais edificações de uso do poder público do Município de Nossa Sra. do Livramento, conforme disposições deste instrumento, especificado no Termo de Referência nº086/2017 **Processo Administrativo: Nº. 3008/2017 Modalidade Pregão Eletrônico Nº 025/2017**, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição, **PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2934/2018-1 PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2762/2018.**

CLAUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1 O preço, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

Razão Social	**V M PEREIRA ME** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 09.144.719/0001-70					
Endereço:	sede Avenida B, 37, Quadra 04, Jardim Mossoró, município Cuiabá/MT					
Contatos:	(65) 3661-3530 3661-0700 – Gerson -99605-0101					
Representante:	Valeria Medeiros Pereira					
Item	Especificação	Qdade	UND	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA(SUCÇÃO), CARGA ATÉ 8.000 LITROS	77	UND	Marca Própria	R$ 105,99	8.161,23
2	SERVIÇOS DE LIMPEZA DE FOSSA SÉPTICA(SUCÇÃO), CARGA ATÉ 16.000 LITROS	99	UND	Marca Própria	R$ 190,79	18.888,21
4	SERVIÇOS DE DESENTUPIMENTO DE CAIXA DE GORDURA	73	UND	Marca Própria	R$ 105,00	7.665,00
VALOR R$ 34.714,44 (Trinta e Quatro Mil Setecentos e Quatorze Reais e Quarenta e Quatro Centavos)						

CLAUSULA TERCEIRA VALIDADE DO CONTRATO

3.1 A validade do contrato será de 04 (quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura, prazo em que o **CONTRATADO**, deverá entregar os itens do objeto integralmente de acordo com a necessidade da Secretaria, podendo ser prorrogados em conformidade com o disposto no Art. 57, II, da Lei 8.666 de 21/06/93.

CLAUSULA SEXTA DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1 A despesa decorrente das contratações oriundas deste contrato, correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Secretaria	Recurso	Projeto Atividade	Reduzido Dotação	Natureza de Despesa	Fonte	Valor
Sec. Municipal Saúde	Próprio	2067- Manut. das Atividades Hospitais. /Ambulat. MAC	070033	33.90.39.00	100	R$ 5.028,21
Sec. Municipal Saúde	Próprio	2030 - Manutenção Encargos da Saúde	070008	33.90.39.00	100	R$ 5.028,21
Sec. Municipal de ADM	Próprio	2089 - – Manutenção Ativid. De ADM/Planejamento	040026	33.90.39.00	100	R$ 6.985,60
Sec. Municipal de Educação	Federal	2011 – Manut. Ens Fundamental 40%	050070	33.90.39.00	119	10.000,00
Sec. Municipal de Educação	Federal	2104 - Manut. Ed. Infantil Pre Escola 40%	050098	33.90.39.00	119	4.000,00
Sec. Municipal de Educação	Federal	2012 - Manut. Ed. Infantil Creche 40%	050078	33.90.39.00	119	3.672,42
TOTAL						**34.714,44**

Nossa Senhora do Livramento – MT, 08 de Agosto de 2018.

CONTRATANTE:

SILMAR DE SOUZA GONÇALVES

Prefeito Municipal

CONTRATADO:

Empresa V M PEREIRA ME

CNPJ sob o nº 09.144.719/0001-70,

Representado pela senhora Valeria Medeiros Pereira

RG: nº 1091165-0 SSP/MT

CPF nº 689.591.761-68

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2018

AVISO DE SUSPENSÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 023/2018

A Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento, diante de Pedido de esclarecimento por empresas sobre o Edital do Pregão Presencial n. 023/2018 – Processo Administrativo nº **002243/2018**, cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS, para futura e eventual CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE MÁQUINA PESADA sob o regime de HORA/MÁQUINA (MOTONIVELADORA, COM FORNECIMENTO DE MÃO-DE-OBRA, MANUTEN-

ÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS AO COMPLETO DESEMPENHO DOS TRABALHOS, PARA ATENDER NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, sendo o total a ser contratado da máquina equivalente a 4.000 (quatro mil horas conforme as especificações, unidades e quantidades constantes no **Anexo I**do **Edital,** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL,** cuja abertura da sessão estava agendada para 9:00 horas do **dia 31 de agosto de 2018** e visto que, há necessidade de maior tempo para análise e julgamento do pedido de esclarecimento, com possível alteração e publicação de novo edital, COMUNICA que o **PREGÃO PRESENCIAL N. 023/2018** encontra-se **SUSPENSO**, sendo que será divulgado nova data e horário para a realização do certame, por meio de publicação na imprensa oficial**http://www.amm.org.br/ e site https://www.nossasenhoradolivramento.mt.gov.br/.**

Nossa Senhora do Livramento-MT., 30 de agosto de 2018.

Leonildes F. S. Benevides

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 037/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do procedimento licitatório de Pregão Presencial n.º. **037/2018, cujo OBJETO é o** Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços para realização de exames laboratoriais, voltados a atender pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS do município de Nova Bandeirantes – MT, conforme termo de referência constante do anexo I.

SAGROU-SE vencedoraa empresa**: LABORATORIO LABORVALE LTDA CNPJ: 10.509.276/0001-53,** foi declarada habilitada e consequentemente vencedora do objeto supracitado com o valor global **R$ 275.418,12 (Duzentos e setenta e cinco mil quatrocentos e dezoito reais e doze centavos).**

A Pregoeira informa ainda, que os autos do Processo se encontram com vistas franqueadas aos interessados a partir da data desta publicação, nos dias úteis no horário de expediente da PREFEITURA MUNICIPAL NOVA BANDEIRANTES/MT.

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 019/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 058/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2018

Aos 15 dias do mês de AGOSTO de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 035/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **21/08/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de prestação de serviços**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual ***contratação de empresa para efetuar transporte escolar de alunos da rede pública do município de Nova Bandeirantes – MT, nos assentamentos, em estradas não pavimentadas, atendendo à solicitação da secretaria municipal de educação, conforme perímetros e quilometragens,***e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**R. VIEIRA**			CNPJ:	**14.339.112/0001-86**
Endereço:	**EST. NOVA INTEGRAÇÃO**			Nº:	**S/N**
Bairro:	**Z. RURAL**	Cidade:	**N. BANDEIRANTES**	CEP:	**78565-000**
Representante Legal:	**ROGERIO VIEIRA**			CPF:	**002.405.621-94**
Email:	**globocontabil@hotmail.com**			Telefone:	**(66) 98418-7441**
Agência:	**0821-4**	Conta:	**57277-2**	Banco:	**SICREDI**

Item	Itinerário	Km dia	Valor unitário por Km	Valor mensal (22 dias letivos)	Valor Total 06 meses
01	LINHA MARCO AZUL X ESCOLA MUNICIPAL PARAISO DO NORTE	140	4,30	13.244,00	79.464,00
02	SOL NASCENTE X ESCOLA MUNICIPAL PARAISO DO NORTE	218	4,30	20.622,80	123.736,80
03	LINHA FRISÃO X ESCOLA MUNICIPAL PARAISO DO NORTE	140	4,30	13.244,00	79.464,00
04	LINHA 02 X ESCOLA MUNICIPAL MARCO AZUL	62	4,30	5.865,20	35.191,20
05	LINHA ASSENTAMENTO 1 DE MAIO X ESCOLA MUNICIPAL MARCO AZUL	125	4,30	11.825,00	70.950,00
06	LINHA 2000 X 4000 X ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL	129	4,30	12.203,40	73.220,40
07	LINHA 700 X ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL	100	4,30	9.460,00	56.760,00
08	LINHA 1500 X ESCOLA MUNICIPAL PRINCESA ISABEL	128	4,30	12.108,80	72.652,80

valor global **R$ 591.439,20 (Quinentos e noventa e um mil quatrocentos e trinta e nove reais e vinte centavos).**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 03(três) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Prestar os serviços o objeto licitado conforme especificações deste edital e seus anexos. Em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Entregar os veículos objeto desta licitação para execução dos serviços imediatamente após a assinatura do contrato, mantidas as condições e discriminação constante no Edital e Anexos;

b) O veiculo deve possuir os equipamentos obrigatórios e específicos do transporte escolar, sendo: Dístico escolar (conforme CTB art. 136 III), registrador instantâneo (Tácografo), lanternas, pneus em bom estado de conservação, além dos demais equipamentos exigidos pela legislação (Resolução CONTRAN nº 14/98) artigo c) 136,VII do CTB.

c) Transporte dos alunos devidamente cadastrados como beneficiários do serviço, pertencentes às escolas constantes no Termo de Referencia, das localidades próximas ás suas residências até as respectivas instituições de ensino;

a) Cumprir fielmente os horários que serão determinados pelo **CONTRATANTE** no início do ano letivo, os quais atenderão aos turnos da manhã e/ou tarde;

b) Manter os veículos sempre em conformidade com as exigências do Código de Transito Brasileiro, as Resoluções do CONTRAN e as novas disposições que venham a ser editadas, especialmente quanto à segurança;

c) Apanhar os alunos nos locais determinados pelo **CONTRATANTE;**

d) Tratar com cortesia e urbanidade os alunos e os agentes de fiscalização do **CONTRATANTE;**

e) Manter o veículo sempre limpo;

f) Responder, direta ou indiretamente, por quaisquer danos causados ao **CONTRATANTE**, aos alunos ou a terceiros, por dolo ou culpa;

g) Cumprir as determinações do **CONTRATANTE;**

h) Submeter seu veículo às vistorias técnicas determinadas pelo **CONTRATANTE**, respeitando o CTB e Resoluções do CONTRAN;

i) Prestar contas do serviço ao **CONTRATANTE**, mensalmente, através de relatório circunstanciado, conforme modelo fornecido pela Secretaria de Educação.

j) Permitir aos encarregados da fiscalização o livre acesso, em qualquer época, aos bens destinados ao serviço contratado;

k) Zelar pela integridade dos bens vinculados à prestação do serviço;

l) Em caso de substituição dos veículos deverá obter autorização prévia do Município, utilizando um veículo vistoriado pelo Município e DETRAN, Todas as despesas decorrentes da contratação, bem como, vistorias, encargos trabalhistas, previdenciários e tributários decorrentes da execução do Contrato, ficarão exclusivamente a cargo da contratada, cabendo-lhe ainda inteiramente responsabilidade por quaisquer acidentes de que possam vir a ser vítimas dos seus empregados, quando em serviço, bem como quaisquer danos ou prejuízos porventura causados a terceiros e ao Município. O Município isenta-se de qualquer responsabilidade por acidentes ocorridos fora do serviço, em que haja envolvimento dos veículos utilizados no Transporte Escolar.

m) Arcar com a remuneração e os demais encargos trabalhistas, fiscais e comerciais, decorrentes da P a saber:

5.2.1 O condutor de veículo destinado a condução de escolares deve satisfazer aos seguintes requisitos:

5.2.2 Ter idade superior a vinte e um anos (art. 138, inciso I, CTB);

5.2.3 Ser habilitado no mínimo, na categoria “D” (art. 138, inciso II, CTB);

52.4 Ser aprovado em Curso Especializado para a condução de escolares, devidamente averbado em sua Carteira Nacional de Habilitação, nos termos da regulamentação do CONTRAN (art. 138, inciso V, CTB);

5.2.5 Não ter cometido nenhuma infração grave ou gravíssima, ou ser reincidente em infrações medias, durante os dozes últimos meses (art. 138, inciso IV, CTB);

5.2.6 Apresentar Certidão Negativa de Cartório Distribuidor Criminal, expedida no Município de residência ou domicilio do condutor.

5.2.7 Quando a Carteira Nacional de Habilitação do condutor for emitida em outra Unidade da Federação, deverá ser apresentado Certidão Negativa de Pontuação Suspensão e Cassação da CNH, emitida pelo DETRAN de origem da CNH.

5.2.8 O veículo destinado a condução coletiva de escolares, para fins de circulação nas vias, devera aos seguintes requisitos:

5.2.9 - Ser registrado como veículo de passageiros e quanto a categoria, como aluguel ou oficial;

5.2.10 - Seja regularizado na cor branca, com no máximo 10 (dez) anos de fabricação para os veículos ônibus e micro-ônibus e com no máximo 08 (oito) anos de fabricação para os demais veículos;

5.2.11 - Pinturas de faixa horizontal na cor amarela, com quarenta centímetros de largura e meia altura, em toda a extensão das partes laterais, frontal e traseira da carroceria, com o dístico ESCOLAR, fonte Arial, na cor preta, com 20 cm de largura com 30 cm de altura, sendo que, em caso de veículo de carroceria pintada na cor amarela, as cores indicadas deverão ser invertidas.

5.2.12 - Equipamentos registrados instantâneo inalterável de velocidade e tempo (tacógrafo), em perfeitas condições de funcionamento e com Certificado de Aferição emitido pelo INMETRO;

5.2.13 - Lanternas de luz branca, fosca ou amarela, disposta nas extremidades da parte superior dianteira, e de luz vermelha nas extremidades da parte superior traseira;

5.2.14 - Cintos de segurança em número igual a lotação, adaptados na forma estabelecida pela Legislação de Transito vigente;

5.2.15 - Extintor de incêndio com carga de pó químico seco ou de gás carbônico de quatro quilos, fixado na parte dianteira do compartimento destinado aos passageiros;

5.2.16 - Limitadores de abertura dos vidros corrediços, de, no máximo, dez centímetros:

5.2.17 - Dispositivos próprios para a quebra ou remoção de vidros, em caso de acidente.

5.2.18 - Além dos requisitos acima especificados, o veículo para o transporte de escolares devera ainda, possuir os demais equipamentos obrigatórios, comuns aos veículos da mesma espécie, previstos no Código de Transito Brasileiro e nas Resoluções do Conselho Nacional de Transito – CONTRAN.

5.2.19 - Para o atendimento do Inciso III, deste Artigo, será admitida a utilização de faixa adesiva em substituição á pintura, desde que atendidas todas as demais especificações vedada a utilização de faixa imantada, magnética ou a utilização de qualquer outro dispositivo que possa retira-la, de forma temporária ou definitiva.

5.2.20 - Vedar ao proprietário do veículo, ampliação da capacidade de lotação do veículo, para fins de transporte escolar sem previa autorização do DETRAN/MT, sob pena de incorrer em infração ao Artigo 230, VIII, do CTB.

5.2.21 - Os veículos especialmente destinados à condução coletiva de escolares somente poderão circular nas vias com autorização emitida pelo órgão ou entidade executiva de trânsito dos Estados, Municípios e do Distrito Federal (Art. 136 da Lei nº 9.503 de 23 de setembro de 1997-Código Brasileiro de Trânsito). A autorização referida deverá ser afixada na parte interna do veículo, em local visível, com inscrição da lotação permitida, sendo vedada condução de escolares em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante (Art. 137).

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar também cópia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário, pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 035/2018).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público, devidamente demonstrado e justificado;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria **193/2017**, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais.

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: -04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade: 005 – TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12- EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 110-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
182 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica

Órgão: -04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade: 005 – TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12- EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 116-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (RECURSOS PRÓPRIOS)
184 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica

Órgão: -04 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
Unidade: 005 – TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12- EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 117-MANUTENÇÃO COM O PNATE
188 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros - P. Jurídica

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 035/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Data 16/08/2018 Prefeitura Municipal de nova Bandeirantes.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

R. VIEIRA

CNPJ: 14.339.112/0001-86

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 086/2018

CONTRATADO: **J. FONSECA DOMICIANO & CIA LTDA - ME**

CNPJ: **06.252.838/0001-59**

OBJETO: **O presente contrato tem como objeto a prestação de serviços de decoração para o evento do "26° Baile da Rainha do Café", a ser realizado no dia 04 de agosto de 2018, no Centro Cultural esportivo matrinchã no município de Nova Bandeirantes-MT.**

VALOR GLOBAL: **R$ 12.850,00** (doze mil oitocentos e cinquenta reais).

DEPARTAMENTO DE LICITAÇAO E CONTRATOS
LICENÇA PREVIA E LICENÇA DE INSTALAÇÃO (LP) E (LI), REFERENTE A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIPLO USO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, CNPJ nº **33.683.822/0001-73,** torna público que requereu junto a Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a Licença Previa e Licença de Instalação (LP) e (LI), referente a **CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE MULTIPLO USO MUNICIPAL** no município de Nova Bandeirantes/MT.

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
DECISAO A IMPUGNAÇAO AO EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N. 006/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 053/2018

Trata-se de impugnação ao Edital do Pregão Presencial n. 006/2018, que tem como objeto a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de engenharia para a construção da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes impetrado pela empresa Edson Aparecido da Silveira Comércio e Serviços – EPP (APOLO CONSTRUTORA).

1 – DA TEMPESTIVIDADE

A impugnação foi protocolizada através de protocolo pessoal com a Pregoeira em 15 de agosto de 2018, assim sendo admitida a tempestividade da presente manifestação nos termos do art. 41, parágrafo 2, da Lei 8.666/93.

2 – DOS ARGUMENTOS

Em apertada síntese, a empresa impugnante alega que o item 6.4.2 "b", que diz respeito a qualificação técnica foi cumprido por ele, assim não merecendo ser inabilitado do certame.

3 – DA ANÁLISE

Exordialmente, ao que tange as alegações de que cumpriu o requisito elencado no item 6.4.2, especificamente na alínea "b", não merece guarida, tendo em vista que o certame é cristalino ao estabelecer que o atestado de capacidade técnica além de devidamente registrado no CREA, deveria ter comprovado atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de característica **SEMELHANTES** com o objeto desta licitação, senão vejamos *in verbis:*

"6.4.2. Da Capacitação Técnica Profissional:

[...]

b) Atestado de capacidade técnica, devidamente registrado no CREA fornecido por pessoa jurídica de direito publico ou privado, comprovando possuir em seu quadro permanente, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de **atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de característica semelhantes com o objeto desta licitação."**

Deste modo, conforme supramencionado, o atestado de capacidade técnica exigido no certame, dispõe que o serviço de característica semelhante com o objeto da licitação. Entretanto, o impugnante apenas apresentou documento comprovando seu cadastro no CREA, o que nem de perto se assemelha com o objeto do Edital, qual seja, **A CONSTRUÇÃO DA PREFEITURA DE NOVA BANDEIRANTES.**

De outro giro, ao que se refere ao Sr. Renato Michel Zanella ter participado na reunião, nada impede a Pregoeira quando lhe faltar conhecimento técnico de algum documento apresentado pelos licitantes que está peça ajuda a cada área especializada. O que fora feito.

Lembremos ainda que o Sr. Renato Michel Zanella presta serviço ao Município, conforme contrato celebrado, contrato de n. 022/2017

Por fim, não havendo nenhum tipo de irregularidade a consultoria da Pregoeira ao Engenheiro com o fim de esclarecer se o atestado apresentado cumpria ou não o requisito do edital. O que por fim, restou comprovado que o atestado não se fazia suficiente.

5 – DA DECISÃO

Desse modo, presente o requisito de forma, prescrito em lei, a impugnação reúne as condições de ser CONHECIDA, e no mérito, não vislumbro qualquer irregularidade/direcionamento no objeto do edital questionado pelo impugnante, razão pela qual **NEGO PROVIMENTO** à impugnação oferecida, para manter inalterado o instrumento convocatório, com o consequente prosseguimento do certame na data anteriormente marcada.

Intime-se o impugnante.

Junte-se aos autos do processo administrativo.

Nova Bandeirantes, 30 de agosto de 2018.

Bruna Neiverth

Pregoeira

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2018

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 030/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/07/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de pneus e câmaras de ar novos de primeira linha, e serviços de recapagem e vulcanização de pneus, para uso de diversas secretarias do município de Nova Bandeirantes-MT*,** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**DELREY NOVA BANDEIRANTES EIRELI -ME**						CNPJ:	**06.063.181/0001-81**
Endereço:	**AV. JOSÉ FRANCISCO OTÊNIO**						Nº:	**971**
Bairro:	**CENTRO**	Cidade:	**NOVA BANDEIRANTES**				CEP:	**78.565-000**
Representante Legal:	**MARILZA DA SILVA GOMES**						CPF:	**847.237.501-34**
Email:	**pzanco@brturbo.com.br**						Telefo ne:	**(66) 3572-1650 (66) 98424-9304**
AGÊNCIA	**1177-0**	CONTA CORRENTE	**22648-3**				BANCO	**DO BRASIL**

Ite m	Cód	PNEUS	UNIDADE	MARCA	QTD	V. UNITARIO	V. GLOBAL
1	322975	CAMARA DE AR 1.400X24	UNIDADE	JFF CAMARAS	13	R$ 388,00	R$ 5.044,00
2	335567	CAMARA DE AR 13	UNIDADE	JFF CAMARAS	50	R$ 48,00	R$ 2.400,00
3	335568	CAMARA DE AR 13/14	UNIDADE	JFF CAMARAS	20	R$ 44,00	R$ 880,00
4	335458	CAMARA DE AR 14.9.24	UNIDADE	JFF CAMARAS	20	R$ 310,00	R$ 6.200,00
5	335459	CAMARA DE AR 14.9.28	UNIDADE	JFF CAMARAS	10	R$ 305,00	R$ 3.050,00
6	330118	CAMARA DE AR 2.25.17	UNIDADE	JFF CAMARAS	50	R$ 40,00	R$ 2.000,00
7	355508	CAMARA DE AR 2.50X18	UNIDADE	JFF CAMARAS	30	R$ 40,00	R$ 1.200,00
8	335462	CAMARA DE AR 23.1.30	UNIDADE	JFF CAMARAS	10	R$ 948,00	R$ 9.480,00
9	355510	CAMARA DE AR 300X19	UNIDADE	JFF CAMARAS	10	R$ 51,00	R$ 510,00
10	355509	CAMARA DE AR 400X17	UNIDADE	JFF CAMARAS	10	R$ 51,00	R$ 510,00
11	335575	CAMARA DE AR ARO 15	UNIDADE	JFF CAMARAS	40	R$ 60,00	R$ 2.400,00
12	335574	CAMARA DE AR ARO 16	UNIDADE	JFF CAMARAS	50	R$ 82,00	R$ 4.100,00
13	330125	CAMARA DE AR P/ MOTO ARO 16	UNIDADE	JFF CAMARAS	30	R$ 50,00	R$ 1.500,00
14	335469	CAMARA DE AR PNEU TRASEIRO 16.9.28	UNIDADE	JFF CAMARAS	10	R$ 272,00	R$ 2.720,00
15	335570	CAMARA DE AR14	UNIDADE	JFF CAMARAS	15	R$ 42,00	R$ 630,00
16	328074	PNEU 100X20 LISO	UNIDADE	GOODYEAR	50	R$ 1.490,00	R$ 74.500,00
17	355503	PNEU 110.90-17 MISTO	UNIDADE	GOODYEAR	20	R$ 330,00	R$ 6.600,00
18	335476	PNEU 12.4.24 -10 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	8	R$ 2.190,00	R$ 17.520,00
19	330074	PNEU 14.9.24	UNIDADE	GOODYEAR	20	R$ 3.000,00	R$ 60.000,00
20	335480	PNEU 16.9.28- 10 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	20	R$ 3.690,00	R$ 73.800,00
21	335483	PNEU 175-70 13	UNIDADE	CONTINENTAL	40	R$ 275,00	R$ 11.000,00
22	335485	PNEU 18.4.30 -- 10 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	30	R$ 3.750,00	R$ 112.500,00
23	335486	PNEU 185 70 R 14 BORRACHUDO	UNIDADE	CONTINENTAL	10	R$ 400,00	R$ 4.000,00
24	335561	PNEU 185. 70 R14 MISTO	UNIDADE	CONTINENTAL	20	R$ 355,00	R$ 7.100,00
25	335488	PNEU 195- 70 R 15 LISO	UNIDADE	CONTINENTAL	30	R$ 499,00	R$ 14.970,00
26	335489	PNEU 195 -70 R 15 MISTO	UNIDADE	CONTINENTAL	20	R$ 530,00	R$ 10.600,00
27	323636	PNEU 195/70 R14M MISTO	UNIDADE	CONTINENTAL	10	R$ 345,00	R$ 3.450,00
28	335490	PNEU 2.75.21 BORRACHUDO	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 290,00	R$ 2.900,00
29	355502	PNEU 2.75-18 MISTO	UNIDADE	RINALDI	20	R$ 260,00	R$ 5.200,00
30	355528	PNEU 225 X 75 R 16	UNIDADE	CONTINENTAL	20	R$ 1.090,00	R$ 21.800,00
31	335493	PNEU 23.1.30 12 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 6.450,00	R$ 64.500,00
32	355507	PNEU 235/75 R 15	UNIDADE	CONTINENTAL	27	R$ 910,00	R$ 24.570,00
33	361794	PNEU 235-70 - 15	UNIDADE	CONTINENTAL	6	R$ 850,00	R$ 5.100,00
34	335573	PNEU 235X70 R 16 MISTO	UNIDADE	CONTINENTAL	20	R$ 880,00	R$ 17.600,00
35	355533	PNEU 255-75 R 15	UNIDADE	CONTINENTAL	15	R$ 1.070,00	R$ 16.050,00
36	361695	PNEU 275.70.16	UNIDADE	GOODYEAR	6	R$ 1.400,00	R$ 8.400,00
37	335498	PNEU 275-18 BORRACHUDO	UNIDADE	GOODYEAR	15	R$ 310,00	R$ 4.650,00
38	335499	PNEU 275-18 LISO	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 310,00	R$ 3.100,00
39	335497	PNEU 275-22-5 16 LONAS BORRACHUDO	UNIDADE	GOODYEAR	15	R$ 2.135,00	R$ 32.025,00
40	328072	PNEU 295/70X22,5 BORRACHUDO	UNIDADE	GOODYEAR	8	R$ 2.042,00	R$ 16.336,00
41	362064	PNEU 295-80 22.5	UNIDADE	GOODYEAR	8	R$ 2.180,00	R$ 17.440,00
42	362065	PNEU 295-80 22.5 LISO	UNIDADE	GOODYEAR	2	R$ 2.180,00	R$ 4.360,00
43	230148	PNEU 410X18X60 BORRACHUDO	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 330,00	R$ 3.300,00
44	335502	PNEU 7.5.18 10 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	18	R$ 960,00	R$ 17.280,00
45	335503	PNEU 700X16 10 LONAS BORRACHUDO	UNIDADE	GOODYEAR	20	R$ 840,00	R$ 16.800,00
46	335505	PNEU 80-100-14	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 270,00	R$ 2.700,00
47	335506	PNEU 80-90-18 BORRACHUDO	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 310,00	R$ 3.100,00

48	335517	PNEU 9.5 .24	UNIDADE	GOODYEAR	16	R$ 1.650,00	R$ 26.400,00
49	335509	PNEU 90.90.19 BORRACHUDO	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
50	355504	PNEU 90.90-19.52 P MISTO	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 350,00	R$ 3.500,00
51	335515	PNEU 900X20 BORRACHUDO RADIAL	UNIDADE	GOODYEAR	6	R$ 1.820,00	R$ 10.920,00
52	335513	PNEU 90-100 -17	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 300,00	R$ 3.000,00
53	355501	PNEU 90-90-18 MISTO	UNIDADE	RINALDI	20	R$ 250,00	R$ 5.000,00
54	335518	PNEU TRASEIRO 16.9.28	UNIDADE	GOODYEAR	6	R$ 3.500,00	R$ 21.000,00
55	330081	PNEU TRASEIRO 16.9.28	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 3.500,00	R$ 35.000,00
56	335520	PNEU TRASEIRO 250.17	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 300,00	R$ 3.000,00
57	335521	PNEU TRASEIRO 80.100-14	UNIDADE	RINALDI	10	R$ 280,00	R$ 2.800,00
58	355489	PROTETOR DE ARO 16	UNIDADE	VALADARES	100	R$ 48,00	R$ 4.800,00
							R$ 844.795,00

Valor Global: **R$ 844.795,00 (Oitocentos e quarenta e quatro mil setecentos e noventa e cinco reais)**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I;

b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora comprometese a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.

c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital.

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município;

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos

itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **4.7**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação das secretarias municipais, com prazo de entrega não superior a **05 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. A aquisição de pneus/câmaras/ – ***devem ser originais de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera atender as normas da ABNT e INMETRO, ser de fabricação nacional e ter certificado ISSO***. Deverá constar a marca e procedência dos itens cotados.

5.7. A empresa vencedora deve apresentar documentação pertinente ao objeto, quando for o caso. Exemplo: para materiais regidos por normas de padronização será exigido os Certificados emitidos pelos órgãos de controle e regulamentação

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 030/2018).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-98437-1118

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais.

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04-ADMINISTRACAO

Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0003-PROGRAMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA
Projeto/Atividade: 2 005-MANUTENÇ+O DO GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRAC
68 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-PROGRAMA EDUCANDO PARA O FUTURO
Projeto/Atividade: 2 012-MANUT. C/O GAB. DO SECRETARIO EDUCACAO, CUL.
120 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 014-Manutenção com o Salário da Educação
142 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇAO.
Unidade: 004 – FUNDEB 40
Função: 12 - EDUCACAO
Sub-Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0018 – RECUSRSOS VINCULADO AO FUNDEB
Projeto/Atividade: 2 080 – Manut. e Encargos com Fundeb Apoio Adm.
165 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 116 – Manutenção com Transporte escola
180 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 116 – Manutenção com Transporte escola (Recursos Propio
183 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0005-PROGRAMA DE GESTAO DE SAUDE PUBLICA
Projeto/Atividade: 2 022-MANUT. E ENC. C/ O GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE
196 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub-Função: 301 – ATENÇÃO BASICA
Programa: 0020 – Atenção a Saude Basica
Projeto/Atividade: 2 122-Manutenção e Encargos com Saúde da Família
229 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0021-Antençãi a Saúde – Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 023- Manutenção e Encargos com Hospital Municipal
258 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 305- VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa: 0 022 – Manutenção da Vigilancia em Saude
Projeto/Atividade: 2 124 – Manutenção da Vigilância em Saúde
272 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 06-SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB., TEC. E SANEA
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20-AGRICULTURA
Sub-Função: 606-EXTENSAO RURAL
Programa: 0007-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
Projeto/Atividade: 2 025-MANUT.E ENC. C./O GAB.E DO SECRETARIO DE AGRICUL
308 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT. E TRANSPORTES
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26-TRANSPORTE
Sub-Função: 782-TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0013-MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA
Projeto/Atividade: 2 073-MANUT E ENC. C/O GAB. DO SECRET+RIO INFRA ESTRU
411 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT. E TRANSPORTES
Unidade: 003-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26-TRANSPORTE
Sub-Função: 782-TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0032- Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 147 – Manutenção de Estradas Vicinais
454 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08-ASSISTENCIA SOCIAL
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0011-GESTAO DAS POLITICAS SOCIAIS
Projeto/Atividade: 2 009-MANUT E ENC C/ O GABINETE DA SECRET. ACAO SOCIAL
464 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08-ASSISTENCIA SOCIAL
Sub-Função: 244-ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011-GESTAO DAS POLITICAS SOCIAIS
Projeto/Atividade: 2 139 – Bloco – Proteção Social Basica
501 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 12-SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUD
Unidade: 002-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27-DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812-DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009-PROGRAMA ESPORTES PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2 132-Manutenção com Depto. Do Secretario de Desporto
615 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04-ADMINISTRACAO
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0003-PROGRAMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA
Projeto/Atividade: 2 005-MANUTENÇ+O DO GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRAC
74 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-PROGRAMA EDUCANDO PARA O FUTURO
Projeto/Atividade: 2 012-MANUT. C/O GAB. DO SECRETARIO EDUCACAO.
126 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUT. COM O SALÁRIO DA EDUCAÇÃO
144 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
182 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Propios)
184 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO COM O PNATE
188 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0005-ATENÇÃO A SAUDE PUBLICA
Projeto/Atividade: 2 022-MANUT. E ENC. C/ O GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE
201 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0020-ATENÇÃO A SAUDE PUBLICA - ATENÇÃO BASICA
Projeto/Atividade: 2 122-MANUT. E ENC. C/ A SAUDE DA FAMILIA
232 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função:302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0021-ATENÇÃO A SAUDE – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto/Atividade: 2 123-MANUT. E ENC. COM O HOSPITAL MUNICIPAL
261 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 06-SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20- AGRICULTURA
Sub-Função: 606 – EXTENÇÃO RURAL
Programa: 0007- Agriculutura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025-MANUT. E ENC. C/ GABINETE DO SECREATRIO
311 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26 - TRANSPORTE
Sub - Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0013-Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073-MANUT. E ENC. C/ O GABINETE DO SECRETARIO
414 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032-Administração com Recursos do FETHAB
Projeto/Atividade: 2 146-MANUT. URBANA COM RECURSOS DO FETHAB
430 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANO
Programa: 0013-Melhorias da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 – Manutenção Depto de Serviços Urbanos
440 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas

Jurídica.
Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO
Função: 26 - TRANSPORTE
Sub - Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0032-Administração com Recursos do FETHAB
Projeto/Atividade: 2 147 - MANUT. ESTRADAS VICINAIS
455 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08 – Assistência Social
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO
Programa: 0011-Gestão de Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009- MANUTENÇÃO E ENCAGOS COM O GAB. DO SECRETARIO
468 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 – Assistência Social
Sub - Função: 244 – ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011-Gestão de Politicas Sociais
Projeto/Atividade: 2 139- Bloco – Proteção Social Básica
505 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 12-SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27 – DESPORTO E LAZER
Sub - Função: 812 – DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009-Esportes para todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCAGOS COM O GAB. DO SECRETARIO
598 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 030/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes-MT, 30 de julho de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

_____

DELREY NOVA BANDEIRANTES EIRELI -ME

CNPJ: 06.063.181/0001-81 CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2018

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 030/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/07/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de pneus e câmaras de ar novos de primeira linha, e serviços de recapagem e vulcanização de pneus, para uso de diversas secretarias do município de Nova Bandeirantes-MT*****,** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**TRATOMAQ AUTO PEÇAS EIRELI – ME**						CNPJ:	**10.574.100/0001-85**
Endereço:	**RUA LÁZARO MOREIRA DOS SANTOS**						Nº:	**1331**
Bairro:	**CENTRO**	Cidade:	**NOVA BANDEIRANTES**				CEP:	**78.565-000**
Representante Legal:	**EVALDO MIRANDA DE SOUSA**						CPF:	**942.334.461-53**
Email:	**tratomaq_nb@hotmail.com**						Telefo ne:	**(66) 3572-1777**
AGÊNCIA	**0821-4**	CONTA CORRENTE	**12131-2**				BANCO	**SICREDI**

Ite m	**Cód**	**PNEUS**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QTD**	**V. UNITARIO**	**V. GLOBAL**
1	335455	CAMARA DE AR 1000X20	UNIDADE	LEVORIN	150	R$ 150,00	R$ 22.500,00
2	330127	CAMARA DE AR 17.5.25	UNIDADE	LEVORIN	40	R$ 612,00	R$ 24.480,00
3	328106	PNEU 1000X20 LISO 16 LONAS	UNIDADE	PIRELLI	20	R$ 1.526,00	R$ 30.520,00
4	335475	PNEU 1000X20 LISO COMUM - 16 LONAS	UNIDADE	PIRELLI	100	R$ 1.534,00	R$ 153.400,00
5	323437	PNEU 17.5-25 16 LONAS	UNIDADE	PIRELLI	30	R$ 6.014,00	R$ 180.420,00
6	335487	PNEU 185 R 14 LISO	UNIDADE	PIRELLI	30	R$ 460,00	R$ 13.800,00
7	323409	PNEU 215/75R 17,5 MISTO 12 LONAS	UNIDADE	PIRELLI	10	R$ 2.997,00	R$ 29.970,00
8	355530	PNEU 275 X 80-22,5 - BORRACHUDO CANAVIERO	UNIDADE	PIRELLI	40	R$ 2.580,00	R$ 103.200,00
9	335507	PNEU 9.5.28 - 06 LONAS	UNIDADE	PIRELLI	10	R$ 1.890,00	R$ 18.900,00
10	335511	PNEU 900X20 LISO COMUM	UNIDADE	PIRELLI	8	R$ 1.239,00	R$ 9.912,00
11	330095	PNEU TRASEIRO 18.4.30	UNIDADE	PIRELLI	10	R$ 4.299,00	R$ 42.990,00
12	355524	PROTETOR ARO 20	UNIDADE	LEVORIN	120	R$ 79,00	R$ 9.480,00
13	362046	PROTETOR ARO 22.5	UNIDADE	LEVORIN	30	R$ 73,00	R$ 2.190,00
14	330131	PROTETOR ARO 24	UNIDADE	LEVORIN	40	R$ 220,00	R$ 8.800,00
							650.562,00

Valor Global: **R$ 650.562,00 (Seiscentos e cinquenta mil reais quinhentos e sessenta e dois reais).**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I;

b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora comprometese a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.

c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital.

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município;

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos

itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **4.7**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação das secretarias municipais, com prazo de entrega não superior a **05 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. A aquisição de pneus/câmaras/ – ***devem ser originais de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera atender as normas da ABNT e INMETRO, ser de fabricação nacional e ter certificado ISSO***. Deverá constar a marca e procedência dos itens cotados.

5.7. A empresa vencedora deve apresentar documentação pertinente ao objeto, quando for o caso. Exemplo: para materiais regidos por normas de padronização será exigido os Certificados emitidos pelos órgãos de controle e regulamentação

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 030/2018).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-98437-1118

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais.

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04-ADMINISTRACAO
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0003-PROGRAMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA
Projeto/Atividade: 2 005-MANUTENÇ+O DO GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRAC
68 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-PROGRAMA EDUCANDO PARA O FUTURO
Projeto/Atividade: 2 012-MANUT. C/O GAB. DO SECRETARIO EDUCACAO, CUL.
120 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 014-Manutenção com o Salário da Educação
142 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇAO.
Unidade: 004 – FUNDEB 40
Função: 12 - EDUCACAO
Sub-Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0018 – RECUSRSOS VINCULADO AO FUNDEB
Projeto/Atividade: 2 080 – Manut. e Encargos com Fundeb Apoio Adm.
165 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 116 – Manutenção com Transporte escola
180 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade

Projeto/Atividade: 2 116 – Manutenção com Transporte escola (Recursos Propio
183 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0005-PROGRAMA DE GESTAO DE SAUDE PUBLICA
Projeto/Atividade: 2 022-MANUT. E ENC. C/ O GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE

196 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub-Função: 301 – ATENÇÃO BASICA
Programa: 0020 – Atenção a Saude Basica
Projeto/Atividade: 2 122-Manutenção e Encargos com Saúde da Família
229 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0021-Antençãi a Saúde – Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 023- Manutenção e Encargos com Hospital Municipal
258 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 305- VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa: 0 022 – Manutenção da Vigilancia em Saude
Projeto/Atividade: 2 124 – Manutenção da Vigilância em Saúde
272 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 06-SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB., TEC. E SANEA
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20-AGRICULTURA
Sub-Função: 606-EXTENSAO RURAL
Programa: 0007-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
Projeto/Atividade: 2 025-MANUT.E ENC. C./O GAB.E DO SECRETARIO DE AGRICUL
308 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT. E TRANSPORTES
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26-TRANSPORTE
Sub-Função: 782-TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0013-MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA
Projeto/Atividade: 2 073-MANUT E ENC. C/O GAB. DO SECRET+RIO INFRA ESTRU
411 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT. E TRANSPORTES
Unidade: 003-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26-TRANSPORTE
Sub-Função: 782-TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0032- Administração com Recursos do Fethab
Projeto/Atividade: 2 147 – Manutenção de Estradas Vicinais
454 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08-ASSISTENCIA SOCIAL
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0011-GESTAO DAS POLITICAS SOCIAIS
Projeto/Atividade: 2 009-MANUT E ENC C/ O GABINETE DA SECRET. ACAO SOCIAL
464 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08-ASSISTENCIA SOCIAL
Sub-Função: 244-ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011-GESTAO DAS POLITICAS SOCIAIS
Projeto/Atividade: 2 139 – Bloco – Proteção Social Basica
501 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 12-SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUD

Unidade: 002-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27-DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812-DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009-PROGRAMA ESPORTES PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2 132-Manutenção com Depto. Do Secretario de Desporto
615 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04-ADMINISTRACAO
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0003-PROGRAMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA
Projeto/Atividade: 2 005-MANUTENÇ+O DO GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRAC
74 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-PROGRAMA EDUCANDO PARA O FUTURO
Projeto/Atividade: 2 012-MANUT. C/O GAB. DO SECRETARIO EDUCACAO.
126 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUT. COM O SALÁRIO DA EDUCAÇÃO
144 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
182 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Propios)
184 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO COM O PNATE
188 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0005-ATENÇÃO A SAUDE PUBLICA
Projeto/Atividade: 2 022-MANUT. E ENC. C/ O GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE
201 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0020-ATENÇÃO A SAUDE PUBLICA - ATENÇÃO BASICA
Projeto/Atividade: 2 122-MANUT. E ENC. C/ A SAUDE DA FAMILIA
232 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE

Sub-Função:302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0021-ATENÇÃO A SAUDE – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto/Atividade: 2 123-MANUT. E ENC. COM O HOSPITAL MUNICIPAL
261 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 06-SECRETARIA DE AGRICULTURA

Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20- AGRICULTURA
Sub-Função: 606 – EXTENÇÃO RURAL
Programa: 0007- Agriculutura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025-MANUT. E ENC. C/ GABINETE DO SECREATRIO
311 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26 - TRANSPORTE
Sub - Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0013-Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073-MANUT. E ENC. C/ O GABINETE DO SECRETARIO
414 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032-Administração com Recursos do FETHAB
Projeto/Atividade: 2 146-MANUT. URBANA COM RECURSOS DO FETHAB
430 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANO
Programa: 0013-Melhorias da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 – Manutenção Depto de Serviços Urbanos
440 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO
Função: 26 - TRANSPORTE
Sub - Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0032-Administração com Recursos do FETHAB
Projeto/Atividade: 2 147 - MANUT. ESTRADAS VICINAIS
455 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08 – Assistência Social
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO
Programa: 0011-Gestão de Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009- MANUTENÇÃO E ENCAGOS COM O GAB. DO SECRETARIO
468 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 – Assistência Social
Sub - Função: 244 – ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011-Gestão de Politicas Sociais
Projeto/Atividade: 2 139- Bloco – Proteção Social Básica
505 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 12-SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27 – DESPORTO E LAZER
Sub - Função: 812 – DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009-Esportes para todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCAGOS COM O GAB. DO SECRETARIO
598 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 030/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes-MT, 30 de julho de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL CONTRATANTE

_____

TRATOMAQ AUTO PEÇAS EIRELI - ME

CNPJ: 10.574.100/0001-85 CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 023/2018

PREGÃO PRESENCIAL Nº 030/2018 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2018

Aos 30 (trinta) dias do mês de julho de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 030/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **27/07/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o Registro de preços para futura e eventual ***aquisição de pneus e câmaras de ar novos de primeira linha, e serviços de recapagem e vulcanização de pneus, para uso de diversas secretarias do município de Nova Bandeirantes-MT*,** e acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**OSNI DOS SANTOS – ME**						CNPJ:	**02.572.587/0001-39**
Endereço:	**AV. MATO GROSSO**						Nº:	**13**
Bairro:	**CENTRO**	Cidade:	**NOVA MONTE VERDE**				CEP:	**78.595-000**
Representante Legal:	**OSNI DOS SANTOS**						CPF:	**775.420.371-53**
Email:	**borrachariadossantos@outlook.com**						Telefo ne:	**(66) 98422-0727**
AGÊNCIA	**4099-1**	CONTA CORRENTE	**15.549-7**				BANCO	**DO BRASIL**
Ite m	**Cód**	**PNEUS**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QTD**		**V. UNITARIO**	**V. GLOBAL**
1	335468	PNEU DIANTEIRO 9.5.24	UNIDADE	GOODYEAR	20		R$ 1.558,00	R$ 31.160,00
2	330126	CAMARA DE AR 14.00.24	UNIDADE	TORTUGA	27		R$ 393,00	R$ 10.611,00
3	362082	CAMARA DE AR 14X24	UNIDADE	TORTUGA	40		R$ 348,00	R$ 13.920,00

4	362063	CAMARA DE AR 22.5	UNIDADE	TORTUGA	30	R$ 177,00	R$ 5.310,00
5	328201	CAMARA DE AR 750.16 BORRACHUDO	UNIDADE	TORTUGA	100	R$ 90,00	R$ 9.000,00
6	335466	CAMARA DE AR 900X20	UNIDADE	TORTUGA	20	R$ 145,00	R$ 2.900,00
7	335461	CAMARA DE AR18.4.30	UNIDADE	TORTUGA	10	R$ 474,00	R$ 4.740,00
8	335474	PNEU 1000X20 LISO COMUM 12 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	70	R$ 1.377,00	R$ 96.390,00
9	323609	PNEU 12.4-24 8 LONAS	UNIDADE	PIRELLI	15	R$ 1.949,00	R$ 29.235,00
10	323630	PNEU 14.00-24	UNIDADE	PIRELLI	40	R$ 3.969,00	R$ 158.760,00
11	355513	PNEU 165-70 R 13	UNIDADE	PIRELLI	6	R$ 271,00	R$ 1.626,00
12	335569	PNEU 165-70 R 13 UNO	UNIDADE	PIRELLI	20	R$ 271,00	R$ 5.420,00
13	335484	PNEU 18.4.30	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 3.714,00	R$ 37.140,00
14	361697	PNEU 185 -65-14	UNIDADE	PIRELLI	6	R$ 448,00	R$ 2.688,00
15	361696	PNEU 185 70 -13	UNIDADE	PIRELLI	6	R$ 359,00	R$ 2.154,00
16	328200	PNEU 215/ 75 R 17.5 BORRACHUDO 12 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	60	R$ 1.340,00	R$ 80.400,00
17	362036	PNEU 235 X 65 -15	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 959,00	R$ 9.590,00
18	335494	PNEU 235-70 R 16	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 887,00	R$ 8.870,00
19	335572	PNEU 245X70 R 16 MISTO	UNIDADE	GOODYEAR	30	R$ 959,00	R$ 28.770,00
20	330072	PNEU 265.70.16 MISTO	UNIDADE	GOODYEAR	25	R$ 1.049,00	R$ 26.225,00
21	335496	PNEU 265-70 R 16 MISTO	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 1.049,00	R$ 10.490,00
22	355505	PNEU 265-70-R16.11-25	UNIDADE	GOODYEAR	12	R$ 1.049,00	R$ 12.588,00
23	355506	PNEU 265-70-R16.12 TNL	UNIDADE	GOODYEAR	12	R$ 1.045,00	R$ 12.540,00
24	355529	PNEU 275 X 80-22,5 - LISO	UNIDADE	GOODYEAR	20	R$ 2.089,00	R$ 41.780,00
25	330129	PNEU 295.80 R 22 BORRACHUDO	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 2.704,00	R$ 27.040,00
26	328073	PNEU 295/70X22,5 LISO	UNIDADE	GOODYEAR	4	R$ 2.007,00	R$ 8.028,00
27	335504	PNEU 750X16 BORRACHUDO	UNIDADE	PIRELLI	60	R$ 875,00	R$ 52.500,00
28	8261	PNEU 750x16 LISO COMUM 12LONAS	UNIDADE	PIRELLI	50	R$ 801,00	R$ 40.050,00
29	355522	PNEU 900X20 BORRACHUDO 14 LONAS	UNIDADE	PIRELLI	10	R$ 1.299,00	R$ 12.990,00
30	335510	PNEU 900X20 BORRACHUDO COMUM	UNIDADE	PIRELLI	8	R$ 1.299,00	R$ 10.392,00
31	335512	PNEU 900X20 LISO RADIAL	UNIDADE	PIRELLI	8	R$ 1.500,00	R$ 12.000,00
32	335583	PNEU 9-17,5 LT BORACHUDO	UNIDADE	GOODYEAR	40	R$ 1.530,00	R$ 61.200,00
33	335582	PNEU 9-17,5 LT LISO	UNIDADE	GOODYEAR	40	R$ 1.340,00	R$ 53.600,00
34	335516	PNEU DIANTEIRO 12.4.24	UNIDADE	GOODYEAR	10	R$ 2.049,00	R$ 20.490,00
35	335473	PNEU1000X20 BORRACHUDO - 16 LONAS	UNIDADE	GOODYEAR	120	R$ 1.607,00	R$ 192.840,00
36	330132	PROTETOR ARO 25	UNIDADE	VALFLEX	30	R$ 349,00	R$ 10.470,00
37	355555	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 1000X20	UNIDADE	DREBOR	80	R$ 850,00	R$ 68.000,00
38	363047	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 12.9.24	UNIDADE	DREBOR	17	R$ 1.450,00	R$ 24.650,00
39	355541	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 14.9.24	UNIDADE	DREBOR	10	R$ 1.650,00	R$ 16.500,00
40	330115	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 14.9.28	UNIDADE	DREBOR	10	R$ 1.900,00	R$ 19.000,00
41	330138	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 1400X24	UNIDADE	DREBOR	30	R$ 1.900,00	R$ 57.000,00
42	330137	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 17.5.25	UNIDADE	DREBOR	30	R$ 2.450,00	R$ 73.500,00
43	330109	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 18.4.30	UNIDADE	DREBOR	10	R$ 2.790,00	R$ 27.900,00
44	330111	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 23.1.30	UNIDADE	DREBOR	18	R$ 3.450,00	R$ 62.100,00
45	330070	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 265.70.16	UNIDADE	DREBOR	10	R$ 700,00	R$ 7.000,00
46	330069	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 275.80.22,5	UNIDADE	DREBOR	30	R$ 995,00	R$ 29.850,00
47	361704	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 295 X 80 X 22.5	UNIDADE	DREBOR	50	R$ 995,00	R$ 49.750,00
48	330068	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 700X16	UNIDADE	DREBOR	10	R$ 680,00	R$ 6.800,00
49	355493	SERVICO DE RECAPAGEM DE PNEU 750X16	UNIDADE	DREBOR	60	R$ 680,00	R$ 40.800,00
50	355556	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEU 1000X20	UNIDADE	DREBOR	70	R$ 270,00	R$ 18.900,00
51	330105	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEU 12.9.24	UNIDADE	DREBOR	25	R$ 370,00	R$ 9.250,00
52	363050	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEU 14.9.28	UNIDADE	DREBOR	35	R$ 605,00	R$ 21.175,00
53	363048	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEU 18.4.30	UNIDADE	DREBOR	25	R$ 760,00	R$ 19.000,00
54	363051	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEU 23.1.30	UNIDADE	DREBOR	15	R$ 1.500,00	R$ 22.500,00
55	363049	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEU 900X20	UNIDADE	DREBOR	25	R$ 405,00	R$ 10.125,00
56	355495	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEUS 215.75.17,5	UNIDADE	DREBOR	50	R$ 305,00	R$ 15.250,00
57	355496	SERVICO DE VULCANIZACAO DE PNEUS 75X16	UNIDADE	DREBOR	50	R$ 220,00	R$ 11.000,00
58	330062	SERVICO DE VULCANIZACAO PNEU 275.80.22,5	UNIDADE	DREBOR	10	R$ 400,00	R$ 4.000,00
59	355542	SERVICO DE VULVCANIZACAO DE PNEU 1400X24	UNIDADE	DREBOR	20	R$ 700,00	R$ 14.000,00
60	355545	SERVICO DE VULVCANIZACAO DE PNEU 295.22.5	UNIDADE	DREBOR	10	R$ 520,00	R$ 5.200,00
61	355543	SERVICO DE VULVCANIZACAO DE PNEU17.5.25	UNIDADE	DREBOR	20	R$ 720,00	R$ 14.400,00
							R$ 1.791.557,00

Valor Global: **R$ 1.791.557,00 (um milhão setecentos e noventa e um mil quinhentos e cinquenta e sete reais)**

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obriga-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I;

b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora comprometese a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.

c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital.

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município;

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassa-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos

itens licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária. **4.7**. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos conforme Anexo I serão recebidos:

5.2 Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

5.3 Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade e consequente aceitação;

5.4 Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.5 O fornecimento será efetuado em remessa fracionada conforme solicitação das secretarias municipais, com prazo de entrega não superior a **05 dias úteis**, contados a partir da emissão da requisição emitida pelo setor responsável.

5.6. A aquisição de pneus/câmaras/ – ***devem ser originais de fabrica, produto novo (sem uso), não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar - o item devera atender as normas da ABNT e INMETRO, ser de fabricação nacional e ter certificado ISSO***. Deverá constar a marca e procedência dos itens cotados.

5.7. A empresa vencedora deve apresentar documentação pertinente ao objeto, quando for o caso. Exemplo: para materiais regidos por normas de padronização será exigido os Certificados emitidos pelos órgãos de controle e regulamentação

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplencia com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, tambem, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 030/2018).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria XXX, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova

Bandeirantes – MT Fone 066-98437-1118

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais.

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04-ADMINISTRACAO
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0003-PROGRAMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA
Projeto/Atividade: 2 005-MANUTENÇ+O DO GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRAC
68 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-PROGRAMA EDUCANDO PARA O FUTURO
Projeto/Atividade: 2 012-MANUT. C/O GAB. DO SECRETARIO EDUCACAO, CUL.
120 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 014-Manutenção com o Salário da Educação
142 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇAO.
Unidade: 004 – FUNDEB 40
Função: 12 - EDUCACAO
Sub-Função: 361- ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0018 – RECUSRSOS VINCULADO AO FUNDEB
Projeto/Atividade: 2 080 – Manut. e Encargos com Fundeb Apoio Adm.
165 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 116 – Manutenção com Transporte escola
180 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub - Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-Educação de Qualidade
Projeto/Atividade: 2 116 – Manutenção com Transporte escola (Recursos Propio
183 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0005-PROGRAMA DE GESTAO DE SAUDE PUBLICA
Projeto/Atividade: 2 022-MANUT. E ENC. C/ O GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE
196 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10 - SAUDE
Sub-Função: 301 – ATENÇÃO BASICA
Programa: 0020 – Atenção a Saude Basica
Projeto/Atividade: 2 122-Manutenção e Encargos com Saúde da Família
229 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0021-Antençãi a Saúde – Média e Alta Complexidade
Projeto/Atividade: 2 023- Manutenção e Encargos com Hospital Municipal
258 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 305- VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
Programa: 0 022 – Manutenção da Vigilancia em Saude
Projeto/Atividade: 2 124 – Manutenção da Vigilância em Saúde
272 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 06-SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMB., TEC. E SANEA
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20-AGRICULTURA
Sub-Função: 606-EXTENSAO RURAL
Programa: 0007-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA
Projeto/Atividade: 2 025-MANUT.E ENC. C./O GAB.E DO SECRETARIO DE AGRICUL
308 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT. E TRANSPORTES
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26-TRANSPORTE
Sub-Função: 782-TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0013-MELHORIA DA INFRA ESTRUTURA
Projeto/Atividade: 2 073-MANUT E ENC. C/O GAB. DO SECRET+RIO INFRA ESTRU
411 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA-ESTRUT. E TRANSPORTES
Unidade: 003-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26-TRANSPORTE
Sub-Função: 782-TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0032- Administração com Recursos do Fethab

Projeto/Atividade: 2 147 – Manutenção de Estradas Vicinais
454 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08-ASSISTENCIA SOCIAL
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0011-GESTAO DAS POLITICAS SOCIAIS
Projeto/Atividade: 2 009-MANUT E ENC C/ O GABINETE DA SECRET. ACAO SOCIAL
464 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL

Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08-ASSISTENCIA SOCIAL
Sub-Função: 244-ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011-GESTAO DAS POLITICAS SOCIAIS
Projeto/Atividade: 2 139 – Bloco – Proteção Social Basica
501 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 12-SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER, CULTURA E JUVENTUD
Unidade: 002-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27-DESPORTO E LAZER
Sub-Função: 812-DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009-PROGRAMA ESPORTES PARA TODOS
Projeto/Atividade: 2 132-Manutenção com Depto. Do Secretario de Desporto
615 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 03-SECRETARIA DE ADMINISTRAÇAO
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 04-ADMINISTRACAO
Sub-Função: 122-ADMINISTRACAO GERAL
Programa: 0003-PROGRAMA DE GESTAO ADMINISTRATIVA
Projeto/Atividade: 2 005-MANUTENÇ+O DO GABINETE DO SECRETARIO ADMINISTRAC
74 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-PROGRAMA EDUCANDO PARA O FUTURO
Projeto/Atividade: 2 012-MANUT. C/O GAB. DO SECRETARIO EDUCACAO.
126 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 002 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006 – EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUT. COM O SALÁRIO DA EDUCAÇÃO
144 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR
182 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR (Recursos Propios)
184 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 04-SECRETARIA DE EDUCAÇ+O.
Unidade: 005-TRANSPORTE ESCOLAR
Função: 12-EDUCACAO
Sub-Função: 361-ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0006-EDUCAÇÃO DE QUALIDADE
Projeto/Atividade: 2 014-MANUTENÇÃO COM O PNATE

188 – Natureza da Despesa 339039000000 – Outros serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0005-ATENÇÃO A SAUDE PUBLICA
Projeto/Atividade: 2 022-MANUT. E ENC. C/ O GAB. DO SECRETARIO DE SAUDE
201 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0020-ATENÇÃO A SAUDE PUBLICA - ATENÇÃO BASICA
Projeto/Atividade: 2 122-MANUT. E ENC. C/ A SAUDE DA FAMILIA
232 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função:302-ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa: 0021-ATENÇÃO A SAUDE – MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Projeto/Atividade: 2 123-MANUT. E ENC. COM O HOSPITAL MUNICIPAL
261 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 06-SECRETARIA DE AGRICULTURA
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 20- AGRICULTURA
Sub-Função: 606 – EXTENÇÃO RURAL
Programa: 0007- Agriculutura Desenvolvimento Sustentável
Projeto/Atividade: 2 025-MANUT. E ENC. C/ GABINETE DO SECREATRIO
311 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 26 - TRANSPORTE
Sub - Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0013-Melhoria da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 073-MANUT. E ENC. C/ O GABINETE DO SECRETARIO
414 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA
Programa: 0032-Administração com Recursos do FETHAB
Projeto/Atividade: 2 146-MANUT. URBANA COM RECURSOS DO FETHAB
430 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 002-DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMOS
Função: 15 - URBANISMO
Sub - Função: 452 – SERVIÇOS URBANO
Programa: 0013-Melhorias da Infraestrutura
Projeto/Atividade: 2 008 – Manutenção Depto de Serviços Urbanos
440 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 08-SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E TRANSPORTES
Unidade: 003-DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE RODOVIARIO
Função: 26 - TRANSPORTE
Sub - Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIARIO
Programa: 0032-Administração com Recursos do FETHAB
Projeto/Atividade: 2 147 - MANUT. ESTRADAS VICINAIS
455 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 08 – Assistência Social
Sub - Função: 122 – ADMINISTRAÇÃO
Programa: 0011-Gestão de Políticas Sociais
Projeto/Atividade: 2 009- MANUTENÇÃO E ENCAGOS COM O GAB. DO SECRETARIO
468 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

Órgão: 09-SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 – Assistência Social
Sub - Função: 244 – ASSISTENCIA COMUNITARIA
Programa: 0011-Gestão de Politicas Sociais
Projeto/Atividade: 2 139- Bloco – Proteção Social Básica
505 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.
Órgão: 12-SECRETARIA DE DESPORTO E LAZER CULTURA E JUVENTUDE
Unidade: 001-GABINETE DO SECRETARIO
Função: 27 – DESPORTO E LAZER
Sub - Função: 812 – DESPORTO COMUNITARIO
Programa: 0009-Esportes para todos
Projeto/Atividade: 2 086 - MANUTENÇÃO E ENCAGOS COM O GAB. DO SECRETARIO
598 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoas Jurídica.

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municipios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 030/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Nova Bandeirantes-MT, 30 de julho de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

_____

OSNI DOS SANTOS - ME

CNPJ: 02.572.587/0001-39

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N. º 037/2018

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT, através do Prefeito Municipal Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS,** torna público para conhecimento dos interessados, que **HOMOLOGA** a Licitação resultante do procedimento licitatório na modalidade de Pregão Presencial n. º **037/2018, cujo OBJETO é a:** eventual contratação de empresa para prestação de serviços para realização de exames laboratoriais, voltados a atender pacientes do sistema único de saúde – sus do município de nova bandeirantes – MT, conforme termo de referência constante do anexo i.

SAGROU-SE vencedoraa empresa:

Sociedade/Empresária	CNPJ:	VALOR GLOBAL
LABORATÓRIO LABORVALE LTDA	**10.509.276/0001-53**	**R$ 275.418,12**

Nova Bandeirantes/MT 31 de agosto de 2018.

PREFEITO MUNICIPAL

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2018

PREGÃO PRESENCIAL N°. 026/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO 042/2018

Aos dias dezesseis do mês de julho de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do pregão presencial nº 026/2018, processo administrativo 042/2018, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **16/07/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE REAGENTES E MATERIAIS LABORATORIAIS PARA ATENDER O LABORATÓRIO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES - *MATO GROSSO,*** pelo período de 12 meses***,*** de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**M. S. DIAGNOSTICA LTDA**			CNPJ:	**00.970.175/0003-93**
Endereço:	**Av. João Eugenio Gonçalves Pinheiro**			Nº:	**284**
Bairro:	**Areão**	CIDADE:	**Cuiabá/MT**	CEP:	**78.010-308**
Representante Legal:	**Valter Bruno**			CPF:	**601.107.321-20**

Lote	QTD	Unid	Descrição	MARCA	V UNIT	VALOR TOTAL
1	20	KIT	KIT DE COLESTEROL PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 60,00	R$ 1.200,00
2	20	KIT	KIT DE TRIGLICERÍDEOS PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 108,00	R$ 2.160,00
3	20	KIT	KIT DE GLICOSE PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 56,00	R$ 1.120,00
4	10	KIT	KIT DE DENGUE IGG/IGM (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 250,00	R$ 2.500,00
5	10	KIT	KIT DE HBSAG (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 140,00	R$ 1.400,00
6	15	KIT	KIT DE HIV (TIPO SABONETINHO)	WAMA	R$ 100,00	R$ 1.500,00
7	2	KIT	KIT BETA HCG TIRA 10 UI	LABORCLIN	R$ 45,00	R$ 90,00
8	20	KITS	FITA PARA EXAME QUÍMICO DE URINA (WAMA)	WAMA	R$ 30,00	R$ 600,00
9	2000	UND.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM EDTA (TAMPA ROXA)	BD	R$ 0,56	R$ 1.120,00
10	3000	UNID.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO,COM ATIVADOR DE COÁGULO (TAMPA VERMELHA)	BD	R$ 0,62	R$ 1.860,00
11	2000	UNID.	TUBO 10 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM ATIVADOR DE COÁGULO (TAMPA VERMELHA)	BD	R$ 0,77	R$ 1.540,00
12	2000	UNID.	TUBO 4 ML PARA COLETA A VÁCUO, COM FLUORETO (TAMPA CINZA)	BD	R$ 0,68	R$ 1.360,00
13	10	UND.	ÓLEO DE IMERSÃO, 100 ML	NEW PROV	R$ 16,00	R$ 160,00
14	5	UND.	GARROTE COM TRAVA	L. IMPORT	R$ 20,00	R$ 100,00
16	3	CAIXAS	LÂMINA DE BISTURI PONTA FINA , Nº 15	L. IMPORT	R$ 47,00	R$ 141,00
17	8	KIT	COLORAÇÃO ZIELL NIELSEN	NEW PROV	R$ 58,00	R$ 464,00
18	12	KIT	COLORAÇÃO PANÓTICO RÁPIDO	LABORCLIN	R$ 37,00	R$ 444,00
19	8	LITRO	GIENSA	NEW PROV	R$ 60,00	R$ 480,00
20	8	LITRO	AZUL DE METILENO	NEW PROV	R$ 40,00	R$ 320,00
21	12	UND.	ANTICOAGULANTE EDTA, 3ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 95,52
22	12	UND.	ANTICOAGULANTE PARA GLICOSE, 3ML	GOLD ANALISA	R$ 7,96	R$ 95,52
24	20	CAIXAS	BLUD STOP COR BEGE	BLOOD STOP	R$ 19,00	R$ 380,00
25	15	CAIXAS	MASCARA Nº 95	DESCARPACK	R$ 65,00	R$ 975,00
28	100	UND.	AGULHA PARA COLETA A VÁCUO 25X7	BD	R$ 0,50	R$ 50,00
29	20.000	UND.	PONTEIRA AMARELA TIPO GILSON (0-200 MICROLITROS)	CRAL	R$ 0,03	R$ 600,00
30	20.000	UND.	PONTEIRA AZUL TIPO UNIVERSAL (200-1000 MICROLITROS)	CRAL	R$ 0,03	R$ 600,00
31	3.500	UND.	LÂMINA PARA MICROSCÓPIO BORDA FOSCA	KASVI	R$ 4,20	R$ 14.700,00
32	10	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI A	EBRAM	R$ 21,00	R$ 210,00
33	10	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI B	EBRAM	R$ 21,00	R$ 210,00
34	10	KIT	REAGENTE PARA TIPAGEM SANGUINEA, ANTI D	EBRAM	R$ 36,00	R$ 360,00
37	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM (1000 MICROLITROS.)	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
38	12	KIT	KIT ÁCIDO ÚRICO PP (GOLD ANALISA)	GOLD ANALISA	R$ 92,00	R$ 1.104,00
39	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 10 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
40	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 20 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00

41	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 25 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
42	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 05 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
43	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 50 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
44	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 200 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
45	2	UND.	PIPETADOR DE VOLUME FIXO MODELO ADM 250 MICROLITROS	PEGUEPET	R$ 65,00	R$ 130,00
47	4	UND.	ANTICOAGULANTE CITRATO 3 ML	GOLD ANALI-SA	R$ 7,96	R$ 31,84
48	10	UND.	SORO CONTROLE PARA BIOQUÍMICA (VALORES NORMAIS GOLD ANALISA)	GOLD ANALI-SA	R$ 65,00	R$ 650,00
49	6	UND.	ALMOTOLIA AMBAR 250 ML	J. PROLAB	R$ 4,28	R$ 25,68
51	5.000	UND.	COLETOR UNIVERSAL ,40 ML	J. PROLAB	R$ 0,40	R$ 2.000,00
53	3	KIT	KIT PARA COLORAÇÃO DE GRAN	NEW PROV	R$ 51,00	R$ 153,00
54	6	LITRO	ÁLCOOL DESCORANTE PARA BAAR	NEW PROV	R$ 52,00	R$ 312,00
55	2	LITRO	ÁLCOOL DESCORANTE PARA GRAN	NEW PROV	R$ 28,00	R$ 56,00
57	20	UND.	ALGODÃO (ROLO)	FAROL	R$ 18,00	R$ 360,00
58	3	UND.	PORTA LÂMINA COM CAPAC. PARA 100 LÂMINAS	J. PROLAB	R$ 15,84	R$ 47,52
59	100	UND.	PORTA LÂMINA COM CAPAC. PARA 03 LÂMINAS	J. PROLAB	R$ 0,47	R$ 47,00
62	6	KIT	KIT DE TESTE RÁPIDO PARA HCV	WAMA	R$ 100,00	R$ 600,00
63	2.000	UND.	LÂMINULA 22X22	KASVI	R$ 0,03	R$ 60,00
64	5	UND.	CRONÔMETRO	L. IMPORT	R$ 50,00	R$ 250,00
66	10.000	UND.	TAMPA TIPO ROLHA PARA TUBO 4 ML (BRANCO)	CRAL	R$ 0,04	R$ 400,00
68	4.000	UND.	TUBO DE ENSAIO VIDRO 4 ML	CRAL	R$ 0,15	R$ 600,00
70	10	KITS	REAGENTE PARA VDRL	WAMA	R$ 60,00	R$ 600,00
71	12	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO DE ASLO	WAMA	R$ 70,00	R$ 840,00
72	30	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO DE PCR	WAMA	R$ 60,00	R$ 1.800,00
73	12	KITS	REAGENTE LATEX PARA DETERMINAÇÃO FATOR REOMATÓIDE	WAMA	R$ 60,00	R$ 720,00
74	3.000	UND.	SERINGA 03 ML	DESCARPACK	R$ 0,18	R$ 540,00
75	3.000	UND.	SERINGA 05 ML	DESCARPACK	R$ 0,29	R$ 870,00
76	4.000	UND.	SERINGA 10 ML	DESCARPACK	R$ 0,44	R$ 1.760,00
77	2.000	UND.	SERINGA 20 ML	DESCARPACK	R$ 0,60	R$ 1.200,00
79	12.000	UND.	AGULHA 25X7	BD	R$ 0,17	R$ 2.040,00
80	6.000	UND.	AGULHA 20X5,5	BD	R$ 0,19	R$ 1.140,00
81	1.000	UND.	PENEIRA PARA PARASITOLÓGICO	DESCARPACK	R$ 0,85	R$ 850,00
82	3	LITRO	LUGOL FORTE 500 ML	SUPERMAX	R$ 40,00	R$ 120,00
83	4	UND.	TERMOMETRO DIGITAL	INCOTERM	R$ 78,00	R$ 312,00
85	2	UND.	BICO DE BUNSEN	METALIC	R$ 48,00	R$ 96,00
86	3	UND.	CÂMARA DE NEWBAUER ESPELHADA	GLOBAL TRA-DE	R$ 260,00	R$ 780,00
87	3	UND.	PLACA DE KLINE DE VIDRO PARA EXAMES DE VDRL	LAMIGLAS	R$ 40,00	R$ 120,00
88	2	UND.	BERÇO PARA COLORAÇÃO	LABORGLAS	R$ 46,00	R$ 92,00
89	5	UND.	PROVETA 50 ML	J. PROLAB	R$ 11,13	R$ 55,65
93	100	CAIXA	LUVA PP	SUPERMAX	R$ 25,00	R$ 2.500,00
94	100	CAIXA	LUVA P	SUPERMAX	R$ 25,00	R$ 2.500,00
97	10	UND.	ESCOVA PARA LAVAR TUBO PEQUENA	E. VITORIA	R$ 4,35	R$ 43,50
98	10	UND.	ESCOVA PARA LAVAR TUBO GRANDE	E. VITORIA	R$ 5,10	R$ 51,00
100	10	UND.	LÂMPADA PARA MICROSCÓPIO 20W, 6V	HOVEN	R$ 27,00	R$ 270,00
102	3	UND.	LÂMINA EXTENSORA PARA ESFREGAÇO	GLOBAL TRA-DE	R$ 27,00	R$ 81,00
						R$ 0,00
					R$ 3.146,78	**R$ 63.953,23**

Valor global: R$ 63.953,23 (sessenta e três mil novecentos e cinquenta e três reais e vinte e três centavos)

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

2.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

2.3. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

2.4. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obrigam-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I;

b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.

c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital.

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município;

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

2.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

2.6. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

2.7. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

2.8. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

3.1. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto desta Edital;

3.2. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

3.3. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

3.4. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

3.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

4. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

4.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência do Edital de Licitação Pregão026 /2018.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes -MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.6. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.7 Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6. DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30(trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com o (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copiado Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 026/2018).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto de revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 021/2017, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) Solicitar ao Prefeito Municipal, às providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) Elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro-CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 0663572-1950.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.2. Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente

11.3. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º8.666/93, e posteriores alterações.

11.4. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.5. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.7. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.8. A sanção de advertência de que trata o item 23.1.3 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I Descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II Outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.9. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte **Dotação Orçamentária:**

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0020- atenção saúde ATENÇÃO BASICA
Projeto/Atividade: 2 122 – Manutenção e Encargos com Saúde da Família
229– Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0020- atenção saúde ATENÇÃO BASICA
Projeto/Atividade: 2 134 – Manutenção e Encargos com Laboratórios de Analise
245 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub-Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0020- atenção saúde ATENÇÃO BASICA
Projeto/Atividade: 2 123 – Manutenção e Encargos com Hospital Municipal
258 – Natureza da Despesa: 339030000000 – Material de Consumo

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 026/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

data 30/08/2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

M. S. DIAGNOSTICA LTDA

CNPJ: 00.970.175/0003-93

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ORDEM DE SERVIÇO

CONTRATO N O 078/2018

TOMADA DE PREÇOS N 0 005/2018

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 039/2018

OBJETO: A PRESENTE LICITAÇÃO TEM COMO OBJETO A CONTRATAÇÃO, DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO TSD,EXCETO BASE E SUB-BASE, INCLUINDO ACOMPANHAMENTO DE TODAS AS ETAPAS DA OBRA PAVIMENTAÇÃO A SER EXECUTADA EM DIVERSAS RUAS E AVENIDAS DA CIDADE, CONFORME PROJETOS, PLANILHAS, E MEMORAIS, ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES-MT, através do Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em conformidade com a TOMADA DE PREÇOS N 0 005/2018, determina à empresa FERNANDES & MATOS CONSTRUÇÕES CIVIL LTDA - ME, com sede na Avenida FILINTO MULLER n o 4, Quadra 87,Bairro CANELAS na Cidade de VARZEA GRANDE, cep: 78.135-181 inscrita no CNPJ sob 0 n. 0 00.185.121/0001-55, doravante simplesmente denominada CONTRATADA, representada por ADNER RAFAEL DA SILVA SANTOS, portador do RG n O 15790150 ssp/ e CPF 705.387.001-49 conforme documento que fica arquivado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, tendo como Responsável Técnico JOSE RENATO COUTO DE OLIVEIRA portador da carteira profissional N. 0 . MT013778-D, a executar os serviços de execução de pavimentação asfáltica, a partir do dia da ciência pela empresa, dentro das especificações constantes no Contrato n o 080/2018, conforme segue:

Nova Bandeirantes, MT 13 de Julho 2018.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 020/2018

ATA DE REGISTRO DE PREÇO

Aos 16 dias do mês de agosto de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 027/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **21/08/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de prestação de serviços**, nos

termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as clausulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E EQUIPAMENTOS PARA ATENDE AS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE BUCAL E DO MUNICÍPIO DE NOVA BANDEIRANTES -*MATO GROSSO***, pelo período de 12 meses**,**de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS E MEDICO – HOSPITALAR LTDA. EPP**		CNPJ:	**13.994.852/0001-93**
Endereço:	**R: GENESIO ROBERTO BAGGIO**		Nº:	**1304**
Bairro:	**CENTRO**	Cidade: SORRISO	CEP:	**78.890-000**
Representante Legal:	**ANDERSON LUIS CRESPAN**		CPF:	**750.400.930-04**
Email:	**fiscal@deltasorriso.com.br**		Telefone	**(66) 3544-1910**

	cod	**Descição unidade QTD V UNT V. TOTAL**				
1	362743	ABAIXADOR LINGUA, MADEIRA, DESCARTAVEL, 14 CM, TIPO ESPATULA, 1,50 CM, 2 MM- PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	25	4,3	107,50
2	362678	ADESIVO DENTAL, FOTOPOLIMERIZAVEL, ADESIVO + PRIMER + ACIDO FRASCO 6,00 G	UNIDADE	46	121	5566,00
3	362738	AGULHA , GENGIVAL, 30G CURTA, CORPO EM AÇO INOX SILICONIZADO, BISEL TRIFACETADO, ADAPTAVEL A SERINGA CARPULE, PROTETOR PLASTICO, ESTERIL, DESCARTAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	38	1,01	38,38
4	362737	AGULHA ODONTOLOGICA, AÇO INOXIDAVEL SILICONIZADO, GENGIVAL / ANESTESIA, 30 G EXTRA CURTA, COM BISEL TRIFACETADO, CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, ESTERIL, DESCARTÁVEL, C/ PROTETOR PLASTICO E LACRE	UNIDADE	46	38,11	1753,06
5	362704	ALGODAO, HIDROFILO, EM ROLETE, ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, NAO ESTERIL-EMBALAGEM COM 100 UNID	PACOTE	116	1,98	229,68
6	362658	BABADOR PLASTICO DESCARTAVEL, 60 CM, 50 CM, USO ODONTOLOGICO, PACOTE COM 100 UNIDADES	PACOTE	150	15	2250,00
7	362675	BENZOCAINA, 20%, GEL TOPICO 12G, POTE 12,00 G	UNIDADE	60	10,35	621,00
8	362674	BISTURI DESCARTÁVEL, PLÁSTICO, AÇO INOXIDÁVEL, 15 MM, MANUAL, ESTÉRIL, LÂMINA AFIADA, POLIDA E COM PROTETOR	UNIDADE	310	1,74	539,40
9	362729	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, CONJUNTO CORTE FINO REF 1093, 1112, 1190, 2135, 3118, 3168, 3195.	UNIDADE	35	0	0,00
10	362728	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, CONJUNTO CORTE FINO REF 1112F	UNIDADE	35	3,1	108,50
11	362730	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE EXTRA FINO, REF. 3118FF	UNIDADE	35	3,1	108,50
12	362731	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, CONICA, TOPO EM CHAMA, HASTE REGULAR, CORTE FINO, REF. 3195F	UNIDADE	35	2,48	86,80
13	362724	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, ESFERICA, HASTE REGULAR, CORTE MEDIO, 1011	UNIDADE	55	3,1	170,50
14	362725	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, ESFERICA, HASTE REGULAR, CORTE MEDIO, 1012	UNIDADE	55	3,1	170,50
15	362726	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, ESFERICA, HASTE REGULAR, CORTE MEDIO, 1014	UNIDADE	55	1,77	97,35
16	362723	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, ESFERICA, HASTE REGULAR, CORTE MEDIO, 1015	UNIDADE	55	1,86	102,30
17	362727	BROCA ALTA ROTACAO, ACO INOXIDAVEL DIAMANTADA, ESFERICA, HASTE REGULAR, CORTE MEDIO, 1016	UNIDADE	55	1,83	100,65
18	362742	BROCA BAIXA ROTAAO, CONTRA ANGULO, CARBIDE, TRONCO CONICA, TOPO INATIVO, "ENDO Z", 23,5 MM	UNIDADE	15	22,85	342,75
19	362732	CARBONO PARA ARTICULAR, EM PAPEL, FORMATO DE FITA, DUPLA FACE - 1 COR, ESTERIL, DESCARTAVEL, EM FOLHA EMBALAGEM 12,00 UN.	UNIDADE	38	3,11	118,18
20	362707	COLETOR MATERIAL PERFURO-CORTANTE, PAPELAO, 13 L, ALCAS RIGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTAVEL	UNIDADE	60	4,87	292,20
21	362708	COLETOR MATERIAL PERFURO-CORTANTE, PAPELAO, 7 L, ALCAS RIGIDAS E TAMPA, REVESTIMENTO INTERNO EM POLIETILENO ALTA DENSIDADE, DESCARTAVEL	UNIDADE	60	4,1	246,00
22	362688	COMPRESSA GAZE, TECIDO 100% ALGODÃO, 11 FIOS/CM2, COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, 8 CAMADAS, 7,50 CM, 7,50 CM, 5 DOBRAS, DESCARTÁVEL, PACOTE 500,00 UN	UNIDADE	154	12,98	1998,92
23	362677	CONDICIONADOR DENTAL, ACIDO FOSFORICO, 37%, GEL SERINGA 2,50 ML	UNIDADE	40	2,8	112,00
24	362715	CUBA USO HOSPITALAR, ACO INOXIDAVEL, TIPO RIM, 20 CM, 15 CM, 3,5 CM	UNIDADE	22	27,3	600,60
25	362683	CUNHA ODONTOLOGICA, MADEIRA, ANATOMICA, RESTAURACAO ODONTOLOGICA	UNIDADE	40	14,4	576,00
26	362745	DENTIFRICIO, CREME DENTAL COM FLUOR ATIVO DE (1100 PPM), ADULTO, 50 G	UNIDADE	70	1,75	122,50
27	362733	ESCOVA DE ROBSON, TACA, CONTRA-ANGULO, BRANCA	UNIDADE	130	1,28	166,40
28	362744	ESCOVA DENTAL, NAILON, PLASTICO, RETO, RETANGULAR, COM CANTOS ARREDONDADOS, INFANTIL, LIGEIRAMENTE FLEXIVEL, COMPRIMENTO 16CM, 4 FILEIRAS TUFO, TOTAL 28 TUFOS, MACIA, DA MESMA ALTURA, EXTREMIDADES ARREDONDADAS	UNIDADE	2000	0,66	1320,00
29	362671	ESPATULA ODONTOLOGICA, ACO INOXIDAVEL, COMUM, Nº 24, MANIPULACAO AUTOCLAVEL 17CM	UNIDADE	16	11,5	184,00
30	362670	ESPATULA ODONTOLOGICA, ACO INOXIDAVEL, COMUM, Nº 36, MANIPULACAO	UNIDADE	16	11,5	184,00
31	362712	ESPELHO BUCAL, ACO INOXIDAVEL E ESPELHO, PLANO, Nº 5, ENCAIXE UNIVERSAL, CABO PADRAO, AUTOCLAVAVEL, EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	70	2,73	191,10
32	362740	EVIDENCIADOR DENTAL, P/ PLACA BACTERIANA, PASTILHA	UNIDADE	45	0	0,00
33	362739	FIO DE SUTURA, NYLON MONOFILAMENTO, 2-0, PRETO, 45 CM, COM AGULHA, 3/8 CIRCULO CORTANTE, 4,0 CM, ESTERIL	UNIDADE	46	3,9	179,40
34	362713	FIO DENTAL, RESINA TERMOPLASTICA/CERA E ESSENCIA, 100 M, REGULAR, NEUTRO	UNIDADE	46	1,26	57,96
35	362736	FLUORETO DE SODIO, 2%, GEL TIXOTROPICO, NEUTRO COM FREASCO 200ML	UNIDADE	46	6,2	285,20
36	362722	FORMOCRESOL, FORMALDEIDO + ORTO-CRESOL, 19% + 35% APROXIMADAMENTE, EM SOLUCAO GLICERINADA- 10,00 ML , FRASCO 10,00 ML	UNIDADE	20	5,3	106,00
37	362659	HASTE FLEXIVEL, PLASTICO, COM RANHURAS, ALGODAO, COM 2 PONTAS CAIXA 100,00 UM	CAIXA	82	1,98	162,36
38	362748	HEMOSTATICO TOPICO, CLORETO DE ALUMINIO, LIQUIDO. FRASCO 10ML.	UNIDADE	28	16,7	467,60
39	362685	HIDROXIDO DE CALCIO, CIMENTO, BASE + CATALISADOR, CONJUNTO COMPLETO	UNIDADE	28	17,86	500,08

40	362684	HIDROXIDO DE CALCIO, PO -FRASCO 10,00 G	UNIDADE	19	5	95,00
41	362654	LIDOCAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM EPINEFRINA 2%+ I:200.000 INJETAVEL	UNIDADE	9010	7,2	64872,00
42	362751	LUBRIFICANTE ODONTOLOGICO, OLEO MINERAL, SPRAY COM ADAPTADOR, CANETA DE ALTA E BAIXA ROTACAO, SEM CFC FRASCO 100,00 ML	UNIDADE	9	16,35	147,15
43	362673	LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, OLEO MINERAL, SPRAY COM ADAPTADOR, CANETA DE ALTA E BAIXA ROTACAO, SEM CFC FRASCO 200,00 ML	UNIDADE	15	39,81	597,15
44	362656	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO, LATEX NATURAL INTEGRO E UNIFORME, EXTRA PEQUENO, LUBRIFICADA COM PO BIOABSORVIVEL, DESCARTAVEL, ATOXICA, AMBIDESTRA, DESCARTÁVEL, FORMATO ANATOMICO, RESISTENTE A TRACAO. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	290	18,55	5379,50
45	362655	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO, LATEX NATURAL INTEGRO E UNIFORME, MEDIO, LUBRIFICADA COM PO BIOABSORVIVEL, DESCARTAVEL, ATOXICA, AMBIDESTRA, DESCARTAVEL, FORMATO ANATOMICO, RESISTENTE A TRACAO. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	102	19,08	1946,16
46	362657	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRURGICO, LATEX NATURAL INTEGRO E UNIFORME, PEQUENO, LUBRIFICADA COM PO BIOABSORVIVEL, DESCARTAVEL, ATOXICA, AMBIDESTRA, DESCARTAVEL, FORMATO ANATOMICO, RESISTENTE A TRACAO. CAIXA COM 100 UNIDADES	CAIXA	195	18,42	3591,90
47	362706	MASCARA CIRURGICA, NAO TECIDO,3 CAMADAS, PREGAS HORIZONTAIS, ATOXICA, COM ELASTICO, CLIP NASAL EMBUTIDO, HIPOALERGENICA, DESCARTAVEL. - CAIXA COM 100 UNIDADES	UNIDADE	43	8,1	348,30
48	362681	MATRIZ ODONTOLOGICA, AÇO INOXIDAVEL, FITA, ROLO 50CM, 7 MM, DESCARTAVEL	UNIDADE	19	1,32	25,08
49	362682	MATRIZ ODONTOLOGICA, ACO INOXIDAVEL, TOFFLEMIRE, AMALGAMA, ENVELOPE COM 12 UNIDADES	UNIDADE	19	14,6	277,40
50	362653	MEPIVACAINA CLORIDRATO, ASSOCIADA COM NOREPINEFRINA, 2% + 1:100.000 TUBETE 1,80 ML	UNIDADE	9010	2,12	19101,20
51	362710	PAPEL GRAU CIRURGICO, 10 CM, 100 M, INDICADOR DE ESTERILIZACAO, FILME LAMINADO 4 CAMADAS, 60 G/M2	UNIDADE	12	47,45	569,40
52	362747	PASTA PROFILATICA, PEDRA POMES, LAURIL SULFATO DE SODIO, COM FLUOR - 9 BISNAGA 90,00 G	UNIDADE	45	9,85	443,25
53	362686	PEDRA - POMES, ROCHA MAGNÉTICA, BRANCA, PÓ, LIMPEZA DENTAL, ODONTOLÓGICO, EXTRA-FINO FRASCO 100,00 G	UNIDADE	22	4,57	100,54
54	362749	PONTA MONTADA, SILICONE, TAÇA, BRANCA, PROFILAXIA, FLEXIVEL, CONTRA ANGULO	UNIDADE	40	1,1	44,00
55	362741	PORTA-AGULHA, ACO INOXIDAVEL, MAYO HEGAR, 15 CM	UNIDADE	8	46	368,00
56	362668	POTE ODONTOLÓGICO, VIDRO, CILINDRICO, TRANSPARENTE, 2 CAVIDADES, DAPPEN, 3 X 3 CM	UNIDADE	19	3,9	74,10
57	362660	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZAVEL, HIBRIDA, PASTOSA - 4,0 GR - COR A1 SERINGA 4,00 G	UNIDADE	19	17,18	326,42
58	362662	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZAVEL, HIBRIDA, PASTOSA - 4,0 GR - COR A2 SERINGA 4,00 G	UNIDADE	19	17,18	326,42
59	362664	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZAVEL, HIBRIDA, PASTOSA - 4,0 GR - COR A3 ,5 SERINGA 4,00 G	UNIDADE	19	17,18	326,42
60	362663	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZAVEL, HIBRIDA, PASTOSA - 4,0 GR - COR A3 SERINGA 4,00 G	UNIDADE	19	17,18	326,42
61	362665	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZAVEL, HIBRIDA, PASTOSA - 4,0 GR - COR B2 SERINGA 4,00 G	UNIDADE	19	17,18	326,42
62	362667	RESINA COMPOSTA, FOTOPOLIMERIZAVEL, HIBRIDA, PASTOSA - 4,0 GR - COR B3 SERINGA 4,00 G	UNIDADE	25	17,18	429,50
63	362676	SELANTE, PARA FOSSULAS E FISSURAS, FOTOPOLIMERIZAVEL, FLUOR FRASCO 5,00 ML	UNIDADE	82	16,62	1362,84
64	362714	SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE, 10 ML, COM SISTEMA SEGURANCA SEGUNDO NR/32, IMPRESSAO LEGIVEL E PERMANENTE, GRADUACAO MAXIMA 0,2 EM 0,2 ML, NUMERADA, C/ AGULHA 40 X 0,9 MM, BISEL TRIFACETADO, PROTETOR PLASTICO, DESCARTAVEL,ESTERIL	UNIDADE	1200	0,41	492,00
65	362735	SUGADOR, RESINA ABS/POLIPROPILENO/PVC, SANGUE, EMBALAGEM INDIVIDUAL, ESTERIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	46	2,5	115,00
66	362705	TOUCA DESCARTAVEL, USO HOSPITALAR, NAO TECIDO 100% POLIPROPILENO, COM ELASTICO EM TODA VOLTA, SEM COR, CERCA DE 30 G/M2, UNICO, DESCARTAVEL, HIPOALERGENICA, ATOXICA, INODORA, UNISSEX. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	UNIDADE	28	6,82	190,96
						122.465,90

VALOR GLOBAL: R$ 122.465,90 (CENTO E VINTE E DOIS MIL QUATROCENTOS E SESSENTA E CINCO REAIS E NOVENTA CENTAVOS).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. O presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1. Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 03 (três) dias úteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo XX deste certame.

3.2. Entregar o objeto licitado conforme especificações do edital e seus anexos em consonância com a Proposta de Preço a vencedora obrigam-se a:

a) Atender as requisições do Município fornecendo os materiais descritos por este Instrumento Convocatório, nos preços constantes de sua proposta e em conformidade com as especificações estipuladas no Anexo I;

b) Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, após expedida a Ordem de Fornecimento.

c) Disponibilizar os materiais para serem retirados conforme a necessidade do Município, sem que com isso haja qualquer custo adicional, deste edital.

d) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município;

e) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital;

f) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município;

g) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

3.3. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

3.4. Arcar com eventuais prejuízos causados à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida na execução do contrato.

3.5. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

3.6. Caso haja reduções ou descontos, a empresa vencedora compromete-se a repassá-los ao Município, ainda que, depois de expedida a Ordem de Fornecimento.;

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens

licitados;

4.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

4.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

4.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento objeto;

4.5. Disponibilizar local para recebimento e guarda dos produtos solicitados.

4.6. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

4.7. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

5.1. Os itens descritos no Anexo I deste Edital serão recebidos:

a) Provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade dos itens com a especificação;

b) Definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação;

c) Rejeitado, quando em desacordo com o estabelecido no Edital, e seus Anexos.

5.2. A entrega dos materiais deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referencia do Edital de Licitação Pregão 027 /2018.

5.3. Os itens licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Bandeirantes -MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente, no prazo máximo de **15 (quinze) dias corridos a contar da data do recebimento da Ordem de Entrega;**

5.3. O produto em desconformidade com o especificado acarretará a correção; caso não seja possível será rejeitado, com aplicações das sanções administrativas e/ou legais cabíveis, sem ônus aos cofres municipais.

5.6. Substituir, às suas expensas, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas,** após notificação formal, os produtos entregues em desacordo com as especificações deste edital, conforme anexos e com as respectivas propostas, ou que apresente vício de qualidade (que apresentem problemas na utilização);

5.7 Os produtos que serão entregues, deverão rigorosamente ser de primeira linha, ter padrão de qualidade reconhecido pelo mercado nacional e estarem de acordo com os padrões e normas brasileiras vigentes, se não cumpridas serão devolvidas no ato da entrega, com sujeita a multa de 5% do valor total do contrato.

6.DO PAGAMENTO

6.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30(trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

6.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

6.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com o (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copiado Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

6.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

6.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

6.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 027/2018).

7. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

7.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto de revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

7.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

7.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea “d”, do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

7. 4.AComissãodecontroledaATAderegistrodepreçosoriginadadopresenteprocessopoderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

7.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

8. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

8.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta

Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei

8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de

Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

8.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

8.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

8.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

8.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

8.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, o seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

9. DA FISCALIZAÇÃO

9.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 021/2017 o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que,

ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) Atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento;

b) Solicitar ao Prefeito Municipal, às providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato;

c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

10. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

10.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

10.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

10.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optarem pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

10.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

10.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

10.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

10.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro-CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 0663572-1950

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

11.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

11.1.2 A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º8.666/93, e posteriores alterações.

11.1.3 Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

11.1.4 Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

11.1.5 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração

Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

11.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

11.3. A sanção de advertência de que trata o item 23.1.3 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais.

II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

11.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1. – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte **Dotação Orçamentária:**

12.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

13. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

13.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios - AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº. 027/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes - MT.

15. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde - MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

Data 20/08/2018 Preitura Municipal de nova Bandeirantes.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

HIPERDENTAL COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICO E MEDICO HOPITALAR LTDA

CNPJ: 13.994.852/001-93

CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

DEPTO LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2018

Aos 30 dias do mês de AGOSTO de 2018, de um lado o MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, com sede na Avenida Comendador Luiz Meneghel, n.º62, centro, nesta cidade, devidamente inscrita no CGC/MF sob o n.º 33.683.822/0001-73, neste ato, representado pelo **Prefeito Municipal, Sr. Valdir Pereira dos Santos,** brasileiro, empresário, portador do R.G. n.º 3512032-7 SSP/PR e inscrito no CPF nº 531.846.969- 87, residente e domiciliado no município de Nova bandeirantes, neste ato denominado simplesmente **ORGAO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do **PREGAO PRESENCIAL Nº 037/2018**, e de outro lado a empresa adjudicatária nos itens abaixo, homologada em **31/08/2018**, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de **compromisso de fornecimento de serviços**, nos termos do Art. 15 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

1 – DO FORNECEDOR REGISTRADO: A partir desta data, fica registrado na Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT, o preço do fornecedor registrado a seguir relacionado, objetivando o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços para realização de exames laboratoriais, voltados a atender pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS do município de Nova Bandeirantes – MT,** de acordo com as especificações, nas condições estabelecidas no ato convocatório.

Fornecedor:	**LABORATORIO LABORVALE LTDA**			CNPJ:	**10.509.276/0001-53**
Endereço:	**Travessa Colorado**			Nº:	**S/Nº**
Bairro:	**Centro**	Cidade:	**Nova Bandeirantes**	CEP:	**78.565-000**
Representante Legal:	**Edmundo Goncalves do Vale**			CPF:	**968.595.121-72**
Email:	**laborvale@hotmail.com**			Telefone:	**(66) 3572-1875**

Quantidade	Unidade	Descrição	V. Unitário Estimado	V.Total Estimado
75	UNIDADE	ACIDO URICO	R$ 20,68	R$ 1.551,00
30	UNIDADE	ALBUMINA	R$ 21,83	R$ 654,90
65	UNIDADE	ALFA 1 GLICOPROTEINA ACIDA	R$ 55,00	R$ 3.575,00
65	UNIDADE	ALFA FETO PROTEINA	R$ 50,00	R$ 3.250,00
160	UNIDADE	ALT/TGO	R$ 22,50	R$ 3.600,00
90	UNIDADE	ALT/TGP	R$ 25,00	R$ 2.250,00
36	UNIDADE	AMILASE	R$ 22,33	R$ 803,88
45	UNIDADE	ANTI HBS	R$ 57,50	R$ 2.587,50
150	UNIDADE	ASLO	R$ 22,50	R$ 3.375,00
29	UNIDADE	BACTERIOSCOPIA	R$ 19,57	R$ 567,53
70	UNIDADE	BETA HCG	R$ 23,50	R$ 1.645,00
90	UNIDADE	BILIRRUBINAS	R$ 28,43	R$ 2.558,70
50	UNIDADE	BRUCELOSE	R$ 40,00	R$ 2.000,00
100	UNIDADE	CA 125	R$ 55,00	R$ 5.500,00
100	UNIDADE	CA 19-9	R$ 55,00	R$ 5.500,00
30	UNIDADE	CALCIO	R$ 27,50	R$ 825,00
100	UNIDADE	CE A	R$ 55,00	R$ 5.500,00
9	UNIDADE	CHAGAS	R$ 120,00	R$ 1.080,00
70	UNIDADE	CITOMEGALOVIRUS	R$ 90,00	R$ 6.300,00
65	UNIDADE	CLORO	R$ 70,00	R$ 4.550,00
50	UNIDADE	COAGULOGRAMA	R$ 52,75	R$ 2.637,50
200	UNIDADE	COLESTEROL	R$ 21,23	R$ 4.246,00
40	UNIDADE	COOMBS DIRETO	R$ 30,33	R$ 1.213,20
60	UNIDADE	COOMBS INDIRETO	R$ 33,67	R$ 2.020,20
55	UNIDADE	CPK	R$ 50,00	R$ 2.750,00
55	UNIDADE	CPK-MB	R$ 50,00	R$ 2.750,00
180	UNIDADE	CREATININA	R$ 21,23	R$ 3.821,40
100	UNIDADE	DENGUE IGG E IGM	R$ 58,33	R$ 5.833,00
60	UNIDADE	ELETROFORESE HEMOGLOBINA	R$ 37,50	R$ 2.250,00
60	UNIDADE	ELETROFORESE PROTEINAS	R$ 50,00	R$ 3.000,00

65	UNIDADE	EPSTEIN BAAR IGG E IGM	R$ 120,00	R$ 7.800,00
45	UNIDADE	ESTRADIOL	R$ 45,00	R$ 2.025,00
10	UNIDADE	EXAME A FRESCO	R$ 20,00	R$ 200,00
52	UNIDADE	FAN	R$ 57,50	R$ 2.990,00
45	UNIDADE	FATOR REUMATOIDE	R$ 19,57	R$ 880,65
55	UNIDADE	FERRETINA	R$ 46,00	R$ 2.530,00
70	UNIDADE	FERRO SERICO	R$ 50,00	R$ 3.500,00
60	UNIDADE	FOSFATOS EALCALINA	R$ 24,63	R$ 1.477,80
65	UNIDADE	FOSFORO	R$ 27,50	R$ 1.787,50
30	UNIDADE	FSH	R$ 41,00	R$ 1.230,00
60	UNIDADE	GAM GT	R$ 25,33	R$ 1.519,80
110	UNIDADE	GLICEMIA	R$ 20,00	R$ 2.200,00
40	UNIDADE	HANSENIASE	R$ 50,00	R$ 2.000,00
30	UNIDADE	HBC IGG	R$ 50,00	R$ 1.500,00
30	UNIDADE	HBC IGM	R$ 50,00	R$ 1.500,00
100	UNIDADE	HDL COLESTEROL	R$ 20,00	R$ 2.000,00
230	UNIDADE	HEMOGLOBINA COMPLETA	R$ 35,00	R$ 8.050,00
40	UNIDADE	HEMOGLOBINA GLIGOLISADA	R$ 33,67	R$ 1.346,80
3	UNIDADE	HEPATITE A	R$ 55,67	R$ 167,01
10	UNIDADE	HEPATITE B HBSAG	R$ 38,00	R$ 380,00
70	UNIDADE	HEPATITE C HCV	R$ 49,67	R$ 3.476,90
5	UNIDADE	HIV	R$ 60,00	R$ 300,00
70	UNIDADE	IGE TOTAL	R$ 54,50	R$ 3.815,00
70	UNIDADE	IGM IGG		R$ -
90	UNIDADE	LDL	R$ 20,00	R$ 1.800,00
100	UNIDADE	LEISHMANIOSE	R$ 27,50	R$ 2.750,00
75	UNIDADE	LIPASE	R$ 40,00	R$ 3.000,00
30	UNIDADE	MAGNESIO	R$ 26,00	R$ 780,00
100	UNIDADE	MALARIA	R$ 25,00	R$ 2.500,00
45	UNIDADE	MUCOPROTEINA	R$ 33,33	R$ 1.499,85
80	UNIDADE	PARASITOLOGICO DE FEZES	R$ 22,90	R$ 1.832,00
115	UNIDADE	PCR REUMATISMO	R$ 22,00	R$ 2.530,00
9	UNIDADE	PESQUISA DE FUNGOS	R$ 27,50	R$ 247,50
15	UNIDADE	PESQUISA DE LEUCOCITOS	R$ 27,50	R$ 412,50
75	UNIDADE	PESQUISA P/ PARACOCO	R$ 55,00	R$ 4.125,00
210	UNIDADE	PLAQUETAS	R$ 19,40	R$ 4.074,00
40	UNIDADE	POTASSIO	R$ 28,43	R$ 1.137,20
45	UNIDADE	PPD	R$ 52,50	R$ 2.362,50
61	UNIDADE	PROTEINA URINARIA	R$ 37,50	R$ 2.287,50
35	UNIDADE	PROTEINAS TOTAIS	R$ 29,63	R$ 1.037,05
50	UNIDADE	PROTEUNIRIA 24 HRS	R$ 33,33	R$ 1.666,50
60	UNIDADE	PSA LIVRE	R$ 53,75	R$ 3.225,00
60	UNIDADE	PSA TOTAL	R$ 53,75	R$ 3.225,00
30	UNIDADE	RETICOLOCITOS	R$ 30,00	R$ 900,00
50	UNIDADE	RUBEOLA IGG E IGM	R$ 105,00	R$ 5.250,00
100	UNIDADE	SANGUE OCULTO	R$ 42,50	R$ 4.250,00
50	UNIDADE	SODIO	R$ 29,57	R$ 1.478,50
35	UNIDADE	T3	R$ 44,67	R$ 1.563,45
35	UNIDADE	T4	R$ 50,00	R$ 1.750,00
80	UNIDADE	T4 LIVRE	R$ 44,75	R$ 3.580,00
90	UNIDADE	TAP	R$ 25,00	R$ 2.250,00
120	UNIDADE	TEMPO DE COAGULAÇÃO	R$ 20,00	R$ 2.400,00
150	UNIDADE	TEMPO DE SANGRAMENTO	R$ 20,00	R$ 3.000,00
120	UNIDADE	TIPAGEM SANGUINEA	R$ 20,17	R$ 2.420,40
55	UNIDADE	TOLERANCIA A GLICOSE	R$ 40,00	R$ 2.200,00
60	UNIDADE	TOXOPLASMOSE AVIDEZ	R$ 130,00	R$ 7.800,00
20	UNIDADE	TOXOPLASMOSE IGM E EIGG	R$ 74,50	R$ 1.490,00
120	UNIDADE	TRIGLICERIDEOS	R$ 19,57	R$ 2.348,40
70	UNIDADE	TROPONINA CARDIACA	R$ 60,00	R$ 4.200,00
40	UNIDADE	TSH	R$ 48,33	R$ 1.933,20
150	UNIDADE	TTPA	R$ 22,50	R$ 3.375,00
55	UNIDADE	TUBERCULOSE BAAR	R$ 50,00	R$ 2.750,00
90	UNIDADE	UREIA	R$ 19,57	R$ 1.761,30
135	UNIDADE	URINA TIPO L	R$ 22,50	R$ 3.037,50
250	UNIDADE	URUCULTURA	R$ 48,33	R$ 12.082,50
250	UNIDADE	VDRL	R$ 20,17	R$ 5.042,50
250	UNIDADE	VHS	R$ 20,17	R$ 5.042,50
75	UNIDADE	VITAMINA D25	R$ 130,00	R$ 9.750,00
120	UNIDADE	VLDL	R$ 20,00	R$ 2.400,00
				R$ 275.418,12

Valor global: R$ 275.418,12 (DUZENTOS E SETENTA E CINCO MIL, QUATROCENTOS E DEZOITO REAIS E DOZE CENTAVOS).

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação.

2.2 O prazo de execução do presente contrato é de (12) doze meses, atentando para a data de início do contrato, pagos em parcelas mensais podendo ser aditivado conforme Lei Federal nº8666 de 1993

3. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

3.1 Uma vez notificada de que o Município efetivara a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer nos 02(dois) dias uteis à notificação, para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Capítulo 19 deste certame.

a) Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação dos serviços a si adjudicados, inclusive ônus relativos a sanções judiciais e administrativas;

b) Cumprir o estipulado nos termos do presente instrumento contrato.

c) Obedecer as instruções da contratante, sobre os termos dos serviços à serem prestados.

d) Cumprir a vigência da Ata de Registro de Preços que será de 12(doze) meses, contados a partir da sua publicação.

e) A entrega dos resultados dos exames poderão se de forma física ou eletrônica na Secretaria Municipal de Saúde, no prazo de 48(quarenta e oito) horas, contados após o recebimento do material a ser analisado.

f) Os exames de maior complexidade o prazo de entrega dos resultados passa a ser de 15(quinze) dias

g) Os exames solicitados com urgência terão prazo de entrega dos resultados de 06 a 10 horas, dependendo do tipo de exame.

h) Os serviços serão realizados no laboratório da empresa contratada.

i) A empresa contratada deverá fornecer os serviços com preço por unidade determinado no processo licitatório.

j) Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus para o município de Nova Bandeirantes ou para a CONTRATANTE toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 06(seis) horas, caso constatada divergência nos exames realizados.

k) Comunicar a entrega dos resultados dos exames, não sendo aceitos os que estiverem em desacordo com as especificações constantes nesta ata, nem qualquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

l) Prestar informações à contratante, sempre que esta lhe solicitar, informando sobre a execução de seus serviços e demais detalhes sobre a execução de suas atividades.

m) Não intermediar abatimentos, descontos, ou dilação sem expressa autorização da contratante.

f)**.** Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes; g) Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto da licitação, sem prévia anuência do Município; h) Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Edital; i) Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez inexistir, no caso, vínculo empregatício deles com o Município; j) Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar ao Município ou a terceiros em razão de ação ou omissão dolosa ou culposa, sua ou de seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

15.2. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES.

15.3. Aceitar nas mesmas condições contratuais os acréscimos e supressões até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato ou da nota de empenho.

4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

a) Ter reservado o direito de não mais utilizar os serviços da Contratada caso a mesma não cumpra o estabelecido no presente contrato, aplicando ao infrator as penalidades previstas na Lei nº 8.666/93;

b) Acompanhar o andamento dos serviços e expedir instruções verbais ou escritas sobre a sua execução, podendo impugnar os serviços que estejam mal executados, os quais deverão ser refeitos, correndo as despesas oriundas destes serviços por conta da Contratada;

c) Intervir na prestação dos serviços ou interromper a sua execução nos casos e condições previstos na Lei nº 8.666/93;

d) Efetuar o pagamento até o 15º(décimo quinto)dia útil de cada mês subsequente a apresentação da Nota Fiscal da contratada pelos serviços executados de acordo com as disposições do presente contrato;

e) Enviar à Contratada o documento comprovante de arrecadação competente toda vez em que ocorrer a retenção de impostos sobre a Nota Fiscal de Prestação de Serviços;

f). Denunciar as infrações cometidas pela contratada e aplicar-lhe as penalidades cabíveis nos termos da Lei nº 8.666/93;

g) Modificar ou rescindir unilateralmente o contrato nos casos previstos na Lei nº 8.666/93,com aviso prévio de 60(sessenta)dias;

h). Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

i). Quaisquer solicitação de acompanhamento de Assessoria e Consultoria fora do território de Nova Bandeirantes deverá ser custeado passagens, serviços de hotelaria e ou combustível pela solicitante;

4.2. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

5. DO PAGAMENTO

5.1. Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto, mediante a emissão da nota fiscal/fatura, devidamente entregue e lançada junto ao Departamento de Contabilidade e atestada pela Secretaria requisitante, sendo que em hipótese alguma será efetuado pagamento antecipado.

5.2. As empresas deverão obrigatoriamente fornecer Nota Fiscal Eletrônica, conforme as disposições contidas no RICMS/MT, ou conforme legislação vigente.

5.3. Para fazer jus ao pagamento, a licitante vencedora deverá comprovar sua adimplência com a Seguridade Social (INSS) e com o FGTS (CRF). Caso a empresa seja optante pelo Simples, deverá apresentar, também, copia do Termo de Opção pelo recolhimento de imposto naquela modalidade;

5.4. Não será efetuado qualquer pagamento à EMPRESA DETENTORA DA ATA enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência com relação à ATA de Registro de Preços originada do presente Pregão.

5.5. O pagamento será feito mediante depósito na conta bancária fornecida pela EMPRESA DETENTORA DA ATA, conforme informação do n.º da agência, banco e conta corrente na referida Nota Fiscal. ***Fica vedada a emissão de boleto bancário pois o único meio de pagamento a ser realizado pelo município é através de depósito via banco conforme normatiza o edital.***

5.6. Deverá constar no corpo da Nota Fiscal o número do processo licitatório a que se refere (Pregão Presencial nº 037/2018).

6. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente cotados são fixos e irreajustáveis, podendo ser objeto revisão, de ofício ou a pedido, caso haja motivo relevante, tal como variação substancial do custo de aquisição do produto, junto ao distribuidor, devidamente justificado e demonstrado pela Licitante vencedora, mediante apresentação de Notas Fiscais do distribuidor, planilha de custos devidamente exarada pelo Contador responsável da empresa contratada e pesquisa de mercado realizada pela Administração;

6.2. Não haverá reajuste de preços de acordo com o parágrafo 1º, artigo 25 da Lei Federal n.º 9.069/95, que dispõe sobre o Plano Real.

6.3. A manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, conforme disposto na alínea "d", do inciso II, do artigo 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, será obtida mediante solicitação da empresa detentora da ata à PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, desde que acompanhada de documentos que comprovem a procedência do pedido.

6.4. A Comissão de controle da ATA de registro de preços originada do presente processo poderá a qualquer tempo rever, reduzindo os preços registrados, de conformidade com pesquisa de mercado, para atendimento do disposto no inciso V do artigo 15 da Lei Federal n.º 8.666/93 e no artigo 12 do Decreto Federal n.º 3.931/2001 ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado atacadista.

6.5. Fica, em qualquer hipótese, ressalvada a possibilidade de alteração das condições pactuadas em face de superveniência de leis e/ou normas federais ou municipais disciplinando a matéria.

7. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

7.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

7.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

7.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

7.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

7.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. O Município promoverá, através do servidor designado pela Administração conforme portaria 021/2017, o acompanhamento e a fiscalização das entregas dos produtos, que anotará em registro próprio as ocorrências e falhas detectadas na sua execução e comunicará à(s) empresa(s) fornecedora(s) os fatos que, ao seu critério, exigirem medidas corretivas por parte da mesma, devendo este ainda:

a) atestar as notas fiscais da Licitante para efeitos de pagamento; b) solicitar ao Prefeito Municipal, as providências que ultrapassarem a sua competência, possibilitando a adoção das medidas convenientes para a perfeita execução deste Contrato; c) elaborar relatório acerca da destinação dos produtos;

A ação da fiscalização não exonera a Licitante vencedora de suas responsabilidades contratuais.

9. DA ADESÃO À ATA DE REGISRO DE PREÇOS

9.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador;

9.2. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

9.3. Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9.4. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

9.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

9.6. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

9.7. Competem ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

9.8. As solicitações deverão ser encaminhadas ao Setor de Licitação o qual seja a Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do Setor de Licitações através do e-mail licitacao@novabandeirantes.mt.gov.br ou pelo endereço Avenida Comendador Luiz Meneghel, 62, Bairro Centro – CEP 78. 565-000-Nova Bandeirantes – MT Fone 066-3572-1950

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Em casos de inexecução parcial ou total das obrigações fixadas neste Pregão, em relação ao objeto desta licitação, a Administração poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar as seguintes sanções:

10.1.1 Multa de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor estimado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, no caso da licitante vencedora não cumprir rigorosamente as exigências da mesma ou recusar-se a receber a Nota de Empenho ou atrasar na assinatura da referida ATA, salvo se decorrente de motivo de força maior definido em Lei, e reconhecido pela autoridade competente.

10.1.2. A multa a que alude o item anterior não impede que a Administração rescinda unilateralmente a ATA e aplique outras sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666/93, e posteriores alterações.

10.1.3. Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.

10.1.4. Suspensão temporária do direito de licitar e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos, quando da inexecução contratual sobrevier prejuízo para a Administração.

10.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2. Se a licitante deixar de entregar a documentação ou apresentá-la falsamente, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a Proposta, falhar ou fraudar na execução da ATA, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, pelo prazo de até cinco anos, impedido de contratar com a Administração Pública, sem prejuízo das multas previstas no edital e das demais cominações legais.

10.3. A sanção de advertência de que trata o item 20.2.1 poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - descumprimento das determinações necessárias à regularização das faltas ou defeitos observados na entrega dos materiais. II - outras ocorrências que possam acarretar transtornos no desenvolvimento dos serviços ao MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

10.4. A penalidade de suspensão será cabível quando a licitante participar do certame e for verificada a existência de fatos que a impeçam de contratar com a Administração Pública. Caberá ainda a suspensão quando a licitante, por descumprimento de cláusula editalícia, tenha causado transtornos no desenvolvimento dos serviços do MUNICIPIO DE NOVA BANDEIRANTES.

11. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

11.1 – As despesas deste Processo Licitatório correrão por conta da seguinte Dotação Orçamentária:

Órgão: 05-SECRETARIA DE SAUDE
Unidade: 002-FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Função: 10-SAUDE
Sub - Função: 301-ATENCAO BASICA
Programa: 0020-Atenção à Saúde - Atenção Básica
Projeto/Atividade:2 122 - Manutenção e Encargos com Saúde da Família
Red. 0232 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços Terceiro Pessoa Jurídica

11.2- No caso de despesas plurianuais (mais de um exercício financeiro), o orçamento vigente deverá contingenciar recursos para as despesas liquidadas neste exercício. As demais despesas que ultrapassarem o orçamento vigente serão contempladas nas dotações orçamentárias futuras do município.

12. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A publicação resumida desta Ata de Registro de Preços na imprensa oficial, Jornal Oficial dos Municípios-AMM que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº.037/2018,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. É vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para todos os fins previstos em direito, na presença das duas testemunhas abaixo identificadas, que a tudo assistiram e que também o subscrevem.

NOVA BANDEIRANTES-MT, 30 de Agosto de 2018.

_____

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

_____

LABORATORIO LABORVALE LTDA

EDMUNDO GONCALVES DO VALE

CPF: 968.595.121-72

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

_____

BRUNA NEIVERTH

CPF: 050.597.081-36

_____

RONALDO SANDRINI FELIPES

CPF: 001.067.831-06

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 309/2018, DE 20 DE AGOSTO DE 2018.

"TRANSFERIR *SERVIDORAS EFETIVAS".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto na Lei Complementar 324/2007 de 27 de julho de 2007.

RESOLVE

Artigo 1º - Transferir as Servidoras Efetivas abaixo, do departamento do gabinete da Secretaria Municipal de Saúde, para desempenhar suas funções no departamento do programa PSF – PAB .Urbano.

Elisangela Florentino Borges Lurdivina Maria dos Santos Kattiuscia Soehn Lima Tania Ingrydis Nunes

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 20 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 305/2018, DE 15 DE AGOSTO DE 2018.

"Dispõe sobre nomeação dos membros do conselho municipal de Assistência Social, e dá outras providências".

A Prefeita Municipal de Nova Brasilândia - Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas nos Artigos nº 13, 14 e 19 e seus incisos da Lei nº 413/2009 de 17 de agosto de 2.009

RESOLVE:

Artigo 1º - Nomear os membros do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme composição abaixo:

ORGÃO GOVERNAMENTAL

1-Secretaria Municipal de Assistência Social

Titular: Vanilza Felipe da Silva Coimbra

RG: 978.172-2/SSP/MT

CPF: 570.967.081-20

Suplente: Marildete Ramos da Cruz

RG: 1044433-5/SSP/MT

CPF: 959.279.561-49

2-Secretaria Municipal de Educação

Titular: Corina Pereira da Silva

RG: 423 274/SSP/MT

CPF: 446.214.341-87

Suplente: Luzia Helena Mendes Campos

RG: 0902879/SSP/MT

CPF: 569 623 801-78

3-Secretaria Municipal de Agricultura

Titular: Rodrigo Souza Da Silva

RG 16625552/SSP/MT

CPF 026.504.761-76

Suplente: Edileuza Gomes Mares

RG 1640468-8 SSP/MT

CPF 004.726.311-36

4-Secretaria Municipal de InfraEstrutura

Titular: Tarcísio Araújo Ventura

RG: 176351719/SSP/MT

CPF: 020.711.011-54

Suplente: Jair Duarte Carvalho

RG: 124.1177-9/SSPMT

CPF: 811.862.811-32

5-Secretaria Municipal de Saúde

Titular: Nayara Campos Mascarenhas

RG: 1580745-2/SSP/MT

CPF: 731.150.531

Suplente: Selma dos Santos

RG: 0584164-0/SSP/MT

CPF: 411.576.721-91

ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL E SOCIEDADE CIVIL

1-ASSOCIAÇAO REVIVER

Titular: Joraty Fernandes da Costa

RG: 0190.03400/SSP/MT

CPF: 328.347.051-00

Suplente: Marlei Pereira

RG 11524642/SSP/MT

CPF 838.201.471-68

2-Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Paulo Afonso Ribeiro

RG: 269531/SSP/MT

CPF: 632.799.751-04

Suplente: José Moreira Viegas

RG:30408/SSP/MT

CPF:174.799.751-04

3-Clube de Mães de Nova Brasilândia

Titular: Debora Araújo da silva

RG: 131954-2 SSP/MT

CPF: 945.510.041-

Suplente: Lindalva Lopes do Nascimento

RG: 1037793-0/SSP/MT

CPF: 867.104.191-34

4-Paróquia Nossa Senhora das Dores

Titular: Rosimeire do Nascimento Bolandini

RG: 1310155-2/SSP/MT

CPF: 948.431.471-68

Suplente: Keila Cristina Bonfim

RG: 1169764-4/SSP/MT

CPF 823.962.131-72

5- Representação de Usuários

Titular: Josefa Maria da Silva – Usuários do PAIF

RG:112684-5/SJ/MT

CPF:008.807.631.83

Suplente: Vilma Pimenta da Silva – Usuário do Programa Bolsa Família

RG:2201577-9/SSP/MT

CPF:591.177.451-87

Artigo 2º - O Mandato a que se refere será de 02 (dois) anos, permitida uma recondução.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº 168/2018 datada de 09 de Abril de 2018.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 15 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 303/2018, DE 15 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA PRISCILLA DE BARROS LIRA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora efetiva **Srª. Priscilla de Barros Lira – Odontóloga,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 *(trinta) dias Férias regulamentares*, referente ao período aquisitivo de 25/08/2017 a 25/08/2018, a partir de 27 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 15 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 291/2018, DE 08 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO DA SERVIDORA EFETIVA ROSANGELA PEREIRA DA SILVA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no artigo 101-A da Lei Complementar 366/2008 de 03 de julho de 2008.

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva Srª**. ROSANGELA PEREIRA DA SILVA – Agente de Limpeza Publica,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 09/07/2012 a 09/1072017, a partir de 08 de agosto de 2018, devendo retornar as suas atividades normais em 06 de novembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 08 de agosto de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 08 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 306/2018, DE 20 DE AGOSTO DE 2018.

"Dispõe sobre Impedimento para tráfego de automóveis no centro da cidade, por ocasião das comemorações da Independência do Brasil (7 de setembro)".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais,

RESOLVE

Art.1°- Fica impedido o tráfico de automóveis na Rua Joaquim Bombacho de frente a Escola Estadual Presidente Tancredo Almeida Neves na Avenida Brasil com início de frente o Comercial Neves, subindo na Rua Raimundo Ottoni passando em frente ao Bar do Robinho esquina com Lava Jato Geovana e virando na esquina do hospital e descendo na Avenida Brasil e fazendo Concentração em frente à Praça Central Nossa Senhora Aparecida, no período das 14:00 às 18:30 horas do dia 07 de setembro de 2018, por ocasião do Desfile Cívico.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 20 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)
DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT
EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, de 30 de Agosto de 2018.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
NICANOR FRANCO RIBEIRO	018.427.221-15	8981/00065/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141
Cargo/Portaria de Nomeação n° : SECRETARIA MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS
Assinatura:

Data de afixação: Data de desafixação:

30/08/2018

14/09/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 300/2018, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA DINALVA LEANDRO PEREIRA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora efetiva **Srª. Dinalva Leandro Pereira – Tec. de Enfermagem,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 *(trinta) dias Férias regulamentares*, referente ao período aquisitivo de 06/07/2016 a 06/07/2017, a partir de 13 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 284/2018, DE 30 DE JULHO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS DO SERVIDOR EFETIVO ROMILDO JANUARIO MENDES".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder o Servidor Efetivo **Srº Romildo Januário Mendes – Agente de Saúde,** lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 10/02/2016 a 10/02/2017, a partir de 16 de Julho de 2018.

Art. 2º **-** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 16 de Julho de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 30 de Julho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 301/2018, DE 14 DE AGOSTO DE 2018.

"CONCEDER LICENÇA MEDICA A SERVIDORA EFETIVA MARCIA FERREIRA DE AZEVEDO".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 77, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Encaminhar para **PEVBRAS** a Servidora Efetiva **Srª. Marcia Ferreira de Azevedo – Agente de Limpeza Escolar**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, que se encontra de **Licença Médica,** a partir de 14 de agosto de 2018.

Art. 2° Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeito a partir desta data 14 de agosto de 2018.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 14 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 281/2018, DE 30 DE JULHO DE 2018.

"Retificar os Artigos 1º e 3º da Portaria nº 204/2018 que nomeia Fiscais de Contratos e Gestor de Ata".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere a Lei,

RESOLVE

Art. 1° Fica retificado o artigo 1º, onde lê Vandeison Batista da Silva, passar a ser **Vandeilson Batista da Silva**.

Art. 2° Fica retificado o artigo 3º, onde lê 01/01/2018, passará a ser **02 de maio de 2018.**

Art. 3° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo.

Art. 4° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 30 de julho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 297/2018, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª Maria Ivone dos Santos.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Público Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Maria Ivone dos Santos	Ag. de Limpeza Publica	**Nível 11-B**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 286/2018, DE 03 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DA SERVIDORA ESTAVEL SENHORA MARIA DE LOURDES DE CARVALHO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto na Lei Complementar 324/2007 de 27 de julho de 2007.

RESOLVE

Artigo 1º - Designar a Servidora Estável Senhora **Maria de Lourdes de Carvalho – *Agente Comunitário de Saúde – Área 04*,** lotada na Secretaria de Saúde, para desempenhar suas funções na **Secretaria Municipal de Administração,** a partir de 07 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2018.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 298/2018, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

Enquadramento Funcional a Servidora Efetiva srª Ivanilda Florentino Borges.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL a Servidora Pública Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Educação		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Ivanilda Florentino Borges	Ag. de Limpeza Publica	**Nível 11-A**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 280/2018, DE 23 DE JULHO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA KATTIUSCIA SOEHN LIMA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - *Conceder* a Servidora **Srª. Kattiuscia Soehn Lima - *Enfermeira,*** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 02/03/2016 a 02/03/2017, a partir de 19 de Julho de 2018.*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 19 de julho de 2018.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 19 de Julho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 302/2018, DE 15 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA ROSIMARE DA SILVA ALMEIDA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora efetiva **Srª. Rosimare da Silva Almeida – Técnico de Higiene Dental,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 *(trinta) dias Férias regulamentares*, referente ao período aquisitivo de 10/07/2017 a 10/07/2018, a partir de 27 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 15 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 103/2018

EXTRATO DO CONTRATO N°. 103/2018

CONTRATANTE: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

CONTRATADA:**ECONST CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA ME**

CNPJ:**11.206.966-0001-04**

OBJETO: Execução da obra na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DOS CANTEIROS CENTRAIS DA AVENIDA BRASIL NO MUNICIPIO DE NOVA BRASILANDIA/MT,** conforme Projeto Básico e Especificações Técnicas constantes da Tomada de Preços nº. 004/2018.

VALOR: R$ 94.907,82 (noventa e quatro mil novecentos e sete reais e oitenta e dois centavos)

ASSINATURA**: 30 de Agosto de 2018.**

VIGENCIA: **30 de Agosto de 2018 a 27 de Dezembro de 2018.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 294/2018, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA ESTAVEL MARIA DE LOURDES DE CARVALHO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - *Conceder* a Servidora Contratada **Sr.ª Maria de Lourdes de Carvalho – *Agente Comunitário de Saúde – Área 04,*** *lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 31/08/2016 a 30/08/2017, a partir de 07 de agosto de 2018.*

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 07 de agosto de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 295/2018, 13 DE AGOSTO DE 2018.

"CONCEDER AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSES PARTICULARES A SERVIDORA EFETIVA CELI ROSA DE FREITAS RISSATTO"IZEL.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no. uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 101-C, da Lei nº 366/2008 de 03 de julho de 2008.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva Senhora **Celi Rosa de Freitas Rissatto – Agente Administrativo**, lotada na Secretaria Municipal de Administração, **AFASTAMENTO PARA TRATAR DE ASSUNTOS DE INTERESSE PARTICULARES**, pelo prazo de 02 (dois) anos, a partir de 08 de Agosto de 2.018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 08 de agosto de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 299/2018, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA EFETIVA ROSILENE FERREIRA DE ALMEIDA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª rosilene ferreira de almeida– Auxiliar Administrativo,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 20/12/2017 a 20/12/2018, a partir de 13 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de Agosto de 2017.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 285/2018, DE 03 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO DA SERVIDORA EFETIVA VALDETE ELENA PEIXOTO".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no artigo 101-A da Lei Complementar 366/2008 de 03 de julho de 2008.

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva Srª**. VALDETE ELENA PEIXOTO – Agente de Limpeza Pública,** lotada na Secretaria Municipal de Saude, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 13/04/2009 a 13/04/2014, a partir de 03 de agosto de 2018, devendo retornar as suas atividades normais em 01 de novembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 03 de agosto de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 03 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 290/2018, DE 07 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PREMIO DA SERVIDORA EFETIVA CLEUZA BARBOSA PEREIRA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no artigo 101-A da Lei Complementar 366/2008 de 03 de julho de 2008.

RESOLVE

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva Srª**. CLEUZA BARBOSA PEREIRA – Agente de Limpeza Escolar,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, 90 (Noventa) dias de **LICENÇA PRÊMIO**, referente ao período aquisitivo de 14/12/2012 a 14/12/2017, a partir de 06 de agosto de 2018, devendo retornar as suas atividades normais em 04 de novembro de 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, surtindo os seus efeitos a partir de 06 de agosto de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 07 de agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 308/2018, DE 28 DE AGOSTO DE 2018.

"Dispõe sobre Exoneração para efeito de aposentadoria por Idade a servidora efetiva Senhora Ivanilda Florentino Borges".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas no IV do Artigo nº. 45 da Lei nº 324/2007 de 21 de julho de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Servidora Efetiva Srª. **IVANILDA FLORENTINO BORGES – AGENTE DE LIMPEZA ESCOLAR,** lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desportos, em decorrência de **Aposentadoria por Idade**, a partir de 28 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 28 de agosto de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 307/2018, DE 28 DE AGOSTO DE 2018.

"Dispõe sobre Exoneração para efeito de aposentadoria por Idade a servidora efetiva Senhora Maria Ivone dos Santos".

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, **– MT,** no uso das atribuições que lhe são concedidas no IV do Artigo nº. 45 da Lei nº 324/2007 de 21 de julho de 2007;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar a Servidora Efetiva Srª. **MARIA IVONE DOS SANTOS – AGENTE DE LIMPEZA PUBLICA,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, em decorrência de **Aposentadoria por Idade**, a partir de 28 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, surtindo efeitos a partir desta data 28 de agosto de 2018.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 28 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 296/2018, DE 13 DE AGOSTO DE 2018.

Enquadramento Funcional ao Servidor Efetivo srº. Marcelo Lemes de Oliveira.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições privativas que confere o disposto no parágrafo 1º do Artigo 29º e Artigo nº 19 da Lei Complementar nº. 325/2007 de 27 de julho de 2007;

RESOLVE

Art.1° CONCEDER ENQUADRAMENTO FUNCIONAL ao Servidor Público Municipal, conforme abaixo:

Secretaria Municipal de Saude		
Nome	**Cargos**	**Nível**
Marcelo Lemes de Oliveira	Motorista Cat. D	**Nível 03-C**

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 13 de junho de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 304/2018, DE 15 DE AGOSTO DE 2018.

"*DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR EFETIVO PAULO FERREIRA DE ALMEIDA".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso**,** no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder o Servidor efetivo **Srº. Paulo Ferreira de Almeida – Tec. De Fiscalização e Arrecadação,** lotado na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, 30 *(trinta) dias Férias regulamentares*, referente ao período aquisitivo de 01/01/2016 a 01/01/2017, a partir de 27 de agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 15 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 282/2018, DE 30 DE JULHO DE 2018.

"*Dispõe sobre concessão de férias a Servidora Efetiva Carla Assis de Pinho".*

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE NOVA BRASILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são concedidas por Lei e considerando o Artigo 67, da Lei nº 324/2007 de 27 de julho de 2007.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder a Servidora Efetiva **Srª. Carla Assis de Pinho – Agente de Limpeza Pública,** lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias Férias regulamentares, referente ao período aquisitivo de 27/03/2016 a 27/03/2017, a partir de 01 de Agosto de 2018.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - *Revogam-se as disposições em contrário.*

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita, em 30 de Agosto de 2018.

MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA

Prefeita de Nova Brasilândia

A presente Portaria foi publicada e registrado na Secretaria Municipal de Administração na data supra, na forma da Lei.

JOCIVANI CRISTINA PINHEIRO DE SÁ

Secretária Municipal de Administração

Portaria n° 002/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ESTADO DE MATO GROSSO

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

3º TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 008/2018, REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 002/2018.

Contratado: Reunidos Comércio de Petróleo LTDA

Aditamento: O valor unitário registrado por litro de gasolina comum passará a ter a seguinte recomposição a partir do dia 30/08/2018:

- Gasolina Comum de R$ 4,50 para R$ 4,69;

Data: 30/08/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO ADESÃO DA PREFEITURA DE CAMPO VERDE - MT

DEPARTAMENTO DE LICITACAO E CONTRATOS

AVISO DE RESULTADO DA LICITACAO ADESAO DA PREFEITURA

DE CAMPO VERDE - MT

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 294/2017 PREGÃO PRESENCIAL 116/2017

OBJETO: **Aquisição de equipamento médico hospitalar para atender as necessidades das Unidades Básicas de Saúde de Nova Lacerda.**

PRAZO: 12 Meses, a partir 31 de Agosto 2018

CONTRATADA: INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA

QUANTIDADES DE ITENS 01 (UM) R$ 15.578,36 (quinze mil e quinhentos e setenta e oito reais e trinta e seis centavos).

Nova Lacerda- MT **30 de Agosto de 2018.**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2018

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 38/2018

PROC. LICITATÓRIO: 93/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 44/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual aquisição de peças mecânicas, acessórios e funilaria, originais e genuínas para manutenção de veículos leves, médios, pesados da frota municipal, atendendo Departamentos e Secretarias desta Prefeitura.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 29 de Agosto de 2018

CONTRATADO PREÇOS MEDIOS DE DESCONTO:

ADRIANO DOS REIS EIRELI-EPP; R$ 27,9% (vinte e sete inteiros e nove décimos por cento);

RETIFICA DE MOTORES SÃO PAULO VALE DO GUAPORÉ LTDA; R$ 27,8% (vinte e sete inteiros e oito décimos por cento);

THIAGO RODRIGUES DA SILVA BATISTA EIRELI-ME; R$ 27,6% vinte e sete inteiros e seis décimos por cento).

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 30 de Agosto de 2018.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 44/2018

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO 44/2018

PROC. LICITATÓRIO: 93/2018 PREGÃO PRESENCIAL: 44/2018

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Nova Lacerda-MT

CONTRATADO:

ADRIANO DOS REIS EIRELI-EPP

RETIFICA DE MOTORES SÃO PAULO VALE DO GUAPORÉ LTDA

THIAGO RODRIGUES DA SILVA BATISTA EIRELI-ME

OBJETO: Registro de Preço para futura e eventual aquisição de peças mecânicas, acessórios e funilaria original e genuínas para manutenção de veículos leves, médios, pesados da frota municipal, atendendo Departamentos e Secretarias desta Prefeitura.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 29 de Agosto de 2018

CONTRATADO PREÇOS MEDIOS DE DESCONTO:

ADRIANO DOS REIS EIRELI-EPP; R$ 27,9% (vinte e sete inteiros e nove décimos por cento);

RETIFICA DE MOTORES SÃO PAULO VALE DO GUAPORÉ LTDA; R$ 27,8% (vinte e sete inteiros e oito décimos por cento);

THIAGO RODRIGUES DA SILVA BATISTA EIRELI-ME; R$ 27,6% vinte e sete inteiros e seis décimos por cento).

Ata de Registro de Preço 038/2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA –MT, 30 de Agosto de 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGA
PORTARIA Nº. 254/2018

Dispõe sobre a Nomeação em cargo Comissionado de Agente de Desenvolvimento da Secretaria de Agricultura Sra. Lucilene Bressan"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 47, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º **- NOMEAR** em Cargo Comissionado, o Sra**. Lucilene Bressan,** portador do RG Nº. 17109299 SSP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 018.645. 461.90, para exercer o cargo **AGENTE DE DESENVOLVIMENTO** na **SECRETARIA DE AGRICULTURA** do Município de Nova Maringá-MT, a partir de 29 de Agosto de 2018, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 29 de Agosto de 2018.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
PRIMEIRO TERMO DE REEQUILIBRIO ECONOMICO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 019/2018. PREGÃO PRESENCIAL 007/2018.

Pelo presente instrumento, a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ**, CNPJ 37.464.831/0001-24 neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. JOÃO BRAGA NETO, RESOLVE reajustar os preços da **EMPRESA JACOB PISAIA JUNIOR - LTDA**, inscrito no **CNPJ 05.528.204/0001-13**, neste ato representado pelo Sr. **JACOB PISAIA JUNIOR**, tendo em vista o contido na Ata de Registro de Preços n° 019/2018, oriunda do Pregão Presencial n° 007/2018, ajustam e celebram o presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal n° 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes:

1. DO OBJETO

REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE TEMPEROS, HORTIFRUTIGRANJEIROS, ALIMENTOS PERECÍVEIS, ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, PÃES, REFRIGERANTE, GAS DE COZINHA, AGUA MINERAL ENTRE OUTROS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICIPIO DE NOVA MARINGA – MT.

2. DOS PREÇOS

2.1. Os novos preços, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados neste termo de reequilíbrio econômico, encontram-se indicados na Ata de registro de Preços 019/2018 e conforme tabela abaixo:

EMPRESA JACOB PISAIA JUNIOR - LTDA, inscrito no **CNPJ 05.528.204/0001-13.**

Item	Und	QNT	Descrição	Marca	Valor und Anterior	Valor Total anterior	Reajuste %	Valor und Atual	Valor total reajustado
10	KG	90	AÇUCAR MASCAVO	ZAELI	R$ 8,55	R$ 769,50	3,68%	R$ 8,86	R$ 797,40
14	KG	410	AMEIXA ROXA	JACOB	R$ 14,00	R$ 5.740,00	26,26%	R$ 17,68	R$ 7.248,80
45	KG	370	CARNE DE SEGUNDA EM BIFE	JACOB	R$ 16,35	R$ 6.049,50	3,37%	R$ 16,90	R$ 6.253,00
46	KG	5500	CARNE DE SEGUNDA BOVINA MOIDA	JACOB	R$ 11,56	R$ 63.580,00	3,37%	R$ 11,95	R$ 65.725,00
47	KG	3800	CARNE DE SEGUNDA BOVINA PICADA	JACOB	R$ 12,72	R$ 48.336,00	3,37%	R$ 13,15	R$ 49.970,00
48	KG	45	CASTANHA DO PARA	JACOB	R$ 18,34	R$ 825,30	41,40%	R$ 25,93	R$ 1.166,85
59	PCT	590	COLORAU 500G	ZAELI	R$ 4,49	R$ 2.649,10	7,19%	R$ 4,81	R$ 2.837,90
60	KG	730	COSTELA BOVINA	JACOB	R$ 13,40	R$ 9.782,00	3,37%	R$ 13,85	R$ 10.110,50
64	UND	650	CREME DE LEITE	PIRACANJUBA	R$ 2,59	R$ 1.683,50	5,45%	R$ 2,73	R$ 1.774,50

74	PCT	1830	FARINHA DE TRIGO 1KG	PILAO	R$ 2,70	R$ 4.941,00	34,07%	R$ 3,62	R$ 6.624,60
81	KG	710	FRANGO CONGELADO	MAROMBI	R$ 7,30	R$ 5.183,00	43,16%	R$ 10,45	R$ 7.419,50
87	UND	400	LEITE CONDENSADO 395G	PIRACANJUBA	R$ 3,94	R$ 1.576,00	13,85%	R$ 4,48	R$ 1.792,00
94	UND	9658	LEITE INTEGRAL 1L	LACBOM	R$ 3,60	R$ 34.768,80	44,79%	R$ 5,21	R$ 50.318,18
98	KG	3960	MAÇÃ NACIONAL	JACOB	R$ 6,30	R$ 24.948,00	13,34%	R$ 7,14	R$ 28.274,40
99	PCT	1760	MACARRÃO ESPAGUETE 500G	AMALIA	R$ 2,65	R$ 4.664,00	13,86%	R$ 3,02	R$ 5.315,20
100	PCT	1350	MACARRÃO PARAFUSO 500G	AMALIA	R$ 2,70	R$ 3.645,00	18,55%	R$ 3,20	R$ 4.320,00
101	PCT	2340	MACARRÃO PADRE NOSSO 500G	DON SAPORE	R$ 2,89	R$ 6.762,60	8,24%	R$ 3,13	R$ 7.324,20
104	KG	1810	MAMÃO	JACOB	R$ 5,75	R$ 10.407,50	12,06%	R$ 6,44	R$ 11.656,40
118	UND	350	MISTURA PARA CEREAIS PARA MINGAU DE ARROZ 400G	NESTLE	R$ 9,79	R$ 3.426,50	32,72%	R$ 12,99	R$ 4.546,50
120	UND	270	OREGANO 100G	MIKA	R$ 3,43	R$ 926,10	30,00%	R$ 4,45	R$ 1.201,50
125	KG	4770	PÃO FRANCES	JACOB	R$ 8,88	R$ 42.357,60	29,01%	R$ 11,45	R$ 54.616,50
138	KG	850	QUEIJO MUSSARELA	DONILAC	R$ 26,00	R$ 22.100,00	46,67%	R$ 38,13	R$ 32.410,50
145	PCT	880	SAL REFINADO 1KG	VITASAL	R$ 1,59	R$ 1.399,20	28,25%	R$ 2,04	R$ 1.795,20
147	KG	2090	SALSICHA	PERDIGÃO	R$ 8,40	R$ 17.556,00	3,42%	R$ 8,69	R$ 18.162,10
154	KG	210	VAGEM	JACOB	R$ 8,16	R$ 1.713,60	10,30%	R$ 9,00	R$ 1.890,00
						R$ 325.789,80			R$ 383.550,73

3. DA JUSTIFICATIVA

3.1. O reajuste se faz necessário conforme demonstração em notas fiscais apresentadas do período que antecedeu o pedido de reequilíbrio econômico previstos na clausula 9.1 da Ata Registro de Preços 019/2018, assim como apresentação de notas fiscais atuais que demonstram o aumento na compra de produtos registrados e reajustados.

4. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Os demais itens e cláusulas da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 019/2018, PREGÃO PRESENCIAL 010/2017 original permanecem inalteradas.

4.2. O contratado assume a responsabilidade de solicitar a supressão dos produtos caso tenha queda nos preços assim como pediu o reequilíbrio conforme prevê clausula 9.0 da Ata de Registro.

Nova Maringá – MT, 30 de Agosto de 2018.

_____

MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ

JOÃO BRAGA NETO

Contratante

_____

JACOB PISAIA JUNIOR - LTDA

CNPJ 05.528.204/0001-13

Contratado

TESTEMUNHAS:

_____

CRISTIANE MARIA DE JESUS

CPF 049.743.479-26

_____

WELDER SOUZA CUNHA

CPF: 037.865.001-77

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PORTARIA Nº 1382, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

Portaria nº 1382, de 30 de Agosto de 2018.

O Prefeito, no uso das suas atribuições, com fundamento no artigo 151 da Lei Complementar Municipal nº 23/2007 e no artigo 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista as razões apresentadas pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 04/2018, resolve:

Art. 1º Determinar o afastamento da servidora ELLEN MENDES LOPES SANTOS, matrícula funcional nº 144, Analista de Licitação, lotada na Secretaria de Finanças, do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período se necessário, sem

prejuízo da remuneração, a fim de que, como acusada, não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência.

Art. 2º A servidora afastado deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito

Publicado no Diário Oficial nº ....., de ...../...../..... .

PORTARIA Nº 1381, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

Portaria nº 1381, de 30 de Agosto de 2018.

O Prefeito, no uso das suas atribuições, com fundamento no artigo 151 da Lei Complementar Municipal nº 23/2007 e no artigo 147 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e tendo em vista as razões apresentadas pela Comissão de Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2018, resolve:

Art. 1º Determinar o afastamento do servidor **ENOQUE DE SOUSA LIMA**, matrícula funcional nº 48, Pregoeiro, lotado na Secretaria de Finanças, do exercício do respectivo cargo público, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, prorrogável por igual período se necessário, sem prejuízo da remuneração, a fim de que, como acusado, não venha a influir na apuração dos fatos objeto do processo em referência.

Art. 2º O servidor afastado deverá permanecer à disposição da Comissão Processante, no período acima consignado, e deverá indicar endereço, telefone e outros meios de contato suficientes para que possa ser encontrado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito

Publicado no Diário Oficial nº ....., de ...../...../..... .

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 042/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**MARCOS S. BIUDES - ME**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, suprimentos e outros artigos de informática O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 043/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**MDV INFORMÁTICA E PAPELARIA LTDA - ME**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, suprimentos e outros artigos de informática O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 044/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**O GOIANO PRODUTOS E SERVIÇOS EIRELLI - ME**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, suprimentos e outros artigos de informática O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 045/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**RT INFORMÁTICA LTDA - ME**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, suprimentos e outros artigos de informática O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 046/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**TECHNOINF COMÉRCIO ELETRÔNICOS EIRELI - EPP**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de equipamentos, suprimentos e outros artigos de informática O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 047/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**FLOR DE MAIO COMÉRCIO VAREJISTA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS EIRELI**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 048/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**SUPERMERCADO ZANCHIN LTDA**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 049/ 2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**DELBA VICENTINI CREMASCO - ME**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

COMISSAO DE LICITACAO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 050/2018

O MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA-MT e a empresa**SUPERMERCADO ZANCHIN LTDA**. O objeto IMEDIATO do presente instrumento é o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa do ramo de comercialização de gêneros alimentícios para fornecimento cestas básicas. O registro de preços constante desta Ata terá validade pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.

JOÃO BATISTA VAZ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º: 026/2018

Espécie: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS;

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT;

Contratado: MELINSK NETO & JACOB, JACOB LTDA - ME;

Objeto: Acompanhamento de Notas Fiscais, informações declaradas em GIAS ICMS ou EFD/SPEED fiscal referente ao exercício base 2017, para fins de compor o índice de participação de ICMS, Exercício de 2018, ano Base 2017 e índice a ser aplicado a partir de 01/01/2019.

Base Legal: Lei Federal 8.666/93;

Natureza da Despesa: 33.90.39.00;

Valor Global: R$ 17.500,00 (Dezessete mil e quinhentos reais);

Data assinatura: 17/08/2018;

Vigência: 31/12/2018;

Signatários: Silvano Pereira Neves – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e o Sr. Wilson Jacob, representante legal da empresa;

Fiscal de Contrato: Pedro Paulo Paulino.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI ORGÂNICA DE NOVO HORIZONTE DO NORTE MATO GROSSO

Preâmbulo

Nós legítimos representantes dos munícipes do Município de Novo Horizonte do Norte, de acordo com os poderes atribuídos pelo parágrafo único do art. 11, das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e art. 24 das Disposições Constitucionais da Constituição Estadual de Mato Grosso, com propósito de promover o bem comum, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Lei Orgânica do município de Novo Horizonte do Norte.

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PERMANENTES

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

Art. 1º - O Município de Novo Horizonte do Norte, em união indissolúvel ao Estado de Mato Grosso e a República Federativa do Brasil, constituído, dentro do Estado Democrático de Direito em esfera de governo local, objetiva na área territorial e competência, o seu desenvolvimento com a construção de uma comunidade livre, justa e solidária, fundamentada na autonomia da cidadania, na dignidade de pessoa humana nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político, exercendo o seu poder por decisão dos munícipes, pêlos seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos da lei orgânica, da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

Parágrafo único – A ação municipal desenvolve em todo o seu território sem privilégios de Distritos ou Bairros reduzidos as desigualdades regionais e sociais, promovendo o bem estar de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Art. 2º - São poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 3º - O Município, objetivando integrar a organização, planejamento e execução de funções públicas de interesses regionais comum, poderá associar-se aos demais Municípios limítrofes e ao Estado para formar a Associação Municipalista.

Parágrafo único – A defesa dos interesses Municipalistas fica assegurado por meio de associação ou convênio com outros municípios ou entidades localistas.

Art. 4º - São símbolos do Município de Novo Horizonte do Norte, a Bandeira e o Brasão Municipais.

SEÇÃO II

DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICA-ADMINISTRATIVA

Art. 5º - O município de Novo Horizonte do Norte, unidade territorial do Estado do Mato Grosso, pessoa Jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, é organizada e regida pela Lei Orgânica, na forma da Constituição Estadual e da Constituição Federal.

I – O Município tem sua sede na cidade de Novo Horizonte do Norte – MT.

II – O Município compõe-se de sub-regiões comunitárias.

III – A Criação, a organização e a suspensão de Distritos depende de Lei Municipal, observando a Legislação Estadual.

IV – Qualquer alteração territorial do Município de Novo Horizonte do Norte, só poderá ser feita na forma da lei complementar Estadual, preservando a continuidade e a unidade histórica-cultural do ambiente urbano local, dependente de consulta prévia ás populações diretamente interessadas mediante plebiscito.

Art. 6º - É vedado o Município:

I – Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencionadas, embaraçar-lhe o funcionamento ou manter com elas ou seus representantes relações de dependências ou alianças, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público

II – Recusar fé aos documentos públicos;

III – Criar distinções entre brasileiros ou preferência entre si;

SEÇÃO III

DOS BENS E DA COMPETÊNCIA

Art. 7º - São bens do Município de Novo Horizonte do Norte:

I – Os que atualmente lhe pertencem e os que vierem a ser distribuídos;

II – As terras sobre seu domínio;

Parágrafo único – O município tem direito a participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos minerais de seu território, e demais recursos que estejam amparados na Constituição Federal e ele pertencente.

Art. 8º - Compete ao município:

I – Legislar sobre assunto de interesse local;

II – Suplementar a Legislação Federal e a Estadual no que couber;

III – Instituir e arrecadar os tributos de sua competência;

IV – Aplicar suas rendas, prestando contas e publicando balancetes, nos prazos fixados em lei;

V – Criar, organizar e suprimir distritos, observada a Legislação Estadual;

VI – Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão os serviços públicos de interesses local incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VII – Manter com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programa de educação, pré- escolar de ensino fundamental;

VIII – Prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;

IX – Promover, ao que couber, adequado ordenamento territorial mediante planejamento e controle do uso do parcelamento e da ocupação do solo urbano;

X – Promover a proteção do patrimônio histórico – cultural local, observada a Legislação e a ação fiscalizadora Federal e Estadual;

XI – Elaborar e executar a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de ordenar as funções sociais das áreas habitadas do município garantir o bem estar de seus habitantes;

XII – Elaborar e executar o plano com instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

XIII – Exigir do proprietário do solo urbano não edificado subtilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, na forma do plano diretor, sob pena, sucessivamente, de parcelamento ou edificações compulsórias, imposto sobre propriedade urbana progressiva no tempo e na desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública municipal, com prazo de resgate de até dez anos em parcela anuais e sucessivas, assegurada o valor real de indenização e os juros legais;

XIV – Constituir a guarda municipal destinada a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei;

XV – Planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas;

XVI – Legislar sobre a licitação e contratação em todas as modalidades, para administração pública municipal direta e indiretamente, inclusive as fundações públicas municipais e empresas sobre seu controle, respeitando as normas gerais da Legislação Federal.

Art. 9º - É competência do Município em comum com a união e o Estado:

I – Zelar pela guarda da Constituição Federal e Constituição Estadual e as leis desta esfera de governo, das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II – Cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiências;

III – Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV – Impedir a invasão, a destruição e a descaracterização de obra e de arte, e de outros bens de valor histórico artístico e cultural;

V – Proporcionar os meios de acesso à cultura à educação e à Ciência;

VI – Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII – Preservar as florestas, a fauna, as praias, as ilhas fluviais e as margens ribeirinhas;

VIII – Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX – Promover programas de construção de moradias e melhorias das condições habitacionais e de saneamento básico;

X – Combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI – Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direito de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território;

XII – Estabelecer e implantar a política de educação para a segurança de trânsito;

Parágrafo único – a cooperação do Município com a união e o Estado, tendo em vista o equilíbrio de desenvolvimento e do bem estar na sua área territorial, será feita na conformidade da lei complementar Federal fixadora dessas normas.

CAPÍTULO II

DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I

DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 10º - O Poder Legislativo do município é exercido pela Câmara Municipal, que se compões de vereadores representantes da comunidade, eleita pelo sistema proporcional em todo território municipal.

§ 1º - O mandato dos vereadores é de quatro anos.

§ 2º - A eleição dos vereadores se da até noventa dias do término do mandato, em pleito direto e simultâneo aos demais municípios.

§ 3º - O número de vereadores deverá obedecer os limites e critérios da Constituição Federal e da Estadual.

Art. 11 – Salvo disposição em contrário desta lei, as deliberações da Câmara Municipal são tomadas por maioria de votos presentes e maioria absoluta de seus membros.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

ART. 12 – Cabe a Câmara Municipal, com a sanção do prefeito não exigida esta para o especificado no artigo 13 e 25, dispor sobre todas as matérias da competência do Município, especialmente sobre:

I – Sistema tributário municipal, arrecadação e disribuição de suas rendas;

II – Plano plurianual, diretrizes orçamentarias, orçamento anual. Operação de crédito e de dívida pública;

III – Fixação e modificação de efetivo de Guarda Municipal;

IV – Planos e programas municipais de desenvolvimentos;

V – Bens do domínio do Município;

VI – Transferência temporária da sede do governo Municipal;

VII – Criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas municipais;

VIII – Organização das funções fiscalizadoras da Câmara Municipal.

IX – Normatização da cooperação das associações representativas no planejamento municipal;

X – Normatização da iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade, de vilas ou bairros, através de manifestações de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado;

XI – Criação, organização e supressão de distritos;

XII – Criação, estruturação e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública;

XIII – Criação, transformação, extinção e estruturação de empresas públicas, sociedades de economia mista autarquias e fundações públicas municipais.

XIV- *"É obrigatória a execução orçamentária e financeira da programação incluída por emendas individuais do legislativo municipal em lei orçamentária anual"*

§ 1 - ° As emendas individuais ao projeto de Lei Orçamentária serão aprovadas no limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento da receita corrente liquida realizada no exercício anterior, sendo que a metade deste percentual será destinada a ações e serviços públicos de saúde

§ 2° - As programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não serão de execução obrigatória nos casos dos impedimentos estritamente de ordem técnica nestes casos serão adotadas as seguintes medidas:

I - Ate cento e vinte dias após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo enviará ao Poder Legislativo as justificativas do impedimento

II - -Ate trinta dias após o termino do prazo previstos no Inciso I deste parágrafo o poder legislativo indicara ao poder executivo o remanejamento da programação cujo impedimento seja insuperável.

III - até 30 de setembro ou até trinta dias após o prazo previsto no inciso II o poder executivo encaminhará o projeto de lei ao legislativo municipal sobre remanejamento da programação prevista inicialmente seja insuperável; e

IV - Se, ate 20 de novembro ou ate trinta dias após o término do prazo previsto no inciso II o legislativo municipal não deliberar sobre o projeto, as programações orçamentárias previstas no caput deste artigo não será consideradas de execução obrigatória nos casos dos impedimentos justificados na notificação prevista no inciso I do §2 deste artigo

§ - 3° Para fins do disposto no caput deste artigo a execução da programação orçamentária será demonstrada em dotações orçamentárias especificas da lei orçamentária anual – LOA, preferencialmente a nível de subunidade orçamentária vinculada a secretaria municipal correspondente a despesas para fins de apuração de seus respectivos custos e prestação de contas

§ - 4° A não execução da programação orçamentária das emendas parlamentares previstas nesta artigo implicara em crime de responsabilidade

Art. 13. – É de competência exclusiva da Câmara Municipal;

I – Elaborar seu Regimento interno;

II – Dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção de cargos, empregos e funções de seus serviços e fixação da respectiva remuneração, observando os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentarias;

III – Resolver definitivamente sobre convênio, consórcios ou acordos que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio público;

IV – Autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito, a se ausentarem do Município, quando a ausência exceder a quinze dias;

V – Sustar os atos normativas do poder Executivo que exorbitem o poder regulamentar ou os limites de delegação Legislativa;

VI – Mudar, temporariamente sua sede;

VII – Fixar os subsídios do Prefeito, Vice- Prefeito e Secretários Municipais, por meio de lei específica de iniciativa da Câmara Municipal, observando o que dispões os artigos 37, XI, 39, § 4º, 150, II, § 2º, I, da Constituição Federal. E os subsídios dos Vereadores, fixados em lei de iniciativa da Câmara Municipal, na razão de no máximo 75% (setenta e cinco por cento) daquele estabelecido em espécie, para os Deputados Estaduais, observando o que dispões os Artigos 39, § 4º, 57, § 7º, 150, II, 153, III e 153, § 2º, I, da Constituição Federal.

VIII – Julgar anualmente, as contas prestadas pelo Prefeito e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;

IX – Proceder a tomada de contas do Prefeito quando não apresentadas à Câmara Municipal até o dia 31 de março de cada ano;

X – Fiscalizar e controlar diretamente, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;

XI – Zelar pela preservação da sua competência legislativa em face atribuição normativa do Poder Executivo;

XII – Apreciar os atos de concessão ou permissão e os de renovação de concessão ou permissão de serviços de transporte coletivos;

XIII – Representar o Ministério Público, por dois terços de seus membros, a instauração do processo contra o prefeito e o vice-prefeito e seus secretários municipais, pela prática do crime contra a administração pública que tomar conhecimento;

XIV – Aprovar, previamente, à alienação ou concessão de imóveis municipal;

XV – Aprovar, previamente, por voto secreto após argüição pública, a escolha de titulares de cargo que a lei determinar;

XVI – Fica assegurada a todos os vereadores do Legislativo Municipal de Novo Horizonte do Norte, solicitarem informações sobre a administração pública municipal, ficando assegurado resposta especificada no prazo máximo de 15(quinze) dias úteis.

Art.14 – A Câmara Municipal, pelo seu presidente, bem como qualquer de suas comissões, pode convocar secretários para prazo de oito dias, pessoalmente prestar informações sobre assunto previamente determinado, importando crime contra a administração pública a ausência sem justificação adequada ou apresentação de informações falsas.

§ 1º - Os secretários municipais podem comparecer á Câmara ou qualquer de suas comissões e mediante entendimento com o Presidente respectivo, para expor assunto relevância de sua secretaria.

§ 2º - A mesa da Câmara Municipal pode encaminhar pedidos escritos de informação aos secretários municipais, importando crime contra a administração pública e recusa ou não atendimento no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.

SEÇÃO III

DOS VEREADORES

Art. 15 – Os vereadores são invioláveis pela suas opiniões, palavras e votos no exercício do mandato e na circunscrição do Município.

Art. 16 – Os vereadores não podem:

I – Desde a expedição do Diploma;

a - Firmar ou manter contrato com a pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviços públicos municipais, salvo quando o contrato obedecer as cláusulas uniformes;

b – Aceitar ou exercer cargo, função ou empregos remunerados, inclusive os que seja demissíveis, Ad nutun, nas entidades constantes na alínea anterior;

II – Desde a posse;

a – Ser proprietário, controladores ou diretores de empresas que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal ou nela exercer função remunerada;

b – Ocupar cargo ou função que seja demissíveis ad nutun, nas entidades referidas no inciso I, a;

c – Patrocinar causas em que seja interessada qualquer das entidades e que refere o inciso I, a;

d – Se titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo;

Art. 17 – Perde o mandato o vereador:

I – Que infringir quaisquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II – Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;

III – Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa a Terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal salvo licença ou missão por esta autoridade;

IV – Que perde ou tiver suspenso ou direito político;

V – Quando decretar à justiça eleitoral, nos casos constitucionalmente previstos;

VI – Que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas aos vereadores ou a percepção da vantagem indevidas;

§ 2º - Nos casos dos incisos I, II e VII, a perda do mandato é decidida pela mesa da Câmara Municipal, por voto secreto a maioria absoluta, mediante aprovação de mesa, assegurada a ampla defesa.

§ 3º - Nos casos previstos nos incisos III e V, a perda é declarada pela mesa da Câmara, através do ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou partido político representado na casa, assegurada a ampla defesa.

Art. 18 – Não perde o mandato o vereador:

I – Investido o cargo de secretário municipal, secretário ou ministro de estado, desde que devidamente licenciado pela Câmara Municipal;

II – Licenciado pela Câmara por motivo de doença ou para tratar, sem remuneração, de assuntos de seus interesses particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa;

§ 1º - O suplente deve ser convocado em todos os casos de vaga licença;

§ 2º - Ocorrendo vaga e não havendo suplente, se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato, a Câmara representar à Justiça Eleitoral para a realização das eleições para preenche-la.

§ 3º - Na hipótese o inciso I, o vereador poderá optar pela remuneração do mandato.

SEÇÃO IV

DAS REUNIÔES

Art. 19. – A Câmara Municipal reunir-se á, ordinariamente, em sessão legislativa anual, de 15 de fevereiro à 30 de junho e de 01 de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões marcadas para estas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente quando recaírem sábado, Domingo e feriado.

§ 2º - A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º - A Câmara Municipal reunir-se á em sessão de instalação legislativa à primeiro de janeiro do ano subsequente as eleições, ás 10:00 horas, para posse de seus membros, do Prefeito e do Vice-Prefeito e eleição da mesa das comissões.

§ 4º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á pelo seu presidente, pelo prefeito ou requerimento da maioria dos vereadores, em caso de urgência ou de interesse público relevante.

§ 5º - Na sessão legislativa extraordinária, a Câmara somente deliberará sobre a matéria para qual for convocada.

SEÇÃO V

DA MESA E DAS COMISSÕES

Art. 20. – A mesa da Câmara Municipal será composta de um presidente, um vice-presidente, um primeiro secretário, um segundo secretário e un tesoureiro, eleitos para um mandato de dois anos vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 1º - As competências e as atribuições dos membros da Mesa e a forma de substituição, as eleições para sua composição e os casos de destituição são definidas no Regimento Interno, ficando a disposição de cada vereador, formar sua chapa a ser colocada em votação, ressalvada a legislação federal.

§ 2º - O Presidente representa o Poder Legislativo.

§ 3º - Para substituir o Presidente nas suas faltas, impedimentos e licença, assumirá um vice-presidente.

Art. 21 – A Câmara Municipal terá Comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e nas atribuições previstas no regimento Interno ou no ato que resultar sua criação.

§ 1º - As Comissões, em razão da matéria de sua competência cabe:

I – dispor de votar projetos de leis que dispuser na forma do regimento interno, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Câmara;

II – realizar audiências públicas com entidades da comunidade;

III – convocar Secretários para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

IV – receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades públicas municipais;

V – solicitar depoimento de qualquer autoridade da cidade;

VI – apreciar programas de obra, plano municipal de desenvolvimento sobre eles emitir parecer;

§ 2º - As comissões parlamentares de inquéritos, que terão poderes de investigação próprias das autoridades jurídicas, além de outras previstas no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de um terço dos vereadores que compõe a Câmara, para apuração de fatos determinados e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso encaminhado ao Ministério Público para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 22 – Na constituição da mesa e de cada comissão é assegurada, tanto quanto é possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Câmara.

Art. 23 – Na última Sessão Ordinária de cada período legislativo o Presidente da Câmara publicará a escala dos membros da mesa e seus substitutos que responderão pelos expedientes do poder Legislativos durante o recesso seguinte.

SEÇÃO VI

DO PROCESSO LEGISLATIVO

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 24 – O Processo Legislativo compreende a elaboração de :

I – Emenda à Lei Orgânica do município;

II – Leis complementares;

III – Leis delegadas;

IV – Leis ordinárias:

V – Medidas provisórias;

VI – Decreto Legislativo;

VII – Resoluções;

Parágrafo único – A elaboração, redação, alteração e consolidação de leis dar-se-á na conformidade de lei complementar Federal, desta Lei Orgânica e do Regimento Interno.

SUBSEÇÃO II

DA EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Art. 25 – Esta Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara e do Prefeito.

§ 1º - A proposta será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver, em da um, dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

§ 2º - A emenda à Lei Orgânica do município será promulgada pela mesa da Câmara, com o respectivo número de ordem.

§ 3º - A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa.

SUBSESSÃO III

DAS LEIS

Art. 26 – A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer vereador ou comissão, ao Prefeito e os cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

§ 1º - São de iniciativa primitiva do Prefeito a leis que:

I – Fixam ou modificam o efetivo da Guarda Municipal;

II – Disponham sobre:

a – Criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e indireta, bem como aumento de remuneração;

b – Servidores públicos do município, sem regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria;

c – Criação estrutura e atribuições das secretarias municipais e órgãos da administração pública municipal;

§ 2º - A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentações à Câmara Municipal, de projetos de leis subscrito por no mínimo, cinco por cento do eleitorado do Município, distribuído, pelo menos por dois distritos com não menos de cinco por cento dos eleitores de cada localidade.

Art. 27 – Em caso de relevância e urgência, o prefeito adotar medidas provisórias com forças de leis, devendo submete-las de imediato, à Câmara Municipal, que estando em recesso, será convocada extraordinariamente para se reunir no prazo de cinco dias.

Parágrafo único – As medidas provisórias perderão eficácia, desde a edição, se não forem convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, devendo a Câmara Municipal disciplinar as relações Jurídicas delas decorrentes;

Art. 28 – Não será admitido aumento de despesa previstas:

I – nos projetos de iniciativa exclusiva do prefeito, ressalva o disposto no art. 13, inciso VII e 65;

II – nos projetos sobre a organização da secretaria municipal de iniciativa primitiva da mesa;

Art. 29 – O prefeito poderá solicitar urgência e votação em um só turno para apreciação dos projetos de sua iniciativa.

§ 1º - Se a Câmara não se manifestar, em até quarenta e cinco dias, sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto os demais assuntos, para que se estima votação executada os casos do artigo 27 do artigo 29, parágrafo 4º e o artigo 62, que são preferências na ordem numerada;

§ 2º - O prazo no parágrafo anterior não ocorre nos períodos de recesso nem se aplica aos projetos de código;

Art. 30 – O projeto lei aprovado será enviado com autógrafo ao Prefeito que aquiescendo, o sancionará.

§ 1º - Se o Prefeito considerar o projeto, no todo ou em parte, institucional ou contrário ao interesse público vetá-lo-à total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis contados da data do recebimento e comunicará dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Câmara os motivos do veto;

§ 2º - O veto parcial somente abrangerá texto inteiro, do artigo, parágrafo, item, inciso e alínea;

§ 3º - Decorrido o prazo de quinze dias, o silêncio do Prefeito importará sanção;

§ 4º - O veto será apreciado pela Câmara, dentro de trinta dias a contar de seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos vereadores em escrutino secreto;

§ 5º - Se o veto não for mantido será o texto enviado ao prefeito para promulgação;

§ 6º - Esgotado sem deliberação o prazo estabelecido no parágrafo 4º, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobre todas as demais posições, até a sua votação final, ressalvadas as matérias referidas no artigo 29, parágrafo 1º;

§ 7º - Se a lei não for promulgada dentro de quarenta e oito horas pelo prefeito, nos casos dos parágrafos 3º e 5º, o presidente da Câmara o promulgará e, se este não o fizer, em igual prazo, caberá ao vice-presidente faze-lo obrigatoriamente;

Art. 31 – A matéria constante do projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto na mesma sessão legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara.

Art. 32 – As leis delegadas serão elaboradas pelo prefeito que deverá solicitara delegação à Câmara Municipal;

§ 1º - Não será objeto de delegação os atos de competência exclusiva da Câmara Municipal, a matéria será reservada a lei complementar, nem a legislação sobre os planos plurianuais, diretrizes orçamentárias e orçamentos;

§ 2º - A delegação ao Prefeito terá forma de resolução da Câmara Municipal que especificará seu conteúdo e os termos de seu exercício;

§ 3º - Se a resolução determinar a apreciação do projeto pela Câmara Municipal, esta a fará em votação única vedada qualquer emenda;

Art. 33 – As leis complementares serão aprovadas por maioria absoluta.

SUBSEÇÂO IV

DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 34 – A fiscalização contábil, financeira orçamentária, operacional e patronal do município e das entidades da administração direta e indireta, quando a legalidade, legitimidade, economicidade, aspiração das subvenções e renúncia de receitas será exercida pela Câmara Municipal, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada poder.

Parágrafo único – Prestará contas qualquer pessoa física ou entidade pública que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pêlos quais o Município responde o que, em nome deste, assume obrigações de natureza pecuniária.

Art. 35 – O controle externo da Câmara Municipal com auxilio do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso através de parecer prévio, sobre contas que o Prefeito e a mês da Câmara deverão prestar anualmente.

§ 1º - As contas deverão ser apresentadas até sessenta dias do encerramento do exercício financeiro;

§ 2º - Se até esse prazo não tiverem sido apresentadas as contas a Comissão Permanente de fiscalização o fará em trinta dias;

§ 3º - Apresentadas as contas o presidente da Câmara se colocará pelo prazo de sessenta dias, a disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhes a legitimidade, na forma da lei publicando edital.

§ 4º - Vencido o prazo do parágrafo anterior, as contas e as questões levantadas serão enviadas ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio;

§ 5º - Recebido o parecer prévio, a comissão permanente de fiscalização sobre ele e sobre as contas dará seu parecer em quinze dias úteis;

§ 6º - Somente pela decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal deixará de prevalecer o parecer prévio do Tribunal de Contas;

Art. 36 – A comissão Permanente de Fiscalização diante do indício de despesas não autorizadas, ainda que sob forma de investimentos não programadas ou de subsídios não aprovados, poderá solicitar da autoridade responsável, no prazo de cinco dias úteis, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1º - Não prestados os esclarecimento ou considerados estes insuficientes, a Comissão Permanente da Fiscalização solicitará ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria em caráter de urgência;

§ 2º - Entendendo o tribunal de contas irregular a despesa a Comissão Permanente de Fiscalização, se julgar que gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão economia pública proporá a Câmara a sua sustação;

Art. 37 – Os poderes Legislativo o Executivo manterão, de forma integra, sistema de controle interno com finalidade de :

I – Avaliar o comprimento das metas previstas no plurianual a execução dos programas de governo e dos orçamentos do município;

II – Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal bem como da aliciação de recursos público municipal por entidades de direito privado;

III - Exercer o controle das operações de crédito avais e garantias, bem como dos direitos e deveres do município;

IV – Apoiar o controle externo do exercício e sua missão institucional:

§ 1º - Os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade dela darão ciência a comissão permanente de fiscalização da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte.

§ 2º - Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei denunciar irregularidade ou ilegalidade perante a comissão permanente e fiscalizadora da Câmara Municipal;

§ 3º - A comissão permanente da Fiscalização da Câmara Municipal, tomando conhecimento de irregularidade e ilegalidade, poderá solicitar autoridade responsável que no prazo de cinco dias, preste os esclarecimentos necessários, agindo de forma prevista no parágrafo 1º do artigo anterior.

§ 4º - Entendendo o Tribunal de Contas pela irregularidade ou ilegalidade, a Comissão Permanente de Fiscalização proporá à Câmara Municipal as medidas que julgar conveniente a situação;

CAPITULO III

DO PODER EXECUTIVO

SEÇÃO I

DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Art. 38 – O poder executivo é exercido pelo prefeito municipal auxiliado por secretários municipal.

Art. 39 - A eleição do prefeito e vice-prefeito, para o mandato de quatro anos, dar-se-á mediante pleito direto e simultâneo realizado em todo o país antes do término do mandato dos que devem suceder.

§ 1º - A eleição do Prefeito importará a do vice prefeito com ela registrada.

§ 2º - Será eleito prefeito, o candidato que obtiver a maioria dos votos, não computando os em brancos e nulos.

§ 3º - Se os candidatos alcançarem o mesmo número de votos originando o empate, qualificar-se-á o candidato eleito idoso.

Art. 40 – O Prefeito e o vice – prefeito tomarão posse em sessão da Câmara Municipal, no dia primeiro de janeiro do ano subsequente a eleição, às dez horas, prestando compromisso de manter, defender e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual e esta Lei Orgânica, as leis e prover o bem geral do município.

Parágrafo único – Se, decorrido dez dias da data fixada para posse, o prefeito ou vice-prefeito, salvo motivo de força maior aceita pela Câmara, não tiver assumido o cargo, este declarado vago;

Art. 4l – Substituirá o prefeito, no caso de impedimento, a suceder-lhe-á, no caso de vaga o vice-prefeito.

§ 1º - O vice-prefeito, além de outras atribuições que lhe forem atribuídas por lei complementar, auxiliará o prefeito sempre que por ele convocado para missão especial;

§ 2º - A investidura do vice-prefeito, em secretaria municipal, não impedirá as funções previstas no parágrafo anterior;

Art. 42 – Em caso de impedimento do prefeito e do vice-prefeito ou vacância dos referidos cargos, será chamado ao exercício do cargo de prefeito, o Presidente da Câmara Municipal.

Art. 43 – Vagando os cargos de prefeito e vice-prefeito, far-se-á eleição noventa dias depois de aberta a última vaga.

§ 1º - Ocorrendo ausência nos últimos dois anos de mandato a eleição para ambos os cargos será feito trinta dias depois de aberta a última vaga, pela Câmara Municipal, na forma da lei;

§ 2º - Em qualquer dos casos, os eleitos deverão completar o período dos antecessores;

Art. 44 – O Prefeito e o vice-prefeito não poderão sem licença da Câmara Municipal, ausentar-se do município por período superior a quinze dias, sob pena de perda do cargo.

SEÇÃO II

DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 45 – Compete privativamente ao Prefeito:

I – Nomear e exonerar os secretários municipais;

II – Exercer com auxílio dos secretários municipais, a direção superior da administração municipal;

III – Iniciar o processo legislativo na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica;

IV – Sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamento para a sua fiel execução;

V – Vetar projetos de lei no total ou parcialmente;

VI – Dispor sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;

VII – Comparecer ou remeter mensagem e plano de governo para Câmara Municipal por ocasião de abertura de sessão legislativa, expondo a situação do município e solicitando as providencias que julgar necessárias;

VIII – Nomear, após aprovação pela Câmara Municipal os servidores que a lei assim determinar;

IX – Enviar a Câmara Municipal o plano plurianual, o projeto de lei de diretrizes orçamentárias e as propostas de orçamento previsto nesta Lei Orgânica;

X – Prestar, anualmente a Câmara Municipal, dentro de quarenta e cinco dias após a abertura de sessão legislativa, as contas referente ao exercício anterior;

XI – Mover e extinguir os cargos públicos municipais na forma da lei;

XII – Editar medidas provisórias com força de lei nos termos do Art. 27;

XIII – Exercer outras atribuições previstas nesta Lei Orgânica;

Parágrafo único – O prefeito municipal poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI e XI;

SEÇÃO III

DAS RESPONSABILIDADES DO PREFEITO

Art. 46 – Os crimes que o prefeito municipal praticar, no exercício do mandato ou em decorrência dele, por infração penais comuns ou por crimes de responsabilidade, serão julgados perante o Tribunal de Justiça do Estado.

§ 1º - A Câmara Municipal, tomando conhecimento de qualquer ato do prefeito que possa configurar infração penal comum ou crime de responsabilidade, nomeará comissão especial para apurar os fatos que, no prazo de trinta dias, deverão ser apreciados pelo plenário;

§ 2º - Se o plenário entender procedentes as acusações determinará o envio do apurado a procuradorias geral de justiça para as providências, senão determinará o arquivamento, publicando as conclusões de ambas decisões;

§ 3º - Recebida a denúncia contra o prefeito, pelo Tribunal de Justiça, a Câmara decidirá sobre a designação de procurador para assistente de acusação;

§ 4º - O prefeito ficará suspenso de suas funções com o recebimento da denuncia pelo Tribunal de Justiça que cessará até cento e oitenta dias, se não tiver concluído o julgamento;

SEÇÃO IV

DOS SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 47 – Os secretariados municipais, como agentes políticos, serão escolhidos dentre brasileiros, maiores de 21 anos e no exercício dos direitos políticos.

Parágrafo único – Compete aos secretários municipais, além de outras atribuições estabelecidas nesta Lei Orgânica e na lei referida no art. 48.

I – Exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da administração municipal na área de sua competência a referendar os atos e decretos assinados pelo prefeito;

II – Expedir instruções para execução das leis, decretos e regulamentos;

III – Apresentar ao prefeito relatório anual de sua gestão na secretaria;

IV – Praticar os atos pertinentes as atribuições que lhe forem outorgadas ou delegadas pelo prefeito;

Art. 48 – Lei complementar disporá sobre a criação, estruturação e, atribuição das secretarias municipais.

§ 1 º - Nenhum órgão da administração pública municipal, direta ou indireta, deixará de ser estruturada a uma secretaria municipal;

§ 2º - A chefia do Gabinete do prefeito e da Procuradoria Geral do município terão a estrutura de secretaria municipal;

SEÇÃO V

A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Art. 49 – A procuradoria geral do município é a instituição que representa, como advocacia geral, o município Judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento Jurídico do Poder Executivo.

§ 1º - A Procuradoria Geral do município tem por chefe o procurador geral do município nomeado pelo prefeito dentre integrantes da carreira de procurador municipal maiores de vinte e um anos, após aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, para mandatos de dois anos, permitida a recondução;

§ 2º - A distribuição da Procuradoria Geral do município, pelo Prefeito, deverá ser apreciado de autorização da maioria absoluta da Câmara Municipal;

§ 3º - O procurador geral do município poderá ser destituído pelo maioria absoluta da Câmara Municipal, na forma da lei complementar respectiva;

Art. 50 – O ingresso de procurador municipal, far-se-á mediante concurso público de prova e título assegurada a participação da sessão de Novo Horizonte do Norte, da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, inclusive na elaboração do programa e quesitos das provas, observadas, nas nomações a ordem de classificação.

SEÇÃO VI

DA GUARDA MUNICIPAL

Art. 51 – A Guarda Municipal destina-se a proteção dos bens, serviços e instalações do município e terá organização, funcionamento e comando na forma da lei complementar;

CAPITULO IV

DA TRIBUTAÇÃO E DO ORÇAMENTO

SEÇÃO I

DO SISTEMA TRIBUTÁRIO MUNICIPAL

SUBSEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 52 – O município poderá instituir os seguintes tributos:

I – Impostos;

II – Taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou o ela utilização efetiva ou parcial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

III – Contribuição de melhoria, decorrente, de obras públicas;

§ 1º - Sempre que possível, os impostos terão caráter pessoal e serão graduados segundo a capacidade econômica do contribuinte, facultado a administração tributária especialmente para conferir efetivamente a esses objetivos, identificar, respeitados os direitos individuais e nos termos da lei, o patrimônio, os rendimentos e as atividades econômicas do contribuinte;

§ 2º - As taxas não poderão Ter base de cálculo próprio do imposto;

§ 3º - A legislação municipal sobre matéria tributária respeitará as disposições da lei complementar Federal;

I – Sobre conflito de competência;

II – Regulamentação ás limitações constitucionais do poder de tributar;

III – As normas gerais sobre:

a – Definição de tributar e suas espécies, bem como fatos geradores, bases de cálculos e contribuintes de impostos;

b – Obrigação, lançamento, crédito, prescrição e decadência tributária;

c – Adequado tratamento ao ato cooperativo pela sociedades cooperativistas;

§ 4º - O município poderá instituir contribuições cobradas de seus servidores, para o custeio em beneficio destes, sistemas de previdência e assistência social;

SUBSEÇÃO II

DAS LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR

Art. 53 – Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado ao município:

I – Exigir ou manter tributos sem lei que o estabeleça;

II – Instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontra em equivalente, proibida qualquer distinção profissional ou função po eles exercida, independente da denominação jurídica dos rendimentos títulos ou direitos;

III – Cobrar títulos;

a – Em relação e fatos gerados ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumento;

b – Ao mesmo exercício financeiro em que haja sido publicado a lei que os institui ou aumento;

IV – Utilizar tributos com efeitos de confisco;

V – Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens por meio de tributos intermunicipais, ressalvada a cobrança e pedágio pela utilização de vias conservadas pelo município ;

VI – Instituir impostos sobre;

a – Patrimônio, renda ou serviço da União ou do Estado;

b – Templos de qualquer culto;

c – Patrimônio, renda ou serviços de partidos políticos inclusive sua fundações, das instituições de educação e de assistência social sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei;

d – Livros, jornais e periódicos;

VIII – Estabelecer diferença tributária entre bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino;

§ 1º - As vedações do inciso VI, a, é extensivo as autarquias e as fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, a renda e aos serviços vinculados a sua finalidade essenciais ou delas decorrentes;

§ 2º - As vedações do inciso VI, “a”, e do parágrafo anterior não se aplica ao patrimônio, a renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis e empreendimentos privados ou que haja contra prestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário, nem exonera o promitente comprador da obrigação de pagar imposto relativo ao bem imóvel;

§ 3º - As vedações expressas no inciso VI, alínea B e c, compreendem o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nela mencionadas;

§ 4º - A lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidem sobre mercadorias e serviços;

§ 5º - Qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária ou previdência só poderá ser concedida através da lei municipal específica;

§ 6º - Majorar tributos sem prévia apreciação da Câmara Municipal.

SUBSEÇÃO III

DOS IMPOSTOS DO MUNICÍPIO

Art. 54 – Compete ao município instituir imposto sobre:

I – Propriedade predial e territorial urbana;

II – Transmissão intervivos, a qualquer título, por ato oneroso, bem imóveis, por natureza ou ascensão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto, os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição;

III – Venda a varejo de combustível líquido e gasoso, exceto óleo diesel.

IV – Serviços de qualquer natureza não compreendida na competência do Estado definida em li complementar federal que poderá excluir da incidência em se tratando de serviços para o exterior;

§ 1º - O imposto previsto no inciso I, poderá ser progressivo nos termos do Código Tributário Municipal, de forma a assegurar o cumprimento da função social da propriedade.

§ 2º - O imposto previsto no inciso II:

a – Não incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital., nem sobre a transmissão de bens ou direitos decorrentes de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica, salvo, se, nesses casos, a atividade preponderante da adquirente for a compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens ou arrendamento mercantil.

b – Compete ao Município em razão da localização do bem:

§ 3º - O imposto previsto no inciso III não inclui incidência de Imposto Estadual sobre a mesma operação;

§ 4º - As alíquotas dos impostos previsto no inciso III e IV, não poderão ultrapassar o limite fixado em lei complementar federal.

SUBSEÇÃO IV

DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS REPARTIDAS

Art. 55 – Pertence ao Município:

I – O produto de arrecadação do imposto da União sobre a renda e proventos de qualquer natureza incidente, na fonte sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por ele, suas autarquias e pelas fundações que instituir ou manter.

II – Cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial; rural relativamente aos imóveis neles situados;

III – Cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto do estado sobre a propriedade de veículos automotores licenciados em seu território;

IV – A sua parcela dos vinte e cinco por cento do produto de arrecadação do Imposto do Estado sobre as operação relativas a circulação de mercadorias, sobre prestações de serviços de transporte interestadual, intermunicipal e da comunicação, ICMS, na forma do parágrafo seguinte:

Parágrafo único: A lei estadual que dispuser sobre a repartição tributária do ICMS assegurará, no mínimo, que três quartas partes serão na proporção do valor adicionado nas operações relativas a circulação de mercadorias e nas prestações de serviços realizados em seu território;

Art. 56 – A União entregará ao Município, através do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, em transferencias mensais na proporção do índice apurado pelo Tribunal de Contas da União, a sua parcela dos vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do produto de arrecadação dos impostos sobre renda de proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados deduzindo o montante arrecadado na fonte pertencente ao Estado e Município.

Art. 57 – O Estado repassará ao município a sua parcela dos vinte e cinco por cento, relativo dos dez por cento que a união lhe entregar do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, na forma do parágrafo único do art. 55.

Art. 58 – É vedado a retenção ou qualquer restrição a entrega e emprego dos recursos atribuídos ao município, nesta subseção, nelas compreendidos os adicionais e os créditos relativos a impostos.

Parágrafo único: A União e o Estado podem condicionar a entrega dos recursos ao pagamento de seus créditos vencidos e não pagos.

Art. 59 – O município acompanhará o cálculo, quota de deliberação de sua participação nas receitas tributárias a serem repartidas pela União e pelo Estado, na forma da Lei Complementar Federal.

Art. 60 – O município divulgará até o último dia do mês subseqüente ao da arrecadação, o montante de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos discriminados por distritos.

SEÇÃO II

DAS FINANÇAS PÚBLICAS

SUBSEÇÃO I

DAS NORMAS GERAIS

Art. 61 – Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I – O plano plurianual;

II – As diretrizes orçamentárias;

III – Os orçamentos anuais.

§ 1º - A lei que estabelecer o plano plurianual estabelecerá, por distritos, bairros e regiões, as diretrizes objetivas e metas da administração pública municipal para as despesas de capital destas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.

§ 2º - A Lei de Diretrizes Orçamentárias compreenderá as metas e prioridades da administração pública municipal incluídas as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, que orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de fomento.

§ 3º - O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

§ 4º - Os planos de programas municipais, distritais, de bairros regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica serão elaboradas em consonância com o plano plurianual e apreciados pela Câmara Municipal.

§ 5º - A Lei Orçamentária anual compreenderá:

I – O Orçamento fiscal referente aos poderes Legislativo r Executivo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal;

II – O orçamento do investimento de empresa em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto;

III – A proposta de lei orçamentária será acompanhada de demonstrativo regionalizado do efeito sobre receita e despesas decorrentes de isenção, anistia, remissão e benefícios de natureza financeira e tributária;

§ 6º - Os orçamentos previstos no § 5º, inciso I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão, entre suas funções, a de deduzir desigualdades entre distritos e regiões, segundo critérios populacionais.

§ 7º - A lei orçamentária anual não conterá dispositivos estranhos a previsão da receita e a fixação da despesa não se incluindo na proibição, a autorização para abertura de crédito suplementares e contratação de operação de crédito, ainda que por antecipação da receita nos termos da lei;

§ 8º - Obedecerão as disposições, da lei complementar Federal específica a legislação municipal referente a:

I – Exercício financeiro;

II – Vigência, prazos, elaboração e organização do plano plurianual da lei de diretrizes orçamentárias e da lei orçamentária anual;

III – Normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta, bem como instituição de fundos;

Art. 62 – Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e as propostas do orçamento anual, serão apreciados pela Câmara Municipal na forma do Regimento interno respeitados os dispositivos deste artigo;

§ 1º - Caberá a Comissão permanente de finanças:

I – Examinar e emitir parecer sobre os projetos e propostas referidas neste artigo e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito.

II – Examinar e emitir parecer sobre planos e programas municipais, distritos, bairros regionais e setoriais previstos nesta Lei Orgânica e xercer o acompanhamento e fiscalização orçamentária, sem prejuízo da atuação das demais comissões municipais criadas de acordo com o artigo 22, § 2º.

§ 2º - As Emendas só serão apresentadas perante a Comissão, que sobre elas emitirá parecer escrito;

§ 3º - As emendas à proposta do orçamento anual ou aos projetos que modifiquem, somente podem ser aprovados caso:

I – Sejam compatíveis com o plano plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentários;

II – Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) – Dotação para serviços e seus cargos;

b) – Serviços da Dívida Municipal;

III – Sejam relacionadas:

a) – Com a correção de erros ou omissões;

b) – Com o dispositivo do texto da proposta ou do projeto de lei;

§ 4º - As Emendas aos projetos de lei de diretrizes orçamentárias não poderão ser aprovadas quando incompatíveis com o plano plurianual:

§ 5º - O Prefeito Municipal poderá enviar mensagem a Câmara Municipal para propor modificação nos projetos e propostas a que se refere este artigo enquanto não iniciada a votação, na Comissão, da parte cuja alteração é proposta;

§ 6º - Não enviado no prazo previsto na lei complementar referida no parágrafo 8º do art. 61, a Comissão elaborará, nos trinta dias seguintes, os projetos e propostas de que se trata este artigo;

§ 7º - Aplicam-se os projetos e propostas mencionadas neste artigo, no que não contrariar o disposto nesta subseção, as demais normas relativas ao processo Legislativo;

§ 8º - Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição da proposta do orçamento anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados conforme o caso mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e especificada autorização legislativa.

Art. 63 – São vedadas:

I – O início de programas ou projetos não incluídos na lei orçamentária anual;

II – A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais;

III – A realização de operações de créditos excedam o montante das despesas de capital, ressalvadas as autoridades mediante créditos suplementares e especiais com finalidade precisa aprovada pela Câmara Municipal por maioria absoluta:

IV – A vinculação da receita de impostos a órgãos, fundo ou despesas, a destinação de recursos para a manutenção de créditos por antecipação da receita;

V – A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização Legislativa, por maioria absoluta, e sem indicação dos recursos correspondentes;

VI – A transposição, o remanejamento ou transferencia de recursos de uma categoria de programação para outra de um órgão para outro, sem prévia autorização, Legislativa, por maioria absoluta;

VII – A concessão ou utilização de crédito ilimitado;

VIII – A utilização, sem autorização Legislativa especifica, por maioria absoluta, de recursos do orçamento anual para suprimir necessidade ou cobrir déficit de empresa, fundação ou fundos do município;

IX – A instituição de fundos de qualquer natureza sem prévia autorização Legislativa, por maioria absoluta;

§ 1º - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro, Ter iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual ou sem que autorize a inclusão sob pena de crime contra a administração;

§ 2º - Os critérios especiais e extraordinários terão vigência no exercício financeiro em que forem autorizados salvo se o ato de autorização for promulgada nos últimos quatro meses daquele exercício, caso em que, reabertos nos limites de seus saldos serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subsequente;

§ 3º - A abertura do crédito extraordinário somente será admitido para atender as despesas imprevisíveis e urgentes, decorrentes de calamidade pública, pelo prefeito com medida provisória, na forma do artigo 27;

Art. 64 – Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidas os créditos suplementares e especiais destinados à Câmara Municipal, ser-lhe-ão entregue até vinte e cinco de cada mês.

Art. 65 – A despesa com pessoal ativo e inativo do município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar Federal.

Parágrafo único – A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreira, bem, como a admissão de pessoal, a qualquer título pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público municipal, só poderá ser feitas:

I – Se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos delas decorrentes;

II – Se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista;

CAPÍTULO V

DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

SEÇÃO I

DOS PRINCÍPIOS GERAIS DAS ATIVIDADES

ECONÔMICA E SOCIAL

Art. 66 – O município, na sua circunscrição territorial e dentro de sua competência constitucional, assegura a todos os princípios da ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, existência digna, observada os seguintes princípios:

I – Autonomia municipal;

II – Propriedade privada;

III – Função social da propriedade;

IV – Defesa do consumidor;

V – Defesa do meio ambiente;

VI – Livre concorrência;

VII – Redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII – Busca de pleno emprego;

IX – Tratamento favorecido para as cooperativas e empresas brasileiras de pequeno porte e microempresas;

§ 1º - É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica independente de autorização dos órgãos públicos municipais, salvo nos casos previstos em lei;

§ 2º - Na aquisição de bens e serviços o poder público municipal dará tratamento preferencial, na lei, a empresa brasileira de capital nacional;

§ 3º - A exploração direta da atividade econômica, pelo município, só será permitida em caso de relevante interesse coletivo, na forma da lei complementar que dentre especificará as seguintes exigências para as empresas públicas e sociedade de economia ou entidade que criar ou manter; as empresas públicas e sociedade de economia mista ou entidade que criar ou manter;

I – Regime Jurídico das empresas privadas inclusive quanto ás obrigações trabalhistas e tributárias;

II – Proibições de privilégios fiscais não extensivo ao setor privado;

III – Subordinação a uma secretaria municipal;

IV – Adequação da atividade ao plano diretor; ao plano plurianual e diretrizes orçamentárias;

V – Orçamento anual aprovado pelo prefeito;

Art. 67 – A prestação de serviços públicos pelo município diretamente ou sob regime de concessão, será regulada em lei complementar que assegurará:

I – A exigência da licitação em todos os casos;

II – definição do caráter especial dos contratos de concessão ou permissão, caos de prorrogação, condições de caducidade, forma de fiscalização e rescisão;

III – Os direitos dos usuários;

IV – A obrigação de manter serviços adequados;

Art. 68 – O município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico.

SEÇÃO II

A POLÍTICA URBANA

Art. 69 – A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes fixadas em leis tem por objetivo ordenar o plano o desenvolvimento das fundações da cidade e seus bairros, dos distritos e aglomerados urbano e garantir o bem estar de seus habitantes.

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expressão urbana;

§ 2º - A propriedade cumpre a sua função social quando atende as exigências fundamentais de ordenação urbana expressa no pano diretor;

§ 3º - Os imóveis urbanos desapropriados pelo município serão pagos com prévia e justa indenização em dinheiro salvo nos casos do inciso III, do parágrafo seguinte;

§ 4º - O proprietário do solo urbano incluído no plano diretor com área não identificada ou não utilizada, noas termos da lei federal, deverá promover seu adequado aproveitamento sob pena sucessivamente de:

I – parcelamento ou edificação compulsória;

II – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressiva no tempo;

III – Desapropriação em pagamento mediante títulos da dívida pública municipal, de emissão previamente aprovada pelo Senado federal com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas. Assegurados o valor real da indenização e os juros legais;

Art. 70 – O plano diretor do município contemplará áreas de atividade rural produtivas, respeitadas a restrições decorrentes da expansão urbana.

SEÇÃO III

DA ORDEM SOCIAL

SUBSEÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 71 – A ordem social tem por base o primado do trabalho e como objetivo o bem estar e a Justiça Social.

Art. 72 – O município assegurará, em seus orçamentos anuais, a sua parcela de contribuição para financiar a seguridade social.

SUBSEÇÃO II

DA SAÚDE

Art. 73 – O município integra com a União e o Estado com os recursos da seguridade social, o Sistema Único de Saúde, cujas ações e serviços públicos na sua circunscrição territorial, são por ele dirigidos, com as seguintes diretrizes:

I – atendimento integral com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízos dos serviços assistências;

II – Participação da Comunidade;

§ 1º - A assistência a saúde é livre a iniciativa privada;

§ 2º - As instituições privadas poderão participar de forma complementar, do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos;

§ 3º - É vedado ao Município a destinação de recursos públicos para auxílio ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.

Art. 74 – Ao Sistema Único Descentralizado de Saúde, compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

I – Controlar e fiscalizar procedimentos, produtos, substâncias de interesse para a saúde e participar da produção de medicamentos, equipamentos imunológicos, homoderivados e outros insumos;

II – Executar as ações de vigilância sanitária e epidemiológica, bem como as de saúde do trabalhador;

III – Ordenar a formulação da política e da execução das ações de saneamento;

IV – Participar da formulação da política e da execução das ações de saneamento básico;

V – Incrementar em sua área de atuação, o desenvolvimento científico e tecnológico;

VI – Fiscalizar e inspecionar alimentos, compreendidos os controles de seu teor nutrimental, bem como bebidos e águas para consumo humano.

VII – Participar do controle e fiscalização da produção transporte, guarda e utilização de substâncias e produtos psicoativos, tóxicos e radioativos;

VIII – Colaborar na proteção do meio ambiente nele compreendido o do trabalho.

SUBSEÇÃO III

DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 75 - O município executará na sua circunscrição territorial, com recursos da seguridade social, conforme normas gerais federais, os programas de ação governamental na área de assistência social.

§ 1º - As entidades beneficentes e de assistência social sediadas no município poderão integrar os programas referidos no caput deste artigo.

§ 2º - A comunidade por meio de suas organizações representativas, participarão na formação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

SEÇÃO IV

DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO

SUBSEÇÃO I

DA EDUCAÇÃO

Art. 76 – O município manterá seu sistema de ensino em colaboração com a União e o estado, atuando prioritariamente no ensino fundamental e pré-escolar.

§ 1º - Os recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino compreenderão:

I – Vinte e cinco por cento, no mínimo da receita resultante de impostos, compreendida as provenientes de transferências;

II – As transferências específicas da União e do Estado.

§ 2º - Os recursos referidos no parágrafo anterior poderão ser dirigidos, também, às escolas comunitárias, convencionais ou filantrópicas, na forma da lei desde que atendidas as prioridades da rede de ensino do município.

Art. 77 – Integra o atendimento ao educando os programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

SUBSEÇÃO II

DA CULTURA

Art. 78 – O Município apoiará e incentivará a valorização e a difusão de manifestações culturais prioritariamente ligadas à história de Novo Horizonte do Norte, à sua comunidade e aos seus bens.

Art. 79 – Ficam sob a proteção do município os conjuntos de sítios de valores históricos, paisagísticos, arqueológicos, paleontológico, ecológico e científico tombados pelo poder público municipal.

Parágrafo único: Os bens tombados pela União ou pelo Estado merecerão idênticos tratamentos, mediante convênio.

Art. 80 – O município promoverá levantamento e a divulgação das manifestações culturais da memória da cidade e realizará concurso, exposições e publicações para a sua divulgação.

Art. 81 – O acesso à consulta dos arquivos da documentação oficial do município é livre.

SEBSEÇÃO III

DO DESPORTO E LASER

Art. 82 – É dever do município fomentar a prática desportivas, formais e não formais, dando prioridade aos alunos de sua rede de ensino e a promoção desportivas de clubes locais:

I – Construção e equipamentos de parques infantis, centros de juventude e ginásio poliesportivos.

Art. 83 – O município incentivará o lazer, como forma de promoção social.

I - Reserva de espaços verdes ou livres, em forma de praças, bosques, jardins, praias fluviais, balneários ou assemelhados;

II – Aproveitamento e adaptação de rios, vales, colinas, lagos, matas e outros recursos naturais, como locais de passeios e distração.

SUBSEÇÃO IV

DO MEIO AMBIENTE

Art. 84 – Todos tem direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial a sadia qualidade de vida, impondo-se ao portador público e a comunidade o dever de defendê-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao município:

I – Preservar e restaurar os processos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II – Definir, em lei complementar os espaços territoriais do município e seus componentes a serem especialmente protegidos e a forma de permissão para a alteração e supressão, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem a sua proteção;

III – Exigir, na forma da lei, para instalação de obras, atividade ou parcelamento do solo potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudos práticos de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

IV – Controlar e fiscalizar a produção, a estocagem de substâncias, o transporte, a comercialização e a utilização de técnicas, métodos e as instalações que comportem risco efetivo ou potencial para a saudável qualidade de vida e ao meio ambiente natural e de trabalho, inclusive matérias geneticamente alteradas pela ação humana, resíduos químicos e fontes de radioatividade;

V – Promover a educação ambiental na sua rede de ensino e conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente;

VI – Proteger a flora e a fauna vedadas na forma da lei, as práticas que coloquem em risco a função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam animais a crueldade;

§ 2º - As praias fluviais, ficam sob a proteção do Município, a sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro das condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

§ 3º - Aquele que explorar recursos naturais, incluindo a extração de areia, cascalho ou pedreira; fica obrigado a recuperar o meio ambiente degradado de acordo com a solução técnica exigida pelo órgão público competente na forma da lei.

§ 4º - As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente, sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, as sanções administrativas e penais, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

SEÇÃO V

DOS DEFICIENTES, DA CRIANÇA E DO IDOSO

Art. 85 – A lei disporá sobre a exigência e adaptação dos logradouros de transporte coletivo, afim de garantir acesso adequado as pessoas portadores de deficiência física e sensorial.

Art. 86 – O município promoverá programas de assistência a criança e ao idoso.

Art. 87 – Aos maiores de 65 (Sessenta e cinco) anos, é assegurado a gratuidade do transporte coletivo urbano.

CAPÍTULO VI

DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

SEÇÃO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 88 – A administração pública municipal indireta ou fundacional de ambos os poderes, obedecerá os princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, e também os seguintes:

I – Os cargos, empregos e funções públicas, são acessíveis aos brasileiros, que preencham os requisitos estabelecidos em lei, assim como os estrangeiros, na forma da lei;

II – A investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas nas nomeações para os cargos em comissão declarados e, lei de livre nomeação e exoneração;

III – O prazo de validade do concurso público será de dois anos, prorrogável em vez por igual período;

IV – Durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas e títulos será convocado com prioridade sobre novos concursos para assumir cargo ou emprego na carreira;

V – Os cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos, em lei, destinam-se apenas, as atribuições de direção, chefia e assessoramento.

VI – A lei reservará o percentual dos cargos e empregos públicos e para as pessoas portadores de deficiências, definirá os critérios de sua admissão;

VII – A lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.

VIII – A Remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autarquia e fundacional, dos membros de qualquer dos poderes do município, dos detentores de mandatos eletivos e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outras espécies remuneratórias, percebidos comulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie do Prefeito Municipal.

XI – A remuneração dos servidores públicos e os subsídios de que trata o § 4º do artigo 39 da Constituição Federal, somente poderão ser fixados e alterados por lei específica, observada a iniciativa privativa em cada caso, assegurada a revisão geral anual, sempre na mesma data e sem distinção de índices.

X – Os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo, não poderão ser superior aos pagos pelo poder executivo.

XI – É vedada a vinculação ou equiparação de vencimentos para efeitos de remuneração de pessoal do serviço público municipal, ressalvando o disposto no inciso anterior e no artigo 90. § 1º;

XII – Os acréscimos pecuniários pelo servidor público municipal não serão computados nem calculados para fins de concessão de acréscimo sob o mesmo título e idêntico fundamental;

XIII – Os vencimentos dos servidores público municipal são irredutíveis e a remuneração observará o disposto neste artigo, inciso XI e XII, o princípio da isonomia a obrigação do pagamento do imposto de renda, retida na fonte excetuando os aposentados, com mais de sessenta e cinco anos;

XIV – É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos exceto quando houver compatibilidade de horário;

a) – A de dois cargos de professores;

b) – A de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) – A de dois cargos privativos de médico.

XV – A proibição de acumular estende-se a empregos e funções que abrange autarquias, empresas públicas, sociedade de economia mista e fundações mantidas pelo poder público municipal;

XVI – Nenhum servidor será designado para função não constantes das atribuídas dos cargos que ocupa, a não ser em substituição e, se acumulada, com as gratificações de lei;

XVII – A administração fazendária e seus servidores fiscais terão, dentro de suas áreas de competência e circunscrição, preferencia sobre os demais setores administrativo, na forma da lei.

XVIII – Somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias ou fundações públicas;

XIX – Depende de autorização legislativa, em cada caso, a criação de subsidiárias de entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação delas em presa privadas;

XX – Ressalvados casos determinados na legislação específica às obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas condições efetivas de qualificação técnica e economia indispensável à garantia do cumprimento das obrigações;

§ 1º - A publicidade dos atos, programas e obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos municipais, deverá Ter caráter educativo, informativo ou orientação social dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizam promoção pessoal de autoridade ou servidores públicos;

§ 2º - A não observância do disposto nos incisos II e III implicará na nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 3º - As reclamações relativas à prestação de serviços públicos municipais, serão disciplinadas em lei.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa, importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação prevista na legislação federal, em prejuízo da ação penal cabível.

§ 5º - O Município e os prestadores de serviço público municipal responderão pelo s danos que seus agentes, nesta qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regressão contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

§ 6º - Fica instituído o Conselho de Política de Administração e Remuneração de Pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos poderes.

Art. 89 – Ao servidor público municipal, em exercício de mandato eletivo, aplicam-se as seguintes disposições:

I – Tratando-se de mandato eletivo Federal, Estadual ou Distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função;

II – Investido no mandato de Prefeito ou de Vice Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela remuneração ou pelo subsídio do cargo;

III – Investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá os subsídios de seu cargo eletivo, e não havendo compatibilidade será aplicada a norma do inciso anterior;

IV – Em qualquer caso exige o afastamento para o exercício do mandato, seu tempo será computado para todos os efeitos legais, exceto para promoção por merecimento;

V – Para efeitos de benefício previdenciário, nos casos de afastamento, os valores serão determinados como se no exercício estivesse.

SEÇÃO II

DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 90 – O regime jurídico único dos servidores da administração pública direta, das autarquias, e das fundações públicas é o estatutário, vedada qualquer outra vinculação de trabalho.

§ 1º - A Lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimento para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo poder executivo e legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas a natureza ou local de trabalho;

§ 2º - Aplicam-se aos servidores municipais os direitos seguintes:

I – Remuneração compatível com a função;

II – Irredutibilidade de salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo;

III – Décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor de aposentadoria;

IV – Remuneração do trabalho noturno, superior ao do diurno;

V – Duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horário e a redução das jornadas mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho;

VI – Salário família para seus dependentes;

VII – Repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos;

VIII – Remuneração dos serviços extraordinários superior no mínimo em cinqüenta por cento do normal;

IX – Gozo de férias anuais remunerada com pelo menos um terço a mais do que o salário normal;

X – Licença à gestante, remunerada, de cento e vinte dias;

XI – Licença a paternidade, nos termos da lei federal;

XII – Proteção do mercado de trabalho da mulher nos termos da lei;

XIII – Redução dos riscos inerentes ao trabalho;

XIV – Adicional de remuneração para atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

XV - Proibição de diferença de salário, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivos de sexo, idade cor ou estado civil;

Art. 91 – O servidor será aposentado:

I – Por invalidez permanente, sendo que os proventos integrais quando decorrentes de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificas em lei e proporcionais nos demais casos;

II – Compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de serviço;

III – Voluntariamente:

a)– aos trinta e cinco anos de serviços, se homem, aos trinta anos, se mulher com proventos integrais;

b) – aos trinta anos de efetivo exercício em função de magistério se professor e vinte e cinco anos, se professora, com proventos integrais;

c)- aos trinta anos de serviço, se homem e aos vinte e cinco se mulher, comproventos proporcionais ao tempo de serviço;

d) – dos sessenta e cinco anos de idade, se homem e aos sessenta se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 1º - O servidor no exercício de atividade considerada penosas, insalubres ou perigosas, terá reduzido o seu tempo de serviço e a idade para efeito de aposentadoria, na forma da Lei Complementar Federal;

§ 2º - O tempo de serviço público Federal, Estadual e de outros Municípios, será computado integralmente para os efeitos de aposentarias e a disponibilidade;

§ 3º - Os proventos de aposentarias serão revistos, nas mesmas proporções e na mesma data, sempre que modificar a remuneração dos servidores em atividades, sendo também estendidas aos inativos, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria na forma da lei.

§ 4º - O benefício da pensão por morte corresponderá a totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor falecido, até o limite estabelecido em lei, observando o disposto no parágrafo anterior.

Art. 92 – São estáveis após 03 (três) anos de efetivo exercício, o servidor nomeado em virtude de aprovação em concurso público.

§ 1º - O servidor público municipal estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada a ampla defesa.

§ 2º - Investido por sentença judicial, a administração do servidor público municipal, será reintegrado e o eventual ocupante a vaga reconduzido ao cargo de origem sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade;

§ 3º - Extinto o cargo ou declarado e desnecessidade, o servidor estável, ficará em disponibilidade remunerada até seu adequado aproveitamento em outro cargo;

§ 4º - Mediante o procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma da lei complementar federal, assegurado ampla defesa.

Art. 93 – É livre a associação profissional ou sindicato do servidor público municipal na forma da lei federal, observando o seguinte:

§ 1º - Haverá uma só associação sindical para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações;

§ 2º - É assegurado o direito de filiação de servidores, profissionais liberais de sua categoria;

§ 3º - Os servidores da administração indireta, das empresas públicas e de economia mista, todos celetistas, poderão associar-se em sindicato próprio;

§ 4º - Ao sindicato dos servidores públicos municipais de Novo Horizonte do Norte, cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em sugestão judiciais ou administrativas;

§ 5º - A Assembléia geral fixará a contribuição que será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei;

§ 6º - Nenhum servidor será obrigado a filiar-se ou manter-se filiado ao sindicato;

§ 7º - É obrigatório a participação do sindicato nas negociações coletivas de trabalho;

§ 8º - O servidor aposentado tem direito a votação e ser votado no sindicato da categoria.

Art. 94 – O direito de greve é assegurado aos servidores públicos municipais, não se aplica aos que exercem funções em serviços em atividade essenciais, assim definidas em lei.

Art. 95 – A lei disporá em caso de greve sobre o andamento das necessidades inadiáveis da comunidade.

Art. 96 – É assegurado a participação dos servidores públicos municipais, pré-eleição nos colegiados da administração pública em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objetos de discussão e da deliberação.

SEÇÃO III

DAS INFORMAÇÕES, DO DIREITO DE PETIÇÃO E

DAS CERTIDÕES

Art. 97 – Todos tem direito a receber dos órgãos públicos municipais, informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo em geral, em que serão prestados no prazo de quinze dias úteis, sob pena de responsabilidade, ressalvada aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou das instituições públicas;

Parágrafo único : São asseguradas a todos independentemente do pagamento de taxas:

I – O direito de petição aos poderes públicos municipais para a defesa de direitos e esclarecimentos de situações de interesse pessoal;

II – A obtenção de certidões referentes ao inciso anterior.

TÍTULO II

ATOS DAS DISPOSIÇÕES ORGANIZACIONAIS

TRANSITÓRIAS

Art. 1º - O Prefeito e o Presidente da Câmara Municipal, prestarão o compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município no ato e na data de sua promulgação.

Art. 2º - São considerados estáveis os servidores públicos municipais, cujo ingresso não seja conseqüente de concurso público e que, a data da promulgação da Constituição Federal, completarem pelo menos, cinco anos continuados de exercícios de funções pública municipal.

§ 1º - O tempo de serviço dos servidores referidos neste artigo, será contado como título quando se submeterem a concurso público, para fins de efetivação, na forma da lei.

§ 2º - Excetuado os servidores admitidos a outro título, não se aplica o disposto neste artigo, aos nomeados para cargos em comissão ou demitidos para funções de confiança, nem aos que a lei declare de livre exoneração.

Art. 3º - Dentro de cento e oitenta dias proceder-se-á a revisão dos direitos dos servidores públicos municipais inativos, pensionistas e a atualização dos proventos e pensões a eles devidos, a fim de ajustá-los aos disposto nesta Lei.

Art. 4º - Até o dia 05 de abril de 1990, será promulgada lei regulamentando a compatibilização dos servidores públicos municipais ao regime jurídico estatutário e a reforma administrativa conseqüente do artigo 90 e seus parágrafos, do título I, desta Lei.

Art. 5º - Será instalada a procuradoria Geral do Município, na forma desta lei.

Art. 6º - Até 31 de dezembro de 1990, será promulgado o novo código tributário do município.

Art. 7º - O Poder Executivo reavaliará todos os incentivos fiscais de natureza setorial ora em vigor, propondo ao legislativo as medidas cabíveis.

§ 1º - Considerar-se-ão revogadas a partir do exercício de 1991, os incentivos que não forem confirmados por lei.

§ 2º - A revogação não prejudicará os direitos que tiverem sido adquiridos, àquela data, em relação a incentivos concedidos sob condições e com prazo.

Art. 8º - O percentual relativo ao Fundo de Participação dos Municípios, será de vinte e cinco por cento no exercício de 1989, aumentando-se meio por cento a cada exercício financeiro até atingir o estabelecido no artigo 55.

Art. 9º - O Município implantará o sistema Descentralizado de Saúde, de acordo com a legislação federal.

Art. 10º - O município nos limites da Lei federal, criará programas para o fornecimento de insumos e sementes melhoradas, com vista a incentivar a produção agrícola, bem como, incentivar a formação de núcleos rurais destinados a formação de mão-de-obra própria, as atividades agropecuárias;

Art. 11º - No prazo de 180 (cento e oitenta) dias o legislativo e o executivo municipal, juntamente com as comunidades e associações, elaborarão o Conselho de Desenvolvimento do Município de Novo Horizonte do Norte o qual será estudado e aprovado pela Câmara Municipal.

Art. 12º - A revisão geral desta lei orgânica, será feita 05(cinco) anos após a sua promulgação, pelo voto da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Art. 13º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 14º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Seções, 05 de abril de 1990.

VEREADORES CONSTITUINTES

Geraldo Borges, José Maria de Brito, Manoel Domingos de Gois, Jurandir Alves de Macedo, Amadeu Ribeiro Borges, Antônio Manoel da Silva, Eurípedes Dias, João Donizete Molina e Antônio Mesnerovicz.

CÂMARA MUNICIPAL - PORTARIA N.º 197/2018

PORTARIA N.º 197/2018

Data: 30/08/2018

O Presidente da Câmara Municipal de Novo Horizonte do Norte, Comarca de

Porto dos Gauchos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que

lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

I – Conceder Licença sem remuneração de 02 (dois) Anos, à Funcionária do Legislativo Municipal Sra. ***MARIA APARECIDA RODRIGUES***, conforme Lei 429/98 – ESTATUTO DO SERVIDOR PUBLICO, artigo 84.

II – Esta Portaria entrará em vigor a partir de 01 de Agosto de 2018, revogando as disposições em contrário.

Novo Horizonte do Norte – MT., Em 30 de Agosto de 2018.

GILDO ULIANA

Presidente da Câmara

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO N° 108/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Contratado	**ELITON SOBOLESKI,** portador da cédula de identidade Nº 18897940 SSP/MT e CPF N°. 021.547.521-60, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário, com o objeto de contratação de **VIGIA,** Nível médio, lotado e a disposição da E.M.E.B. "ALCIDES FERREIRA PRIMO"
Vigência do Contrato	27/06/2018 a 01/08/2018

Novo Mundo/MT, 01 de agosto de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 16/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	***PAULINO EVANGELISTA BARBOSA***, portador da cédula de identidade Nº 2111651-2 SSP/MT e CPF N° 053.776.011.30, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **16/2018**, com objeto de contratação de **AGENTE DE COMUNITARIO DE SAUDE,** aprovado em Processo Seletivo Público Municipal, em razão da substituição da servidora Simone da costa, que se encontra de licença maternidade.
Vigência do Contrato	**06/02/2018 a 01/08/2018.**

Novo Mundo/MT, 01 de Agosto de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO Nº 76/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**SAMARA BASTOS MACHADO,** portador da cédula de identidade Nº 6108438463 SSP/RS e CPF N°. 049.994.891-20, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário Nº 76/2018, com o objeto de contratação de **APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL (zeladora),** Nível médio, lotado e a disposição da E.M.E.B. "ALCIDES FERREIRA PRIMO".
Vigência do Contrato	01/03/2018 a 24/08/2018

Novo Mundo/MT, 24 de agosto de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 300/2018

De 30 de Agosto de 2018

"*Dispõe Sobre Concessão Da Licença Premio, e dá Outras Providências".*

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1°- CONCEDER, 30(trinta) dias de Licença Prêmio, em conformidade com o § 2º do Artigo 101 da LC 04/2001 de 28/12/2001, a servidora **MARIA APARECIDA FERREIRA BESSA,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 12986151 SSP/MT e CPF sob o nº 703.557.701.72, servidora no cargo de **COORDEDADORA DE PROGRAMA FINANCEIRO**, matriculada no DRH sob o nº 903, para o período de 01/08/2018 à 31/08/2018, referente ao quinquênio de 2013 à 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 30 de Agosto de 2018.

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 102/2012

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	**VALDECIR LUCENA BARQUILHA,** portador da cédula de Identidade RG nº 1155456-8 SSP/MT, e inscrito sob o CPF N° 823.061.501.25, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **102/2012**, com objeto de contratação de **AGENTE DE COMUNITARIO DE SAUDE,** aprovado em Processo Seletivo Público Municipal.
Vigência do Contrato	**04/06/2012 a 01/08/2018.**

Novo Mundo/MT, 01 de Agosto de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATO 105/2018

Contratante	Prefeitura Municipal de Novo Mundo
Contratado	***CLEVERSON GILMAR SPIELMANN FERRETTO*****,** portador da cédula de identidade Nº 19053185 SSP/MT e CPF N° 020.488.851-44, brasileiro, residente e domiciliado neste município de Novo Mundo/MT.
Objeto	Rescisão do contrato temporário **105/2018**, com o objeto de contratação de OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS**, lotado e a disposição da Secretaria Municipal de Transporte e Obra.**
Vigência do Contrato	**09/07/2018 a 01/08/2018.**

Novo Mundo/MT, 01 de Agosto de 2018**.**

_____

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal de Novo Mundo

ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 20

FIRMADO EM 07/02/2018

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **VIRGINIA CARLA HENRIQUE** portadora da cédula de identidade Nº 2110318-6

SSP/MT e CPF nº 026.475.231-77 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração de carga horaria do Contrato de Servidor Temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de **20** horas semanais e passara a ser **24** horas semanais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 03 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 01 de agosto de 2018.

_____

_____

VIRGINIA CARLA HENRIQUE PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

_____ _____

LUANA MARIA LUCAS JOCILENE INES SARTORETTO

RG N° 1353550-1 SSP/MT RG Nº 4921347-6 SSP/PR

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 46/2018

De 30 de Agosto de 2018

"Dispõe sobre Elevação de Classe/Nível de servidores efetivos, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

D E C R E T A:

Artigo 1º. Fica concedido Promoção de Classe a Servidor Efetivo, abaixo relacionados, por cumprimento dos requisitos dispostos no Plano de Cargos Carreiras e Salários dos Servidores Públicos do Município de Novo Mundo-MT – Lei Complementar n.º 023/2011:

Nome	Cargo	Classe Nível Atual	Classe Nível Novo	Motivo
Adriana Campos	Auxiliar de Serviços Gerais	B/4	C/4	Art. 25

Artigo 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 30 de Agosto de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 303/2018 - ABERTURA PROCESSO ADMINISTRATIVO 02-2018

PORTARIA Nº 303/2018.

De 30 de Agosto de 2018.

"Dispõe sobre Instauração de Processo Administrativo Disciplinar e de Inquérito Administrativo, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n.º 02/2018 e Inquérito Administrativo em desfavor do servidor Joel Frata para apurar denúncia de infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo, e convocar a Comissão de Sindicância e de Inquérito Administrativo, nomeada pela Portaria nº 301/2018 de 30/08/2018, para dar início aos trabalhos.

Art. 2º. A presente instauração foi procedida em conformidade com os artigos 207 a 215 da Lei Complementar nº 004/2001, que dispõe sobre Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de Agosto de 2018.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 302/2018 - ABERTURA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N.º 01/2018

PORTARIA Nº 302/2018.

De 30 de Agosto de 2018.

"Dispõe sobre Instauração de Processo Administrativo Disciplinar e de Inquérito Administrativo, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E:

Art. 1º. Instaurar o Processo Administrativo Disciplinar n.º 01/2018 e Inquérito Administrativo em desfavor do servidor José Adalberto dos Santos para apurar denúncia de infração praticada no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação mediata com atribuições do seu cargo, e convocar a Comissão de Sindicância e de Inquérito Administrativo, nomeada pela Portaria nº 301/2018 de 30/08/2018, para dar início aos trabalhos.

Art. 2º. A presente instauração foi procedida em conformidade com os artigos 207 a 215 da Lei Complementar nº 004/2001, que dispõe sobre Processo Administrativo Disciplinar.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de Agosto de 2018.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 299/2018

De 27 de Agosto de 2018

"Dispõe Sobre retorno de Afastamento de Servidor Efetivo, e Dá Outras Providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, EXMO SR. ANTONIO MAFINI, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E :

Artigo 1° - **CONCEDER, o retorno** do afastamento a servidora **LUZIA SOBOLESKI,** brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 14592304 SSP/MT e do CPF nº 001.612.371.93, efetiva no cargo de**Apoio Administrativo Educacional Profissionalizado**, devidamente inscrita sob matricula funcional nº 886, retorno do afastamento sem remuneração do trabalho a partir de 01/08/2018.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos desde 01 de Agosto de 2018.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, aos 01 de Agosto de 2018.

_____

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 41/2018

FIRMADO EM 07/02/2018

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **SHEILA FREITAS TRENTIN CUNHA portadora da cédula de identidade Nº** 2545807-8 SEJSP/MT e CPF nº 053.633.851-55 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração De carga horaria do Contrato de Servidor Temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de **20** horas semanais e passara a ser **40** horas semanais. Em razão a substituição da servidora Laucília Pereira Dutra, que se encontra de atestado médico.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 03 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 20 de agosto de 2018.

_____
_____

SHEILA FREITAS TRENTIN CUNHA PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

_____ _____-
_____

LUANA MARIA LUCAS JOCILENE INES SARTORETTO

RG N° 1353550-1 SSP/MT RG Nº 4921347-6 SSP/PR

ADMINISTRAÇÃO
QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 86/2018

FIRMADO EM 16/04/2018

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **ADRIANA TELES DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1773121-6 SSP/MT e CPF N°.002.001.671-97 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração De carga horaria do Contrato de Servidor Temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de **14,4** horas semanais e passara a ser **10,4** horas semanais. Retorno do servidor efetivo Luiz Afonso Mallmann.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 03 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 30 de julho de 2018.

ADRIANA TELES DA SILVA PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

DAYANE CONSTANTE DOS SANTOS LUZIA SOBOLESKI

RG N° 1.400.917-0 SSP/MT RG Nº 1459230-4 SSP/MT

PORTARIA Nº 304/2018. DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

Dispõe sobre nomeação de Médico Perito para o PREVI-MUNDO, Regime Próprio de Previdência Social de Novo Mundo/MT, e dá outras providências".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO MUNDO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI:

R E S O L V E :

Art. 1º **NOMEAR,** as Médicas: **Dra, Eliana Pinheiro da Silva**, portadora da Cédula de Identidade de o n° RG nº 16725286 SSP MT e CPF

N°121265998-84, e inscrição no Conselho de Medicina do Estado de Mato Grosso CRM N°8111 –MT.**Dra, Themis Carolina Wassano Matunaga**, portadora da Cédula de Identidade de o n° RG nº 8252635-8 SSP PR e CPF N°041.429.459-98, e inscrição no Conselho de Medicina do Estado de Mato Grosso CRM N°8846–MT. e **Dra, Eliana Kawaguti**; portadora da Cédula de Identidade de o n° RG nº 16270856 SSP/SP e CPF N°087.896. 758-35, e inscrição no Conselho de Medicina do Estado de Mato Grosso CRM N°3025 –MT.

Como membro da Comissão Médica Pericial do PREVI-MUNDO, tendo pôr objetivo o estudo, verificação e parecer abalizado, através de laudo, nos casos de invalidez, auxílio doença aposentadoria por invalidez, e acidente de trabalho, com a finalidade de obtenção de benefícios previdenciários.

Art. 2.º As Médicas Peritas serão convocadas pelo Diretor executivo do PREVI-MUNDO, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias.

Art. 3.º O Diretor Executivo do PREVI-MUNDO, instruirá convenientemente o processo, com a inclusão dos documentos necessários e suficientes ao bom desempenho da Comissão Médica Pericial.

Parágrafo único - em caso de necessidade de parecer especializado a Comissão Médica Pericial encaminhará o paciente ao PREVI-MUNDO, que providenciará o atendimento necessário.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,

.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de Agosto de 2018

LIRIA KURTEN WRONSKI

Diretora Executiva

HOMOLOGO:

ANTONIO MAFINI

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO
QUINTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO

FIRMADO EM 16/04/2018

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/ 0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **ADRIANA TELES DA SILVA,** portadora da cédula de identidade Nº 1773121-6 SSP/MT e CPF N°.002.001.671-97 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração De carga horaria do Contrato de Servidor Temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de **10,4** horas semanais e passara a ser **16,8** horas semanais. Em substituição ao servidor Wendel C. Marques, que se encontra de licença prêmio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 03 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 31 de julho de 2018.

ADRIANA TELES DA SILVA PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

DAYANE CONSTANTE DOS SANTOS LUZIA SOBOLESKI

RG N° 1.400.917-0 SSP/MT RG Nº 1459230-4 SSP/MT

ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 78/2018

FIRMADO EM 05/03/2018

Que entre si fazem, de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO**, pessoa Jurídica de Direito Público, com CNPJ n.º. 01.614.517/ 0001-33, com Sede no Bairro Alto da Bela Vista Nº 12, nesta cidade e município de Novo Mundo - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **ANTONIO MAFINI**, brasileiro, casado, empresário, portador da RG 36315660 SSP/PR e inscrito no CPF n.º 544.863.719-34, doravante denominado como CONTRATANTE e de outro lado a Senhora **LUANA BARANOSKI FERREIRA DA SILVA portadora da cédula de identidade Nº** 2258567-2 SSP/MT e CPF nº 038.597.151-60 brasileira, residente e domiciliada neste município, doravante denominada, como CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente termo aditivo é a alteração De carga horaria do Contrato de Servidor Temporário.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA JUSTIFICATIVA:

Fica através da presente Cláusula, alterado a carga horaria que é de **9,6** horas semanais e passara a ser **21,6** horas semanais. Em razão a substituição do Professor Wendel C. Marques esta usufruindo de Licença Premio.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO

Fica eleito de comum acordo o Foro da Comarca de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, para nele serem dirimidas todas as dúvidas oriundas do presente instrumento. E por estarem de pleno acordo firmam o presente Termo de Aditivo de Contrato, em 03 vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Novo Mundo/MT, em 31 de julho de 2018.

_____

_____

LUANA BARANOSKI FERREIRA DA SILVA PREFEITURA MUNICIPAL

Contratada Contratante

Testemunhas:

_____ _____-

_____

DAYANE CONSTANTE DOS SANTOS LUZIA SOBOLESKI

RG N° 1.400.917-0 SSP/MT RG Nº 1459230-4 SSP/MT

PORTARIA Nº 301/2018 - NOMEAÇÃO DE COMISSÃO DE SINDICÂNCIA E INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

PORTARIA Nº 301/2018.

De 30 de Agosto de 2018.

"Dispõe sobre Nomeação de Comissão de Sindicância e Inquérito Administrativo, e dá outras providências."

O **EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL** de Novo Mundo, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo,

R E S O L V E :

Art. 1º. NOMEAR os servidores públicos estáveis abaixo qualificados para comporem permanentemente a Comissão de Sindicância e de Inquérito Administrativo, que apurará as responsabilidades de servidor público por infração praticada no exercício da função ou que tenha relação imediata com as atribuições do seu cargo ou pela prática dos casos elencados no Art. 197 da Lei Complementar nº 004 de 28 de Dezembro de 2001:

Presidente: Casciano Martins Reis, Técnico de Enfermagem, CPF. nº 848.681.391.34

Secretária: Gizelle Bellato, Agente Administrativo, CPF n.º 002.492.771. 66

Membro: Rose Marlei Blotz, Agente Administrativo, CPF n.º 009.882.571. 22

Art. 2º. A presente nomeação foi procedida em conformidade com o Parágrafo Único do Art. 218 e com o § 1º do Art. 223 da Lei Complementar nº 04/2001 que dispõem sobre as Comissões de Sindicância e Inquérito Administrativo.

Art. 3°. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a portaria nº 180/2015.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 30 de Agosto de 2018.

ANTÔNIO MAFINI

Prefeito Municipal

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO 033/2018

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 033/2018

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **HOLANDA SARTOR SAÚDE EIRELI**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA,** com sede na Rua dos Ipês, 50, Apto. 01, Centro, na cidade de Guarantã do Norte, Estado de Mato Grosso, CEP 78.520-000, inscrita no CNPJ n.° 30.988.247/0001-29, neste ato representada pelo Sr. **TALLYS VICTOR SARTOR HOLANDA MORAES,** brasileiro, médico/empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 1920711-5 SSP/MT e do CPF sob o nº 044.578.871-01
Objeto	**CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL MÉDICO PARA ATENDIMENTO NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE NOVO MUNDO, NA ZONA URBANA DO MUNICÍPIO, COM CARGA HORARIA DE 40 HORAS SEMANAIS, INCLUINDO AS REMOÇÕES DE PACIENTES PARA O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO (EM HORÁRIO DE EXPEDIENTE), ALÉM DOS EVENTUAIS ATENDIMENTOS DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA OCORRIDOS NO PERÍODO DAS 11:00 ÀS 13:00 E DAS 17:00 ÀS 19:00.**
Valor	O valor global para prestação dos serviços ora contratado será de R$ 61.490,00 (Sessenta e Um Mil Quatrocentos e Noventa Reais), divididos em 4(quatro) parcelas iguais e mensais de R$ 15.372,50 (Quinze Mil Trezentos e Setenta e Dois Reais e Cinquenta Centavos) cada
Prazo de Vigência do Contrato	O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 4(quatro) meses (20/08/2018 a 20/12/2018).
Dotação Orçamentária	***06.002.10.301.0016.2041.3390.39.00*** ***Órgão: Secretaria de Saúde*** ***Local: Fundo Municipal de Saúde***
Origem	Processo Licitatório nº 032/2018, modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 026/2018

Novo Mundo/MT, 20 de Agosto 2018.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SANTO ANTÔNIO

PORTARIA Nº. 104/2018 DE 13 DE AGOSTO DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **SAMANTA PORTO DA SILVA LOPES**, portadora da RG nº 1.666.264-4-7/SSP/MT e CPF nº 024.096.651-10 para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ARP Nº. 015/2018 – OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CASA DE APOIO PARA PACIENTES EM TRATAMENTO DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO NAS CIDADES DE CUIABÁ E ÁGUA BOA.

CONTRATADA: DORACI ARRUDA BERTOLDI - ME.

CONTRATADA: LEDIR GALERA SHERER 46071237149.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 13 de Agosto de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 102/2018 DE 18 DE JULHO DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **ROSA CLARA CONCEIÇÃO COSTA**, portadora da RG nº 4.750.597/SSP/MT e CPF nº 971.787.561-87 para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ARP Nº. 013/2018 – OBJETO: FORNECIMMENTO DE REFEIÇÕES E MARMITEX PARA ATENDIMENTO AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: EDIVALDO PEREIRA DE SOUSA 62811401172.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 18 de Julho de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 106/2018 DE 30 DE AGOSTO DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **SAMANTA PORTO DA SILVA LOPES**, portadora da RG nº 1.666.264-4-7/SSP/MT e CPF nº 024.096.651-10 para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ARP Nº. 017/2018 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA A FARMACIA BÁSICA E UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO NAS CIDADES DE CUIABÁ E ÁGUA BOA.

CONTRATADA: ANGEOMED COM DE PRODUTOS MED HOSPITALAR EIRELI.

CONTRATADA: APAMED HOSPITALAR LTDA - EPP.

CONTRATADA: RINALDI & COGO LTDA.

CONTRATADA: APAMED HOSPITALAR LTDA – ESANI MEDICAMENTOS EIRELI.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 30 de Agosto de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 103/2018 DE 10 DE AGOSTO DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOSS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **QUEILA GAMA DA SILVA**, portadora da RG nº 2.130.611-7/SSP/MT e CPF nº 033.294.411-51 para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ARP Nº. 014/2018 – OBJETO: AQUISIÇÃO DE TECIDOS AVIAMENTOS E MATARIAIS PARA ARTESANATO PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: MOTTIVA COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI.

CONTRATADA: CYAN MAT ESCRITORIO E INFORMATICA EIRELI.

CONTRATADA: JC FERREIRA GARCIA.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 10 de Agosto de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 105/2018 DE 16 DE AGOSTO DE 2018

"DESIGNA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL PARA A FISCALIZAÇÃO DE EXECUÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS.".

O **Prefeito do Município de Novo Santo Antônio**, Estado de Mato Grosso, Sr. **ADÃO SOARES NOGUEIRA**, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal.

Considerando que o artigo 67 da Lei Federal nº 8.666/93 e a Portaria Municipal nº 021/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designar a Servidora **QUEILA GAMA DA SILVA**, portadora da RG nº 2.130.611-7/SSP/MT e CPF nº 033.294.411-51 para exercer a fiscalização da Ata de Registro de Preços abaixo relacionado:

ARP Nº. 016/2018 – OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA TIPO INSTRUTOR DE CAPOEIRA, VIOLÃO E ARTESANANTO EM GERAL PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NOVO SANTO ANTÔNIO.

CONTRATADA: RENA REGO WANDERLEY.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam –se as disposições ao contrario.

Registre-se Publique-se Cumpra-se

Gabinete do Prefeito Municipal, 16 de Agosto de 2018.

ADÃO SOARES NOGUEIRA - Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 14 AO CONTRATO Nº 52/2017

Aditivo nº 14 ao Contrato 52/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **MENINOS DE GOIAS – LTDA – ME - CNPJ 26. 374.964/0001-93.** Objeto: Contratação do show artístico da Banda "Os Meninos de Goiás", que acontecerá do dia 02/07/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017 e contrapartida do Município, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 27/08/2018 A 27/09/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de agosto de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 14 AO CONTRATO Nº 49/2017

Aditivo nº 14 ao Contrato 49/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **WORLD MUSIC PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA – ME - CNPJ 12.357.103/0001-92.** Objeto: Contratação de show artístico da Dupla "Mayck e Lyan", que acontecerá no dia 30/06/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 27/08/2018 A 27/09/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de agosto de 2018.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 173/2018 DE 20 DE ABRIL DE 2018.

PORTARIA N° 173/2018 DE 20 DE ABRIL DE 2018.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Regularizar o cargo da servidora **Edna Lopes Kochan – Técnico Administrativo Educacional II**, no enquadramento Prófuncionário, conforme Lei n° 533/2008, para a Classe A Nível 01;

II – Revover o servidor **Adailton Alves de Sousa – Agente Administrativo I**, para a Sec. Mun. Esporte – Man. Ariv. Sec. Esporte;

III – Regularizar o cargo do servidor **Sebastião Garcia da Silva,** para **Apoio Administrativo Educacional II;**

IV – Regularizar o cargo da servidora **Thais Alves Borges,** para **Apoio Administrativo Educacional I**;

V – Remover a servidora **Aliny Ferraz Ferreira Silva – Assistente Social**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

VI - Remover a servidora **Ana Neris Rocha – Costureira**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

VII – Remover a servidora **Arlene Ovidio Teske – Agente de serviços Gerais**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

VIII - Remover a servidora **Elenita Celant Marcon – Agente Administrativo II**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

IX - Remover o servidor **Elias Moura Silva – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

X - Remover a servidora **Fátima Rosane Ritter Pereira – Assistente Social**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XI - Remover a servidora **Ivone Ribeiro Brito da Silva – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XII - Remover a servidora **Jefferson André de Oliveira – Agente de Serviços Gerais**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XIII – Remover o servidor **José Carlos David da Silva – Motorista de Veículo Pesado**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XIV - Remover o servidor **Junho Martins Siqueira – Agente Administrativo I**, para a Secretaria Municipal de Administração – Man. Enc. Com Procon;

XV - Remover a servidora **Leidiane Barbosa Pereira – Diretor Dep. Apoio Prog. Especiais**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XVI - Remover a servidora **Lucilene Rodrigues Galdino – Agente Administrativo I**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XVII - Remover o servidor **Onésimo Alves de Menezes – Assistente Social**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XVIII - Remover a servidora **Rafaela Lopes Faustino – Assistente Social**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XIX - Remover o servidor **Reginaldo Mendes de Araújo – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XX - Remover o servidor **Ricardo Grillanda de Faria – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XXI - Remover o servidor **Vagner Moreira dos Santos – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XXII - Remover a servidora **Valquiria Inácia Ferreira – Agente Administrativo I**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

XXIII - Remover o servidor **Agmar Francisco da Silva – Motorista de Veículo Pesado**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXIV - Remover o servidor **Antônio Marcos de Lima – Motorista de Veículo Pesado**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXV - Remover o servidor **Edson Barbosa Domingos – Motorista de Veículo Pesado**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXVI - Remover o servidor **Natanael Schuenquener – Motorista de Veículo Leve**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXVII - Remover o servidor **Rogério Silva da Rocha – Motorista de Veículo Leve**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXVIII - Remover a servidora **Fabbiola da Silva Mendes – Técnico em Enfermagem**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXIX - Remover a servidora **Maria Aparecida de Matos – Técnico em Enfermagem**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXX - Remover a servidora **Maria Helena Ribeiro de Souza Pereira – Técnico em Enfermagem**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXXI - Remover a servidora **Vera Lúcia Rodrigues Messias Silva – Técnico em Enfermagem**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXXII - Remover a servidora **Camila Premoli de Oliveira – Diretora do Dep. Coordenação SAMU**, para a Secretaria Municipal de Saúde - SAMU;

XXXIII - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Elisabete Rodrigues da Silva – Agente de Serviços Gerais,** a a partir do dia 22 de abril de 2018;

XXXIV - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde ao servidor **Laerte Correa da Silva – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir do dia 28 de abril de 2018;

XXXV – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Maternidade a servidora **Elianeide Pereira de Miranda – Técnico em Enfermagem,** a partir do dia 01 de abril de 2018;

XXXVI - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Ibrantina Freitas de Rezende – Agente Comunitária de Saúde,** a partir do dia 13 de abril de 2018;

XXXVII – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde ao servidor **Onésimo Alves de Menezes – Assistente Social,** a partir do dia 14 de abril de 2018;

XXXVIII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Márcia Aparecida Vilodres Borges – Recepcionista,** a partir de 02 de abril de 2018;

XXXIX - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Maternidade a servidora **Solange Fátima Vargas – Professora,** a partir do dia 04 de abril de 2018;

XL – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 20 de abril de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 14 AO CONTRATO Nº 50/2017

Aditivo nº 14 ao Contrato 50/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **FABINHO PROMOÇÕES E EVENTOS LTDA – ME - CNPJ 74.006.909/0001-93.** Objeto: Contratação de show artístico da

Dupla “Felipe e Ferrari”, que acontecerá no dia 01/07/2017 em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada. **Prazo: 27/08/2018 A 27/09/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de agosto de 2018.

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO Nº 14 AO CONTRATO Nº 51/2017

Aditivo nº 14 ao Contrato 51/2017 – Contratante: Prefeitura Municipal de Paranatinga; Contratada: **M.S CLAUDIO – ME - CNPJ 11.455.181/0001-67.** Objeto: Contratação do show artístico da Dupla “Marcelo e Cristiano”, que acontecerá no dia 02/07/2017; show artístico de “Hudson Angelim”, que acontecerá do dia 29/06/2017 ao dia 01/07/2017; e show artístico com “Os Catireiros do Araguaia”, que acontecerá do dia 29/06/2017, em Comemoração ao 53º Aniversário do Município de Paranatinga-MT, conforme termo de convênio nº 0818/2017, atendendo ao departamento de Cultura. Justifica-se o presente Termo Aditivo tendo em vista que a verba (convênio) destinada para pagamento do contrato original ainda não foi repassada **Prazo: 27/08/2018 A 27/09/2018**. Departamento de Licitações e Contratos, em 27 de agosto de 2018.

DEPARTAMENTO PESSOAL
RESCISÕES - 2018

AGOSTO DE 2018

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
ARCILENE BATISTA PEREIRA	222/A/01 AAE I - Vigia	01/08/2018	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
HERALDO CARLOS DOS SANTOS	171/A/01 AAE II - Motorista	22/08/2018	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
LEIDIANE DAVID DE MORAES	226/A/01 AAE I - TDI	13/08/2018	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
LUCIA FERREIRA DA SILVA ABREU	169/A/01 AAE I - ASG	01/08/2018	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

Funcionário	Cargo	Data da Rescisão	Descrição
OSVALDO SOUZA DA SILVA	222/A/01 AAE I - Vigia	02/08/2018	TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO.

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 227/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

PORTARIA N° 227/2018 DE 19 DE JUNHO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Promover a servidora **Maria Gonçalves de Souza – Apoio Administrativo Educacional I,** para a Classe A Nível 07;

II – Promover a servidora **Aparecida Miranda do Nascimento – Apoio Administrativo Educacional I**, para a Classe B Nível 03;

III – Promover o servidor **Vicente Francisco da Silva – Agente Administrativo I,** para a Classe C Nível 03;

IV – Promover o servidor **Charles Diogo Becker – Vigia,** para a Classe C Nível 03;

V – Remover a servidora **Katiane Furtado da Silva – Agente de Limpeza Púbilca I,** para a Secretaria Mun. de Obras – Man. Enc. Dep. Serv. Urbanos;

VI - Remover o servidor **Paulo Ricardo Sousa Vieira – Agente Administrativo II,** para a Sec. Mun. De Esporte – Man. Ativ. Sec. Esportes;

VII – Remover o servidor **Charles Diogo Becker – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Saúde – Man. Enc. Com Atenção Básica - ESF;

VIII – Regularizar o Departamento dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme Lei Orçamentária 2018;

IX – Remover o servidor **Carlito Coelho Vieira – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Saúde – Man. Enc. Com Atenção Básica - ESF;

X – Remover o servidor **Elias Moura da Silva – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Saúde – Man. Enc. Com Atenção Básica - ESF;

XI – Remover a servidora **Arlene de Souza Pinto – Recepcionista**, para a Sec.Mun. de Meio Ambiente – Man. Ariv. Com Sec. Meio Ambiente;

XII – Remover a servidora **Karinne Dariene Carlini – Apoio Administrativo Educacional I**, para a Sec. Mun. Educação – Man. Ens. Fundamental 25%;

XIII – Regulariza cargos dos Professores Contratados conforme Lei n° 1624/2018;

XIV – Exonerar a servidora **Lidia Maria Kovalski Malacarne – Professora**, por motivo de aposentadoria por tempo de contribuição;

XV – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Maternidade a servidora **Ana Rita Fucks Preischardt – Professora,** a partir de 02 de junho de 2018;

XVI - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde ao servidor **Valdri José Vidori – Operador de Máquinas Rodoviárias,** a a partir do dia 15 de junho de 2018;

XVII - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Raide Bom Despacho da Veiga – Agente de Serviços Gerais,** a partir do dia 23 de junho de 2018;

XVIII – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Cleide Maristel Baptista Klein – Auxiliar em Enfermagem,** a partir do dia 01 de junho de 2018;

XIX - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Elis Regina Forgiarini – Professora,** a partir do dia 01 de junho de 2018;

XX – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde ao servidor **Joabe dos Santos Tavares – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir do dia 01 de junho de 2018;

XXI – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Erica Domingos dos Santos – Ch. Div. De Esporte,** a partir do dia 19 de junho de 2018;

XXII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Maternidade a servidora **Marcelly Silva Moreira – Nutricionista,** a partir de 17 de junho de 2018;

XXIII – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 19 de junho de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA N° 205/2018 DE 18 DE MAIO DE 2018.

PORTARIA N° 205/2018 DE 18 DE MAIO DE 2018.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **SR**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais,

RESOLVE:

I – Promover a servidora **Fernanda Dias Ferreira – Agente de Combate a Endemais,** para a Classe C Nível 03;

II – Promover a servidora **Fabiola Moreira Figueiredo – Técnico Administrativo Educacional II**, no enquadramento Prófuncionário, conforme Lei n° 533/2008, para a Classe C Nível 02;

III – Promover a servidora **Vanilde Pereira de Macedo – Apoio Administrativo Educacional I,** para a Classe B Nível 03;

IV – Promover o servidor **Valdir José Vidori – Operador de Máquinas Rodoviárias,** para a Classe C Nível 05;

V – Promover a servidora **Deusa Francisca da Silva – Professor,** para a Classe C Nível 09;

VI - Promover o servidor **Arlindo de Almeida Silva– Professor,** para a Classe C Nível 01;

VII – Remover a servidora **Fabiana Serafim do Nascimento – Psicólogo**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

VIII – Regularizar o Departamento dos servidores da Secretaria Municipal de Educação, conforme Lei Orçamentária 2018;

IX – Remover o servidor **Vilmar Ribeiro de Souza – Vigia**, para a Secretaria Municipal de Assistência Social – Man. Enc. Com FMAS;

X – Promover o servidor **Wilson Vagner Vidori – Vigia**, para a Classe C Nível 03;

XI – Promover a servidora **Luzinalva Alves de Brito – Vigia**, para a Classe C Nível 03;

XII – Promover o servidor **Vilmar João Vidori – Vigia**, para a Classe B Nível 07;

XIII – Promover o servidor **Roberto Giasson– Agente de Combate a Endemias**, para a Classe C Nível 04;

XIV – Promover a servidora **Lindomar Severo de Alcantara – Professora**, para a Classe C Nível 09;

XV – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Elizabete Rodrigues da Silva – Agente de Serviços Gerais,** a partir de 20 de maio de 2018;

XVI - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Nely Francisca Ferreira de Holleben – Técnico Administrativo Educacional II,** a a partir do dia 23 de maio de 2018;

XVII - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Elma Célia de Souza Cândido – Técnico em Enfermagem,** a partir do dia 17 de maio de 2018;

XVIII – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Edinéia Santos do Amaral – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir do dia 18 de maio de 2018;

XIX - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Maternidade a servidora **Eliane Lessin Simões Leite – Professora,** a partir do dia 06 de maio de 2018;

XX – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Silvia Maria da Silveira – Professora,** a partir do dia 06 de maio de 2018;

XXI – Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Saúde a servidora **Aliny Ferraz Ferreira Silva – Assistente Social,** a partir do dia 07 de maio de 2018;

XXII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Maternidade a servidora **Luciana Rodrigues Galdino – Recepcionista,** a partir de 22 de maio de 2018;

XXIII – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde a servidora **Débora Soares de Souza – Professora,** a partir de 10 de maio de 2018;

XXIV – Retornar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 da Licença Saúde o servidor **Elias de Sousa Pinto – Vigia,** a partir de 11 de maio de 2018;

XXV - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Maternidade a servidora **Poliete Rodrigues Lima – Apoio Administrativo Educacional I,** a partir do dia 04 de maio de 2018;

XXVI - Autorizar conforme o Estatuto do Servidor Público Lei nº 24/97 Licença Maternidade a servidora **Renata Campos de Brito – Agente de Inspeção Sanitária,** a partir do dia 14 de maio de 2018;

XXVII – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 18 de maio de 2018.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

RETIFICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 030/2018

A Chefe do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, considerando o erro na descrição do Objeto no Aviso de Licitação do certame supracitado e a importância da clareza da descrição do mesmo. Desta forma **RETIFICANDO** a descrição do objeto no Aviso de Abertura,passando para a seguinte redação:

I - ONDE SE LÊ:

Objeto:O objeto da presente licitação é o Registro de Preço para Futura e Eventual Prestação de Serviços continuados de Manutenção Predial, com fornecimento de mão de obras e respectivos fardamentos e EPI's (pedreiros, pintores e auxiliares de pedreiro), para atender a demanda dos Prédios Públicos Municipais, conforme quantidades e especificações em anexo a este Edital.

II - LER-SE-Á:

Objeto:O objeto da presente licitação é o Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada em cessão de serviços continuados de Manutenção Predial, com fornecimento de mão de obras e respectivos fardamentos e EPI's (pedreiros, pintores e auxiliares de pedreiro), para atender a demanda dos Prédios Públicos Municipais, conforme quantidades e especificações em anexo a este Edital.

As modificações do aviso de abertura do edital, estão disponíveis no site do município (www.pedrapreta.mt.gov.br).

III – Os demais itens permanecem como no edital, permanecendo inalterada a data de abertura do certame **20 de Setembro de 2018, às 14h00-min,** Local: Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, situada na Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940, Centro, Pedra Preta/MT. Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400/4416.

Pedra Preta - MT, 30 de Agosto de 2018.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

TERMO DE RETIFICAÇÃO ARP 009/2018

TERMO DE RETIFICAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 009/2018

PREGÃO PRESENCIAL SRP N°. 030/2017

A Chefe do departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Pedra Preta, no uso de suas atribuições legais, considerando o erro material/digitação constante na Ata de Registro de Preços 009/2018, item 14 – (Grades de Proteção) vencido pela empresa GERMANO GUERCHI FILHO – PANTERA SOM. Desta forma **RETIFICANDO** o valor unitário do item, bem como o valor total para a empresa acima mencionada,passando para a seguinte redação:

I - ONDE SE LÊ:

PANTERASOM

29.931.659/0001-43.

DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	60	SV	EQUIPAMENTOS - TIPO 01. EQUIPAMENTO A SER USADO PARA EVENTOS COM ATÉ 300 PESSOAS, COMPREENDENDO:01 MIXER DE NO MINIMO 12 CANAIS, ENTRADAS XLR BALANCEADAS COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO. 01 EQUALIZADOR GRAFICO STEREO DE 31 X 31. 01 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA STEREO COM NO MÍNIMO DE 2000 WATTS. 04 MICROFONES COM CABO OU SEM FIO SM58 OU EQUIVALENTE. 04 PEDESTAL TIPO GIRAFA PARA MICROFONES, COM CACHIMBO. 01 CD PLAYER (DVD) OU NOTEBOOK 04 CAIXAS DE SOM COM TRÊS VIAS OU DUAS VIAS COM TITANIO, COM MÍNIMO DE 500 WATTS RMS DE POTÊNCIA CADA, COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO. 04 PEDESTAIS PARA CAIXAS DE SOM.	R$ 180,00	R$ 10. 800,00
2	30	SV	EQUIPAMENTOS - TIPO 02. EQUIPAMENTO A SER USADO PARAEVENTOS DE 300 A 900 PESSOAS SEM CONJUNTO MUSICAL. COMPREENDENDO: 01 MIXER DIGITAL DE NO MINIMO 16 CANAIS, ENTRADAS XLR BALANCEADAS COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO; 01 EQUALIZADOR GRÁFICO STEREO DE 31 X 31. CD PLAYER (DVD) OU NOTEBOOK 01 PROCESSADOR DIGITAL DE NO MINIMO 3 VIAS STEREO 03 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA COM NO MÍNIMO 01 DE 600 WATTS PARA DRIVES, 01 DE 3000 WATTS PARA FALANTES DE 12 POLEGADAS, 01 DE 5000 WATTS PARA OS SUBS DE 18 POLEGADAS.,01 AMPLIFICADORES DE POTENCIAS DE 2.000 WATTS PARA MONITORES, 06 MICROFONES COM CABO OU SEM FIO SM58 PARA VOCAL OU EQUIVALENTE, 06 PEDESTAIS TIPO GIRAFA PARA MICROFONES, COM CACHIMBO. 04 CAIXAS DE SOM COM TRÊS VIAS OU DUAS VIAS COM TITANIO, COM MÍNIMO DE 400 WATTS RMS DE POTÊNCIA CADA, COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO, 04 CAIXAS DE SUB-WOOFER DE NO MÍNIMO 1000 WATTS DE POTÊNCIA RMS CADA, COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO, 02 CAIXAS TIPO SPOT PARA MONITOR DE PALCO, COM DUAS OU TRÊS VIAS, COM MÍNIMO DE 200 WATTS RMS CADA, 01 PALCO EM ESTRUTURA DE BOX TRUSS Q-30 MEDINDO NO MINIMO 06 X 04 MS COM PISO DE ALTURA DE 1M. CONTENDO 06 PÉS DIRETOS DE NO MINIMO 04 MS DE ALTURA QUANTIDADE DE PEÇAS MINIMAS PARA A MONTAGEM 06 PEÇAS DE 2 MS,04 PEÇAS DE 3 MS,04 PEÇAS DE 4 MS,02 PEÇAS DE 2 MS PARA USO EM VIGA I P/SUPORTAR CAIXAS EM FLY,04 CUBOS DE 5 FACES,02 CUMIEIRAS,04 CUBOS DE GRAUS, 04 PAUS DE CARGA, 04 SLEEVE, 04 TALHAS MANUAIS DE NO MINIMO 1 TONELADA, 03 TAPADEIRAS NAS CORES PRETAS 01 LONA DO TETO NA COR BRANCA PLACAS DO PISO NA COR PRETA. OBS. TODAS AS PEÇAS Q-30 E AS DEMAIS PODERÃO SER EM ALUMINIO OU FERRO DE ACORDO COM A NECESSIDADE TÉCNICA DO EVENTO EM QUESTÃO.	R$ 450,00	R$ 13. 500,00
9	12	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE 01 PALCO MEDINDO 6 X 6, COM 6 METROS DE FUNDO, PÉ DIREITO DE 4,40 METROS, 2 COLUNAS TORRES DE P.A FLAY DE 1.20 X 1.20, A ESTRUTURA EM FERRO. TETO DE LONA ANTI-CHAMAS, ESCADA DE ACESSO, SAIA FRONTAL, FECHAMENTO LATERAL TELA ANTI-CHAMAS. COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 1. 300,00	R$ 15. 600,00
10	15	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE 01 PALCO MEDINDO 4 X 3, COM 4 METROS DE FUNDO, PÉ DIREITO DE 4,40 METROS, 2 COLUNAS TORRES DE P.A FLAY DE 1.20 X 1.20, A ESTRUTURA EM FERRO. TETO DE LONA ANTI-CHAMAS, ESCADA DE ACESSO, SAIA FRONTAL, FECHAMENTO LATERAL TELA ANTI-CHAMAS. COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 900,00	R$ 13. 500,00
11	15	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE TENDA 10 X 10 M NA COR BRANCA, CONFECCIONADA NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 590,00	R$ 8. 850,00
12	150	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE TENDA 05 X 05 M NA COR BRANCA, CONFECCIONADA NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 220,00	R$ 33. 000,00
13	50	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE TENDA 06 X 06 M NA COR BRANCA, CONFECCIONADA NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 270,00	R$ 13. 500,00
14	1000		GRADES DE PROTEÇÃO – PARA EVENTOS, FESTAS, ISOLAMENTO E SEGURANÇA, PROTEÇÃO OU PASSAGEM, DIMENSÕES 1200 X 2000 MM. ESTRUTURA EM TUDO 25 MM, TRAVA DE ENCAIXE EM LAMINADO, PÉS DE APOIO EM TUBO ESTRUTURAL, PESO 13 KG ACABAMENTO GALVANIZADA, MONTAGEM EM ÂNGULO DE ATÉ 90º LEVE E FÁCIL DE MONTAR OU TRANSPORTAR	R$ 10,90	R$ 10. 900,00
			TOTAL		R$ 119. 650,00

VALOR TOTAL DOS ITENS DA EMPRESA PANTERASOM: R$ 119.650,00 (Cento e dezenove mil seiscentos e cinquenta reais).

II - LER-SE-Á:

PANTERASOM

29.931.659/0001-43.

DESCRIÇÃO DOS ITENS

ITEM	QTD.	UNID.	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1	60	SV	EQUIPAMENTOS - TIPO 01. EQUIPAMENTO A SER USADO PARA EVENTOS COM ATÉ 300 PESSOAS, COMPREENDENDO:01 MIXER DE NO MINIMO 12 CANAIS, ENTRADAS XLR BALANCEADAS COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO. 01 EQUALIZADOR GRAFICO STEREO DE 31 X 31. 01 AMPLIFICADOR DE POTÊNCIA STEREO COM NO MÍNIMO DE 2000 WATTS. 04 MICROFONES COM CABO OU SEM FIO SM58 OU EQUIVALENTE. 04 PEDESTAL TIPO GIRAFA PARA MICROFONES, COM CACHIMBO. 01 CD PLAYER (DVD) OU NOTEBOOK 04 CAIXAS DE SOM COM TRÊS VIAS OU DUAS VIAS COM TITANIO, COM MÍNIMO DE 500 WATTS RMS DE POTÊNCIA CADA, COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO. 04 PEDESTAIS PARA CAIXAS DE SOM.	R$ 180,00	R$ 10. 800,00
2	30	SV	EQUIPAMENTOS - TIPO 02. EQUIPAMENTO A SER USADO PARAEVENTOS DE 300 A 900 PESSOAS SEM CONJUNTO MUSICAL. COMPREENDENDO: 01 MIXER DIGITAL DE NO MINIMO 16 CANAIS, ENTRADAS XLR BALANCEADAS COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO; 01 EQUALIZADOR GRÁFICO STEREO DE 31 X 31. CD PLAYER (DVD) OU NOTEBOOK 01 PROCESSADOR DIGITAL DE NO MINIMO 3 VIAS STEREO 03 AMPLIFICADORES DE POTÊNCIA COM NO MÍNIMO 01 DE 600 WATTS PARA DRIVES, 01 DE 3000 WATTS PARA FALANTES DE 12 POLEGADAS, 01 DE 5000 WATTS PARA OS SUBS DE 18 POLEGADAS.,01 AMPLIFICADORES DE POTENCIAS DE 2.000 WATTS PARA MONITORES, 06 MICROFONES COM CABO OU SEM FIO SM58 PARA VOCAL OU EQUIVALENTE, 06 PEDESTAIS TIPO GIRAFA PARA MICROFONES, COM CACHIMBO. 04 CAIXAS DE SOM COM TRÊS VIAS OU DUAS VIAS COM TITANIO, COM MÍNIMO DE 400 WATTS RMS DE POTÊNCIA CADA, COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO, 04 CAIXAS DE SUB-WOOFER DE NO MÍNIMO 1000 WATTS DE POTÊNCIA RMS CADA, COM CABOS NECESSÁRIOS PARA SEU FUNCIONAMENTO, 02 CAIXAS TIPO SPOT PARA MONITOR DE PALCO, COM DUAS OU TRÊS VIAS, COM MÍNIMO DE 200 WATTS RMS CADA, 01 PALCO EM ESTRUTURA DE BOX TRUSS Q-30 MEDINDO NO MINIMO 06 X 04 MS COM PISO DE ALTURA DE 1M. CONTENDO 06 PÉS DIRETOS DE NO MINIMO 04 MS DE ALTURA QUANTIDADE DE PEÇAS MINIMAS PARA A MONTAGEM 06 PEÇAS DE 2 MS,04 PEÇAS DE 3 MS,04 PEÇAS DE 4 MS,02 PEÇAS DE 2 MS PARA USO EM VIGA I P/SUPORTAR CAIXAS EM FLY,04 CUBOS DE 5 FACES,02 CUMIEIRAS,04 CUBOS DE GRAUS, 04 PAUS DE CARGA, 04 SLEEVE, 04 TALHAS MANUAIS DE NO MINIMO 1 TONELADA, 03 TAPADEIRAS NAS CORES PRETAS 01 LONA DO TETO NA COR BRANCA PLACAS DO PISO NA COR PRETA. OBS. TODAS AS PEÇAS Q-30 E AS DEMAIS PODERÃO SER EM ALUMINIO OU FERRO DE ACORDO COM A NECESSIDADE TÉCNICA DO EVENTO EM QUESTÃO.	R$ 450,00	R$ 13. 500,00
9	12	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE 01 PALCO MEDINDO 6 X 6, COM 6 METROS DE FUNDO, PÉ DIREITO DE 4,40 METROS, 2 COLUNAS TORRES DE P.A FLAY DE 1.20 X 1.20, A ESTRUTURA EM FERRO. TETO DE LONA ANTI-CHAMAS, ESCADA DE ACESSO, SAIA FRONTAL, FECHAMENTO LATERAL TELA ANTI-CHAMAS. COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 1. 300,00	R$ 15. 600,00
10	15	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE 01 PALCO MEDINDO 4 X 3, COM 4 METROS DE FUNDO, PÉ DIREITO DE 4,40 METROS, 2 COLUNAS TORRES DE P.A FLAY DE 1.20 X 1.20, A ESTRUTURA EM FERRO. TETO DE LONA ANTI-CHAMAS, ESCADA DE ACESSO, SAIA FRONTAL, FECHAMENTO LATERAL TELA ANTI-CHAMAS. COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO À EXECUÇÃO DOS SERVÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 900,00	R$ 13. 500,00
11	15	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE TENDA 10 X 10 M NA COR BRANCA, CONFECCIONADA NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 590,00	R$ 8. 850,00
12	150	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE TENDA 05 X 05 M NA COR BRANCA, CONFECCIONADA NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 220,00	R$ 33. 000,00
13	50	LOCAÇÃO	LOCAÇÃO DE TENDA 06 X 06 M NA COR BRANCA, CONFECCIONADA NA COR BRANCA, CONFECCIONADA EM MATERIAL RESISTENTE, COMPREENDENDO TRANSPORTE, MONTAGEM E DESMONTAGEM, BEM COMO MATERIAL E PESSOAL NECESSÁRIO PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, SENDO Á LOCAÇÃO PARA DIVERSOS EVENTOS.	R$ 270,00	R$ 13. 500,00
14	1000		GRADES DE PROTEÇÃO – PARA EVENTOS, FESTAS, ISOLAMENTO E SEGURANÇA, PROTEÇÃO OU PASSAGEM, DIMENSÕES 1200 X 2000 MM. ESTRUTURA EM TUDO 25 MM, TRAVA DE ENCAIXE EM LAMINADO, PÉS DE APOIO EM TUBO ESTRUTURAL, PESO 13 KG ACABAMENTO GALVANIZADA, MONTAGEM EM ÂNGULO DE ATÉ 90º LEVE E FÁCIL DE MONTAR OU TRANSPORTAR	R$ 10,80	R$ 10. 800,00
			TOTAL		R$ 119. 550,00

VALOR TOTAL DOS ITENS DA EMPRESA PANTERASOM: R$ 119.550,00 (Cento e dezenove mil quinhentos e cinquenta reais).

As modificações, estão disponíveis no site do município (www.pedrapreta.mt.gov.br).

III – Os demais itens permanecem inalterados.

Sala de Licitações da PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA-MT, situada na Av. Fernando Corrêa da Costa nº 940, Centro, Pedra Preta/MT. Maiores informações poderão ser obtidas pelos fones (066) 3486-4400/4416.

Pedra Preta - MT, 30 de Agosto de 2018.

PAULA CRISTIANE MORAES PEREIRA

Chefe do Departamento de Licitação

DECISÃO ADMINISTRATIVA 005- 2018- PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 001-2018

DECISÃO ADMINISTRATIVA 005/2018

30 DE AGOSTO DE 2018.

Processo Administrativo nº 001/2018

O presente Processo Administrativo nº. 0001/2018, instaurado de Oficio pela Comissão de Sindicância pela Portaria nº. 060/2018 de 07 de fevereiro de 2018, tendo intuito de diligenciar na seara administrativa prováveis irregularidades no certame licitatório Pregão Presencial nº. 029/2017, envolvendo os servidores Publico do Município **JOSIANE CELIZE DA SILVA GOES** (Pregoeira); **LUZANE FRANCISCO GOMES** (Comissão de Licitação); **PAULA CRISTIANE M. PEREIRA** (Comissão de Licitação); **SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES**; **VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA** (Comissão de Licitação); **CRISTIANO VIANA** (Controlador Geral do Município) e **FABIO JEAN LUZINE** (Secretário Municipal de Finanças), todos já qualificada nos autos do Processo Administrativo nº 001/2018.

Sendo as partes envolvidas notificadas a apresentarem suas defesas exercendo o contraditório e a ampla defesa, bem como acostou-se documentação atinente aos autos, acarreando 02 (dois) áudios referente a gravação feita com a ciência de um dos interlocutores, sendo o nascedouro de toda linde processual.

Haja vista que havia suscitação de indícios de oferecimento de vantagens e assegurava a existência de acerto prévio com demais servidores para que assim sagrasse vencedor a empresa **SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES.**

Os autos que consta com 130 páginas, devidamente autuada e mais 02 (dois) arquivos formatados em M4A de 3031kb e 7847kb gravados em um

pen drive, onde foram produzidas de forma a possibilitar que todos os envolvidos tivessem ciência dos termos, permitindo aos envolvidos o exercício da ampla defesa e do contraditório.

Ressalta-se que a instauração do presente processo Admirativo nº 001/2018 fora recomendação da PGM (Parecer Jurídico nº. 008/2018/PGM – fls 94/100) tendo sido acatado e pelo Departamento de Licitação e terem cientificado aas autoridades policiais para que tomassem as devidas providencias cabível. (Oficio 093/2017/PGM).

É o relatório. Decido.

Inicialmente requer definir o Processo Administrativo, e segundo Hely Lopes Meirelles, processo administrativo disciplinar é **"meio de apuração de punição de faltas graves dos servidores públicos e demais pessoas sujeitas ao regime funcional de determinados estabelecimentos da Administração"** (MEIRELLES. 1998. p.567). Ou seja, é utilizado em casos excepcionais em que haja efetiva ofensa à Administração Pública.

Já Cláudio Roza, ao falar sobre a importância do processo administrativo disciplinar indica **que "o ilícito administrativo não apenas ofende a disciplina e a ordem hierárquica, mas sobretudo manifesta falta de lealdade para com o espírito público relativo à finalidade que inspirou a própria formação do Estado, e também falta de lealdade para com a instituição a que, por seu cargo, estiver vinculado."** (ROZA, p. 166).

Portanto o servidor público que pratica um ilícito administrativo deve receber um punição adequada e proporcional a sua conduta, cuja aplicação é feita com discricionariedade pela autoridade julgadora que considerará a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o serviço público, etc. (BITTENCOURT, 2005. p. 107).

Definido a natureza do Processo Administrativo observemos a sua legalidade e vale ressaltar que foram verificados todos os princípios constitucionais e em especial ao da legalidade, que obviamente remete à instauração do processo dentro das normas pré-estabelecidas na legalidade, onde segue o rito adequado, sem que haja subtração a princípios, direitos e garantias dos acusados, sob a égide da penalização de invalidação do ato.

Neste sentido é o entendimento jurisprudencial, como segue abaixo:

CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ATO ADMINISTRATIVO. SEM GARANTIA DE AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. ILEGALIDADE. NECESSÁRIA OBSERVÂNCIA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DAS GARANTIAS CONSTITUCIONAIS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. RECURSO IMPROVIDO. 1. As garantias fundamentais do devido processo legal e do contraditório e da ampla defesa devem ser observadas na anulação de atos administrativos, pelo que a convocação de nova eleição, sem prévia comunicação ao administrado eleito regularmente para o cargo de diretor, repercute em ato imotivado. 2. Conhecido e improvido à unanimidade. TJ-PA - Agravo de Instrumento AI 00029551820158140000, BELÉM (TJ-PA). Data de publicação: 12/04/2016.

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. NULIDADE DE ATO ADMINISTRATIVO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. INAFASTABILIDADE. GARANTIAS CONSTITUCIONAIS AOS LITIGANTES EM GERAL.

1. A ampla defesa e o contraditório são garantias constitucionalmente asseguradas também aos litigantes em processo administrativo (CF, art. 5º, LV). 2. É nulo o ato administrativo que se aparta dessas garantias. 3. A participação efetiva do sindicato em procedimentos periciais e oitiva de testemunhas que apurariam a suposta falta funcional, é imprescindível à regularidade do procedimento. 4. Apelação e remessa oficial improvidas. Sentença mantida. (TRF -1- AC 32853 MG 1997.01.00.032853-5, Relator JUIZ ALOISIO PALMEIRA LIMA, Data Julgamento 30 de Outubro de 2000, PRIMEIRA TURMA, data **Publicação** 13/11/2000 DJ p.8).

Desta feita observados os requisitos legais do procedimento administrativo, mediante a oferta de possibilidades de defesa e ainda o acesso irrestrito aos autos, é de se reconhecer a legalidade dos atos administrativos em tela.

Vale ressaltar que a lei Municipal nº. 459 de 2006 dispões de maneira genérica sobre a aplicação da Lei federal nº. 9.784 de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal nos processos administrativos do Município.

Além disso, recentemente a Lei Municipal nº. 999/2017 que instituiu o *"processo Administrativo para apuração e aplicação de eventuais sanções e3m virtude de descumprimento de contratos administrativos*" regula tão somente os atos praticados após o termo inicial da constatação, não nos resguardando quanto as praticas anteriores, como é o dos autos.

Valemos então do que dispões a Lei licitatória:

*Art. 82. Os agentes administrativos que praticarem atos em desacordo com os preceitos desta Lei ou **visando a frustrar os objetivos da licitação** sujeitam-se às sanções previstas nesta Lei e nos regulamentos próprios, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal que seu ato ensejar.*

Art. 83. Os crimes definidos nesta Lei, ainda que simplesmente tentados, sujeitam os seus autores, quando servidores públicos, além das sanções penais, à perda do cargo, emprego, função ou mandato eletivo.

Quanto aos tipos de sanção administrativa, enumerou o dispositivo federal:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

***III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos**;*

***IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade**, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.*

§ 1o Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2o As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3o A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

Art. 88. As sanções previstas nos incisos III e IV do artigo anterior poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por esta Lei:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

Cabe ainda ventilar os ditames do artigo 193 da lei Municipal 075/1998 onde elenca as penalidades disciplinares quais sejam: ***I – advertência; II - suspenção; III - demissão; IV – cassação de disponibilidade ou de aposentadoria; V – destituição do cargo de comissão.***

Passando a analisar o caso concreto, verificando o ato em apartado e a conduta da Servidora Municipal efetiva **JOSIANE CELIZE DA SILVA GOES** (Pregoeira), há de salientar que não há indícios de conduta delitiva que venha a ser punido dentro o ordenamento jurídico.

Haja vista que em seu depoimento fls 38/40*, "narra que o representante da empresa veio à prefeitura no período da manhã para protocolar os documentos. Fora questionada se seria Sra. Paula Cristiane Morais, falando que não era, e que a mesma estava em Rondonópolis. Que nessa conversa o mesmo (representante da empresa **SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES),** questionava se teria mais alguma empresa participando da licitação. Onde respondeu que sim. Momento em que fora coagida a confeccionar um documento para as outras empresas interessadas no pregão, a fim de, dizer que não havia mais o certame. Diante da negativa insistiu que já tinha deixado tudo acertado que ele seria o vencedor do referido pregão. Que diante da recusa fora ofertado o valor de R$ 12.000,00 a R$ 14.000,00 em dinheiro pelo interlocutor para que fosse cumprido o acertado. O que fora negado novamente. Que neste momento dirigiu-se a Secretária de Finanças com o intuito de coagir o secretário para o cumprimento do acordo".*

Assim, não há como garantir o envolvimento da referida Serventuária Municipal efetiva no ato delitivo em questão, por não ensejar provas robustas que venha a configurar um ato delituoso punível por lei.

Pelo contrario a Servidora denunciou o ato e fora portadora dos meios para gravar o representante da empresa SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES**,** conforme se verifica em áudio anexo aos autos.

E no depoimento do Servidor Publico CRISTIANO VIANA, onde narra que recebeu da Pregoeira os áudios contendo a narrativa por parte do representante da SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES.

Sendo cristalina a falta de materialidade delitiva quanto a Servidora Pública Municipal efetiva JOSIANE CELIZE DA SILVA GOES, Pregoeira à época dos fatos.

Quanto aos denunciados VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA e CRISTIANO VIANA, compulsando os autos verifica-se que ambos não configuram como polos passivos da relação e tão pouco participaram dos atos narrados no Processo Administrativo, já que a Sra. Vilma (fls. 17/20), já não fazia parte do quadro de servidores municipal a época dos fatos e o Sr. Cristiano (fls.17/20), faz parte do quadro da Controladoria Geral do Município como fiscal da Lei e no caso em tela fora suscitado a tomar as providencias cabíveis e o fez com a devida legalidade, não ensejando conduta delitiva a ambos. (fls.17/20).

Já o denunciado FABIO JEAN LUZINE, em todos os interrogatórios verifica-se que manteve-se isento de ato delitivo, no áudio trazido em tela verifica-se a lisura da atuação do denunciado em rechaçar tento a ideia de que a própria Administração Publica Municipal, quanto a pessoa do Prefeito coadunam com o ato delitivo proposto pela empresa SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES.

A Servidora Pública nomeada PAULA CRISTIANE M. PEREIRA, em seu depoimento narra que no dia do fato estava fora do Passo Municipal, e que em contato com a servidora Luzine soube dos fatos.

Alega que tomando conhecimento socorreu-se na Procuradoria Municipal onde fora orientada a procurar a Policia Federal e relatar os fatos, e foi o que fez, denunciando os fatos a PF.

Tanto pelos depoimentos quanto pelos áudios acostados nos autos verifica-se a ausência de culpa e ou dolo que enseje conduta capaz de gerar ato punitivo.

Quanto aos atos da empresa **SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES**, verifica-se que houve intenção delitiva de corromper servidor publico municipal, com o oferecimento de vantagem indevida para a obtenção de vantagens e lucro na participação do Certame, ou seja, Pregão Presencial nº. 029/2017.

Nos depoimentos perante a Comissão Processante e diante da Controladoria Municipal, todos os depoentes confirmam o ato delitivo, quanto a vontade de usar do poder financeiro para obtenção de vantagens na participação do Pregão que ocorria na época dos fatos.

Verifica-se também que o denunciado o Sr. Bruno Schereiner sócio proprietária da empresa **SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES, incorreu no delito descrito nos artigos 90 da Lei 8.666/93.**

Art. 90. Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação:

Pena - detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

O tipo delitivo esta configurado ***em fraudar, mediante ajusta, combinação ou qualquer outro expediente***, o caso em tela perfila-se em oferecer vantagem indevida para ter competitividade privilegiada no Certame do Pregão 029/2017. (grifo nosso).

A infração penal disposta no art. 90 da Lei 8.666/93 viola de maneira frontal a finalidade da licitação (possibilitar a igualdade de oportunidades em competição entre terceiros para contratar com a Administração Pública, evitando apadrinhamentos, favoritismos e perseguições).

Portanto, aquele que frustra ou frauda, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação, pratica crime e está sujeito à pena de detenção, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

No caso deste artigo, não há dúvidas de que se trata de crime formal, bastando a conduta dolosa, e o tipo penal exige a intenção de obter a vantagem, portanto, temos o dolo específico. De acordo com a 2º Turma do STF:

Ementa: PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. ART. 90 DA LEI 8.666/1993. FORMAÇÃO DE QUADILHA. ART. 288 DO CÓDIGO PENAL. INÉPCIA DA INICIAL. FALTA DE INDICAÇÃO INDIVIDUALIZADA DAS CONDUTAS DELITIVAS. NÃO OCORRÊNCIA. FRAUDE À LICITAÇÃO. CRIME FORMAL. INVIABILIDADE DE ANÁLISE DE FATOS E PROVAS NA VIA DO HABEAS CORPUS. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA. 1. A jurisprudência desta Corte firmou entendimento no sentido de que a extinção da ação penal, de forma prematura, pela via do habeas corpus, somente se dá em hipóteses excepcionais, nas quais seja patente (a) a atipicidade da conduta; (b) a ausência de indícios mínimos de autoria e materialidade delitivas; ou (c) a presença de alguma causa extintiva da punibilidade. 2. A inicial acusatória narrou de forma individualizada e objetiva as condutas atribuídas ao paciente, adequando-as, em tese, aos tipos descritos na peça acusatória. 3. O Plenário desta Corte já decidiu que o delito previsto no art. 90 da Lei 8.666/1993 é formal, cuja consumação dá-se mediante o mero ajuste, combinação ou adoção de qualquer outro expediente com o fim de fraudar ou frustar o caráter competitivo da licitação, com o intuito de obter vantagem, para si ou para outrem, decorrente da adjudicação do seu objeto, de modo que a consumação do delito independe da homologação do procedimento licitatório. 4. Não há como avançar nas alegações postas na impetração acerca da ausência de indícios de autoria, questão que demandaria o revolvimento de fatos e provas, o que é inviável em sede de habeas corpus. Como se sabe, cabe às instâncias ordinárias proceder ao exame dos elementos probatórios colhidos sob o crivo do contraditório e conferirem a definição jurídica adequada para os fatos que restaram devidamente comprovados. Não convém, portanto, antecipar-se ao pronunciamento

das instâncias ordinárias, sob pena de distorção do modelo constitucional de competências. 5. Ordem denegada. (STF, HC 116680 / DF, Segunda Turma, Rel. Min. TEORI ZAVASCKI, DJe de 12-02-2014). (Destacamos).

A infração penal disposta no art. 95 da Lei 8.666/93 insulta os princípios licitatórios, pois deixa prevalecer às perseguições e corrupção tão presentes neste meio atualmente.

Destarte, configura crime **afastar ou procurar afastar licitante**, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou ***oferecimento de vantagem de qualquer tipo***, com pena de detenção que varia de 02(dois) a 04(quatro) anos, além de multa e da pena correspondente à violência.

Pelo exposto nos autos do Processo Administrativo em tela configura-se a conduta delitiva contra a Empresa **SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES, cabendo a Administração Publica Municipal aplicar as sanções que melhor aprouver e esteja em consonância legal.**

Assim, não havendo indícios de autoria e materialidade quanto aos atos envolvendo os agentes públicos nomeados e de carreira PAULA CRISTIANE M. PEREIRA, JOSIANE CELIZE DA SILVA GOES, VILMA LIRA NOGUEIRA MASSUIA, FABIO JEAN LUZINE e CRISTIANO VIANA, absolvo de toda conduta narrada no presente Processo Administrativo, não ensejando materialidade delitiva nos atos praticados, absolvo-os das acusação lançadas sobre os mesmos.

Quanto a Empresa **SCHREINER INDÚSTRIA DE REFRIGERADORES** e seu Administrador o Sr. Bruno Schreiner, cabe a penalização pelos delitos acima descritos.

Desta feita esta Comissão Processante agindo de forma a buscar a certeza jurídica aplica a pena de suspensão de participar das Licitações com a Prefeitura Municipal de Pedra Preta/MT pelo prazo de 06 (seis) meses pelos crimes cometidos na tentativa de obtenção de vantagens indevidas.

Informe a denunciada da pena aplicada pelos meios disponíveis de comunicação disponibilizados pelo Departamento de Licitação, abrindo prazo de recurso, após não havendo recuso arquive-se.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS TRINTA DIAS DO MÊS DE AGOSTO DO ANO DE 2018.

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

EDITAL COMPLEMENTAR 011/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO/MT

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO EDITAL 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR 011/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA ENTREVISTA TÉCNICA

A Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, por intermédio da Comissão do Processo Seletivo, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os candidatos classificados conforme Edital 001/2018 para Entrevista Técnica, conforme segue:

Artigo 1º - A Entrevista Técnica para os candidatos dispostos no Anexo I – Ampla Concorrência, será na data de 03/09/2018 e 04/09/2018 das 07h00 ás 11h00 e das 13h00 ás 17h00.

Artigo 2º - Os candidatos deverão comparecer na Secretária Municipal de Saúde, localizada a Avenida Rotary Internacional, S/N, Bairro Bela Vista, Peixoto de Azevedo-MT.

Artigo 3º - Os candidatos deverão comparecer ao local munidos de documentos pessoais, documento comprobatório de conclusão do ensino médio e comprovante de endereço ou declaração de residência autenticada.

Peixoto de Azevedo - MT, 28 de agosto de 2018. Comissão do Processo Seletivo. Presidente: Clarice Vieira de Bomfim Secretaria: Marlene Barbosa Lopes Membro: Anielly Martines Bras Membro: Waldilson de Freitas Membro: Edimir Teixeira dos Santos

Anexo I – Ampla Concorrência

ACS – PSF 01 – IRMÃ ADELIS MICRO ÁREAS 01

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática
5	25207725	31/08/1997	165011	ALINE MOTA ULRICH	50,00	10,00	5,00	10,00	25,00

ACS – PSF 04 – ANTONIO AMARO BAIRRO CENTRO ANTIGO MICRO ÁREAS 19

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática
5	6307564	11/11/1993	165035	LAIANE GOMES DOS SANTOS	55,00	20,00	15,00	20,00	0,00
6	23066199	07/06/1997	165220	THYODREN DA SILVA SALES	55,00	20,00	15,00	10,00	10,00
7	23057599	28/03/1994	165386	LUANA PEREIRA BRASIL	55,00	15,00	10,00	25,00	5,00
8	7839235	02/08/1973	164803	GILZILENE PEREIRA DE SOUZA	55,00	15,00	10,00	20,00	10,00
9	23689404	08/11/1992	163941	JEFFERSON RODRIGUES DE LIMA	55,00	15,00	15,00	15,00	10,00
10	2880655-7	26/06/2000	165321	ROSEANE DOS SANTOS RODRIGUES	50,00	20,00	10,00	20,00	0,00
11	0511162620146	09/08/1997	164204	LILIAM FRANCISCA LIMA DOS SANTOS	50,00	10,00	10,00	20,00	10,00
12	2413124-5	18/04/1974	165188	EDINÉIA APARECIDA DA SILVA	50,00	10,00	15,00	10,00	15,00

13	27904385	27/12/1998	164230	SABRINA STTEFANI CUNHA ALMEIDA	50,00	10,00	15,00	10,00	15,00

ACS – PSF 04 – ANTONIO AMARO BAIRRO CENTRO ANTIGO MICRO ÁREAS 78

Clas.	Documento	Data de Nascimento	Inscrição	Candidato	Total	Conhecimentos Específicos	Conhecimentos Gerais	Língua Portuguesa	Matemática
5	29263263	03/06/1982	165174	ARTEMISA TAVEIRA DE MELO GASPAR	50,00	10,00	20,00	10,00	10,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

PREFEITURA
TERMO DE RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004/2018

TERMO DE RESCISÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2018

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ-MT.**

Contratada: **FAM COMÉRCIO DE ASFALTOS EIRELLI - ME**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA RESCISÃO - Fica RESCINDIDA a Ata de Registro de Preços **Nº 004/2018**, nos termos do Art.19 do Decreto Federal Nº 7.892 de 23 de Janeiro de 2013.

PARÁGRAFO ÚNICO: Integram este termo para fins legais**,** Ofício nº 098/2018/SINFRA/MT, datado em 30de Agosto de 2018, justificando a Rescisão.

Poconé, 30 de agosto de 2018

ATAIL MARQUES DO AMARAL

Prefeito Municipal de Poconé

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 034/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: TRICATE COMÉRCIO DE PEÇAS PARA TRATORES EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 10: 45%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 14: 45%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 15: 45,0%

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: NE EQUIPAMENTOS PEÇAS E LOCAÇÃO MÁQUINAS LTDA

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 03: 45,1%

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 033/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: BIELMAQ COMÉRCIO DE PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA EPP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 08: 45,1%

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 035/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: ALMEIDA FILHO E CHAVES MARTINS LTDA-ME

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 04: 33,5%

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 030/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: SÓ ONIBUS COMERCIO E SERVIÇOS EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 01: 33,5%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 02: 7%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 05: 7%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 07: 33,1%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 12: 33,5%

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 031/2018

PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS 029/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA.

CONTRATADA: TNOVE COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO PARCELADA DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA OS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL

DATA DA ASSINATURA: 27 DE AGOSTO DE 2018.

VALIDADE: 12 DE MESES.

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 06: 33,1%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 09: 33,1%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 11: 33,0%

VALOR DE DESCONTO NO LOTE 13: 33,5%

LUCIANA FERREIRA LEAL

PRESIDENTE CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 45/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2018 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 45/2018 – do tipo menor preço por item. **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para fornecimento de 02 VEICULO TIPO PICK-UP conforme Contrato de Repasse nº 809313/2014 / MINISTERIO DA GRICULTURA, PECUARIA E ABASTECIMENTO/CAIXA PROCESSO Nº 2628.1020519-15/2014 Publica, para atender a secretaria municipal de Agricultura e secretaria de obras - Iluminação Publica. **Data de Abertura/Recebimento das propostas/credenciamento/julgamento: 25/09/2018 as 9h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Porto Alegre do Norte, 30 de Agosto de 2018.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 40/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2018 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 40/2018 – do tipo menor preço por item. **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual contratação de empresa para Aquisição de Brinquedos Educativos e Recreativos para atender a Secretaria de Educação processo 23400017160201311 Recurso do FNDE. **Data de Abertura/Recebimento das propostas/credenciamento/julgamento: 19/09/2018 as 9h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Porto Alegre do Norte, 30 de Agosto de 2018.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 201/2018 LICENÇA PRÊMIO

PORTARIA Nº 201/2018

27/08/2018

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 119 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder LICENÇA ESPECIAL (Prêmio por Assiduidade), conforme o Art. 55 da Lei Municipal 617/2010, à servidora efetiva abaixo relacionada:

ü **ROSA AMELIA MENDES DE OLIVEIRA**, Auxiliar de Nutrição Escolar Profissionalizado, portadora da CIRG nº 16888146 SSP/MT, CPF nº 008.629.071.10, Matricula funcional nº 345, lotada na Secretaria Municipal de Educação (FUNDEB 40%). Durante o período de 29/08/2018 à 27/11/2018, totalizando 90 (noventa) dias, referente ao período aquisitivo: 2009/2014. Retornando à suas funções normais em 28/11/2018.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação e revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 27 de agosto de 2018.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 198/2018 LICENÇA MATERNIDADE

PORTARIA Nº 198/2018

23/08/2018

DANIEL ROSA DO LAGO, Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferido pela Lei Orgânica do Município, consubstanciado no artigo 119 da Lei Municipal nº 148/1992,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Conceder **LICENÇA MATERNIDADE** a servidora em caráter de efetivo: senhora **ERICA SENA DORTA METKE**, Recepcionista, portadora da CIRG 25289284 SEJSP/MT, CPF 054.440.111.58, matrícula funcional nº 1243, lotada na Secretaria Municipal de Saúde (Atenção Básica), município de Porto Alegre do Norte – MT, durante o período de 120 (cento e vinte) dias, iniciando o período a licença em 21/08/2018 e término dia 18/12/2018 (retorno ao trabalho dia 19/12/2018), conforme o Artigo 126 da Lei Municipal nº 148/92.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, retroagindo seus efeitos a 21/08/2018, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 23 de agosto 2018.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 43/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2018 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 43/2018 – do tipo menor preço por item. **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COM MOTORISTA - VEICULO TIPO ONIBUS PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. **Data de Abertura/Recebimento das propostas/credenciamento/julgamento: 14/09/2018 as 9h00min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Porto Alegre do Norte, 30 de Agosto de 2018.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 004/2018/SECEL/PAN/MT E REGULAMENTO

PORTARIA Nº 004/2018/SECEL/PAN/MT

Aprova o Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte-MT e dá outras providências.

O Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, **Sr.º ANGELO LUIZ DA SILVA** do Município de Porto Alegre do Norte, no uso de suas atribuições e considerando o disposto no Decreto nº 979 de 21 de Setembro de 2018, que convoca a I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte e o Regulamento da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso.

RESOLVE:

Art. 1º - A I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte será realizada em 20 de Setembro de 2018.

Art. 2º - Fica o Departamento de Cultura responsável pelas providências operacionais para a realização da I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte.

Art. 3º - Os casos omissos e conflitantes do Regulamento da I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte serão decididos pela Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Publicada, registrada, cumpra se.

Porto Alegre do Norte MT, 22 de agosto de 2018.

_____

Prof. ANGELO LUIZ DA SILVA

Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Porto Alegre do Norte-MT

Portaria 038/2017

REGULAMENTO DA I CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA DE PORTO ALEGRE DO NORTE-MT

CAPÍTULO I

DOS OBJETIVOS

Art. 1º - A I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte, convocada através do Decreto nº. 979, de 21 de agosto de 2018, é parte integrante da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso, e tem por objetivos:

I - Discutir a cultura do município nas suas dimensões simbólica, cidadã e econômica; **II -** Propor estratégias para o fortalecimento da cultura como centro dinâmico do desenvolvimento econômico e social;

III - Promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

IV - Propor estratégias para democratizar o acesso dos habitantes de Porto Alegre do Norte à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

V - Propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

VI - Aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VII - Fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais;

VIII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura e dos Sistemas de Informações e Indicadores Culturais, bem como do Plano Estadual de Cultura;

IX - Eleger os delegados municipais para a etapa estadual da IV Conferência de Cultura de Mato Grosso a ser realizada em data e local definidos pela Secretaria de Estado da Cultura.

CAPÍTULO II

DO TEMÁRIO

Art. 2º - A I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte realizará seus trabalhos a partir do tema geral da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso: "CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL"

§ **1º** O diálogo sobre o tema deverá ser desenvolvido de modo a articular as políticas de cultura e suas diretrizes nos níveis municipais e estaduais de maneira transversal.

§ **2º** O temário será subsidiado por textos-base elaborados pela Secretaria de Estado da Cultura ou pelo Município, a partir de eixos e sub-eixos temáticos.

Art. 3º - Constituirão eixos e sub-eixos temáticos da I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte:

EIXO 1 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO

GT 1 – Gestão e Implantação do CPF–Conselho, Plano e Fundo

GT2 – Financiamentos para a Cultura

GT3 - Economia Criativa e Inovação.

EIXO 2 – POLÍTICA CULTURAL E CIDADANIA

GT1 – Democracia, Cidadania e Diversidade

GT2 – Patrimônio, Memória e Biblioteca.

CAPÍTULO III

DA REALIZAÇÃO, ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

Art. 4° - A I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte será realizada no **dia 21 de Setembro de 2018**, e terá caráter mobilizador, propositivo e eletivo.

Art. 5º A I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte será presidida pelo Prefeito Municipal e, na sua ausência ou impedimento, pelo Chefe do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, **Sr.ª ROSA DILMA DA SILVA**.

Art. 6º - Para a organização e desenvolvimento de suas atividades, a I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte contará com a **Comissão Organizadora Municipal** que será composta por 7 (sete) membros, entre representantes do poder público municipal e entidades não governamentais, assim definidos:

I – Representantes da Área Governamental

a) ANGELO LUIZ DA SILVA CPF: 990.141.491-15 b) ROSA DILMA DA SILVA CPF: 545.829.891-87 c) BRYZZA LAYANNE CAVALCANTE CPF: 014.683.271-00 d) FERNANDA DIVINA SOARES CPF: 009.735.311-69

II – Representantes de Instituições Convidadas (Sociedade Civil):

a) ROBERVAL ARAÚJO LOPES CPF: 004.889.561-02 b) MATHEUS ARAÚJO DA SILVA BADARÓ CPF: 047.363.331-03 c) LUIZ CARLOS EVANGELISTA CPF: 981.855.301-68

Parágrafo único. A Coordenação Geral da Comissão Organizadora Municipal será exercida pelo Chefe do Departamento de Cultura da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, **Sr.ª ROSA DILMA DA SILVA**.

Art. 7º - Compete à Comissão Organizadora Municipal, respeitadas as definições deste Regulamento e do Regulamento da IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso:

I – propor critérios de participação da sociedade civil,

II – definir o local, a pauta e a programação da Conferência;

III- estabelecer as regras adicionais, realizar as articulações necessárias e programar as condições de organização da Conferência Municipal.

§ 1° A Comissão Organizadora Municipal enviará ao Comitê Executivo Estadual as informações relacionadas aos incisos I e II deste artigo, **até 10 (DEZ) dias corridos após a data da publicação da convocação).**

§ 2° Os Eixos Temáticos da Conferência Municipal irão contemplar o temário estadual, sem prejuízo das questões locais.

§ 3º A Comissão Organizadora Municipal enviará à Comissão Organizadora Estadual IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso, o Relatório Final, bem como a relação dos delegados que serão inscritos para etapa Estadual, em formulário definido pela Secretaria de Cultura, **até o dia 05/10/2018.**

Art. 8º - As despesas para realização da I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte, bem como as despesas de transporte para a participação dos delegados municipais na IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso serão custeadas pela Prefeitura Municipal ou por colaborações provenientes de pessoas, instituições e órgãos parceiros.

CAPÍTULO IV

DOS PARTICIPANTES

Art. 9º - A I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte será integrada por artistas, agentes e produtores, grupos e entidades culturais, pontos de cultura, professores e estudantes, representações de movimentos relacionados à promoção da cultura, da paz, da juventude, do meio ambiente, do turismo, do desenvolvimento social, comunidades indígenas e quilombolas, bem como pessoas interessadas em contribuir com o processo de formulação e implementação de políticas culturais.

Art. 10 - A escolha de delegados municipais para a IV Conferência de Cultura do Estado de Mato Grosso levará em consideração a proporção de 2/3 da sociedade civil e 1/3 do poder público.

Art. 11 - O número de delegados a serem eleitos e o quórum mínimo da conferência deverá obedecer a proporção abaixo:

Municípios/População	Nº Delegados	Quórum
Municípios com mais de 100 mil habitantes	Máximo de 30 Mínimo de 15	Mínimo de 65 participantes
Municípios com população entre 40 mil e 100 mil habitantes	Máximo de 18 Mínimo de 09	Mínimo de 45 participantes
Municípios com população entre 20 mil e 40 mil habitantes	Máximo de 09 Mínimo de 06	Mínimo de 35 participantes
Municípios com população até 20 mil habitantes	03 delegados	Mínimo de 25 participantes

§ 1º Para cada delegado titular selecionado deverá ser indicado um suplente correspondente, que será credenciado perante comprovada ausência do titular.

§ 2º A eleição de representações da sociedade civil deverá recair preferencialmente dentre pessoas com efetiva participação e contribuição para a cultura no município, no território ou no estado, devendo pertencer a segmentos diversos.

§ 3º As indicações de representação dos poderes públicos deverão recair, preferencialmente, em pessoas que atuem em órgãos ou comissões municipais relacionadas à cultura.

§ 4º Os municípios que optarem em realizar as conferências intermunicipais ou regionais deverão somar o número de habitantes dos municípios participantes para definição do número de delegados e quórum especificadas no caput.

CAPÍTULO V

DA VALIDADE DA CONFERÊNCIA

Art. 12 - Para que a Conferência Municipal seja válida para a etapa estadual será necessária a comprovação de quórum mínimo de 25 (vinte e cinco) participantes, observada a representação da sociedade civil e da área governamental.

Art. 13 - Os casos omissos da I Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte serão dirimidos pela Comissão de Organização.

Porto Alegre do Norte, 23 de Agosto de 2018.

_____

Prof. ANGELO LUIZ DA SILVA

Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer

Porto Alegre do Norte-MT

Portaria 038/2017

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 979/2018 CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

DECRETO Nº. 979/2018

21/08/2018

CONVOCA A CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE CULTURA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, **Sr. DANIEL ROSA DO LAGO**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento na Lei nº 10.362, de 27 de janeiro de 2016, que institui o Sistema Estadual de Cultura.

DECRETA:

Art.1º- Fica convocada a Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte-MT a ser realizada no dia 20 de Setembro de 2018, sob a coordenação da Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer.

Art.2º- A Conferência Municipal de Cultura tem por objetivos:

I - discutir a cultura Mato - Grossense nas suas dimensões cidadã, simbólica e de desenvolvimento;

II - promover o debate entre artistas, produtores, conselheiros, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e demais protagonistas da cultura, valorizando a diversidade das expressões e o pluralismo das opiniões;

III - propor estratégias para descentralizar e democratizar o acesso dos cidadãos à produção e à fruição dos bens e serviços culturais;

IV - propor estratégias para a consolidação dos sistemas de participação e controle social na gestão das políticas públicas de cultura;

V - aprimorar e propor mecanismos de articulação e cooperação institucional entre os entes federativos e destes com a sociedade civil;

VI- fortalecer e facilitar a formação e funcionamento de fóruns e redes de artistas, agentes, gestores, estudiosos e pesquisadores, investidores e ativistas culturais;

VII - Propor estratégias para a implantação dos Sistemas Estadual e Municipais de Cultura;

VIII- propor estratégias para o desenvolvimento econômico e social a partir da cadeia produtiva da cultura.

Art.3º - A Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte-MT terá como tema geral: **"CULTURA COMO VETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL"**.

§1º A Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte-MT terá como temas específicos:

EIXO 1 – GESTÃO E DESENVOLVIMENTO

GT 1 – Gestão e Implantação do CPF – Conselho, Plano e Fundo;

GT2 – Financiamentos para a Cultura;

GT3 - Economia Criativa e Inovação;

EIXO2–POLÍTICA CULTURAL E CIDADANIA

GT1 – Democracia, Cidadania e Diversidade;

GT2 – Patrimônio, Memória e Biblioteca.

Art.4º - A Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer expedirá as normas complementares para a execução deste Decreto.

Art.5º- Fica o Secretário de Educação, Cultura, Esportes e Lazer autorizado a:

I- aprovar e promover a publicação do Regulamento da Conferência Municipal de Cultura de Porto Alegre do Norte-MT;

II- dirimir dúvidas e solucionar os casos omissos da convocação objeto deste Decreto.

Art.6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 21 de agosto de 2018.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E

_____

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 44/2018 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, através de seu Pregoeiro Oficial, nomeado pela portaria nº. 05/2018 comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 44/2018 – do tipo menor preço por item. **OBJETO:** Registro de Preço para Futura e Eventual Contratação de empresa para Prestação de Serviço de Exames Diversos, (ULTRASSONOGRAFIA, ELETROCARDIOGRAMA, MAPA, HOLTER, ESPIROMETRIA....e outros) para atender a secretaria de Saúde em Porto Alegre do Norte-MT. **Data de Abertura/Recebimento das propostas/credenciamento/julgamento: 21/09/2018 as 14h00-min,** local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78. 655-000, Porto Alegre do Norte/MT**.** O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Porto Alegre do Norte, 30 de Agosto de 2018.

Mônica Pereira da Silva

Pregoeiro (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

RECURSOS HUMANOS
DECRETO N.º 042 DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

"Cria e nomeia o **CIES** Municipal de Educação Permanente em Saúde –, como grupo condutor das ações de Educação Permanente em Saúde no município de Reserva do Cabçal/MT".

Tarcisio Ferrari, Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal, no exercício de suas atribuições legais, e

CONSIDERANDO as Portarias do Ministério da Saúde nº. 198/GM de 13 de fevereiro de 2004, a Portaria nº. 1996 de 20 de agosto de 2007, que instituem e dispõem sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde e a Portaria N° 278/GM/MS de 27/02/2014 que institui as diretrizes para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde, no

âmbito do Ministério da Saúde (MS) e demais normas pertinentes a matéria.

D E C R E T A:

Artigo 1°- Fica criado a CIES (Comissão de Integraçao de Ensino e Serviços Municipal de Educação Permanente em Saúde – para implantar o plano de trabalho municipal na área da educação permanente em saúde, com ações metas, mecanismos de monitoramento e demais compromissos no que tange a aplicação da legislação pertinente a matéria.

Artigo 2°- A Comissão de Educação Permanente - CIES tem por finalidade ser um grupo condutor atuando como espaço do saber interinstitucional de formação, capacitação, habilitação e educação permanente de recursos humanos para a preparação destes para o trabalho em toda a rede municipal na abrangência do município de Reserva do Cabaçal/MT.

Artigo 3°- A Comissão de Educação Permanente - **CIES** tem por finalidade atuar em parceria com a **CIES Regional de Cácere-MT**, as demais Secretarias Municipais de Reserva do Cabaçal, as Escolas Técnicas do SUS e demais Escolas Estaduais e Municipais de Reserva do Cabaçal e ainda órgãos que atuarem nas atividades para a implementação da Política de Educação Permanente em Saúde.

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

_____

TARCÍSIO FERRARI.

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 126/2018 , DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO

DE INTEGRAÇAO DE ENSINO E SERVIÇOS DE EDUCAÇAO PERMANENTE MUNICIPAL DA CIDADE DE RESERVA DO CABAÇAL -MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

TARCISIO FERRARI, Prefeito do Município de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1° - Ficam nomeados a Coordenação e os membros para constituir a Comissão de Integraçao de Ensino e Serviços de educação Permanente Municipal de Reserva do Cabaçal-MT;

Coordenadora da Comissão de Integração de Ensino e Serviços de Educação Permanente de Saúde Municipal.

Jane Faria Vanzzella

Membros da Comissão de Integraçao de Ensino e Serviços de Educação Permanente Municipal:

Silmara Guariero Paulo

Lindomar da Silva Costa

Josiane Pereira de Souza

Michellhe Karla Alves Andrade

Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL RESERVA DO CABAÇAL, 30 DE AGOSTO DE 2018.

Tarcisio Ferrari

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

GABINETE
DECRETO N° 1744/2018 "PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA CORRESPONDESTE AO EDITAL N°001/2016, 002/2016 E 003

DECRETO n° 1744/2018

DATA: 30 DE AGOSTO DE 2018

"PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DO CURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA CORRESPONDESTE AO EDITAL N°001/2016, 002/2016 e 003/2016".

LUZIA NUNDES BRANDÃO, Prefeita Municipal Interina de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com base na lei orgânica do município;

Considerando o quanto disposto no art.37, II da Constituição Federal;

Considerando os princípios Constitucionais de transparência, legalidade e impessoalidade;

DECRETA

Art. 1º - Fica prorrogado por 02 (dois) anos, o prazo de validade de Concurso Público para provimento de cargos efetivos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira, correspondente aos editais n°001/2016, 002/2016 e 003/2016, com homologação final em 31 de agosto de 2016.

Art. 4° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL

EM, 30 DE AGOSTO DE 2018.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeito Municipal Interina

RECURSOS HUMANOS
EDITAL CONVOCAÇÃO CONCURSO 009/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 009/2018

CONCURSO 001/2016

O **Prefeito Municipal** no uso de suas atribuições legais e regimentais, e considerando a Homologação do resultado do Concurso Público 001/2016, através do Decreto n°1611/2016 e Decreto n°1617/2016 para provimento de cargos pertencentes ao Quadro de Pessoal efetivo da Administração Pública Municipal, ***CONVOCA*** os candidatos habilitados relacionados no Anexo I deste Edital com vistas à nomeação para cargos efetivos, observada as seguintes condições:

DA ENTREGA DOS DOCUMENTOS E ASSINATURA DO TERMO INTERESSE NA VAGA

1.0 Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital, deverão comparecer no

Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, na Avenida Padre João Bosco, n° 2067, Centro, Ribeirão Cascalheira, a partir do dia 30/08/2018 a 30/09/2018, no horário das 07:00 hs ás 13:00 hs para entrega dos documentos relacionados no Anexo II deste Edital e para assinatura do Termo de Interesse na vaga.

1.1 Os candidatos serão atendidos conforme data e horário combinado.

1.2 A falta de quaisquer documentos constante no anexo II implicará a perda do direito á posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital, implicará a perda do direito á posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado/classificado.

1.4 È de única e exclusiva responsabilidade do candidato a abertura de conta para recebimento de seus vencimentos pelo Banco Bradesco. O candidato, antes de proceder a entrega dos documentos relacionados no anexo II do presente Edital, na hora e data designados no item 1, deverá comparecer a um Correspondente Bancário Bradesco, a fim de realizar a abertura de conta.

DA AVALIAÇÃO MÉDICA

2.0 A avaliação dos exames e a emissão atestado médico de aptidão física e mental serão realizadas pela perícia oficial do Município dar-se-á, conforme portaria a ser publicada em momento anterior à posse.

2.1 Os Exames médico constante no anexo II deverão ser realizado com antecedência, no máximo 30 dias da data prevista para avaliação médica.

2.2 A não realização da avaliação médica e não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.

DA POSSE

4.0 Cumpridas às exigências do presente edital, será dada a posse ao candidato observando prazo disposto no item 1 deste edital.

Ribeirão Cascalheira – MT, 29 de agosto de 2018.

Luzia Nunes Brandão

Prefeita Municipal Interina

ANEXO I

Agente Administrativo – Carga horária 40 horas semanais

Classificação	Inscrição	Nome
11°	839	Marcelo Fernandes Bispo

ANEXO II

Relação de documentos

Apresentação do original e cópia legível dos seguintes documentos:

a) Certidão de nascimento ou casamento;

b) Título de eleitor, acompanhado de comprovante de votação da última eleição ou justificativa apresentada à justiça eleitoral;

c) Certificado de reservista ou de dispensa de incorporação para os candidatos do sexo masculino;

d) Cédula de identidade ou documento equivalente;

e) Cadastro de Pessoa Física - CPF;

f) Documento de inscrição no PIS/PASEP;

g) Carteira de trabalho – CTPS;

h) Carteira Nacional de Habilitação Categoria D, para cargos de motorista e Operador Maquina Pesada e os demais candidatos (quando houver);

i) Certidão Negativa Civil e Criminal;

j) Atestado médico, que após análise de exames laboratoriais e exame clínico, ateste aptidão física e mental para o exercício do cargo;

O exame de saúde, de caráter eliminatório, destina-se a constatação mediante exame clínico, análise dos testes e dos exames laboratoriais solicitados, de presença de sinais e sintomas que inabilitem o candidato para as exigências das atribuições do cargo e das tarefas próprias do exercício do cargo.

Na comprovação da aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo o candidato deverá apresentar-se munido do documento de identidade e do resultado dos exames, abaixo relacionados que concorrerão às suas expensas:

v Raio X da Coluna lombo-sacro com laudo;

v Raio X da Coluna Cervical, com laudo;

v Ultrassom de ombro, cotovelo e punho bilateral, com laudo;

v Avaliação oftalmológica por especialista com laudo;

v Avaliação de saúde mental, com laudo de Médico Psiquiatra;

v Hemograma completo;

v Glicemia (jejum);

v Eletrocardiograma, com laudo para candidatos acima de 40 anos;

v Machado Guerreiro;

v VDRL (Sorologia para Lues);

k) 2 (*duas)* fotos 3x4 recentes;

l) Declaração de bens, na forma da Lei nº 8.429/92; (modelo anexo)

m) Fotocópia autenticada do Diploma ou Certificado de Conclusão do grau de escolaridade exigido para o cargo, acompanhado de histórico escolar, devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação e Cultura – MEC, Conselho Nacional de

Educação – CNE ou Conselho Estadual de Educação - CEE;

n) Declaração de acumulação de cargo ou função pública, quando for o caso, ou sua negativa; (modelo anexo)

o) Declaração de compatibilidade de horário, caso exerça outro cargo acumulável nos termos da Constituição Federal; (modelo anexo)

p) Declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidades impeditivas de assumir cargo público;(modelo anexo)

q) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 *(quatorze)* anos, ou menores de 24 *(vinte e quatro)* anos, no caso de estudante de nível superior, para fins de cadastro de dependentes;

r) Certidão de Freqüência Escolar dos Filhos;

s) Carteira de Vacinação dos Filhos;

t) RG e CPF do cônjuge;

u) Comprovante de residência e número de telefone para contato;

v) Número de conta bancaria *(Banco do Bradesco);*

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

CAMPO 1	**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR**		
NOME	**NOME**	**R.G.:**	**C.P.F.:**

CAMPO 2		**DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO DEPENDENTE**	
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**
		NOME	**GRAU DE DEPENDÊNCIA**
	R.G.	**U.F.**	**C.P.F.**

CAMPO 3	**DADOS DOS BENS E VALORES**	
TIPO	**DISCRIMINAÇÃO**	**VALOR**
1		
2		
3		
4		
5		
TOTAL		

CAMPO 4	**DECLARAÇÃO DO SERVIDOR** **Declaro, autorizando formulário, sob as penas da lei, que as informações aqui prestadas são verdadeiras, a Administração a proceder a digitação das informações constantes neste bem como as informações anuais posteriores que atualizarão a presente, resguardado o sigilo destas.** **Ribeirão Cascalheira – MT,EM ___/ ___/ 2018** **_____**

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

Eu,_____RG n°_____ CPF n° _____

DECLARO,para fins de posse no cargo **_____-**, na

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira -MT, que **não exerço** cargo, emprego ou função atividade no âmbito do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, ou ainda em Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiárias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público, bem como não percebo proventos decorrentes de aposentadoria em cargo ou função pública.

Por ser expressão de verdade, firmo a presente.

Ribeirão Cascalheira - MT, _____de _____ de 2018.

_____

DECLARANTE

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO DE CARGOS

Eu_____ RG n°_____ CPF n°_____,**DECLARO**, para os devidos fins de posse e exercício no cargo de _____no município de Ribeirão Cascalheira que:

( ) Exerço o cargo, função ou emprego público abaixo:

a)De_____no

Município/Estado/União_____, cuja jornada de trabalho é de semanais das ___às ____ horas. Conforme certidão expedida pelo órgão.

Declaro, ainda, que tomei conhecimento do inteiro teor das normas

abaixo transcritas e que estou ciente de que estarei sujeito ás penalidades previstas em Lei, caso venha a incorrer em acumulação ilegal de cargo, durante exercício do cargo para qual fui nomeado.

Ribeirão Cascalheira - MT_____, de _____2018.

_____

DECLARANTE

DECLARAÇÃO

Eu, _____, portador (a) do RG n°_____, inscrito (a) no CPF sob o nº _____**DECLARO**para todos os efeitos legais, **não haver sofrido ou estar cumprindo**, no exercício profissional ou de qualquer função pública, penalidade disciplinar de suspensão ou demissão, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

Por ser expressão da verdade, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Ribeirão Cascalheira - MT, ___ de _____ de 2018.

_____

DECLARANTE

TERMO DE INTERESSE NO CARGO

Eu,_____(a) RG _____, inscrito(a) no CPF sob n°_____frente a aprovação o Concurso Público da Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira – MT, conforme edital 001/2016, confirmo o interesse de tomar posse no cargo de _____, nos termos da legislação municipal em vigor.

Ribeirão Cascalheira – MT, ____/_____/_____

_____

Assinatura do Candidato

GABINETE
PORTARIA Nº 123/2018 "REVOGA A PORTARIA N°122/2018 QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITE GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRO-FAMÍLIA, DEFINE DIRETRIZES GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA Nº 123/2018

DATA: 24 DE AGOSTO DE 2018

"REVOGA A PORTARIA N°122/2018 QUE NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O COMITE GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PRO-FAMÍLIA, DEFINE DIRETRIZES GERAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

LUZIA NUNES BRANDÃO, Prefeita Municipal Interina de Ribeirão Cascalheira – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º - Revoga a portaria n° 121/2018 que nomeia membros para Compor o Comitê Gestor Municipal do Programa Pro-Família, conforme descriminados abaixo:

Presidente

Leia Ferreira Bento

Representante da Secretaria Municipal de Assistencia Social

Sebastiana Coelho dos Santos	Titular
Creusa Fonseca dos Santos	Suplente

Representantes da Associação Apae

Vanusa Leite dos Santos	Titular
Lindomar Aparecido pereira Mendes	Suplente

Representantes da Sec. Municipal de Saúde.

Camila Rodrigues Noedel	Titular
Benta da Silva Barros	Suplente

Representantes da Maçonaria

Jeferson Costa Gomes	Titular
	Suplente

Representantes do Conselho Munc de Assistencia Social

Ana Clece Macena da Silva	Titular
Maria José Martins Abreu	Suplente

Representantes das Igrejas Evagelicas

José Alves de Menezes	Titular
Rosana Jose Lemes	Suplente

Representantes da Igreja catolica

Luceli de Fatima Oliveira	Titular
Dilva Gomes da Silva	Suplente

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando a portaria n° 121/2018 e as demais disposições em contrario.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE E

CUMPRA-SE

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL

EM, 24 DE AGOSTO DE 2018.

LUZIA NUNES BRANDÃO

Prefeita Municipal Interina

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

LICITACAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO N°. 008/2018

O Município de Ribeirãozinho – MT, torna público aos interessados o RESULTADO da licitação em epígrafe realizada no dia 27/06/2018, às 09h00min, na sede da Prefeitura, à Rua Antônio João nº. 156, licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 008/2018, que tem por objeto: **Presente Registro de Preço tem por objeto Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos, Material Hospitalar, Odontológicos e Reagentes conforme condições e especificações constantes neste Edital e no Termo de Referência.** Tendo como vencedores do certame as Empresas: K.C.R Industria e Comercio de Equipamentos Eireli, CNPJ: 09.251.627/0001-90; PRO-REMEDIOS DIST DE PRODUTOS FARM E COS, CNPJ: 05.159.591/0001-68; SUPERMEDICA DISTRIB. HOSPITALAR EIRELI-ME, CNPJ: 06.065.614/0001-38.

Ribeirãozinho - MT, 30 de agosto de 2018.

Maria Auxiliadora Cardoso Souza – Pregoeira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 261 DE 13 DE AGOSTO DE 2018. "PRORROGAR LICENÇA SAÚDE PARA A SERVIDORA JOSIANA FERREIRA DE JESUS CASTELAN".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, em conformidade com o artigo 109, da Lei Complementar nº 06, de 09/04/2012.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Prorrogar Licença Saúde, a partir de 31/07/18 a 28/09/18 da servidora, ***JOSIANA FERREIRA DE JESUS CASTELAN***,no Cargo Efetivo de Tec. Adm. Educ. – não Profissionalizado (DI),Classe A, Nível 03, portadora do RG 1856230-2 SSP/MT e do CPF 033.359.641.28, lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31/07/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 13 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 237, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA RITA ROSA DE JESUS TOMAZELI".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***RITA ROSA DE JESUS TOMAZELI,*** portadora do RG n° 162.479 SSP/MT e do CPF n° 483.375.361-87, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 06.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 250, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA MARCIELE ALVES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***MARCIELE ALVES*** portadora do RG n° 22713077 SSP/MT e do CPF n° 039.918.831-20, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 1077.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 249, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO AO SERVIDOR BENEDITO RIBEIRO LUZ NETO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 60 dias de Licença Premio ao Servidor ***BENEDITO RIBEIRO LUZ NETO*** portador do RG n° 208158 SSP/MT e do CPF n° 207.959.041-34, a partir de 01/08/2018 a 29/09/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 98/02 lotado na Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 67.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA,

respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 236, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "REVOGAR A PORTARIA Nº 090/2017".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o art. 19, da Lei Complementar Municipal nº 07/2012, e, em consonância com o art. 62, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 090/2017 do Servidor **PEDRO ANTONIO BOASCIVIS,** portador do RG n° 387.971 SSP/MT e do CPF n° 303.869. 421.53, lotado na Secretaria de Finanças.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 239, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA SANDRA GOMES DE ALMEIDA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***SANDRA GOMES DE ALMEIDA,*** portadora do RG n° 1675242-2 SSP/MT e do CPF n° 022.373.361-05, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18 lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 699.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 248, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR EDVALDO CARLOS MACHADO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***EDVALDO CARLOS MACHADO,*** portadora do RG n° 0790464-9 SSP/MT e do CPF n° 695.222.861-68, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16 lotado na Secretaria de Finanças, cadastrado com a matrícula de n° 491, com abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 247, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR SEBASTIÃO DA SILVA GONÇALVES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***SEBASTIÃO DA SILVA GONÇALVES,*** portador do RG n° 154549 SSP/MT e do CPF n° 181.589. 271-49, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 59.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 252, DE 06 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA SELMA ALMEIDA DA SILVA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 29 dias de Licença Premio a Servidora ***SELMA ALMEIDA DA SILVA*** portadora do RG n° 302.432 SSP/MT e do CPF n° 725. 613.941-15, a partir de 06/08/2018 a 03/09/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 11/15 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 145.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 06 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 246, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE MARIA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***JOSE MARIA,*** portador do RG n° 760604 SSP/MT e do CPF n° 559.494.951-87, a partir de 01/08/18 a 30/ 08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16, lotado na Secretaria de Saúde, cadastrado com a matrícula de n° 495.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 245, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR ATSON ARAUJO MACHADO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***ATSON ARAUJO MACHADO,*** portador do RG n° 1727756-6 SSP/MT e do CPF n° 023.088.441-59, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16, lotado na Secretaria de Saúde, cadastrado com a matrícula de n° 437.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018 - EDITAL COMPLEMENTAR N. 05/2018

CONCURSO PÚBLICO N. 001/2018

EDITAL COMPLEMENTAR N. 05/2018

A Prefeitura Municipal de Rio Branco e a Presidente da Comissão Organizadora do Concurso Público n. 001/2018, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVEM

1º - Em atendimento ao Cronograma do Edital Complementar n. 02/2018 do Concurso Público n. 01/2018, **Item 4**, "**D**", da Prefeitura Municipal de Rio Branco - MT, **DIVULGAR o resultado do julgamento do recurso interposto ao Edital Complementar n.04/2018** e o Resultado Final dos pedidos de Isenção de Taxas Deferidas e Indeferidas conforme segue:

a) ANEXO I – JULGAMENTO DO RECURSO INTERPOSTO AO EDITAL COMPLEMENTAR N.04/2018.

b) ANEXO II - RELAÇÃO DOS CANDIDATOS COM TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDA

c) ANEXO III - RELAÇÃO DOS CANDIDATOS COM TAXA DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA

2º - Este Edital Complementar encontra-se a disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Rio Branco-MT, e no endereço eletrônico: **www.riobranco.mt.gov.br,** a partir desta data.

Rio Branco – MT, 29 de Agosto de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA VANDERLEIA ALVES

Secretário Membro

ANEXO I

JULGAMENTO DO RECURSO INTERPOSTO AO EDITAL COMPLEMENTAR N.04/2018.

Nº.	CANDIDATO	CPF	CARGO	Situação	Motivo
01	**MONALIZA DOS SANTOS SANTANA**	051.226.831-23	PROCURADOR MUNICIPAL	DEFERIDO	A candidata apresentou recurso solicitando a troca do Cargo da Solicitação de Isenção de Taxa, argumentando que havia apresentado toda documentação conforme o edital solicitava e mesmo sendo deferida para o Cargo de "Procurador Municipal", solicitou a troca para o Cargo de Fiscal de Tributos. Conforme o Edital Complementar n. 03/2018 retificou o Cargo de Procurador Municipal que para exercer o tal cargo é necessário Ensino Superior em Direito e Registro na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e que diante o Edital de Abertura n.01/2018 não referia dessa forma o texto do edital. A comissão decidiu pela troca do Cargo na Isenção de Taxa sem prejuízos a candidata e permanecer Deferida a isenção de taxa.

ANEXO II

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS COM TAXA DE INSCRIÇÃO DEFERIDA

QTDE	CANDIDATO	CPF	CARGO	MOTIVO
01	**FLÁVIA TAVARES DE MENEZES**	015.757.63109	CONTROLE INTERNO	Atendimento as exigências do Edital.
02	**JOELSON LUIZ DOS SANTOS**	042.211.711-03	CONTROLE INTERNO	Atendimento as exigências do Edital.
03	**CRISTIANA INÁCIO DA SILVA**	057.835.401-29	CONTROLE INTERNO	Atendimento as exigências do Edital.
04	**KARINA MARTINS SALAZAR**	054.618.331-01	CONTROLE INTERNO	Atendimento as exigências do Edital.
05	**STELLA PAULA DA SILVA**	986.279.291-49	CONTROLE INTERNO	Atendimento as exigências do Edital.
06	**DIEGO MENDES DE OLIVEIRA**	030.997.101-21	CONTROLE INTERNO	Atendimento as exigências do Edital.
07	**ELBA GISLAINE CAMPOS FEITOSA**	009.159.891-58	CONTROLE INTERNO	Atendimento as exigências do Edital.
08	**VICTOR COLUMBANDO FANTACCI**	016.200.901-12	ODONTÓLOGO	Atendimento as exigências do Edital.
09	**EDER FRANCISCO DA SILVA**	015.160.201-89	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
10	**MIRIAN TIAGO DA SILVA**	054.755.451-62	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
11	**MARALICE VASCONCELOS DE SOUZA**	046.079.991-64	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
12	**ROSILAINE VENÂNCIO DA SILVA**	058.397.251-96	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
13	**CLAUDIANE DE SOUZA**	021.033.751-65	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
14	**RENATA GOMES DA SILVA**	032.982.071-01	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
15	**GLAUCIELE MONTEIRO DE OUZA ANDRADE**	018.248.111-52	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
16	**SIMONE PORTERA DA SILVA PEREIRA**	013.476.611-31	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
17	**SIMONE DUARTE SILVA**	029.648.041-09	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
18	**ISTÉRIA JOVEM DE FREITAS CHAVES**	031.420.201-36	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
19	**POLIANA DA SILVA MARINHO**	039.238.821-90	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
20	**MARILENE FERREIRA DE LAET MOREIRA**	546.590.608-44	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
21	**DIVINA BALDUÍNA ROCHA**	385.783.601-68	PEDAGOGO	Atendimento as exigências do Edital.
22	**ROSENILDA VENANCIA SIQUEIRA DA SILVA**	039.609.991-27	FISCAL DE TRIBUTOS	Atendimento as exigências do Edital.
23	**JOSE JULIANO BARBOSA**	011.574.121-65	FISCAL DE TRIBUTOS	Atendimento as exigências do Edital.
24	**ROMILDO GOMES RIBEIRO**	037.591.531-19	FISCAL DE TRIBUTOS	Atendimento as exigências do Edital.
25	**FÁBIO CEZAR DA SILVA**	031.105.221-52	FISCAL DE TRIBUTOS	Atendimento as exigências do Edital.
26	**BRUNO CARDOSO DE JESUS**	043.497.961-93	FISCAL DE TRIBUTOS	Atendimento as exigências do Edital.
27	**JÉSSICA BRANDÃO DOS SANTOS**	052.342.371-33	AGENTE ADMINISTRATIVO	Atendimento as exigências do Edital.
28	**MARTA DE JESUS SILVA**	055.919.131-64	AGENTE ADMINISTRATIVO	Atendimento as exigências do Edital.
29	**SANDRA ALVES DA COSTA**	042.823.181-04	AGENTE ADMINISTRATIVO	Atendimento as exigências do Edital.
30	**BRUNA POQUIVIQUI FIALHO DE JESUS**	032.473.981-80	AGENTE ADMINISTRATIVO	Atendimento as exigências do Edital.
31	**LEIDIANE FERREIRA DE ALMEIDA**	022.534.541-25	AGENTE ADMINISTRATIVO	Atendimento as exigências do Edital.

31	**FELIPE MAIA LEMES CHAVES**	025.920.441-24	AGENTE ADMINISTRATIVO	Atendimento as exigências do Edital.
33	**SARA CRISTINA MARTINS DA SILVA**	014.579.521-73	PROCURADOR MUNICIPAL	Atendimento as exigências do Edital.
34	**DAIANE SOUZA MARTINS**	044.509.461-38	PROCURADOR MUNICIPAL	Atendimento as exigências do Edital.
35	**MONALIZA DOS SANTOS SANTANA**	051.226.831-23	FISCAL DE TRIBUTOS	Atendimento as exigências do Edital. – Cargo alterado via Recurso

ANEXO III

RELAÇÃO DOS CANDIDATOS COM TAXA DE INSCRIÇÃO INDEFERIDA

QTDE	CANDIDATO	CPF	CARGO	MOTIVO
01	EDNA MARIA DA SILVA ASSUNÇÃO	608.122.812-68	NÃO DESCREVEU O CARGO AO QUAL PRETENDIA	AUSÊNCIA DE COMPROVANTES CONFORME PREVISTO NO 6.1.6; I, DO EDITAL
02	**HIRON AUGUSTO DE ASSUNÇÃO**	780.832.141-91	CONTROLE INTERNO	AUSÊNCIA DE COMPROVANTES CONFORME PREVISTO NO 6.1.6; III, DO EDITAL.
03	**SUELLAINE PEREIRA SA SILVA**	047.105.111-01	AGENTE ADMINISTRATIVO	AUSÊNCIA DE COMPROVANTES CONFORME PREVISTO NO 6.1.6; I, DO EDITAL
04	**BIANCA VENÂNCIO DE MELLO**	055.427.141-96	AGENTE ADMINISTRATIVO	AUSÊNCIA DE COMPROVANTES CONFORME PREVISTO NO 6.1.6; I, DO EDITAL
05	**THAIS PEREIRA DA SILVA**	042.083.761-20	FISCAL DE TRIBUTOS	AUSÊNCIA DE COMPROVANTES CONFORME PREVISTO NO 6.1.6; I, DO EDITAL
06	**FELIPE ÁRTHUR SANTOS ALVES**	978.641.961-87	PROCURADOR MUNICIPAL	AUSÊNCIA DE COMPROVANTES CONFORME PREVISTO NO 6.1.6; III, DO EDITAL
07	**MARIA HELIAN DE OLIVEIRA**	329.654.431-34	PEDAGOGO	AUSÊNCIA DE COMPROVANTES CONFORME PREVISTO NO 6.1.6; I, DO EDITAL
08	**KATIUCHA FERREIRA DE ARRUDA**	011.595.011-73	CONTROLE INTERNO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
09	**DIEGO ALMEIDA OLIVEIRA**	966.861.701-00	CONTROLE INTERNO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
10	**GEIZE RODRIGUES MIRANDA**	026.307.911-22	PEDAGOGO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
11	**DENISE DA COSTA PREISIGK FARIA**	046.711.581-83	FISCAL DE TRIBUTOS	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
12	**ADRIANA SILVA GOMES**	053.527.757-12	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
13	**JÚLIA DOS REIS LOPES PINHEIRO**	059.268.061-43	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
17	**LUIZ HENRIQUE DE SOUZA GONÇALVES**	063.831.941-27	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
15	**SILVANA SIQUEIRA**	920.706.441-15	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
16	**JOSENIA LOPES PARABA**	010.124.841-57	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
17	**LUCIANA DA SILVA ROCHA**	008.305.49102	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.
18	**TAYNARA CAROLINE MENEZES FARIA ANDRADE**	040.648.201-26	AGENTE ADMINISTRATIVO	NÃO ATENDEU O SOLICITADO NO ITEM 6.1.6 DO EDITAL.

Rio Branco – MT, 29 de Agosto de 2018.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO

Presidente da Comissão

MARILIA PEREIRA

Secretária

VANDERLEIA R ALVES

Membro

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 259, DE 10 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER LICENÇA PREMIO A SERVIDORA CRISTIANA GUEDES DE FREITAS MARTINS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com a Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder 90 dias de Licença Premio a Servidora ***CRISTIANA GUEDES DE FREITAS MARTINS*** portadora do RG n° 1425548-0 SSP/MT e do CPF n° 974.171.491-20, a partir de 01/08/2018 a 29/10/2018, considerando o vencimento do seu período aquisitivo de 12/17 lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer, cadastrada com a matrícula de n° 397.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/08/18.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 10 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 244, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA MARIA HELIAN DE OLIVEIRA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***MARIA HELIAN DE OLIVEIRA,*** portadora do RG n° 1323672-5 SSP/MT e do CPF n° 329.654.431-34, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16 lotada no Gabinete do Prefeito, cadastrada com a matrícula de n° 98.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 243, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR FLAVIO BENDA DA COSTA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***FLAVIO BENDA DA COSTA,*** portador do RG n° 22012877 SSP/MT e do CPF n° 046.318.751-27, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18, lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 1104.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 242, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR EVANDRO RIBEIRO DO AMARAL".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***EVANDRO RIBEIRO DO AMARAL,*** portador do RG n° 1880451-9 SSP/MT e do CPF n° 020.545.051-29 , a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 15/16, lotado na Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento, cadastrado com a matrícula de n° 442.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 241, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA ROSA MARIA DE JESUS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***ROSA MARIA DE JESUS,*** portadora do RG n° 828.826 SSP/MT e do CPF n° 535.337.631-53, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 16/17 lotada na Secretaria de Planejamento, cadastrada com a matrícula de n° 445, com abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 240, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS AO SERVIDOR JOSE ROSA ALVES".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias ao Servidor ***JOSE ROSA ALVES,*** portador do RG n° 303.091 SSP/MT e do CPF n° 365.361.566-68 , a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 17/18, lotado na Secretaria de Administração, cadastrado com a matrícula de n° 23.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 262/2018, DE 23 DE AGOSTO DE 2018. "DISPÕE SOBRE O ENQUADRAMENTO DA SERVIDORA PÚBLICA QUE COMPÕEM O QUADRO DE PROFISSIONAL DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO / MT, E DÁ

O Senhor ANTONIO XAVIER DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Rio Branco – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais; e observando o disposto no Capitulo VII, das normas gerais de enquadramento, da Lei Municipal nº 666, de 28 de Abril de 2015 e Decreto Municipal nº 054/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica ascendido para fins de elevação de enquadramento da servidora abaixo mencionada a nova classe e nivel no mesmo cargo disposto no Decreto Municipal nº 054/2015 de Rio Branco – MT.

NOME	CARGO	CLASSE E NIVEL ANTERIOR	CLASSE E NIVEL ATUAL	MATRICULA
CELINA PINHEIRO CAMPOS	APOIO ADM. PROFISSIONALIZADO	A -01	B - 04	703

Art. 2º- As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da Lei

Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco - MT, em 23 Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araújo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 258, DE 10 DE AGOSTO DE 2018. "DISPÕE SOBRE A ELEVAÇÃO DE CLASSE DOS SERVIDORS PÚBLICOS QUE COMPÕEM O QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BÁSICA DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO/MT, E

O Senhor **ANTONIO XAVIER DE ARAUJO,** Prefeito Municipal de Rio Branco – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuiçoes legais; e obeservando o disposto no Capitulo VII, das normas gerais de enquadramento, da Lei Municipal nº 666, de 28 de Abril de 2015;

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica ascendido para fins de elevação de classe dos servidores abaixo mencionados no mesmo cargo:

NOME	CARGO	CLASSE	CLASSE	NIVEL	MATRICULA
AUGUSTINHO SCANDIAN	Apoio Adm.Ag. de Trasnp. Esc. Nao Profissionalizado	A	B	09	65
JOSIAS RIBEIRO CALASSARA	Apoio Adm.Ag. de Trasnp. Esc. Nao Profissionalizado	A	B	04	449

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, , revogadas as disposiçoes em contrario .

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 10 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 251, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***LUCIMAR JUSTINO DOS REIS LOPES PINHEIRO,*** portadora do RG n° 687577 SSP/MT e do CPF n° 483.363.781-20, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 14/15 lotada na Secretaria de Saúde, cadastrada com a matrícula de n° 414, com abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 257, DE 06 DE AGOSTO DE 2018. "REVOGAR A PORTARIA Nº 229/2018".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Revogar a Gratificação da servidora abaixo mencionada:

NOME	CARGO	RG	CPF
JANDIRA NUNES DE MOURA	Apoio Adm - não Profissionalizado	905660 SSP/MT	604.000. 481.91

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 06 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 256, DE 06 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER 20(VINTE) AULAS EXCEDENTES PARA MARINALVA SOUZA LIMA, A PARTIR DO MÊS DE AGOSTO DE 2018".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e, de acordo com a Lei Municipal nº 666, de 28 de Abril de 2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder **20**(vinte) horas/aulas semanais a partir de 01/08/2018 a 21/12/2018, excedentes para a professora **MARINALVA SOUZA LIMA,** classe C, nível 07**,** portadora do RG n° 000856992 SSP/MT e do CPF n° 421.816.152-68, lotada na Secretaria de Educação, Desporto e Lazer.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 06 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 255, DE 06 DE AGOSTO DE 2018. "NOMEIA A SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica acendido para fins de Gratificação a servidora abaixo mencionada:

NOME	CARGO	RG	CPF
MARIA DAS DORES MARTINS FERRARI	Apoio Adm - Profissionalizado	1212777-9	935.939. 881-00

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposiçoes ao contrario.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 06 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 254, DE 06 DE AGOSTO DE 2018. "NOMEIA A SERVIDORA PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, da Lei Orgânica do Município, e de acordo com a Lei 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Fica acendido para fins de Gratificação a servidora abaixo mencionada:

NOME	CARGO	RG	CPF
Flaviani Francisco Ferreira	Apoio Adm - não Profissionalizado	19242859	042.924. 231-05

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao mes 07/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 06 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 263, DE 23 DE AGOSTO DE 2018. "NOMEIA FABIA LUCIA SALOMAO DE OLIVEIRA, PARA EXERCER FUNÇÃO GRATIFICADA DO CARGO EM COMISSÃO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com o art. 81, da Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 62, inciso VI e IX, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear a Servidora **FABIA LUCIA SALOMAO DE OLIVEIRA,** portadora do RG n° 1534789-3 SSP/MT e do CPF n° 003.591.101.85, para exercer função de Chefe de Departamento de Recursos Humanos, lotada na Secretaria de Administração.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando em especial a Portaria nº 088/2017.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 23 de Agosto de 2017.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 238, DE 01 DE AGOSTO DE 2018. "CONCEDER FÉRIAS A SERVIDORA ROSIMAR COTRIM DO CARMO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais especificamente de acordo com a Lei Municipal nº 668/2015, e, em consonância com o art. 75, inciso I e IV, da Lei Orgânica do Município.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Conceder Férias a Servidora ***ROSIMAR COTRIM DO CARMO,*** portadora do RG n° 1201663-2 SSP/MT e do CPF n° 920.744.131-49, a partir de 01/08/18 a 30/08/18, considerando o vencimento do seu período aquisitivo 13/14 lotada na Secretaria de Administração, cadastrada com a matrícula de n° 117, com abono pecuniário de 10 dias.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 01 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 260, DE 13 DE AGOSTO DE 2018. "EXONERAR A SERVIDORA GERALDA DA SILVA TOMAZELLI, EM EXERCÍCIO DO CARGO APOIO ADM. NAO PROFISSIONALIZADO".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar a servidora, **GERALDA DA SILVA TOMAZELLI,** no Cargo Efetivo de **APOIO ADM NAO PROFISSIONALIZADO**, Nível 10 Classe A, portador do RG 660.460 SSP/MT e do CPF 536.064.851-15 , considerando a concessão do Beneficio de Aposentadoria por Tempo de Contribuiçao, conforme o processo Administrativo do **PREVIRB** nº **2018.04.00016P**, lotada na Secretaria de Educaçao, Desporto e Lazer. A partir de **12/08/2018**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12/08/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 13 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 261, DE 13 DE AGOSTO DE 2018. "EXONERAR O SERVIDOR SILVIO ALVES LOPES, EM EXERCÍCIO DO CARGO AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e Lei Complementar nº 668/2015.

R E S O L V E:

Artigo 1º - Exonerar o servidor, **SILVIO ALVES LOPES,** no Cargo Efetivo de **AUXILIAR OPERACIONAL DE SERVIÇOS DIVERSOS**, Nível 02 Classe A, portador do RG 35848930-1 SSP/SP e do CPF 307.675.556-00, considerando a concessão do Beneficio de Aposentadoria por Idade, conforme o processo Administrativo do **PREVIRB** nº **2018.02.00017P**, lotado na Secretaria de Infra Estutura e Desenvolvimento, a partir de **01/08/2018**.

Artigo 2º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da respectiva dotação inserida na Lei Orçamentária Anual – LOA, respeitadas as disposições constantes na Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, vigentes no exercício financeiro em curso.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01/08/2018.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco-MT, em 13 de Agosto de 2018.

Antonio Xavier de Araujo

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

CHEFE DE GABINETE
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

(Inc. VI, do Art. 43, da Lei nº 8.666/93 c/c inc. XXX, do art. 70 da LOM)

Proc. Nº 0108/2018

Dispensa de licitação. Nº 032/2018

Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de laudo técnico de análise de potabilidade da água.

Em conformidade com o inciso VI, do Artigo 43 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações confirmam a adjudicação da dispensa de licitação realizada com fundamento no inc. II, do art. 24 da Lei nº 8.666/93, a CPL decide, declarar vencedora a empresa: **BAX- SERVIÇOS DE ANALISES QUÍMICAS E BIOLÓGICAS LTDA, CNPJ: 13.219.192/0001-73**, com o fim de **HOMOLOGAR** em seu favor, ***o valor global da licitação de R$ 10. 439,04 (Dez mil e quatrocentos trinta e nove reais e quatro centavos),*** tudo conforme ata e mapa de resultado.

Para: Secretaria de Fazenda e Desenvolvimento.

Empenhe a despesa.

O empenho servira de contrato.

Dê-se ciência a Secretaria de origem para dar início aos serviços, devendo designar Comissão de fiscalização da execução.

Rondolândia – MT, 30 de Agosto de 2018.

RONALDO GARCIA DE BESSA Prefeito Municipal

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 10/PMR/2018

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e CLEA SUSANE MOTTERLE-ME, CNPJ nº 08.983.460-0001-99, com sede na Rua Jaime Freire, s/n, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000.

Objeto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CRAS NA SEDE DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA

Licitação: TP nº 03/2018 – proc. nº 066/2018-SEMAS

Fundamentação: art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002 e demais legislações complementares e pelas cláusulas deste contrato

Valor global: R$ 341.199,08

Vigência: (08) oito meses – (240) dias - inicio: 14/08/2018 até 14/04/2019.

Empenho nº 1646/2018: 07.07.01.08.244.0118.1.130.4.4.90.51.00.00.00.00.01 – 318-obras

Empenho nº 1647/2018: 07.07.01.08.244.0118.1.130.4.4.90.51.00.00.00.00.00 – 358-obras

Recursos: Contrato de Repasse nº 827034/2016-FNAS-CAIXA. Assinatura: 13/08/2018

UNIDADE MUNICIPAL DE CADASTRAMENTO
EDITAL DE TERMO CONSTATAÇÃO DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, DE 30 DE AGOSTO DE 2018.

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - RONDOLANDIA - MT

EDITAL DE TERMO CONSTATAÇÃO DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00001, de 30 de Agosto de 2018.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital

Sujeito(s) Passivos(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
MARCOS MASSANARES ANDREO FILHO	261.085.852-34	1092/00007/2018
SULAMAR MOURA	658.534.582-72	1092/00009/2018

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo IT
Nome: EDNA MARIA ANDRADE Matrícula: 00000465 Auditor Fiscal do Tesouro Municipal Cargo/ Portaria de Nomeação n° :01.2743 /GAB/PMR/18

DATA DA AFIXAÇÃO: 30/08/2018

DATA DA DESAFIXAÇÃO: 14/09/2018

PROCURADORIA GERAL
EXTRADO DO CONTRATO Nº 11/PMR/2018.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e COLADINI & COLADINI LTDA, CNPJ nº 09.050.368/0001-39,com sede na Avenida Pau Brasil, 5355, Centro, Ministro Andreazza/RO.

Objeto: SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE INTERNET E INTRANET, VIA RÁDIO EM ÂMBITO NACIONAL E INTERNACIONAL, TRANSMISSÃO, EMISSÃO E RECEPÇÃO DE INFORMAÇÕES MULTIMIDIAS POR VINTE E QUATRO HORAS

Licitação: PP nº 36/2018 – proc. nº 055/2018-SEMEC-SEMAD-SEMUSA

Fundamentação: art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002 e demais legislações complementares e pelas cláusulas deste contrato

Valor global: R$ 24.000,00

Vigência: (06) seis meses – inicio: 20/08/2018 até 20/02/2019.

Empenho nº 1678/2018: 04.01.2.129.3.3.90.39.57.00.00.00 – serv. processamento de dados

Recursos: ordinários. **Assinatura: 20/08/2018**

PROCURADORIA GERAL
EXTRADO DO CONTRATO Nº 12/PMR/2018.

MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA e PES LOGISTICA DE TRANSPORTES LTDA, CNPJ nº 30.011.884/0001-40,com sede na Avenida Joana Alves de Oliveira, s/n, Centro, Rondolândia-MT, Cep: 78.338-000.

Objeto: SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE UNIVERSITÁRIOS

Licitação: PP nº 51/2018 – proc. nº 0089/2018-SEMEC

Fundamentação: art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93 e Lei nº 10.520/2002 e demais legislações complementares e pelas cláusulas deste contrato

Valor global: R$ 77.000,00

Vigência: (100) cem dias letivos – inicio: 22/08/2018 até 31/12/2018.

Empenho nº 1687/2018: 04.01.2.135. 3.3.90.39.74.00.00.00

Recursos: ordinários. Assinatura: 22/08/2018

PROCURADORIA GERAL
EXTRATO DO (2º) TERMO ADITIVO CONTRATO N.º 03/2018

(2º) SEGUNDO TERMO ADITIVO PRAZO E VALOR AO CONTRATO N.º 003/PGM/PMR/2018 CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA E PELA EMPRESA CLEA SUSANE MOTTERLE, QUE TEM POR OBJETO SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE ESCOLARES.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA

CONTRATADA: CLEA SUSANE MOTTERLE-ME, CNPJ nº 08.983.460-0001-99

Objeto: termo aditivo prorrogação (prazo e valor) ao contrato n.º 03/PGM/PMR/17 - proc. adm. nº 016/2018-SEMEC – PP nº 012/2018.

Período: 05 (cinco) meses – entre: 11/08/2018 até e 31/12/2018 (89 dias letivos do Calendário Escolar).

Valor global: R$ 349.467,40

Efeitos financeiros: 11/08/2018.

Empenho nº 1680/2018: 04.01.2.134.33.90.39.73.00.00.00: R$ 63.752,48

Empenho nº 1683/2018: 04.01.2.134.33.90.39.72.00.00.00: R$ 285.714,92

Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Fundamento: Ato Adm. nº 37/GAB/PMR/18, e encontra amparo legal no item 3.2 da Clausula Terceira do Contrato nº 003/2018-PMR c/c artigo 57, inciso IV da Lei n.º 8.666/93. Ass.: 20/08/2018

PROCURADORIA GERAL
ORDEM DE SERVIÇOS Nº 02/2018 - OBRAS

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA/MT

CONTRATADO : CLEA SUSANE MOTTERLE-ME

Nº CONTRATO DE REPASSE: 827034-2016 – FNAS/CAIXA

OBJETO: CONSTRUÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ordem de Serviços Nº 002/2018

Referente à execução da Obra: CRAS

Endereço da Obra: Avenida Dom Bosco esq/ Rua Rio Madeira, Centro – Lote/Quadra 045

Processo Licitatório nº: 066/SEMAS, DE 18/05/2018

Modalidade de Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018-PMR

Contrato nº 10/2018-PMR

Valor do Contrato: R$ 341.199,08.

Pela presente ordem de serviços, autorizo *CLEA SUSANE MOTTERLE-ME*, CNPJ nº 08.983.460-0001-99, iniciar em 14/08/2018 os serviços referentes ao contrato acima, celebrado entre a (o) O MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149 e a empresa supracitada.

Rondolândia/MT, 13 de Agosto de 2018.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito

MARLENE BASTOS FROLICH

Secretária Municipal de Assistência Social

CLEA ZUZANE MOTTERLE-ME

Contratada

PROCURADORIA GERAL
ORDEM DE PARALISAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 01/2018 - OBRAS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA/MT

CONTRATADO : CLEA SUSANE MOTTERLE-ME

Nº CONTRATO DE REPASSE: 827034-2016 – FNAS/CAIXA

OBJETO: CONSTRUÇÃO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ref.: Ordem de Serviços Nº 002/2018

Execução da Obra: CRAS

Endereço da Obra: Avenida Dom Bosco esq/ Rua Rio Madeira, Centro – Lote/Quadra 045

Processo Licitatório nº: 066/SEMAS, DE 18/05/2018

Modalidade de Licitação: TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2018-PMR

Contrato nº 10/2018-PMR

Valor do Contrato: R$ 341.199,08

Pela presente ordem de paralisação serviços, autorizo ***CLEA SUSANE MOTTERLE-ME***, CNPJ nº 08.983.460-0001-99, a paralisar a partir da data do recebimento da presente Ordem, os serviços referentes ao contrato acima, celebrado entre a (o) **O MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA**, CNPJ sob o nº 04.221.486/000149 e a empresa supracitada

JUSTIFICATIVAS: A fonte financiadora do empreendimento é o Fundo Nacional de Assistência Social, portanto, recurso proveniente do Orçamento Geral da União. Desta feita, em razão do período eleitoral, fundado na Cláusula Quarta do CR nº 877034/FNAS/CAIXA e comunicação do interveniente, a autorização para o inicio da execução dos serviços somente será expedida findado período eleitoral aludido, razão pela qual, deve-se paralisar os serviços autorizados pela OS nº 002/2018

Rondolândia/MT, 14 de Agosto de 2018.

Agnaldo Rodrigues de Carvalho

Prefeito

MARLENE BASTOS FROLICH

Secretária Municipal de Assistência Social

CLEA ZUSANE MOTTERLE-ME

Contratada

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 96 - 2018

PORTARIA Nº. 096/2018

de 28 de Agosto de 2.018

"Designa Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), e da outras providencias".

O Prefeito do Município de Rosário Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal 954 de 12 de Novembro de 2003, e pela Lei Federal 12. 608 de 10 de Abril 2012;

RESOLVE:

Art. 1º Fica designada a Comissão Municipal de Defesa Civil (COMDEC), com os seguintes membros:

a) **Presidente:** João Antônio da Silva Balbino;

b) **Secretario Executivo:** Maxmar Cezar de Souza;

c) **Coordenadoria de Transporte e Combustível:** Joacy Inácio da Silva;

d) **Coordenadoria de Assistência Social:** Jucélia Medeiros de Souza;

e) **Coordenadoria de Saúde:** Anderson Rodrigo de Sá;

f) **Coordenadoria de Obras Especiais e Levantamento de danos e recuperação:** Luilna Antonieli da Cruz Gomes;

g) **Representante de Entidades não Governamentais:** Rony Militão da Rocha.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, em 28 de Agosto de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 097 - 2018

PORTARIA 097/2018,

de 28 de Agosto de 2.018

"Dispõe elevação nível/classe de profissionais da área da educação, lotados na Secretaria Municipal de Educação, e da outras providencias".

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º. Fica determinado, nos termos da Lei Municipal 1.243, de 28 de junho de 2.011, que prevê o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Rosário Oeste – MT, a elevação de classe e nível, nos seguintes termos:

NOME	CLASSE	NIVEL
LUCI NORBERTO DA SILVA	C	X
EVANICE PAULA CORREA CUNHA	B	-
RODRIGO ALMEIDA CAMPOS	B	III
MARIA ALICE BARROSO DOS ANJOS	-	VIII
ALCILENE ESTEFE DA SILVA	-	III
ANGELA MARIA GODOES	-	IV
CLAUDEMILSON JOSÉ DE CAMARGO	B	III
JEFERSON DE ARRUDA	-	III
JOANITA MARIA DA SILVA	B	-
VAGNER RUDI DE OLIVEIRA	-	III
JOÃO GABRIEL DE ALMEIDA TSUITSUI	-	III
JEFERSON FERREIRA LUCENA	-	III
ROSANIA CORREA DE SOUZA	-	V
ALADIR DE ASSUNÇÃO AGUIAR	-	VI

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições.

Artigo 3º. Ficam as Secretarias Municipais de Administração e Educação responsáveis pela conferencia das informações e fiel cumprimento do disposto.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, 28 de Agosto de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2018

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO**, tendo em vista a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, sobre a inexigibilidade, previstas nos arts. 30 e 31 da Lei n. 13.019/2014 e Lei Municipal n. 1513/2018, referente a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E HOSPITALARES DO HOSPITAL AMPARO** com a **INSTITUIÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS, COMPLEXO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL ESPÍRITA MARIA DE NAZARÉ OBRAS SOCIAIS**,com repasse mensal no valor de R$ 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais), por um período de 12 (doze) meses, que serão pago após a apresentação de prestação de contas, comprovando a prestação dos serviços, conforme plano de trabalho, resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento de dispositivo legal.

Rosário Oeste/MT, 30 de agosto de 2018.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2018

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 04/2018

RATIFICAÇÃO DE JUSTIFICATIVA

O Prefeito Municipal, Sr. **JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO**, tendo em vista a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal de Saúde e o Parecer da Assessoria Jurídica do Município, sobre a inexigibilidade, previstas nos arts. 30 e 31 da Lei n. 13.019/2014 e Lei Municipal n. 1513/2018, referente a **CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE URGÊNCIA/EMERGÊNCIA E HOSPITALARES DO HOSPITAL AMPARO** com a **INSTITUIÇÃO PRIVADA SEM FINS LUCRATIVOS, COMPLEXO ASSISTENCIAL E EDUCACIONAL ESPÍRITA MARIA DE NAZARÉ OBRAS SOCIAIS**, com repasse mensal no valor de R$ 78.600,00 (setenta e oito mil e seiscentos reais), por um período de 12 (doze) meses, que serão pago após a apresentação de prestação de contas, comprovando a prestação dos serviços, conforme plano de trabalho, resolve, **RATIFICAR** a justificativa apresentada, e ordenar sua publicação em cumprimento de dispositivo legal.

Rosário Oeste/MT, 30 de agosto de 2018.

JOÃO ANTÔNIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA MUNICIPAL
PORTARIA 98 - 2018

PORTARIA 098/2018,

de 28 de Agosto de 2.018

"Dispõe elevação nível/classe de profissionais da área da educação, lotados na Secretaria Municipal de Educação, e da outras providencias".

O **PREFEITO DE ROSÁRIO OESTE – MATO GROSSO**, **JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO**, no uso de suas atribuições legais conferidas por lei,

R E S O L V E:

Artigo 1º. Fica determinado, nos termos da Lei Municipal 1.243, de 28 de junho de 2.011, que prevê o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Profissionais da Educação Básica do Município de Rosário Oeste – MT, a elevação de classe e nível, nos seguintes termos:

NOME	CLASSE	NIVEL
DULVALINA APARECIDA DE ALMEIDA	-	XI

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação/afixação, revogando-se disposições.

Artigo 3º. Ficam as Secretarias Municipais de Administração e Educação responsáveis pela conferencia das informações e fiel cumprimento do disposto.

Gabinete do Prefeito, Rosário Oeste – MT, 28 de Agosto de 2018.

JOÃO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 034/2017 – "Termo de Adesão a Ata de Registro de Preços Nº. 004/2017, Lote II, proveniente do Pregão Presencial Nº. 002/2017, realizado pela Prefeitura de Lambari D' Oeste – MT", visando à contratação de serviços constantes da ata supracitada, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Finanças do Município de Salto do Céu/MT no exercício de 2017/2018; conforme **TERMO DE ADESÃO 002/2017**, Pregão Presencial 019/2017. **OBJETO DA ATA ADERIDA LOTE II:** Registro de Preço para futura e eventual contratação de Pessoa Jurídica para execução de serviços, sob a modalidade de assessoria e consultoria, de Levantamento, Análise, Conferência e Acompanhamento das informações econômico-fiscais que são utilizadas pela SEFAZ, para apuração do Valor Adicionado do Município, principal parâmetro do computo do IPM, e o fornecimento de ferramentas tecnológicas e sistemas informatizados para a execução dos trabalhos, mediante a execução das atividades descritas no Termo de Referência anexo I, **LOTE II**.

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do PRAZO DE CONTRATO, este estabelecido nos Itens 4.1 e 4.2 da cláusula quarta do contrato original. **CONTRATADA: ETCA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA CNPJ: 04.176.501/0001-84**.Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **Contratação de Serviços de MANUTENÇÃO NO APARELHO/EQUIPAMENTO AUTOCLAVE do Hospital de Salto do Céu-MT;** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 051/2018**; e) Cobertura Orçamentária: 04.003.10.302.0030.2066.33.90.39.187; f) Valor: R$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais); g) Contratada: ELVIM ROMME SIPPEL JÚNIOR 03276582155 CNPJ: 20.890.689/0001-84; h) Autorização: em 23/08/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 27/08/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

a) - Espécie: Dispensa de Licitação; b) Objeto: **Aquisição de PEÇAS PARA REPOSIÇÃO E MANUTENÇÃO DA ENSILADEIRA, que se encontra na Secretaria Municipal de Desenvolvimento econômico e social de Salto do Céu-MT;** c) Fundamento Legal: Lei nº 8.666/1993, art. 24, inciso II; d) **Processo: Nº 052/2018**; e) Cobertura Orçamentária:

08.002.20.602.0018.2057.33.90.30.614; f) Valor: R$ 4.490,00 (quatro mil, quatrocentos e noventa reais); g) Contratada: APROCAMPO MÁQUINAS, MOTORES E PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA CNPJ: 03.362.799/0001-54; h) Autorização: em 23/08/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA; i) Ratificação: em 27/08/2018, por WEMERSON ADÃO PRATA.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 014/2018

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial n° 014/2018

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, inscrita no CNPJ Nº 04.178.518/0001-70, através do Pregoeiro e equipe de apoio, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada. Registro de preços para futura e eventual aquisição de medicamentos, materiais hospitalares e laboratoriais, para atender as necessidades do pronto atendimento municipal de saúde, farmácia básica, atenção básica e laboratório junto à secretaria municipal de saúde. VENCEDOR: **CENTERMÉDICA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** inscrita no CNPJ: 05.443.348/0001-77 com o valor de R$ 344.098,30; **APAMED HOSPITALAR EIRELI,** inscrita no CNPJ 19.891.676/0001-40 com o valor de R$ 265.559,45; **FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI – ME,** inscrita no CNPJ 03.250.803/0001-92 com o valor de R$ 302.102,84; **RET FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME,** inscrita no CNPJ 12.313.826/0001-90 com o valor de R$ 198.196,00. Informações ainda que na integra dos autos acham-se à disposição dos interessados no setor de licitação.

Santa Cruz do Xingu – MT, 30 de agosto de 2018 – **Astor Albrecht -** Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **075/2016**

Contratado **MARIA LUCIA DOS SANTOS DAMASCENO**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**

Data de Encerramento: 01/08/2018

Motivo: **TÉRMINO CONTRATO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO CONTRATO DO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº **106/2018**

Contratado: **JOSILENE FERREIRA DA SILVA NEVES**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MONITOR DE CRECHE**

Valor Mensal: **R$ 1.572,07**

Vigência: 23/08/2018 A 22/08/2019

COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO PRAZO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018 - SRP

RETIFICAÇÃO AO PRAZO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 054/2018 - SRP

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 236/2018 de 26/07/2018, torna público, nos autos do Processo de Licitação, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2018, Retificação do Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº. 054/2018- SRP, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM nº. 3.054, Pag.269, publicado na data de 30/08/2018 .

1- Onde Le-sê: AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°054/2018. A Pregoeira oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, torna público, com referência ao Pregão Presencial 054/2018, com abertura prevista para o dia 31 de agosto de 2018, as 09h00min, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, PEÇAS ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAL/GENUÍNA PARA VEÍCULOS OPERACIONAIS (CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS) E PEÇAS, MATERIAIS DE PARTE ELÉTRICA, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E UTILITÁRIOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, prorroga-se o prazo de abertura do edital, para o dia 04 de setembro de 2018 às 09h00min, por motivos administrativos. Santa Rita do Trivelato/MT, 29/08/2018. Maria Cilene Pereira - Pregoeira Portaria 236/2018

2. LEIA-SE: AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N°054/2018. A Pregoeira oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT, torna público, com referência ao Pregão Presencial 054/2018, com abertura prevista para o dia 31 de agosto de 2018, as 09h00min, cujo objeto é: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PEÇAS MECÂNICAS, PEÇAS ELÉTRICAS E ACESSÓRIOS ORIGINAL/GENUÍNA PARA VEÍCU-

LOS OPERACIONAIS (CAMINHÕES, ÔNIBUS E MÁQUINAS PESADAS) E PEÇAS, MATERIAIS DE PARTE ELÉTRICA, PARA MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS LEVES, MÉDIOS E UTILITÁRIOS, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA, **o prazo correto para abertura do edital, será no dia 12 de setembro de 2018 às 09h00min.** Santa Rita do Trivelato/MT, 29/08/2018. Maria Cilene Pereira - Pregoeira Portaria 236/2018

3. A presente retificação do aviso de licitação será publicado nos órgãos oficiais, na forma de aviso, bem como disponibilizado junto ao site: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br

4. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 30 de agosto de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA OFICIAL

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **032/2018**

Contratado: **PAULO SERGIO APARECIDO DE ARAUJO**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA CAT "C"**

Data de Encerramento: 01/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **072/2018**

Contratado: **BRUNA FOLHATO**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MONITOR DE CRECHE**

Data de Encerramento: 01/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: 030/2017

Contratado: JUCIMARA SILVEIRA BARROS

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de AGENTE DE SAUDE AMBIENTAL

Data de Encerramento: 01/08/2018

Motivo: INICIATIVA DO EMPREGADO

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **082/2018**

Contratado: **HERIK FERNANDO DE MORAES**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **ZELADOR DE PATRIMONIO**

Data de Encerramento: 01/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **018/2018**

Contratado: **MARCIA REGINA DA SILVA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **PROFESSOR DE LICENCIATURA PLENA**

Data de Encerramento: 02/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADOR**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **096/2018**

Contratado: **ANTONIO SEBASTIAO SANTANA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA "D"**

Data de Encerramento: 08/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADOR**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **047/2018**

Contratado **SEBASTIÃO ARAÚJO DE MORAIS**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA "D"**

Data de Encerramento: 10/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **092/2018**

Contratado **VALÉRIA SILVA VITAL**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MONITOR DE CRECHE**

Data de Encerramento: 20/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018

AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 052/2018

O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que, por motivos de não haver nenhuma empresa interessada no certame, decide **PRORROGAR** a data do referido certame, ao qual realizar-se-á às **14h00min, do dia 18 de setembro de 2018**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Flavio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, objetivando ***REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINA, ETANOL, ÓLEO DIESEL COMUM E ÓLEO DIESEL S-10) PARA ABASTECIMENTO DOS CARROS DA FROTA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT*, NAS CIDADES DE CUIABÁ E SORRISO/MT.** O Edital poderá ser obtido através do site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato – MT, 29 de agosto de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **094/2018**

Contratado **JOCIEL RODRIGUES DE SOUZA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **ZELADOR DE LIMPEZA**

Data de Encerramento: 27/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **052/2017**

Contratado **JOCILEIDE CAMPOS DA SILVA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MONITORA DE CRECHE**

Data de Encerramento: 28/08/2018

Motivo: **INICIATIVA DO EMPREGADO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **081/2017**

Contratado **JESUS BISPO SOARES**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **MOTORISTA CAT. D**

Data de Encerramento: 17/08/2018

Motivo: **TÉRMINO CONTRATO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO RESCISÃO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Contrato nº: **065/2017**

Contratado **DIRLAN BORGES ARRUDA**

Cargo: Prestação de Serviço no cargo de **OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA**

Data de Encerramento: 16/08/2018

Motivo: **TÉRMINO CONTRATO**

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: **023/2018**

Contratado: **EDMILSON NOVAES DE OLIVEIRA**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA D**

Nova Vigência: 17/08/2018 A 16/08/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: **025/2018**

Contratado: **ROSEMILDO SILVA DE ARAUJO**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA D**

Nova Vigência: 17/08/2018 A 16/08/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: **026/2018**

Contratado: **RONAN DA SILVA**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **MOTORISTA CATEGORIA C**

Nova Vigência: 15/08/2018 A 14/08/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: **027/2018**

Contratado: **JOÃO EVANGELISTA PEREIRA**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA**

Nova Vigência: 17/08/2018 A 16/08/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: **028/2018**

Contratado: **VANDERLEI ROEDER**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **OPERADOR DE ESCAVADEIRA HIDRAULICA**

Nova Vigência: 27/08/2018 A 26/08/2019.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

EXTRATO DE TERMO ADITIVO MÊS DE AGOSTO 2018

Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

Termo Aditivo do Contrato nº: **029/2018**

Contratado: **LEOMIR ORTEGA**

Objeto: Prestação de Serviços no cargo de **OPERADOR DE MOTONIVELADORA**

Nova Vigência: 15/08/2018 A 14/08/2019.

PORTARIA Nº 0275/2018 DE 30 DE AGOSTO DE 2018

SÚMULA: NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAR PROVA PRÁTICA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o que determina a legislação vigente com relação a processo seletivo de servidores públicos municipais, em especial a Lei Municipal nº 178/2005, alterado pelo Decreto nº 020/2017, 056/2017 e 074/2017,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear os seguintes membros que farão a composição da comissão para avaliar desempenho de candidatos ao cargo de motorista e operador de máquinas (Motorista Cat "C, D e E, operador de máquinas, operador de escavadeira e operador de moto niveladora) na prova prática, conforme previsto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento.

Presidente: Rogério Aparecido de Araújo, CPF nº 034.167.211-44;

Vice-presidente: Jandir dos Santos, CPF nº 006.194.959-01;

Membro: Francisco Jose Carneiro da Silva, CPF nº 791.355.361-87.

Art. 2º - Os candidatos para fazer a prova prática deverão comparecer no pátio da Prefeitura após finalizar a prova objetiva, munidos de documento de identificação e carteira de habilitação - CNH.

Art. 3º - Na avaliação da Prova Prática, serão observados os critérios de direção de conformidade com o Código Nacional de Trânsito e as notas terão pontuação máxima de 10 pontos.

Art. 4º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Revogam-se demais disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 30 DE AGOSTO DE 2018.

_____

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra

COMPRAS E LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO AO AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 056/2018 - SRP

RETIFICAÇÃO AO AVISO DE LICITAÇÃO PREGAO PRESENCIAL Nº 056/2018 - SRP

O Município de Santa Rita do Trivelato - MT, através de seu Pregoeiro(a) nomeada pela Portaria 236/2018 de 26/07/2018, torna público, nos autos do Processo de Licitação, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 054/2018, Retificação do Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº. 056/2018- SRP, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso – AMM nº. 3.054, Pag.269, publicado na data de 30/08/2018 .

1- **Onde Le-sê:** AVISO DE PRORROGAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018 - O Município de Santa Rita do Trivelato – MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público que, por motivos de não haver nenhuma empresa interessada no certame, decide PRORROGAR a data do referido certame, ao qual realizar-se-á às 09h00min, do dia 13 de setembro de 2018, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Av. Flavio Luiz, nº 2201, Centro, Santa Rita do Trivelato – MT, objetivando REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT. O Edital poderá ser obtido através do site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações na Prefeitura Municipal, em horário normal de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato – MT, 29 de agosto de 2018.MARIA CILENE PEREIRA - Pregoeira Oficial;

2- **LEIA-SE:** AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 056/2018 - REGISTRO DE PREÇOS. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA, A FIM DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência em anexo. A Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, torna público que no dia 13 de setembro de 2018, estará recebendo propostas, para abertura às 09h00min, do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site www.santaritadotrivelato.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitação, na Prefeitura Municipal, em horário de expediente, ou através do telefone (65) 3529-6161. Santa Rita do Trivelato/MT, 30 de agosto de 2018. MARIA CILENE PEREIRA -Pregoeira Oficial

3. A presente retificação do aviso de licitação será publicado nos órgãos oficiais, na forma de aviso, bem como disponibilizado junto ao site: http://www.santaritadotrivelato.mt.gov.br

4. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min as 11h00min das 13h00min às 17h00min. e ou através do telefone (65) 3529-6161.

Santa Rita do Trivelato – MT, 30 de agosto de 2018.

MARIA CILENE PEREIRA

PREGOEIRA OFICIAL

COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO N° 055/2018 - EXTRATO CONTRATO N° 056/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT

EXTRATO CONTRATO N° 055/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**: BIFF E SILVA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 12.028.904/0001-04; **VIGÊNCIA:** 27/08/2018 até 31/12/2018. **Valor**:**R$ 29.000,00**;

Objeto: LOCAÇÃO DE PALCO, SOM E ILUMINAÇÃO PARA O EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSARIO DA CIDADE (2018) DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 032/2018. **DATA:** 27/08/2018.

EXTRATO CONTRATO N° 056/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT; **CONTRATADA**: ATIVA LOCAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 02.580. 316/0004-78; **VIGÊNCIA:** 29/08/2018 até 31/12/2018. **Valor**:**R$ 3.000,00**; **Objeto:** a **LOCAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS PARA EVENTO DE COMEMORAÇÃO DO ANIVERSARIO DA CIDADE (2018)**, conforme Processo de Dispensa de Licitação nº 033/2018. **DATA:** 29/08/2018.

RECURSOS HUMANOS
CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2018

CONVOCAÇÃO E POSSE

EDITAL 010/2018 DA CHAMADA PÚBLICA 02/2018

O Sr. **EGON HOEPERS**, prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, **CONVOCA** o candidato abaixo relacionado, aprovado na **CHAMADA PÚBLICA Nº. 001/2018**, realizado no dia 20/02/2018 para comparecer no prazo de 02 (dois) dias após a publicação deste edital na Sede da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, para apresentar documentos de habilitação abaixo relacionados para tomar posse no cargo em que foi classificado.

a) Exame de aptidão física e mental para o cargo;

b) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

c) Cópia da carteira de vacinação dos filhos;

d) Declaração de freqüência na escola dos filhos.

e) Comprovante de escolaridade.

f) Certidão negativa de antecedente criminal

g) Copia do CPF da Mãe e do Pai

MONITOR DE CRECHE

NOME	CLAS
DAIANE CAROLINA ASSUNÇÃO DA SILVA	*4º*

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Santa Rita do Trivelato, Estado do Mato Grosso, em de 30 Agosto de 2018.

_____

_____

CELMA REGINA MENDES DOS SANTOS EGON HOEPERS

Presidente da Comissão Organizadora Prefeito municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA

DECRETO N.º 1337/2018

DE 27 DE AGOSTO DE 2.018

"Dispõe sobre autorização para remanejamento de dotações orçamentárias"

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Sr. Euclésio José Ferretto, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha e autorização contida na Lei Municipal n.º 714/2018 do dia 12 de julho de 2018.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação no valor de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), na Lei Orçamentária Anual n.º 694/17 de 19 de Dezembro de 2017, para o exercício de 2018, para a despesa:

05 – Secretaria Municipal de Saúde

05.002 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0073.1.029 – Aquisição de Mobiliários e Equipamentos

4.4.90.52.00.00.00.00 0014 – Equipamentos e Material Permanente R$ 80.000,00

05 – Secretaria Municipal de Saúde

05.002 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0073.1.030 – Aquisição de Mobiliários e Equipamentos

4.4.90.52.00.00.00.00 0014 – Equipamentos e Material Permanente R$ 50.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos de Convênios com o Ministério da Saúde, Termos: 5107771712191042888 no valor de R$ 25.000,00, 5107771712261442744 no valor de R$ 25.000,00 e 5107771712191023437 no valor de R$ 80.000,00, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64. .

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de julho de 2.018.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 1336/2018

DECRETO Nº 1336/2018 DE 27 DE AGOSTO DE 2.018

"Dispõe sobre autorização para remanejamento de dotações orçamentárias"

O Prefeito Municipal de Santa Terezinha, Estado de Mato Grosso, Sr. Euclésio José Ferretto, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Santa Terezinha e autorização contida na Lei Municipal n.º 713/2018 do dia 12 de julho de 2018.

DECRETA:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos suplementares por excesso de arrecadação no valor de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), na Lei Orçamentária nº 694/17 de 19 de dezembro de 2017 para o exercício de 2018, para a despesa:

05 – Secretaria Municipal de Saúde

05.002 – Fundo Municipal de Saúde

10.302.0073.1.029 – Aquisição de Mobiliários e Equipamentos

4.4.90.52.00.00.00.00 0014 – Equipamentos e Material Permanente R$ 80.000,00

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo anterior serão utilizados recursos Emenda Parlamentar conforme Termo de Compromisso 5107771712261439373, nos termos do artigo 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64. .

Artigo 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 12 de julho de 2.018.

EUCLÉSIO JOSÉ FERRETTO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATOS Nº 55/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 55/2018

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

CONTRATADA: BRITAZIL XINGU LTDA-EPP

Iinscrita no C.N.P.J./MF sob o nº 28.942.414/0001-59

OBJETO: aquisição de Britas, a serem utilizadas nos serviços de pavimentação asfáltica no município de Santa Terezinha-MT, num período de 12 meses.

Valor Total: R$ 64.770,00 (sessenta e quatro mil, setecentos e setenta reais)

DECRETO 1331/GP/2018

DECRETO Nº 1331/GP/2018

DE 01 DE AGOSTO DE 2018

“Dispõe sobre a nomeação dos membros

do CMDRS – Conselho Municipal de

Desenvolvimento Rural Sustentável, e

da outras providências.”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA TEREZINHA, Estado de Mato Grosso, Sr. **Euclésio José Ferretto**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal:

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado os membro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável do Município de Santa Terezinha, Estado de Mato Grossso, conforme Lei Municipal nº 376/04, composto dos membros relacionados.

ENTIDADES CONSELHEIROS

01 - Sec. Agricultura Moacir Abreu dos Santos (Titular)

Edivandro Venâncio Oliveira (Suplente)

02 – STR Raimundo Pereira de Jesus (Titular)

Deuzimar Alves Rocha (Suplente)

03 – INDEA Raimundo Hermes Saboia (Titular)

Joaci Lima Silva (Suplente)

04 – CÂMARA DE VEREADORES Raimundo Barros Resplande (Titular)

Valdiron Costa Reis (Suplente)

05 - ASSOCIAÇÃO APPR Marcos Antonio Porto Amorim (Titular)

Valderon Gonçalves dos Reis (suplente)

06 – ASSOCIAÇÃO NOVA CONQUISTA Elpidio Amorin dos Reis (Titular)

João Pablo C. dos Santos (Suplente)

07 – ASSOCIAÇÃO BOA ESPERANÇA Ildemar Inácuo Vieira (Titular)

Nerina Ferreira dos Santos (Suplente)

08- ASSOCIAÇÃO RUMO FUTURO Maurivon Teixeira dos Santos (Titular)

Pedro da Silva Valadares (Suplente)

09 – ASSOCIAÇÃO PROGRESSO Antonio Silva Teixeira (Titular)

Sadi Angheben (Suplente)

10 – ASOCIAÇÃO BENEFICENTE E DE

COMUNICAÇÃO. Ailton Oliveira de Souza (Titular)

Patrocinio Gomes da Silva (Suplente)

11- EMPAER Rosinei Aparecida Santos (Titular)

Anderson da C. Teixeira (Suplente)

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de Agosto de 2018.

Euclésio José Ferretto

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 56/2018

EXTRATO DO CONTRATO Nº 056/2018

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA TEREZINHA-MT

Contratada: **INOV9 COMERCIAL E SERVIÇOS EIRELI - ME**.

CNPJ: sob o nº 03.478.563/0001-88

Objeto: **aquisição de 02 Veículo Ambulância tipo “A”,** para compor a frota da secretaria municipal de saúde de santa Terezinha-mt, conforme especificado na Ata de Registro de Preços,

Vigência: 12 (doze) meses, A partir do dia 29/08/2018

Valor Total: R$ 158.500,00 (cento e cinquenta e oito mil e quinhentos reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

PORTARIA MUNICIPAL Nº 102/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL POR CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Tornar público os Atos de Admissão de Pessoal por Contratos Administrativos de prestação de serviços por tempo determinado de excepcional interesse público, conforme relacionado a baixo:

Nº.	Assinatura	Contratado	Objeto	Vigência
014	20.08.2018	POLIANA HENCK LOBATO	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS COMO PROFESSORA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM CARGA HORARIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS	31.12.2018

Art. 2º As contratações de que trata esta portaria ocorrem de acordo com Processo Seletivo feito para esse fim, sendo os serviços considerados de excepcional interesse para a municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação;

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 20 DE AGOSTO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 106/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE TRANSFERÊNCIA E LOTAÇÃO DE SERVIDOR DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica transferido e alterada a lotação do servidor abaixo relacionado, de acordo com a necessidade da Administração.

Mat.	Nome	Cargo	Lotação Atual	Nova Lotação
862	**ALLAN APARECIDO SOUZA SANTANA**	AUXILIAR MECÂNICO	Secretaria Municipal de Saúde	Secretaria Municipal de Infraestrutura

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 30 DE AGOSTO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 101/2018

EMENTA: NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL PARA REALIZAR LEVANTAMENTO E ANALISE DOS ATOS DE ENQUADRAMENTO/REENQUADRAMENTO DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Considerando a determinação do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso- TCE/MT, no processo n.12.901-1/2017, a qual estabeleceu que "**à atual gestão da Prefeitura Municipal de Santo Afonso que reveja, imediatamente, os atos de enquadramento/reenquadramento dos demais servidores da Prefeitura, cujas progressões funcionais não tenham atendido a interpretação trazida nesta decisão, anulando-os, para que, da mesma forma, produzam efeitos retroativos a data do ato irregular, e, para que cessem os efeitos funcionais e financeiros para todos os fins, informando a este Tribunal o respectivo cumprimento, no prazo máximo de 90 (noventa) dias"**;

Art. 1º - Ficam nomeados os servidores abaixo indicados, para compor a Comissão Especial que irá realizar o levantamento e análise dos atos de enquadramento/reenquadramento dos servidores desta Prefeitura Municipal:

a) MARINET SOUTO DE OLIVEIRA b) GILBERTO BERNARDINO DE FARIAS c) JOAREDE ALMEIDA DOS SANTOS d) VANESSA ARRUDA DE CARLI ESTEVES e) FLÁVIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA

Art. 2º A Comissão constituída nos termos do artigo anterior será presidida pela Secretaria Municipal de Administração Srª Flávia Aparecida Ribeiro da Silva.

Art. 3º Fica a Comissão, desde logo, autorizada a adotarem todas as providências necessárias para a realização do feito.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário."

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 20 DE AGOSTO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 094/2018

EMENTA: EXONERA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica exonerada a **Sra. FLÁVIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA,** brasileira, portadora da Cédula e Identidade RG nº 2395870-7 - SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.560.311-38, do cargo de provimento em comissão de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GOVERNO** do Poder Executivo do Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - A exoneração ocorre por conveniência administrativa, e os direitos decorrentes, se houverem, correrão por conta da municipalidade, de acordo com a lei.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 17 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 096/2018

EMENTA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO CELEBRADO PELO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL E DEMAIS DISPOSIÇÕES ATINENTES À MATÉRIA,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 73 inciso I, alínea "b" e inciso II, alíneas "a" e "b" da Lei 8.666/93 e os princípios que regem a Administração Pública,

R E S O L V E

Art. 1º - Designar a servidora **Sra. BEATRIZ SANCHES MEREJOLI PICHIRILLI,** PSICOLOGA, para atuar como fiscal do contrato administrativo nº 034/2018, tendo como objeto: **"LOCAÇÃO DE UM IMÓVEL URBANO COMERCIAL COM UMA ÁREA APROXIMADA DE 90,05 M², SITUADO NA AVENIDA DOS BANDEIRANTES, S/Nº - CENTRO – SANTO**

AFONSO-MT, PARA FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE."

Art. 2º - A servidora ora designada por esta portaria ficará com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a correta exação do objeto aos termos contratuais.

Art. 3° - Ficará a fiscal obrigada a comunicar a administração todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos eventualmente observados.

Parágrafo Único – As decisões e providências que ultrapassam a competência do fiscal deverão ser solicitadas ao gestor em tempo hábil para a adoção das medidas observadas.

Art. 4° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 25 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF: 567.930.141-53 – RG: 865415 SSP/MT.

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 105/2018

EMENTA: DISPÕEM SOBRE REENQUADRAMENTO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, ATENDENDO AO QUE DISPÕEM O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

Considerando o Julgamento Singular nº 710/LHL/2018 do Processo nº. 12.901-1/2017 do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso-TCE/MT, que determinou à atual Gestão do Município de Santo Afonso/MT que reveja os atos de enquadramento/reenquadramento dos servidores da Prefeitura, cujas progressões funcionais não tenham atendido aos preceitos da Lei Complementar Municipal nº. 011/2011;

Considerando a Decisão da Comissão Especial, nomeados por meio da Portaria Municipal nº. 101/2018, para análise dos atos de enquadramento/reenquadramento dos servidores do Município de Santo Afonso-MT, em reunião no dia 23/08/2018, conforme Ata nº. 01;

R E S O L V E :

Art. 1º Fica Reenquadrado o Servidor Público Municipal que menciona, cujo Enquadramento da carreira ocorreu de forma contrária ao disposto na Lei Complementar Municipal nº. 011/2011, conforme Julgamento Singular nº. 710/LHL/2018 do Processo nº. 12.901-1/2017 do TCE/MT, e Decisão da Comissão Especial, nomeado pela Portaria Municipal nº. 101/2018, como se segue:

Servidor **Vanderlei Leal de Souza,** aprovado no Concurso Público para o Município de Santo Afonso-MT, edição 001/2007, para o Cargo de **Gestor de Tributos Municipal,** tendo sido empossado em 01/08/2007, contando na presente data, com 11 (onze) anos de efetivo exercício no cargo. No entanto, o servidor está enquadrado atualmente na **Classe B, Nível 08**, contrariando o disposto no Art. 18 da Lei Complementar Municipal nº. 011/2011, que estabelece a progressão vertical de um nível para outro em um intervalo de 03 (três) anos. Fica, portanto, o referido servidor a partir desta Portaria, reenquadrado na **Classe B, Nível 04** da carreira, coadunando assim com o dispositivo legal retromencionado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 22 DE AGOSTO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 **SSP/**MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 104/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE REENQUADRAMENTO DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

Considerando O Julgamento Singular nº 710/LHL/2018 do Processo nº. 12.901-1/2017 do Tribunal de Contas de Mato Grosso, que determina à atual Gestão do Município de Santo Afonso-MT que reveja os atos de enquadramento/reenquadramento dos servidores da Prefeitura, cujas progressões funcionais não tenham atendido aos preceitos da Lei Complementar Municipal nº. 011/2011;

Considerando a Decisão da Comissão Especial para análise dos atos de enquadramento/reenquadramento dos servidores do Município de Santo Afonso-MT, nomeados por meio da Portaria Municipal nº. 101/2018, em reunião no dia 23/08/2018, conforme Ata nº. 01;

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam Reenquadrados os Servidores Públicos Municipais, cujo Enquadramento inicial na atual carreira se deu de forma contrária ao disposto na Lei Complementar Municipal nº. 011/2011, conforme Julgamento Singular nº. 710/LHL/2018 do Processo nº. 12.901-1/2017 do TCE/MT, e Decisão da Comissão Especial, nomeado pela Portaria Municipal nº. 101/2018, como se segue:

Servidor **Robson Cruz de Oliveira,** aprovado no Concurso Público para o Município de Santo Afonso-MT, edição 001/2015, para o Cargo de **Contador,** Enquadrado diretamente na Classe A, Nível 04, contrariando a Lei Complementar Municipal nº. 011/2011, fica, a partir desta Portaria, Reenquadrado na **Classe A, Nível 01** da carreira, com efeito retroativo a 09/11/2015, data da posse no respectivo cargo;

Servidora **Janaina Nunes Tavares Camargo Scarpatt,** aprovada no Concurso Público para o Município de Santo Afonso-MT, edição 001/2015, para o Cargo de **Agente de Controle de Convênios e Prestação de Contas,** Enquadrada diretamente na Classe A, Nível 04, contrariando a Lei Complementar Municipal nº. 011/2011, fica, a partir desta Portaria, Reenquadrada na **Classe A, Nível 01** da carreira, com efeito retroativo a 07/12/2015, data da posse no respectivo cargo;

Servidora **Elisângela Moura dos Santos,** aprovada no Concurso Público para o Município de Santo Afonso-MT, edição 001/2015, para o Cargo de **Agente Administrativo Educacional,** Enquadrada diretamente na Classe A, Nível 03, contrariando a Lei Complementar Municipal nº. 011/2011, fica, a partir desta Portaria, Reenquadrada na **Classe A, Nível 01** da carreira, com efeito retroativo a 01/02/2016, data da posse no respectivo cargo;

Servidor **Sandro Marcio Cardelichio de Souza,** aprovado no Concurso Público para o Município de Santo Afonso-MT, edição 001/2015, para o Cargo de **Motorista,** Enquadrado diretamente na Classe A, Nível 02, con-

trariando a Lei Complementar Municipal nº. 011/2011, fica, a partir desta Portaria, Reenquadrado na **Classe A, Nível 01** da carreira, com efeito retroativo a 01/02/2016, data da posse no respectivo cargo

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 22 DE AGOSTO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 **SSP/**MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 103/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica concedido elevação de Nível e Classe, aos seguintes servidores:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL	CLASSE
461	AIRCE CANDIDA DE ALENCAR GONÇALVES	PROFESSORA	4	-
260	ELICE DA GUIA DE MATOS BORGES	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	4	B
14	OSVALDO FERREIRA RODRIGUES	FISCAL EM VIGILANCIA SANITARIA	-	D
283	REINALDO ALVES DA SILVA	AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS	5	-

Art. 2º A Elevação de Nível dos servidores de que trata esta portaria observa o que lhes são assegurados pela Lei Complementar nº. 011 de 12 de Dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 22 DE AGOSTO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 100/2018

EMENTA: CONCEDE AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL EFETIVA.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E

Art. 1º Fica concedido em favor da Servidora Publica Municipal, Sra. **ELSIVONE MARIA CAETANO**, ocupante do cargo efetivo de Ajudante de Serviços Gerais Educação, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Auxilio Doença a partir de 11 de Julho de 2018 a 11 de Janeiro de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 11 de Julho de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 11 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 099/2018

EMENTA: DÁ EFEITO À DECISÃO JUDICIAL QUE DETERMINA QUE SEJA AFASTADA A APLICAÇÃO DA LEI COMPLEMENTAR Nº. 030/2017, REFERENTE AO MANDADO DE SEGURANÇA IMPETRADO CONTRA O MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT, PROCESSO N°. 3341-80.2017.811.0026.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Dá efeito à decisão judicial que determina que seja afastada a aplicação da Lei Complementar nº. 030/2017, referente ao Mandado de Segurança impetrado contra o município de Santo Afonso-MT, processo n°. 3341-80.2017.811.0026, voltando a vigorar a Lei Complementar nº. 029/2017 que Unifica os anexos XI, XIV, XV, XVII e XVIII da Lei Complementar n.º 11 de 12 de dezembro de 2011.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 09 de Julho de 2018.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 27 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 098/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE ELEVAÇÃO DE NÍVEL E CLASSE DE SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO - MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*, **JOABE ALMEIDA DOS SANTOS**, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Fica concedido elevação de Nível e Classe, aos seguintes servidores:

MATRICULA	NOME	CARGO	NÍVEL	CLASSE
61	ANTONIO NEVES DE SÁ	MOTORISTA DE AMBULANCIA	7	C
153	KATIA REGINA ALVES DA SILVA	TECNICA DE ENFERMAGEM	-	B
352	VALTEIR DA SILVA NEVES	AGENTE DE FISCALIZAÇÃO	-	D

Art. 2º A Elevação de Nível dos servidores de que trata esta portaria observa o que lhes são assegurados pela Lei Complementar nº. 011 de 12 de Dezembro de 2011.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 27 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 097/2018

EMENTA: DISPÕE SOBRE ATOS DE ADMISSÃO DE PESSOAL POR CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR TEMPO DETERMINADO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

R E S O L V E N D O

Art. 1º Tornar público os Atos de Admissão de Pessoal por Contratos Administrativos de prestação de serviços por tempo determinado de excepcional interesse público, conforme relacionado a baixo:

Nº.	Assinatura	Contratado	Objeto	Vigência
010	01.07.2018	CAROLINE MENDES DE SOUZA	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS COMO NUTRICIONISTA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM CARGA HORÁRIA DE 15 (QUINZE) HORAS SEMANAIS	31.12. 2018
011	01.07.2018	ANGELA GONÇALVES	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS COMO AJUDANTE DE SERVIÇOS GERAIS, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM CARGA HORÁRIA DE 30 (TRINTA) HORAS SEMANAIS	31.12. 2018
012	01.07.2018	WESLEY DA SILVA MARTINS	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS COMO MOTORISTA DE TRANSPORTE ESCOLAR, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM CARGA HORÁRIA DE 40 (QUARENTA) HORAS SEMANAIS	31.12. 2018
013	01.07.2018	NADIA ALMEIDA GOULART	EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS COMO PROFESSORA, PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COM CARGA HORÁRIA DE 20 (VINTE) HORAS SEMANAIS	31.12. 2018

Art. 2º As contratações de que trata esta portaria ocorrem de acordo com Processo Seletivo feito para esse fim, sendo os serviços considerados de excepcional interesse para a municipalidade.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01.07.2018.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 25 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA MUNICIPAL Nº 095/2018

EMENTA: NOMEIA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT.

*COM AS GRAÇAS DE **DEUS** E EM NOME DO INTERESSE PÚBLICO*,

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, OBSERVADO O QUE DISPÕE O ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS, EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA

R E S O L V E N D O

Art. 1º - Fica nomeada e empossada a **Sra. FLÁVIA APARECIDA RIBEIRO DA SILVA,** brasileira, portadora da Cédula e Identidade RG nº 2395870-7 - SSP/MT, inscrita no CPF/MF sob o nº 042.560.311-38, para ocupar o cargo de provimento em comissão de SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO do Poder Executivo deste Município de Santo Afonso-MT.

Art. 2º - A Servidora nomeada por esta Portaria, ficará com a responsabilidade de gerir os serviços e atribuições que lhe confere o cargo, em razão de lei, e em especial, Gerir o PREVIMSA – Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Santo Afonso-MT, conforme determina o Art. 74 da Lei Municipal nº. 331 de 25 de Agosto de 2012.

Art. 3º - As atribuições do cargo são previstas em lei e restritas a ela, e, a servidora nomeada por esta Portaria será remunerada conforme Lei Municipal nº. 408/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTO AFONSO-MT, EM 17 DE JULHO DE 2018.

JOABE ALMEIDA DOS SANTOS

CPF/MF 567.930.141-53 – RG 865415 SSP/MT

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 035/2016

QUARTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 035/2016.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA: ANDREIS COMERCIO ATACADISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 02.293.026/0001-09, com sede na Rod. BR 070, KM 305, Zona Rural – Campo Verde – MT – CEP: 78.840-000., doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 035/2016 de 20/05/2016 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo a prorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 035/2016, a CLÁUSULA TERCEIRA e a CLÁUSULA QUARTA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA TERCEIRA – Do PREÇO – **fica acrescentado o valor de R$ 236.050,00 (duzentos e trinta e seis mil e cinquenta reais).**

Fica acrescentado à CLÁUSULA QUARTA – Do PRAZO – **fica prorrogado o prazo até 15 de dezembro de 2018**.

CLÁUSULA TERCEIRA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pela prorrogação de prazo de serviços. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 21 de junho 2.018.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

ANDREIS COMERCIO ATACADISTA DE COMBUSTIVEIS LTDA

CNPJ: 02.293.026/0001-09

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

JURIDICO
LEI Nº 693/2018 DE 29 DE AGOSTO DE 2018

Altera tabela que estabelece para cálculo do ITBI, os valores base de áreas de terras situadas no Município de Santo Antônio do Leste, constante na Lei Municipal nº 508/2014.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA, Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica estabelecida a pauta de valores das áreas de terras situadas no Município de Santo Antônio do Leste, para fins de cálculos de ITBI – Imposto sobre Transmissão “intervivos” a qualquer titulo por ato oneroso de Bens Imóveis, conforme discriminado na tabela abaixo:

ITEM	ESPÉCIE DA ÁREA	VALOR POR HECTARE
01	TERRA MECANIZADA ARGILOSA	R$ 39.000,00
02	TERRA MECANIZAVEL ARGILOSA	R$ 18.000,00
03	TERRA MECANIZADA ARENOSA	R$ 20.750,00
04	TERRA MECANIZAVEL ARENOSA	R$ 9.000,00
05	PASTAGEM FORMADA ARGILOSA	R$ 18.750,00
06	PASTAGEM FORMADA ARENOSA	R$ 3.500,00
07	RESERVA LEGAL/OU APP	R$ 1.500,00

Parágrafo Único – Na fixação da pauta de valores das áreas de terras mencionadas na tabela acima, considera o hectare de 10.000 m².

Artigo 2º - Considerando a natural sazonalidade de valores de imóveis rurais, o Poder Executivo, por Decreto, constituirá uma Comissão composta por três servidores dos quadros da Prefeitura Municipal e encaminhará para o presidente da Câmara Municipal um ofício para que o mesmo nomeie um vereador ou vereadora da Câmara Municipal, para fazer parte da Comissão, sendo um Presidente, um Secretário e dois membros que arbitrará os valores dos imóveis urbanos e rurais sempre que o valor venal estiver muito aquém ou além do preço de mercado local, lavrando-se e sub-escrevendo competente laudo de avaliação.

Artigo 3º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 29 DE AGOSTO DE 2018

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E VALOR CONTRATO N. 097/2017

PROCESSO LICITATÓRIO nº 048/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017

OBJETO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E VALOR AO CONTRATO Nº 097/2017, cujo objeto original é CONTRAÇÃO DE PROFISSIONAL INSTRUTOR (SENSEI) DE ARTES MARCIAIS, (KARATÊ) QUE TENHA ESPAÇO FÍSICO E EQUIPAMENTO ADEQUADOS A PRATICA DE ARTES MARCIAIS (KARATÊ), PARA ATUAR NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VINCULO PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTE, COM CARGA HORÁRIA DE 12 (DOZE) HORAS MENSAIS CONFORME ANEXO ÚNICO DE TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BASICO”, NAS QUANTIDADES, TERMOS E CONDIÇÕES DESCRITAS NO ANEXO I DO MENCIONADO EDITAL DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 027/2017. PELO PERÍODO DE 01(UM) ANO. **FIRMADO EM**: 21/08/2018. VIGÊNCIA: 01/08/2018 a 01/08/2019. **VALOR ORIGINAL**: **O valor do contrato original de R$ 34.200,00(trinta e quatro mil e duzentos reais), passa para R$68.400,00(sessenta e oito mil e quatrocentos reais). FAVORECIDA**: ADALBERTO RODRIGUES DA SILVA, inscrito no CPF sob o Nº 460.171.601-25. **FUNDAMENTO LEGAL**:Artigo 57, da Lei 8.666/93 e Cláusula sexta do Contrato nº 097/2017.

São Félix do Araguaia - MT, 21 de agosto de 2018.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

PREFEITA MUNICIPAL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃ JOSÉ DO RIO CLARO
DECRETO Nº 054/2018, DE 30 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DO BANCO DE HORAS NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO MUNICIIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VALDOMIRO LACHOVICZ, Prefeito Municipal de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhes são conferidas apresentar o projeto de Lei:

CONSIDERANDO a necessidade de adequar a compensação de horas realizadas no serviço público ao atendimento dos munícipes, bem como atender ao Princípio da Economicidade na administração pública municipal; e

CONSIDERANDO o que preceitua o artigo 213 da Lei nº 991 de 23 de janeiro de 2014;

DECRETA:

Art. 1º- Fica regulamentado o "Banco de Horas", no âmbito da Administração Direta e Indireta do Município de São José do Rio Claro, conforme disposto no art. 61 da Lei nº 991/2014, a fim de possibilitar a compensação das horas excedentes à jornada de trabalho, da seguinte forma:

I- As horas excedentes à jornada regular de trabalho serão computadas como horas crédito para serem compensadas em descanso;

II- A conversão das horas mencionadas no inciso I deste artigo obedecerá aos seguintes critérios:

a) as horas trabalhadas de segunda a sexta-feira serão compensadas em descanso à razão de uma hora em descanso para cada uma hora trabalhada;

b) as horas trabalhadas aos sábados, domingos, feriados e ponto facultativos serão compensadas à razão de duas horas em descanso para cada uma hora trabalhada.

Art. 2º- O controle da compensação de horas deverá ser realizado pelo chefe imediato, após anuência do secretário da pasta ou diretor da unidade, e comunicado mensalmente ao Departamento Pessoal de cada ente que o servidor estiver vinculado.

Art. 3º- A compensação prevista pelo artigo 1º se limitará ao final de cada exercício.

Art. 4º- A necessidade da prestação de serviço em horário excedente deverá ser justificada por escrito pelo chefe imediato do servidor, autorizado pelo secretário da pasta ou diretor da unidade, que deverá comunicá-lo previamente.

Parágrafo único. A justificativa mencionada no caput deste artigo deverá ser entregue ao Departamento Pessoal, acompanhada do controle de compensação, nos termos previstos pelos artigos 1º e 2º.

Art. 5º- Nos locais em que não haja sistema eletrônico de registro e controle de frequência dos servidores públicos municipais, a ser implementado através da Secretaria Municipal da Administração, somente serão computadas como horas créditos com direito a compensação, aquelas previamente autorizadas e registradas em livro ponto ou folha individual de frequência devidamente vistados pelo Diretor e/ou Secretário do órgão de lotação do servidor, observada a jornada semanal de trabalho para cada cargo.

§ 1º- A compensação deverá ser efetivada no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias após a ocorrência das mesmas.

§ 2º- O cronograma de folgas deverá ser enviado à Secretaria de Gestão de Pessoas no mês que anteceder o evento para a devida baixa no Banco de Horas.

Art. 6º- Nas hipóteses de rescisão do contrato de trabalho as horas excedentes ainda não compensadas serão adimplidas em pecúnia, de acordo com a proporção mencionada pelo inciso II do artigo 1º.

Art. 7º- Para fins de aplicação da presente fica o servidor limitado a exercer, ao máximo, 2 (duas) horas diárias.

Art. 8º- A Secretaria Municipal da Administração, por meio do Departamento de Recursos Humanos, emitirá instruções necessárias para o fiel cumprimento deste Decreto.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,

São José do Rio Claro/MT, 30 de agosto de 2018.

VALDOMIRO LACHOVICZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018

AVISO DE ABERTURA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2018

Processo Licitatório nº 025/2018

Processo Administrativo nº 2064/2018

A Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, através do seu pregoeiro oficial, nomeado pelo Decreto. Nº 058/2015 torna público, para conhecimento dos interessados, que, na Prefeitura Municipal de **SÃO JOSÉ DO XINGU/MT**, com sede na Av. Mauro Pires Gomes, nº 195 – Buritis, mediante a designação do Pregoeiro e sua equipe de apoio, através da Portaria Municipal 008/2017, encontra-se aberta a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL .** Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal nº 092/2009 com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. **MODALIDADE:** Pregão Presencial.

OBJETO: Contratação de empresa habilitada para manutenção de veículo - do tipo conserto em geral, com reposição de peças originais do caminhão volkswagem 26-280 com placa qbq-6570, representado pela prefeitura municipal, com as especificações do termo de referência, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais**.**

REALIZAÇÃO: 13/09/2018. ABERTURA DA SESSÃO: 09 horas (Horário de Brasília – DF). O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados no setor de licitações da Prefeitura Municipal de São José do Xingu - MT. Demais informações pelo telefone (66) 35681109/1666 EMAIL: pedido do edital no e-mail; licitacao@saojosedoxingu.mt.gov.brretirada do edital no site www.saojosedoxingu.mt.gov.br/transparência.

.

São José do Xingu – MT, 30 de agosto de 2018.

Marcos Rogério P. Nunes Pregoeiro Oficial. Dec. nº 058/2015.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

PREVIQUAM
EXTRATO HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO

O senhor JAIRO DE LIMA SOUZA, Diretor Executivo do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de São José dos Quatro Marcos – MT, no uso de suas atribuições legais, **HOMOLOGA** o Processo de Dispensa de Licitação 09/2018 na Modalidade Compra Direta, Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA EXECUÇÃO DE OBRA DE REVITALIZAÇÃO DO PRÉDIO DA PRE-**

VIQUAM'' Teve a Empresa vencedora: **AGNEZINI E CIA LTDA, CNPJ: 10.470.240/0001-03**, perfazendo um valor global de **R$ 39.523,38 (Trinta e nove mil e quinhentos e vinte e três reais e trinta e oito centavos)**. Para que produza todos os efeitos legais previsto no Inciso VI do Art. 43 da Lei Federal 8.666/93.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 7º Termo Aditivo do Contrato **Nº 66/2014**; **Signatários:** pelo **CONTRATANTE**, Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos-MT e, pela **CONTRATADA**, a Empresa **MACIEL DA SILVA & CIA LTDA ME; Objeto:** Prestação de serviços Gráficos; **Alteração de valor:** Fica repactuado o Termo Aditivo de Acréscimo no valor de R$ 135.967,56.

RETIFICAÇÃO DE EXTRATO DE TERMO ADITIVO

RETIFICAÇÃO: A publicação da matéria Publicada no Diário Oficial da AMM na Quinta-Feira dia 05 de Julho de 2018, na página nº 488 Extrato de Termo Aditivo onde se lê **Espécie: 7º Termo Aditivo do Contrato Nº 66/2014** Leia – se **Espécie: 8º Termo Aditivo do Contrato Nº 66/2014.**

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 218 DE 30 DE AGOSTO DE 2018

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - EXONERAR a pedido do cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO a servidora BARBARA ARRUDA GARCIA, nomeada através da PORTARIA Nº 030 DE 05 DE JANEIRO DE 2017.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

REGISTRADA	PUBLICADA	CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 30 DE AGOSTO DE 2018

RONALDO FLOREANO DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
RREO 3º BIMESTRE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	15.170.719,00	15.530.719,00	3.016.241,78	19,42	8.044.325,77	51,80	7.486.393,23
RECEITAS CORRENTES	14.298.334,00	14.298.334,00	2.476.143,33	17,32	7.132.977,32	49,89	7.165.356,68
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	630.456,00	630.456,00	209.101,39	33,17	502.875,28	79,76	127.580,72
Impostos	601.531,00	601.531,00	199.733,81	33,20	466.477,43	77,55	135.053,57
Taxas	28.925,00	28.925,00	9.367,58	32,39	36.397,85	125,84	-7.472,85
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTRIBUIÇÕES	103.831,00	103.831,00	26.726,80	25,74	79.322,29	76,40	24.508,71
Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	103.831,00	103.831,00	26.726,80	25,74	79.322,29	76,40	24.508,71
RECEITA PATRIMONIAL	153.643,00	153.643,00	20.541,12	13,37	48.633,18	31,65	105.009,82
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	27.780,00	27.780,00	0,00	0,00	0,00	0,00	27.780,00
Valores Mobiliários	119.358,00	119.358,00	20.541,12	17,21	48.633,18	40,75	70.724,82
Delegação de Serviços Públicos Medinte Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	6.505,00	6.505,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.505,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	202.423,00	202.423,00	73.945,52	36,53	219.291,78	108,33	-16.868,78
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	202.423,00	202.423,00	72.727,82	35,93	206.680,11	102,10	-4.257,11
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	0,00	0,00	1.217,70	0,00	12.611,67	0,00	-12.611,67
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.851.790,00	12.851.790,00	2.139.152,05	16,64	6.263.053,76	48,73	6.588.736,24
Transferências da União e suas Entidades	7.613.463,40	7.613.463,40	1.207.973,44	15,87	3.656.240,93	48,02	3.957.222,47
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	3.202.612,60	3.202.612,60	557.972,41	17,42	1.529.538,92	47,76	1.673.073,68
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	2.035.714,00	2.035.714,00	373.206,20	18,33	1.077.273,91	52,92	958.440,09
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Decorrentes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	356.191,00	356.191,00	6.676,45	1,87	19.801,03	5,56	336.389,97
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	14.502,00	14.502,00	1.264,00	8,72	3.659,58	25,24	10.842,42
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	68.416,00	68.416,00	0,00	0,00	0,00	0,00	68.416,00
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	273.273,00	273.273,00	5.412,45	1,98	16.141,45	5,91	257.131,55
RECEITAS DE CAPITAL	872.385,00	1.232.385,00	540.098,45	43,83	911.348,45	73,95	321.036,55
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	872.385,00	1.232.385,00	540.098,45	43,83	911.348,45	73,95	321.036,55
Transferências da União e de suas Entidades	606.815,00	966.815,00	490.098,45	50,69	831.348,45	85,99	135.466,55
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	265.570,00	265.570,00	50.000,00	18,83	80.000,00	30,12	185.570,00
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	15.170.719,00	15.530.719,00	3.016.241,78	19,42	8.044.325,77	51,80	7.486.393,23

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A JUN	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	15.170.719,00	15.530.719,00	3.016.241,78	19,42	8.044.325,77	51,80	7.486.393,23
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V+VI)	15.170.719,00	15.530.719,00	3.016.241,78	19,42	8.044.325,77	51,80	7.486.393,23
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00			0,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1°) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS²
			BIMESTRE	JAN A JUN		BIMESTRE	JAN A JUN			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	15.170.719,00	16.142.539,00	2.795.828,43	8.618.341,64	7.524.197,36	2.506.136,95	6.799.364,30	9.343.174,70	6.174.536,59	0,00
DESPESAS CORRENTES	13.919.219,00	13.757.932,84	2.202.806,19	6.771.115,23	6.986.817,61	2.262.501,16	6.105.358,95	7.652.573,89	5.558.943,23	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	8.008.400,00	7.814.364,82	1.240.465,60	3.540.636,48	4.273.728,34	1.240.465,60	3.540.636,48	4.273.728,34	3.388.034,66	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.905.819,00	5.943.568,02	962.340,59	3.230.478,75	2.713.089,27	1.022.035,56	2.564.722,47	3.378.845,55	2.170.908,57	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.051.500,00	2.384.606,16	593.022,24	1.847.226,41	537.379,75	243.635,79	694.005,35	1.690.600,81	615.593,36	0,00
INVESTIMENTOS	986.500,00	2.319.606,16	593.022,24	1.797.226,41	522.379,75	235.590,21	670.033,44	1.649.572,72	591.621,45	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	65.000,00	65.000,00	0,00	50.000,00	15.000,00	8.045,58	23.971,91	41.028,09	23.971,91	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	15.170.719,00	16.142.539,00	2.795.828,43	8.618.341,64	7.524.197,36	2.506.136,95	6.799.364,30	9.343.174,70	6.174.536,59	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	15.170.719,00	16.142.539,00	2.795.828,43	8.618.341,64	7.524.197,36	2.506.136,95	6.799.364,30	9.343.174,70	6.174.536,59	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				0,00			1.244.961,47		1.869.789,18	
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	15.170.719,00	16.142.539,00	2.795.828,43	8.618.341,64		2.506.136,95	8.044.325,77		8.044.325,77	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Maio a Junho 2018/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	15.170.719,00	16.142.539,00	2.795.828,43	8.618.341,64	100,00	7.524.197,36	2.506.136,95	6.799.364,30	100,00	9.343.174,70	0,00
Legislativa	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00
Ação Legislativa	700.000,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00	0,00	0,00	700.000,00	0,00
Administração	3.460.201,00	3.495.373,00	609.053,62	2.008.219,23	23,30	1.487.153,77	632.654,50	1.694.265,34	24,92	1.801.107,66	0,00
Administração Geral	3.445.201,00	3.480.373,00	609.053,62	2.008.219,23	23,30	1.472.153,77	632.654,50	1.694.265,34	24,92	1.786.107,66	0,00
Normatização e Fiscalização	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Assistência Social	934.000,00	942.715,99	186.190,49	420.015,89	4,87	522.700,10	168.190,49	402.015,89	5,91	540.700,10	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	200,00	200,00	0,00	1.800,00	200,00	200,00	0,00	1.800,00	0,00
Assistência ao Idoso	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	252.000,00	247.829,99	52.976,14	113.626,37	1,32	134.203,62	52.976,14	113.626,37	1,67	134.203,62	0,00
Assistência Comunitária	670.000,00	682.886,00	133.014,35	306.189,52	3,55	376.696,48	115.014,35	288.189,52	4,24	394.696,48	0,00
Saúde	2.920.000,00	3.076.254,01	462.519,65	1.540.648,52	17,88	1.535.605,49	494.537,21	1.267.001,90	18,63	1.809.252,11	0,00
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	12.335,95	33.046,07	0,38	16.953,93	12.988,89	29.895,85	0,44	20.104,15	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Atenção Básica	2.596.000,00	2.650.684,01	356.173,46	1.280.312,52	14,86	1.370.371,49	414.798,08	1.103.366,12	16,23	1.547.317,89	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	72.000,00	134.930,00	51.600,00	122.930,00	1,43	12.000,00	24.340,00	29.380,00	0,43	105.550,00	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	80.000,00	133.500,00	33.371,40	80.632,53	0,94	52.867,47	33.371,40	80.632,53	1,19	52.867,47	0,00
Vigilância Sanitária	65.000,00	50.000,00	2.496,50	6.211,80	0,07	43.788,20	2.496,50	6.211,80	0,09	43.788,20	0,00
Vigilância Epidemiológica	55.000,00	55.140,00	6.542,34	17.515,60	0,20	37.624,40	6.542,34	17.515,60	0,26	37.624,40	0,00
Educação	4.984.500,00	4.796.738,00	784.067,77	2.360.615,40	27,39	2.436.122,60	808.732,18	2.280.942,86	33,55	2.515.795,14	0,00
Administração Geral	311.500,00	264.230,00	45.015,70	157.444,74	1,83	106.785,26	48.715,70	138.944,74	2,04	125.285,26	0,00
Formação de Recursos Humanos	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Alimentação e Nutrição	100.000,00	100.000,00	12.937,11	31.614,21	0,37	68.385,79	12.937,11	31.614,21	0,46	68.385,79	0,00
Ensino Fundamental	2.877.500,00	2.788.692,17	434.298,24	1.332.907,79	15,47	1.455.784,38	455.262,65	1.271.735,25	18,70	1.516.956,92	0,00
Educação Infantil	1.692.500,00	1.640.815,83	291.816,72	838.648,66	9,73	802.167,17	291.816,72	838.648,66	12,33	802.167,17	0,00
Urbanismo	1.113.000,00	1.382.254,01	543.616,62	921.917,35	10,70	460.336,66	186.106,16	530.275,91	7,80	851.978,10	0,00
Normatização e Fiscalização	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	115.000,00	257.950,00	13.796,88	125.253,59	1,45	132.696,41	21.482,86	125.253,59	1,84	132.696,41	0,00
Serviços Urbanos	925.000,00	930.018,01	509.894,53	625.378,55	7,26	304.639,46	138.178,30	253.662,32	3,73	676.355,69	0,00
Extensão Rural	70.000,00	191.286,00	19.925,21	171.285,21	1,99	20.000,79	26.445,00	151.360,00	2,23	39.926,00	0,00
Habitação	90.000,00	50.000,00	17.896,97	17.896,97	0,21	32.103,03	17.896,97	17.896,97	0,26	32.103,03	0,00
Assistência Comunitária	90.000,00	50.000,00	17.896,97	17.896,97	0,21	32.103,03	17.896,97	17.896,97	0,26	32.103,03	0,00
Saneamento	203.000,00	215.892,00	46.829,61	136.772,96	1,59	79.119,04	49.829,61	121.772,96	1,79	94.119,04	0,00
Saneamento Básico Urbano	203.000,00	215.892,00	46.829,61	136.772,96	1,59	79.119,04	49.829,61	121.772,96	1,79	94.119,04	0,00
Gestão Ambiental	16.000,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00	0,00	0,00	16.000,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Maio a Junho 2018/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Preservação e Conservação Ambiental	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00	0,00
Recuperação de Áreas Degradadas	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Agricultura	136.000,00	348.867,00	91.321,57	283.912,77	3,29	64.954,23	91.321,57	283.912,77	4,18	64.954,23	0,00
Promoção da Produção Vegetal	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00	0,00
Extensão Rural	133.000,00	345.867,00	91.321,57	283.912,77	3,29	61.954,23	91.321,57	283.912,77	4,18	61.954,23	0,00
Comércio e Serviços	213.500,00	181.651,00	0,00	20.000,00	0,23	161.651,00	2.536,13	6.916,14	0,10	174.734,86	0,00
Promoção da Produção Vegetal	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00	0,00
Abastecimento	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00	0,00
Extensão Rural	35.000,00	35.000,00	0,00	20.000,00	0,23	15.000,00	2.536,13	6.916,14	0,10	28.083,86	0,00
Promoção Comercial	100.000,00	68.151,00	0,00	0,00	0,00	68.151,00	0,00	0,00	0,00	68.151,00	0,00
Turismo	72.500,00	72.500,00	0,00	0,00	0,00	72.500,00	0,00	0,00	0,00	72.500,00	0,00
Desporto e Lazer	200.518,00	936.793,99	54.332,13	908.342,55	10,54	28.451,44	54.332,13	194.363,56	2,86	742.430,43	0,00
Administração Geral	133.518,00	180.465,00	45.822,13	163.397,26	1,90	17.067,74	45.822,13	163.397,26	2,40	17.067,74	0,00
Desporto Comunitário	67.000,00	756.328,99	8.510,00	744.945,29	8,64	11.383,70	8.510,00	30.966,30	0,46	725.362,69	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	15.170.719,00	16.142.539,00	2.795.828,43	8.618.341,64	100,00	7.524.197,36	2.506.136,95	6.799.364,30	100,00	9.343.174,70	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) R$ Milhares

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018	Jan a Jun 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização do Déficit Atuarial do RPPS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I+III-II)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Em 2018	Em 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ Milhares
ADMINISTRAÇÃO (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V+VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2018	Em 2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018	Jan a Jun 2017
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)				R$ Milhares
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX+X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Jan a Jun/2018	Jan a Jun/2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ Milhares
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII+XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		Jan a Jun 2018
RECEITAS CORRENTES (I)	14.304.613,00	7.132.977,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	636.735,00	502.875,28
IPTU	46.315,00	24.490,15
ISS	270.607,00	288.653,04
ITBI	220.721,00	76.241,00
IRRF	70.167,00	73.238,23
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	28.925,00	40.252,86
Contribuições	103.831,00	79.322,29
Receita Patrimonial	153.643,00	48.633,18
Aplicações Financeiras (II)	119.358,00	48.633,18
Outras Receitas Patrimoniais	34.285,00	0,00
Transferências Correntes	12.851.790,00	6.263.053,76
Cota-Parte do FPM	5.427.087,20	2.832.190,47
Cota-Parte do ICMS	1.629.038,40	914.128,50
Cota-Parte do IPVA	97.887,20	81.372,89
Cota-Parte do ITR	44.686,20	3.079,29
Transferências da LC 87/1996	8.980,00	3.698,10
Transferências da LC 61/1989	16.575,00	0,00
Transferências do FUNDEB	2.035.714,00	1.077.273,91
Outras Transferências Correntes	3.591.822,00	1.351.310,60
Demais Receitas Correntes	558.614,00	239.092,81
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	558.614,00	239.092,81
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	14.185.255,00	7.084.344,14
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.232.385,00	911.348,45
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	0,00	0,00
Transferências de Capital	1.232.385,00	911.348,45
Convênios	0,00	0,00
Outras Transferências de Capital	1.232.385,00	911.348,45
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	1.232.385,00	911.348,45
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	15.417.640,00	7.995.692,59

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	13.757.932,84	6.771.115,23	6.105.358,95	5.558.943,23	171.563,77	397.160,42	150.894,42
Pessoal e Encargos Sociais	7.814.364,82	3.540.636,48	3.540.636,48	3.388.034,66	89.298,31	5.514,59	5.514,59
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	5.943.568,02	3.230.478,75	2.564.722,47	2.170.908,57	82.265,46	391.645,83	145.379,83
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	5.943.568,02	3.230.478,75	2.564.722,47	2.170.908,57	82.265,46	391.645,83	145.379,83
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	13.757.932,84	6.771.115,23	6.105.358,95	5.558.943,23	171.563,77	397.160,42	150.894,42
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.384.606,16	1.847.226,41	694.005,35	615.593,36	176.034,63	670.937,38	542.595,20
Investimentos	2.319.606,16	1.797.226,41	670.033,44	591.621,45	176.034,63	670.937,38	542.595,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	65.000,00	50.000,00	23.971,91	23.971,91	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	2.319.606,16	1.797.226,41	670.033,44	591.621,45	176.034,63	670.937,38	542.595,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	16.077.539,00	8.568.341,64	6.775.392,39	6.150.564,68	347.598,40	1.068.097,80	693.489,62
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							804.039,89

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	264.358,00

JUROS NOMINAIS	Jan a Jun 2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	804.039,89

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-170.000,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2017	Jan a Jun 2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		0,00

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Jun 2018
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	0,00
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	0,00
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	0,00

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO		RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
		Inscritos					Inscritos						
		Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2017 (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2017 (g)	Liquidados (h)	Pagos (i)	Cancelados (j)	Saldo k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
	RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	124.099,71	233.176,54	347.598,40	0,00	9.677,85	887.971,70	1.521.299,96	1.068.097,80	693.489,62	55.430,00	1.660.352,04	1.670.029,89
01	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA(exceto Intra-O	124.099,71	233.176,54	347.598,40	0,00	9.677,85	887.971,70	1.521.299,96	1.068.097,80	693.489,62	55.430,00	1.660.352,04	1.670.029,89
0102	GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.334,43	5.334,43	0,00	0,00	0,00	104.430,00	49.000,00	49.000,00	55.430,00	0,00	0,00
0103	CHEFIA DE GABINETE	0,00	735,00	735,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00
0105	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	1.943,33	67.053,31	67.053,31	0,00	1.943,33	62,06	111.980,43	111.980,43	111.980,43	0,00	62,06	2.005,39
0106	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	70.744,60	66.066,30	135.710,90	0,00	1.100,00	598.395,21	51.995,58	233.373,81	105.031,63	0,00	545.359,16	546.459,16
0107	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE E SANEAMENTO	281,52	53.609,37	53.609,37	0,00	281,52	0,00	68.622,61	68.622,61	68.622,61	0,00	0,00	281,52
0108	SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO SOCIAL	253,00	20.991,38	20.991,38	0,00	253,00	6.165,39	723,92	723,92	723,92	0,00	6.165,39	6.418,39
0109	SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA.	44.877,26	15.178,20	59.955,46	0,00	100,00	242.503,23	924.627,59	345.477,20	345.477,20	0,00	821.653,62	821.753,62
0111	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO, ESPORTE E	0,00	3.174,55	3.174,55	0,00	0,00	40.845,81	246.266,00	246.266,00	0,00	0,00	287.111,81	287.111,81
0112	SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRONEGOCIO E MEIO AMBIEN	6.000,00	572,00	572,00	0,00	6.000,00	0,00	2.653,83	2.653,83	2.653,83	0,00	0,00	6.000,00
0113	SECRETARIA MUNICIPAL E DESENV. ECONOMICO, INDUST. E	0,00	462,00	462,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
01	PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA(Intra-Orçam.)-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL (III) = (I+II)	124.099,71	233.176,54	347.598,40	0,00	9.677,85	887.971,70	1.521.299,96	1.068.097,80	693.489,62	55.430,00	1.660.352,04	1.670.029,89

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	635.793,00	635.793,00	462.622,42	72,76
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	63.982,00	63.982,00	24.490,15	38,28
1.1.1 - IPTU	40.036,00	40.036,00	12.318,11	30,77
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	23.946,00	23.946,00	12.172,04	50,83
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	224.254,00	224.254,00	76.241,00	34,00
1.2.1 - ITBI	220.721,00	220.721,00	76.241,00	34,54
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	3.533,00	3.533,00	0,00	0,00
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	277.390,00	277.390,00	288.653,04	104,06
1.3.1 - ISS	270.607,00	270.607,00	233.795,76	86,40
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	6.783,00	6.783,00	54.857,28	808,75
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.167,00	70.167,00	73.238,23	104,38
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	9.026.090,00	9.026.090,00	4.793.085,99	53,10
2.1 - Cota-Parte FPM	6.783.859,00	6.783.859,00	3.540.237,90	52,19
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	6.783.859,00	6.783.859,00	3.540.237,90	52,19
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	2.036.298,00	2.036.298,00	1.142.660,49	56,11
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	11.225,00	11.225,00	4.622,58	41,18
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	16.575,00	16.575,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	55.774,00	55.774,00	3.849,06	6,90
2.6 - Cota-Parte IPVA	122.359,00	122.359,00	101.715,96	83,13
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	9.661.883,00	9.661.883,00	5.255.708,41	54,40
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	84.757,00	84.757,00	40.211,06	47,44
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	84.757,00	84.757,00	40.211,06	47,44

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.801.836,00	1.801.836,00	958.616,74	53,20
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.356.771,80	1.356.771,80	708.047,43	52,19
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	407.259,60	407.259,60	228.531,99	56,11
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	2.245,00	2.245,00	924,48	41,18
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	11.087,80	11.087,80	769,77	6,94
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	24.471,80	24.471,80	20.343,07	83,13
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.050.245,00	2.050.245,00	1.080.199,05	52,69
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.035.714,00	2.035.714,00	1.077.273,91	52,92
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	14.531,00	14.531,00	2.925,14	20,13
12. ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	233.878,00	233.878,00	118.657,17	50,73

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	1.603.000,00	1.533.000,00	692.476,97	45,17	692.476,97	45,17	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	1.602.000,00	1.532.000,00	692.476,97	45,20	692.476,97	45,20	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	1.129.000,00	1.072.954,83	541.533,23	50,47	541.533,23	50,47	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	1.079.000,00	1.042.954,83	541.533,23	51,92	541.533,23	51,92	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	50.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	2.732.000,00	2.605.954,83	1.234.010,20	47,35	1.234.010,20	47,35	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	1.234.010,20
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)	64,11
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)	50,13
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	-14,24

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
22. EDUCAÇÃO INFANTIL	1.682.500,00	1.630.815,83	838.648,66	51,43	838.648,66	51,43	0,00
22.1 Creche	1.682.500,00	1.630.815,83	838.648,66	51,43	838.648,66	51,43	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.080.000,00	1.043.954,83	541.533,23	51,87	541.533,23	51,87	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	602.500,00	586.861,00	297.115,43	50,63	297.115,43	50,63	0,00
22.2 Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23. ENSINO FUNDAMENTAL	2.615.500,00	2.556.593,17	1.275.573,65	49,89	1.214.401,11	47,50	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.652.000,00	1.562.000,00	692.476,97	44,33	692.476,97	44,33	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	963.500,00	994.593,17	583.096,68	58,63	521.924,14	52,48	0,00
24. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25. ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27. OUTRAS	100.000,00	100.000,00	31.614,21	31,61	31.614,21	31,61	0,00
28. TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	4.398.000,00	4.287.409,00	2.145.836,52	50,05	2.084.663,98	48,62	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	118.657,17
30. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²	0,00
35. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)	0,00
36. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+32+33+34+35)	118.657,17
37. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)-36)	1.934.392,60
38. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)x100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	36,81

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
39. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	363.500,00	441.060,17	300.993,78	68,24	239.821,24	54,37	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	363.500,00	441.060,17	300.993,78	68,24	239.821,24	54,37	0,00
44. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	4.761.500,00	4.728.469,17	2.446.830,30	51,75	2.324.485,22	49,16	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018 / BIMESTRE Maio - Junho

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
45. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
45.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	228.488,34	11.740,50
47. (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	1.077.273,91	72.074,18
48. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	2.099,00	56.389,69
48.1 - Orçamento do Exercício	2.099,00	55.789,69
48.2 - Restos a Pagar	0,00	600,00
49. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.925,14	340,59
50. (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	1.306.588,39	27.765,58
51. (+) Ajustes	-40.042,69	0,00
51.1 Retenções	-40.042,66	0,00
51.2 Conciliação Bancária	-0,03	0,00
52. (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	1.266.545,70	27.765,58

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	2.384.606,16	1.847.226,41	694.005,35	0,00	537.379,75
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	2.384.606,16	1.847.226,41	694.005,35	0,00	537.379,75
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.384.606,16 <(a-d)>	-1.847.226,41 <(b-e)>	-	-	-537.379,75 <(c-f)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Maio - Junho/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	635.793,00	635.793,00	462.622,42	72,76
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	40.036,00	40.036,00	12.318,11	30,77
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	220.721,00	220.721,00	76.241,00	34,54
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	270.607,00	270.607,00	233.795,76	86,40
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	70.167,00	70.167,00	73.238,23	104,38
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Ativa dos Impostos	34.262,00	34.262,00	67.029,32	195,64
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	9.026.090,00	9.026.090,00	4.793.085,99	53,10
Cota-Parte do FPM	6.783.859,00	6.783.859,00	3.540.237,90	52,19
Cota Parte do ITR	55.774,00	55.774,00	3.849,06	6,90
Cota-Parte do IPVA	122.359,00	122.359,00	101.715,96	83,13
Cota-Parte do ICMS	2.036.298,00	2.036.298,00	1.142.660,49	56,11
Cota-Parte IPI-Exportação	16.575,00	16.575,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	11.225,00	11.225,00	4.622,58	41,18
Desoneração ICMS (LC 87/96)	11.225,00	11.225,00	4.622,58	41,18
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	9.661.883,00	9.661.883,00	5.255.708,41	54,40

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Jun 2018 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	1.087.201,00	1.087.201,00	400.287,34	36,82
Provenientes da União	1.082.156,00	1.082.156,00	395.106,77	36,51
Provenientes dos Estados	0,00	0,00	0,00	0,00
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	5.045,00	5.045,00	5.180,57	102,69
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	147.872,00	147.872,00	153.172,00	103,58
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	1.235.073,00	1.235.073,00	553.459,34	44,81

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Jun 2018 (f)	% (f/e) x 100	Jan a Jun 2018 (g)	% (g/e) x 100	
DESPESAS CORRENTE	2.672.000,00	2.752.654,01	1.282.489,16	46,59	1.171.488,94	42,56	0,00
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	1.363.500,00	1.456.442,00	705.509,14	48,44	705.509,14	48,44	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.308.500,00	1.296.212,01	576.980,02	44,51	465.979,80	35,95	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	68.000,00	68.000,00	2.560,00	3,76	2.560,00	3,76	0,00
Investimentos	68.000,00	68.000,00	2.560,00	3,76	2.560,00	3,76	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	2.740.000,00	2.820.654,01	1.285.049,16	45,56	1.174.048,94	41,62	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Maio - Junho/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Jun 2018 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Jun 2018 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	2.740.000,00	2.820.654,01	1.285.049,16	100,00	1.174.048,94	100,00	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIi / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	22,34

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIi - (15 x IIIb)/100]	385.692,68

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	68.622,61	0,00	68.622,61	0,00	0,00
Total	68.622,61	0,00	68.622,61	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Maio - Junho/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Jun 2018 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Jun 2018 (m)	% (m/total) x 100	
Administração Geral	50.000,00	50.000,00	33.046,07	2,57	29.895,85	2,55	0,00
Formação de Recursos Humanos	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Atenção Básica	2.416.000,00	2.395.084,01	1.024.713,16	79,74	1.010.413,16	86,06	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	72.000,00	134.930,00	122.930,00	9,57	29.380,00	2,50	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	80.000,00	133.500,00	80.632,53	6,27	80.632,53	6,87	0,00
Vigilância Sanitária	65.000,00	50.000,00	6.211,80	0,48	6.211,80	0,53	0,00
Vigilância Epidemiológica	55.000,00	55.140,00	17.515,60	1,36	17.515,60	1,49	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.740.000,00	2.820.654,01	1.285.049,16	100,00	1.174.048,94	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	15.170.719,00
Previsão Atualizada	15.530.719,00
Receitas Realizadas	8.044.325,77
Deficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	15.170.719,00
Créditos Adicionais	971.820,00
Dotação Atualizada	16.142.539,00
Despesas Empenhadas	8.618.341,64
Despesas Líquidadas	6.799.364,30
Despesas Pagas	6.174.536,59
Superavit Orçamentário	1.244.961,47

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	8.618.341,64
Despesas Líquidadas	6.799.364,30

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	14.732.792,69

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	804.039,89	0,00
Resultado Primário	0,00	804.039,89	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA — Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Junho 2018/BIMESTRE Maio - Junho

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	357.276,25	0,00	347.598,40	9.677,85
Poder Executivo	357.276,25	0,00	347.598,40	9.677,85
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	2.409.271,66	55.430,00	693.489,62	1.660.352,04
Poder Executivo	2.409.271,66	55.430,00	693.489,62	1.660.352,04
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	2.766.547,91	55.430,00	1.041.088,02	1.670.029,89

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	1.934.392,60	25,00	36,81
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	692.476,97	60,00	64,11
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	694.005,35	537.379,75

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despeas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	1.174.048,94	15,00	22,34

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL(%)	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.282], PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO PEDRO DA CIPA — Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LEI MUNICIPAL Nº 1.135, DE 07 DE AGOSTO DE 2018

REPUBLICANDO

SUMULA: Institui e Regulamenta a Gratificação de Metas ao Agente Comunitário de Saúde - ACS.

O Sr. Sirineu Moleta, Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

faz saber que a Câmara Municipal aprovou e EU sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica instituída a Gratificação de Desempenho de Metas (GDM), no valor de até R$ 1.014,00 (hum mil e quatorze reais) anual, devida aos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), que estejam no exercício de suas atribuições, em função do desempenho individual e do alcance das metas de desempenho estabelecidas nesta Lei.

Artigo 2º - GDM será paga ao ACS que cumprir as metas estabelecidas nesta Lei, a serem apuradas por meio do instrumento de Avaliação de Produção e Alcance de Metas, cuja pontuação será atribuída em face dos indicadores constantes no Anexo I da presente Lei, conforme Portaria Ministerial nº 2.488/2011.

Parágrafo único: Além de atingir as metas referidas no caput deste artigo, para ter direito à percepção da GDM, o ACS deverá realizar outras ações e atividades que vierem a ser instituídas pela Secretaria Municipal de Saúde, de acordo com as prioridades locais ou pelo Governo Federal, Estadual e Municipal, desde que acompanhem a Política Nacional de Atenção Básica para a Estratégia de Saúde da Família (ESF) e a Estratégia de Agentes Comunitários de Saúde (EACS).

Artigo 3º - A GDM corresponderá ao desempenho individual de cada ACS, conforme cumprimento dos indicadores constantes no Anexo Único desta Lei, nos seguintes termos:

I. de 0 (zero) até 5 (cinco) pontos, não fará jus à gratificação e estará sujeito à apuração de responsabilidade administrativa, por meio de processo administrativo disciplinar, nos termos do disposto no Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Tabaporã;

II. 6 (seis) pontos, fará jus a 50% (cinquenta por cento) da gratificação;

III. 7 (sete) a 10 (dez) fará jus a 100% (cem por cento) da gratificação.

Parágrafo Único - Não será aplicada a sanção prevista no inciso primeiro deste artigo, aos novos servidores nos 03 (três) primeiros meses de exercício de suas atribuições, prazo este destinado ao conhecimento da micro área e cadastramento das famílias adstritas.

Artigo 4º - A Avaliação de Produção e Alcance de Metas será efetuada por meio de relatório individual de produção que deverá ser entregue pelo ACS, exclusivamente, ao Enfermeiro de sua respectiva Equipe de Estratégia em Saúde da Família (ESF) ao qual esteja vinculado, até o quinto dia útil de cada mês.

§ 1º - Na ausência do Enfermeiro, o ACS entregará o relatório mencionado no caput deste artigo ao coordenador da Atenção Básica, e na falta deste, à pessoa designada pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 2º - O enfermeiro responsável pela equipe efetuará a conferência direta dos relatórios e após sua avaliação os encaminhará, junto com o Boletim de Frequência, ao Departamento de Administração da Secretaria de Saúde.

§ 3º - Os relatórios deverão estar em conformidade com o modelo constante no Anexo I desta Lei, para que seja realizada a devida avaliação.

§ 4º - O período de avaliação da produção será do primeiro ao último dia de cada mês.

§ 5º - Os relatórios estarão sujeitos, aleatoriamente, à auditoria por parte da Secretaria Municipal de Saúde, através de um supervisor de campo;

§ 6º - Após análise dos relatórios, pela Secretaria Municipal de Saúde juntamente com a coordenação de Atenção Básica e as Enfermeiras das Equipes de Saúde da Família, as notas de avaliação serão contabilizadas sendo repassados os respectivos valores aos ACS, no mês de Janeiro do ano subsequente.

Artigo 5º--O ACS perderá o valor da GDM anual, proporcionalmente aos dias que ultrapassarem a 15 (quinze) dias de afastamento ou licença médica, interpolados ou não, durante o ano em exercício.

§ 1º - Em caso de licença médica para tratamento de saúde, decorrente de procedimento cirúrgico, a perda do valor da GDM mensal ocorrerá somente em relação aos dias que ultrapassarem a 30 (trinta) dias, interpolados ou não, durante o ano em exercício.

§ 2º - Não se aplica o disposto neste artigo aos casos de licença gestante, maternidade, adotante e paternidade e atestado médico.

§ 3º - Em caso de fracionamento de fruição de férias devem ser cumpridas as metas estabelecidas na presente Lei.

Artigo 6º - A gratificação prevista nesta Lei não será incorporada, em nenhuma hipótese, aos vencimentos do ocupante do cargo de ACS.

Artigo 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 07 de Agosto de 2018.

SIRINEU MOLETA

PREFEITO MUNICIPAL

ANEXO I

AVALIAÇÃO DE PRODUÇÃO E ALCANCE DE METAS

ACS:

_____

_____

PERÍODO:_____ UNIDADE DE SAÚDE _____

1. INDICADORES ALCANÇADOS

S/N	Item	Meta
	01	Realizar mínimo de uma visita domiciliar, as gestantes cadastradas na micro área de sua responsabilidade, gerando acompanhamento mensal entre 90% a 100% das gestantes.
	02	Captar no mínimo de 80% das gestantes cadastradas e acompanhadas na micro área de sua responsabilidade, com pré-natal iniciado no 1º trimestre de gestação;
	03	Realizar no mínimo uma visita domiciliar aos recém-nascidos e puérperas, cadastrados na micro área de sua responsabilidade, gerando acompanhamento entre 95% a 100% de RN e Puérperas mês.
	04	Atingir por meio de visita domiciliar mensal, cobertura de 80 a 100% das famílias cadastradas na micro área de sua responsabilidade. (Redação dada pela Lei nº 1135/2018)
	05	Atingir por meio de orientações e acompanhamento mensal mínimo de 80% a 100% de vacinação em dia, nas crianças de 0 a 04 anos e 29 dias, cadastradas na micro área de sua responsabilidade. (Redação dada pela Lei nº 1135/2018)
	06	Realizar mínimo de uma visita domiciliar para usuários diabéticos e hipertensos cadastrados na micro área de sua responsabilidade, gerando acompanhamento entre 80% a 100% dos hipertenso e diabéticos.
	07	Realizar mínimo de 80% de atividades educativas, juntamente com a equipe da unidade de saúde que pertence, para grupos na comunidade, escolas ou unidade de saúde (hiperdia, gestantes, PSE, escovação, tabagismo e etc.) OBS: 100% =02 ATIVIDADES/MÊS, Documentada por meio de registros de atividades coletivas no E-SUS AB.
	08	Alimentar 100% dos registros físicos (caderno de visitas do ACS) e virtuais (cadastramento e digitação de visitas, no sistema de gerenciamento de dados municipal, de responsabilidade dos ACS, permitindo o acompanhamento das famílias e transmissão de dados para o E-SUS AB.
	09	Utilizar durante o expediente de trabalho, 100% dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), fornecido pelo município.
	10	Apresentar-se disponível e comparecer a 100% das atividades necessárias para o desenvolvimento de outras ações, atividades, programas e/ou capacitações, relacionadas à suas competências, quando solicitadas pelo enfermeiro da equipe ou coordenador da unidade, e outras ações definidas como prioridades de âmbito Municipal, Estadual e Federal. (Redação dada pela Lei nº 1135/2018)

2. PRODUTIVIDADE X RECEBIMENTO

AVALIAÇÃO	QUANTITATIVO DE VALORES
De 0 a 5 pontos	Processo Disciplinar
6 pontos	50% da gratificação
7 a 10 pontos	100% da gratificação

3. OBSERVAÇÕES

_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
_____
__

TABAPORÃ/MT, _____ de _____ de _____.

_____

Enfermeira responsável pela EACS/ESF

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

PROCON
NOTIFICAÇÃO DE JUNTA RECURSAL – PROCON N° 001/2018

NOTIFICAÇÃO DE JUNTA RECURSAL – PROCON n° 001/2018

RECLAMAÇÃO DE F.A N°: 51.013.001.17-0001383

RECORRENTE: Distribuidora de Energia S/A

RECORRIDO: Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON

RELATOR: Rossano Ferrari

O Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor **ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. CNPJ: 03.467.321/0001-99**, a comparecer nesse órgão no dia **28/09/2018** as 08H00M, para seção da junta recursal.

Portanto para não alegar desconhecimento, expediu-se a presente notificação que será publicada no Diário Oficial dos Municípios e afixada no mural deste Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, situado a Av. Brasil nº 50-W, Centro, Tangará da Serra-MT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Tangará da Serra-MT, aos 29/08/2018.

Rossano Ferrari

Chefe Executivo do PROCON

PROCON
NOTIFICAÇÃO DE JUNTA RECURSAL – PROCON N° 003/2018

NOTIFICAÇÃO DE JUNTA RECURSAL – PROCON n° 003/2018

RECLAMAÇÃO DE F.A N°: 51.013.001.17-0000907

RECORRENTE: Azul Linhas Aéreas Brasileira S/A

RECORRIDO: Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON

RELATOR: Rossano Ferrari

O Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor **AZUL LINHAS AÉREAS BRASILEIRAS S.A. CNPJ 09296295/0001-60**, a comparecer nesse órgão no dia **28/09/2018** as 10H00M, para seção da junta recursal.

Portanto para não alegar desconhecimento, expediu-se a presente notificação que será publicada no Diário Oficial dos Municípios e afixada no mural deste Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, situado a Av. Brasil nº 50-W, Centro, Tangará da Serra-MT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Tangará da Serra-MT, aos 29/08/2018.

Rossano Ferrari

Chefe Executivo do PROCON

SAMAE
AVISO DE RESULTADO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2018/ SAMAE

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

O **SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Tangará da Serra**, Estado de Mato Grosso,através do Setor de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que se sagrou como vencedora no Procedimento Licitatório na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 023/2018/SAMAE**, referente a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE GERENCIAMENTO DE FORNECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS PARA O SAMAE DE TANGARÁ DA SERRA - MT,** a empresa **NEO CONSULTORIA E ADMINISTRAÇÃO DE BENEFICIOS EIRELI – EPP, CNPJ: 25.165. 749/0001-10.**

Tangará da Serra/MT, 30 de Agosto de 2018.

Edinéia Gonçalves de Souza Vieira

Setor de Licitação do SAMAE

PROCON
NOTIFICAÇÃO DE JUNTA RECURSAL – PROCON N° 002/2018

NOTIFICAÇÃO DE JUNTA RECURSAL – PROCON n° 002/2018

RECLAMAÇÃO DE F.A N°: 51.013.001.17-0002719

RECORRENTE: Distribuidora de Energia S.A

RECORRIDO: Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor-PROCON

RELATOR: Rossano Ferrari

O Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, TORNA PÚBLICO que fica NOTIFICADO o fornecedor **ENERGISA MATO GROSSO - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A. CNPJ: 03.467.321/0001-99**, a comparecer nesse órgão no dia **28/09/2018** às 09H00M, para seção da junta recursal.

Portanto para não alegar desconhecimento, expediu-se a presente notificação que será publicada no Diário Oficial dos Municípios e afixada no mural deste Departamento Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, situado a Av. Brasil nº 50-W, Centro, Tangará da Serra-MT.

DADO E PASSADO nesta cidade de Tangará da Serra-MT, aos 29/08/2018.

Rossano Ferrari

Chefe Executivo do PROCON

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

EXTRATO AO 01 ADITIVO AO CONTRATO 127/2018

EXTRATO AO 01 ADITIVO AO CONTRATO 127/2018

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: CONSTRUTORA SÃO ROQUE EIRELI-ME

OBJETO: ADIÇÃO DE VALOR DE 12.741,81 (DOZE MIL SETECENTOS E QUARENTA E UM REAIS E OITENTA E UM CENTAVOS)

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

EDITAL DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2018.

***PREFEITURA* MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT**

EDITAL DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 62/2018.

A PREGOEIRA DA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº. 14/2017 TORNA PUBLICO O RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO, REGIDO PELAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02, E SUAS ALTERAÇÕES POSTERIORES, SENDO PROCESSO 78/2018 NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 62/2018, TEVE COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS ORIGINAIS OU GENUÍNOS, PARA A FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS DE DIVERSAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE/MT, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS, TENDO COMO VENCEDORA A EMPRESA: OLIVIO PAVAN-EPP e TNOVE COMERCIO DE PEÇAS EIRELI

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 30 DE AGOSTO DE 2018.

ELIZANGELA AZEVEDO SPULDARO

PREGOEIRA/OFICIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº 992/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** ao servidor abaixo:

SERVIDOR	**SUZANA NOGUEIRA LOPES**
MATRICULA	82125
CARGO	Professor de Nível Superior
PROCESSO N°	450611/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	22.09.2018 à 20.12.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 30 de Agosto de 2018.

' '/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS TOMADA DE PREÇOS N. 03/2018.

Processo nº 530949/2018. Objeto: **Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem da AVENIDA RIBEIRÃO (PROLONGAMENTO DA ALAMEDA - SÃO GONÇALO), perfazendo 4.125,85 m, conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico**, A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas se dará no dia **05 de setembro de 2018, às 08h30min (hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT, **A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no** site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 30 de agosto de 2018. **Luiz Celso Morais de Oliveira -** Secretário Municipal de Viação e Obras.

PORTARIA Nº 989/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**JULIETA COELHO BATISTA**
MATRICULA	25495
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	514276/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**27.09.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	21.09.2018 à 19.12.2018

SERVIDOR	**KÁTIA AUXILIADORA SANTANA**
MATRÍCULA	92297
CARGO	Técnico de Enfermagem
PROCESSO N°	523037/2018
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**20.03.2013/2018**
PERÍODO DE GOZO	01.10.2018 à 30.10.2018

SERVIDOR	**LENICE WISNIESKI BANDEIRA**
MATRICULA	87234
CARGO	Médico - Pediatra
PROCESSO N°	471286/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**29.10.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.08.2018 à 30.08.2018

SERVIDOR	**LUCINAR DE ARRUDA COIMBRA**
MATRICULA	84006
CARGO	Professor de Nível Superior
PROCESSO N°	452301/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	22.09.2018 à 20.12.2018

SERVIDOR	**MARA ROSANE BATIROLA DA SILVA**
MATRICULA	30598
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	5327/2010
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**23.07.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	21.09.2018 à 20.12.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 988/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**CONCEIÇÃO MARQUES DE MORAIS**
MATRICULA	8984
CARGO	Agente Administrativo
PROCESSO N°	272417/2014
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**01.03.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	03.09.2018 à 01.12.2018

SERVIDOR	**EDNA BENEVIDES COUTINHO**
MATRÍCULA	84396
CARGO	Técnico Desenvolvimento Infantil
PROCESSO N°	451158/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	22.09.2018 à 21.12.2018

SERVIDOR	**ELENIR APARECIDA BERTONCELLO**
MATRICULA	82181
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	471286/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	22.09.2018 à 21.12.2018

SERVIDOR	**IRASINA AMORIM DE LIMA**
MATRICULA	20008
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	187229/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**10.09.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	03.09.2018 à 01.12.2018

SERVIDOR	**JUCINET DA SILVA ARRUDA**
MATRICULA	25253
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	463015/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	17.09.2018 à 17.12.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PORTARIA Nº 987/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**AURISTELA SODRÉ**
MATRICULA	5186
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	168997/2013
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**30.08.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	24.09.2018 à 23.12.2018

SERVIDOR	**BEATRIZ CONCEIÇÃO CURVO**
MATRÍCULA	5348
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	427999/2017
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QÜINQÜÊNIO	**05.09.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	01.10.2018 à 30.10.2018

SERVIDOR	**CARLOS EDUARDO DE MAGALHÃES**
MATRICULA	6782
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	10839/2008
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**01.10.2003/2008**
PERÍODO DE GOZO	06.08.2018 à 04.11.2018

SERVIDOR	**CLEUDIMARA DA SILVA**
MATRICULA	8814
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	323136/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**01.02.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	21.09.2018 à 21.12.2018

SERVIDOR	**CREUZA VIEIRA MOTA**
MATRICULA	84170
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	513509/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	25.09.2018 à 23.12.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

CONSELHO DA CIDADE DE VÁRZEA GRANDE

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

8ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DA CIDADE CONCIDADE

DIA 04 DE SETEMBRO DE 2.018

O Presidente do Conselho da Cidade, nos termos das Leis Municipais nº 3.112/2.007 (dispõe sobre o Plano Diretor do Município) e nº 4.151/2.016 (dispõe sobre o Conselho da Cidade de Várzea Grande), **CONVOCA os integrantes do Conselho da Cidade - CONCIDADE a fazerem-se presentes na 8ª REUNIÃO ORDINÁRIA, a se realizar no dia 04 de setembro de 2.018, às 08:00horas, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Planejamento - SEPLAN**, localizada no Paço Couto Magalhães, em Várzea Grande/MT, para tratar da seguinte Ordem do Dia:

1. Análise do parecer técnico dos instrumentos de Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV/RIV, referente à empresa Ductievicz Incorporadora Ltda., para a subdivisão da área de terra em lotes menores destinados à edificação de uso residencial – **LOTEAMENTO CHAPÉU DO SOL – III**, com localização na Avenida Universitária, Bairro Jardim Chapéu do Sol, em Várzea Grande. Coordenadas geográficas: Latitude 15° 35'13,72 ''S e Longitude: 56°11'01,63''W. 2. Entre outros assuntos inerentes ao Colegiado.

Várzea Grande-MT, 30 de agosto de 2018

EDSON ROBERTO SILVA

Presidente do Conselho da Cidade de Várzea Grande e

Secretário Municipal de Planejamento

PORTARIA Nº 991/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**RONNIEDER RAMOS DA SILVA**
MATRICULA	82243
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	450898/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QUINQUÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	06.10.2018 à 03.01.2019

SERVIDOR	**ROSECLER SOUSA NOGUEIRA**
MATRÍCULA	41206 - 1ª Cadeira
CARGO	Professor I a IV
PROCESSO N°	38431/2011
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**06.09.1999/2004**
PERÍODO DE GOZO	24.09.2018 à 23.12.2018

SERVIDOR	**RUTH FERREIRA DA SILVA**
MATRICULA	84041
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	459232/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	25.09.2018 à 23.12.2018

SERVIDOR	**SERGIO DA SILVA**
MATRICULA	43044
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	288742/2015
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	03.10.2018 à 31.12.2018

SERVIDOR	**SILVIA GOMES DE LIMA**
MATRICULA	82213
CARGO	Merendeira
PROCESSO N°	482119/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	20.09.2018 à 19.12.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

AVISO DE RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO N. 03/2018

Processo: 534768/2018. Objeto é: Chamamento Público para selecionar empresa que atue no ramo da construção civil visando à construção de 02 (duas) unidades escolares, sendo: 01 (uma) unidade de creche tipo 1 padrão FNDE e 01 (uma) unidade de Escola de seis salas padrão FNDE, denominado Equipamento Público no Residencial São Benedito, empreendimentos horizontais já construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o qual será contratado pelo Banco do Brasil (BB) através de Recursos oriundos do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)**.** Não compareceram licitantes interessados. Portando, a CPL Declarou Licitação **DESERTA**. O presente documento esta disponível no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 30 de agosto de 2018. **Aline Arantes Correa** – Presidente CPL.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
PORTARIA Nº 069/2018

PORTARIA Nº 069/2018

Ricardo Azevedo Araújo – Diretor Presidente do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande/DAE-VG, no uso das atribuições que lhe são conferidas por meio da Lei n. 1.733/97, alterada pela Lei n. 1.866/98, e;

Considerando os termos do artigo 67 da Lei n. 8.666/93, que dispõe sobre o acompanhamento dos contratos firmados com a Administração Pública por servidor especialmente designado;

Considerando os termos do Acórdão n. 731/2012 – TP do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 05 de dezembro de 2012.

RESOLVE:

Art. 1°. Designar os servidores abaixo relacionados para exercerem a função de fiscal do seguinte contrato:

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2018

CONTRATO N.º 010/2018- Marcelo Jonas dos Santos Florentino

Objeto: Locação de imóvel urbano, para instalação do Escritório Comercial do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande – DAE/VG no Parque do Lago, Avenida Julião de Brito Quadro 46 n.º 04, no Município de Várzea Grande – MT.

Fiscal: Alessandro Macaubas Leite de Campos

RG N.º 13167995 SSP/SP CPF N.º 946.029.481-20

END.º: Rua Carmim Miranda n.º 508 Bairro: Costa Verde Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 2.159

Suplente de Fiscal: Joathan Magno da Silva Freitas

RG N.º 14723247 SSP/MT CPF N.º 002.706.421-29

END.º: Rua Ary Paes Barreto Bairro: Cristo Rei Cidade: Várzea Grande/MT

Matricula N.º 1.905

Art. 2°. A fiscalização da correta execução do objeto e das clausulas presente no contrato extingue-se com o término da vigência do mesmo.

Art. 3°. Essa Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogando-se as disposições anteriores.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Várzea Grande/MT, 30 de agosto de 2018

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE - DAE/VG

PORTARIA Nº 937/2018

A Prefeita Municipal de Várzea Grande e o Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo n° 532899/2018,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 884/018 que declarou vago o cargo, ocupado pelo servidor **JEAN LOESCHKE GOMIDE,** Matrícula 84407, em razão da sua posse em outro cargo inacumulável, conforme Art. 41 da Lei nº 1.164/91 do Regime Jurídico dos Servidores Públicos de Várzea Grande, a partir de **17/07/2018 a 17/07/2021.**

Onde se lê: "Professor"

Leia-se: Técnico de Suporte Administrativo Educacional – Perfil Técnico de Manutenção e Segurança da Infraestrutura Escolar.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 21 de agosto de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 939/2018

"Homologa o estágio probatório dos servidores aprovados no concurso público Edital n° 01/2011."

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT, **LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Instrução Normativa SRH 05-07 n° 01/2016; e

Considerando a determinação contida no Art. 24 da Lei Municipal n° 1.164/1991, quanto à verificação da aptidão e capacidade do servidor mediante os critérios de assiduidade, disciplina, capacidade de iniciativa, produtividade e responsabilidade, durante o período de estágio probatório;

Considerando, ainda, o resultado final da avaliação de desempenho dos servidores, após a análise da Comissão Especial de Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório, designada pela Portaria n° 027/2016;

RESOLVE:

Art. 1º - HOMOLOGAR o resultado final da avaliação de desempenho e declarar estável no serviço público municipal á servidora aprovada em estágio probatório, abaixo relacionada:

MATRÍCULA	SERVIDOR	CARGO	PERÍODO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO
110140	MARCELUCY BUENO DE MORAES	Técnico de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Advogada	04.12.2015 a 04. 12.2018

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", em Várzea Grande-MT, 22 de agosto de 2018.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 990/2018

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade** aos servidores abaixo relacionados:

SERVIDOR	**MARLENE REGINA CURVO**
MATRICULA	34781
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	1933/2010
LICENÇA PRÊMIO	30 (trinta) dias
QUINQUÊNIO	**29.11.2004/2009**
PERÍODO DE GOZO	01.10.2018 à 30.10.2018

SERVIDOR	**MARIA NATALINA DE FREITAS**
MATRÍCULA	33391
CARGO	Auxiliar de Serviços Gerais
PROCESSO N°	330495/2015
LICENÇA PRÊMIO	60 (sessenta) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.08.2007/2012**
PERÍODO DE GOZO	02.10.2018 à 30.11.2018

SERVIDOR	**PAULO KLEUBER FERREIRA DA SILVA**
MATRICULA	38684
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	5752/2008
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa) dias
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2002/2007**
PERÍODO DE GOZO	01.10.2018 à 31.12.2018

SERVIDOR	**RENAN PINTO DE SOUZA**
MATRICULA	82114
CARGO	Agente de Segurança e Manutenção
PROCESSO N°	516096/2018
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**23.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.09.2018 à 02.12.2018

SERVIDOR	**RONALDO ROSA COSTA DE ARRUDA**
MATRICULA	40481
CARGO	Guarda Municipal
PROCESSO N°	452200/2017
LICENÇA PRÊMIO	90 (noventa dias)
QÜINQÜÊNIO	**30.04.2012/2017**
PERÍODO DE GOZO	01.10.2018 à 31.12.2018

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 30 de Agosto de 2018.

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

AVISO DO PREGÃO N. 068/2018 PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 153/2018-PMVB)

PREGÃO N. 068/2018 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS NO MUNICÍPIO DE CUIABÁ - MT, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.**

CREDENCIAMENTO: 14:00 do dia 13/09/2018.

INICIO DA SESSÃO: 14:00 do dia 13/09/2018. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

AVISO DO PREGÃO N. 066/2018 PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 1512018-PMVB)

PREGÃO N. 066/2018 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURAAQUISIÇÃO DE RELÓGIOS DE PONTOS ELETRÔNICOS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, CONFIGURAÇÃO E ACOMPANHAMENTO INICIAL DOS EQUIPAMENTOS, CONFORME QUANTIDADES E ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.**

CREDENCIAMENTO: 08:00 do dia 13/09/2018.

INICIO DA SESSÃO: 08:00 do dia 13/09/2018. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

EDITAL DE RETIFICAÇÃO - PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2018 – A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, no uso de suas atribuições legais, informa que fará a seguinte retificação no Edital de Processo Seletivo Público nº 001/2018, conforme segue:

I – Onde se lê:

"O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e Art. 9º da Lei n. 11.350/2006, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** para Admissão de Pessoal, pelo Regime Estatutário, conforme abaixo discriminado:"

Leia-se:

"O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, no uso de suas atribuições legais e na forma prevista no Art. 37 da Constituição Federal e Art. 9º da Lei n. 11.350/2006, mediante as condições estipuladas neste Edital e demais disposições legais aplicáveis, TORNA PÚBLICO, aos interessados que estarão abertas as inscrições para o **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO** para Admissão de Pessoal, pelo Regime Estatutário e submetido ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme abaixo discriminado:"

Art. 2º - Ficam mantidas as demais disposições legais contidas no referido Edital.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 29 de agosto de 2018.

Wagner Vicente da Silveira

Prefeito Municipal

AVISO DO PREGÃO N. 067 PMVB SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (PROCESSO N. 152/2018-PMVB)

PREGÃO N. 067/2018 Regido pela Lei Federal n. 10.520/2002, Decreto Estadual n. 7.217/2006,Decreto Municipal n. 033/2013 e, subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

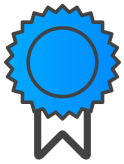
OBJETO:**REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA AQUISIÇÃO DE UM MICRO-ÔNIBUS 0 KM ADAPTADO PARA O TRANSPORTE DE PASSAGEIRO COM DEFICIÊNCIA TIPO CADEIRANTE E DIFICULDADE DE LOCOMOÇÃO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.**

CREDENCIAMENTO: 09:30 do dia 13/09/2018.

INICIO DA SESSÃO: 09:30 do dia 13/09/2018. Aquisição do Edital no site: http://www.vilabeladasantissimatrindade.mt.gov.br/... – Solicitar pelo: Fone/fax: (65) 3259-1313 ou pelo- e-mail: pmvilabela@yahoo.com.br.

Local: Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade – Situada à Av. Dr. Mário Correia, Nº 205, Centro, CEP. 78.245-000. PREGOEIRO: **ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA.**

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Thu Aug 30 22:31:04 UTC 2018
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)